

Justiça

em números 5

2021



É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, desde que citada a fonte.

CNJ
CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

Presidente

Ministro Luiz Fux

Corregedora Nacional de Justiça

Ministra Maria Thereza Rocha de Assis Moura

Conselheiros e Conselheiras

Ministro Emmanoel Pereira

Luiz Fernando Tomasi Keppen

Mário Augusto Figueiredo de Lacerda Guerreiro

Tânia Regina Silva Reckziegel

Flávia Moreira Guimarães Pessoa

Sidney Pessoa Madruga

Ivana Farina Navarrete Pena

André Luis Guimarães Godinho

Marcos Vinícius Jardim Rodrigues

Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho

Secretário-Geral

Valter Shuenquener de Araujo

**Secretário Especial de Programas,
Pesquisas e Gestão Estratégica**

Marcus Livio Gomes

Diretor-Geral

Johaness Eck

2021

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

SAF SUL Quadra 2 Lotes 5/6 - CEP: 70070-600

Endereço eletrônico: www.cnj.jus.br



Poder
Judiciário

CNU CONSELHO
NACIONAL DE JUSTIÇA | Departamento
de Pesquisas
Judiciárias

Justiça

em números 5

2021

Brasília, 2021



CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

DEPARTAMENTO DE PESQUISA JUDICIÁRIAS

JUÍZAS COORDENADORAS

Ana Lúcia Andrade de Aguiar
Lívia Cristina Marques Peres

DIRETORA EXECUTIVA

Gabriela de Azevedo Soares

DIRETOR DE PROJETOS

Wilfredo Enrique Pires Pacheco

DIRETOR TÉCNICO

Antônio Augusto Silva Martins

PESQUISADORAS E PESQUISADOR

Danielly Queirós
Elisa Colares
Igor Stemler
Isabely Mota

ESTATÍSTICOS E ESTATÍSTICA

Ana Paula Garutti
Filipe Pereira
Davi Borges
Jaqueline Barbão

APOIO À PESQUISA

Alexander Monteiro
Cristianna Bittencourt
Pedro Amorim
Ricardo Marques
Thatiane Rosa

ESTAGIÁRIOS E ESTAGIÁRIAS

Tierno Hermes Jasper Winarski
Rayssa Coátio

COORDENADORIA DE GESTÃO DA INFORMAÇÃO
E MEMÓRIA DO PODER JUDICIÁRIO

JUIZ COORDENADOR

Walter Godoy dos Santos Júnior

COORDENADORA

Pâmela Tieme Barbosa Aoyama
Julianne Mello Oliveira Soares
Renata Lima Guedes Peixoto
Rodrigo Franco de Assunção Ramos

ESTAGIÁRIOS E ESTAGIÁRIAS

Alexandre Salviano Rudiger
Gabriel Pereira
Fausto Augusto Junior

REVISORA

Marlene Bezerra

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Secretária de Comunicação Social

Juliana Mendes Gonzaga Neiva

Chefe da Seção de Comunicação Institucional

Rejane Neves

Projeto gráfico

Eron Castro

C755d

Conselho Nacional de Justiça

Justiça em números 2021 / Conselho Nacional de Justiça. – Brasília: CNJ,
2021.

Anual.

340 p: il. color.

ISBN: 978-65-5972-493-2

1. Poder Judiciário – Estatística 2. Administração pública – Estatística 3.
Administração da Justiça, Brasil I. Título II. Série

CDD: 340

Sumário

1 Introdução	9
2 Atuação inovadora do Poder Judiciário durante o período de pandemia	12
2.1 Juízo 100% Digital	15
2.2 Balcão Virtual	20
2.3 Plataforma Digital do Poder Judiciário – PDPJ	23
2.4 Programa Justiça 4.0.	25
3 Panorama do Poder Judiciário	26
3.1 Estrutura do primeiro grau	32
3.2 Classificação dos tribunais por porte	42
3.3 Infográficos	49
4 Recursos financeiros e humanos	75
4.1 Despesas e receitas totais	75
4.2 Despesas com pessoal	86
4.3 Quadro de pessoal.	92
5 Gestão judiciária	100
5.1 Litigiosidade	102
5.1.1 Acesso à Justiça	111
5.1.2 Indicadores de produtividade	116
5.1.3 Indicadores de desempenho e de informatização	126
5.1.4 Recorribilidade interna e externa	135

5.2	Política de priorização do primeiro grau em números	141
5.2.1	Distribuição de recursos humanos	142
5.2.2	Indicadores de produtividade	148
5.2.3	Indicadores de desempenho e de informatização	159
5.2.4	Recorribilidade interna e externa	165
5.3	Gargalos da execução	169
5.3.1	Execuções fiscais	175
5.3.2	Índices de produtividade nas fases de conhecimento e execução	183
5.3.3	Indicadores de desempenho nas fases de conhecimento e execução	187
6	Índice de conciliação	191
7	Tempos de tramitação dos processos	199
8	Justiça criminal	214
9	Competências da Justiça Estadual	221
9.1	Varas exclusivas de Execução Fiscal ou de Fazenda Pública	225
9.2	Varas exclusivas de Violência Doméstica	229
9.3	Varas exclusivas Cíveis	233
9.4	Varas exclusivas Criminais	237
10	Índice de Produtividade Comparada da Justiça: IPC-Jus	243
10.1	Justiça Estadual	245
10.1.1	Resultados	245
10.1.2	Análises de cenário	250
10.2	Justiça do Trabalho	254
10.2.1	Resultados	254
10.2.2	Análises de cenário	258
10.3	Justiça Federal	262
10.3.1	Resultados	262
10.3.2	Análises de cenário	266

11	Demandas mais recorrentes segundo as classes e os assuntos	270
11.1	Assuntos mais recorrentes	271
11.2	Classes mais recorrentes	283
12	Agenda 2030 no âmbito do Poder Judiciário brasileiro	288
13	Meio Ambiente e Direitos Humanos	295
13.1	Dados sobre Meio ambiente	296
13.2	Dados sobre Direitos Humanos	301
14	Considerações finais	306
15	Referências	313
16	Anexo I – Metodologia	316
16.1	Infográficos	320
16.2	Diagrama de Venn	321
16.3	Classificação dos tribunais segundo o porte	322
16.4	Mapas	325
16.5	O Índice de Produtividade Comparada da Justiça (IPC-Jus)	326
16.5.1	A construção do IPC-Jus	326
16.5.2	Gráfico de quadrante e de fronteira	330
17	Anexo II	333

1

Introdução

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ), no exercício de sua missão constitucional de realizar o controle da atuação administrativa e financeira do Poder Judiciário, divulga anualmente o relatório Justiça em Números, um importante instrumento de transparência e governança do Poder Judiciário nacional. Elaborado pelo Departamento de Pesquisas Judiciárias (DPJ), consiste em uma publicação que tem o mérito de reunir dados orçamentários, quantitativos de pessoal e diagnóstico do desempenho da atividade judicial brasileira, abrangendo os 90 órgãos do Poder Judiciário previstos na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

Publicado desde 2003, o relatório Justiça em Números se encontra atualmente em sua 18ª edição e é elaborado com base na missão prevista na Lei n. 11.364/2006, que cria o Departamento de Pesquisas Judiciárias dentro da estrutura do Conselho Nacional de Justiça. A lei elenca como objetivos institucionais o desenvolvimento de pesquisas destinadas ao conhecimento da função jurisdicional brasileira, a realização de análise e diagnóstico dos problemas estruturais e conjunturais dos diversos segmentos do Poder Judiciário e o fornecimento de subsídios técnicos para a formulação de políticas judiciárias.

Desde 2003, o relatório Justiça em Números foi aumentando de tamanho e complexidade. Atualmente possui um painel de dados,¹ que disponibiliza à sociedade os indicadores aqui presentes de forma interativa em uma base de dados exportável e aberta. O conteúdo aberto apresentado constitui matéria-prima para investigações e pesquisas que considerem o Poder Judiciário como objeto de estudo.

Ao longo do tempo, o relatório Justiça em Números se consolidou como a principal fonte de mensuração da atividade judicial, passando a utilizar indicadores internacionalmente reconhecidos para apuração da eficiência e economicidade das unidades judiciárias e dos tribunais,² como a taxa de congestionamento, o número de casos novos por magistrado, o índice de atendimento à demanda e indicadores inéditos na doutrina, como o Índice de Produtividade Comparada da Justiça (IPC-Jus).

O ano de 2020 foi um marco mundial histórico em decorrência da incidência da pandemia global de covid-19, o que impactou a sociedade humana em uma escala sem precedentes. Dessa forma, o presente relatório traz a importante contribuição de formar um retrato historiográfico e estatístico da atividade judicial brasileira nesse período. A reinvenção das formas de trabalho e o emprego maciço da tecnologia foram tendências que se refletiram no Poder Judiciário e que auxiliaram a atividade finalística jurisdicional. O desenvolvimento humano sustentável, o progresso social e a estabilidade econômica são parâmetros afetados também pela atividade judicial, sendo esta indispensável para o desenvolvimento nacional em todos os aspectos.

Nesta edição de 2021 (ano base 2020), foi incluído um capítulo referente à atividade judicial na tutela dos direitos fundamentais e do meio ambiente em razão da necessidade de mensurar a atividade jurisdicional sob a ótica humanista de desenvolvimento sustentável da nação brasileira e da criação do Observatório dos Direitos Humanos do Poder Judiciário³ e do Observatório do Meio Ambiente do Poder Judiciário,⁴ em 17 de setembro de 2020.

Para a elaboração deste relatório, foi utilizada a base de dados especificamente construída para o Justiça em Números com informações agregadas enviadas pelos 90 tribunais brasileiros. Há, porém, capítulos que se utilizam de outra fonte de dados, como a Base Nacional de Dados do Poder Judiciário – DataJud, responsável pelo ar-

1 Disponível em <https://www.cnj.jus.br/pesquisas-judiciarias/justica-em-numeros/>

2 DAKOLIAS, Maria. Court performance around the world: a comparative perspective. World Bank Publications, 1999.

3 Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/observatorio/observatorio-direitos-humanos/>

4 Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/observatorio/observatorio-meio-ambiente/>

mazenamento centralizado dos dados e metadados processuais relativos a todos os processos físicos ou eletrônicos, públicos ou sigilosos dos tribunais.

Atualmente, o Datajud contém uma base de dados que abrange os metadados dos processos judiciais que armazena mais de 11 bilhões de movimentações processuais de ações em andamento e já baixadas. Em 2020, o Departamento de Pesquisas Judiciárias também passou a divulgar o painel de monitoramento do Datajud,⁵ que atualiza diariamente a situação da base de dados, demonstrando em ranking e em quantitativos, o volume de ações judiciais armazenadas no banco de dados.

Para fins de conhecimento metodológico, o presente relatório não abrange a atividade do Supremo Tribunal Federal e do Conselho Nacional de Justiça, que possuem relatórios institucionais próprios. Assim, o Justiça em Números inclui 27 Tribunais de Justiça Estaduais, cinco Tribunais Regionais Federais, 24 Tribunais Regionais do Trabalho, 27 Tribunais Regionais Eleitorais, três Tribunais de Justiça Militar Estaduais, o Superior Tribunal de Justiça, o Tribunal Superior do Trabalho, o Tribunal Superior Eleitoral e o Superior Tribunal Militar.

Nos capítulos seguintes, serão apresentados os resultados e indicadores sobre: a atuação inovadora do Poder Judiciário durante o período de pandemia (capítulo 2); o panorama estrutural do Poder Judiciário (capítulo 3); os recursos financeiros e humanos (capítulo 4); a gestão judiciária e produtividade (capítulo 5); a atividade de conciliação e mediação (capítulo 6); os tempos médios de tramitação dos processos (capítulo 7); a atuação jurisdicional da área criminal (capítulo 8); a competência e especialização das unidades judiciárias (capítulo 9); o índice de produtividade IPC-Jus (capítulo 10); a identificação das demandas mais recorrentes (capítulo 11); a atuação do Poder Judiciário perante a Agenda 2030 da ONU (capítulo 12); e a tutela judicial do meio ambiente e dos Direitos Humanos (capítulo 13).

⁵ Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/sistemas/datajud/>

2 Atuação inovadora do Poder Judiciário durante o período de pandemia

A pandemia da covid-19 em 2020 foi um momento de reinvenção dos fluxos de trabalho no âmbito do Poder Judiciário, em que se empregou diversas medidas inovadoras e tecnológicas para a continuidade da prestação jurisdicional. Houve significativos impactos na rotina de prestação jurisdicional, tendo em vista a necessidade de atendimento aos protocolos de saúde sanitários, tanto na fase probatória quanto na execução dos julgados.

O processo judicial, tal como previsto no art. 6º do Código de Processo Civil de 2015, depende intrinsecamente da cooperação dos sujeitos do processo, que devem cooperar entre si para que se obtenha em tempo razoável a decisão de mérito justa e efetiva. Com os referidos protocolos sanitários e restrições ao funcionamento de estabelecimentos e órgãos públicos, as demandas usuais do Poder Judiciário que dependem da atuação dos cidadãos e das partes foram impactadas. A exemplo, foram

tomadas rápidas e efetivas medidas para implementação das audiências judiciais por meio virtual e videoconferência.

A digitalização de processos e a propositura de ações por meio dos sistemas de processos judiciais eletrônicos tiveram recorde de adesão considerando toda a série temporal, conforme demonstrado no capítulo 5.1.3. Mas há situações em que as audiências não podem ser realizadas por meio virtual em atenção, por exemplo, à situação financeira da parte, considerando-se a desigualdade de renda e de acesso aos recursos de informática por grande parcela da população atendida pelo Poder Judiciário. Houve ainda restrições de atendimento presencial em decorrência dos referidos protocolos sanitários. O Poder Judiciário, em atendimento à sensibilidade do momento e às restrições de funcionamento e de transporte público, também deve ser acessível às partes, testemunhas e demais sujeitos processuais, que não podem ter seu direito de acesso à Justiça tolhidos em decorrência de sua condição pessoal e financeira.

Isso atinge todos os segmentos de Justiça, desde a audiência trabalhista, que carece por vezes de condução e intimação pessoal de partes e testemunhas, até o processo penal, que depende de audiências com participação de réus presos e que enfrentou restrições de transporte, logística e de pessoal no âmbito do sistema carcerário. A incursão de agentes de Justiça nos espaços privados também sofre certos impactos no período. Nos processos civis, há necessidade de atos constritivos de avaliação, penhora e leilão que dependem sobremaneira da atuação in loco dos(as) oficiais e servidores(as) da Justiça e de apoio dos(as) agentes de segurança pública em domicílios ou locais privados, o que demonstra a dificuldade também na fase executiva do processo judicial em decorrência da pandemia.

Nesse sentido, além de o Poder Judiciário ter desenvolvido medidas reativas especificamente em atendimento ao direito de acesso à Justiça no contexto pandêmico, no caso o Juízo 100% Digital e o Balcão Virtual, também foi capaz de planejar e estruturar prospectivamente através de uma atuação estratégica de iniciativas digitais encadeadas no Programa Justiça 4.0. Há, portanto, tanto uma atuação de mitigação dos efeitos da pandemia quanto um planejamento de macrovisão para pensar a Justiça 4.0 do futuro.

Considerando o contexto internacional, o Poder Judiciário brasileiro não parou. A essencialidade do acesso à Justiça, a despeito de um contexto internacional de restrições sanitárias, foi capaz de inovar e observar os protocolos sanitários e de saúde. No intuito de ilustrar o contexto internacional, as cortes norte-americanas interromperam

suas atividades em meados de março de 2020 e retornaram suas atividades, em sua totalidade, em agosto de 2020, considerando as demandas de júri popular.⁶

Em pesquisa realizada pela *International Association for Court Administration*, o Brasil apresentou alto índice de adequação ao contexto da pandemia, considerando o comparativo de 38 países, figurando no primeiro quartil amostral, em 9ª posição.⁷ Foi destacado que diversos países, diferentemente do que ocorreu no Brasil, não promoveram atendimento às partes durante a pandemia, tais como a Albânia, Armênia, Austrália, Bangladesh, Espanha, Finlândia, Gana, Holanda, Noruega, Nova Zelândia e Sérvia. Nas cortes do Reino Unido, as restrições legais de controle à pandemia, que impediam audiências presenciais, só foram suspensas em julho de 2021 e, no País de Gales e Escócia, em agosto de 2021.⁸ As restrições determinadas impediram as audiências presenciais, tribunais do júri, impedindo ainda o início de novas ações judiciais.⁹ As cortes da Austrália, até a presente data, estão restringindo os serviços presenciais em seus cartórios, sendo necessário que as partes e cidadãos direcionem suas demandas por telefone ou e-mail.¹⁰ A Suprema Corte Norte-Americana, em decorrência de salvaguardas de saúde e segurança, está fechada até hoje para visita, conforme anúncio público.¹¹

A Corte de Justiça da União Europeia – CJEU foi instada a se manifestar sobre o direito de acesso à Justiça durante a pandemia em decorrência das restrições instituídas pelo governo italiano e seu impacto no Poder Judiciário daquele país.¹² O governo francês, a seu turno, permaneceu aberto para assuntos essenciais, tais como processos

6 JACKSON, Bryan. A. et. al. **Promising Practices from the Court System's COVID-19 Response**: Ensuring Access to Justice While Protecting Public Health. RAND Corporation, 2021.

7 INTERNATIONAL ASSOCIATION FOR COURT ADMINISTRATIVO. Pesquisa internacional do Judiciário durante a pandemia COVID-19. Disponível em: https://www.jfsp.jus.br/documentos/administrativo/UCIN/inovajusp/IACA/Analise_portugues.pdf.

8 UNITED KINGDOM. **Coronavirus (COVID-19): courts and tribunals guidance**. Disponível em: <https://www.gov.uk/guidance/coronavirus-covid-19-courts-and-tribunals-planning-and-preparation>.

9 JUDICIARY UK. **Review of court arrangements due to COVID-19, message from the Lord Chief Justice**. Disponível em: <https://www.judiciary.uk/announcements/review-of-court-arrangements-due-to-covid-19-message-from-the-lord-chief-justice/>.

10 JUSTICE CONNECT. **Accessing Australian courts and tribunals during COVID-19**. Disponível em: <https://justiceconnect.org.au/resources/accessing-courts-during-covid-19/>.

11 SUPREME COURT OF UNITED STATES. **COVID-19 Announcements**. Disponível em: <https://www.supremecourt.gov/announcements/COVID-19.aspx>.

12 GAMBARELLA, Ilaria. **The covid-19 pandemic and human rights: the European Court of Human Rights as the last resort for judicial oversight?** Université libre de Bruxelles, 2021. Disponível em: <https://www.iee-ulb>.

criminaes, demandas cíveis de família e crimes de violência. Afora tais temáticas, as cortes francesas permaneceram fechadas.¹³ Na Espanha, o Real Decreto-Lei n. 463, de 14 de março de 2020, fixou medidas restritivas à circulação de pessoas, o que teve impacto no acesso à justiça, acarretando a suspensão de prazos.

No Brasil, conforme o Painel do Módulo de Produtividade Mensal, durante o período da COVID-19 (<https://www.cnj.jus.br/pesquisas-judiciarias/paineis-cnj/>), o Judiciário proferiu 40,5 milhões de sentenças e acórdãos, e 59,5 milhões de decisões judiciais, o que demonstra uma resposta rápida e substancial a esse período de emergência sanitária.

Não obstante as referidas limitações conjunturais do período, mesmo em âmbito internacional, o Poder Judiciário brasileiro ofertou diversas medidas inovadoras e tecnológicas com o objetivo de minimizar os impactos da pandemia da covid-19, que oportunizaram medidas céleres e efetivas para a cooperação entre os sujeitos processuais, as quais serão a seguir demonstradas.

2.1 Juízo 100% Digital

O Juízo 100% Digital é a possibilidade de o cidadão valer-se da tecnologia para ter acesso à Justiça sem precisar comparecer fisicamente nos Fóruns, uma vez que todos os atos processuais serão praticados exclusivamente por meio eletrônico e remoto pela internet. Isso vale, também, para as audiências e sessões de julgamento que podem ocorrer por videoconferência. Essa iniciativa foi instituída por meio da Resolução n. 345, de 9 de outubro de 2020.

Por meio da Resolução n. 385/2021, também foram criados os Núcleos de Justiça 4.0, que permitem o funcionamento remoto e totalmente digital dos serviços dos tribunais direcionados à solução de litígios específicos, sem exigir que a pessoa compareça ao fórum para uma audiência. Esse novo modelo de atendimento do Poder Judiciário promete qualificar as demandas nas varas de primeiro grau, hoje sobrecarregadas. O problema afeta principalmente unidades de comarcas do interior, onde são raras as varas especializadas e a especialização acadêmica e funcional do(a) magistrado(a)

[eu/en/blog/articles/the-covid-19-pandemic-and-human-rights-the-european-court-of-human-rights-as-the-last-resort-for-judicial-oversight/](https://www.eu/en/blog/articles/the-covid-19-pandemic-and-human-rights-the-european-court-of-human-rights-as-the-last-resort-for-judicial-oversight/) .

¹³ BOUYSSOU, Jacques. *The impact of covid-19 on legal procedures in France*. Disponível em: <https://www.alerionavocats.com/en/impact-covid-19-legal-procedures-france/> .

responsável por processos judiciais que envolvem diferentes matérias, como família, recuperação, falência, crime, saúde, direito empresarial.

Essa medida promove maior tramitação de processos em meio eletrônico, aumento da celeridade e da eficiência da prestação jurisdicional por meio do uso de tecnologia e permite que os serviços prestados presencialmente por outros órgãos do Tribunal, como os de solução adequada de conflitos, cumprimento de mandados, centrais de cálculos, tutoria e outros, possam ser convertidos à modalidade eletrônica. O Juízo 100% Digital é optativo, mas acompanha a agilidade do mundo contemporâneo e traz benefícios para os(as) advogados(as) e para todos que visam à duração razoável dos processos como direito fundamental do cidadão.¹⁴

Dessa forma, os cidadãos e os sujeitos do processo não precisam mais obrigatoriamente comparecer presencialmente aos fóruns e às unidades judiciárias para iniciar ou tratar de demandas na esfera judicial. Todos os atos processuais podem ser praticados por meio eletrônico e remoto, inclusive audiências e sessões de julgamento.

O objetivo do novo modelo é garantir às pessoas que precisam da Justiça o direito fundamental de duração razoável dos processos, com maior celeridade, segurança, transparência, produtividade e acessibilidade, bem como promover a redução dos gastos públicos, acompanhando a agilidade do mundo contemporâneo. A escolha do procedimento é facultativa e será exercida pela parte demandante no momento da distribuição da ação, podendo a parte demandada se opor a essa opção até o momento da contestação.

Nesse contexto, foi desenvolvido ainda um painel de mapeamento da implantação do Juízo 100% e dos Núcleos de Justiça 4.0, disponível em: <https://www.cnj.jus.br/tecnologia-da-informacao-e-comunicacao/justica-4-0/projeto-juizo-100-digital/mapa-de-implantacao/>.

As figuras de 1 a 4 demonstram os dados atualizados até o dia 26 de setembro de 2021, totalizando 6.839 serventias que aderiram ao Juízo 100% Digital de um total de 22.271 serventias de primeiro e segundo grau, o que representa 30,7% de adesão. No primeiro grau o percentual de adesão é de 33%, e no segundo grau é de 21%.

14 CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **Juízo 100%** Digital: tudo o que você precisa saber. Brasília: CNJ, 2020. Disponível em: https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2020/10/WEB_cartilha_Juizo_100porcento_digital_v3.pdf.

Em relação ao percentual de unidades judiciárias de cada Tribunal, dezoito Tribunais já apresentam 100% de adesão ao Juízo 100% Digital, quais sejam: TJAL, TJAM, TRT2, TRT3, TRT5, TRT9, TRT11, TRT12, TRT13, TRT14, TRT16, TRT17, TRT19, TRT23, TRE-GO, TRE-MG, TRE-PI e TRE-TO, representando uma grande adesão por parte do segmento da Justiça Trabalhista. O painel também apresenta um mapa de calor que contém o percentual de serventias com o Juízo 100% Digital por Estado.

Figura 1 – Tela do Painel do Mapa de Implantação do Juízo 100% Digital e do Núcleo de Justiça 4.0



Figura 2 – Quantidade de Serventias com Juízo 100% Digital

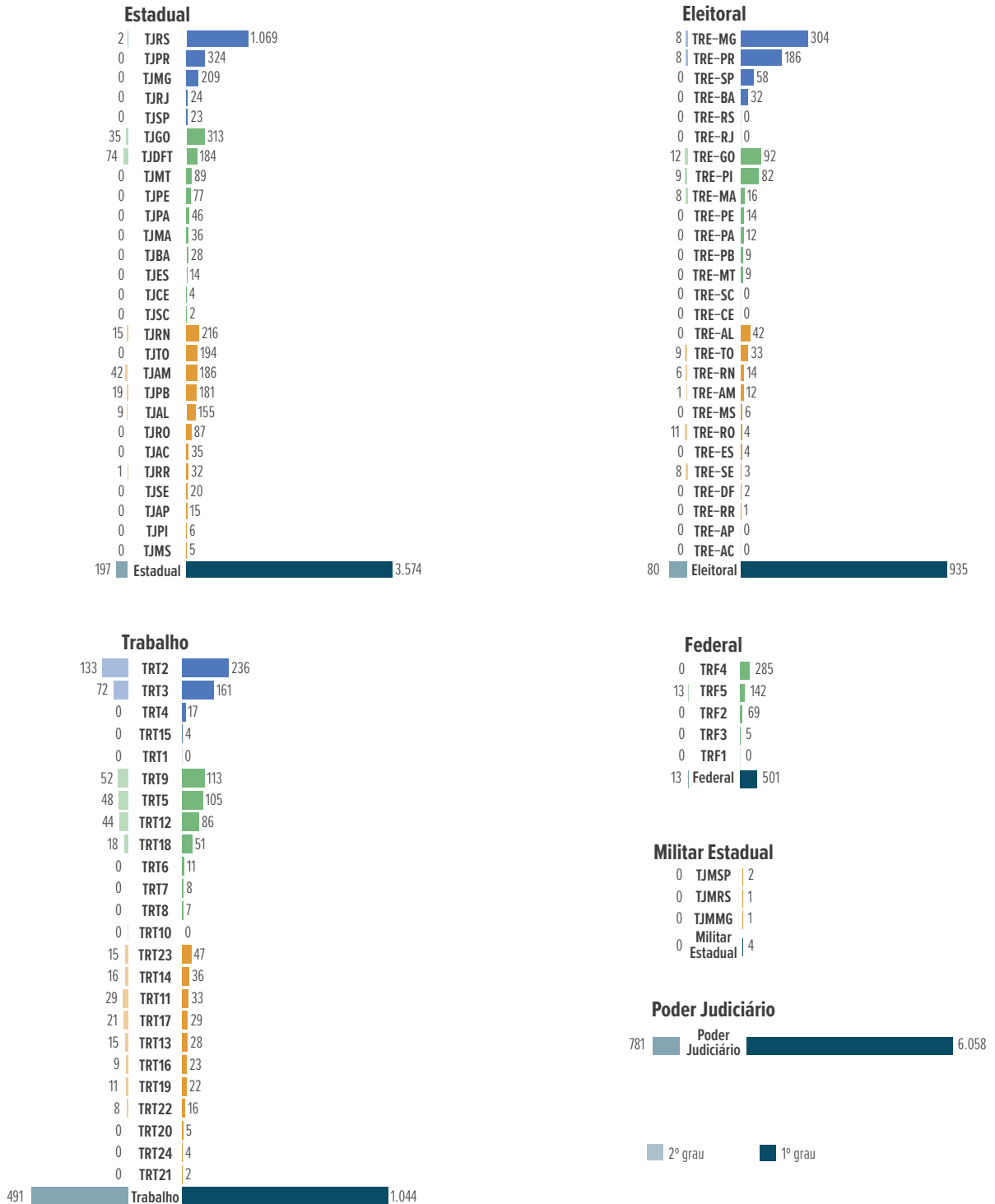


Figura 3 – Percentual de serventias com Juízo 100% Digital por Tribunal

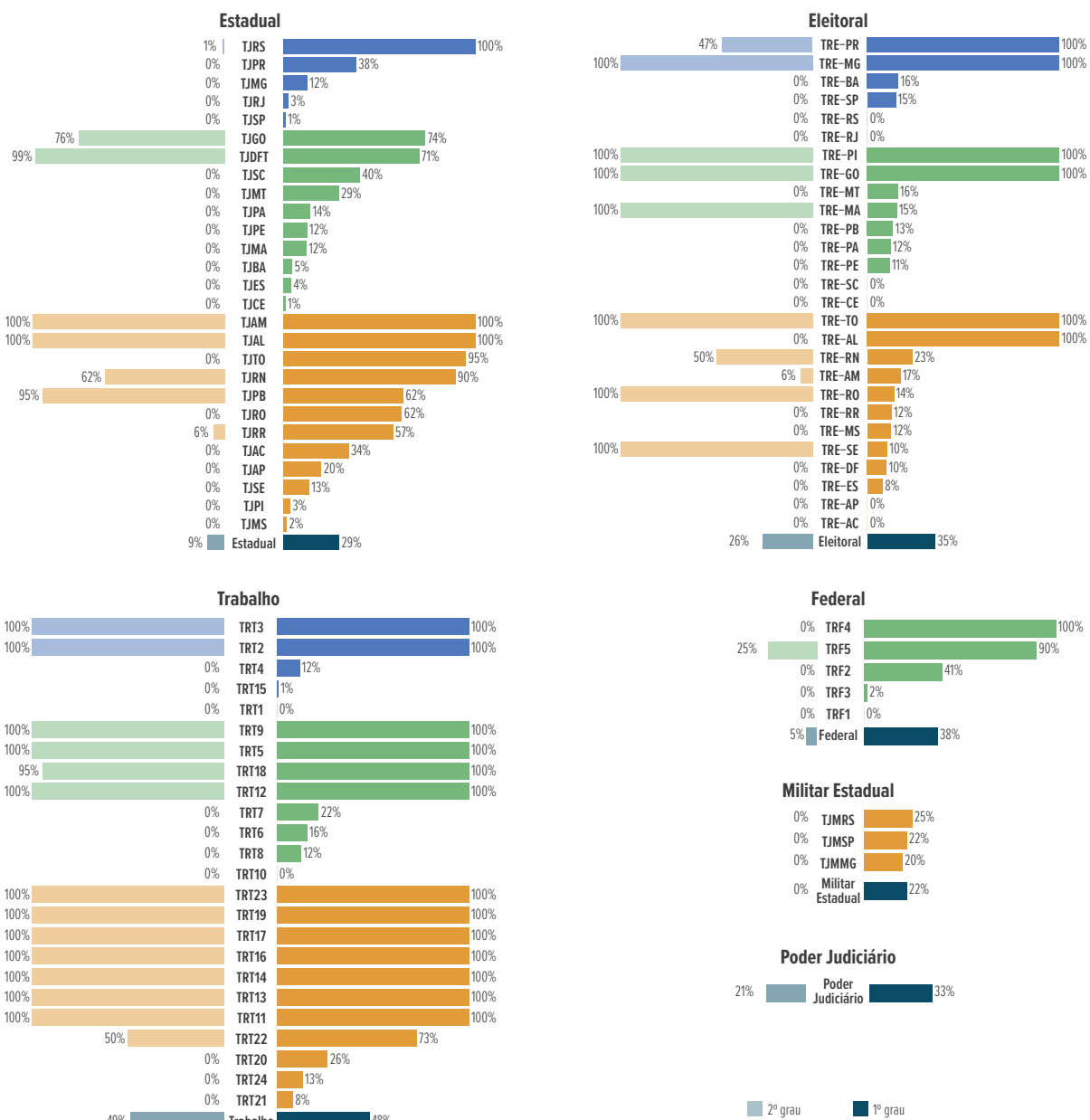
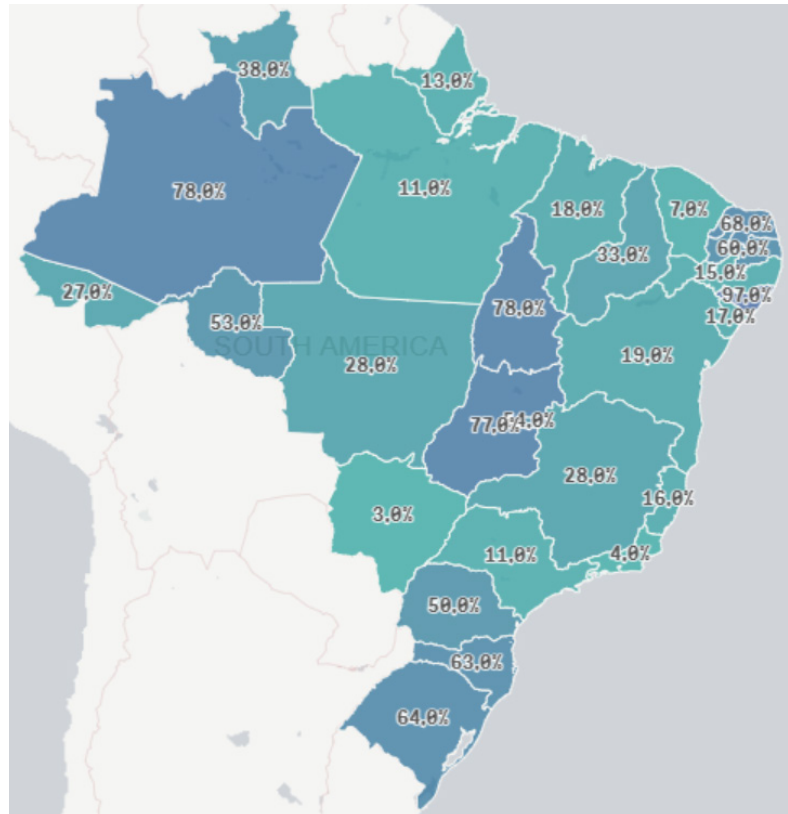


Figura 4 – Mapa de calor do percentual de serventias com Juízo 100% Digital por Estado



2.2 Balcão Virtual

O projeto “Balcão Virtual” tem o objetivo de disponibilizar no sítio eletrônico de cada tribunal uma ferramenta de videoconferência que permita imediato contato com o setor de atendimento de cada unidade judiciária (popularmente denominado como balcão) durante o horário de atendimento ao público. A iniciativa foi regulamentada por meio da Resolução n. 372, de 12 de fevereiro de 2021, em atenção à necessidade de manutenção de um canal permanente de comunicação entre os jurisdicionados e as secretarias e serventias judiciais durante o horário de atendimento ao público, mormente em período de pandemia.

A referida medida permite simular em ambiente virtual o atendimento presencial prestado nas unidades jurisdicionais a partir da exitosa experiência iniciada no Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região. Também considerou a necessidade de redução dos custos indiretos decorrentes do ajuizamento da demanda (custos de transação), o que poderá se dar por meio da diminuição do deslocamento físico das partes e dos(as) advogados(as) para as dependências do fórum. Considerou também as mudanças

introduzidas nas relações e nos processos de trabalho em virtude do fenômeno da transformação digital.

Para os Tribunais que não possuem solução própria ou contratada para atendimento a essa demanda ou para aqueles que possuem limitações de licenças, o CNJ, conforme a mesma resolução, forneceu uma solução gratuita para imediata criação do Balcão Virtual por meio de ferramenta própria.

Em um levantamento atualizado até o dia 13 de setembro de 2021, foi mapeada a evolução da implantação do Balcão Virtual nos Tribunais brasileiros. Foram pesquisadas um total de 15.515 unidades judiciárias até a referida data. A maioria das unidades judiciárias pesquisadas (66%, englobando 10.271) afirmaram que já possuem o Balcão Virtual. O segmento de Justiça com maior adesão ao projeto foi a Justiça Estadual, com 11.083 unidades judiciárias, seguida pela Justiça Eleitoral (1.773) e do Trabalho (1.720).

A ferramenta mais utilizada é o Microsoft Teams, seguida pelo WhatsApp e Zoom. A maioria das unidades judiciárias (92%) afirmaram que o cidadão não precisa realizar agendamento para ter acesso ao serviço e não exigem cadastro prévio (92%). Também foi pesquisada a forma de publicação e disponibilização dos contatos, conforme Figuras de 5 a 8.

Figura 5 – Quantidade e Percentual de unidades judiciárias de primeiro e segundo graus que possuem balcão virtual, setembro/2021.

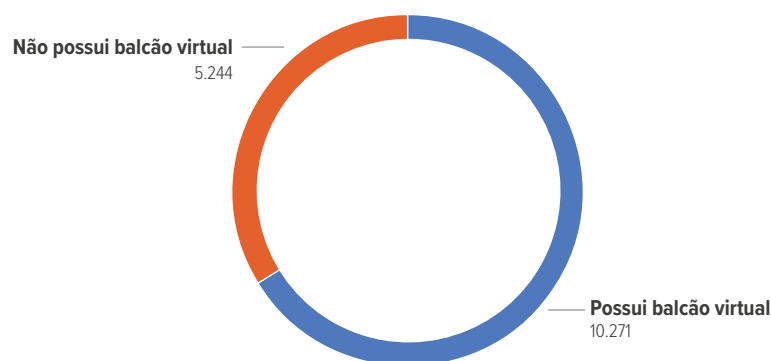


Figura 6 – Quantidade de unidades judiciárias de primeiro e segundo graus que possuem balcão virtual, por segmento de justiça, setembro/2021.

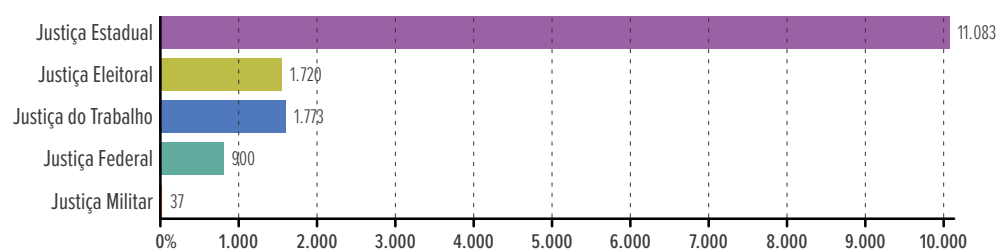


Figura 7 – Tipo de ferramenta utilizada pelas unidades judiciárias de primeiro e segundo graus para atendimento ao balcão virtual, setembro/2021

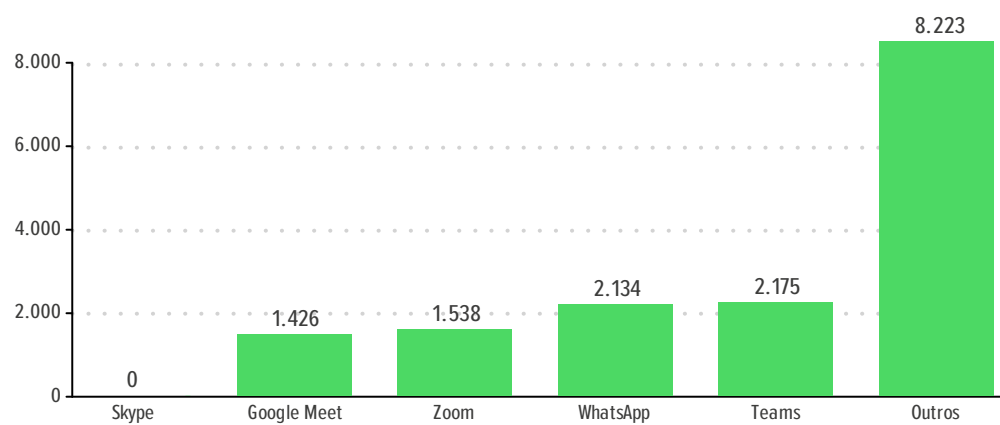
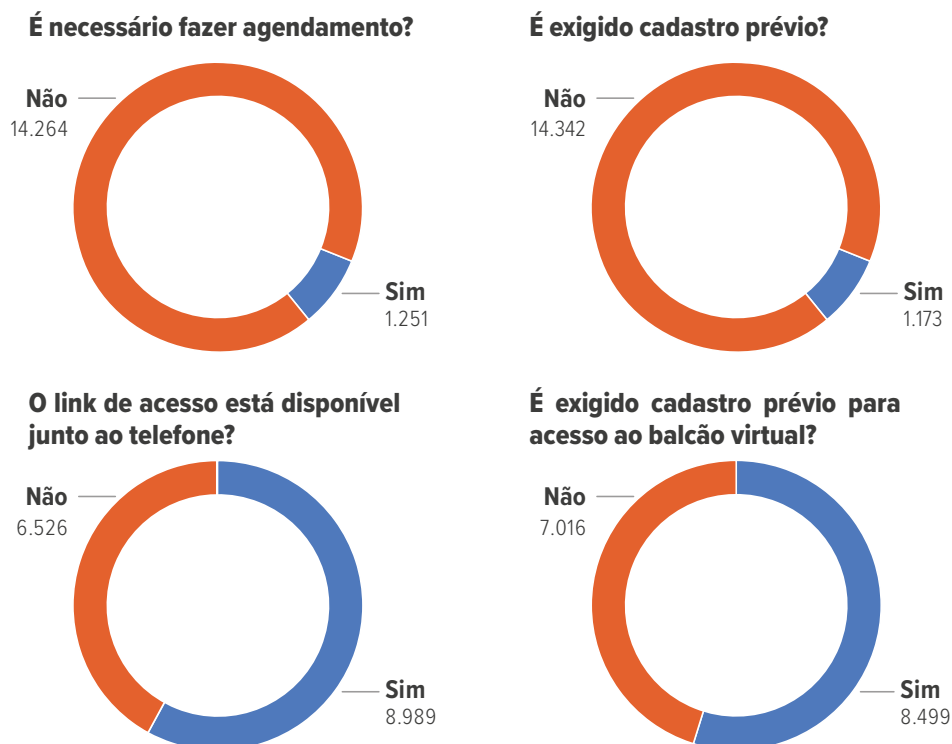


Figura 8 – Forma de acesso ao balcão virtual nas unidades judiciárias de primeiro e segundo graus



2.3 Plataforma Digital do Poder Judiciário – PDPJ

A Plataforma Digital do Poder Judiciário Brasileiro – PDPJ-Br tem como principal escopo incentivar o desenvolvimento colaborativo entre os tribunais, preservando os sistemas públicos em produção, ao tempo em que consolida a política para a gestão e expansão do Processo Judicial Eletrônico – PJe. Foi criada pela Resolução CNJ n. 335, de 29 de setembro de 2020, que institui a política pública para a governança e a gestão de processo judicial eletrônico, integra os tribunais do país com a criação da PDPJ-Br e mantém o sistema PJe como sistema de Processo Eletrônico prioritário do Conselho Nacional de Justiça.

O principal objetivo desse normativo é modernizar a plataforma do Processo Judicial Eletrônico e transformá-la em um sistema multisserviço que permita aos tribunais fazer adequações conforme suas necessidades e que garanta, ao mesmo tempo, a unificação do trâmite processual no país. Emprega conceitos inovadores, como a adoção

obrigatória de microsserviços, computação em nuvem, modularização, experiência do usuário (*User Experience – UX*) e uso de inteligência artificial.

A plataforma permitirá o oferecimento de multisserviços, o que permite maior flexibilidade de adaptação dos desenvolvimentos sistêmicos a outras plataformas existentes e de acordo com a realidade de cada tribunal. Os futuros desenvolvimentos passam a ser realizados de forma colaborativa, impedindo a duplicação de iniciativas para atender às mesmas demandas, sob a gestão e governança do CNJ.

O funcionamento desse modelo promove dois fatores: agregação dos tribunais e governança. E aqui encontra-se outro norte da normatização proposta.

Pretende-se com isso consolidar no Judiciário brasileiro a política para a gestão de processo judicial eletrônico, integrando todos os tribunais do país, finalizando de uma vez por todas os conflitos sobre qual é o melhor sistema e mantendo o sistema PJe como sistema de Processo Eletrônico patrocinado pelo CNJ e principal motor da nova política.

Destacam-se como pontos principais:

- 1) a definição de que não se deve permitir, em momento a ser futuramente definido, contratação de sistemas privados, mantendo-se a tradição da não dependência tecnológica, sedimentada de longa data neste Conselho;
- 2) o reconhecimento de que os sistemas públicos, ou seja, desenvolvidos internamente pelos tribunais, são todos válidos e não estão em total desconformidade com a política pública de consolidação da Plataforma Digital do Poder Judiciário, com a premissa de que os novos desenvolvimentos serão realizados no modelo da nova Plataforma;
- 3) a definição da plataforma tecnológica de processo judicial como uma política pública;
- 4) a possibilidade de utilização de nuvem inclusive provida por pessoa jurídica de direito privado, mesmo na modalidade de integrador de nuvem (*broker*).

2.4 Programa Justiça 4.0

O “Programa Justiça 4.0 – Inovação e efetividade na realização da Justiça para todos” tem como finalidade promover o acesso à Justiça, por meio de ações e projetos desenvolvidos para o uso colaborativo de produtos que empregam novas tecnologias e inteligência artificial. É um catalizador da transformação digital no âmbito do Poder Judiciário brasileiro que visa a transformar a Justiça em um serviço (segundo o conceito de Justice as a service), aproximando-se ainda mais o judiciário das necessidades dos cidadãos e que promove ampliação ao acesso à justiça. As inovações tecnológicas têm como propósito dar celeridade à prestação jurisdicional e promover a redução de despesas orçamentárias decorrentes desse serviço público. Essa iniciativa promoveu um rol de serviços judiciais de fomento à transformação digital, medidas que foram adotadas pelo Poder Judiciário em um ritmo acelerado durante a pandemia do novo coronavírus.

A Justiça Digital propicia o diálogo entre o real e o digital para o incremento da governança, da transparência e da eficiência do Poder Judiciário, com efetiva aproximação com o cidadão e redução de despesas e englobam as seguintes ações e iniciativas:

- > Implantação do Juízo 100% Digital;
- > Implantação do Balcão Virtual;
- > Projeto da Plataforma Digital do Poder Judiciário (PDPJ), com possibilidade de ampliar o grau de automação do processo judicial eletrônico e o uso de Inteligência Artificial (IA);
- > Auxílio aos Tribunais no processo de aprimoramento dos registros processuais primários, consolidação, implantação, tutoria, treinamento, higienização e publicação da Base de Dados Processuais do Poder Judiciário (DataJud), visando contribuir com o cumprimento da Resolução CNJ n. 331/2020;
- > Colaboração para a implantação do sistema Codex, que tem duas funções principais: alimentar o DataJud de forma automatizada e transformar em texto puro as decisões e petições, a fim de ser utilizado como insumo de modelo de inteligência artificial.

A utilização dessas medidas de inovação se deu ao curso do período de excepcionalidade da pandemia, acentuando a agilidade e eficiência com a qual o Poder Judiciário reagiu às restrições de funcionamento e aos protocolos sanitários para garantir a efetividade da jurisdição e o acesso à Justiça a todos os cidadãos..

3

Panorama do Poder Judiciário

O Poder Judiciário brasileiro é composto por cinco segmentos de justiça, quais sejam: Justiça Estadual, Justiça Federal, que integram a Justiça Comum, e a Justiça do Trabalho, Justiça Eleitoral e Justiça Militar, que integram a Justiça Especial. Os quadros abaixo trazem um sumário explicativo das competências e da estrutura de cada ramo de justiça. Além do Supremo Tribunal Federal, há ainda quatro Tribunais Superiores: STJ, STM, TSE e TST.

Justiça Estadual	A Justiça Estadual, integrante da justiça comum (junto com a Justiça Federal), é responsável por julgar matérias que não sejam da competência dos demais segmentos do Judiciário — Federal, do Trabalho, Eleitoral e Militar, o que significa que sua competência é residual.
Como ela se organiza	Cada uma das unidades da Federação tem a atribuição de organizar a sua justiça. Já o Poder Judiciário do Distrito Federal e Territórios é organizado e mantido pela União. A Justiça Estadual está presente em todas as unidades da Federação e engloba a maior parte dos processos judiciais.
Como é sua estrutura	Do ponto de vista administrativo, a Justiça Estadual é estruturada em duas instâncias ou graus de jurisdição: <ul style="list-style-type: none"> > Primeiro grau: composto pelos juízes de Direito, pelas varas, pelos fóruns, pelos tribunais do júri (encarregados de julgar crimes dolosos contra a vida), pelos juizados especiais estaduais e suas turmas recursais. > Segundo grau: é representado pelos Tribunais de Justiça (TJs). Nele, os(as) magistrados(as) são desembargadores(as), que têm entre as principais atribuições o julgamento de demandas de competência originária e de recursos interpostos contra decisões proferidas no primeiro grau.
Juizados especiais	Criados pela Lei n. 9.099, de 26 de setembro de 1995, os juizados especiais têm competência para a conciliação, o processamento, o julgamento e a execução das causas cíveis de menor complexidade (por exemplo, as causas cujo valor não exceda a quarenta vezes o salário mínimo, entre outras) e das infrações penais de menor potencial ofensivo, ou seja, as contravenções penais e os crimes para os quais a lei define pena máxima não superior a dois anos. As turmas recursais, por sua vez, integradas por juízes em exercício no primeiro grau, são encarregadas de julgar recursos apresentados contra decisões dos juizados especiais. Os Juizados Especiais da Fazenda Pública são unidades da justiça comum integrantes do sistema dos Juizados Especiais, presididos por juiz de direito e dotados de secretaria e de servidores específicos para conciliação, processo, julgamento e execução nas causas de sua competência, na forma estabelecida pela Lei nº 12.153/2009.

Justiça do Trabalho	A Justiça do Trabalho concilia e julga as ações judiciais oriundas da relação de trabalho (que abrangem os entes de direito público externo e da administração pública direta e indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios), as que envolvam exercício do direito de greve, as ações sobre representação sindical, além das demandas que tenham origem no cumprimento de suas próprias sentenças, inclusive as coletivas.
Como ela se organiza	São órgãos da Justiça do Trabalho: o Tribunal Superior do Trabalho (TST), os 24 Tribunais Regionais do Trabalho (TRTs) e os juízes do trabalho, atuantes, estes últimos, nas varas do trabalho. Nas comarcas não abrangidas pela jurisdição da Justiça do Trabalho, a competência será atribuída aos juízes de Direito, com recurso para o respectivo Tribunal Regional do Trabalho.
Como ela é formada	A jurisdição da Justiça do Trabalho é dividida em 24 regiões. Do ponto de vista hierárquico e institucional, cada uma dessas regiões é estruturada em dois graus de jurisdição: <ul style="list-style-type: none"> > Primeiro grau: composto pelas varas de trabalho onde atuam os juízes do trabalho. Sua competência é determinada pela localidade em que presta serviços ao empregador, independentemente do local da contratação (seja de caráter nacional ou internacional). > Segundo grau: composto pelos Tribunais Regionais do Trabalho (TRTs). Neles são julgados recursos ordinários contra decisões das varas do trabalho, os dissídios coletivos, ações originárias, ações rescisórias de suas decisões ou das varas e os mandados de segurança contra atos de seus juízes.

<p>Justiça Federal</p>	<p>De acordo com o disposto nos artigos 92 e 106 da Constituição Federal, a Justiça Federal, ramo integrante da estrutura do Poder Judiciário, é constituída pelos Tribunais Regionais Federais e pelos juízes federais.</p> <p>A Justiça Federal, juntamente com a Justiça Estadual, compõe a chamada justiça comum. Compete, especificamente, à Justiça Federal julgar as causas em que a União, entidades autárquicas ou empresas públicas federais sejam interessadas na condição de autoras, réis, assistentes ou oponentes; as causas que envolvam estados estrangeiros ou tratados internacionais; os crimes políticos ou aqueles praticados contra bens, serviços ou interesses da União; os crimes contra a organização do trabalho; a disputa sobre os direitos indígenas, entre outros taxativamente previstos no art. 109 da Constituição Federal. Exclui-se da competência da Justiça Federal as causas de falência, as de acidente de trabalho e as de competência das justiças especializadas.</p> <p>Em razão de inclusão definida pela Emenda à Constituição n. 45/2004, a Justiça Federal também passou a julgar causas relativas a graves violações de Direitos Humanos, desde que seja suscitado pelo Procurador-Geral da República ao Superior Tribunal de Justiça incidente de deslocamento de competência.</p> <p>Conforme alteração estabelecida pela Emenda à Constituição n. 103/2019, lei poderá autorizar que as causas de competência da Justiça Federal em que forem parte instituição de previdência social e segurado possam ser processadas e julgadas na justiça estadual quando a comarca do domicílio do segurado não for sede de vara federal.</p> <p>Na Justiça Federal, há os Juizados Especiais Federais, com competência para processar, conciliar e julgar causas de competência da Justiça Federal até o valor de sessenta salários mínimos, bem como executar as suas sentenças, nos termos da Lei nº 10.259/2001. E os Juizados Especiais Federais Criminais processam e julgam os feitos de competência da Justiça Federal relativos às infrações de menor potencial ofensivo, respeitadas as regras de conexão e continência.</p>
<p>Como é sua estrutura</p>	<p>A organização do primeiro grau de jurisdição da Justiça Federal está disciplinada pela Lei n. 5.010, de 30 de maio de 1966, que determina que em cada um dos estados, assim como no Distrito Federal, será constituída uma seção judiciária. Localizada nas capitais das unidades da Federação, as seções judiciárias são formadas por um conjunto de varas federais, onde atuam os juízes federais. Cabe a eles o julgamento originário da maior parte das ações submetidas à Justiça Federal.</p> <p>O segundo grau de jurisdição da Justiça Federal é composto por cinco Tribunais Regionais Federais (TRFs), com sedes em Brasília (TRF 1ª Região), Rio de Janeiro (TRF 2ª Região), São Paulo (TRF 3ª Região), Porto Alegre (TRF 4ª Região) e Recife (TRF 5ª Região).</p> <p>Os TRFs englobam duas ou mais seções judiciárias, conforme definido a seguir:</p> <ul style="list-style-type: none"> > TRF 1ª Região: Acre, Amapá, Amazonas, Bahia, Distrito Federal, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Minas Gerais, Pará, Piauí, Rondônia, Roraima e Tocantins; > TRF 2ª Região: Espírito Santo e Rio de Janeiro; > TRF 3ª Região: Mato Grosso do Sul e São Paulo; > TRF 4ª Região: Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina; > TRF 5ª Região: Alagoas, Ceará, Paraíba, Pernambuco, Rio Grande do Norte e Sergipe. <p>Nas comarcas onde não houver vara federal, os juízes estaduais são competentes para processar e julgar determinados tipos de processos (art. 15, Lei nº 5.010/1966).</p>

<p>Justiça Eleitoral</p>	<p>A Justiça Eleitoral é um ramo especializado do Poder Judiciário brasileiro responsável pela organização e realização de eleições, referendos e plebiscitos, pelo julgamento de questões eleitorais e pela elaboração de normas referentes ao processo eleitoral.</p>
<p>Como foi criada</p>	<p>A Justiça Eleitoral foi criada pelo Código Eleitoral de 1932 (Decreto n. 21.076, de 24 de fevereiro de 1932). Atualmente, é regida principalmente pelo Código Eleitoral de 1965 (Lei n. 4.737, de 15 de julho de 1965) e sua existência e estrutura possuem previsão legal nos artigos de 118 a 121 da Constituição Federal de 1988, os quais, entre outras determinações, instituem o Tribunal Superior Eleitoral como seu órgão máximo, de última instância, e impõem a existência de um Tribunal Regional Eleitoral na capital de cada estado e no Distrito Federal.</p>
<p>Como é sua estrutura</p>	<p>A Justiça Eleitoral não possui quadro próprio de magistrados(as), que atuam mediante mandato. É estruturada em três órgãos, o Tribunal Superior do Trabalho, o primeiro e o segundo graus:</p> <ul style="list-style-type: none"> > Primeiro grau: composto por um juiz eleitoral em cada zona eleitoral, escolhido dentre os juízes de Direito, e pelas juntas eleitorais, de existência provisória apenas nas eleições e compostas por um juiz de Direito e por dois ou quatro cidadãos de notória idoneidade. > Segundo grau: representado pelos Tribunais Regionais Eleitorais (TREs), que possuem em sua composição dois(duas) desembargadores(as) do Tribunal de Justiça, dois(duas) juízes(as) de Direito, um(a) juiz(a) do Tribunal Regional Federal (desembargador(a) federal) ou um(a) juiz(a) federal e dois(duas) advogados(as) de notável saber jurídico e idoneidade moral. Os(As) juízes(as) dos TREs, salvo por motivo justificado, servirão por dois anos, no mínimo, e nunca por mais de dois biênios consecutivos.
<p>Juntas Eleitorais</p>	<p>São órgãos colegiados de caráter temporário do primeiro grau da Justiça Eleitoral, constituídos apenas no período de realização de eleições (60 dias antes do pleito até a diplomação dos eleitos) e suas principais atribuições são de apuração dos votos e expedição dos diplomas aos eleitos. Compõe-se de um(a) juiz(a) de Direito, que será o presidente, e de dois ou quatro cidadãos de notória idoneidade. As demais competências estão elencadas no artigo 40 do Código Eleitoral.</p>

<p>Justiça Militar Estadual</p>	<p>A Justiça Militar Estadual é um ramo especializado do Poder Judiciário brasileiro responsável por processar e julgar os militares dos Estados (Polícia Militar e Corpo de Bombeiros Militar) nos crimes militares definidos em lei e as ações judiciais contra atos disciplinares militares, ressalvada a competência do júri quando a vítima for civil.</p>
<p>Como ela se organiza</p>	<p>Cada estado tem competência para criar sua Justiça Militar Estadual por meio de lei de iniciativa dos Tribunais de Justiça. Porém, a criação de um Tribunal de Justiça Militar Estadual só é possível se o estado possuir um efetivo superior a vinte mil integrantes das forças militares estaduais, entre Polícia Militar e Corpo de Bombeiros Militar (§ 3º do art. 125 da CF/88). Todas as unidades da Federação possuem Justiça Militar Estadual, sendo que três estados dispõem de Tribunal de Justiça Militar (Minas Gerais, Rio Grande do Sul e São Paulo).</p>
<p>Como é sua estrutura</p>	<p>A Justiça Militar Estadual é estruturada em duas instâncias ou graus de jurisdição:</p> <ul style="list-style-type: none"> > Primeiro grau: é constituída pelas auditorias militares, composta por um(a) juiz(a) de Direito, também denominado juiz auditor, responsável pelos atos de ofício e pelos Conselhos de Justiça, órgão colegiado formado por quatro juízes militares (oficiais das armas) e o próprio juiz auditor, com a função de processar crimes militares. > Segundo grau: é representado pelos Tribunais de Justiça Militar, nos estados de Minas Gerais, São Paulo e Rio Grande do Sul. Nos demais estados e no Distrito Federal, essa função cabe aos próprios Tribunais de Justiça (TJs).

<p>Justiça Militar da União</p>	<p>A Justiça Militar da União (JMU) é um ramo do Poder Judiciário brasileiro, a quem compete processar e julgar militares das Forças Armadas e civis que cometerem crimes militares previstos em lei. É o segmento de justiça mais antigo do Brasil, tendo sido o Superior Tribunal Militar a primeira Corte do País a ser criada, em 1º de abril de 1808, pelo então Príncipe-Regente de Portugal, Dom João VI.</p>
<p>Como é sua estrutura</p>	<p>A JMU é estruturada em dois graus de jurisdição, uma primeira instância e um tribunal superior, o Superior Tribunal Militar (STM), além de uma Auditoria de Correição. Primeira instância: Composta por 19 Auditorias, divididas em 12 Circunscrições Judiciárias Militares (CJM). As Auditorias têm jurisdição mista, ou seja, cada uma julga os feitos relativos à Marinha, ao Exército e à Aeronáutica. O julgamento é realizado pelos Conselhos de Justiça, formados por quatro oficiais e pelo Juiz-Auditor.</p> <p>Auditoria de Correição: É exercida pelo Juiz-Auditor Corregedor, com atuação em todo o território nacional. A Auditoria de Correição é um órgão de fiscalização e orientação judiciário-administrativa.</p> <p>Os recursos às decisões de primeira instância são remetidos diretamente para o STM, a quem cabe, também, julgar originalmente os oficiais-generais.</p>

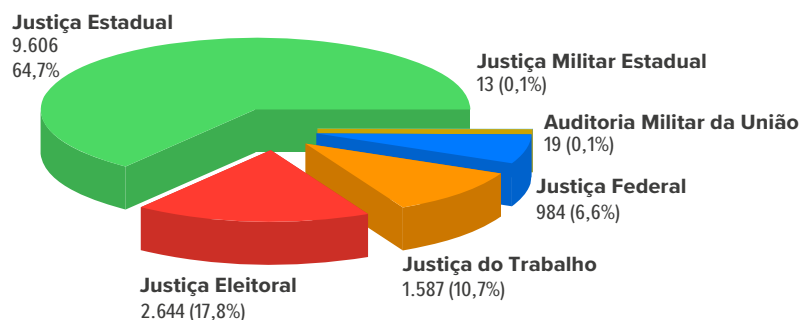
<p>Tribunais Superiores</p>	<p>Os Tribunais Superiores são os órgãos máximos de seus ramos de justiça, atuando tanto em causas de competência originária quanto como revisores de decisões de primeiro ou segundo grau. São eles: Superior Tribunal de Justiça (STJ), Superior Tribunal Militar (STM), Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e Tribunal Superior do Trabalho (TST). Os(As) magistrados(as) que compõem esses colegiados são denominados Ministros(as).</p>
<p>Superior Tribunal de Justiça</p>	<p>É o Tribunal Superior da Justiça comum (estadual e federal) para causas infraconstitucionais (que não se relacionam diretamente com a Constituição Federal), sendo composto por 33 ministros. Sua principal função é uniformizar e padronizar a interpretação da legislação federal brasileira, ressalvadas as questões de competência das justiças especializadas (Eleitoral e Trabalhista). Suas competências estão previstas no art. 105 da Constituição Federal, entre as quais o julgamento em recurso especial de causas decididas em última ou única instância pelos Tribunais Regionais Federais, pelos Tribunais de Justiça ou pelos Tribunais de Justiça Militar dos estados quando a decisão recorrida contrariar lei federal.</p>
<p>Superior Tribunal Militar</p>	<p>O STM é um órgão da Justiça Militar da União, composto por 15 Ministros(as) vitalícios, nomeados(as) pelo Presidente da República depois de aprovados(as) pelo Senado Federal, sendo três oficiais-generais da Marinha, quatro oficiais-generais do Exército, três oficiais-generais da Aeronáutica — todos da ativa e do posto mais elevado da carreira — e cinco civis escolhidos pelo Presidente da República. O Superior Tribunal Militar, um dos três Tribunais Superiores especializados do Brasil, tem a atribuição de julgar os recursos oriundos da primeira instância da Justiça Militar da União, bem como a competência originária para processar e julgar os(as) oficiais-generais e decretar a perda do posto e da patente dos(as) oficiais das Forças Armadas julgados(as) indignos(as) ou incompatíveis para o oficialato.</p>
<p>Tribunal Superior Eleitoral</p>	<p>Órgão máximo da Justiça Eleitoral, o TSE é composto por sete ministros(as) titulares e sete ministros(as) substitutos. São três titulares e três substitutos(as) provenientes do STF, dois(duas) titulares e dois(duas) substitutos(as) oriundos(as) do STJ e dois(duas) titulares e dois(duas) substitutos (as) da classe jurista, advogados(as) indicados pelo STF e nomeados pela Presidência da República. Sua principal função é zelar pela lisura de todo o processo eleitoral. Ao TSE cabe, entre outras atribuições previstas no Código Eleitoral, julgar os recursos decorrentes das decisões dos Tribunais Regionais Eleitorais (TREs), inclusive sobre matéria administrativa.</p>
<p>Tribunal Superior do Trabalho</p>	<p>Órgão máximo da Justiça do Trabalho, o TST é composto por 27 ministros(as). Sua principal função é uniformizar as decisões sobre ações trabalhistas, consolidando a jurisprudência desse ramo do Direito. O TST possui competência para o julgamento de recursos de revista, recursos ordinários e agravos de instrumento contra decisões de TRTs e dissídios coletivos de categorias organizadas em âmbito nacional, além de mandados de segurança e embargos opostos às suas decisões e ações rescisórias, entre outras constantes no art. 114 da Constituição Federal.</p>

3.1 Estrutura do primeiro grau

O primeiro grau do Poder Judiciário está estruturado em **14.853 unidades judiciárias**, o que evidencia a criação de 61 novas unidades em relação ao número do ano passado (14.792). Conforme Figuras 9 e 10, esse total se divide em 9.606 (64,7%) pertencentes à Justiça Estadual e se subdivide em Varas (8.389, representando 87,3% da Justiça Estadual e 56% do total nacional) e Juizados (1.217, representando 12,7% da Justiça Estadual e 8% do total nacional). A Justiça do Trabalho conta com 1.587 unidades (10,7%); a Justiça Federal com 984 (6,6%), estas subdivididas em 790 Varas (80,3% do total da Justiça Federal e 5% do total nacional) e 194 Juizados Especiais Federais (JEFs) (19,7% da Justiça Federal e 1,3% do total nacional); a Justiça Eleitoral conta com 2.644 unidades (17,8%), a Justiça Militar Estadual com 13 unidades (0,1%) e as Auditorias Militares da União com 19 unidades (0,1%).

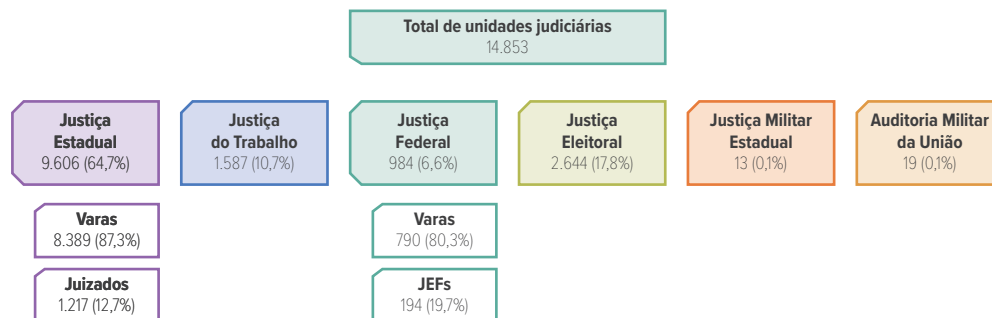
A maioria das unidades judiciárias pertence à Justiça Estadual, que possui 9.606 varas e juizados especiais e 2.672 comarcas (48% dos municípios brasileiros são sede da Justiça Estadual). A Justiça do Trabalho está sediada em 624 municípios (11,2% dos municípios) e a Justiça Federal em 278 (5% dos municípios).

Figura 9 - Unidades judiciárias de primeiro grau, por ramo de justiça



Fonte: Conselho Nacional de Justiça, 2021.

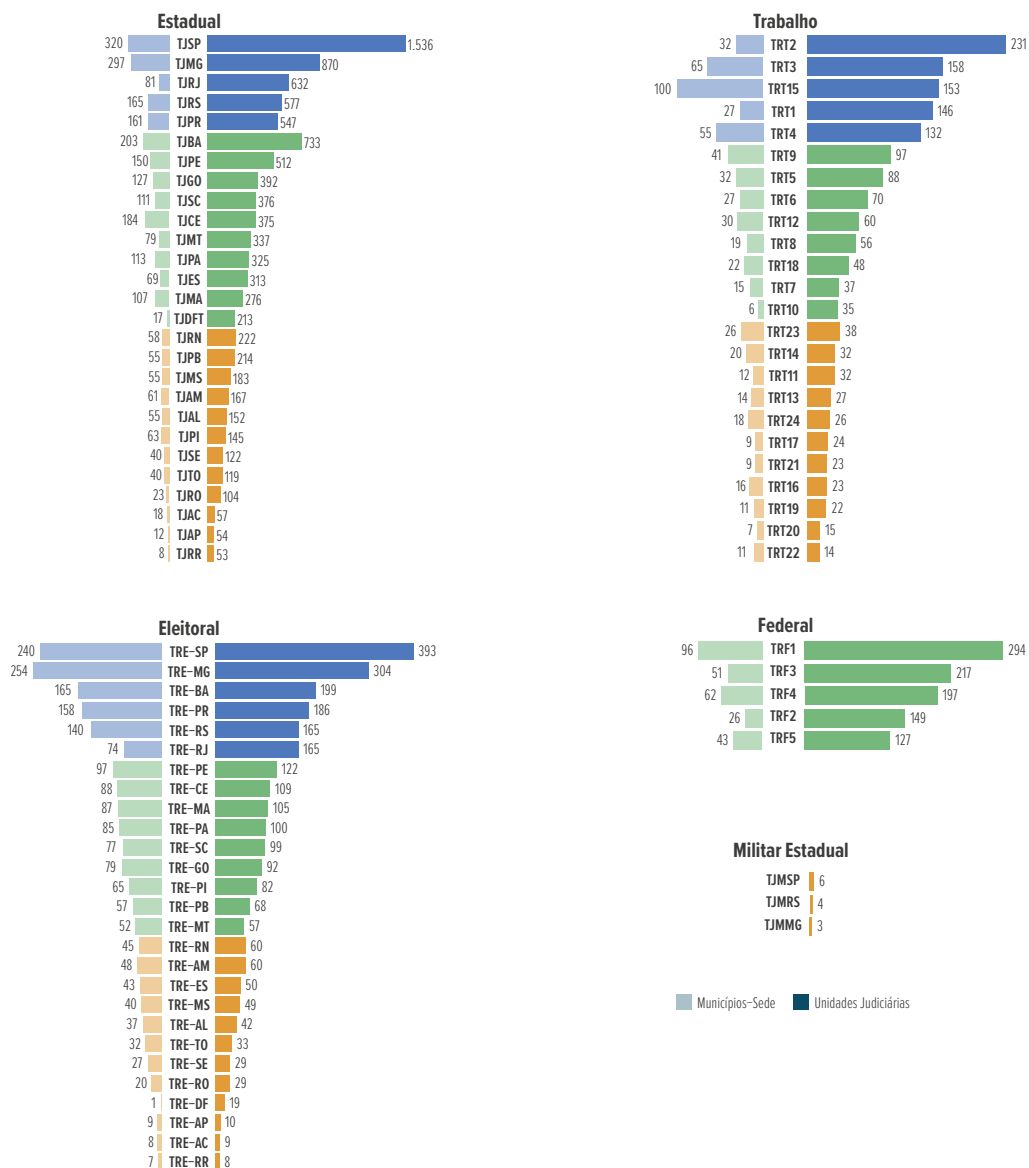
Figura 10 - Diagrama do número de unidades judiciárias de primeiro grau, por ramo de justiça



Fonte: Conselho Nacional de Justiça, 2021.

A Figura 11 apresenta o número de unidades judiciárias e a quantidade de municípios que são sede das respectivas unidades, o que representa, para a Justiça Estadual, o número de comarcas; para a Justiça Federal, o número de subseções judiciárias; para a Justiça do Trabalho, o número de municípios que possui vara do trabalho; e, para a Justiça Eleitoral, o número de municípios com cartórios eleitorais.

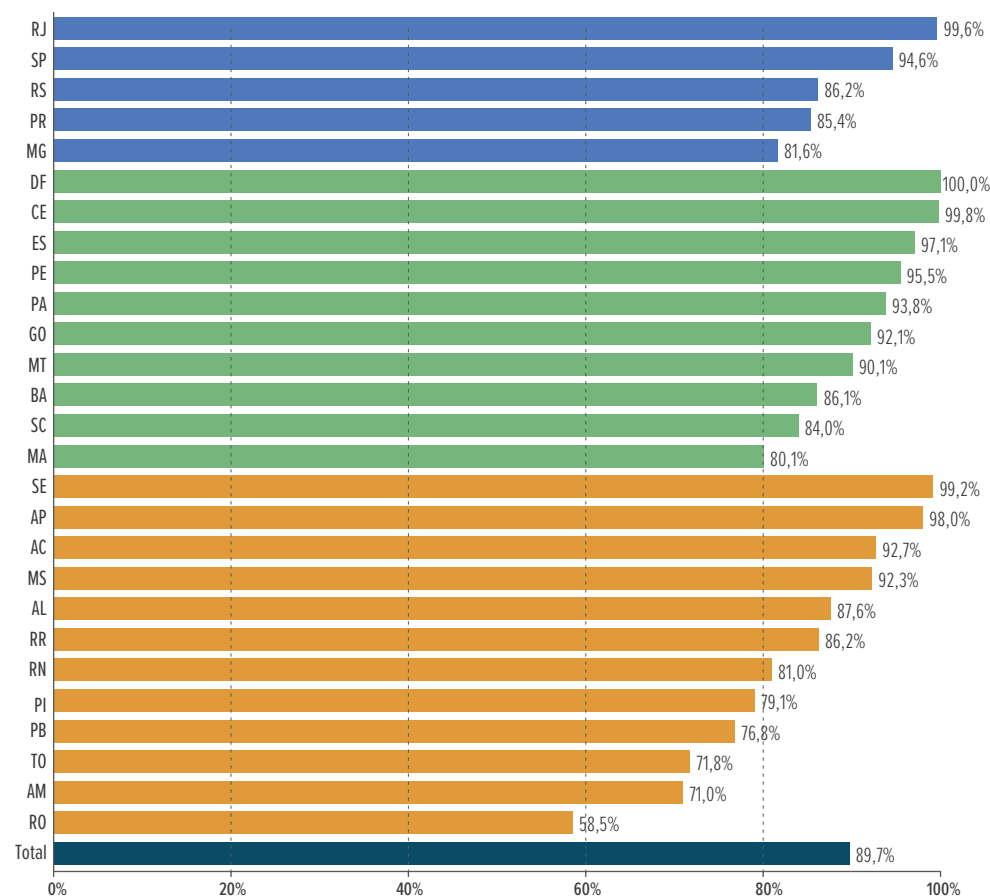
Figura 11 - Número de municípios-sede e unidades judiciárias por tribunal



Fonte: Conselho Nacional de Justiça, 2021.

A Figura 12 apresenta o percentual da população de cada unidade da Federação (UF) residente em município que sedia unidade judiciária (municípios-sede) da Justiça Estadual, indicando o quanto as estruturas físicas do Poder Judiciário estão próximas da população. Observa-se que 89,7% da população brasileira reside em município-sede da Justiça Estadual. Isso significa que, apesar das comarcas corresponderem a 48% dos municípios, elas estão em locais com grande abrangência populacional. No Distrito Federal e nos estados do Rio de Janeiro, Ceará, Sergipe e Amapá, as comarcas estão localizadas de forma que quase a totalidade da população reside em Municípios providos por varas. Entre os Tribunais de grande e médio porte, todos possuem percentual de população residente em municípios que sediam unidades judiciárias acima de 80%, o que representa uma grande abrangência populacional, impactando de forma positiva o acesso à Justiça. E sete (Sergipe, Amapá, Acre, Mato Grosso do Sul, Alagoas, Roraima e Rondônia) dos 12 Tribunais de pequeno porte também apresentam percentual acima de 80%. Em situação inversa estão os estados de Tocantins, Amazonas e Rondônia com menos de 72% da população residente em sede de comarca.

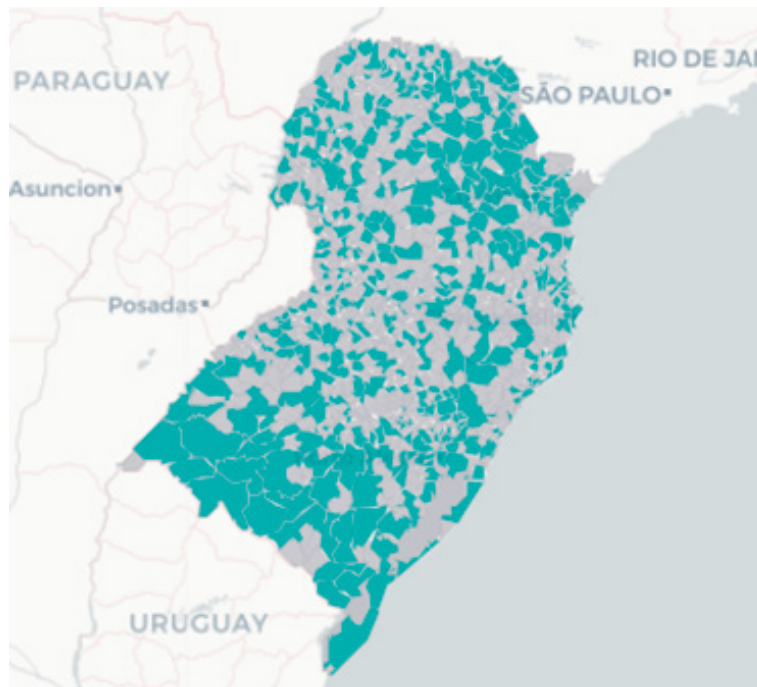
Figura 12 - Percentual da população residente em municípios-sede de comarca



Fonte: Conselho Nacional de Justiça, 2021.

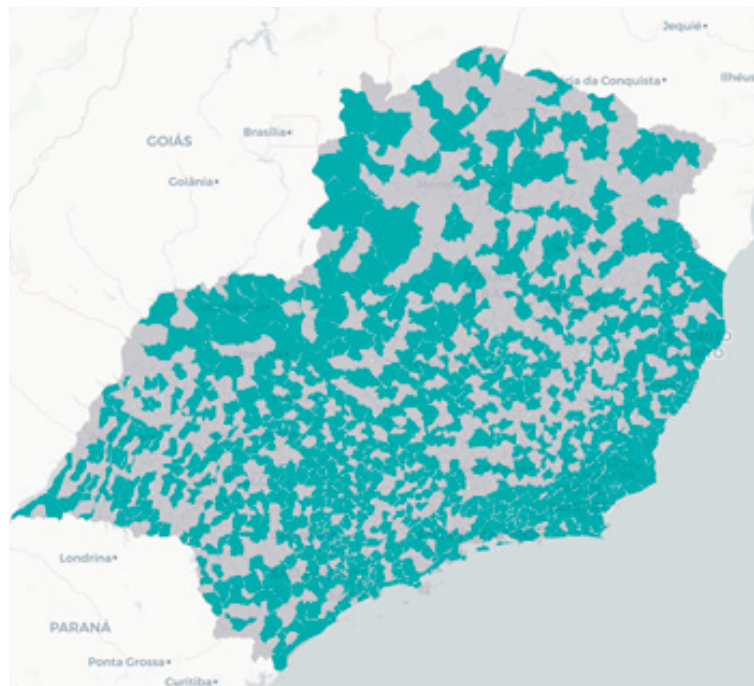
As Figuras de 13 a 17 trazem a malha territorial das comarcas brasileiras, com mapeamento dos municípios que são sede de comarca. Os municípios pintados na cor verde são aqueles em que há unidade judiciária em seus limites territoriais. Os dados foram extraídos do sistema Módulo de Produtividade Mensal, disponível em <https://www.cnj.jus.br/pesquisas-judiciarias/paineis-cnj/>, que possui um cadastro nacional de todas as unidades judiciárias e suas respectivas comarcas, com designação e localização geoespacial. A área total das comarcas abrange 76% do território brasileiro, em quilômetros quadrados.

Figura 13 - Distribuição geográfica das comarcas na região Sul



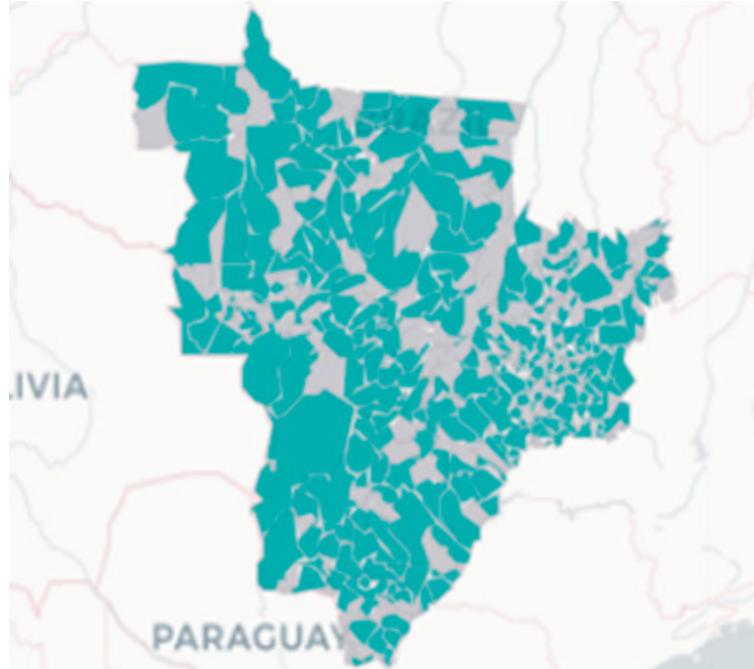
Fonte: Conselho Nacional de Justiça, 2021.

Figura 14 - Distribuição geográfica das comarcas na região Sudeste



Fonte: Conselho Nacional de Justiça, 2021.

Figura 15 - Distribuição geográfica das comarcas na região Centro-Oeste



Fonte: Conselho Nacional de Justiça, 2021.

Figura 16 - Distribuição geográfica das comarcas na região Nordeste



Fonte: Conselho Nacional de Justiça, 2021.

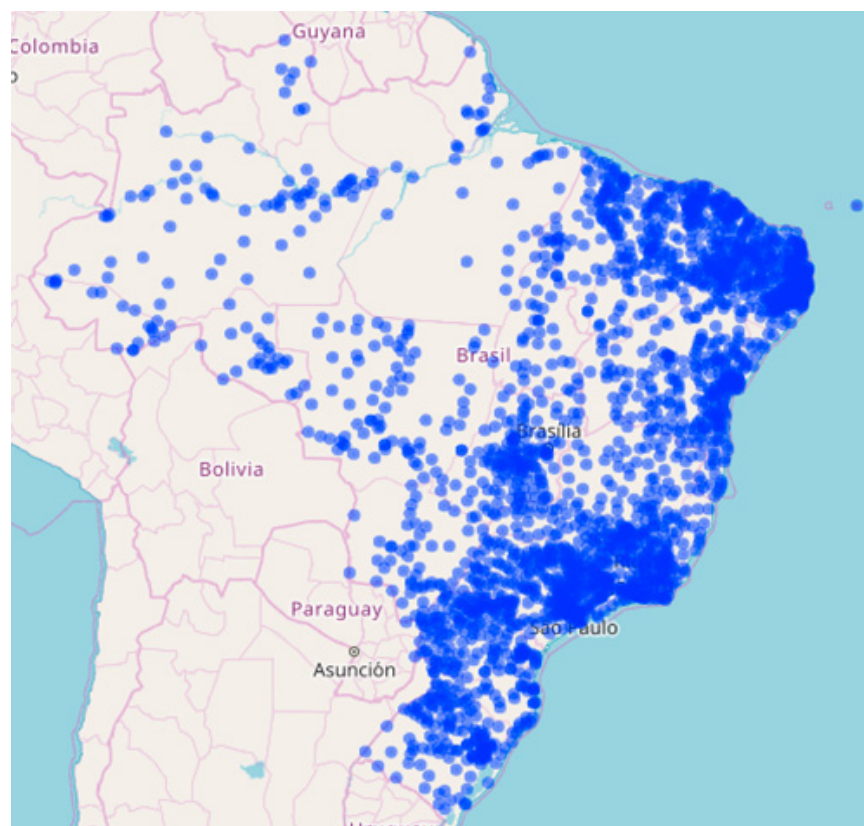
Figura 17 - Distribuição geográfica das comarcas na região Norte



Fonte: Conselho Nacional de Justiça, 2021.

A Figura 18 mostra a localização e concentração das unidades judiciárias no território brasileiro, considerando todos os segmentos de Justiça (Estadual, Federal, Trabalhista e Militar). Nota-se grande concentração na faixa litorânea do País, com distribuição mais esparsa nos estados da região Norte e nos estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Na região Norte, também é possível verificar a localização de unidades judiciárias ao longo de cursos de rios e braços de rios e afluentes, consistindo em um panorama que possibilita o acesso à Justiça das comunidades ribeirinhas e um esforço na interiorização das unidades judiciárias nessas localidades. Ao mesmo tempo, demonstra a dependência aos recursos aquaviários nessa região. Também é constatado que as faixas de fronteiras da região Norte possuem pouca densidade de unidades judiciárias, havendo ligeira concentração na área de tríplice fronteira Brasil-Colômbia-Peru e nas faixas de fronteira entre Brasil-Paraguai e na parte norte da fronteira Brasil-Argentina. Há ainda a existência de unidade judiciária em território ultramarino brasileiro do arquipélago de Fernando de Noronha, consistente em um posto avançado do Tribunal de Justiça de Pernambuco.

Figura 18 - Localização das unidades judiciárias da Justiça Estadual, Federal, Trabalhista e Militar



Fonte: Conselho Nacional de Justiça, 2021.

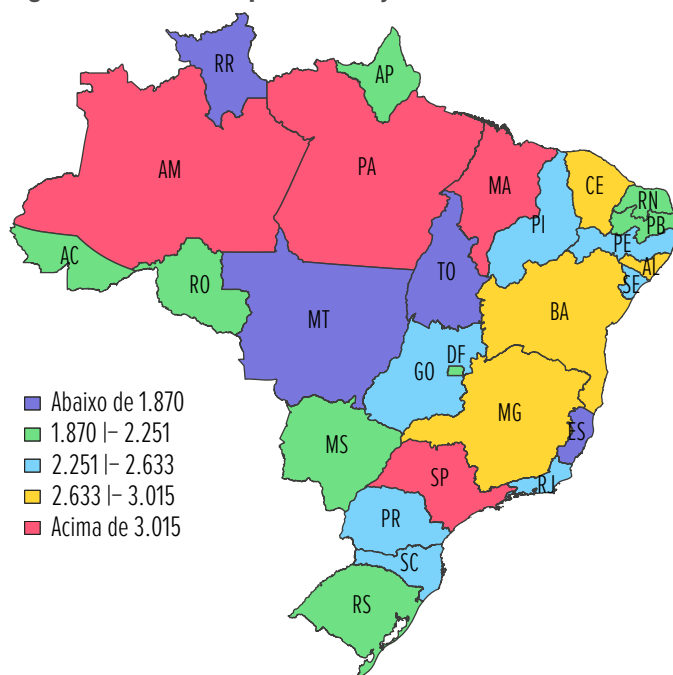
As Figuras de 19 a 23 apresentam a distribuição populacional por unidade judiciária para o total do Poder Judiciário e por segmento de Justiça, com informações agrupadas por unidade da Federação.

Na Figura 19, é possível observar que os maiores índices de habitantes por unidade judiciária de primeiro grau estão nos estados do Pará, Maranhão, São Paulo e Amazonas, nessa ordem. Esses quatro estados possuem 31% da população brasileira, 40% da extensão territorial do Brasil e apenas 25% das unidades judiciárias.

O estado do Maranhão apresenta o maior índice de habitantes por unidade judiciária também na Justiça do Trabalho (TRT-16), com 23 varas trabalhistas. O cotejo dessa informação com a disposta na Figura 12, em que essa UF aponta como a de menor índice de população atendida pelas comarcas estaduais entre os tribunais de médio porte, pode indicar um menor acesso à Justiça, comparativamente aos demais estados, ainda por ser melhor estudado.

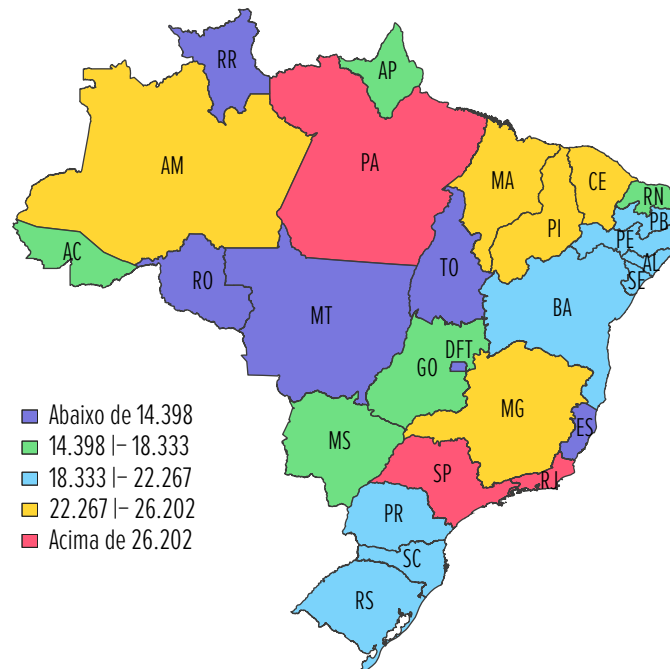
Na Justiça Eleitoral, apenas o Distrito Federal, São Paulo e Rio de Janeiro possuem mais de cem mil habitantes por zona eleitoral (Figura 21).

Figura 19 - Habitantes por unidade judiciária



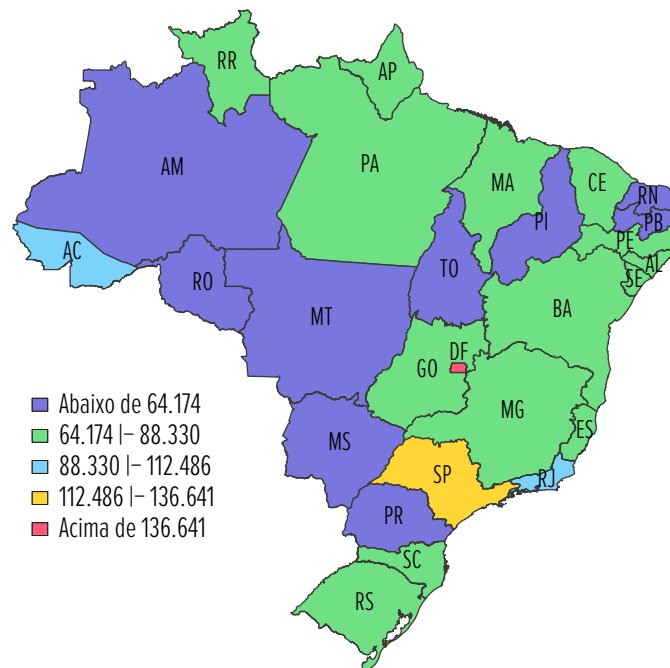
Fonte: Conselho Nacional de Justiça, 2021.

Figura 20 - Habitantes por varas e juizados especiais estaduais



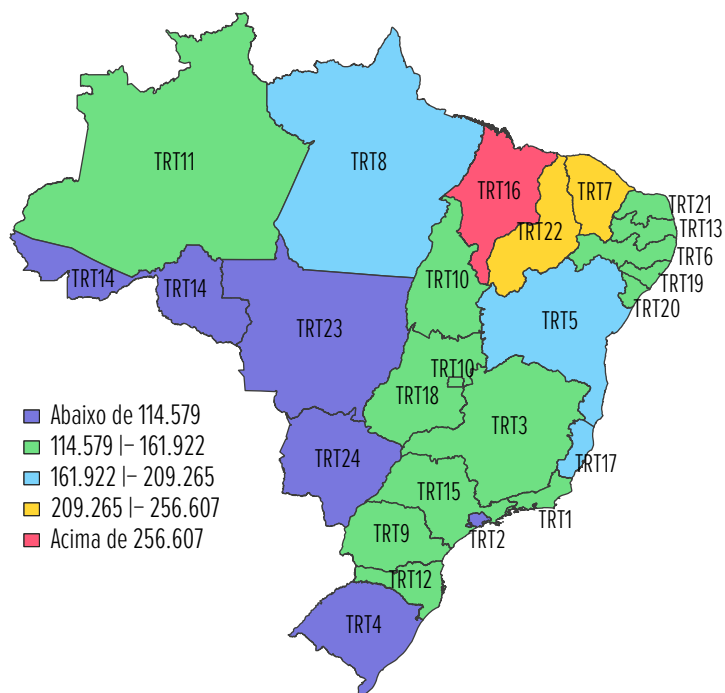
Fonte: Conselho Nacional de Justiça, 2021.

Figura 21 - Habitantes por zona eleitoral



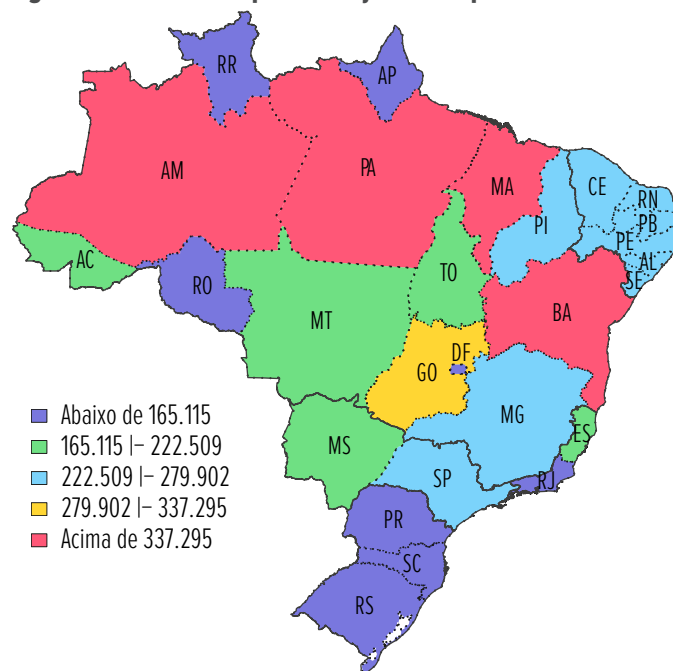
Fonte: Conselho Nacional de Justiça, 2021.

Figura 22 - Habitantes por vara do trabalho



Fonte: Conselho Nacional de Justiça, 2021.

Figura 23 - Habitantes por vara e juizado especial federal



Fonte: Conselho Nacional de Justiça, 2021.

3.2 Classificação dos tribunais por porte

Considerando-se a extensão continental do território brasileiro, é necessário estabelecer parâmetros metodológicos que permitam uma comparação equânime entre os diversos tribunais brasileiros. A realidade social, demográfica e as singularidades regionais podem impactar o porte de cada unidade judiciária. Desse modo, para permitir a obtenção de informações comparativas, faz-se necessário a criação de um índice que leve em consideração variáveis referentes à atividade administrativa e financeira do tribunal.

Dessa forma, foi estabelecido um critério que permite a segmentação dos tribunais em três faixas de grande, médio e pequeno porte. Esse agrupamento permite a divisão dos tribunais em *clusters* distintos com base na similaridade relativa entre os integrantes dessas faixas. Os elementos de uma mesma faixa devem apresentar maior similaridade quanto aos atributos analisados, de forma a maximizar a homogeneidade dentro de cada faixa e maximizar a heterogeneidade entre as diferentes faixas.¹⁵

Para a construção do índice, foram usados os seguintes atributos: despesas totais; casos novos; processos pendentes; número de magistrados(as); número de servidores(as): efetivos(as), requisitados(as), cedidos(as) e comissionados(as) sem vínculo efetivo; e número de trabalhadores auxiliares: terceirizados(as), estagiários(as), juízes(as) leigos(as) e conciliadores(as).

A consolidação dessas informações forma um escore único, por tribunal, a partir do qual se procede ao agrupamento em três categorias, segundo o respectivo porte: grande, médio ou pequeno¹⁶.

As Tabelas de 1 a 3 apresentam os dados utilizados para o agrupamento, os escores obtidos, o ranking, bem como a classificação em grupos de cada um dos tribunais da Justiça Estadual, da Justiça do Trabalho e da Justiça Eleitoral. A distribuição dos portes conforme os segmentos de justiça podem ser melhor visualizados nas Figuras de 24 a 26. Observa-se que os tribunais dos estados de Minas Gerais, São Paulo, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul aparecem como de grande porte nos três ramos de justiça, enquanto os tribunais dos estados do Acre, Amazonas, Alagoas, Mato Grosso do Sul, Rio Grande do Norte, Roraima, Rondônia e Sergipe, entre os de pequeno porte.

15 OCHI, Luiz Satoru; DIAS, Carlos Rodrigo; SOARES, Stênio S. Furtado. Clusterização em mineração de dados. Instituto de Computação-Universidade Federal Fluminense-Niterói, v. 1, p. 46, 2004.

16 Detalhes técnicos estão disponíveis no anexo metodológico, que contém informações sobre a técnica estatística empregada, no caso, a análise de componentes principais.

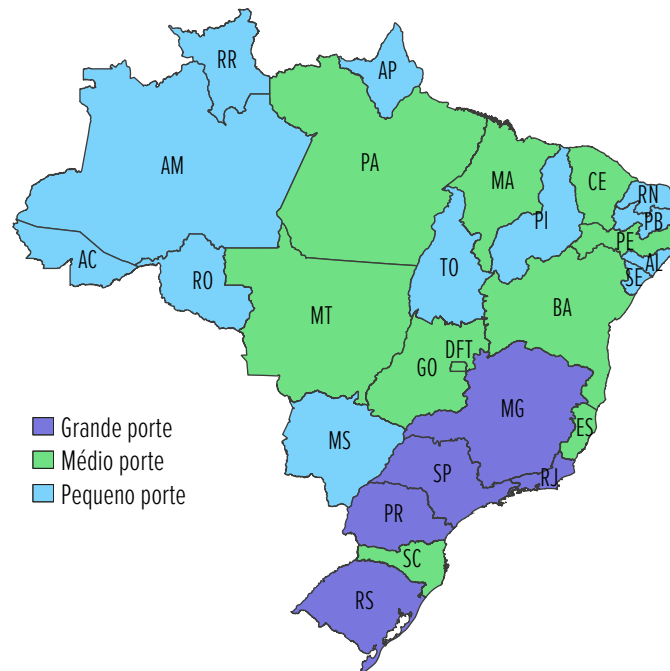
Outro aspecto relevante é a simetria entre os portes, as regiões geográficas e os dados demográficos. Nota-se que, na Justiça Estadual, as regiões Sul e Sudeste são compostas, basicamente, por tribunais de grande porte (com exceção do TJSC e do TJES).

Os cinco maiores tribunais estaduais (TJRS, TJPR, TJSP, TJRJ e TJMG) concentram 64% do Produto Interno Bruto (PIB) nacional e 51% da população brasileira, ao passo que os cinco menores tribunais estaduais (TJRR, TJAC, TJAP, TJTO, TJAL) abarcam apenas 2% do PIB e 3% da população.

Destaca-se que o TJBA e TJDFT, em que pese sejam classificados como tribunais de médio porte, possuem despesa total maior que o TJPR, classificado como de grande porte. O TJBA, de médio porte, também possui um número superior de casos novos e pendentes em relação ao TJRS, classificado como de grande porte. No segmento da Justiça do Trabalho, o TRT11 e TRT 13, classificados como de pequeno porte, também possuem despesas totais superiores ao TRT7, de médio porte. E no segmento Eleitoral, o TRE-RN, de pequeno porte também possui despesa total um pouco maior do que o TRE-MT, classificado como de médio porte.

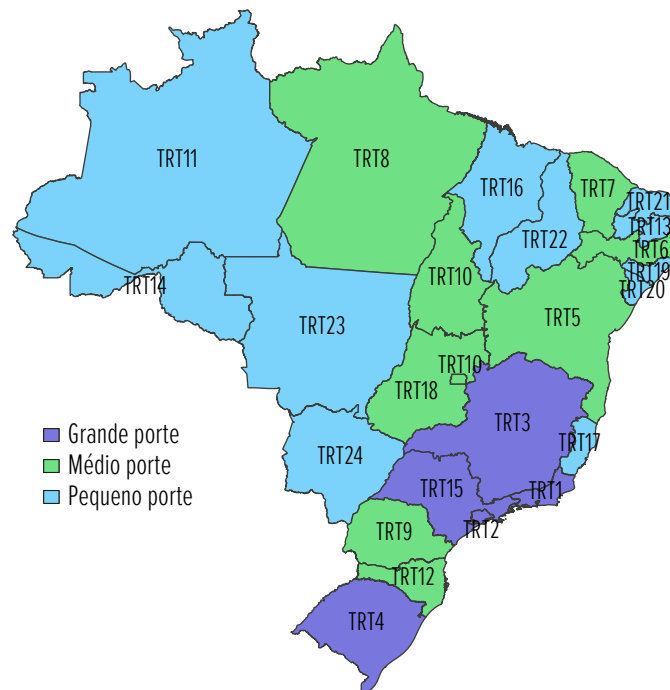
Dessa maneira, o TJMS, classificado como de pequeno porte, possui uma quantidade de casos novos maior do que o TJMT, TJCE, TJDFT, TJMA, TJPA e TJES, todos classificados como de médio porte, além de ter mais casos pendentes do que o TJES, TJMT e TJDFT, classificados como de médio porte, o que pode demonstrar uma economicidade orçamentária e de pessoal em relação ao acervo processual novo e pendente. Nos segmentos da Justiça do Trabalho e Eleitoral, a seu turno, não há resultado parecido, apresentando maior homogeneidade dos atributos de casos novos e pendentes dentro da mesma faixa de classificação de porte.

Figura 24 - Distribuição territorial dos Tribunais de Justiça segundo o porte



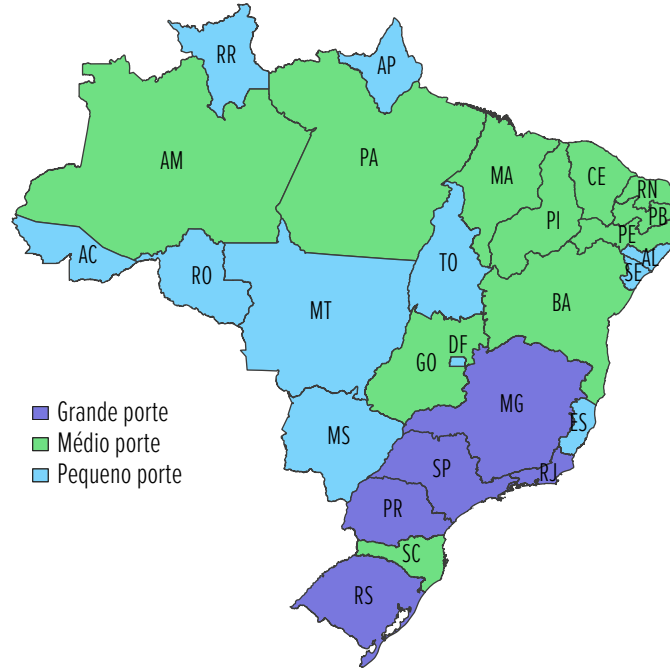
Fonte: Conselho Nacional de Justiça, 2021.

Figura 25 - Distribuição territorial dos Tribunais Regionais do Trabalho segundo o porte



Fonte: Conselho Nacional de Justiça, 2021.

Figura 26 - Distribuição territorial dos Tribunais Regionais Eleitorais segundo o porte



Fonte: Conselho Nacional de Justiça, 2021.

Tabela 1 - Classificação dos tribunais da Justiça Estadual segundo o porte, ano-base 2020

GRUPO	TRIBUNAL	ESCORE*	DESPESA TOTAL	CASOS NOVOS	CASOS PENDENTES	MAGISTRADOS(AS)	SERVIDORES(AS)	
1º Grupo: Grande Porte	1	TJ - São Paulo	4,318	12.088.192.307	4.456.839	19.432.935	2.620	65.179
	2	TJ - Minas Gerais	1,140	6.396.561.674	1.428.480	3.940.277	1.085	27.334
	3	TJ - Rio de Janeiro	1,086	4.629.690.694	1.461.530	7.897.304	877	24.629
	4	TJ - Paraná	0,599	2.723.588.046	1.281.624	3.754.090	929	18.592
	5	TJ - Rio Grande do Sul	0,508	3.813.727.897	1.095.931	3.035.797	759	16.603
2º Grupo: Médio Porte	1	TJ - Bahia	0,382	3.609.165.217	1.157.794	3.498.709	572	11.977
	2	TJ - Santa Catarina	0,153	2.403.147.285	824.227	2.373.108	532	13.253
	3	TJ - Goiás	-0,048	2.506.777.721	524.231	1.622.288	359	11.199
	4	TJ - Pernambuco	-0,053	1.738.934.001	513.078	1.721.578	546	9.958
	5	TJ - Distrito Federal e Territórios	-0,115	2.998.546.593	333.294	673.846	381	9.847
	6	TJ - Ceará	-0,224	1.353.992.697	360.972	1.108.983	447	7.849
	7	TJ - Mato Grosso	-0,270	1.716.265.770	374.117	886.821	276	7.955
	8	TJ - Maranhão	-0,305	1.359.736.792	319.473	1.074.710	353	5.815
	9	TJ - Pará	-0,329	1.207.973.771	242.059	1.097.064	325	6.798
	10	TJ - Espírito Santo	-0,339	1.501.183.499	200.004	902.469	317	6.134
3º Grupo: Pequeno Porte	1	TJ - Mato Grosso do Sul	-0,388	1.057.896.970	398.321	1.002.605	206	4.877
	2	TJ - Paraíba	-0,441	768.317.934	212.859	677.901	268	5.214
	3	TJ - Rio Grande do Norte	-0,457	901.181.131	256.756	461.428	250	4.061
	4	TJ - Amazonas	-0,486	729.858.613	265.291	757.394	200	3.231
	5	TJ - Piauí	-0,523	655.989.518	176.533	552.093	200	3.247
	6	TJ - Sergipe	-0,526	619.049.215	222.848	370.337	158	4.227
	7	TJ - Rondônia	-0,534	776.494.944	240.253	335.533	137	3.302
	8	TJ - Alagoas	-0,536	570.893.257	249.230	506.287	150	3.201
	9	TJ - Tocantins	-0,560	657.852.734	176.405	414.087	133	3.028
	10	TJ - Amapá	-0,671	339.842.211	58.409	95.406	84	1.647
	11	TJ - Acre	-0,681	294.371.209	49.299	95.521	62	1.980
	12	TJ - Roraima	-0,699	265.609.191	42.723	58.941	56	1.317

Fonte: Conselho Nacional de Justiça, 2021.

Tabela 2 - Classificação dos tribunais da Justiça do Trabalho segundo o porte, ano-base 2020

GRUPO	TRIBUNAL	ESCORE*	DESPESA TOTAL	CASOS NOVOS	CASOS PENDENTES	MAGISTRADOS(AS)	SERVIDORES(AS)	
1º Grupo: Grande Porte	1	TRT - 2ª Região	3,175	2.836.266.466	562.834	990.336	615	6.266
	2	TRT - 15ª Região	1,626	1.737.724.014	396.762	549.094	395	4.159
	3	TRT - 1ª Região	1,385	1.972.074.014	284.424	534.222	296	4.299
	4	TRT - 3ª Região	1,119	1.948.393.122	252.818	265.761	305	4.380
	5	TRT - 4ª Região	0,985	1.731.688.214	225.334	370.520	284	3.685
2º Grupo: Médio Porte	1	TRT - 9ª Região	0,461	1.105.276.185	192.229	312.478	204	2.709
	2	TRT - 5ª Região	0,369	1.156.806.053	140.559	274.425	205	2.737
	3	TRT - 6ª Região	-0,002	867.408.352	118.889	161.139	149	2.169
	4	TRT - 12ª Região	-0,155	785.092.943	121.435	128.221	126	1.637
	5	TRT - 10ª Região	-0,292	633.811.327	71.059	131.276	99	1.772
	6	TRT - 18ª Região	-0,298	584.298.843	88.886	95.049	103	1.824
	9	TRT - 8ª Região	-0,364	640.619.592	58.540	74.569	116	1.543
	10	TRT - 7ª Região	-0,459	451.097.598	62.689	105.390	80	1.378
3º Grupo: Pequeno Porte	1	TRT - 11ª Região	-0,581	492.762.289	36.100	44.984	69	1.187
	2	TRT - 13ª Região	-0,609	485.860.780	33.073	43.331	66	1.071
	3	TRT - 17ª Região	-0,615	353.965.019	46.462	67.804	65	1.004
	4	TRT - 23ª Região	-0,619	334.161.755	45.179	59.838	75	977
	5	TRT - 14ª Região	-0,663	362.514.373	38.014	31.356	66	952
	6	TRT - 16ª Região	-0,680	239.597.599	43.360	83.673	56	791
	7	TRT - 21ª Região	-0,710	301.217.848	30.075	45.590	56	838
	8	TRT - 24ª Região	-0,717	272.868.745	35.683	50.279	57	737
	9	TRT - 19ª Região	-0,733	240.756.702	27.852	65.952	50	748
	10	TRT - 20ª Região	-0,807	192.988.750	28.258	39.619	36	619
	11	TRT - 22ª Região	-0,817	157.182.444	35.385	32.607	36	579
	12	TRT - 20ª Região	-0,807	192.988.750	28.258	39.619	36	619
	13	TRT - 22ª Região	-0,817	157.182.444	35.385	32.607	36	579

Fonte: Conselho Nacional de Justiça, 2021.

Tabela 3 - Classificação dos tribunais da Justiça Eleitoral segundo o porte, ano-base 2020

GRUPO	TRIBUNAL	ESCORE*	DESPESA TOTAL	CASOS NOVOS	CASOS PENDENTES	MAGISTRADOS(AS)	SERVIDORES(AS)	
1º Grupo: Grande Porte	1	TRE - São Paulo	3,437	844.910.047	219.221	116.759	400	6.550
	2	TRE - Minas Gerais	2,437	656.976.812	198.949	100.852	311	3.895
	3	TRE - Bahia	0,835	286.085.778	104.339	52.957	205	2.258
	4	TRE - Rio de Janeiro	0,798	551.542.907	69.538	38.786	172	2.197
	5	TRE - Paraná	0,715	352.045.774	94.513	50.605	193	1.541
	6	TRE - Rio Grande do Sul	0,650	374.033.469	82.382	43.231	172	1.934
2º Grupo: Médio Porte	1	TRE - Pernambuco	0,080	230.595.211	53.980	25.516	129	1.410
	2	TRE - Goiás	0,027	223.647.185	58.215	33.194	99	1.073
	3	TRE - Maranhão	0,022	247.315.857	51.674	30.168	112	997
	4	TRE - Pará	0,015	200.244.508	55.975	33.399	107	1.092
	5	TRE - Ceará	0,010	262.057.846	41.658	25.271	116	1.247
	6	TRE - Santa Catarina	-0,029	234.341.714	52.493	27.782	106	933
	7	TRE - Piauí	-0,301	203.903.070	26.792	17.185	89	775
	8	TRE - Paraíba	-0,359	175.880.629	31.950	16.633	75	694
	9	TRE - Mato Grosso	-0,395	160.921.391	32.283	17.996	64	652
3º Grupo: Pequeno Porte	1	TRE - Rio Grande do Norte	-0,424	164.158.295	25.789	14.272	67	738
	2	TRE - Amazonas	-0,446	149.764.397	25.720	14.449	67	689
	3	TRE - Espírito Santo	-0,455	140.133.773	29.877	17.189	57	607
	4	TRE - Mato Grosso do Sul	-0,557	111.478.625	21.138	10.718	56	694
	5	TRE - Alagoas	-0,621	121.280.671	18.737	10.259	49	389
	6	TRE - Tocantins	-0,621	104.603.502	21.939	10.961	40	525
	7	TRE - Sergipe	-0,662	100.811.277	18.475	10.294	36	457
	8	TRE - Rondônia	-0,680	108.006.806	14.504	8.640	37	453
	9	TRE - Distrito Federal	-0,802	110.162.228	186	1.356	27	504
	10	TRE - Acre	-0,867	66.067.496	7.164	3.886	16	250
	11	TRE - Amapá	-0,868	64.865.387	6.214	3.634	17	274
	12	TRE - Roraima	-0,937	47.145.680	3.029	252	15	215

Fonte: Conselho Nacional de Justiça, 2021.

3.3 Infográficos

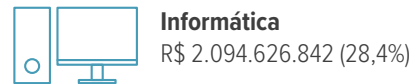
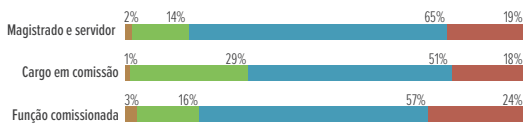
Neste tópico são apresentados, na forma de infográficos, os principais indicadores para o Poder Judiciário e por segmentos de justiça, proporcionando uma visão geral dos recursos orçamentários e humanos, dos indicadores de litigiosidade, dos tempos médios dos processos e das demandas mais recorrentes segundo classe e assunto. Para a visualização de cada tribunal, basta utilizar o *QR-code* abaixo para acessar os painéis do Justiça em Números e selecionar a unidade desejada.



http://paineis.cnj.jus.br/QvAJAXZfc/opendoc.htm?document=qvw_!%2FPaineICNJ.qvw&host=QVS%40neodimio03&anonymous=true&sheet=shResumoDespFT

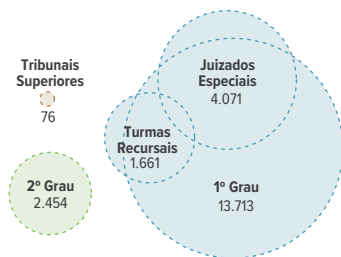
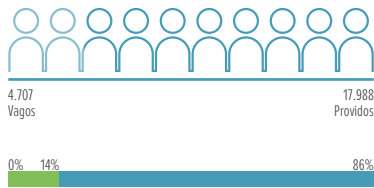
PODER JUDICIÁRIO

DESPESA TOTAL
R\$ 100.067.753.052

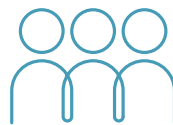


MAGISTRADOS(AS)

Cargos Existentes: 22.695



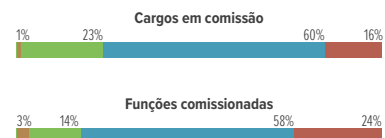
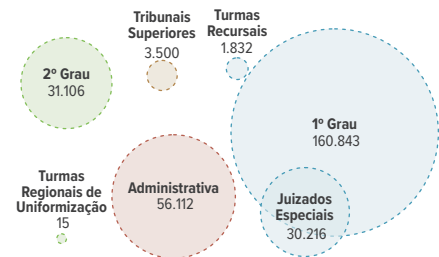
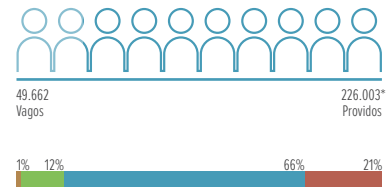
FORÇA DE TRABALHO



TOTAL: 433.575
MAGISTRADOS(AS): 17.988
SERVIDORES(AS): 267.613
 Efetivos(as): 224.001
 Cedido(as)/requisitado(as): 22.918
 Sem vínculo efetivo: 19.767
AUXILIARES: 147.974

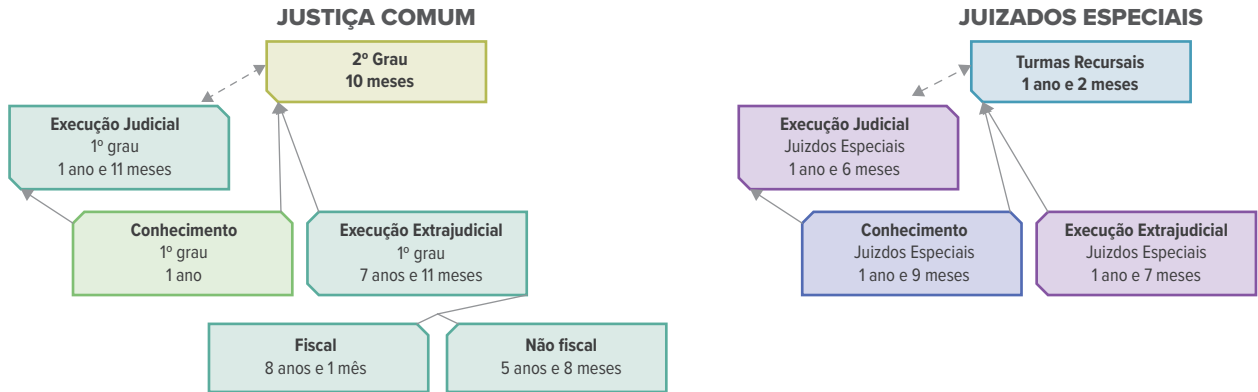
SERVIDORES(AS)

Cargos Existentes: 275.665

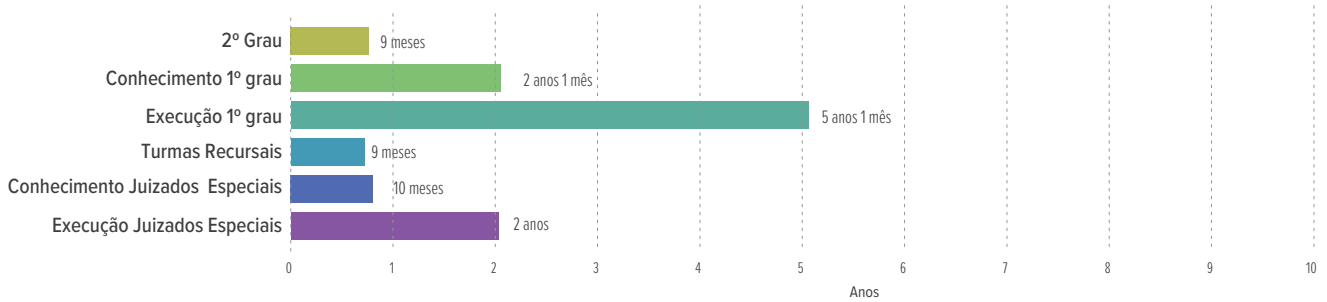


*Incluindo os servidores cedidos para outros órgãos.

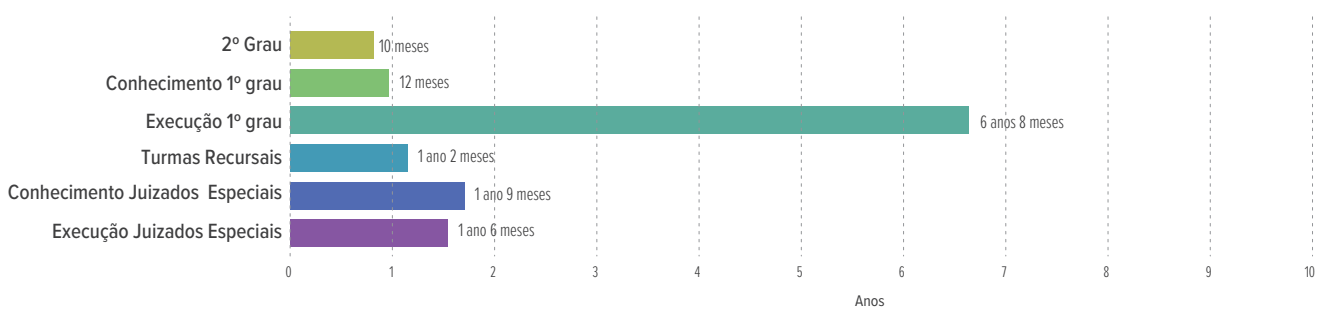
TEMPO MÉDIO DO PROCESSO BAIXADO NO PODER JUDICIÁRIO



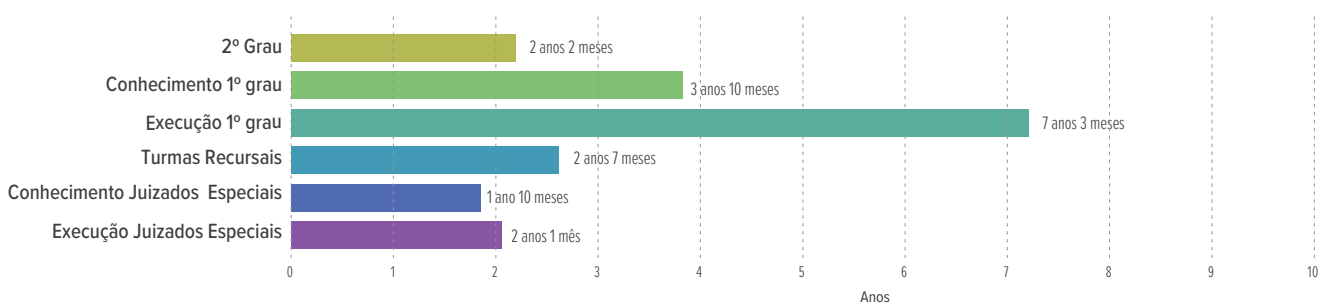
TEMPO DE SENTENÇA



TEMPO DA BAIXA



TEMPO DO PENDENTE



Litigiosidade

	JUSTIÇA ESTADUAL	JUSTIÇA DO TRABALHO	JUSTIÇA FEDERAL	JUSTIÇA ELEITORAL
MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL				
Casos novos	16.922.580 ↓-18,1%	2.975.899 ↓-15,7%	3.809.039 ↓-26,8%	1.366.734 ↑1960,3%
Criminal	2.046.328 ↓-19,7%	0 -	60.235 ↓-46,4%	2.619 ↑5,0%
Não criminal	14.876.252 ↓-17,9%	2.975.899 ↓-15,7%	3.748.804 ↓-26,4%	1.364.115 ↑2036,6%
Julgados	17.333.697 ↓-24,0%	2.870.510 ↓-28,6%	3.371.488 ↓-14,7%	762.297 ↑613,0%
Criminal	1.825.465 ↓-28,5%	0 -	46.707 ↓-41,8%	1.623 ↓-45,6%
Não criminal	15.508.232 ↓-23,5%	2.870.510 ↓-28,6%	3.324.781 ↓-14,1%	760.674 ↑631,9%
Baixados	19.498.870 ↓-21,7%	3.098.866 ↓-26,0%	4.004.156 ↓-25,3%	678.361 ↑443,3%
Criminal	2.141.354 ↓-25,8%	0 -	75.442 ↓-51,0%	2.242 ↓-34,5%
Não criminal	17.357.516 ↓-21,1%	3.098.866 ↓-26,0%	3.928.714 ↓-24,5%	676.119 ↑456,8%
Casos pendentes	58.347.512 ↓-5,2%	4.557.513 ↑1,0%	10.907.668 ↑2,5%	736.244 ↑1222,7%
Criminal	7.405.002 ↑7,5%	0 -	202.131 ↓-3,7%	6.121 ↓-5,9%
Não criminal	50.942.510 ↓-6,7%	4.557.513 ↑1,0%	10.705.537 ↑2,6%	730.123 ↑1385,3%
INDICADORES DE PRODUTIVIDADE				
IAD (baixados/cn)	115% ↓-5,29 p.p.	104% ↓-14,44 p.p.	105% ↑2,11 p.p.	50% ↓-138,56 p.p.
Taxa de congestionamento	75% ↑3,76 p.p.	60% ↑7,65 p.p.	73% ↑6,64 p.p.	52% ↑21,2 p.p.
Taxa de congest. líquida	73% ↑4,46 p.p.	49% ↑6,58 p.p.	62% ↑7,76 p.p.	50% ↑20,39 p.p.
INDICADORES DE GESTÃO				
Índice de conciliação	9% ↓-2,27 p.p.	23% ↓-0,72 p.p.	8% ↓-2,55 p.p.	0,0% ↓-0,18 p.p.
Recorribilidade externa	6% ↓-0,92 p.p.	53% ↑2,01 p.p.	17% ↓-2,6 p.p.	2,5% ↓-0,78 p.p.
Recorribilidade interna	11% ↑3,42 p.p.	25% ↑5,19 p.p.	14% ↑4,38 p.p.	2,1% ↓-0,64 p.p.
Processos eletrônicos	96% ↑7,04 p.p.	100% ↑0,97 p.p.	100% ↑5,21 p.p.	99,5% ↑88,42 p.p.
INDICADORES POR MAGISTRADO				
Casos novos	1.267 ↓-19,6%	659 ↓-19,9%	1.856 ↓-13,5%	482 ↑1961,7%
Carga de trabalho	6.872 ↓-11,6%	2.533 ↓-13,4%	8.530 ↓-6,5%	506 ↑675,8%
Carga de trabalho líquida	6.283 ↓-10,7%	2.063 ↓-17,3%	6.121 ↓-9,4%	484 ↑656,7%
Processos Julgados	1.486 ↓-25,4%	857 ↓-29,6%	1.851 ↓-14,7%	269 ↑613,5%
IPM (baixados)	1.672 ↓-23,1%	925 ↓-26,9%	2.199 ↓-25,3%	239 ↑443,7%
INDICADORES POR SERVIDOR DA ÁREA JUDICIÁRIA				
Casos novos	107 ↓-18,6%	77 ↓-18,7%	164 ↓-12,3%	105 ↑1722,9%
Carga de trabalho	580 ↓-10,5%	295 ↓-12,2%	752 ↓-5,1%	110 ↑585,9%
Carga de trabalho líquida	530 ↓-9,6%	240 ↓-16,2%	540 ↓-8,1%	105 ↑569,1%
IPS-Jud (baixados)	141 ↓-22,1%	108 ↓-25,9%	194 ↓-24,2%	52 ↑380,7%

Litigiosidade

	JUSTIÇA MILITAR ESTADUAL	AUDITORIAS MILITARES DA UNIÃO	TRIBUNAIS SUPERIORES	TOTAL
--	--------------------------	-------------------------------	----------------------	-------

MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL

Casos novos	3.220 ↓-28,8%	1.383 ↓-8,6%	724.816 ↓-0,1%	25.803.671 ↓-14,5%
Criminal	2.090 ↓-32,4%	1.383 ↓-8,6%	133.404 ↑9,9%	2.246.059 ↓-19,5%
Não criminal	1.130 ↓-20,9%	-	591.412 ↓-2,1%	23.557.612 ↓-14,0%
Julgados	2.566 ↓-24,8%	1.114 ↓-19,4%	701.051 ↓-0,8%	25.042.723 ↓-20,8%
Criminal	1.368 ↓-32,8%	1.114 ↓-19,4%	126.641 ↑0,6%	2.002.918 ↓-27,6%
Não criminal	1.198 ↓-12,7%	-	574.410 ↓-1,1%	23.039.805 ↓-20,1%
Baixados	3.045 ↓-27,3%	1.133 ↓-19,8%	623.853 ↓-8,0%	27.908.284 ↓-20,8%
Criminal	1.862 ↓-28,8%	1.133 ↓-19,8%	122.154 ↓-2,4%	2.344.187 ↓-26,1%
Não criminal	1.183 ↓-24,8%	-	501.699 ↓-9,3%	25.564.097 ↓-20,3%
Casos pendentes	3.906 ↑5,5%	1.978 ↑3,4%	799.118 ↑10,7%	75.353.939 ↓-2,7%
Criminal	2.662 ↑2,3%	1.978 ↑3,4%	58.525 ↑23,6%	7.676.419 ↑7,3%
Não criminal	1.244 ↑13,0%	-	740.593 ↑9,7%	67.677.520 ↓-3,7%

INDICADORES DE PRODUTIVIDADE

IAD (baixados/cn)	95% ↑1,94 p.p.	82% ↓-11,46 p.p.	86% ↓-7,4 p.p.	108% ↓-8,6 p.p.
Taxa de congestionamento	56% ↑9,26 p.p.	64% ↑6,06 p.p.	56% ↑4,58 p.p.	73% ↑4,25 p.p.
Taxa de congest. líquida	56% ↑9,34 p.p.	62% ↑6,46 p.p.	54% ↑3,61 p.p.	69% ↑4,89 p.p.

INDICADORES DE GESTÃO

Índice de conciliação	-	-	0,09% 0 p.p.	10% ↓-2,53 p.p.
Recorribilidade externa	18% ↑6,69 p.p.	9% ↓-4,89 p.p.	7,89% ↓-1,19 p.p.	9% ↓-1,54 p.p.
Recorribilidade interna	16% ↑1,23 p.p.	-	29,22% ↑1,99 p.p.	14% ↑3,07 p.p.
Processos eletrônicos	72% ↑13,6 p.p.	100% 0 p.p.	97,34% ↑10,26 p.p.	97% ↑6,61 p.p.

INDICADORES POR MAGISTRADO

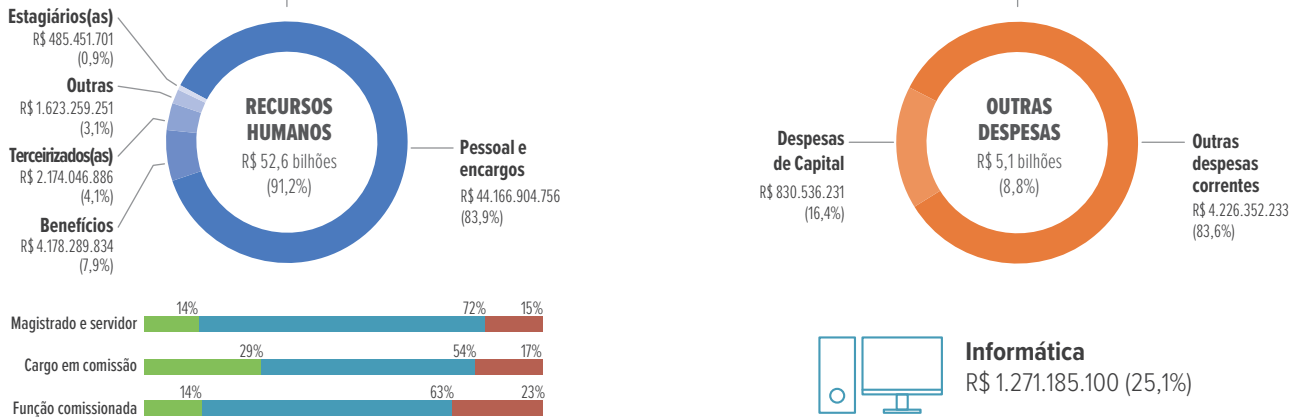
Casos novos	71 ↓-26,5%	23 ↓-12,1%	9.474 ↓-0,4%	1.323 ↓-13,1%
Carga de trabalho	183 ↓-12,1%	89 ↓-6,5%	22.893 ↑4,2%	6.321 ↓-9,8%
Carga de trabalho líquida	180 ↓-12,2%	85 ↓-6,2%	27.696 ↑2,3%	5.557 ↓-9,7%
Processos Julgados	63 ↓-24,8%	32 ↓-19,4%	9.143 ↓-1,0%	1.474 ↓-21,9%
IPM (baixados)	74 ↓-27,3%	32 ↓-19,8%	8.144 ↓-8,5%	1.643 ↓-22,0%

INDICADORES POR SERVIDOR DA ÁREA JUDICIÁRIA

Casos novos	13 ↓-25,2%	3 ↓-10,6%	218 ↓-4,4%	110 ↓-12,8%
Carga de trabalho	33 ↓-10,6%	13 ↓-4,9%	525 ↓-0,1%	525 ↓-9,4%
Carga de trabalho líquida	32 ↓-10,6%	13 ↓-4,6%	526 ↓-2,7%	462 ↓-9,3%
IPS-Jud (baixados)	13 ↓-26,0%	5 ↓-18,5%	187 ↓-12,0%	137 ↓-21,7%

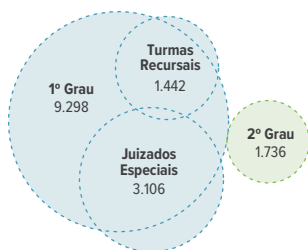
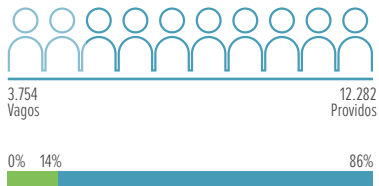
JUSTIÇA ESTADUAL

DESPESA TOTAL
R\$ 57.684.840.891

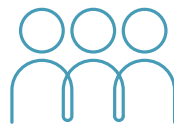


MAGISTRADOS(AS)

Cargos Existentes: 16.036



FORÇA DE TRABALHO



TOTAL: 294.736

MAGISTRADOS(AS): 12.282

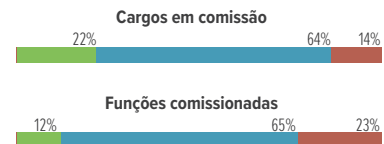
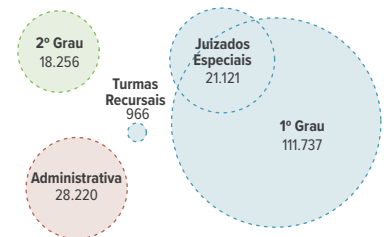
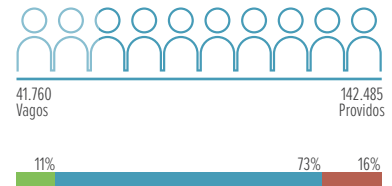
SERVIDORES(AS): 171.121

Efetivos(as): 141.825
Cedidos(as)/requisitados(as): 10.283
Sem vínculo efetivo: 19.013

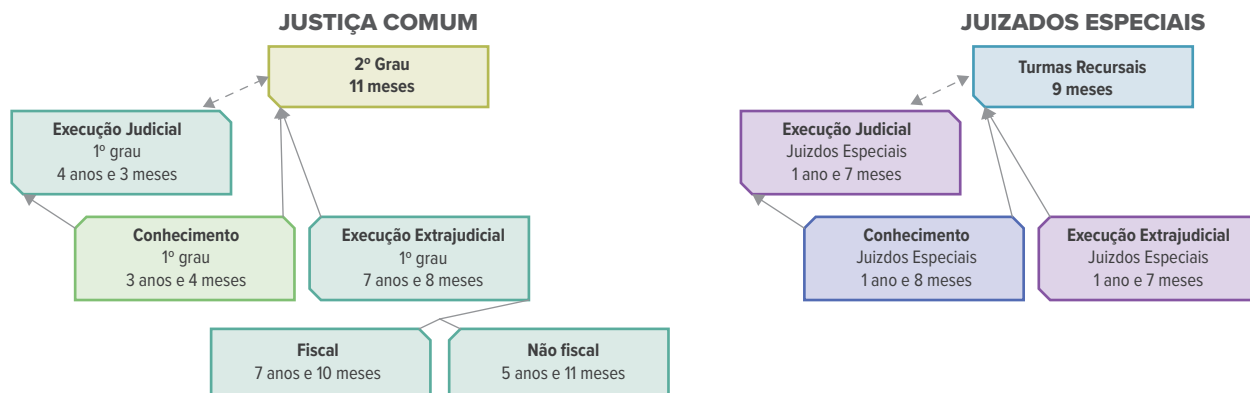
AUXILIARES: 111.333

SERVIDORES(AS)

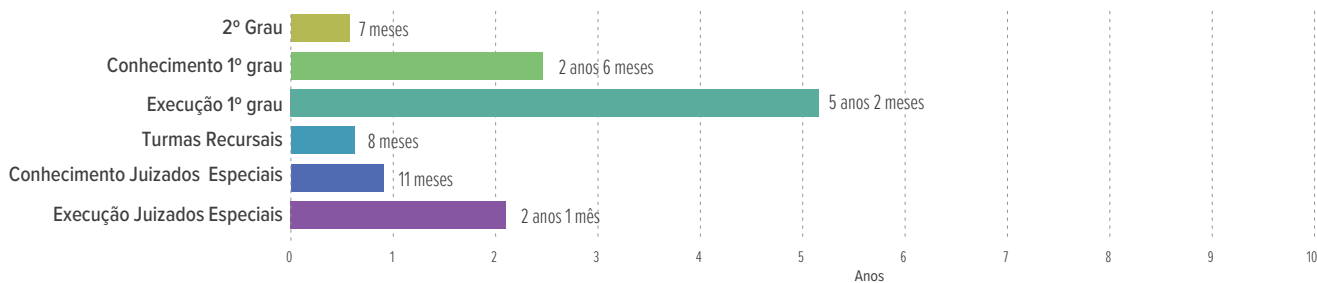
Cargos Existentes: 184.245



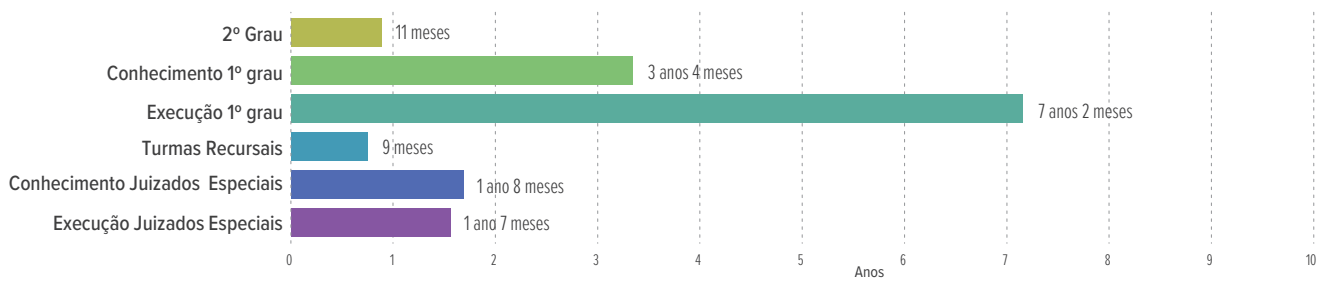
TEMPO MÉDIO DO PROCESSO BAIXADO NA JUSTIÇA ESTADUAL



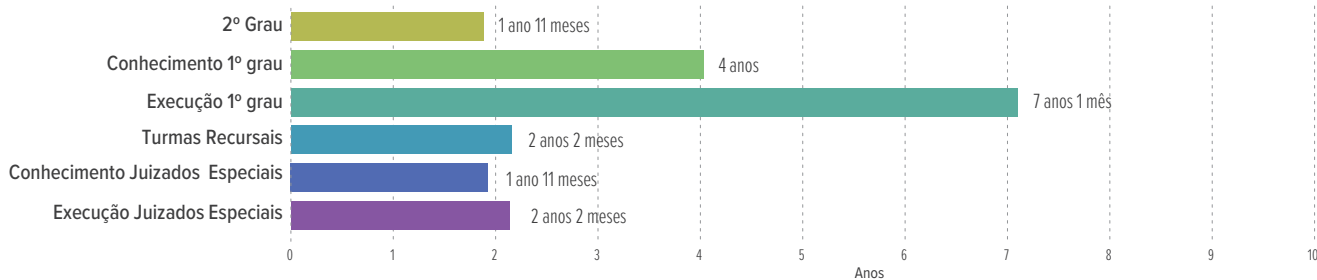
TEMPO DE SENTENÇA



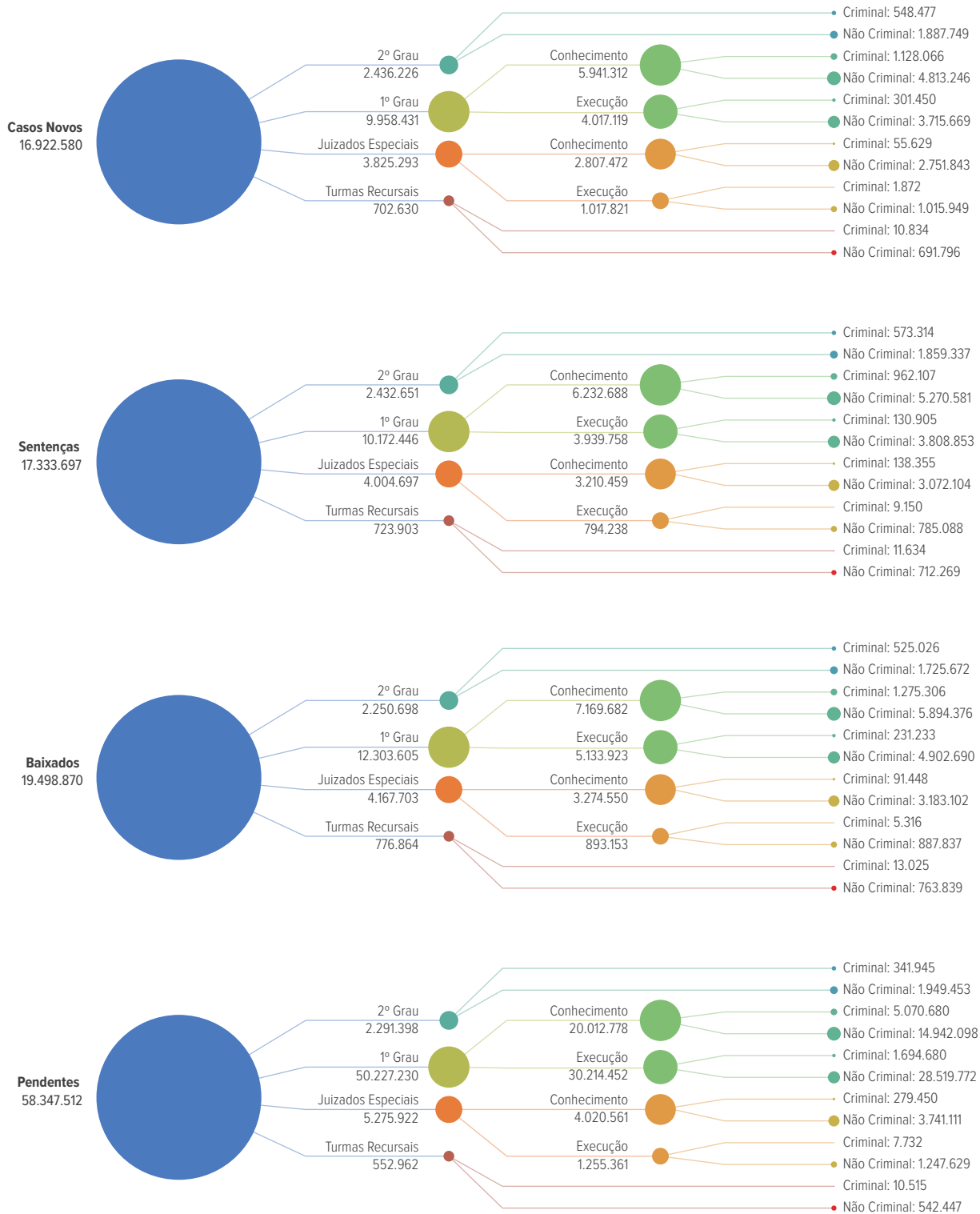
TEMPO DA BAIXA



TEMPO DO PENDENTE



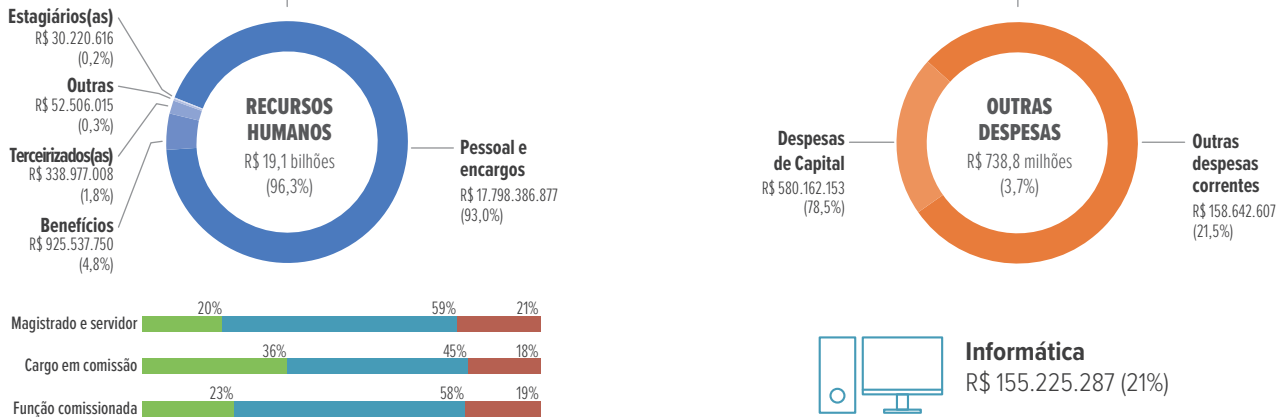
MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL



	2º GRAU	1º GRAU	TURMAS RECURSAIS	JUIZADOS ESPECIAIS	TOTAL
FORÇA DE TRABALHO					
Magistrados(as)	1.736	9.298	1.442	3.106	12.282
Servidores(as) do Judiciário	18.256	111.737	966	21.121	142.901
MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL					
Estoque	2.291.398	50.227.230	552.962	5.275.922	58.347.512
Casos novos	2.436.226	9.958.431	9.958.431	3.825.293	16.922.580
Julgados	2.432.651	10.172.446	723.903	4.004.697	17.333.697
Baixados	2.250.698	12.303.605	3.825.293	4.167.703	19.498.870
INDICADORES DE PRODUTIVIDADE					
IAD	92,4%	123,5%	110,6%	109,0%	115,2%
Taxa de Congestionamento	50,4%	80,3%	41,6%	55,9%	75,0%
Conhecimento	não se aplica	73,6%	não se aplica	55,1%	69,7%
Execução	não se aplica	85,5%	não se aplica	58,4%	83,9%
INDICADORES POR MAGISTRADO(A)					
Casos novos	1.403	972	490	1.031	1.267
Carga de trabalho	3.003	7.276	1.092	3.212	6.872
Processos julgados	1.401	1.164	504	1.310	1.486
Processos baixados	1.296	1.408	541	1.363	1.672
INDICADORES POR SERVIDOR(A)					
Casos novos	137	79	744	154	107
Carga de trabalho	292	589	1.659	480	580
Processos baixados	126	114	823	204	141

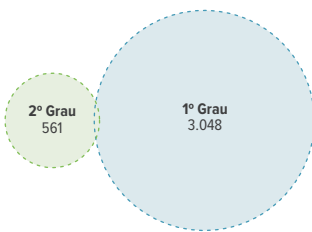
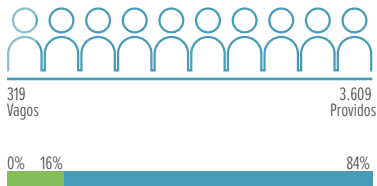
JUSTIÇA DO TRABALHO

DESPESA TOTAL
R\$ 19.884.433.028

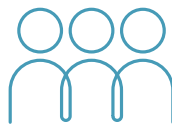


MAGISTRADOS(AS)

Cargos Existentes: 3.928



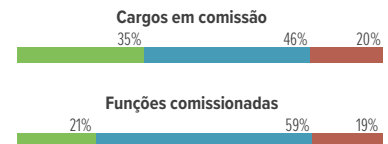
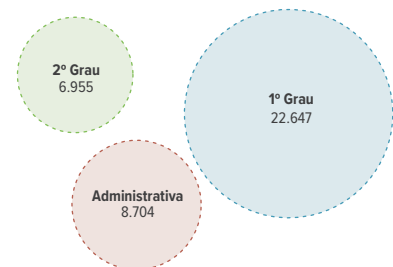
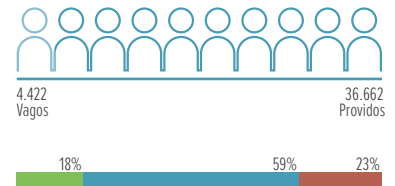
FORÇA DE TRABALHO



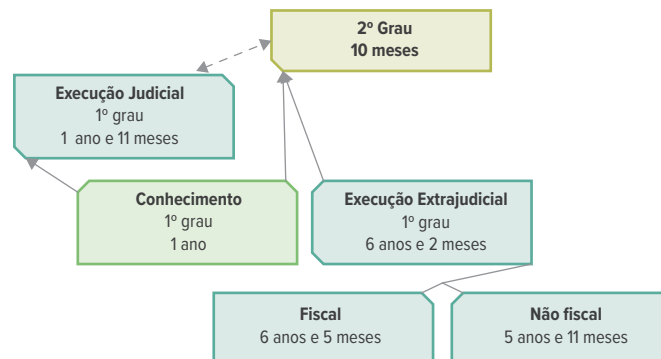
TOTAL: 51.670
MAGISTRADOS(AS): 3.609
SERVIDORES(AS): 38.306
 Efetivos(as): 36.173
 Cedidos(as)/requisitados(as): 1.915
 Sem vínculo efetivo: 218
AUXILIARES: 9.755

SERVIDORES(AS)

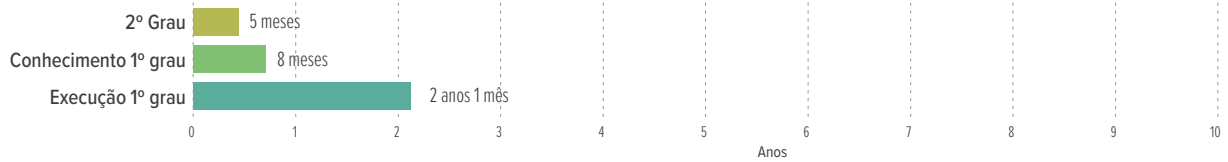
Cargos Existentes: 41.084



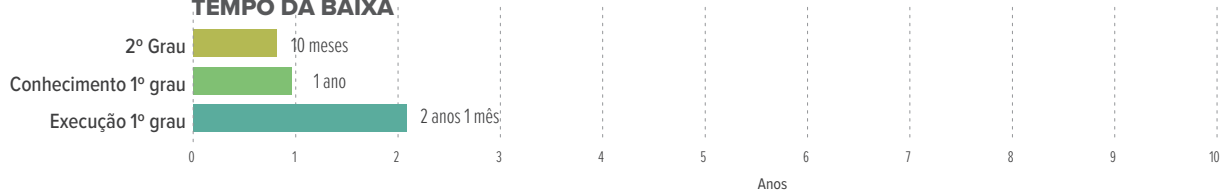
TEMPO MÉDIO DO PROCESSO BAIXADO NA JUSTIÇA DO TRABALHO



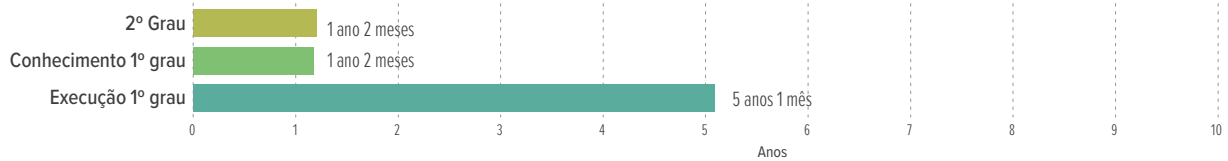
TEMPO DE SENTENÇA



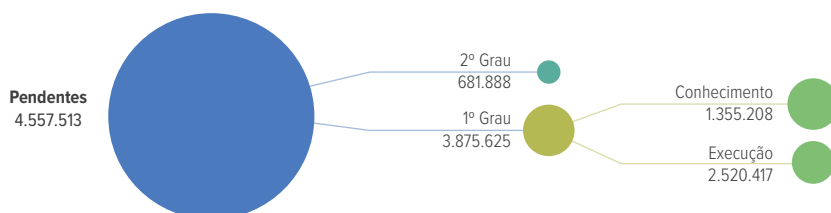
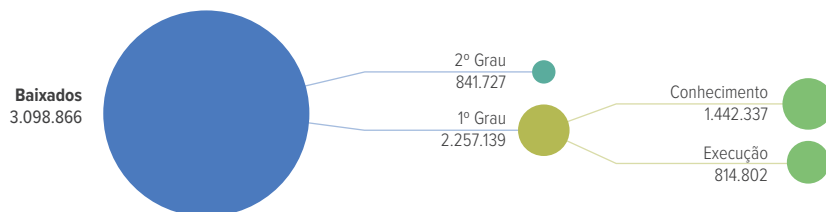
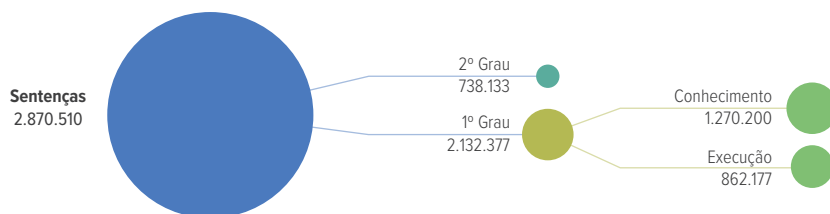
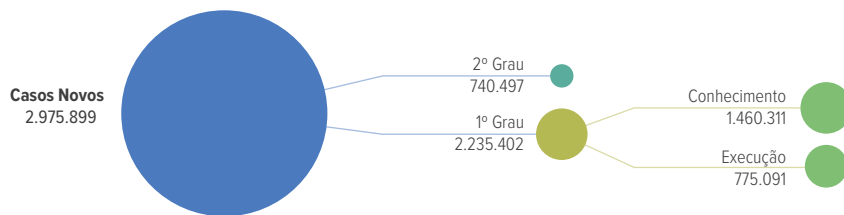
TEMPO DA BAIXA



TEMPO DO PENDENTE



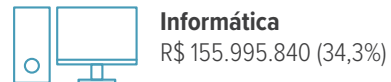
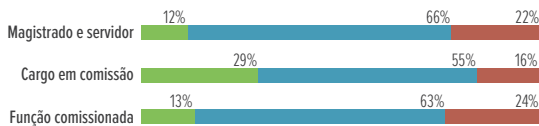
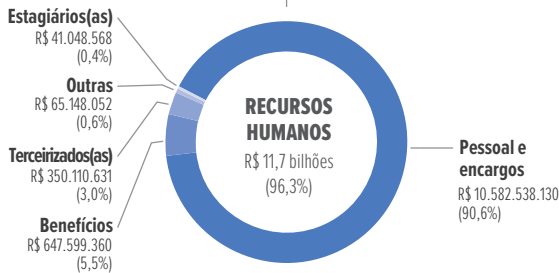
MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL



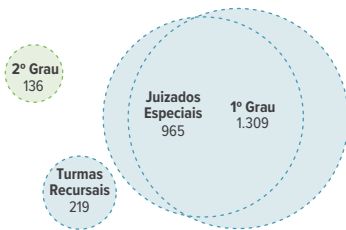
	2º GRAU		1º GRAU		TOTAL	
FORÇA DE TRABALHO						
Magistrados(as)	561		3.048		3.609	
Servidores(as) do Judiciário	6.955		22.647		29.602	
MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL						
Estoque	681.888		3.875.625		4.557.513	
Casos novos	740.497		2.235.402		2.975.899	
Julgados	738.133		2.132.377		2.870.510	
Baixados	841.727		2.257.139		3.098.866	
INDICADORES DE PRODUTIVIDADE						
IAD	113,7%		101,0%		104,1%	
Taxa de Congestionamento	44,8%		63,2%		59,5%	
Conhecimento	não se aplica		48,4%		48,4%	
Execução	não se aplica		75,6%		75,6%	
INDICADORES POR MAGISTRADO(A)						
Casos novos	1.320		526		659	
Carga de trabalho	3.175		2.403		2.533	
Processos julgados	1.316		765		857	
Processos baixados	1.500		810		925	
INDICADORES POR SERVIDOR(A)						
Casos novos	110		67		77	
Carga de trabalho	264		305		295	
Processos baixados	125		103		108	

JUSTIÇA FEDERAL

DESPESA TOTAL R\$ 12.141.297.276



MAGISTRADOS(AS) Cargos Existentes: 2.564



FORÇA DE TRABALHO



TOTAL: 42.167

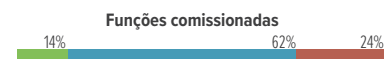
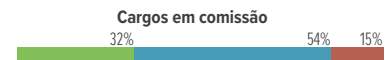
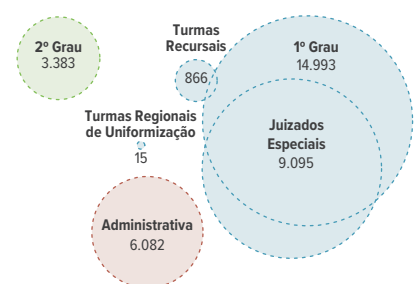
MAGISTRADOS(AS): 1.942

SERVIDORES(AS): 27.602

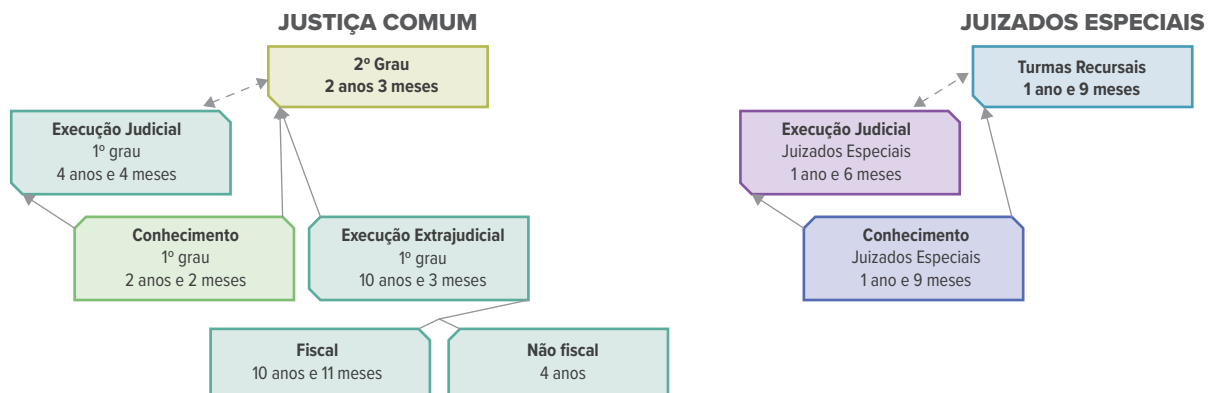
Efetivos(as): 25.244
Cedidos(as)/requisitados(as): 2.160
Sem vínculo efetivo: 198

AUXILIARES: 12.623

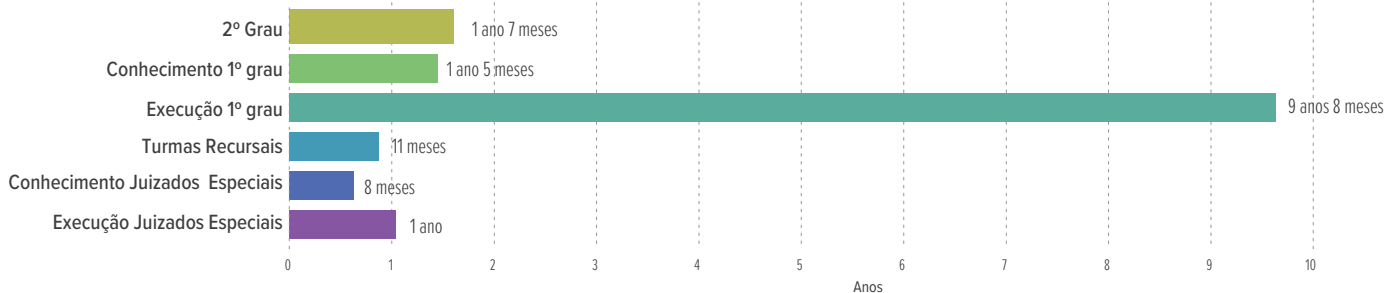
SERVIDORES(AS) Cargos Existentes: 28.228



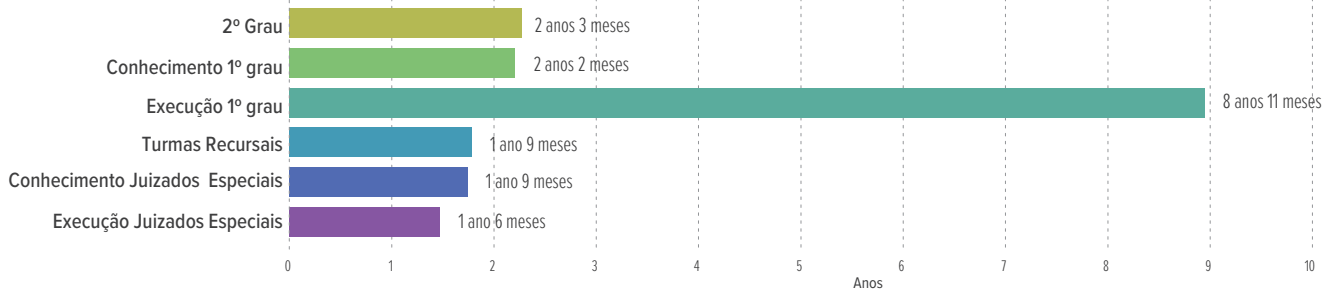
TEMPO MÉDIO DO PROCESSO BAIXADO NA JUSTIÇA FEDERAL



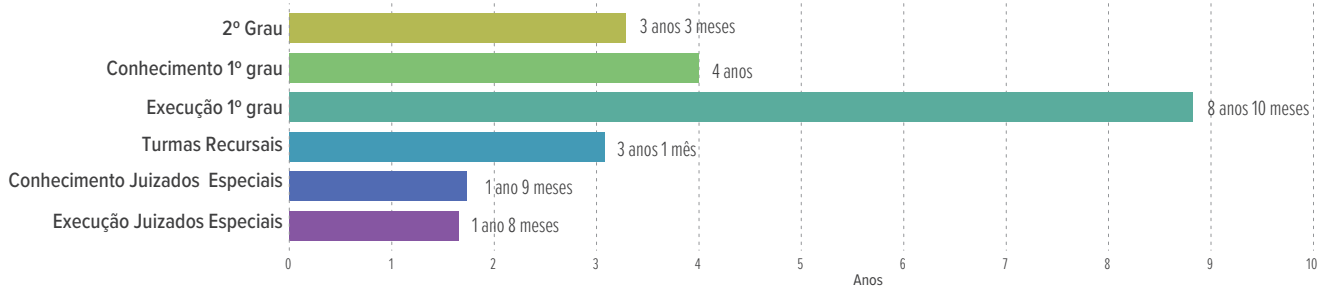
TEMPO DE SENTENÇA



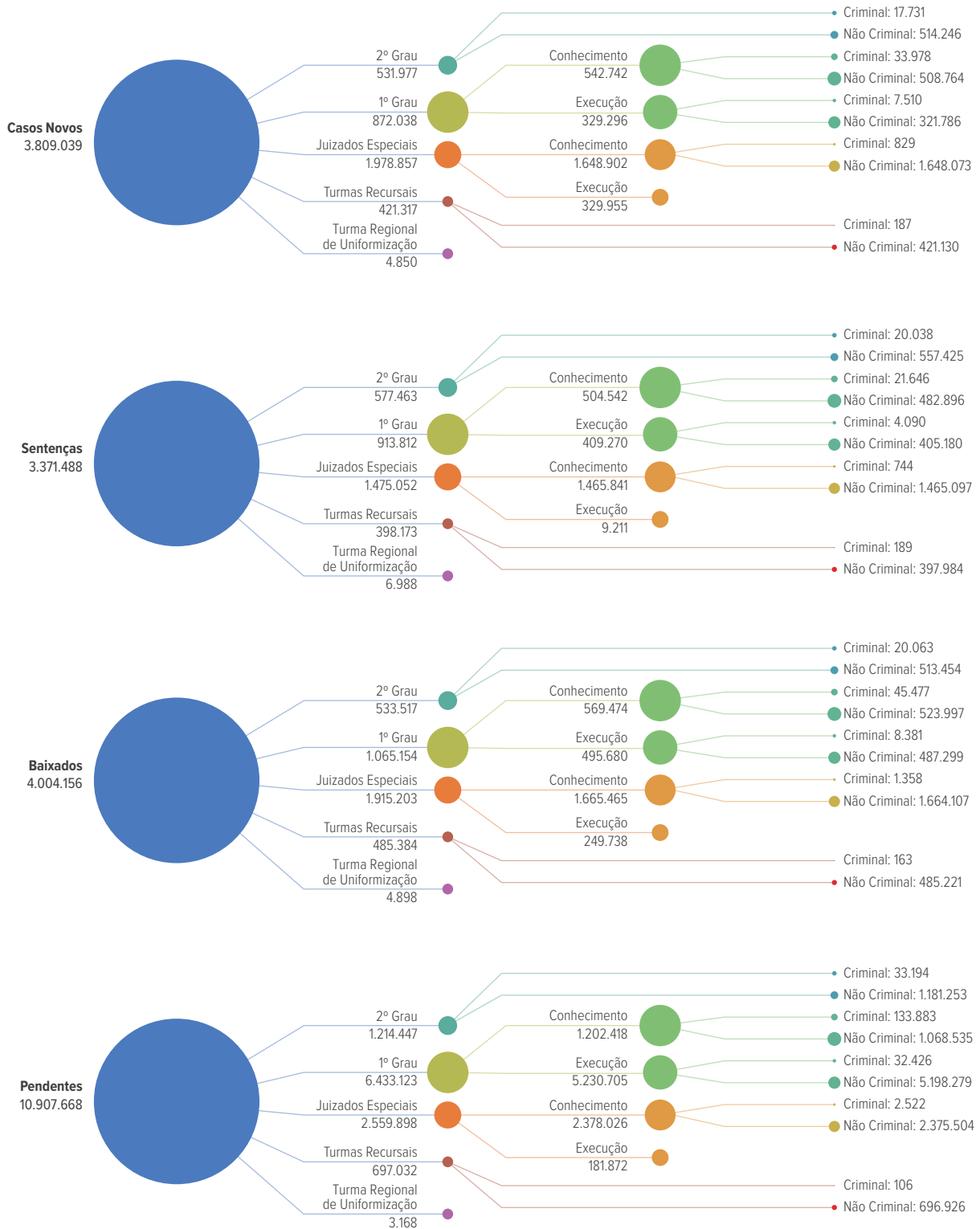
TEMPO DA BAIXA



TEMPO DO PENDENTE



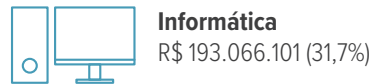
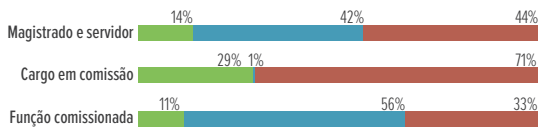
MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL



	2º GRAU	1º GRAU	TURMAS RECURSAIS	JUIZADOS ESPECIAIS	TOTAL
FORÇA DE TRABALHO					
Magistrados(as)	136	1.309	219	965	1.942
Servidores(as) do Judiciário	3.383	14.993	866	9.095	21.520
MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL					
Estoque	1.214.447	6.433.123	697.032	2.559.898	10.907.668
Casos novos	531.977	872.038	872.038	1.978.857	3.809.039
Julgados	577.463	913.812	398.173	1.475.052	3.371.488
Baixados	533.517	1.065.154	1.978.857	1.915.203	4.004.156
INDICADORES DE PRODUTIVIDADE					
IAD	100,3%	122,1%	115,2%	96,8%	105,1%
Taxa de Congestionamento	69,5%	85,8%	58,9%	57,2%	73,1%
Conhecimento	não se aplica	67,9%	não se aplica	58,8%	61,6%
Execução	não se aplica	91,3%	não se aplica	42,1%	87,9%
INDICADORES POR MAGISTRADO(A)					
Casos novos	3.912	636	2.035	1.736	1.856
Carga de trabalho	14.720	6.308	6.137	4.830	8.530
Processos julgados	4.246	752	1.924	1.553	1.851
Processos baixados	3.923	877	2.345	2.016	2.199
INDICADORES POR SERVIDOR(A)					
Casos novos	163	54	508	190	164
Carga de trabalho	614	534	1.533	528	752
Processos baixados	164	74	586	220	194

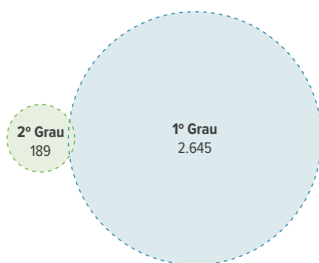
JUSTIÇA ELEITORAL

DESPESA TOTAL
R\$ 6.292.980.334

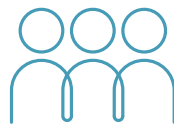


MAGISTRADOS(AS)

Cargos Existentes: 2.834



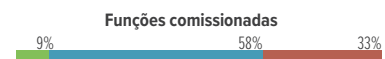
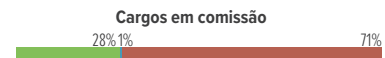
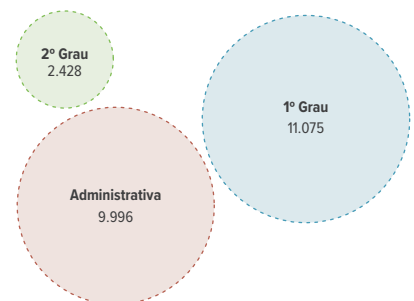
FORÇA DE TRABALHO



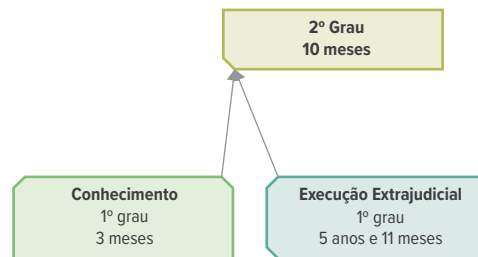
MAGISTRADOS(AS): 2.834
SERVIDORES(AS): 23.499
 Efetivos(as): 14.449
 Cedidos(as) /requisitados(as): 8.007
 Sem vínculo efetivo: 116
AUXILIARES: 9.544

SERVIDORES(AS)

Cargos Existentes: 14.956



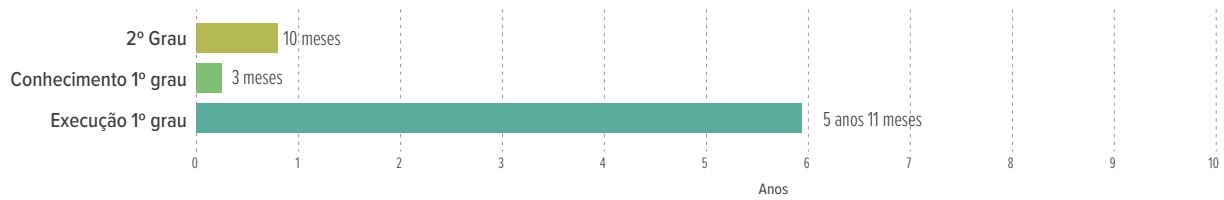
TEMPO MÉDIO DO PROCESSO BAIXADO NA JUSTIÇA ELEITORAL



TEMPO DE SENTENÇA



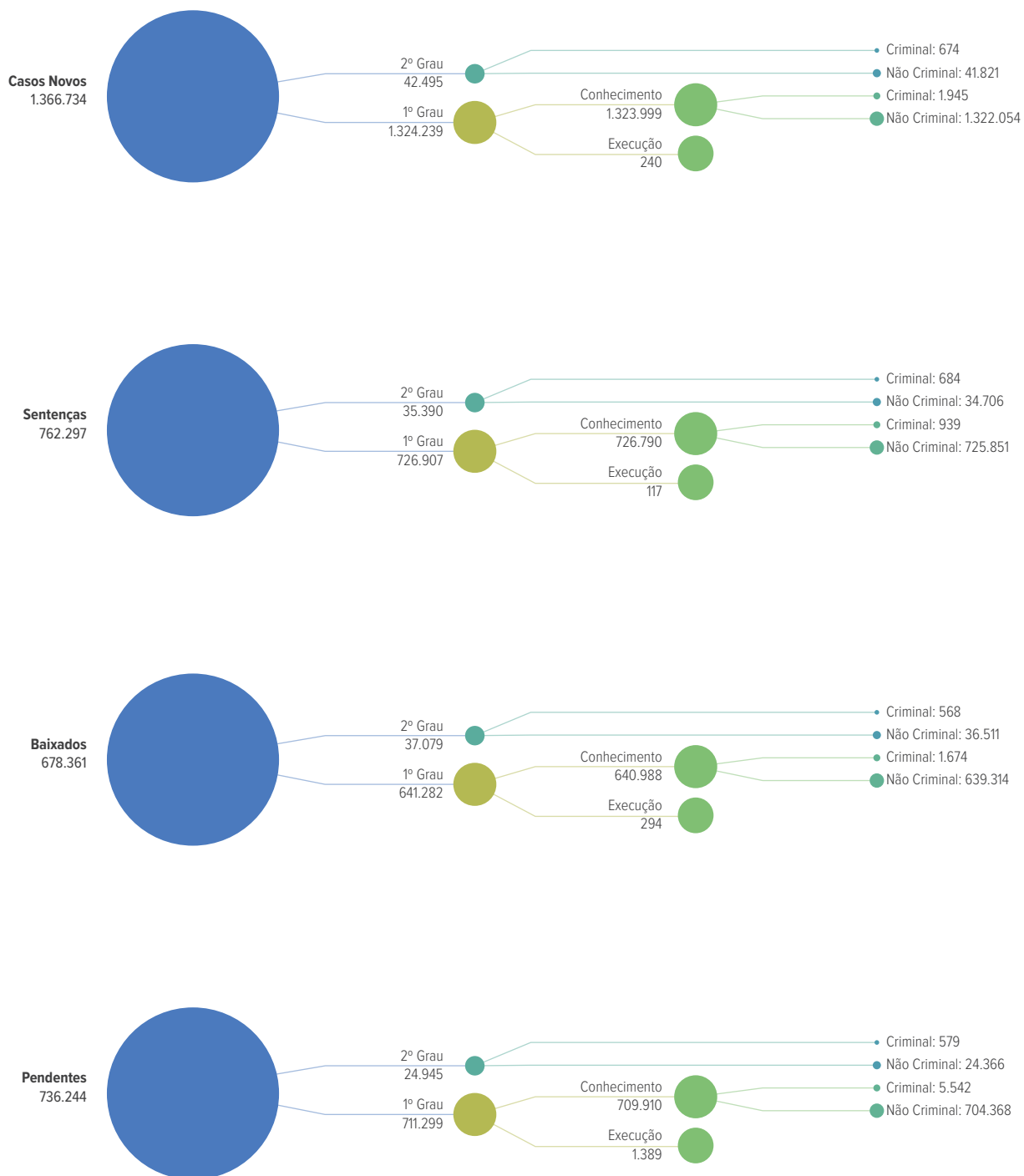
TEMPO DA BAIXA



TEMPO DO PENDENTE



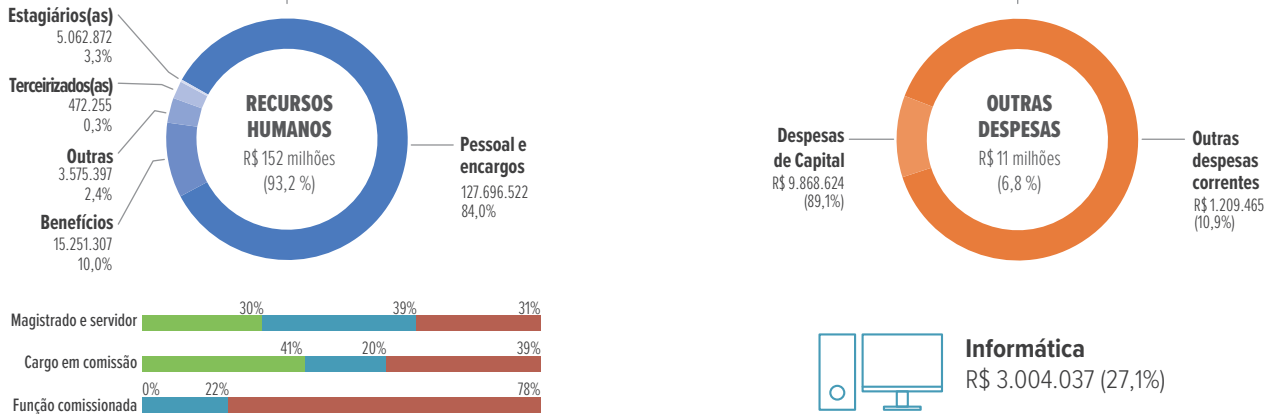
MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL



	2º GRAU		1º GRAU		TOTAL	
FORÇA DE TRABALHO						
Magistrados(as)	189		2.645		2.834	
Servidores(as) do Judiciário	2.428		11.075		13.503	
MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL						
Estoque	24.945		711.299		736.244	
Casos novos	42.495		1.324.239		1.366.734	
Julgados	35.390		726.907		762.297	
Baixados	37.079		641.282		678.361	
INDICADORES DE PRODUTIVIDADE						
IAD	87,3%		48,4%		49,6%	
Taxa de Congestionamento	40,2%		52,6%		52,0%	
Conhecimento	não se aplica		52,6%		52,6%	
Execução	não se aplica		82,5%		82,5%	
INDICADORES POR MAGISTRADO(A)						
Casos novos	225		501		482	
Carga de trabalho	357		517		506	
Processos julgados	187		275		269	
Processos baixados	196		242		239	
INDICADORES POR SERVIDOR(A)						
Casos novos	18		124		105	
Carga de trabalho	28		128		110	
Processos baixados	16		60		52	

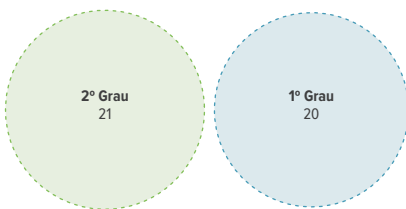
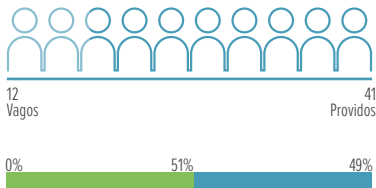
JUSTIÇA MILITAR ESTADUAL

DESPESA TOTAL
R\$ 163.136.441

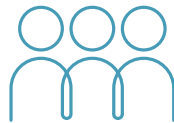


MAGISTRADOS(AS)

Cargos Existentes: 53



FORÇA DE TRABALHO



TOTAL: 555

MAGISTRADOS(AS): 41

SERVIDORES(AS): 392

Efetivos(as): 303

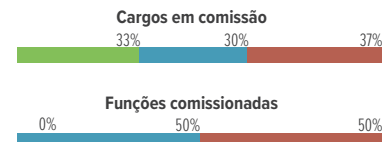
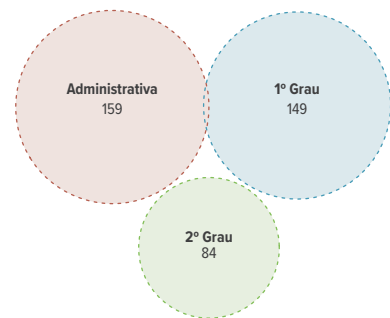
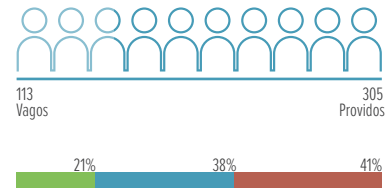
Cedidos(as)/requisitados(as): 33

Sem vínculo efetivo: 56

AUXILIARES: 122

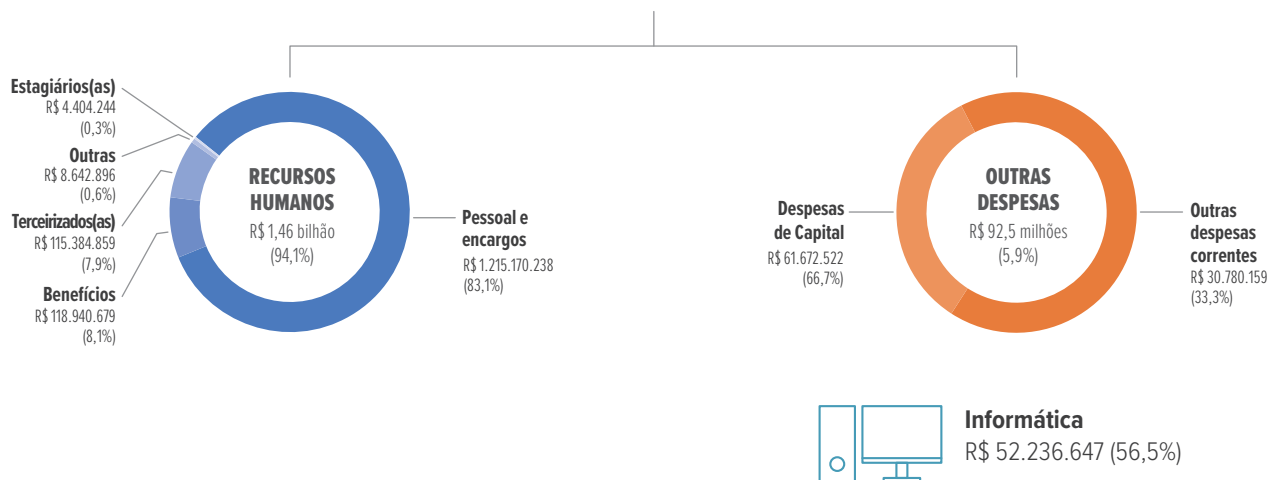
SERVIDORES(AS)

Cargos Existentes: 418



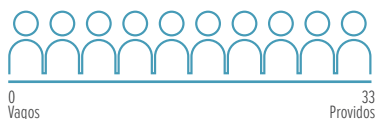
SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

DESPESA TOTAL
R\$ 1.554.995.596

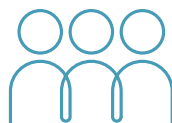


MAGISTRADOS(AS)

Cargos Existentes: 33



FORÇA DE TRABALHO



TOTAL: 4.890

MAGISTRADOS(AS): 33

SERVIDORES(AS): 2.841

Efetivos(as): 2.578
Cedidos(as) /requisitados(as): 188
Sem vínculo efetivo: 75

AUXILIARES: 2.016

SERVIDORES(AS)

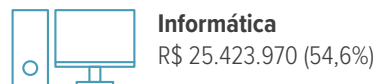
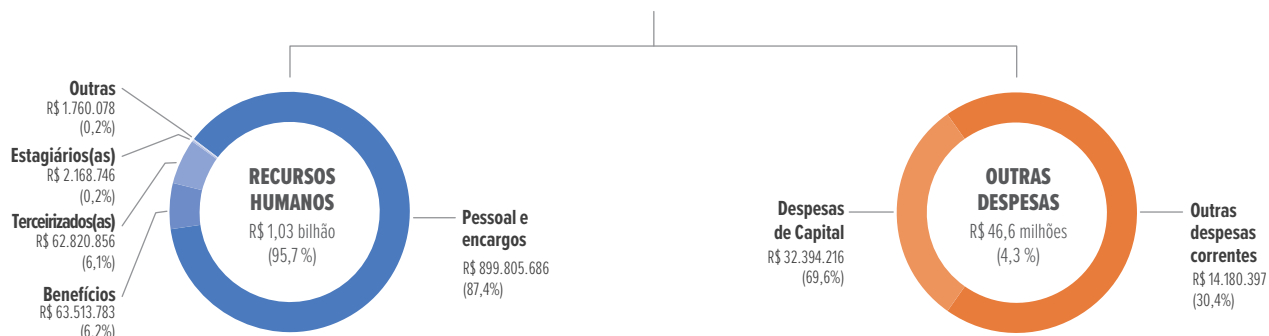
Cargos Existentes: 2.922



TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO

DESPESA TOTAL

R\$ 1.076.643.762

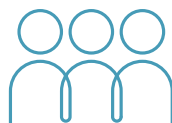


MAGISTRADOS(AS)

Cargos Existentes: 27



FORÇA DE TRABALHO



TOTAL: 3.178

MAGISTRADOS(AS): 27

SERVIDORES(AS): 2.145

Efetivos(as): 1.842
Cedidos(as) /requisitados(as): 264
Sem vínculo efetivo: 39

AUXILIARES: 1.006

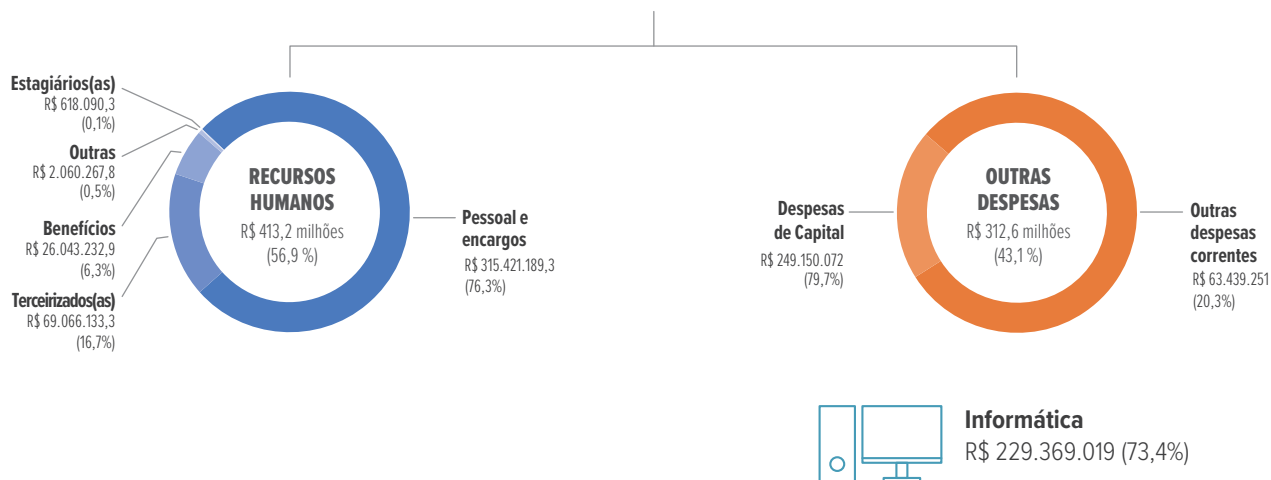
SERVIDORES(AS)

Cargos Existentes: 2.114



TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

DESPESA TOTAL
R\$ 725.798.236

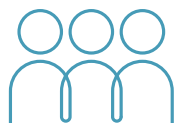


MAGISTRADOS(AS)

Cargos Existentes: 14



FORÇA DE TRABALHO



TOTAL: 2.117
MAGISTRADO(AS): 14
SERVIDORES(AS): 881
 Efetivos(as): 805
 Cedidos(as) /requisitados(as): 58
 Sem vínculo efetivo: 18
AUXILIARES: 1.222

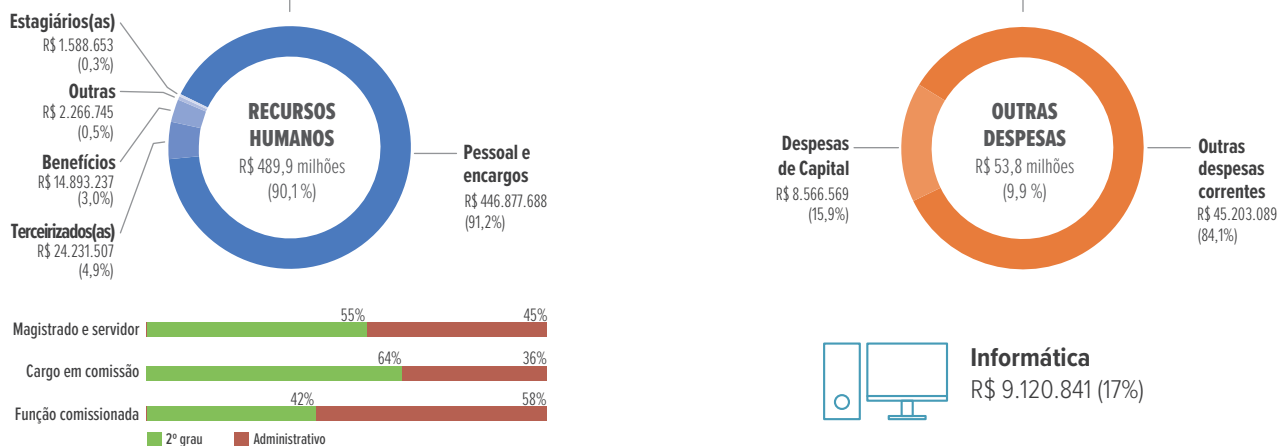
SERVIDORES(AS)

Cargos Existentes: 897



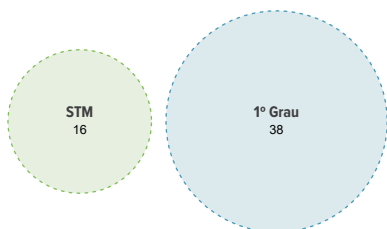
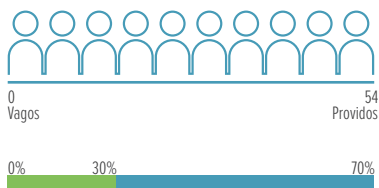
JUSTIÇA MILITAR DA UNIÃO

DESPESA TOTAL
R\$ 543.627.487

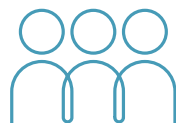


MAGISTRADOS(AS)

Cargos Existentes: 54



FORÇA DE TRABALHO



TOTAL: 1.233

MAGISTRADOS(AS): 54

SERVIDORES(AS): 826

Efetivos(as): 782

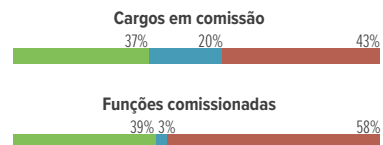
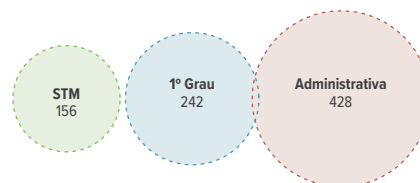
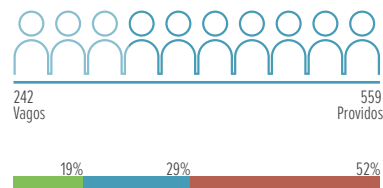
Cedidos(as) /requisitados(as): 10

Sem vínculo efetivo: 34

AUXILIARES: 353

SERVIDORES(AS)

Cargos Existentes: 801



4 Recursos financeiros e humanos

Este capítulo apresenta dados sobre recursos orçamentários e humanos do Poder Judiciário, com informações sobre despesas, receitas e força de trabalho.

4.1 Despesas e receitas totais

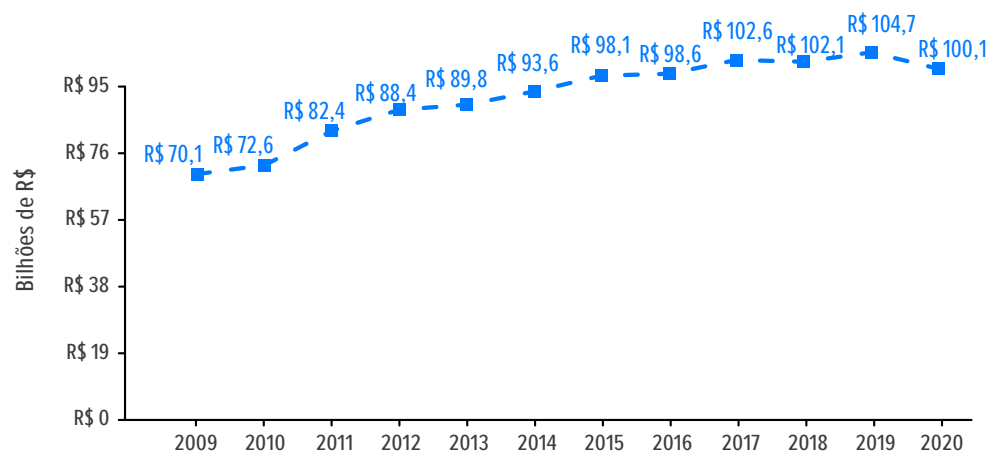
Para o orçamento de 2020, as despesas totais do Poder Judiciário nacional foram de R\$ 100,06 bilhões de reais, o que representa uma diminuição de 4,5% em relação aos gastos de 2019 (Figura 27). As despesas referentes aos anos anteriores foram ajustadas pelo índice de inflação IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo). O decréscimo se deu pela variação na rubrica das despesas de gastos com pessoal, que reduziram 3,3%; nas despesas de capital, com queda em 38,8%; e nas outras despesas correntes, com diminuição de 9,1%.

Ressalte-se que o gasto de 2020, desconsiderado o efeito da inflação, foi o menor dos últimos quatro anos.

Importante esclarecer que, de forma a permitir a análise temporal dos dados estatísticos desconsiderado o efeito inflacionário, todos os valores monetários anteriores a 2020 são deflacionados segundo o IPCA. Sendo assim, os valores publicados nos Relatórios Justiça em Números de anos anteriores podem divergir dos números aqui expostos.

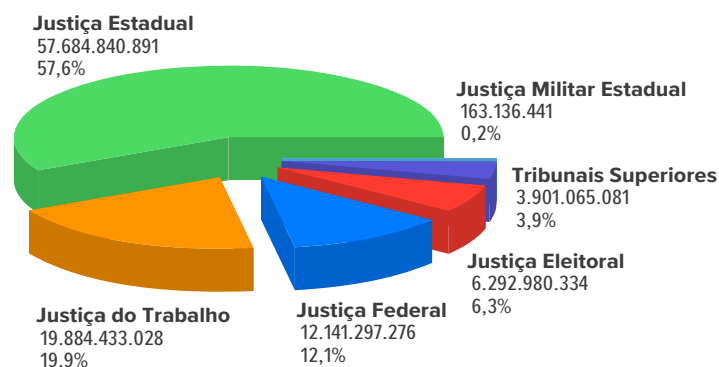
A despesa da Justiça Estadual, segmento que abrange 77% dos processos em tramitação, corresponde a aproximadamente 58% da despesa total do Poder Judiciário (Figura 28 e Tabela 4). Na Justiça Federal, a relação é de 14% dos processos para 12% das despesas, e na Justiça Trabalhista, 6% dos processos e 20% das despesas. Na Justiça Militar é onde está a maior relação entre despesas e processos, sendo proporcionalmente o segmento de maior custo.

Figura 27 - Série Histórica das Despesas do Poder Judiciário



Fonte: Conselho Nacional de Justiça, 2021.

Figura 28 - Despesas do Poder Judiciário por segmento de Justiça, ano 2020



Fonte: Conselho Nacional de Justiça, 2021.

Tabela 4 - Despesas do Poder Judiciário por segmento de Justiça, ano 2020

TRIBUNAL	DESPESA
Justiça Estadual	R\$ 57.684.840.891
Justiça do Trabalho	R\$ 19.884.433.028
Justiça Federal	R\$ 12.141.297.276
Justiça Eleitoral	R\$ 6.292.980.334
Justiça Militar Estadual	R\$ 163.136.441
Tribunais Superiores	R\$ 3.901.065.081
Total	R\$ 100.067.753.052

Fonte: Conselho Nacional de Justiça, 2021.

As despesas totais do Poder Judiciário correspondem a 1,3% do Produto Interno Bruto (PIB) nacional, ou a 11% dos gastos totais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Em 2020, o custo pelo serviço de Justiça foi de R\$ 475,51 por habitante, R\$ 25,6 a menos, por pessoa, do que no último ano, conforme apresentado na Figura 28¹⁷. Se desconsiderados os gastos com servidores(as) inativos(as), nota-se uma certa estagnação nos gastos por habitante, com sutil diminuição na ordem de 2,07% de 2019 para 2020.

A maior redução do valor das despesas por habitante ocorreu na Justiça do Trabalho, de R\$ 102,7 em 2019 para R\$ 94,49 em 2020, consistindo em -8%. Na Justiça Federal, essa redução foi de 5% e na Justiça Estadual, de -4,5%.

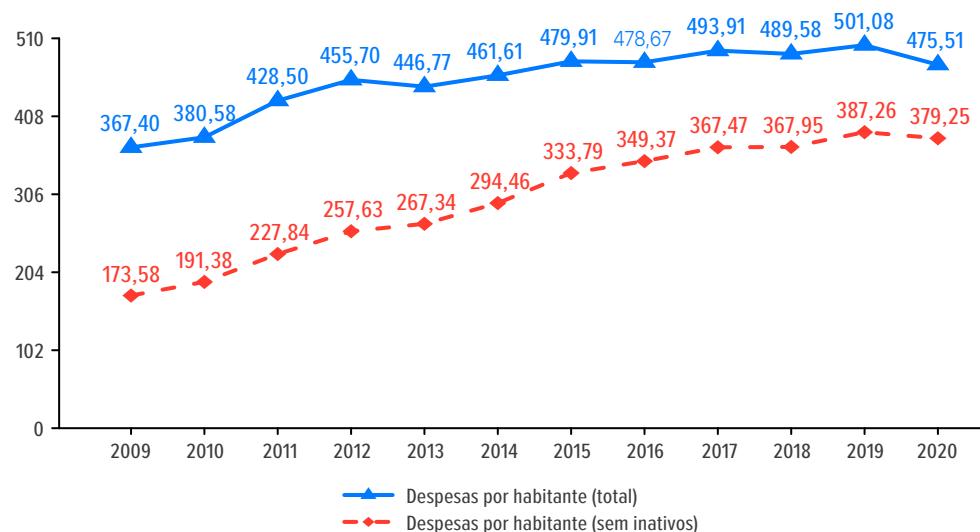
Também é possível observar menor custo médio de despesas por habitante nos tribunais estaduais de grande porte (R\$ 279,7), chegando a apresentar custos menores que metade dos tribunais de médio porte e de diversos tribunais de pequeno porte, o que pode representar uma economia de escala em relação ao porte dos tribunais. O TJDFT, que apresenta a maior despesa por habitantes de toda a amostra (R\$ 981,5), e o TJPA, como o que apresenta menor despesa por habitante (R\$ 139,1). Assim o TJCE é o tribunal com menor custo por habitante sem a contabilização dos gastos dos inativos (R\$ 128,1). Há, portanto, grande variabilidade entre os tribunais de médio porte (Figura 30).

Cabe informar que 20,2% das despesas são referentes a gastos com inativos, com o Judiciário cumprindo o papel previdenciário no pagamento de aposentadorias e

¹⁷ Todas as variáveis de recursos financeiros calculadas neste Relatório estão deflacionadas segundo o IPCA, na data-base de 31/12/2020.

pensões¹⁸. Descontadas tais despesas, o gasto efetivo para o funcionamento do Poder Judiciário é de **R\$ 79,8 bilhões**, a despesa por habitante é de R\$ 379,25, e consome-se 1,1% do PIB (Figura 29a). A Figura 29b mostra o mesmo dado por segmento de justiça.

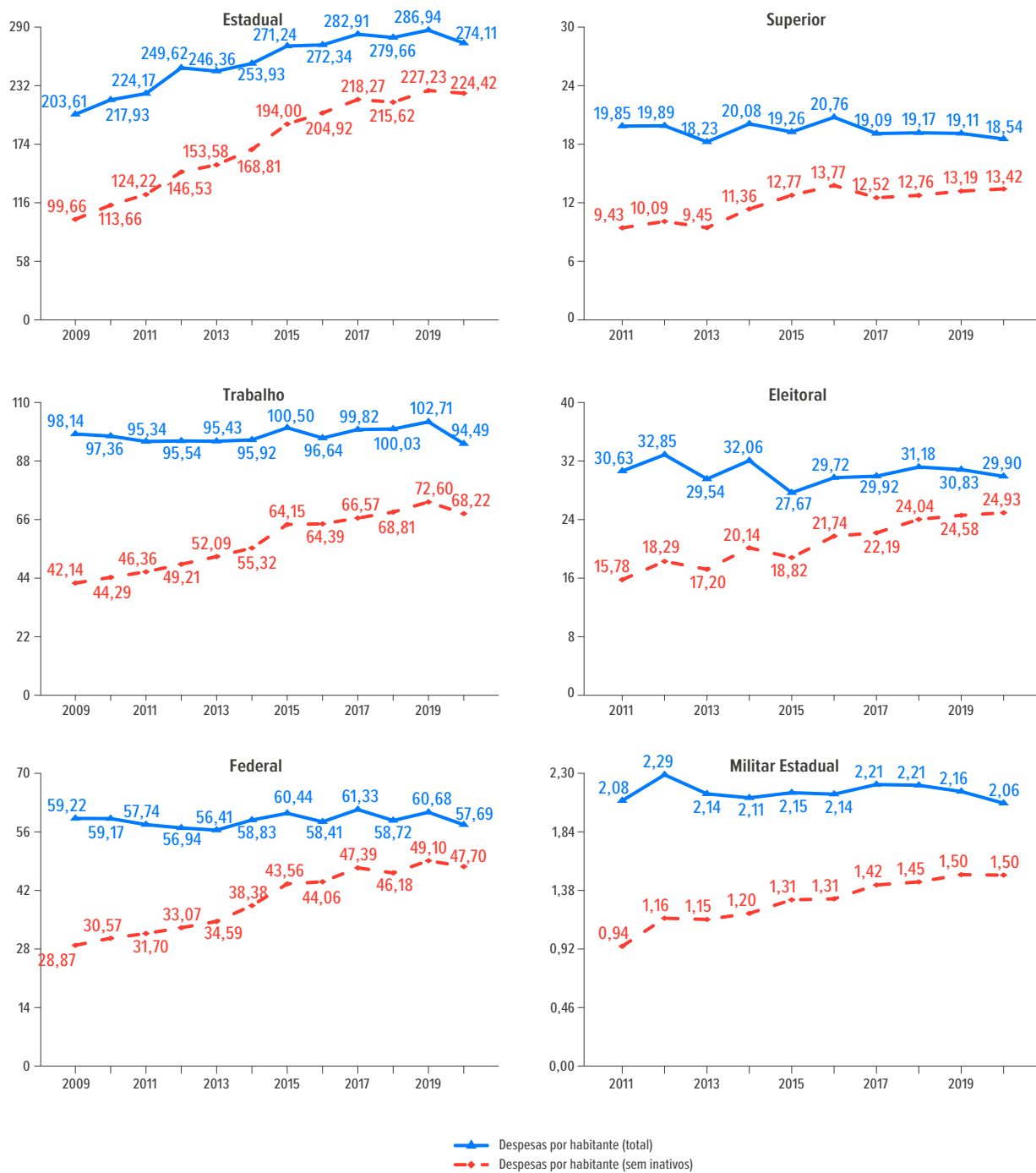
Figura 29a - Série histórica das despesas por habitante



Fonte: Conselho Nacional de Justiça, 2021.

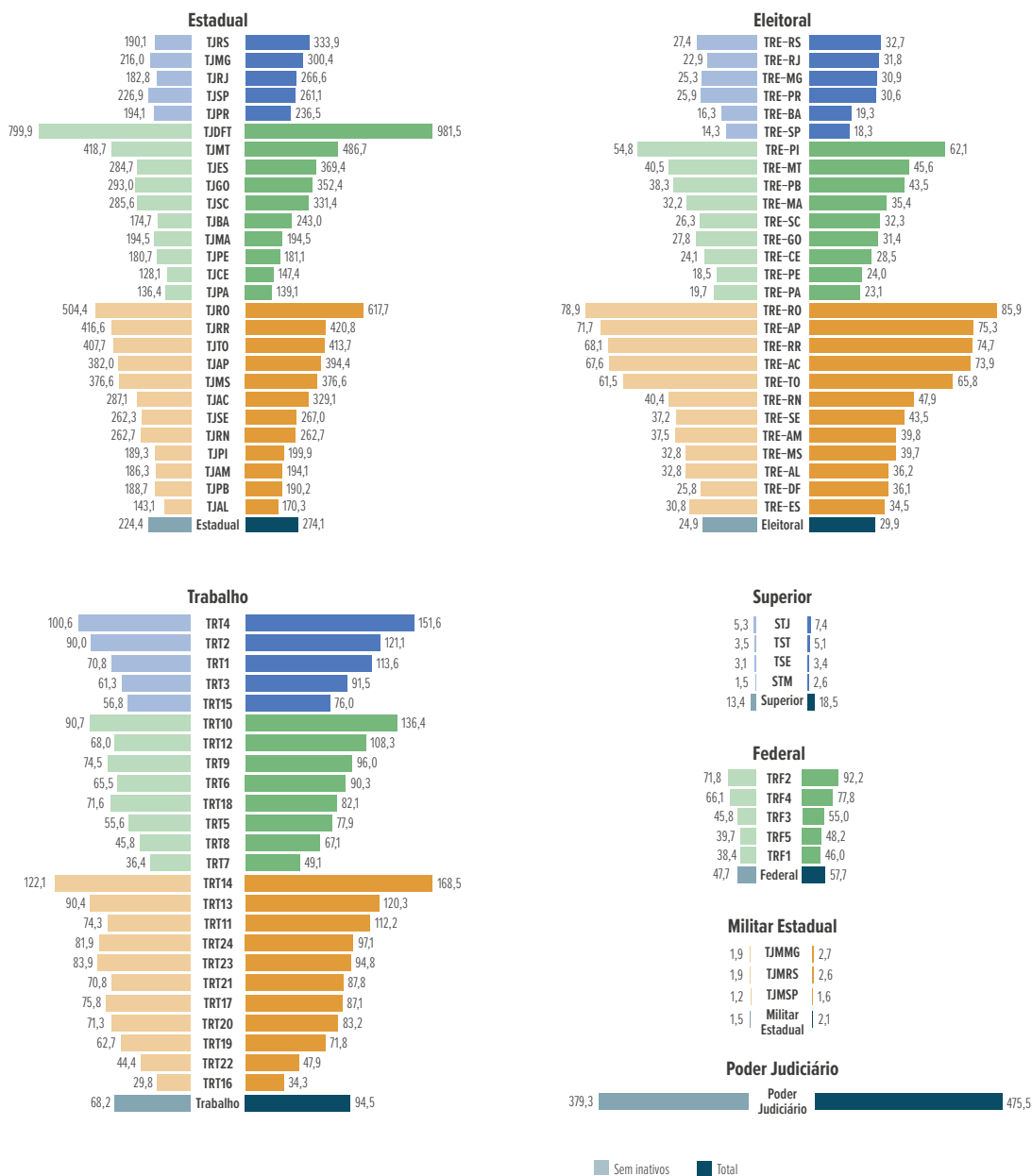
¹⁸ Em alguns tribunais, os inativos são pagos por fundos e não compõem o orçamento do tribunal. Nesse caso, os gastos não estão computados.

Figura 29b - Séries históricas das despesas por habitante, por ramo de justiça



Fonte: Conselho Nacional de Justiça, 2021.

Figura 30 - Despesas por habitante, por tribunal



Fonte: Conselho Nacional de Justiça, 2021.

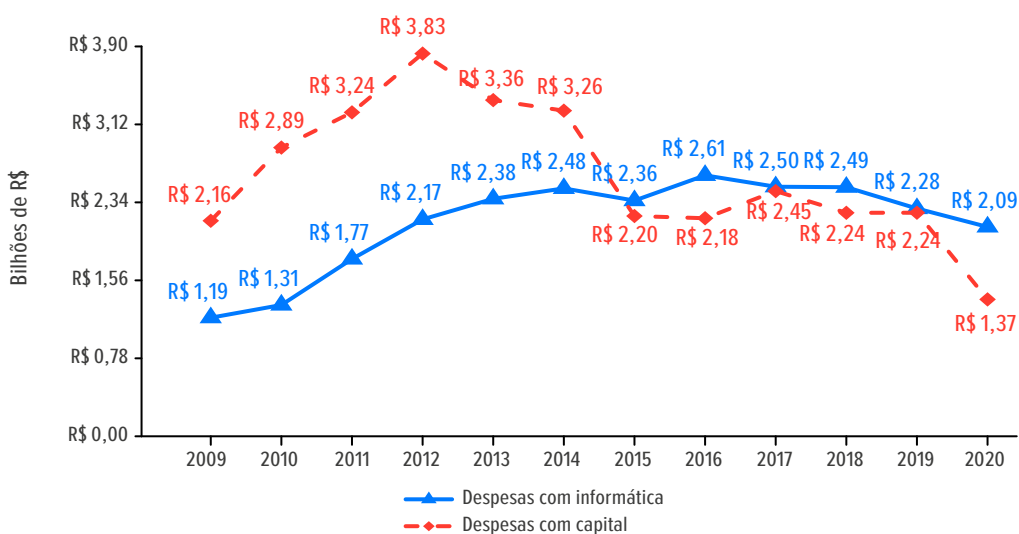
As despesas com pessoal são responsáveis por aproximadamente 93% da despesa total e compreendem, além da remuneração com magistrados(as), servidores(as), inativos(as), terceirizados(as) e estagiários(as), todos os demais auxílios e assistências devidos, tais como auxílio-alimentação, diárias, passagens, entre outros. Devido ao alto montante dessas despesas, elas serão detalhadas na próxima seção. Os 7% de gastos

restantes referem-se às despesas de capital (1,4%) e outras despesas correntes (6%), que somam R\$ 1,4 bilhão e R\$ 6 bilhões, respectivamente.

A série histórica de gastos com informática apresentou tendência de crescimento entre os anos de 2009 e 2014 e se manteve estável, com sutis oscilações, nos últimos seis anos. Porém, de 2019 para 2020, apresentou uma queda de 8,3% (Figura 31).

As despesas de capital, apresentaram comportamento crescente entre os anos de 2009 a 2012, quando iniciou a tendência de queda, observada até 2015. Até 2019, tais despesas vinham se mantendo relativamente estáveis. Porém, em 2020, contou com grande redução, de 38,8%, em relação a 2019, com considerável de baixa (Figura 31), muito provavelmente em razão da pandemia causada pela covid-19. Essas despesas abrangem a aquisição de veículos, de equipamentos e de programas de informática, de imóveis e outros bens permanentes, além de obras e bens móveis, que contribuirão para a produção ou geração de novos bens ou serviços e integrarão o patrimônio público, ou seja, contribuem, diretamente, para a formação ou aquisição de um bem de capital. Nos termos do Manual SIAFI, a diferença entre corrente e capital está vinculada à geração ou não de um bem de capital (investimento, imobilizado, intangível) ou amortização de dívida. Se o gasto gerar um bem de capital, será classificado como despesa de capital e o seu gasto será incorporado ao ativo correspondente.

Figura 31 - Série histórica das despesas com informática e com capital



Fonte: Conselho Nacional de Justiça, 2021.

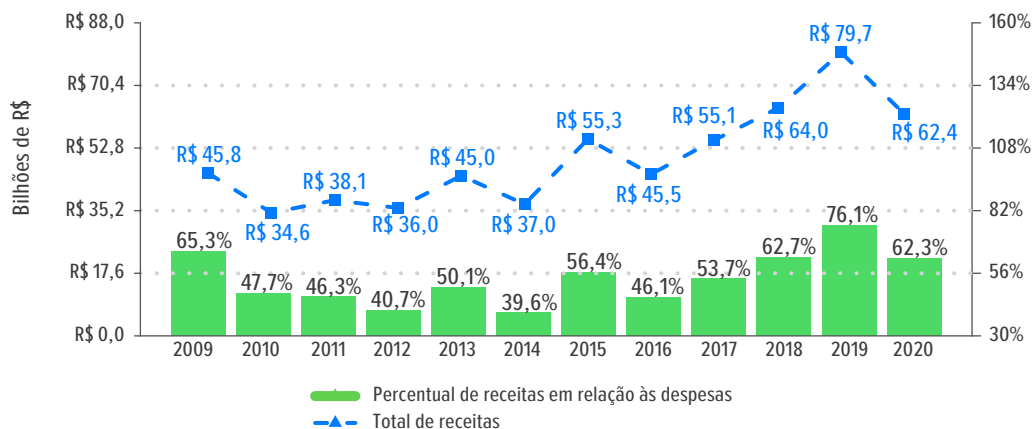
Apesar da considerável despesa do Poder Judiciário, os cofres públicos receberam durante o ano de 2020, em decorrência da atividade jurisdicional, cerca de R\$ 62,4 bilhões, um retorno da ordem de 62,3% das despesas efetuadas (Figura 32). Esse foi um dos maiores montantes auferidos na série histórica, apenas sendo superado pelo montante de 76,1% em 2019 e de 62,7% em 2018. Somente em 2009, 2018, 2019 e 2020, a arrecadação superou o patamar de 60% (Figura 32).

Computam-se na arrecadação os recolhimentos com custas, fase de execução, emolumentos e eventuais taxas (R\$ 10,8 bilhões, 17,3% da arrecadação), as receitas decorrentes do imposto *causa mortis* nos inventários/arrolamentos judiciais (R\$ 8,2 bilhões, 13,1%), a atividade de execução fiscal (R\$ 40,2 bilhões, 64,4%), a execução previdenciária (R\$ 2,8 bilhões, 4,5%), a execução das penalidades impostas pelos órgãos de fiscalização das relações de trabalho (R\$ 7,7 milhões, 0,01%) e a receita de imposto de renda (R\$ 449,6 milhões, 0,7%).

As receitas por imposto *causa mortis* em inventários foi o único tipo de arrecadação que cresceu em 2020, entre os tipos apurados, com aumento em 3,2% e o equivalente a R\$ 250 milhões de variação, o que provavelmente deve-se ao aumento de casos de mortes em razão da pandemia. As receitas decorrentes das atividades de execução fiscal são as de maior queda em valor total — R\$ 9,7 bilhões de redução.

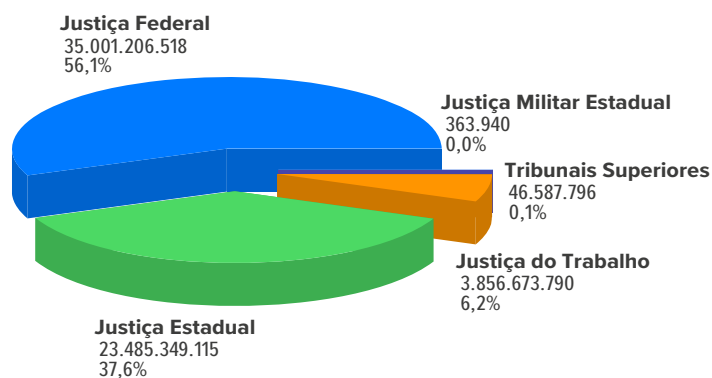
Em razão da própria natureza de sua atividade jurisdicional, a Justiça Federal é a responsável pela maior parte das arrecadações, seguida pela Justiça Estadual, representando respectivamente 56,1% e 37,6% do total recebido pelo Poder Judiciário (Figura 33). A Justiça Federal é o único ramo que retornou aos cofres públicos mais do que o dobro (288%) do valor de suas despesas (Figura 34). Trata-se, majoritariamente, de receitas oriundas da atividade de execução fiscal, ou seja, dívidas pagas pelos devedores em decorrência da ação judicial. Dos R\$ 40,2 bilhões arrecadados em execuções fiscais, R\$ 34,9 bilhões (86,8%) são provenientes da Justiça Federal e R\$ 5,1 bilhões (12,6%) são da Justiça Estadual.

Figura 32 - Série histórica das arrecadações



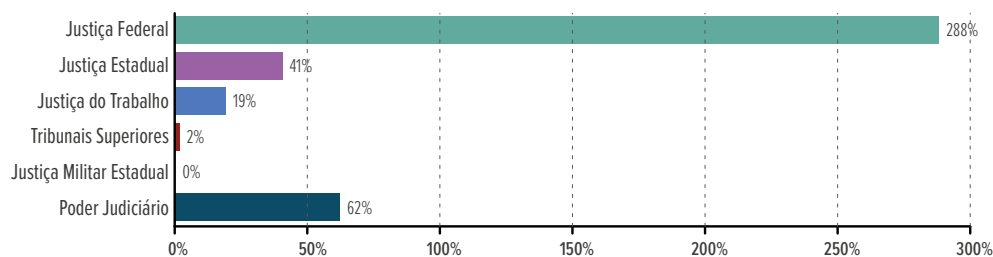
Fonte: Conselho Nacional de Justiça, 2021.

Figura 33 - Arrecadações por ramo de justiça



Fonte: Conselho Nacional de Justiça, 2021.

Figura 34 - Percentual de receitas em relação às despesas, por ramo de justiça

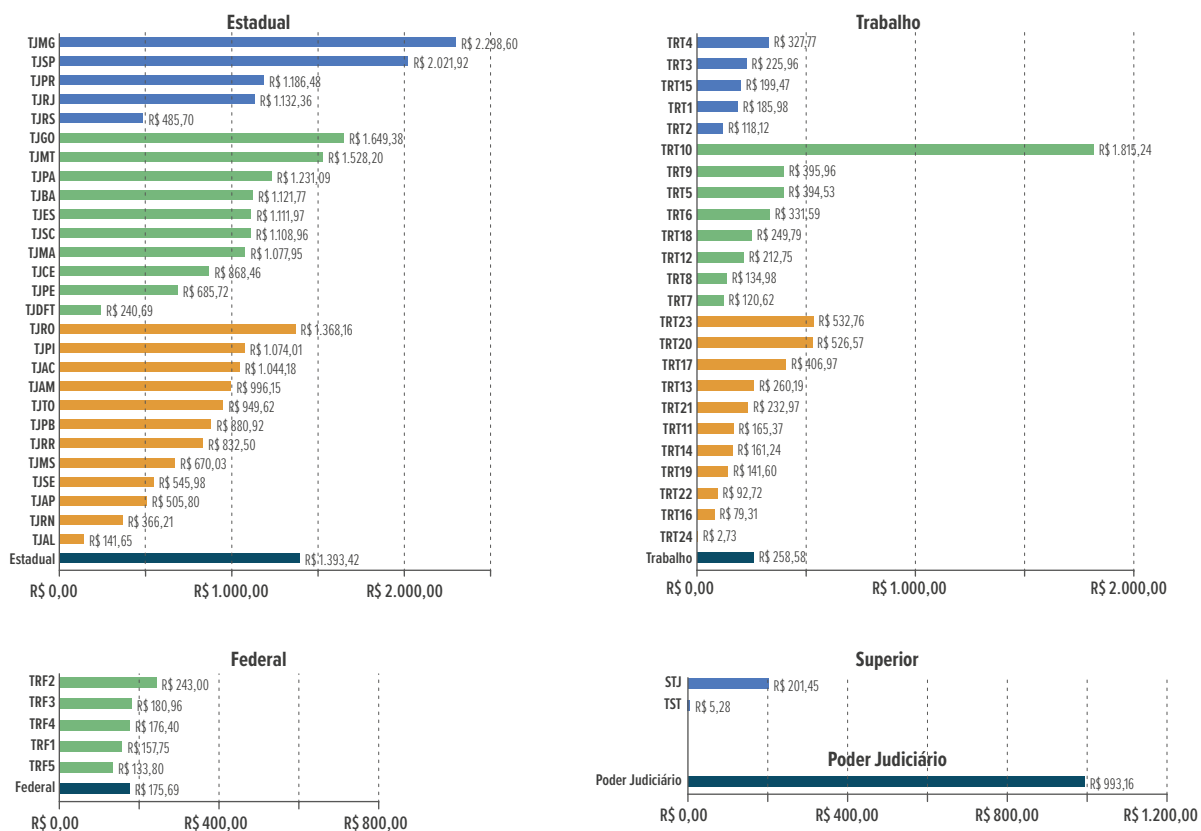


Fonte: Conselho Nacional de Justiça, 2021.

A relação entre o total arrecadado com custas e emolumentos e o número de processos (exceto criminais e juizados especiais, que são por natureza gratuitos) pode ser verificada na Figura 35. Dessa forma, é possível observar o impacto médio das custas e das concessões de Assistência Judiciária Gratuita – AJG nos tribunais. Os Tribunais de Justiça dos Estados de Minas Gerais, São Paulo, Goiás e Mato Grosso arrecadaram, no ano de 2020, maior volume financeiro em decorrência de suas tabelas de custas proporcionalmente ao número de processos, com arrecadação superior a R\$ 1.600,00 por processo ingressado. Chama atenção o valor informado pelo TRT da 10ª Região (DF/TO), uma vez que na Justiça Trabalho a tabela de custas é uniforme para todos os regionais, com variação dos valores a depender do valor da causa e do resultado do processo (condenação ou absolvição).

O Tribunal de Justiça de Alagoas (R\$ 141,65) e o Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (R\$ 240,69) são os de menor arrecadação entre os Tribunais de Justiça, com indicador semelhante aos Tribunais Regionais do Trabalho (média de R\$ 258,58). A Justiça Federal apresenta a menor média de valor arrecadado com custas e emolumentos, com R\$ 175,69 por processo ingressado. No segmento da Justiça do Trabalho, o TRT10 se destaca em relação aos outros, ao arrecadar R\$ 1.815,24 em relação ao número de processos ingressados.

Figura 35 - Valores arrecadados em relação ao número de processos ingressados sujeitos a cobrança de custas



Fonte: Conselho Nacional de Justiça, 2021.

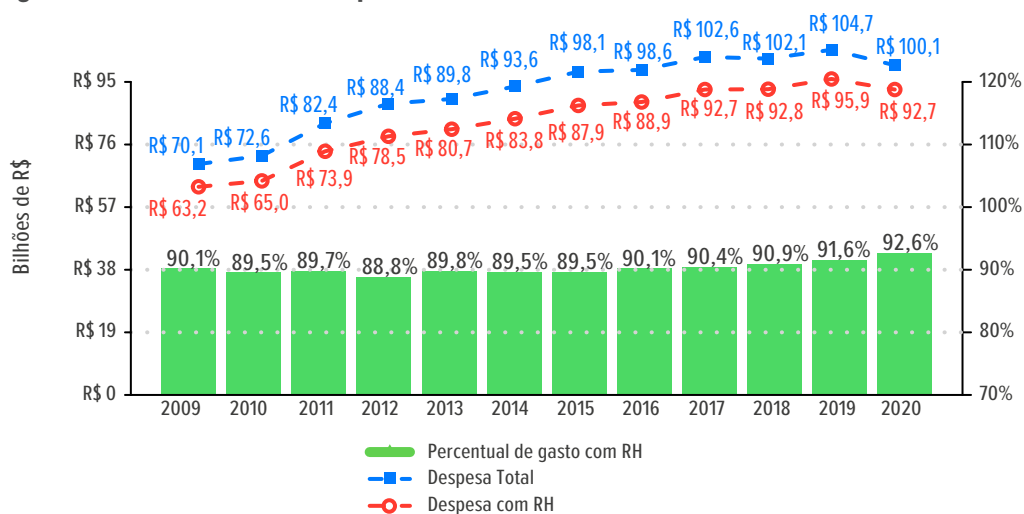
4.2 Despesas com pessoal

Neste tópico são detalhadas as despesas com pessoal, responsáveis por 92,6% do gasto total do Poder Judiciário. Observa-se, na Figura 36, que os gastos com pessoal crescem proporcionalmente ao gasto total do Poder Judiciário. O percentual gasto com pessoal permaneceu relativamente estável ao longo dos 12 anos da série histórica, com o menor valor aferido em 2012 (88,8%) e o maior em 2020 (92,6%). A alta no percentual deve-se, justamente, em razão da redução das demais despesas, fazendo com que os gastos com pessoal, mesmo com pequena redução, ficassem proporcionalmente maiores que nos anos anteriores.

As séries históricas por ramo de justiça (Figura 38) indicam queda no último ano do percentual dos Tribunais Superiores, com crescimento nas demais. Na Justiça Eleitoral, em razão da sazonalidade entre anos eleitorais e não eleitorais, a comparação de 2020 deve ser feita com relação ao ano de 2018. O segmento com maior proporção de recursos destinados ao pagamento de pessoal é o Federal, com 96,3%, e do Trabalho, com 96%. As menores proporções estão nos Tribunais Superiores, na Justiça Eleitoral, e na Justiça Estadual, 87%, 90% e 91,2%, respectivamente.

O detalhamento dessa rubrica mostra que 87% dos gastos destinam-se ao pagamento de subsídios e remunerações dos(as) magistrados(as) e servidores(as) ativos(as) e inativos(as), que incluem também pensões, imposto de renda e encargos sociais; 6,8% são referentes ao pagamento de benefícios (ex.: auxílio-alimentação, auxílio-saúde); 1,9% corresponde ao pagamento de despesas em caráter eventual e indenizatório, tais como diárias, passagens e auxílio-moradia; 3,6% são gastos com terceirizados e 0,6% é gasto com estagiários (Figura 37).

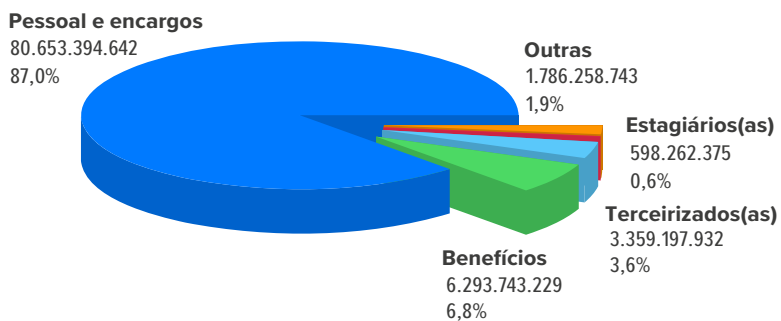
Figura 36 - Série histórica das despesas



Fonte: Conselho Nacional de Justiça, 2021.

Figura 37 - Despesas com pessoal

Despesa com Recursos Humanos: R\$ 92.690.856.920 (92,6%)



Fonte: Conselho Nacional de Justiça, 2021.

Figura 38 - Série histórica do percentual de despesas com pessoal, por ramo de justiça



Fonte: Conselho Nacional de Justiça, 2021.

Considerando todo o Poder Judiciário, as despesas com cargos em comissão e funções comissionadas representaram aproximadamente 12,5% do total de gastos com pessoal, sendo o percentual gasto com cargos em comissão de 9,4% e com funções comissionadas de 3,1%. Os percentuais por tribunal podem ser visualizados na Figura 39,

variando, quanto aos cargos em comissão, do mínimo de 0,8%, no TRE-SP, ao máximo de 31,4%, no TJSP. No tocante às funções comissionadas, o máximo observado foi de 8,7% no TRE-MS, sendo que alguns tribunais não possuem esse tipo de gratificação, e por isso estão representados com 0%. Na Justiça Eleitoral, o TRE-RR apresenta o maior percentual de despesas com cargos e funções comissionadas (15,5%). Na Justiça do Trabalho o maior percentual está no TRT21 (10,7%). Os Tribunais de Justiça Militares Estaduais também apresentam grande percentual, com média de 20,1%.

Na Figura 40 estão apresentadas as despesas médias mensais da Justiça com pagamento de magistrados(as) e servidores(as). É importante esclarecer que os valores incluem os pagamentos de remunerações, indenizações, encargos sociais, previdenciários, imposto de renda, despesas com viagens a serviço (passagens aéreas e diárias¹⁹), não correspondendo, portanto, aos salários, tampouco aos valores recebidos pelos(as) servidores(as) públicos. Dito isso, observa-se que as despesas representam uma média mensal de aproximadamente R\$ 48,2 mil por magistrado(a); de R\$ 16,8 mil por servidor(a); de R\$ 3,9 mil por terceirizado(a) e de R\$ 865,86 por estagiário(a). O TJMS, com o maior valor nacional, TJGO, TJTO e TJMG apresentam os maiores custos por magistrado(a) dentro do segmento de Justiça Estadual. Os únicos Tribunais Estaduais cujo custo mensal para magistrados(as) é abaixo de R\$ 40 mil são o TJAL, que apresenta o menor valor, seguido pelo TJPI, TJAM e TJPA²⁰.

Frise-se, ainda, que no cálculo estão considerados os pagamentos com inativos e pensionistas, o que pode acarretar diferenças quando feita a comparação entre tribunais, uma vez que a modalidade de tais vencimentos pode ocorrer às expensas do órgão ou por meio de fundos de pensão, neste caso, não computados. Ademais, por se tratar de um valor médio, é importante esclarecer que eventuais indenizações recebidas em razão de decisão judicial destinadas a um pequeno grupo de indivíduos podem impactar sobremaneira as médias apresentadas na Figura 40, especialmente em órgãos de pequeno ou médio porte, que possuem menor quantitativo de funcionários. Dessa forma, e pelas razões explicitadas, há diferenças entre os segmentos de justiça custeados pela União, nos quais os vencimentos são uniformes.

Ressalte-se, portanto, que os valores apresentados não correspondem ao salário dos(as) magistrados(as) e servidores(as), mas tão somente ao custo da Justiça. Registra-se, ainda, que a soma do imposto de renda (até 27,5%) com a previdência social

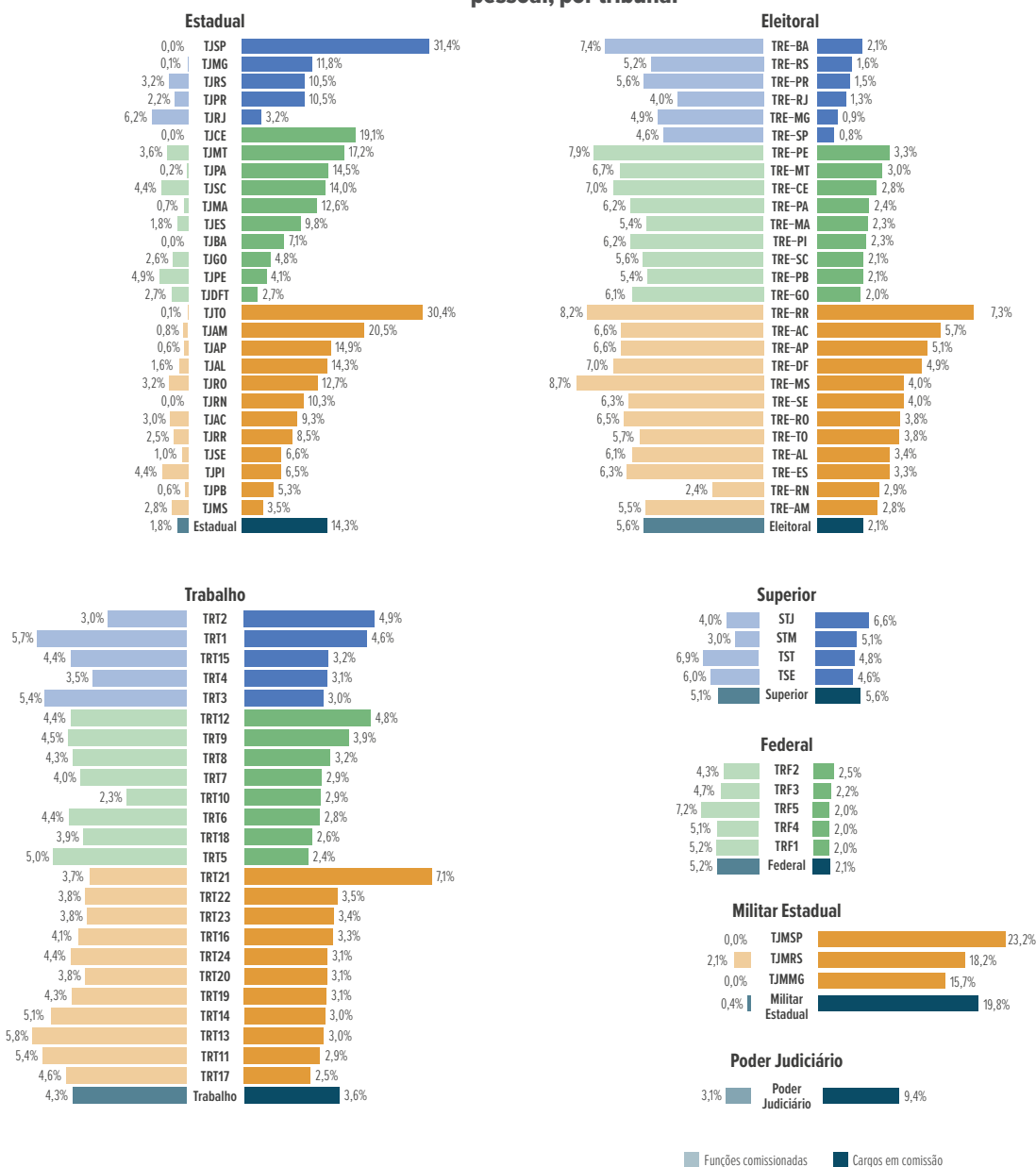
19 As diárias têm por objetivo o custeio de viagens e destinam-se ao pagamento de hospedagem, alimentação e transporte durante o período de trânsito.

20 A informação prestada pelo TJPR sobre gastos com magistrados(as) apresenta inconsistência.

(11%), ambos incidentes sobre a remuneração total, a depender da data de ingresso no funcionalismo público, pode gerar impactos de quase 40% na folha de pagamento.

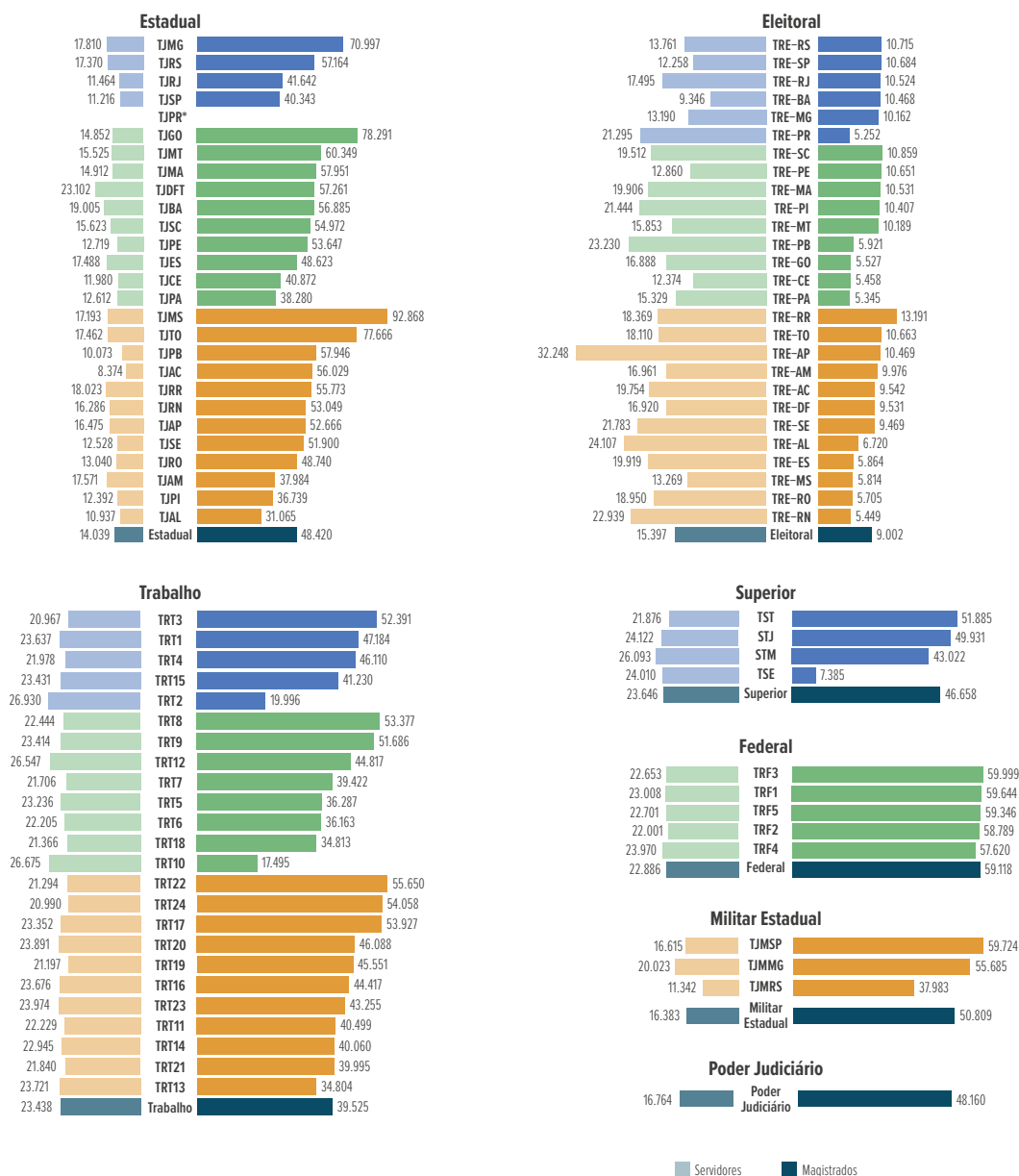
No âmbito da Justiça Eleitoral, o subsídio é pago pelo órgão de origem, restando apenas gratificações e despesas eventuais a cargo dos TREs. O custo com promotores(as) eleitorais foi computado nas despesas com magistrados(as).

Figura 39 - Percentual de despesas com cargos e funções comissionadas em relação à despesa total com pessoal, por tribunal



Fonte: Conselho Nacional de Justiça, 2021.

Figura 40 - Custo médio mensal dos tribunais com magistrados(as) e servidores(as), incluindo benefícios, encargos, previdência social, diárias, passagens, indenizações judiciais e demais indenizações eventuais e não eventuais



Fonte: Conselho Nacional de Justiça, 2021.

(*) Dado inconsistente

4.3 Quadro de pessoal

O quadro de pessoal é apresentado considerando três categorias: a) magistrados(as), que abrange os(as) juízes(as), os(as) desembargadores(as) e os(as) ministros(as); b) servidores(as), incluindo o quadro efetivo, os(as) requisitados(as) e os(as) cedidos(as) de outros órgãos pertencentes ou não à estrutura do Poder Judiciário, além dos(as) comissionados(as) sem vínculo efetivo, excluindo-se os(as) servidores(as) do quadro efetivo que estão requisitados(as) ou cedidos(as) para outros órgãos; e c) trabalhadores(as) auxiliares, compreendendo terceirizados(as), estagiários(as), juízes(as) leigos(as), conciliadores(as) e colaboradores(as) voluntários.

Em 2020, o Poder Judiciário contava com um total de 433.575 pessoas em sua força de trabalho, sendo 17.988 magistrados(as) (4,1%), 267.613 servidores(as) (61,7%), 71.295 terceirizados(as) (16,4%), 57.579 estagiários(as) (13,3%) e 19.100 conciliadores(as), juízes(as) leigos(as) e voluntários(as) (4,41%). Do total de magistrados(as), 76 (0,4%) estão nos Tribunais Superiores, 2.454 (13,6%) estão no segundo grau e 15.458 (85,9%) estão no primeiro grau. Entre os(as) servidores(as), 79% estão lotados na área-fim judiciária (considerando-se como tal todos os cargos que atuam na área finalística, como arquivista, contador, oficial de justiça, entre outros) e 21% atuam na área administrativa. O diagrama da Figura 41 mostra a estrutura da força do trabalho do Poder Judiciário em relação aos cargos e instâncias.

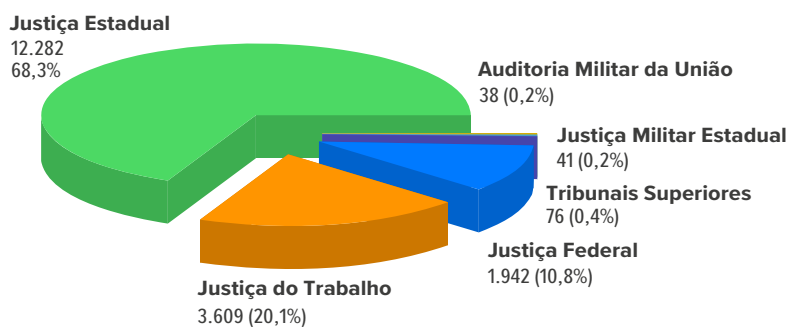
Na Justiça Estadual estão 68,3% dos(as) magistrados(as), 63,9% dos(as) servidores(as) e 77,4% dos processos em trâmite. Na Justiça Federal, se encontram 10,8% dos(as) magistrados(as), 10,3% dos(as) servidores(as) e 14,5% dos processos em trâmite. Na Justiça Trabalhista, 20,1% dos(as) magistrados(as), 14,3% dos(as) servidores(as) e 6% dos processos (Figuras 42 e 47).

Figura 41 - Diagrama da força de trabalho



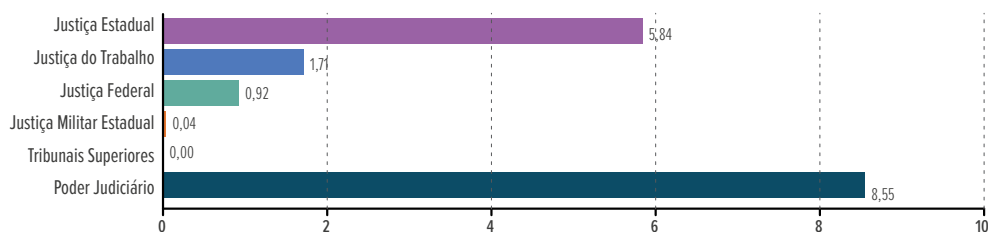
Fonte: Conselho Nacional de Justiça, 2021.

Figura 42 - Total de magistrados(as) por ramo de justiça



Fonte: Conselho Nacional de Justiça, 2021.

Figura 43 - Cargos de magistrados(as) providos por cem mil habitantes, por ramo de justiça



Fonte: Conselho Nacional de Justiça, 2021.

Ao final de 2020, havia **22.695 cargos de magistrados(as) criados por lei, sendo 17.988 providos e 4.707 cargos vagos (20,7%)**, conforme Figura 44. Esse patamar tem se mantido constante durante a série histórica, apresentando maior valor (23%) em 2012 e 2013 e menor percentual em 2014 (17,4%).

Entre os 17.988 magistrados(as), 76 são ministros(as) (0,4%)²¹; 15.458 são juízes(as) de Direito (85,9%); 2.310 são desembargadores(as) (13%); e 144 são juízes(as) substitutos(as) de segundo grau (0,8%). Estão lotados nos Tribunais Superiores 47 magistrados(as) convocados(as) fora da jurisdição (8 no TST, 10 no TSE e 29 no STJ), e nos demais tribunais, 388 juízes(as) na mesma situação. Ao todo 2,4% dos(as) magistrados(as) exercem atividade administrativa nos tribunais, afastados(as) da jurisdição de origem.

Em 2020, os números de cargos existentes, providos e vagos permaneceram próximos aos verificados no ano anterior, patamar próximo aos anos de 2009 e 2011. O maior percentual de cargos não providos está na Justiça Federal e na Justiça Estadual, com 24,3% e 23,4%, respectivamente (Figura 45). Nos tribunais, o maior percentual de cargos de magistrados(as) existentes e não providos está no TJAC, com 70%. Os menores percentuais são TRT21, TJPR com 1,7% e no TRT20 e TRT22 (2,7%), apresentando provimentos quase completos dos cargos.

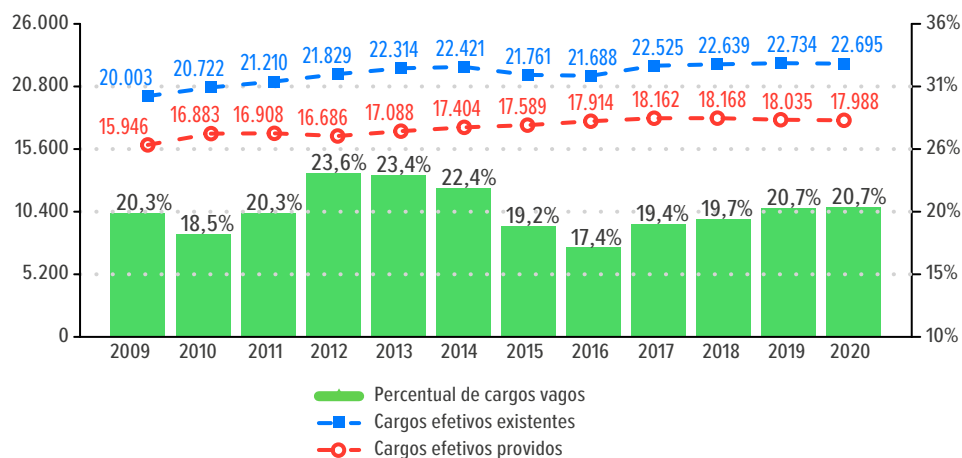
Os cargos vagos são, em sua maioria, de juízes(as) — enquanto no segundo grau existem 83 cargos de desembargadores(as) criados por lei e não providos (3,3%), no primeiro grau há 4.624 cargos não providos (23%).

Considerando a soma de todos os dias de afastamento, obtém-se uma média de 1.002 magistrados(as) que permaneceram afastados da jurisdição durante todo o exercício de 2020, representando um absenteísmo de 5,6%. Tais afastamentos podem ocorrer em razão de licenças, convocações para instância superior, entre outros motivos. Para esse cálculo, não foram computados períodos de férias e recessos. Isso significa que, em média, 16.986 magistrados(as) efetivamente atuaram na jurisdição durante todo o ano. Interessante notar que, apesar da pandemia no ano de 2020, o índice de absenteísmo reduziu em relação aos anos anteriores, tendo alcançado o menor patamar dos últimos seis anos.

Além do número total de cargos de magistrados(as) existentes e providos, outro indicador relevante é a média de cargos de magistrados(as) providos a cada cem mil habitantes: 8,5 em 2020. No período de 2009 a 2020 esse índice variou pouco: a menor média foi observada em 2009 (8,4) e a maior em 2010 (8,9).

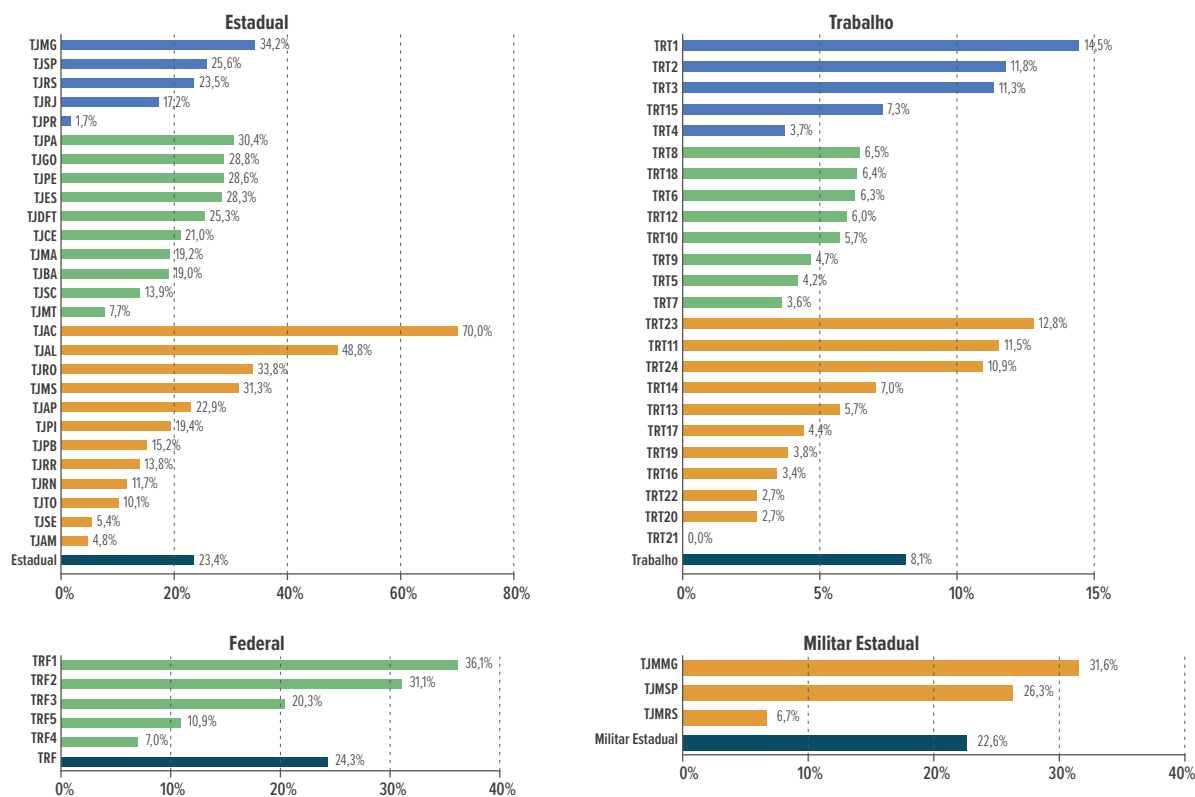
21 Incluídos os(as) 33 Ministros(as) do STJ, os(as) 27 Ministros(as) do TST e os(as) 16 Ministros(as) do STM.

Figura 44 - Série histórica dos cargos de magistrados(as)



Fonte: Conselho Nacional de Justiça, 2021.

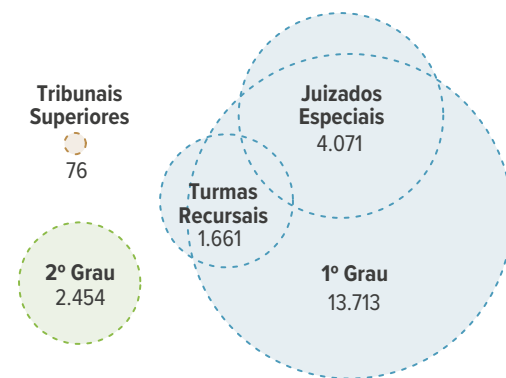
Figura 45 - Percentual de cargos vagos de magistrado(a) por tribunal



Fonte: Conselho Nacional de Justiça, 2021.

A Figura 46 permite visualizar as intersecções existentes na jurisdição dos(as) magistrados(as). Dos 15.458 juízes(as) de Direito, 13.713 atuam no juízo comum, sendo 9.920 (72,3%) de forma exclusiva, 2.706 (19,7%) com acúmulo de função em juizados especiais e 1.087 (7,9%) em conjunto com turmas recursais. Magistrados(as) exclusivos em juizados especiais são apenas 1.171, ou seja, correspondem a 7,6% dos(as) juízes(as) e a 28,8% daqueles que atuam em juizados cumulativamente ou não (4.071), enquanto 194 (4,8%) acumulam com as turmas recursais. Dos que exercem jurisdição em turmas recursais (1.661), 2,5% o fazem de forma exclusiva. Na Justiça Federal, 99,5% dos(as) magistrados(as) de turma recursal são exclusivos e, na Justiça Estadual, apenas 11,2%.

Figura 46 - Jurisdição dos(as) magistrados(as)



Fonte: Conselho Nacional de Justiça, 2021.

Ao final de 2020, o Poder Judiciário possuía um total de **267.613 servidores(as)**, sendo 224.001 do quadro efetivo (83,7%), 22.918 requisitados(as) e cedidos(as) de outros órgãos (8,6%) e 19.767 comissionados(as) sem vínculo efetivo (7,4%). Considerando o tempo total de afastamento, aproximadamente 9.234 servidores(as) (3,5%) permaneceram afastados(as) durante todo o exercício de 2020.

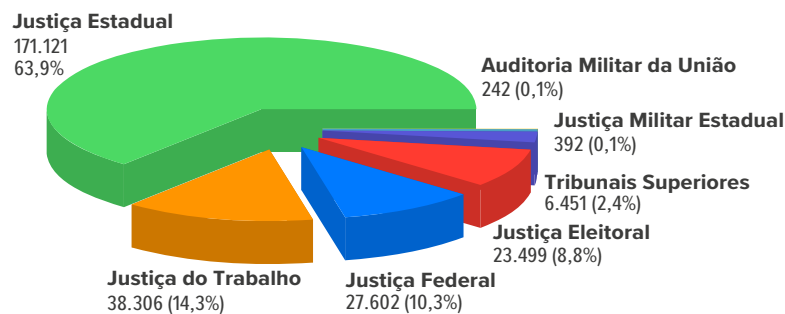
Do total de servidores(as), 211.501 (79%) estavam lotados na área judiciária e 56.112 (21%) na área administrativa. Entre os que atuam diretamente com a tramitação de processos, 176.880 (83,6%) estão no primeiro grau de jurisdição (Figura 49), que concentra 82,6% dos processos ingressados e 93,3% do acervo processual. É importante ressaltar que a Resolução CNJ n. 219/2016 estabelece que a área administrativa deve ser composta por, no máximo, 30% da força de trabalho. A Figura 48 demonstra essa distribuição por segmento de justiça, na qual é possível observar que esse percentual está sendo cumprido nas Justiças Estadual, Federal e Trabalhista.

Do total de servidores(as) efetivos(as), cumpre informar a existência de 49.662 cargos criados por lei e ainda não providos, que representam 18% dos cargos efetivos exis-

tentes. Observa-se na Figura 50 grande redução desse percentual no ano de 2018 (15%) e posterior aumento até 2020.

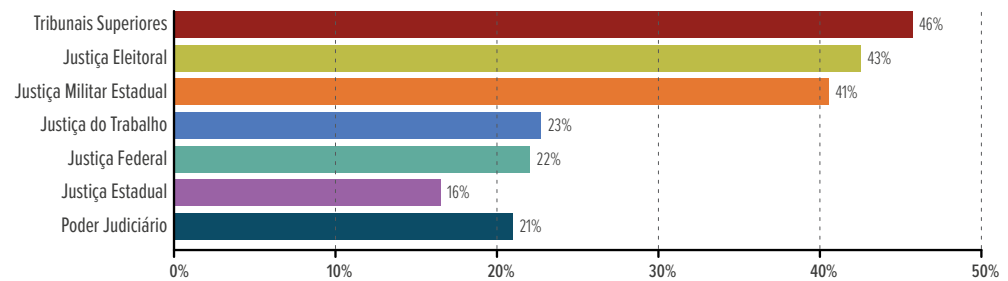
Cerca de 66,8% dos cargos existentes estão na Justiça Estadual. O segmento com maior percentual de cargos de servidores(as) vagos é o da Justiça Militar Estadual, com 27%. O menor está na Justiça Eleitoral, com 4% (Figura 51).

Figura 47 - Total de servidores(as) por ramo de justiça



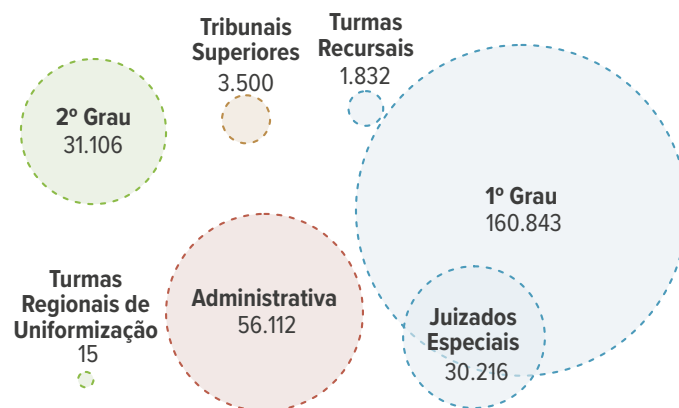
Fonte: Conselho Nacional de Justiça, 2021.

Figura 48 - Percentual de servidores(as) lotados na área administrativa, por ramo de justiça



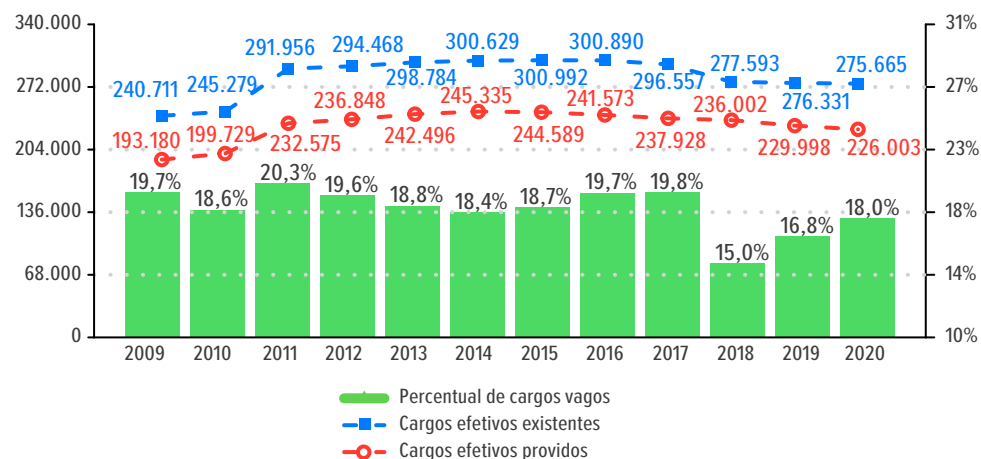
Fonte: Conselho Nacional de Justiça, 2021.

Figura 49 - Lotação dos(as) servidores(as)



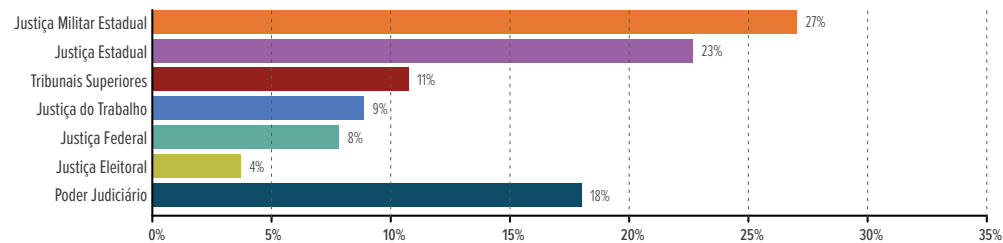
Fonte: Conselho Nacional de Justiça, 2021.

Figura 50 - Série histórica dos cargos de servidores(as) efetivos(as)



Fonte: Conselho Nacional de Justiça, 2021.

Figura 51 - Percentual de cargos vagos de servidores, por ramo de justiça

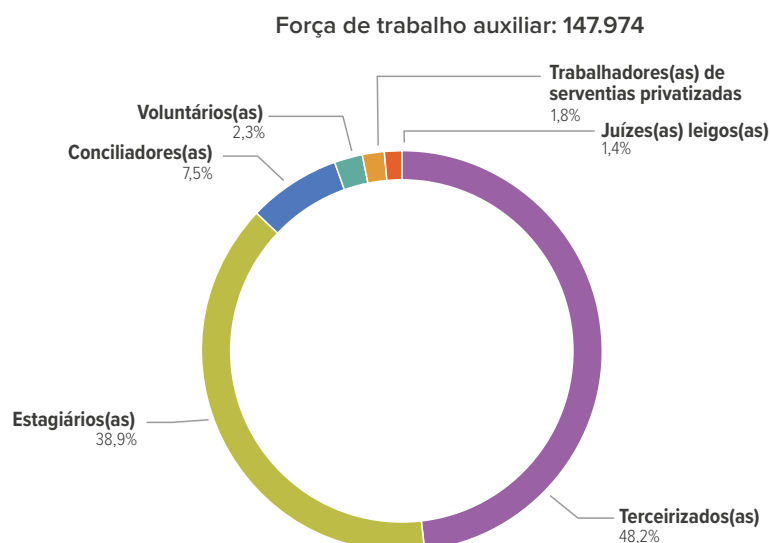


Fonte: Conselho Nacional de Justiça, 2021.

Em 2020, houve redução tanto no número de servidores(as) quanto no número de magistrados(as), registrando queda de, respectivamente, 0,1% e de 0,3% entre os anos de 2019 e 2020. Considerando os 12 últimos anos da série histórica, houve crescimento acumulado do número de servidores(as) em 17,7% e do número de magistrados(as) em 12,8%.

O Poder Judiciário conta, ainda, com o apoio de **147.974 trabalhadores(as) auxiliares**, especialmente na forma de terceirizados(as) (48,2%) e estagiários(as) (38,9%), conforme observado na Figura 52. Houve diminuição tanto do número de funcionários(as) terceirizados(as) no ano de 2020, em -4,11%, quanto de estagiários(as), -12,1%, contrariando os sucessivos aumentos que se verificaram nos anos anteriores. No período de 2009-2020, houve crescimento nas duas formas de contratação, sendo de 82,5% entre os(as) terceirizados(as) e de 61,9% entre os(as) estagiários(as).

Figura 52 - Força de trabalho auxiliar



Fonte: Conselho Nacional de Justiça, 2021.

5

Gestão

judiciária

Neste capítulo, são apresentados os dados gerais de movimentação processual e litigiosidade e os resultados dos principais indicadores de desempenho por segmento de justiça. O capítulo está dividido em três tópicos: 1) litigiosidade, que traz o fluxo processual da justiça e os indicadores de produtividade, desempenho, percentual de processos eletrônicos e recorribilidade consolidados por tribunal e por segmento de justiça; 2) política de priorização do primeiro grau, comparando os dados do primeiro grau com os do segundo grau de jurisdição — considerando como primeiro grau a justiça comum, os juizados especiais e as turmas recursais e, incluindo no segundo grau as turmas regionais de uniformização da justiça federal; e 3) gargalos da execução, que compara as fases de conhecimento e execução do primeiro grau.

No decorrer desses tópicos são expostos os seguintes indicadores, por grau de jurisdição e por fase (conhecimento e execução):

- > Casos Novos por Magistrado(a): indicador que relaciona o total de processos ingressados de conhecimento e de execução extrajudicial dividindo pelo número de magistrados(as) em atuação, não computadas as execuções judiciais.
- > Casos Novos por Servidor(a): indicador que relaciona o total de processos ingressados de conhecimento e de execução extrajudicial dividindo pelo número de servidores(as) da área judiciária, não computadas as execuções judiciais.

- > Carga de Trabalho por Magistrado(a): esse indicador calcula a média de trabalho de cada magistrado(a) durante o ano de 2020. É dado pela soma dos processos baixados, dos casos pendentes, dos recursos internos julgados, dos recursos internos pendentes, dos incidentes em execução julgados e dos incidentes em execução pendentes. Em seguida, divide-se pelo número de magistrados(as) em atuação. Cabe esclarecer que, na carga de trabalho, todos os processos são considerados, inclusive as execuções judiciais.²²
- > Carga de Trabalho por Servidor(a): mesmo procedimento do indicador anterior, porém com a divisão pelo número de servidores(as) da área judiciária.
- > IPM (Índice de Produtividade dos Magistrados): indicador que computa a média de processos baixados por magistrado(a) em atuação.
- > IPS-Jud (Índice de Produtividade dos Servidores da Área Judiciária): indicador que computa a média de processos baixados por servidor(a) da área judiciária.
- > IAD (Índice de Atendimento à Demanda): indicador que verifica se o tribunal foi capaz de baixar processos pelo menos em número equivalente ao quantitativo de casos novos. Alguns artigos internacionais chamam de *clearante rate*.²³ O ideal é que esse indicador permaneça superior a 100% para evitar aumento dos casos pendentes.
- > Taxa de Congestionamento: indicador que mede o percentual de casos que permaneceram pendentes de solução ao final do ano-base, em relação ao que tramitou (soma dos pendentes e dos baixados). Também chamado de *congestion rate*.²⁴ Cumprir informar que, de todo o acervo, nem todos os processos podem ser baixados no mesmo ano, devido a existência de prazos legais a serem cumpridos, especialmente nos casos em que o processo ingressou no final do ano-base.
- > Índice de Processos Eletrônicos: indicador que computa o percentual de processos ingressados eletronicamente (divisão do total de casos novos eletrônicos pelo total de casos novos, exceto as execuções judiciais).
- > Recorribilidade Interna: indicador que computa o número de recursos internos (considerando-se como tal aqueles recursos que serão julgados pelo próprio tribunal prolator da decisão recorrida) interpostos em relação ao número de decisões terminativas e de sentenças proferidas.

22 Ao contrário dos casos novos por magistrado(a), em que somente as execuções extrajudiciais e os casos novos de conhecimento são computados.

23 “[...] clearance rate (ratio of cases disposed to cases filed)”. DAKOLIAS, Maria. Court performance around the world: a comparative perspective. The World Bank, 1999.

24 “[...] congestion rate (pending and filed over resolved);”. DAKOLIAS, Maria. Court performance around the world: a comparative perspective. The World Bank, 1999.

- > Recorribilidade Externa: indicador que computa o número de recursos encaminhados a outros tribunais (considerando-se como tal aqueles recursos que serão julgados por tribunal diverso do que prolatou a decisão recorrida) em relação ao número de acórdãos e de decisões publicadas.

Nos indicadores IPM, IPS-Jud, carga de trabalho, casos novos por magistrado(a) e por servidor(a), não são considerados, na base de cálculo, a soma de todos os dias de afastamento. Dessa forma, o denominador utiliza o número médio de magistrados(as) e servidores(as) que permaneceu ativo durante todo o exercício de cada ano de referência. Cumpre informar que tal metodologia entrou em vigor no ano-base 2015 e que, até 2014, somente os afastamentos de magistrados(as) por mais de seis meses eram descontados na apuração dos indicadores. Para os(as) servidores(as), utilizava-se o quantitativo em efetivo exercício no final de cada ano-base. Tais mudanças podem impactar na série histórica e devem ser levadas em consideração na leitura dos dados.

5.1 Litigiosidade

O Poder Judiciário finalizou o ano de 2020 com **75,4 milhões de processos em tramitação** (também chamados de processos pendentes na figura 54), aguardando alguma solução definitiva. Desses, 13 milhões, ou seja, 17,2%, estavam suspensos, sobrestados ou em arquivo provisório, aguardando alguma situação jurídica futura. Dessa forma, desconsiderados tais processos, tem-se que, em andamento, ao final do ano de 2020 existiam 62,4 milhões ações judiciais.

O ano de 2017 foi marcado pelo primeiro ano da série histórica em que se constatou freio no acervo, que vinha crescendo desde 2009 e manteve-se relativamente constante em 2017. Em 2018, pela primeira vez na última década, houve de fato redução no volume de casos pendentes, com queda de quase um milhão de processos judiciais. Em 2019, a redução foi ainda maior, com aproximadamente um milhão e meio de processos a menos em tramitação no Poder Judiciário. **Em 2020, foi constatada na série histórica a maior redução do acervo de processos pendentes**, com a redução de cerca de dois milhões de processos, confirmando a contínua tendência de baixa desde 2017. A variação acumulada nesses três últimos anos foi na ordem de -5,2%. Até 2019, esse resultado derivava do crescente aumento do total de processos baixados, que atingiu o maior valor da série histórica no ano de 2019, valor bem superior ao quantitativo de novos processos no Poder Judiciário, conforme observado nas figuras 53 e 54. Em que pese esse percentual tenha abaixado em 2020, ainda assim se encontra com uma diferença de dois milhões de processos entre a diferença de casos baixados (27,9 milhões)

e casos novos (25,8 milhões), o que significa que, **em 2020, o judiciário permaneceu julgando mais do que o número de casos novos**. Assim, o Índice de Atendimento à Demanda (IAD), que mede a relação entre o que se baixou e o que ingressou, no ano de 2020 foi de 108,2%.

O resultado decorre, em especial, pelos desempenhos da Justiça Estadual, por ter reduzido o estoque em aproximadamente 3,2 milhões de processos no último ano, e da Justiça do Trabalho, que reduziu o estoque em 0,3 milhão de processos nos dois últimos anos (Figura 59). Há de se destacar que a redução dos processos ingressados na Justiça do Trabalho pode estar relacionada à reforma trabalhista aprovada em julho de 2017, tendo entrado em vigor em novembro de 2017.

Durante o ano de 2020, em todo o Poder Judiciário, ingressaram 25,8 milhões de processos e foram baixados 27,9 milhões, conforme Figura 53. Houve decréscimo dos casos novos em 14,5%, com redução dos casos solucionados em 20,8%. A demanda pelos serviços de justiça assim como o volume de processos baixados diminuíram em relação ao ano anterior. Além de 2019 ter apresentado o maior valor da série histórica, o número foi impactado pela pandemia covid-19. Se forem consideradas apenas as ações judiciais efetivamente ajuizadas pela primeira vez em 2020, sem computar os casos em grau de recurso e as execuções judiciais (que decorrem do término da fase de conhecimento ou do resultado do recurso), tem-se que **ingressaram 17,6 milhões ações originárias em 2020**, -12,5% do que no ano anterior.

A Figura 56 leva em consideração a contagem dos casos novos por segmento de justiça com a soma das entradas por fase e grau de jurisdição, ou seja, contando como nova entrada as execuções judiciais iniciadas e os processos em grau de recurso. A Figura 57 apresenta o acervo em cada ramo de justiça.

A redução do estoque não foi ainda maior devido aos processos que retornam à tramitação (casos pendentes) sem previamente figurarem como casos novos. São, por exemplo, os casos de sentenças anuladas na instância superior; ou de remessas e retornos de autos entre tribunais em razão de questões relativas à competência; ou de devolução dos processos à instância inferior para aguardar julgamento em matéria de recursos repetitivos ou de repercussão geral; ou de mudança de classe processual. Somente em 2020 foram reativados 1,7 milhão de processos. Outros fatores que contribuem para o crescimento do estoque são problemas na autuação e na apuração dos dados. Ao utilizar o Banco Nacional de Dados do Poder Judiciário – DataJud, instituído pela Resolução n. 331/2020, visa corrigir esse tipo de inconsistência, uma vez que o DPJ tem recebido os dados detalhados por processo, o que substituirá a remessa de informações agregadas pelos tribunais.

É oportuno esclarecer que, conforme o glossário da Resolução CNJ n. 76/2009, consideram-se baixados os processos:

- > Remetidos para outros órgãos judiciais competentes, desde que vinculados a tribunais diferentes;
- > Remetidos para as instâncias superiores ou inferiores;
- > Arquivados definitivamente;
- > Em que houve decisões que transitaram em julgado e iniciou-se a liquidação, cumprimento ou execução.

Computa-se apenas uma baixa por processo e por fase/instância (conhecimento ou execução, primeiro ou segundo grau). Os casos pendentes, por sua vez, são todos aqueles que nunca receberam movimento de baixa, em cada uma das fases analisadas. Da mesma forma, ao contabilizar o número de casos novos, também são considerados os ingressos na dimensão fase/instância. Assim, um processo que inicia a fase de execução pode ser, ao mesmo tempo, um caso novo de execução e um baixado de conhecimento.

Os dados por segmento de justiça demonstram que o resultado global do Poder Judiciário reflete quase diretamente o desempenho da Justiça Estadual, com 77,4% dos processos pendentes. A Justiça Federal concentra 14,5% dos processos e a Justiça Trabalhista, 6%. Os demais segmentos juntos acumulam 2% dos casos pendentes. A Justiça Eleitoral apresenta sazonalidade de movimentos processuais, com altas especialmente nos anos eleitorais (2012, 2014, 2016, 2018, 2020), e de forma mais acentuada nos anos de eleições municipais (2012, 2016 e 2020). Pelos motivos expostos, a avaliação por segmento de justiça é de suma importância.

Durante o ano de 2020, foram proferidas 25 milhões de sentenças e decisões terminativas, conforme Figura 55, com redução de 6.569 mil casos (-20,8%) em relação a 2019. É provável que tais números também tenham sido impactados pela pandemia de 2020, tendo em vista que o primeiro grau, onde houve mais queda, 23,3%, exige uma instrução probatória mais detalhada. As decisões terminativas no segundo grau, em que a instrução probatória já se encontra encerrada nos julgamentos recursais, reduziu em menor ordem de grandeza, 8,2%.

Chama atenção a diferença entre o volume de processos pendentes e o volume que ingressa a cada ano, conforme Figura 59. Na Justiça Estadual, o estoque equivale a 3,4 vezes a demanda, e na Justiça Federal, a 2,9 vezes. Nos demais segmentos, os processos pendentes são mais próximos do volume ingressado e, em 2020, seguiram a razão de 1,5 pendente por caso novo na Justiça do Trabalho e a de 1,1 pendente por caso novo nos Tribunais Superiores. Na Justiça Eleitoral ocorre o inverso: o acervo é menor

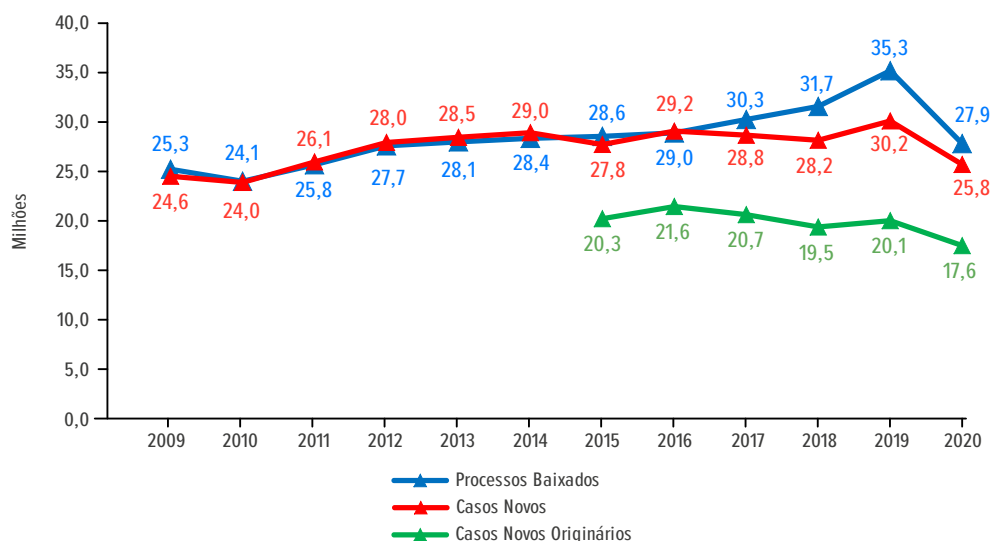
que a demanda, com destaque para a sazonalidade, inerente à sua atividade finalística. Na Justiça Militar Estadual, embora em todos os anos anteriores a 2019 o acervo tenha ficado abaixo da demanda, em 2020 houve crescimento dos casos pendentes, mesmo com a redução da demanda judicial.

Tais diferenças significam que, mesmo que não houvesse ingresso de novas demandas e fosse mantida a produtividade dos(as) magistrados(as) e dos(as) servidores(as), seriam necessários aproximadamente 2 anos e 8 meses de trabalho para zerar o estoque. Esse indicador pode ser denominado como “Tempo de Giro do Acervo”. O tempo de giro do acervo na Justiça Estadual é de 3 anos, na Justiça Federal é de 2 anos e 9 meses, na Justiça do Trabalho é de 1 ano e 6 meses, na Justiça Militar Estadual é de 1 ano e 4 meses e nos Tribunais Superiores é de 1 ano e 4 meses, conforme observado na Figura 58.

Dois Tribunais Estaduais apresentam tempo médio de giro do acervo superior a 4 anos, quais sejam, o TJSP e TJPB, consistindo nos maiores tempos observados. Os menores tempo de giro de acervo estão concentrados principalmente nos tribunais de pequeno porte, com destaque para o TJAC, TJRR, e TJRO, que apresentam tempos de giro de acervo menores que 1 ano e 6 meses.

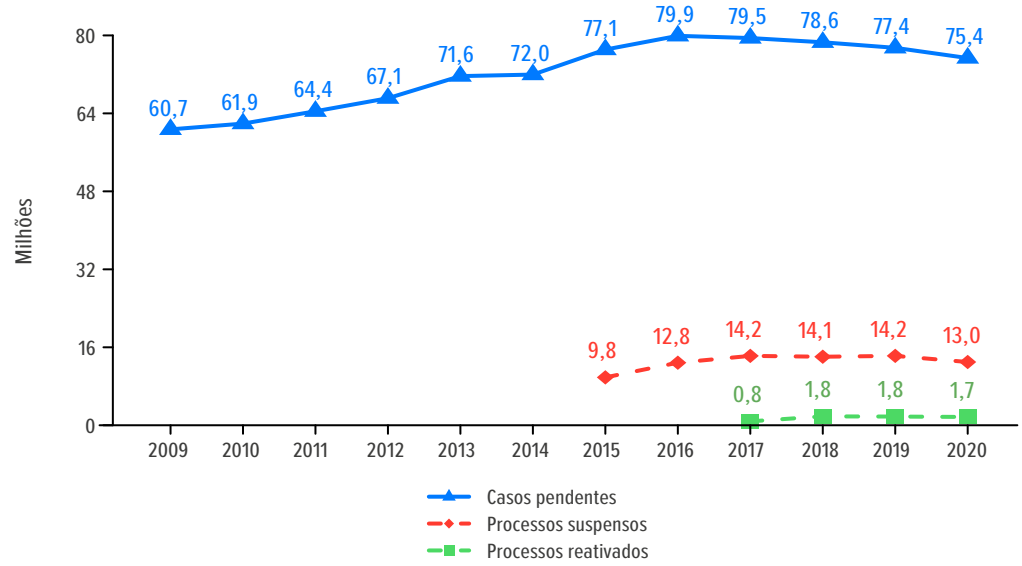
Nos tribunais superiores, o tempo de giro de acervo é bastante baixo, considerando o STJ, STM e TSE, que apresentam tempos inferiores a 10 meses, com destaque para o TSE, que tem tempo de 2 meses. Já o TST apresenta o maior tempo entre os tribunais superiores, com 2 anos e 1 mês.

Figura 53 - Série histórica dos casos novos e processos baixados



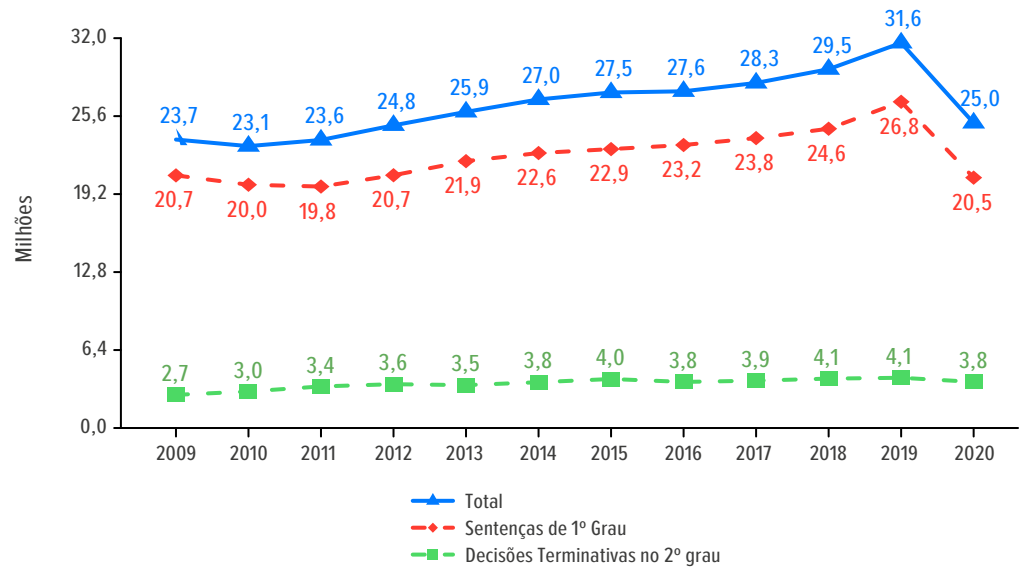
Fonte: Conselho Nacional de Justiça, 2021.

Figura 54 - Série histórica dos casos pendentes



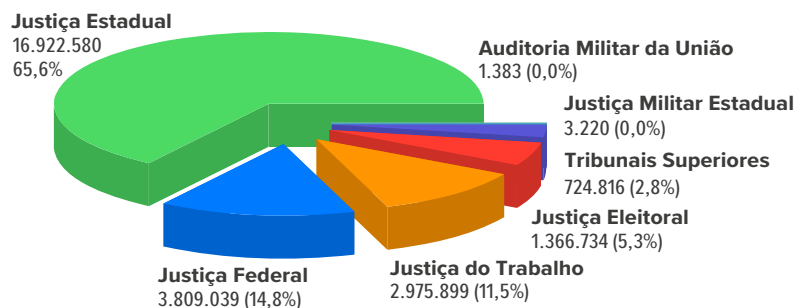
Fonte: Conselho Nacional de Justiça, 2021.

Figura 55 - Série histórica das sentenças e decisões



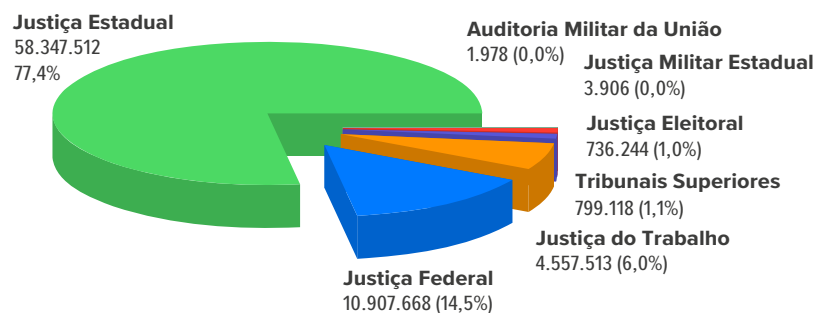
Fonte: Conselho Nacional de Justiça, 2021.

Figura 56 - Casos novos, por ramo de justiça



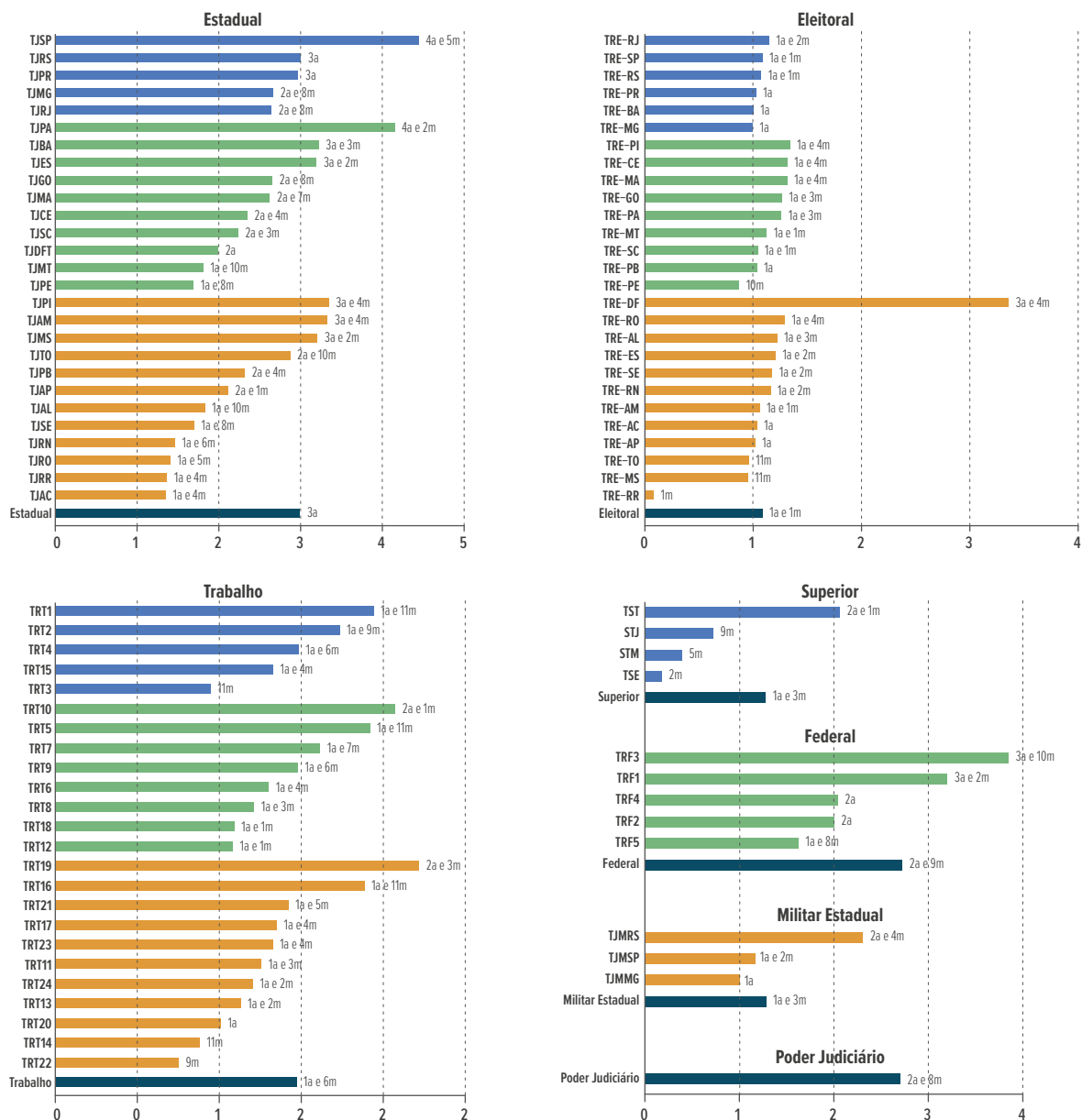
Fonte: Conselho Nacional de Justiça, 2021.

Figura 57 - Casos pendentes, por ramo de justiça



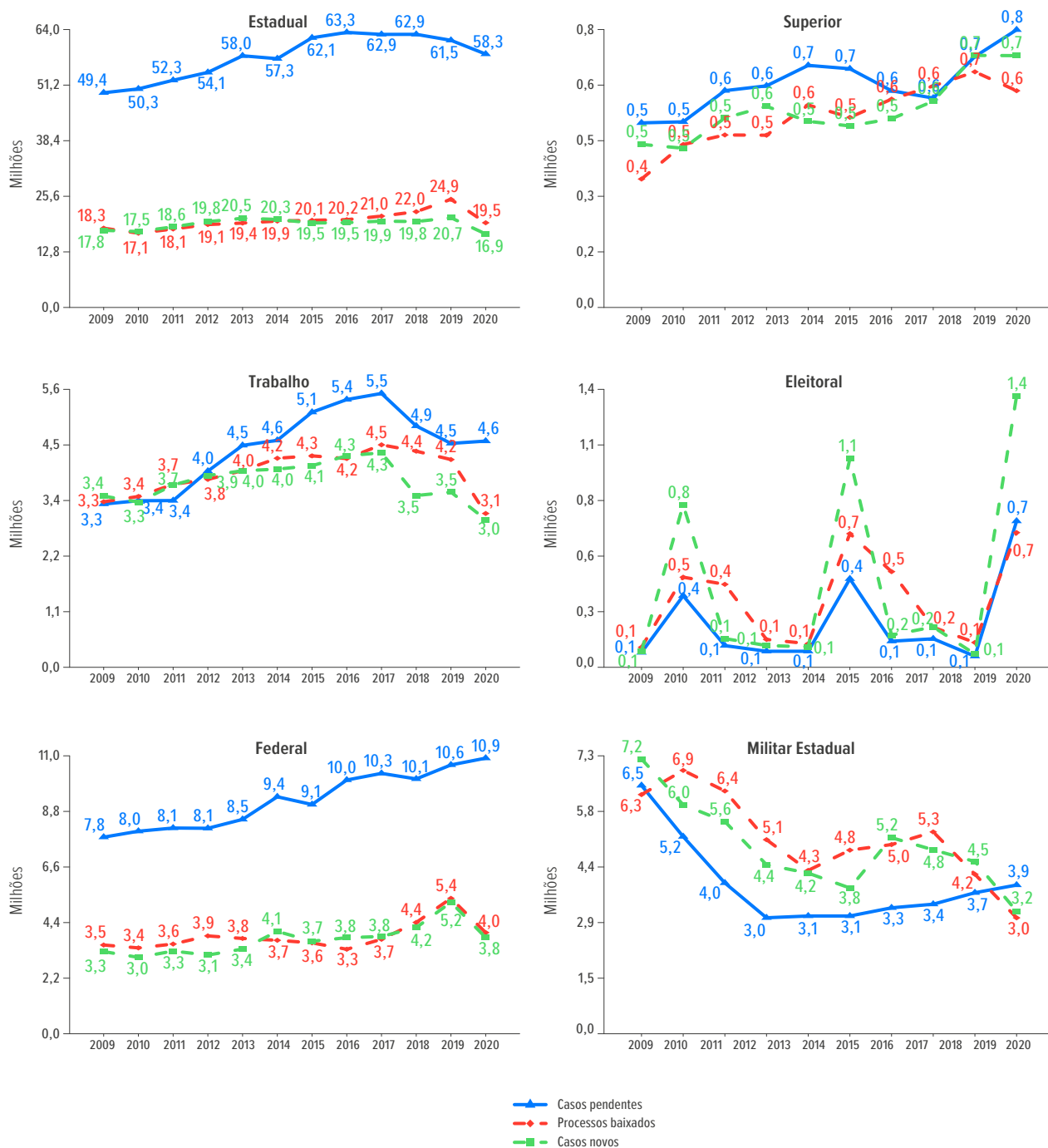
Fonte: Conselho Nacional de Justiça, 2021.

Figura 58 - Tempo médio de giro do acervo, por tribunal



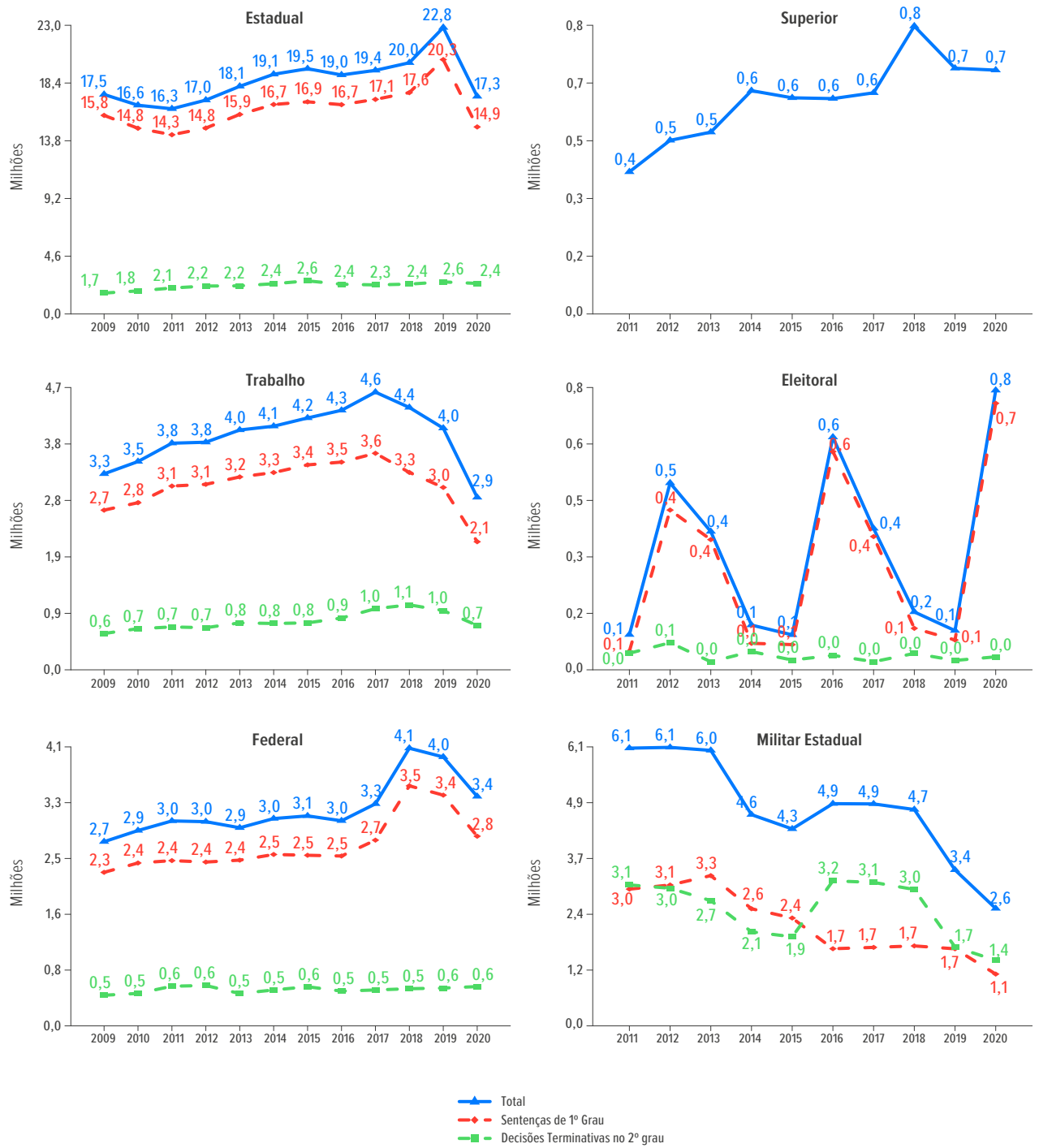
Fonte: Conselho Nacional de Justiça, 2021.

Figura 59 - Séries históricas da movimentação processual, por ramo de justiça



Fonte: Conselho Nacional de Justiça, 2021.

Figura 60 - Séries históricas das sentenças e decisões, por ramo de justiça



Fonte: Conselho Nacional de Justiça, 2021.

5.1.1 Acesso à Justiça

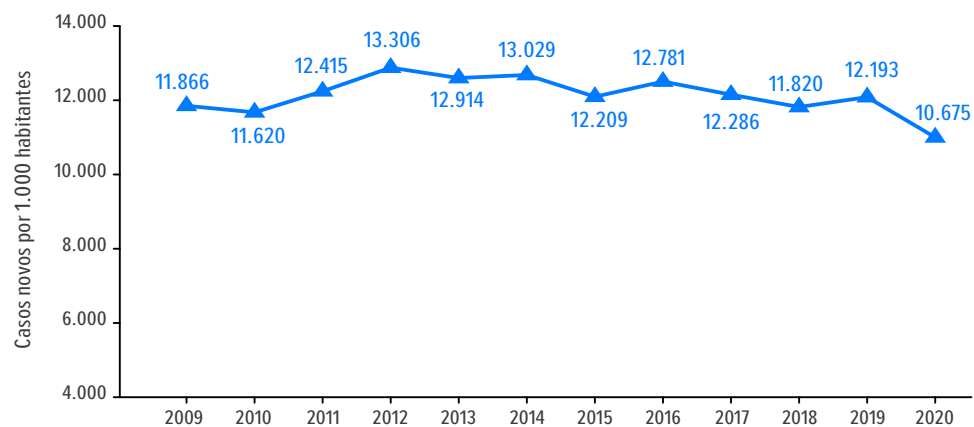
Esta seção trata da demanda da população pelos serviços da justiça e das concessões de assistência judiciária gratuita nos tribunais.

Em média, a cada grupo de 100.000 habitantes, 10.675 ingressaram com uma ação judicial no ano de 2020, conforme Figura 61. Houve uma redução de 12,3% no número de casos por mil habitantes em relação a 2019. Neste indicador, são computados somente os processos de conhecimento e de execução de títulos extrajudiciais, excluindo, portanto, da base de cálculo as execuções judiciais iniciadas. O indicador de cada tribunal é apresentado na Figura 63.

O estado de Minas Gerais, apesar de figurar como tribunal de grande porte em todos os segmentos (TJMG, TRT3 e TRE-MG), é, entre os de grande porte, o que apresenta a menor demanda por habitante, salvo no caso do TRE-MG, que figura como maior demanda entre os tribunais do segmento eleitoral. Na Justiça Estadual, o tribunal mais demandado pela população é o TJRO (15.812), seguido pelo TJMS (12.224), e o menos demandado é o TJPA (2.483). A média nacional é de 7.025 casos novos por cem mil habitantes. Na Justiça trabalhista os índices variam de 359 (TRT16) a 1.748 (TRT2), estando a média nacional trabalhista em 1.049 casos novos por cem mil habitantes. No âmbito da Justiça Eleitoral, o tribunal com mais demanda por habitante é o TRE-TO (1.380), e os tribunais com menor demanda são o TRE-DF (6) e o TRE-RJ (400), com média nacional de 649 casos novos por cem mil habitantes. Na Justiça Federal, o único com demanda acima do patamar de 2.500 casos por cem mil habitantes é o TRF da 4ª Região, que abrange os estados da Região Sul do País, enquanto os demais tribunais regionais federais possuem índices próximos entre si.

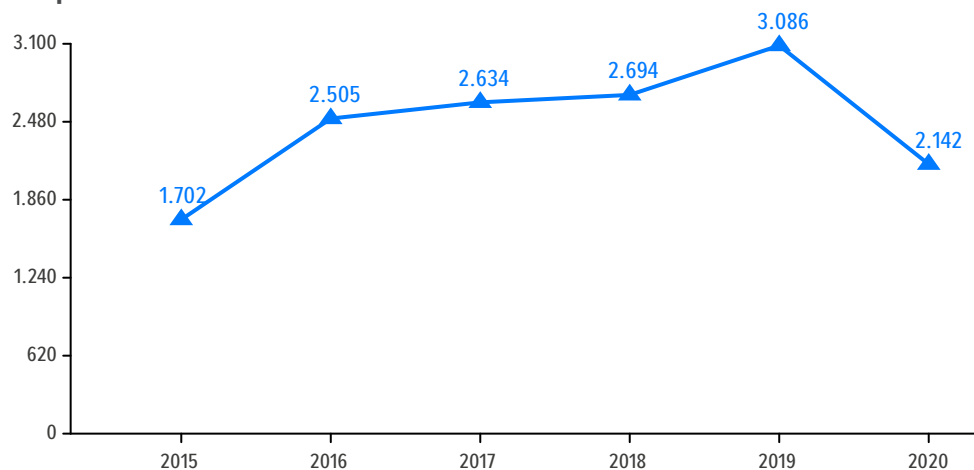
A Figura 62 relaciona os processos arquivados com assistência judiciária gratuita com o número de habitantes. Verifica-se uma diminuição na série histórica em 2020, atingindo o menor indicador desde o ano de 2016, com 2.142 arquivados com assistência judiciária gratuita por cem mil habitantes. Tais números foram impactados pela pandemia de 2020, representando uma redução de 30%. Porém, desde 2015 o indicador se manteve em tendência de crescimento, sendo, em 2019, o maior valor histórico. Nas informações por tribunal, Figura 64, consta que o TJRO apresentou o maior número de processos arquivados com assistência judiciária gratuita por cem mil habitantes, 7.159, seguido pelo TJMT (6.086), com muita variabilidade entre os tribunais, e o menor valor no TJRN, igual a 104. Alguns Tribunais do Trabalho apresentam índices bem abaixo da média do segmento trabalhista (que é de 346), como o TRT15 (0,08), TRT5 (1), TRT6 (14) e TRT20 (41).

Figura 61 - Série histórica do número de casos novos por mil habitantes



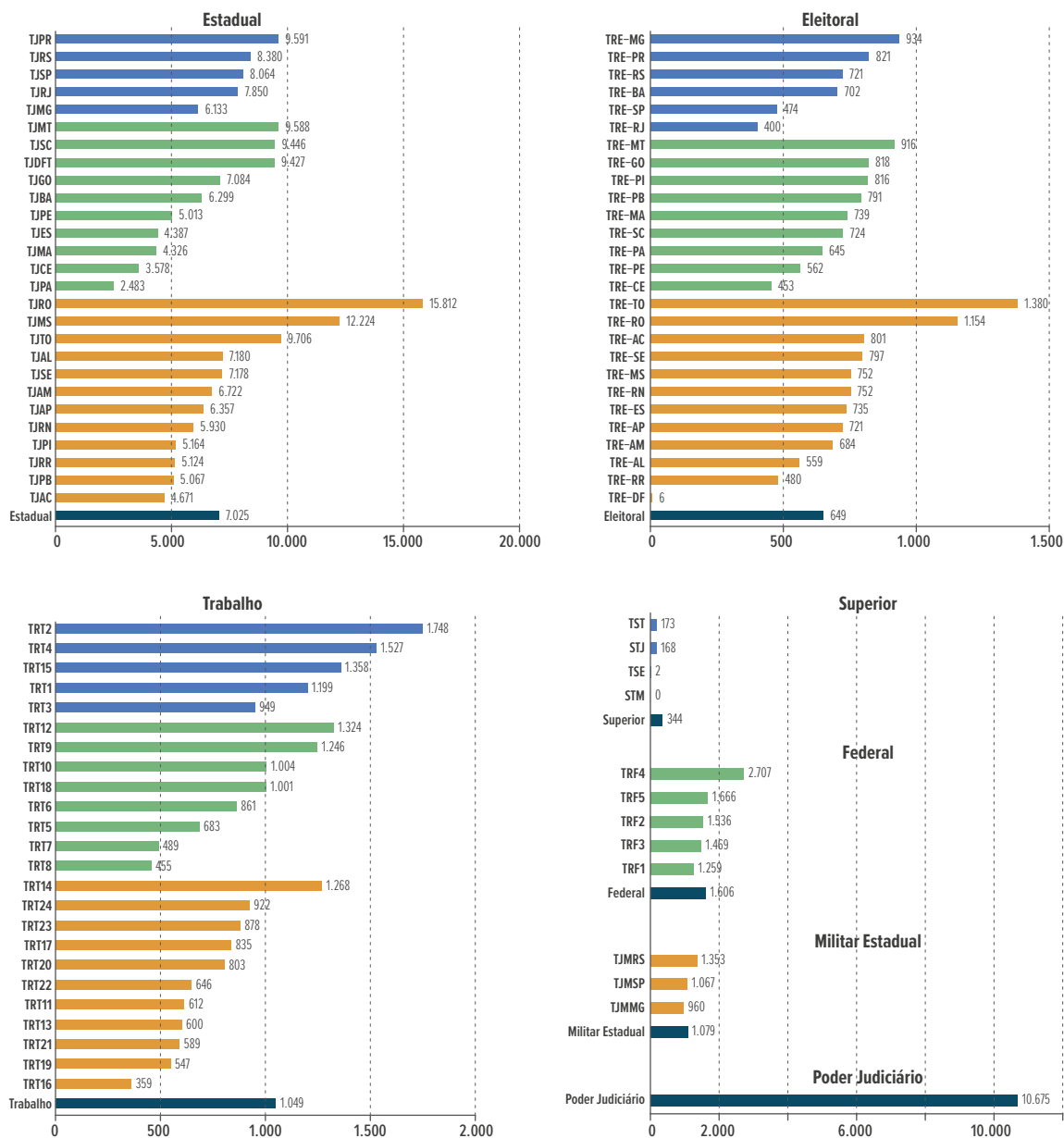
Fonte: Conselho Nacional de Justiça, 2021.

Figura 62 - Série histórica do número de processos arquivados com assistência judiciária gratuita por cem mil habitantes



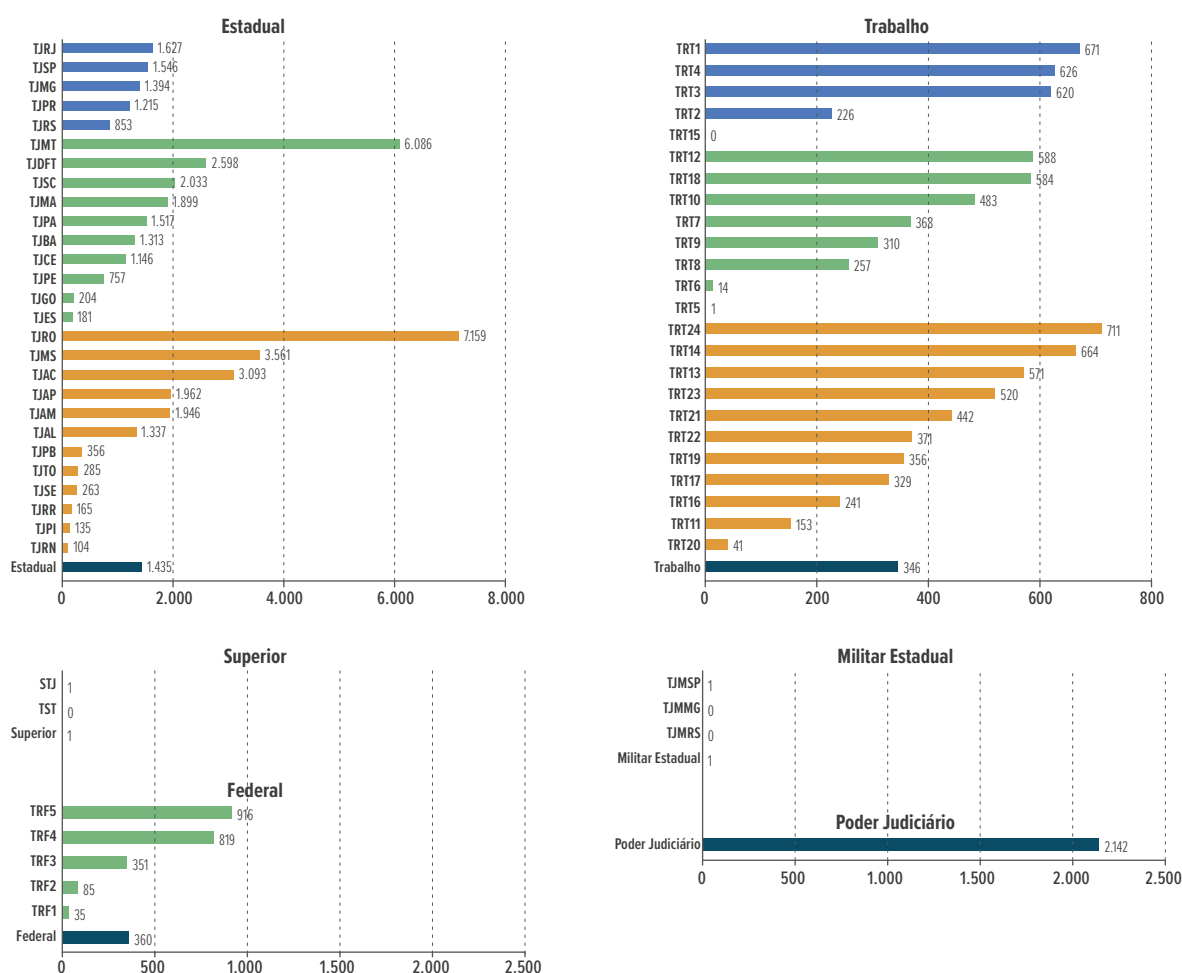
Fonte: Conselho Nacional de Justiça, 2021.

Figura 63 - Casos novos por cem mil habitantes, por tribunal



Fonte: Conselho Nacional de Justiça, 2021.

Figura 64 - Número de processos arquivados com assistência judiciária gratuita por cem mil habitantes, por tribunal



Fonte: Conselho Nacional de Justiça, 2021.

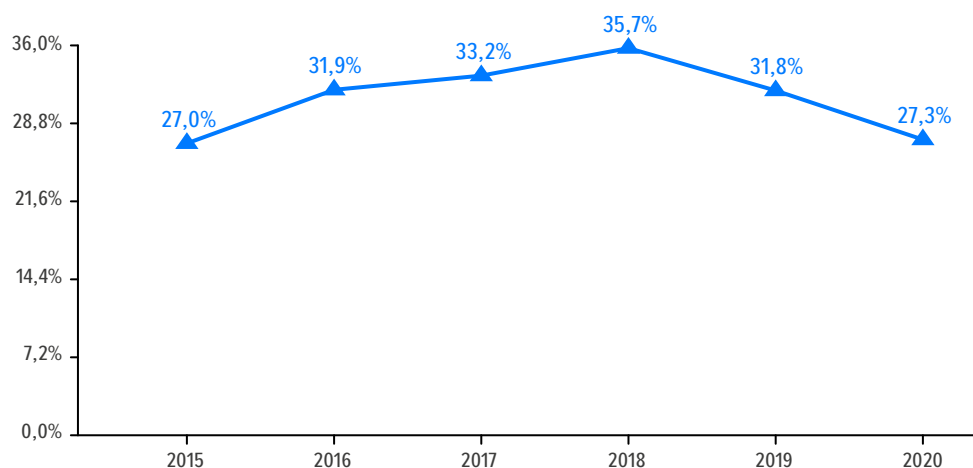
Para obter o índice de processos que tiveram concessão de Assistência Judiciária Gratuita (AJG), calcula-se a razão entre o número de processos arquivados definitivamente com AJG dividido pelo total de feitos arquivados. São retiradas da base de cálculo as ações criminais e os casos dos Juizados Especiais, tendo em vista a ausência de custas e emolumentos judiciais nesses casos. O percentual de casos solucionados com o benefício foi de 27,3% no ano de 2020, confirmando a tendência de queda desde 2018. A concessão da AJG havia crescido entre os anos de 2015 e 2018 e vem reduzindo. O índice foi de 27% em 2015 a 36% em 2018, atingindo seu maior valor histórico (Figura 65).

Em comparação aos demais segmentos, a Justiça Militar Estadual é a de maior percentual médio, apresentando 68%, em relação à Justiça Estadual (23%), Justiça do

Trabalho (43%) e Justiça Federal (41%), conforme Figura 66. Na Justiça Estadual, o TJMA apresenta o maior percentual de processos de justiça gratuita arquivados definitivamente (70%), seguido por TJAC (61%) e TJRO (60%). Os seguintes tribunais apresentaram o menor percentual do segmento estadual: TJRN (2%), TJPI (3%), TJSE (3%), TJRR (3%), TJGO (3%), TJPB (7%) e TJPE (8%). O TJRJ foi o tribunal estadual de grande porte com menor percentual de processos de justiça gratuita, assim como o TJGO entre os de médio porte.

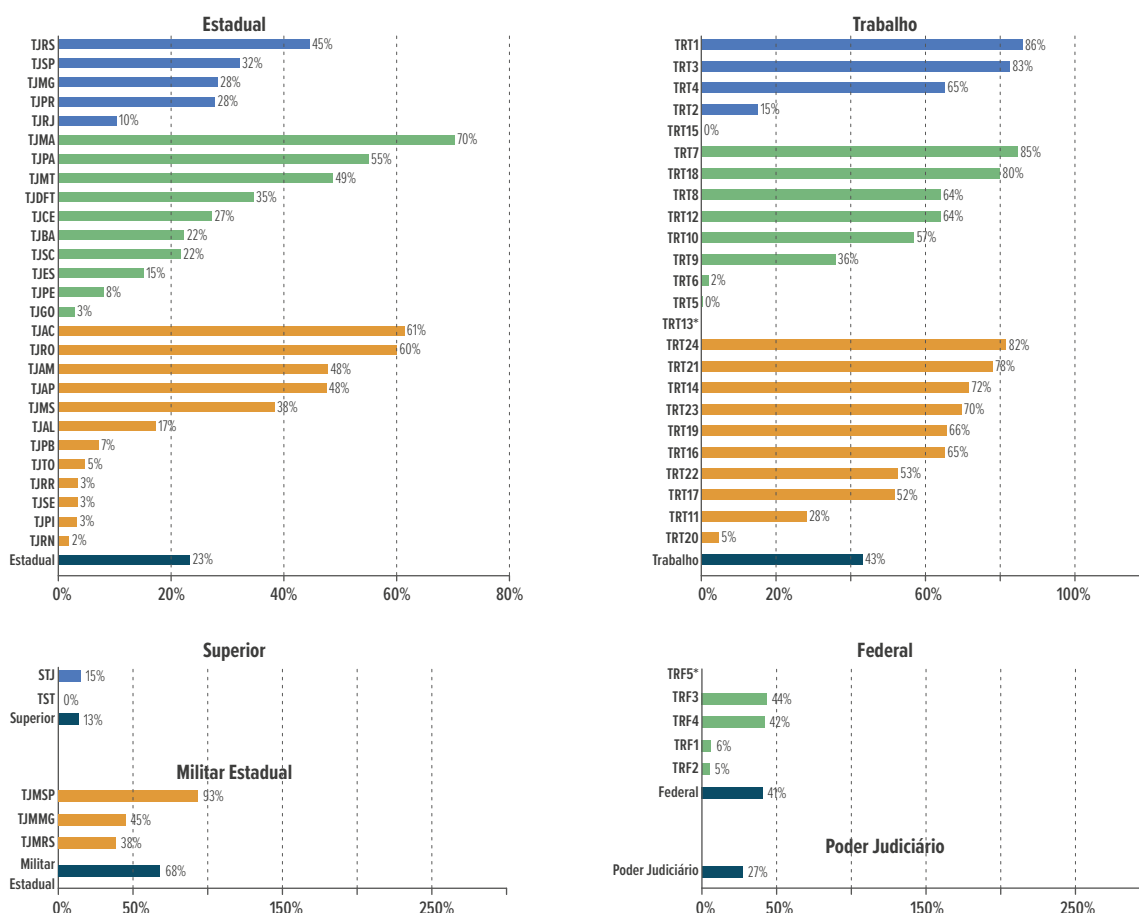
No segmento trabalhista, o TRT5 (0,3%), TRT15 (0%), TRT6 (2%) e TRT20 (5%) apresentaram os menores percentuais, distantes da média do segmento (43%).

Figura 65 - Série histórica do percentual de processos de justiça gratuita arquivados definitivamente



Fonte: Conselho Nacional de Justiça, 2021.

Figura 66 - Percentual de processos de justiça gratuita arquivados definitivamente por tribunal



Fonte: Conselho Nacional de Justiça, 2021.

(*) Dado inconsistente

5.1.2 Indicadores de produtividade

Neste tópico, são apresentados os Índices de Produtividade e a carga de trabalho dos(as) Magistrados(as) e dos(as) Servidores(as) da Área Judiciária.

Os Índices de Produtividade dos Magistrados (IPM) e dos Servidores (IPS-Jud) são calculados pela relação entre o volume de casos baixados e o número de magistrados(as) e servidores(as) que atuaram durante o ano na jurisdição. A carga de trabalho indica o número de procedimentos pendentes e resolvidos no ano, incluindo não somente os

processos principais como também os recursos internos e os incidentes em execução julgados e em trâmite.

O IPM e o IPS-Jud variaram negativamente no último ano de 2020 em relação a 2019, em -22% e -21,7%, respectivamente, conforme Figura 67. As cargas de trabalho também diminuíram. Para os(as) magistrados(as), o volume de processos médio sob sua gestão foi de 6.321 em 2020 (diminuição de -22% em relação a 2019, que era de 7.004). Para os(as) servidores(as), houve decréscimo na ordem de 9,4%, conforme Figura 68. Esta figura também apresenta a carga de trabalho líquida, que é calculada sem o acervo dos processos suspensos, sobrestados ou em arquivo provisório.

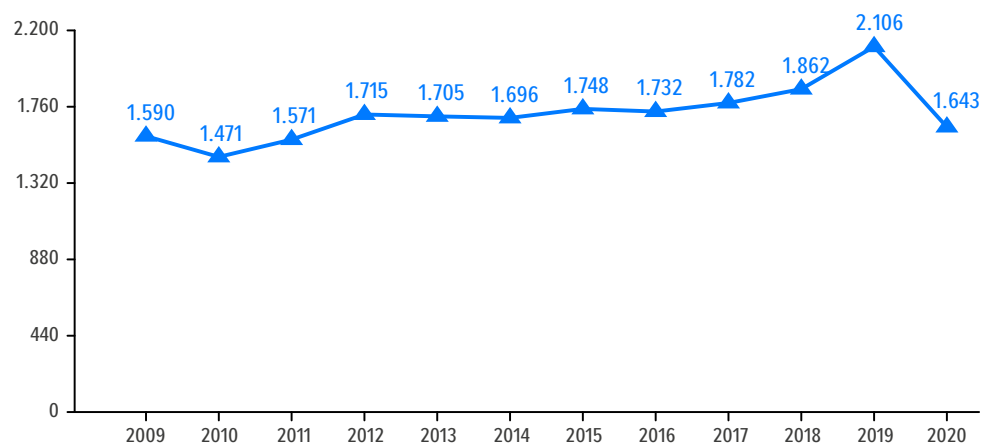
A Figura 67 apresenta a série histórica do indicador de produtividade por magistrado(a). Esse indicador tem crescido desde 2014, atingindo o maior valor da série histórica no ano de 2019, com 2.106 casos baixados por magistrado(a), e em 2020 retornando ao patamar de 2011-2012, número também afetado pela pandemia de covid-19. Alcançou ainda a média de 1.643 processos baixados por magistrado(a) em 2020, ou seja, uma média de 6,5 casos solucionados por dia útil do ano, sem descontar períodos de férias e recessos.

A Figura 68 apresenta a carga de trabalho do(a) magistrado(a) em sua versão bruta e líquida, ou seja, com e sem a inclusão dos processos suspensos, sobrestados ou em arquivo provisório como parte do acervo, respectivamente. Tais processos totalizam 13 milhões (17,2% dos casos pendentes). Assim como carga de trabalho bruta, a carga líquida também diminuiu (-9,7%).

A Figura 69 mostra a série histórica do IPM e da carga de trabalho por segmento de justiça em um mesmo gráfico. O distanciamento entre as duas linhas deve-se à contagem do acervo na carga de trabalho que, a depender do segmento de justiça, pode corresponder até ao triplo do fluxo de entrada e saída processual. A queda tanto da carga de trabalho quanto do índice de produtividade por magistrado(a) em 2020 ocorreu na Justiça Estadual, na Justiça do Trabalho, na Justiça Federal e na Justiça Militar Estadual. Os Tribunais Superiores, a seu turno, apresentaram tendência constante de crescimento na carga de trabalho com leve queda na produtividade, conforme Figura 69. Há grande correlação entre a queda da carga de trabalho e do índice de produtividade, o que demonstra que a queda da produtividade não refletiu em aumento da carga de trabalho, mas sim decorrendo talvez da pandemia da covid-19. A Justiça Eleitoral demonstra grande aumento, natural da sazonalidade desse segmento de Justiça e sua elasticidade dependente do período eleitoral, porém, analisando os picos decorrentes da atividade eleitoral, 2020 apresentou grande acréscimo, na ordem de 44% em relação a 2016.

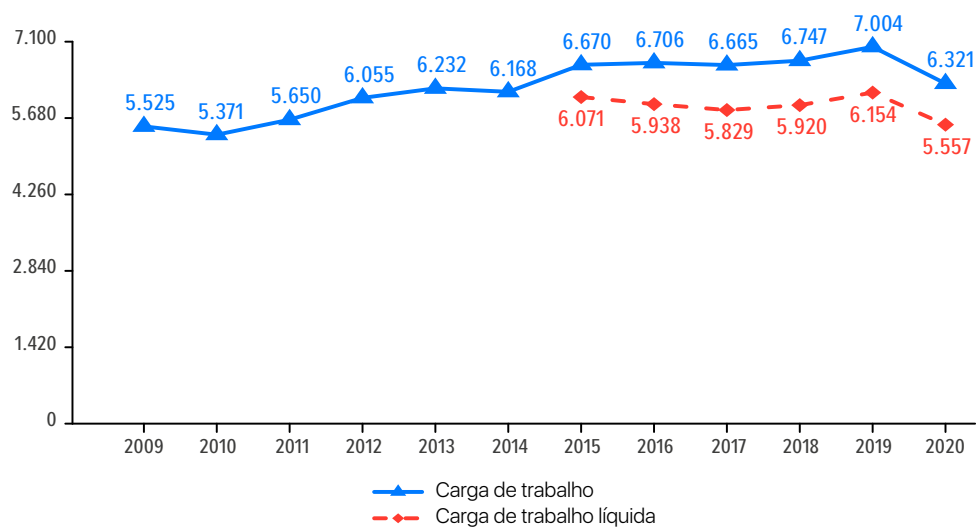
A Figura 70 apresenta o detalhamento de tais indicadores por tribunal. São notáveis as diferenças de produtividade dentro de cada ramo de justiça. Na Justiça Estadual, a maior produtividade está no TJRJ, com 3.724, enquanto a menor, no TJAP, com 558, ou seja, uma diferença de 3.166 casos baixados por magistrado(a). Diferenças significativas também são encontradas na Justiça Federal: a variação entre o TRF mais produtivo (TRF5) e menos produtivo (TRF2) é de 1.092 processos. Na Justiça do Trabalho existem diferenças, mas em menor magnitude. Nesse segmento, o maior valor foi alcançado no TRT22: 1.240, e o menor, no TRT11: 526. Os maiores índices de produtividade por magistrado(a), porém, encontram-se nos Tribunais Superiores, com média de 8.144, com destaque para o STJ, que alcança o índice de 10.805 por magistrado(a).

Figura 67 - Série histórica do índice de produtividade dos(as) magistrados(as)



Fonte: Conselho Nacional de Justiça, 2021.

Figura 68 - Série histórica da carga de trabalho dos(as) magistrados(as)



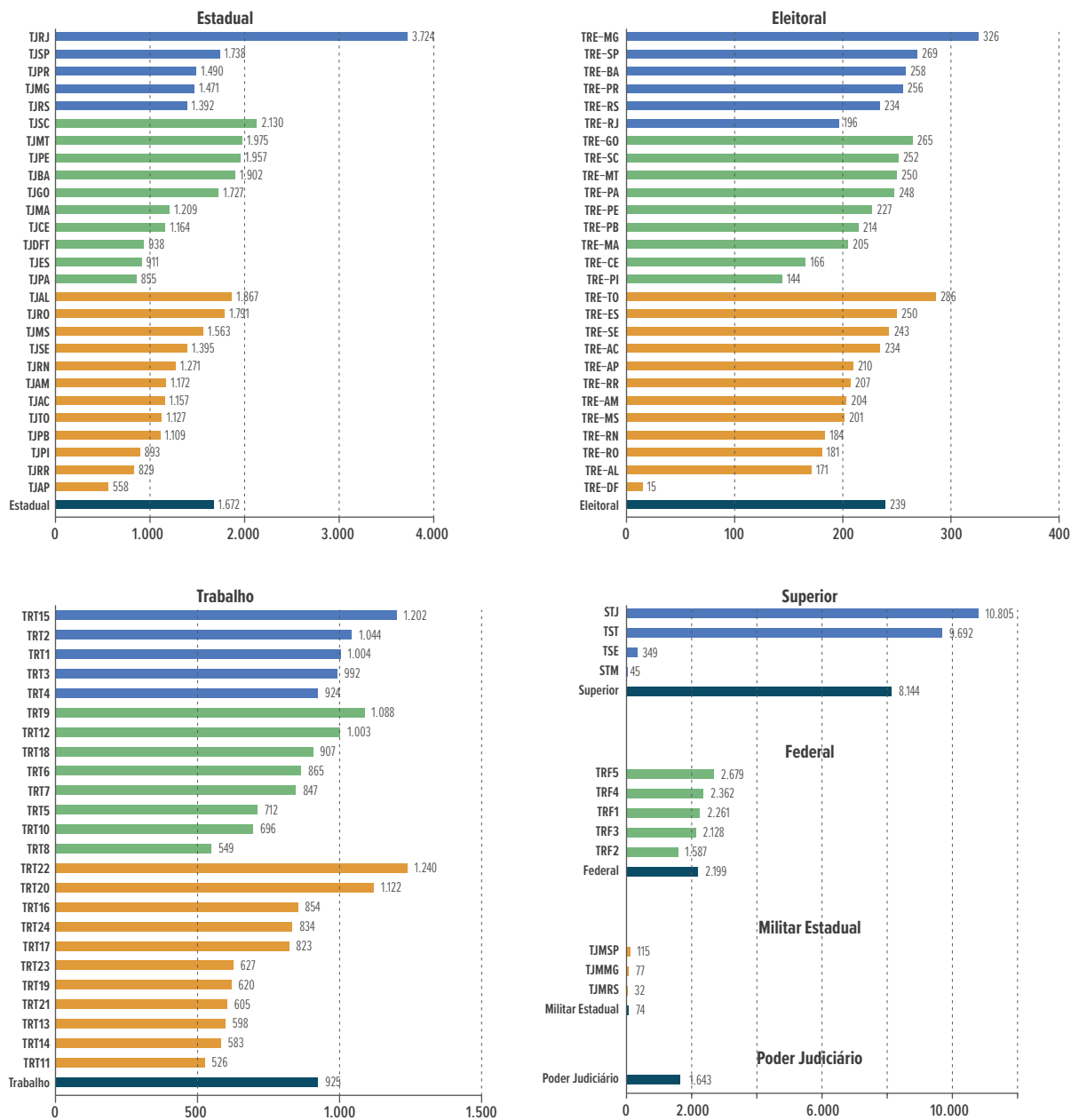
Fonte: Conselho Nacional de Justiça, 2021.

Figura 69 - Séries históricas do índice de produtividade e da carga de trabalho dos(as) magistrados(as), por ramo de justiça



Fonte: Conselho Nacional de Justiça, 2021.

Figura 70 - Índice de Produtividade dos Magistrados, por tribunal



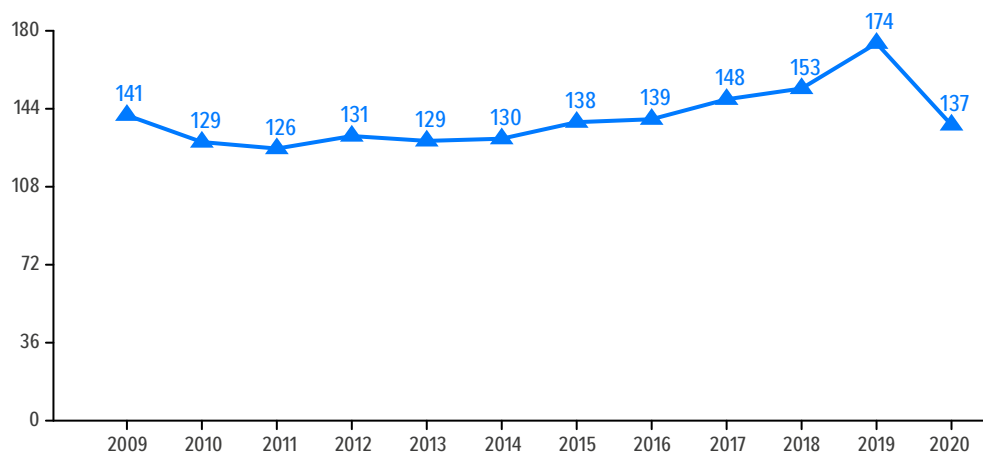
Fonte: Conselho Nacional de Justiça, 2021.

No que se refere aos indicadores de produtividade por servidor(a), durante o ano de 2020, em média, foram baixados 137 processos — diminuição de 21,7% na produtividade (Figura 71). A carga de trabalho foi de 525 casos, computados o acervo, os recursos internos e os incidentes em execução, consistindo em uma redução de 9,3% em relação a 2019, que apresentou a máxima histórica de 579 casos. Mesmo desconsiderando os pendentes, que estavam suspensos ou sobrestados ou em arquivo provisório, a carga de trabalho líquida dos(as) servidores(as) diminuiu para 462 em 2020, posto que em 2019 havia alcançado a marca de 509, conforme Figura 72.

Nos termos da Figura 73, a produtividade por servidor(a) teve redução de 22,1% na Justiça Estadual, de 25,9% na Justiça do Trabalho, de 24,2% na Justiça Federal e de 12% nos Tribunais Superiores. No período de pandemia, a Justiça do Trabalho teve maior impacto. Considerando as peculiaridades da Justiça Eleitoral, com realização de eleições municipais e presidenciais a cada dois anos de forma intercalada, não faz sentido analisar a variação anual de seus indicadores, mas apenas a cada ciclo de quatro anos. Desse modo, comparativamente ao ano de 2016, a produtividade aumentou em 7,1%.

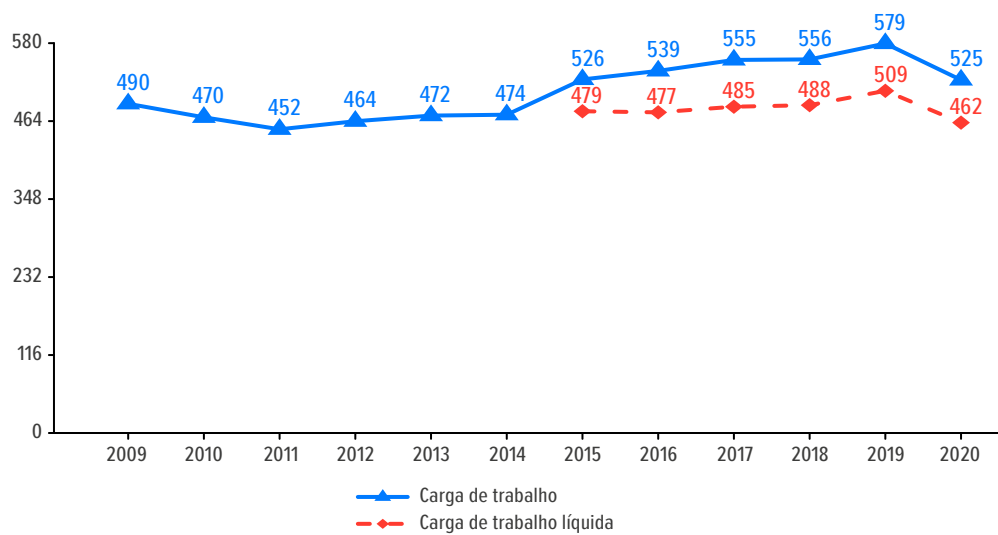
Conforme Figura 74, na Justiça Estadual o TJRJ apresenta-se como o tribunal do segmento estadual que possui melhor índice de produtividade dos(as) servidores(as) da área judiciária e o TJAP, o pior. Na Justiça do Trabalho, a maior produtividade é do TRT 15 e, na Justiça Federal, do TRF da 4ª Região.

Figura 71 - Série histórica do índice de produtividade dos(as) servidores(as) da área judiciária no Poder Judiciário



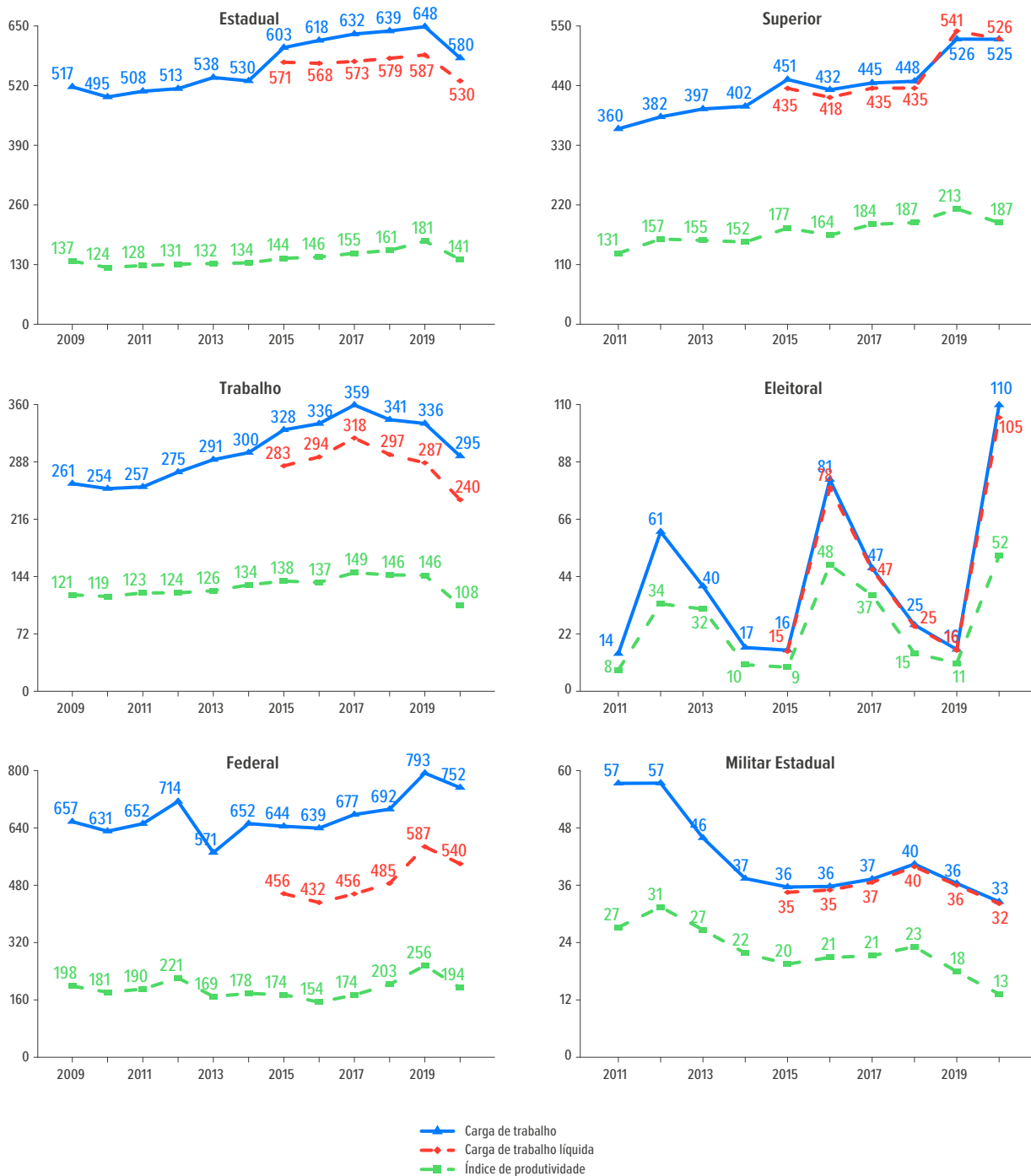
Fonte: Conselho Nacional de Justiça, 2021.

Figura 72 - Série histórica da carga de trabalho dos(as) servidores(as) da área judiciária no Poder Judiciário



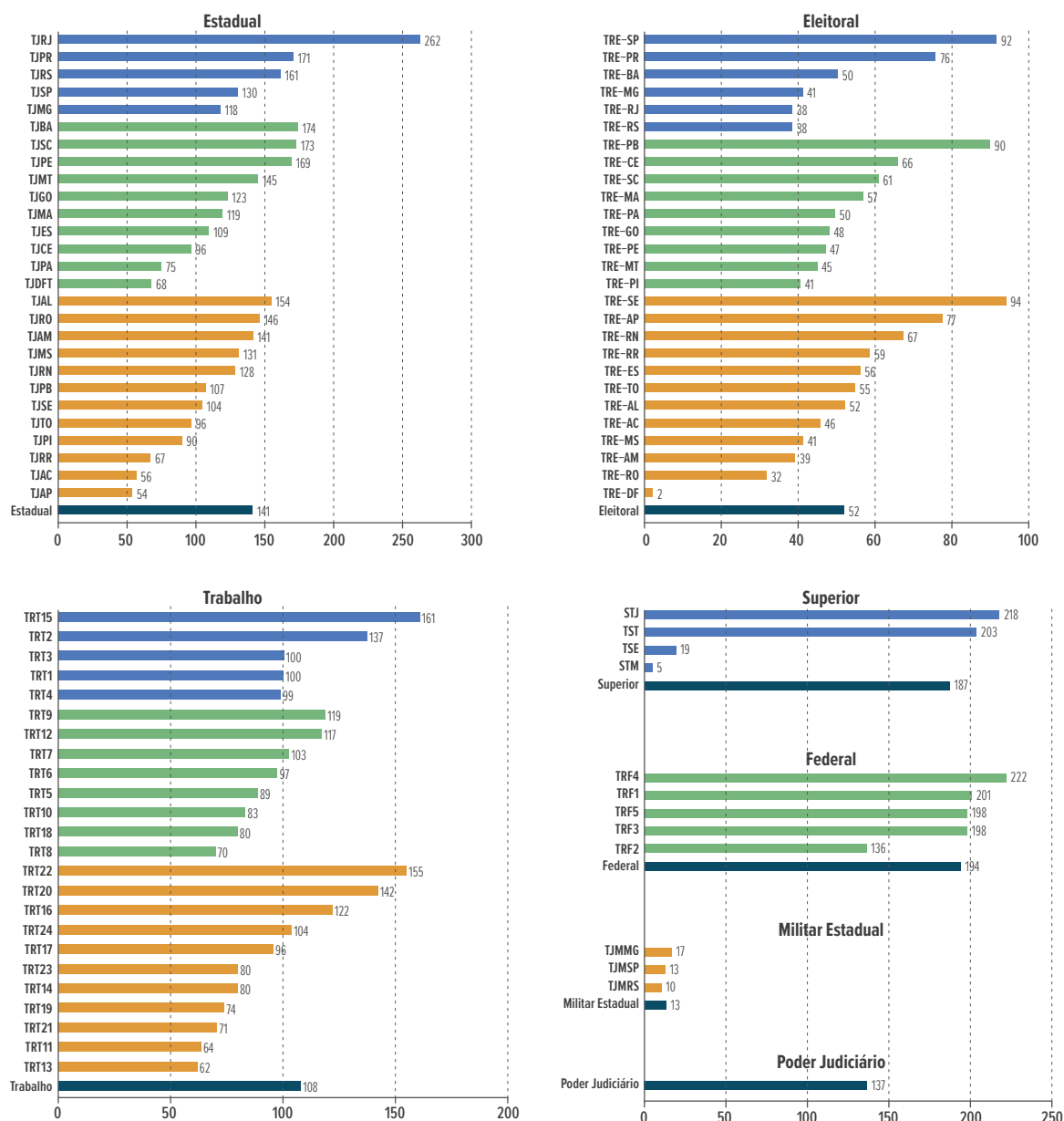
Fonte: Conselho Nacional de Justiça, 2021.

Figura 73 - Séries históricas do índice de produtividade e da carga de trabalho dos(as) servidores(as) da área judiciária, por ramo de justiça



Fonte: Conselho Nacional de Justiça, 2021.

Figura 74 - Índice de produtividade dos(as) servidores(as) da área judiciária, por tribunal



Fonte: Conselho Nacional de Justiça, 2021.

5.1.3 Indicadores de desempenho e de informatização

Neste item são apresentados os indicadores de desempenho do Poder Judiciário, incluindo a taxa de congestionamento e o Índice de Atendimento à Demanda (IAD), além do percentual de processos eletrônicos nos tribunais. A taxa de congestionamento mede o percentual de processos que ficaram represados sem solução, comparativamente ao total tramitado no período de um ano (que consiste na soma dos pendentos e dos baixados). Quanto maior o índice, maior a dificuldade do tribunal em lidar com seu estoque de processos. A taxa de congestionamento líquida, por sua vez, é calculada retirando do acervo os processos suspensos, sobrestados ou em arquivo provisório. Cumpre informar que nem todos os processos em tramitação estão aptos a serem baixados. É o caso, por exemplo, das execuções penais, que precisam permanecer no acervo enquanto o cumprimento da pena estiver em andamento. O IAD, por sua vez, reflete a capacidade das cortes em dar vazão ao volume de casos ingressados. O nível de informatização dos tribunais é calculado considerando o total de casos novos ingressados eletronicamente em relação ao total de casos novos físicos e eletrônicos, desconsideradas as execuções judiciais iniciadas. A Figura 75 apresenta a série histórica para esses quatro indicadores simultaneamente, no período de 2009 a 2020.

Conforme Figura 75, a taxa de congestionamento do Poder Judiciário oscilou entre 70,6% no ano de 2009 e 73,4% em 2016. A partir desse ano, a taxa cai gradativamente até atingir o menor índice da série histórica no ano de 2019, com taxa de 73%. Em 2020, houve aumento na taxa de congestionamento na ordem de 4,3 pontos percentuais, voltando ao patamar de 2015.

A taxa de congestionamento varia bastante entre os tribunais (Figura 79). Na Justiça Estadual, com taxa de congestionamento média de 75%, os índices vão de 57,5% (TJAC) a 81,6% (TJSP). Na Justiça do Trabalho, com taxa de congestionamento geral de 59,5%, os índices partem de 42,9% (TRT22) e chegam a 68,9% (TRT19), e, na Justiça Federal, com 73,1% de congestionamento geral do segmento, a menor taxa está no TRF5 (61,9%) e a maior, no TRF3 (79,4%). Todos os segmentos da Justiça Estadual, Federal, Eleitoral e do Trabalho tiveram aumento em suas taxas de congestionamento.

A taxa de congestionamento líquida é calculada excluindo-se os processos suspensos, sobrestados ou em arquivo provisório. Em 2020, ela foi de 69,1%, ou seja, 3,9 pontos percentuais a menos que a taxa de congestionamento bruta (73%). O índice na taxa líquida reduziu na mesma escala que a bruta, 5 pontos percentuais em relação ao ano de 2019, atingindo o mesmo patamar de 2015 da série histórica. Os segmentos de Justiça mais impactados pelo volume de processos suspensos são a Justiça Federal, com redução na taxa de congestionamento bruta para líquida em 11,2 pontos percen-

tuais, e a Justiça do Trabalho, com redução de 10,5 pontos percentuais, conforme Figuras 86 e 79.

Quanto ao Índice de Atendimento à Demanda (IAD), o indicador global no Poder Judiciário alcançou 108,2% no ano de 2020, culminando em redução do estoque em 2.096 mil processos. Os seguimentos da Justiça Estadual, Federal e do Trabalho superaram o patamar mínimo desejável de 100% no IAD, com destaque para a Justiça Estadual, que baixou 115,2% dos casos novos. No segmento da Justiça do Trabalho, apenas 7 TRTs registraram índices abaixo de 100%. Na Justiça Eleitoral, apenas dois tribunais apresentaram índice superior a 100% (TRE-DF e TRE-RR), conforme Figura 80.

Durante o ano de 2020, apenas 3,1% do total de processos novos ingressaram fisicamente. Em apenas um ano, entraram 21,8 milhões de casos novos eletrônicos (Figura 77). Nem todos esses processos tramitam no PJe, pois a Resolução CNJ n. 185/2013, que instituiu o PJe, abriu a possibilidade de utilização de outro sistema de tramitação eletrônica em caso de aprovação de requerimento proposto pelo tribunal, em plenário. A exigência, no caso de autorização, é que os tribunais adotem o Modelo Nacional de Interoperabilidade (MNI).

Nos 12 anos cobertos pela série histórica, foram protocolados, no Poder Judiciário, 153,3 milhões de casos novos em formato eletrônico. É notória a curva de crescimento do percentual de casos novos eletrônicos, sendo que no último ano o incremento foi de 6,6 pontos percentuais. O percentual de adesão já atinge 96,9%.

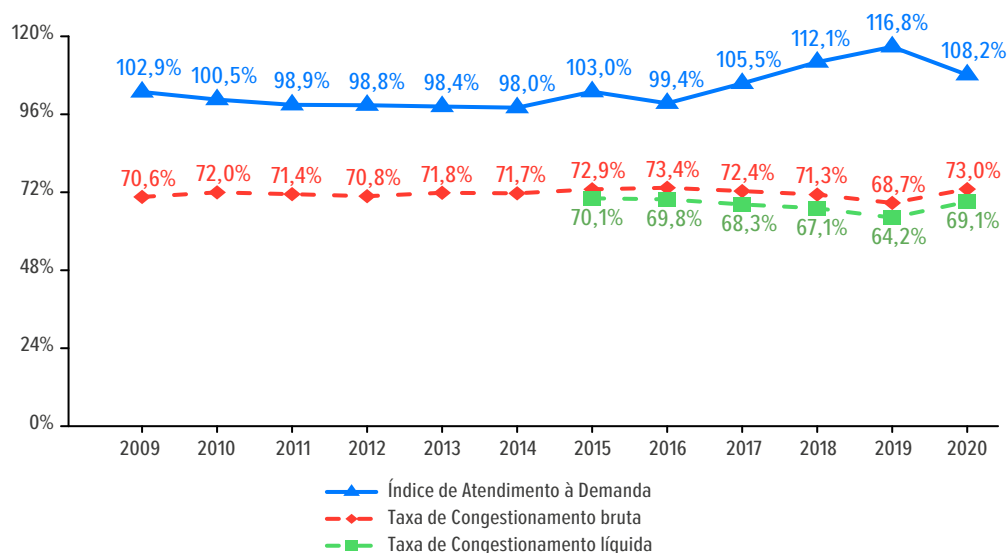
Destaca-se a Justiça Trabalhista, segmento com maior índice de virtualização dos processos, com 100% dos casos novos eletrônicos no TST e 99,9% nos Tribunais Regionais do Trabalho, sendo 99,8% no segundo grau e 100% no primeiro grau e com índices muito semelhantes em todos os Tribunais Regionais do Trabalho, mostrando a existência de um trabalho coordenado e uniforme neste segmento (Figura 81). Na Justiça Eleitoral, o PJe passou a ser adotado em alto percentual, de 99,5%, superando a Justiça Estadual. Em 2020, a Justiça Estadual possui o menor percentual de casos novos eletrônicos, tendo apenas um tribunal abaixo de 80%, o TJES. A Justiça Militar Estadual começou a implantação do PJe ao final de 2014 e abarca 71,5% dos casos novos. Na Justiça Federal, 99,5%, e na Justiça Estadual, 95,5%.

Outros 48 tribunais se destacam positivamente por terem alcançado 100% de processos eletrônicos nos dois graus de jurisdição: TJPR, TJGO, TJDFT, TJSC, TJAP, TJTO, TJMS, TJAM, TJAL, TJAC, TJSE, TRE-BA, TRE-RS, TRE-SP, TRE-PR, TRE-RJ, TRE-MG, TRE-MA, TRE-SC, TRE-MT, TRE-GO, TRE-PI, TRE-PE, TRE-PB, TRE-CE, TRE-RO, TRE-RN,

TRE-DF, TRE-AL, TRE-TO, TRE-AM, TRE-AC, TRT15, TRT4, TRT9, TRT18, TRT7, TRT23, TRT16, TRT13, TRT11, TRT24, TRT14, TST, STM, TRF4, TRF5 e TJMRS.

Na Justiça Estadual é possível constatar que o Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo ainda está em processo de implementação da política de entrada de casos novos por meio eletrônico, com índice inferior a 50%, e o Tribunal de Justiça Militar Estadual de São Paulo, com apenas 51% de digitalização dos processos. Há ausência de dados do TRE-AP.

Figura 75 - Série histórica da taxa de congestionamento e do índice de atendimento à demanda



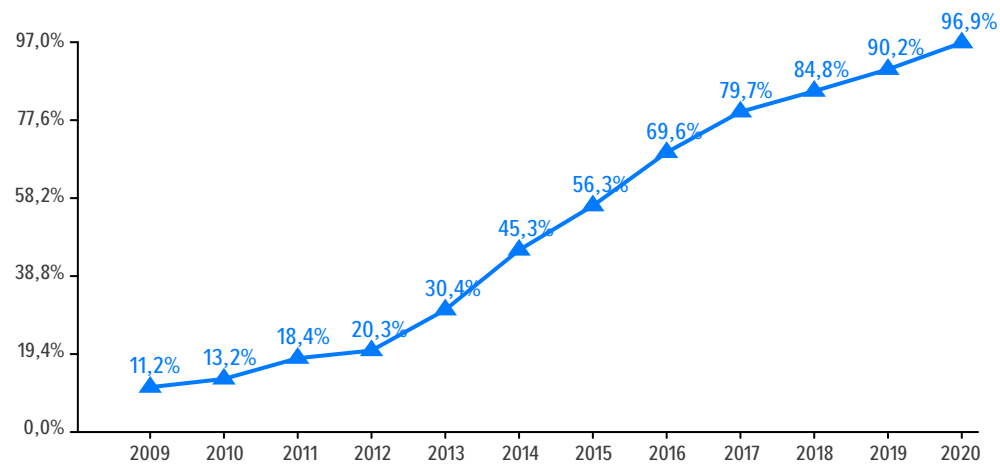
Fonte: Conselho Nacional de Justiça, 2021.

Figura 76 - Séries históricas da taxa de congestionamento e do índice de atendimento à demanda, por ramo de justiça



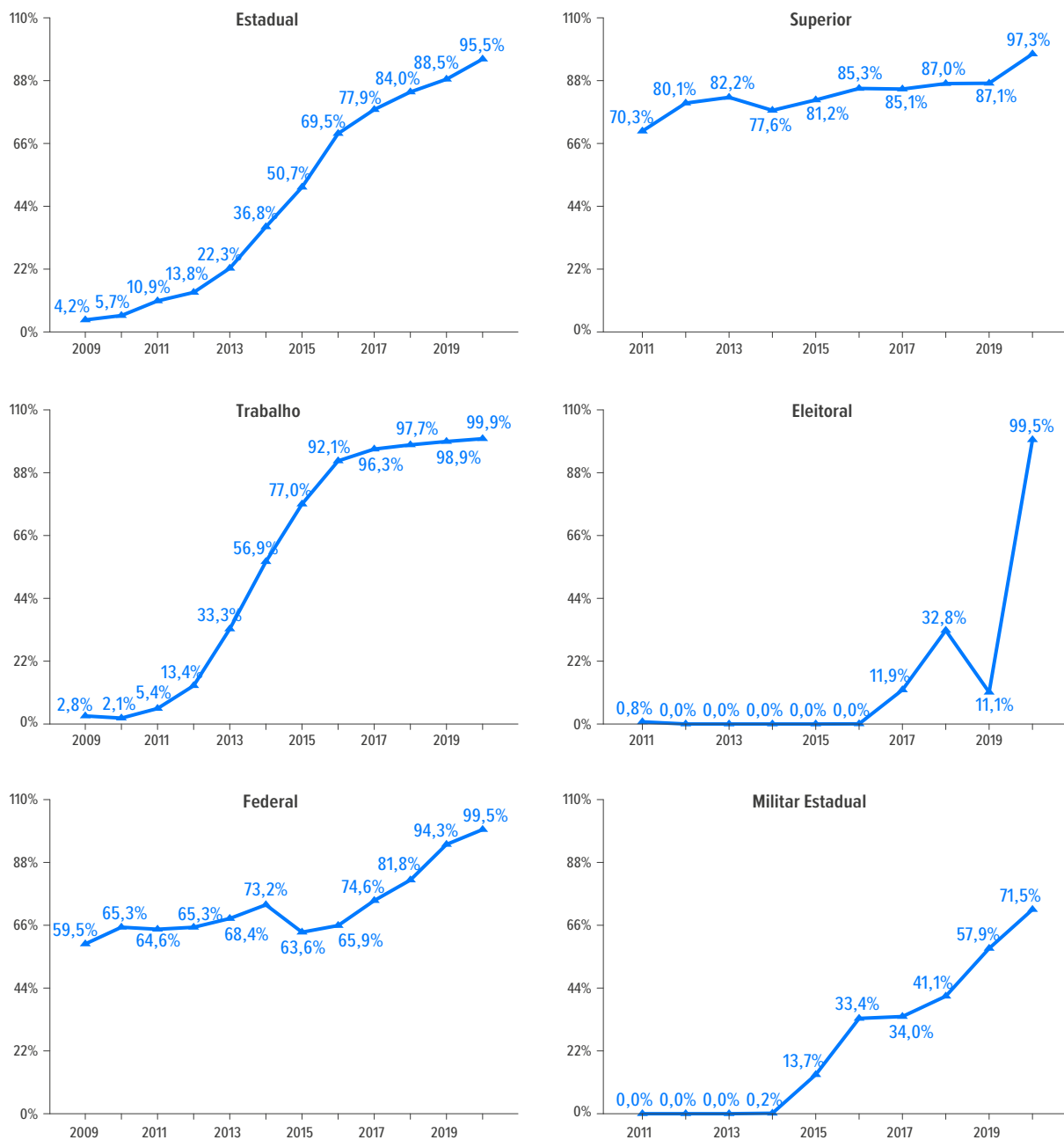
Fonte: Conselho Nacional de Justiça, 2021.

Figura 77 - Série histórica do percentual de processos eletrônicos



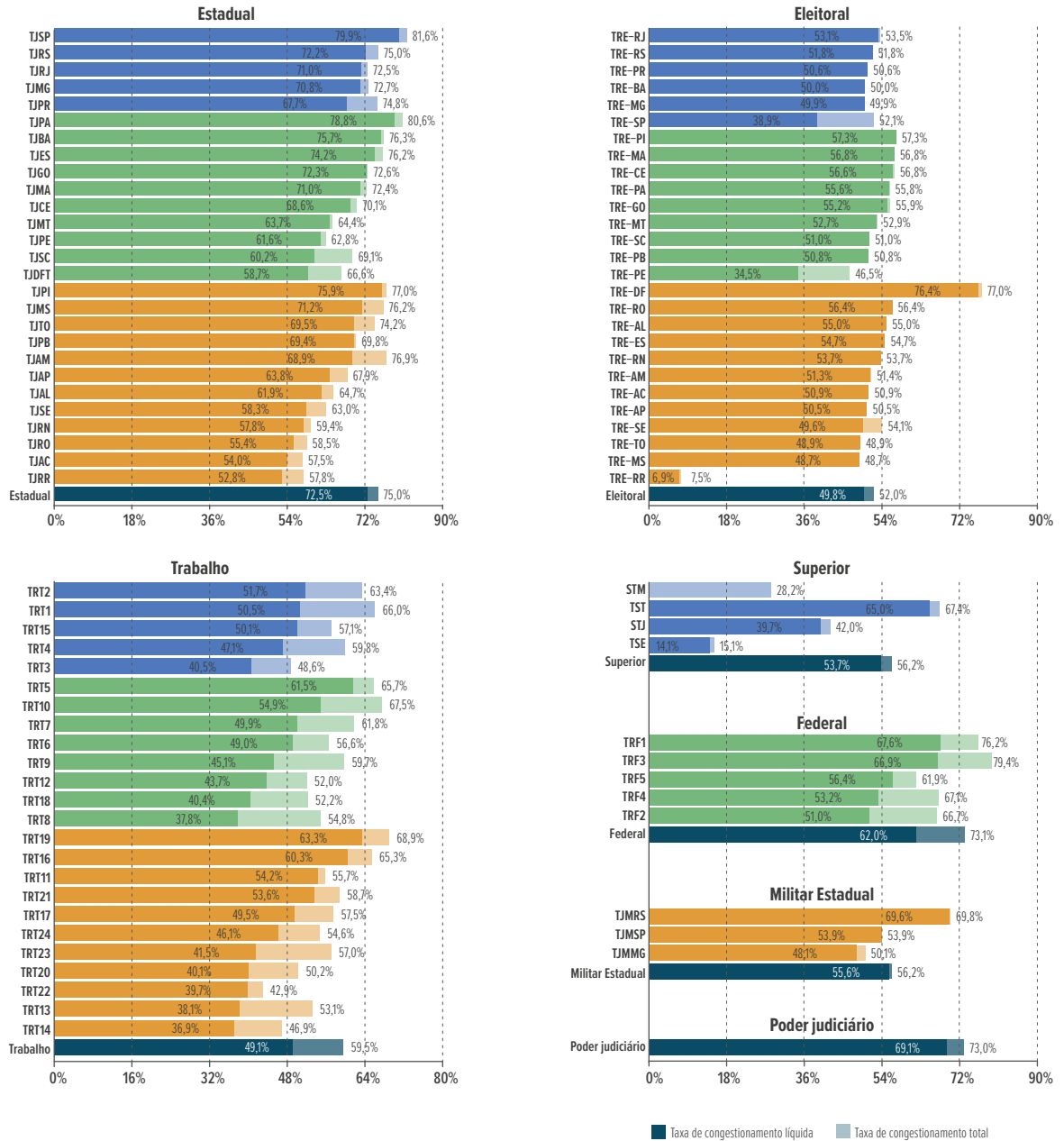
Fonte: Conselho Nacional de Justiça, 2021.

Figura 78 - Séries históricas do percentual de processos eletrônicos, por ramo de justiça



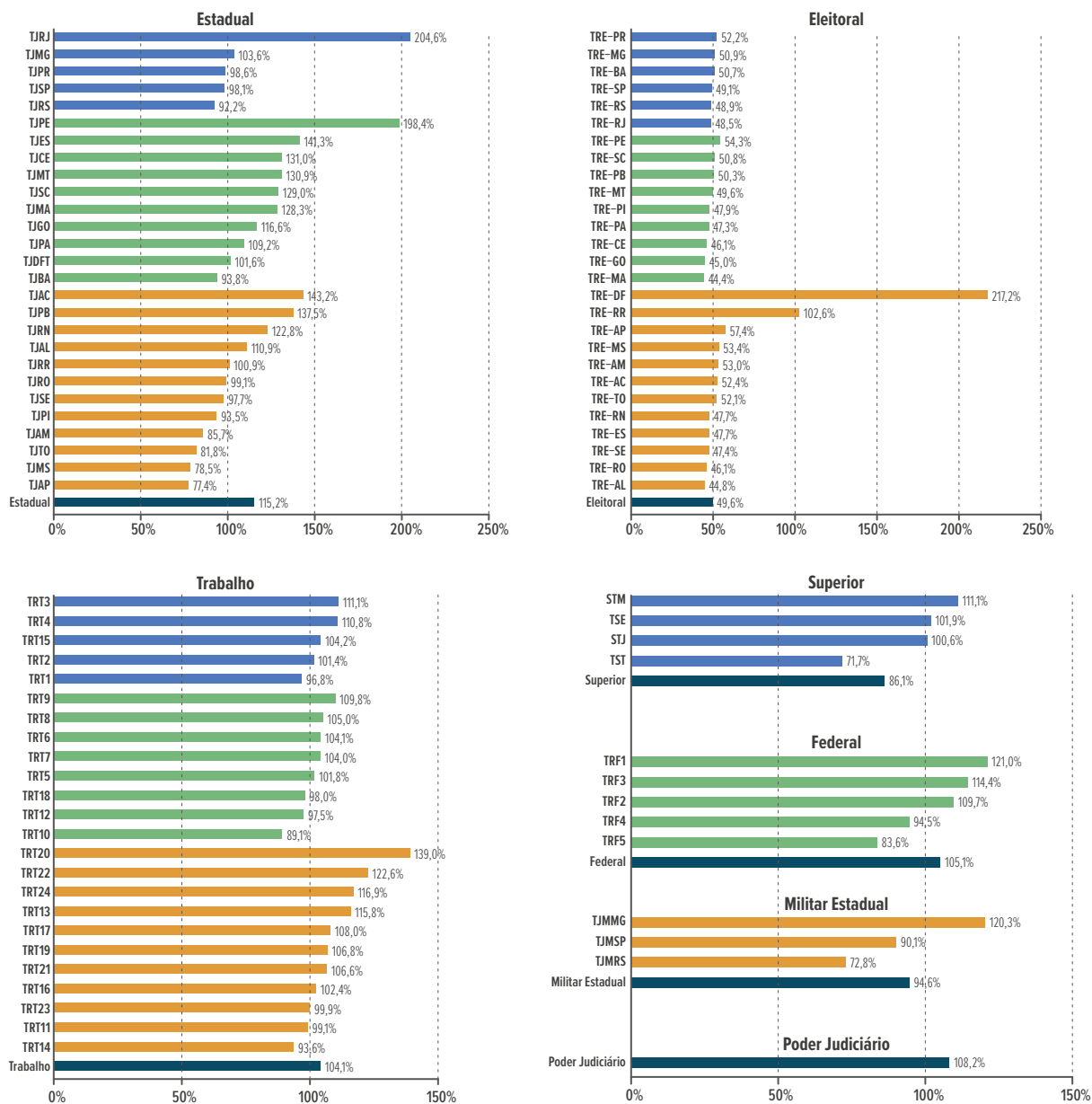
Fonte: Conselho Nacional de Justiça, 2021.

Figura 79 - Taxa de congestionamento total e líquida, por tribunal



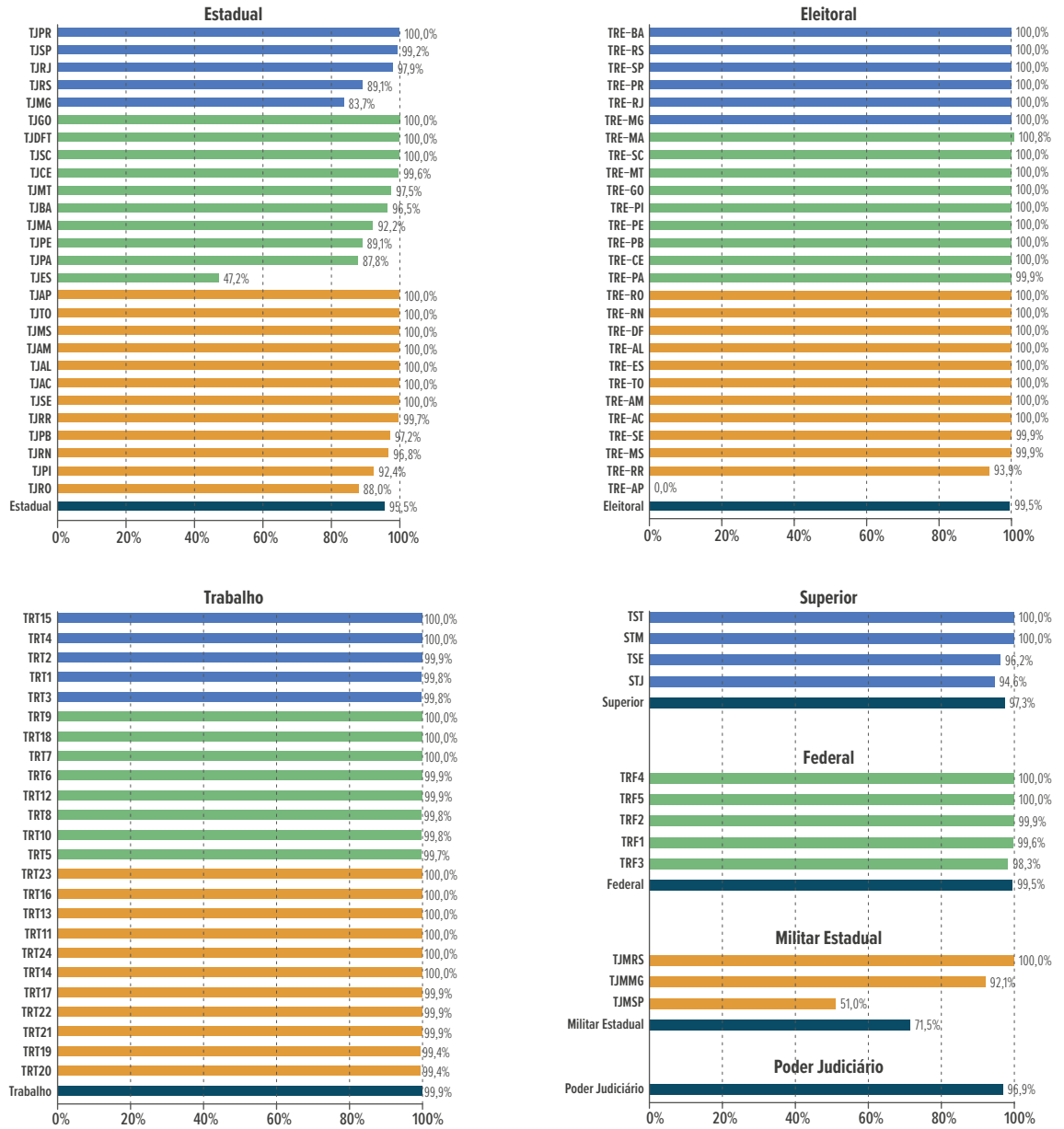
Fonte: Conselho Nacional de Justiça, 2021.

Figura 80 - Índice de Atendimento à Demanda, por tribunal



Fonte: Conselho Nacional de Justiça, 2021.

Figura 81 - Percentual de casos novos eletrônicos, por tribunal



Fonte: Conselho Nacional de Justiça, 2021.

5.1.4 Recorribilidade interna e externa

A recorribilidade externa é calculada pela proporção entre o número de recursos dirigidos a órgãos jurisdicionais de instância superior ou outros órgãos com competência revisora em relação ao órgão prolator da decisão e o número de decisões passíveis de recursos dessa natureza. São computados, por exemplo, recursos, como a apelação, o agravo de instrumento, os recursos especiais e extraordinários.

Já a recorribilidade interna é dada pela relação entre o número de recursos que serão julgados pelo mesmo órgão jurisdicional prolator da decisão recorrida e o número de decisões por ele proferidas, no período de apuração. Nesse índice são considerados, por exemplo, os embargos declaratórios e infringentes, os agravos internos e regimentais.

O diagrama apresentado na Figura 82 ilustra o fluxo de funcionamento do sistema recursal do Poder Judiciário. Os círculos correspondem às instâncias e aos tribunais que recebem processos judiciais. As linhas e suas respectivas setas indicam os caminhos possíveis que um processo pode percorrer na hipótese de recurso. Em cada instância/tribunal, é demonstrado o número de casos novos originários e recursais bem como os percentuais de recorribilidade interna e externa.

Conforme a Figura 83, em 2020 foi a primeira vez, considerando a série histórica de 11 anos, que a recorribilidade interna (13,6%) superou a recorribilidade externa (9,3%), confirmando a tendência de reversão iniciada em 2019. Além de ser uma ocorrência inédita, ainda superou em 4,3 pontos percentuais. O índice de recorribilidade externa teve seu valor mínimo histórico em 2020.

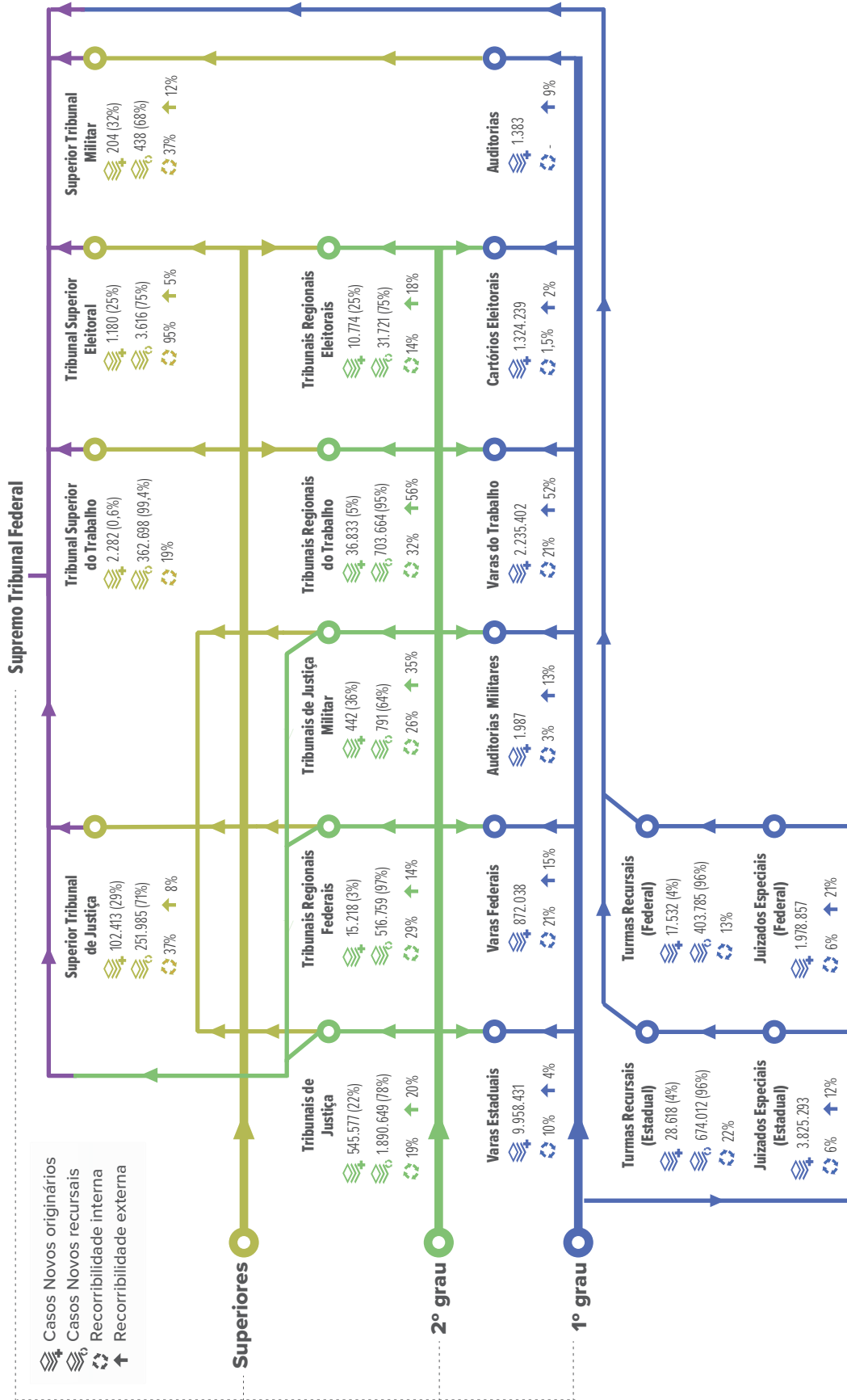
Os Tribunais Superiores acabam se ocupando, predominantemente, de casos eminentemente recursais, os quais correspondem a 85,4% de suas cargas de trabalho, tendo em vista que sua competência originária constitucionalmente prevista é menor em comparação às unidades de primeiro e segundo grau. Situação similar ocorre no segundo grau. Em grau de recursos, a Justiça do Trabalho e a Justiça Federal correspondem aos segmentos com maior proporção de casos novos de segundo grau: 95% e 97,1%, respectivamente. O Tribunal Superior do Trabalho apresenta a maior ocorrência de casos novos em grau de recurso: 99,4%, demonstrando pouca prevalência de casos originários. Nos Tribunais Estaduais, a proporção é de 77,6%; nos Tribunais Regionais Eleitorais, 74,6%; e nos Tribunais de Justiça Militar, 64,2%.

Os índices de recorribilidade externa tendem a ser maiores entre o segundo grau e os tribunais superiores, do que entre o primeiro e segundo grau. Chegam aos tribunais

de segundo grau 7% das decisões de primeiro grau, e chegam aos tribunais superiores 26% das decisões de segundo grau. Mas os números variam significativamente entre os segmentos de justiça. A justiça trabalhista apresenta comportamento inverso, pois a recorribilidade externa (53,1%) supera a interna (25,2%). Na Federal, também ocorre maior recorribilidade externa (17,1%) do que interna (14,2%).

A recorribilidade dos juizados especiais para as turmas recursais é maior do que a da justiça comum para o segundo grau, tanto na Justiça Estadual quanto na Justiça Federal. Das decisões proferidas nos JEFs, 21% chegam às turmas recursais e das decisões proferidas nas varas federais, 15% chegam aos TRFs. Na Justiça Estadual, a recorribilidade externa é de 12% nos Juizados Especiais e de 4% nas varas estaduais.

Figura 82 - Diagrama da recorribilidade e demanda processual



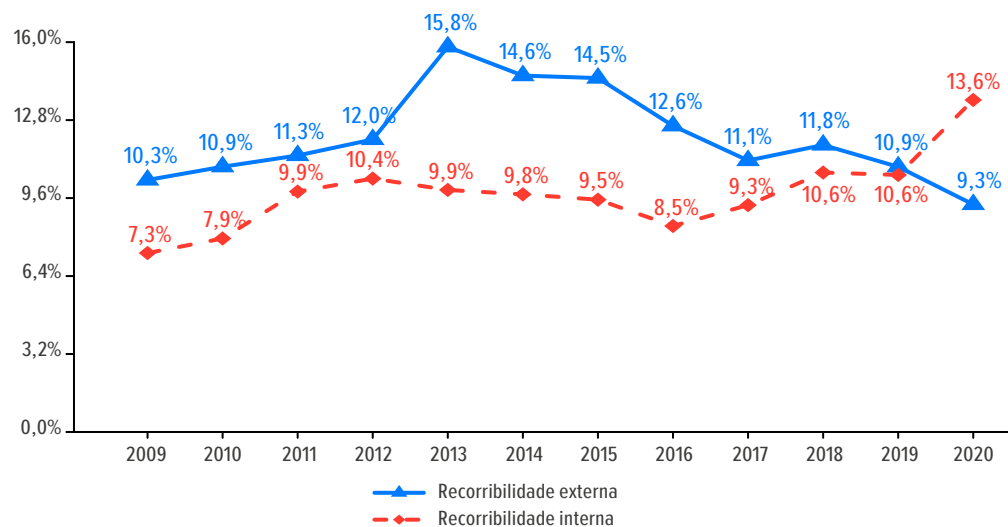
Fonte: Conselho Nacional de Justiça, 2021.

Os dados apresentados na Figura 83 consideram tanto os recursos internos como os do primeiro grau para o segundo grau e do segundo grau para os Tribunais Superiores. Observa-se que há oscilação em ambas as séries históricas de recorribilidade, apresentando no ano de 2020 taxa de recorribilidade externa de 9,3% e de recorribilidade interna de 13,6%. A recorribilidade interna aumentou e a externa diminuiu em relação a 2019.

A Figura 84 apresenta os indicadores de recorribilidade por segmento de justiça, destacando-se a taxa de recorribilidade externa da Justiça do Trabalho no ano de 2020, com 53% e aumento de 2 pontos percentuais em relação ao ano anterior. A maior recorribilidade interna ocorre nos Tribunais Superiores (29,2%) e na Justiça do Trabalho (25,2%).

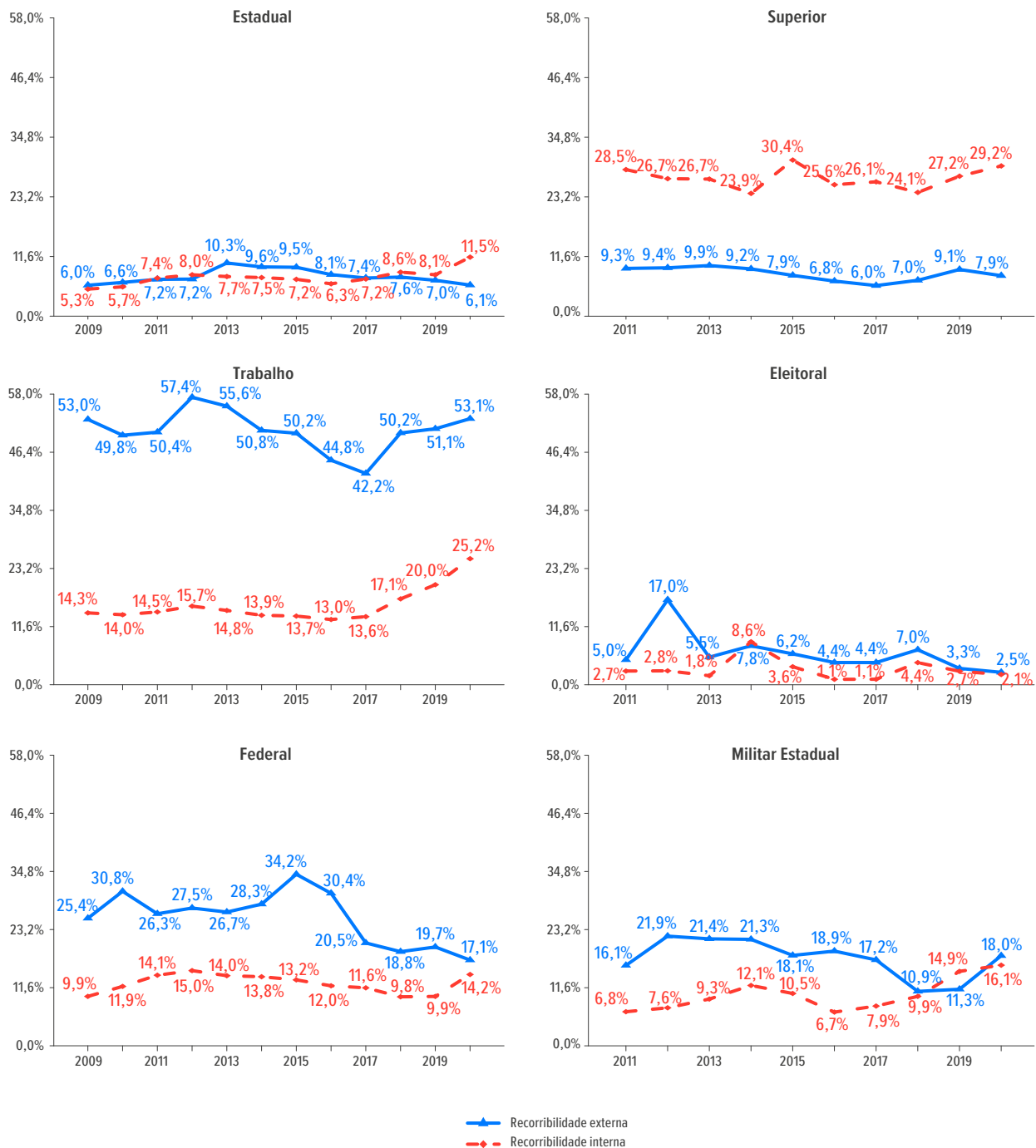
A Figura 85 indica os índices de recorribilidade por tribunal e mostra que são grandes as variações entre os tribunais. O TJPB apresentou o maior índice de recorribilidade externa do Poder Judiciário (91%), enquanto o TSE apresentou a maior taxa de recorribilidade interna (95%). No segmento trabalhista, a recorribilidade externa média (53,1%) é bem superior à recorribilidade externa dos segmentos estaduais (6,1%), do eleitoral (2,5%), dos tribunais superiores (7,9%), dos Tribunais Regionais Federais (17,1%) e dos Tribunais Militares Estaduais (18%). A recorribilidade interna, a seu turno, é mais acentuada nos Tribunais Superiores (29,2%) e dos Tribunais Trabalhistas (25,2%) do que nos outros segmentos de justiça.

Figura 83 - Série histórica dos índices de recorribilidade interna e externa



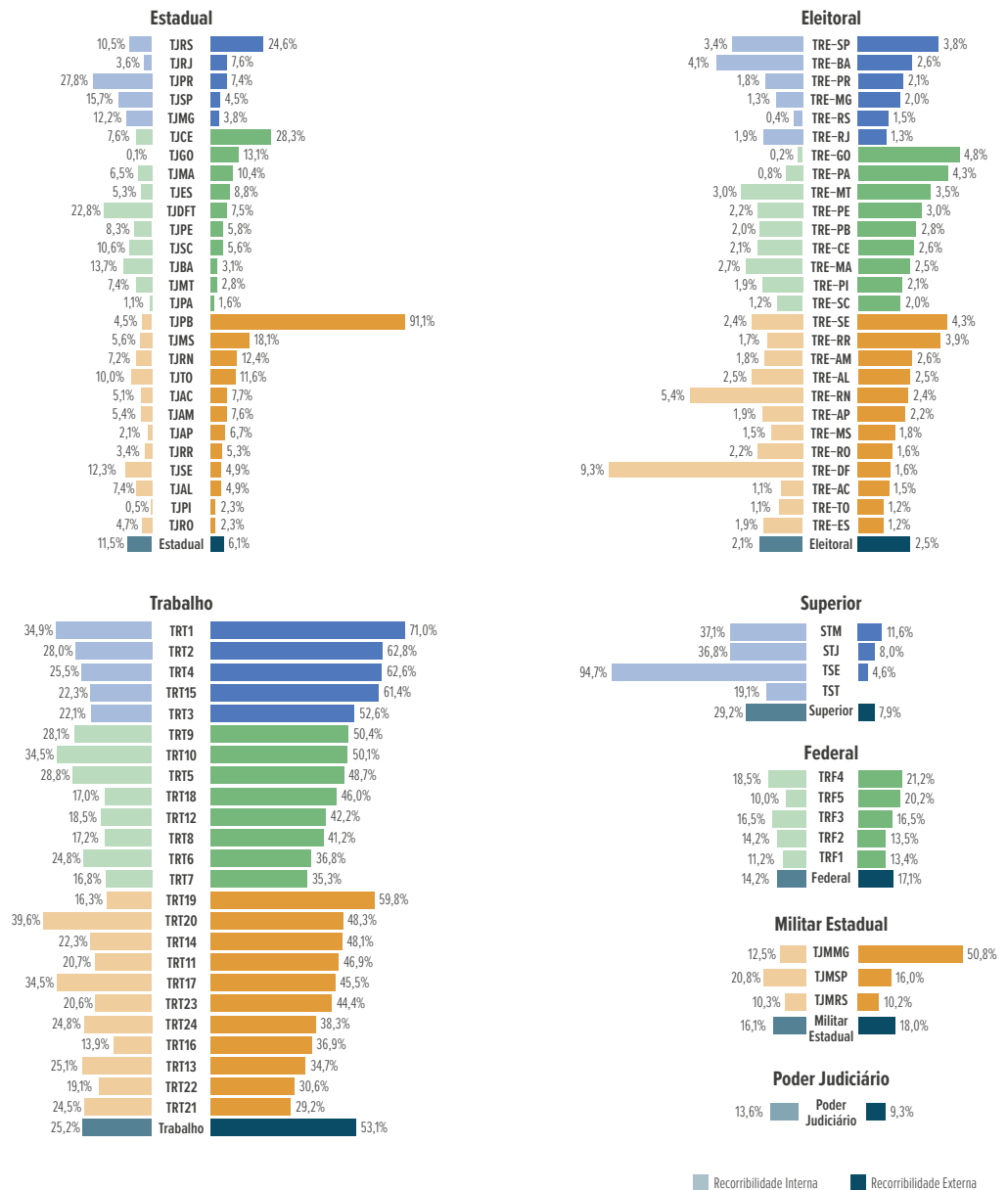
Fonte: Conselho Nacional de Justiça, 2021.

Figura 84 - Séries históricas dos índices de recorribilidade interna e externa, por ramo de justiça



Fonte: Conselho Nacional de Justiça, 2021.

Figura 85 - Índices de recorribilidade interna e externa, por tribunal



Fonte: Conselho Nacional de Justiça, 2021.

5.2 Política de priorização do primeiro grau em números

O Conselho Nacional de Justiça instituiu a Política Nacional de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau de Jurisdição pela Resolução CNJ n. 194, de 26 de maio de 2014, com o objetivo de desenvolver, em caráter permanente, iniciativas voltadas ao aperfeiçoamento da qualidade, celeridade, eficiência, eficácia e efetividade dos serviços judiciários da primeira instância dos tribunais brasileiros.

Na mesma linha, o CNJ publicou, na sequência, outras duas resoluções:

- > Resolução CNJ n. 195, de 3 de junho de 2014: determina que a distribuição do orçamento nos órgãos do Poder Judiciário de primeiro e segundo grau seja proporcional à demanda e ao acervo processual;
- > Resolução CNJ n. 219, de 26 de abril de 2016: determina que a distribuição de servidores, de cargos em comissão e de funções de confiança nos órgãos do Poder Judiciário de primeiro e segundo grau seja proporcional à demanda e cria critérios objetivos para cálculo da lotação paradigma das unidades judiciárias.

Em 2019, o CNJ lançou o Painel de Acompanhamento da Política, que permite monitorar a aplicação da Resolução n. 219/2016 de forma dinâmica, com dados expostos por tribunal. No Painel são exibidas as informações a respeito do número de servidores(as), dos valores dos cargos em comissão e dos valores das funções comissionadas que devem ser alocados em cada grau de jurisdição, em cotejo com a lotação atual em vigor.

Esta seção tem como objetivo comparar os resultados do primeiro grau²⁵ e do segundo grau com base nos principais indicadores de desempenho, segmentados de acordo com o porte de cada tribunal, buscando compreender como os gastos com pessoal estão distribuídos e, ainda, como tal distribuição afeta os resultados globais.

25 Nesta seção, considera-se como primeiro grau a soma do juízo comum, dos juizados especiais e das turmas recursais.

5.2.1 Distribuição de recursos humanos

Os artigos 3º e 12 da Resolução CNJ n. 219/2016 determinam que a quantidade total de servidores(as) das áreas de apoio direto à atividade judicante e a alocação de cargos em comissão e de funções de confiança de primeiro e de segundo grau devem ser proporcionais à quantidade média de processos (casos novos) distribuídos a cada grau de jurisdição no último triênio. Desde 1º de julho de 2017, a redistribuição proporcional da força de trabalho entre instâncias passou a ser obrigatória.

Neste item, verifica-se como os cargos e as funções estão distribuídos, comparando-se os percentuais do primeiro grau de jurisdição em relação aos percentuais do segundo grau nos seguintes aspectos: número de servidores(as) lotados nas áreas judiciárias; processos novos e em trâmite; despesas realizadas; cargos em comissão e funções comissionadas.

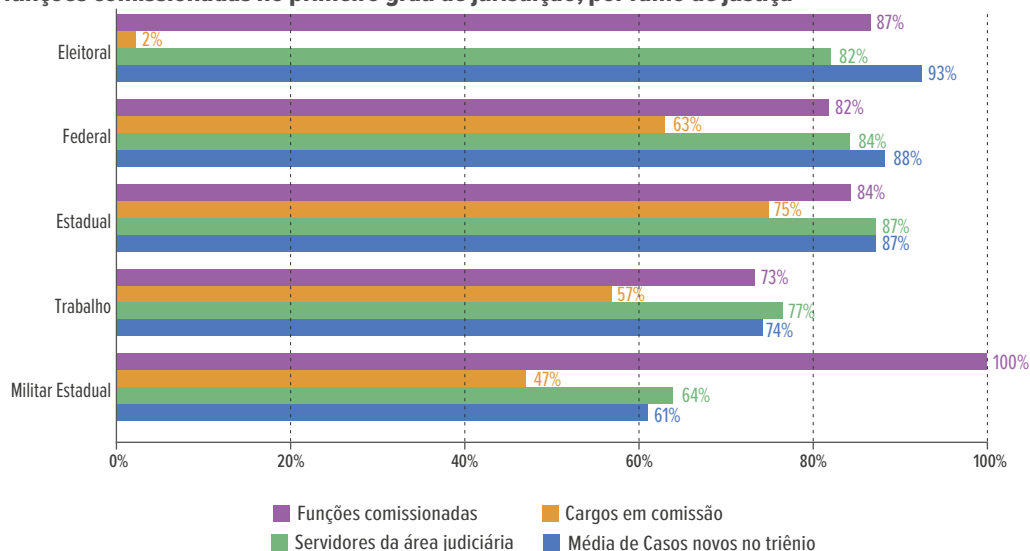
O Poder Judiciário concentra, no primeiro grau de jurisdição, 82,2% dos(as) servidores(as) lotados na área judiciária e 17,8% na área administrativa, conforme Figura 87. E também 76,9% dos cargos e funções comissionadas estão alocadas no primeiro grau. Oitenta e cinco por cento dos(as) servidores(as) estão lotados no primeiro grau, o que demonstra uma priorização geral do Poder Judiciário nessa instância.

Verifica-se na Figura 86 que os segmentos da Justiça Estadual, Militar Estadual e do Trabalho possuem, proporcionalmente, mais servidores(as) lotados(as) na área judiciária do que demanda processual no primeiro grau de jurisdição, demonstrando maior cumprimento da Resolução CNJ n. 219/2016. Quanto aos cargos em comissão, há grande diferença em relação à demanda processual em todos os ramos de justiça.

Em 2016, ano de publicação da referida resolução, havia no primeiro grau de jurisdição do Poder Judiciário cerca de 87,1% do total de processos ingressados e 84,9% do total de servidores(as) lotados(as) na área judiciária no primeiro e segundo graus no ano de 2020, quando a proporção de servidores(as) no primeiro grau se manteve próxima, no patamar de 85% (Figura 87). Dessa forma, ainda restam 2,8 pontos percentuais para atingir a equivalência.

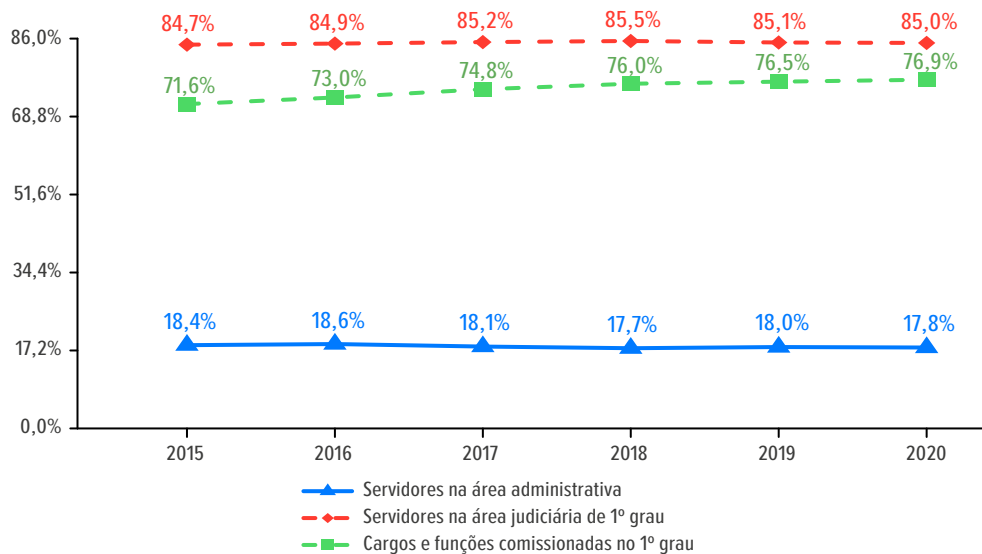
As informações detalhadas por tribunal estão disponíveis nos painéis da Política, em: https://paineis.cnj.jus.br/QuAJAXZfc/pendoc.htm?document=qvw_1%2FPainelCNJ.qvw&host=QVS%40neodimio03&anonymous=true&sheet=shPRIOArt3.

Figura 86 - Proporção de casos novos, servidores(as) da área judiciária, cargos em comissão e funções comissionadas no primeiro grau de jurisdição, por ramo de justiça



Fonte: Conselho Nacional de Justiça, 2021.

Figura 87 - Série histórica do percentual de servidores(as) na área administrativa, de servidores(as) na área judiciária de primeiro grau e de cargos e funções no primeiro grau



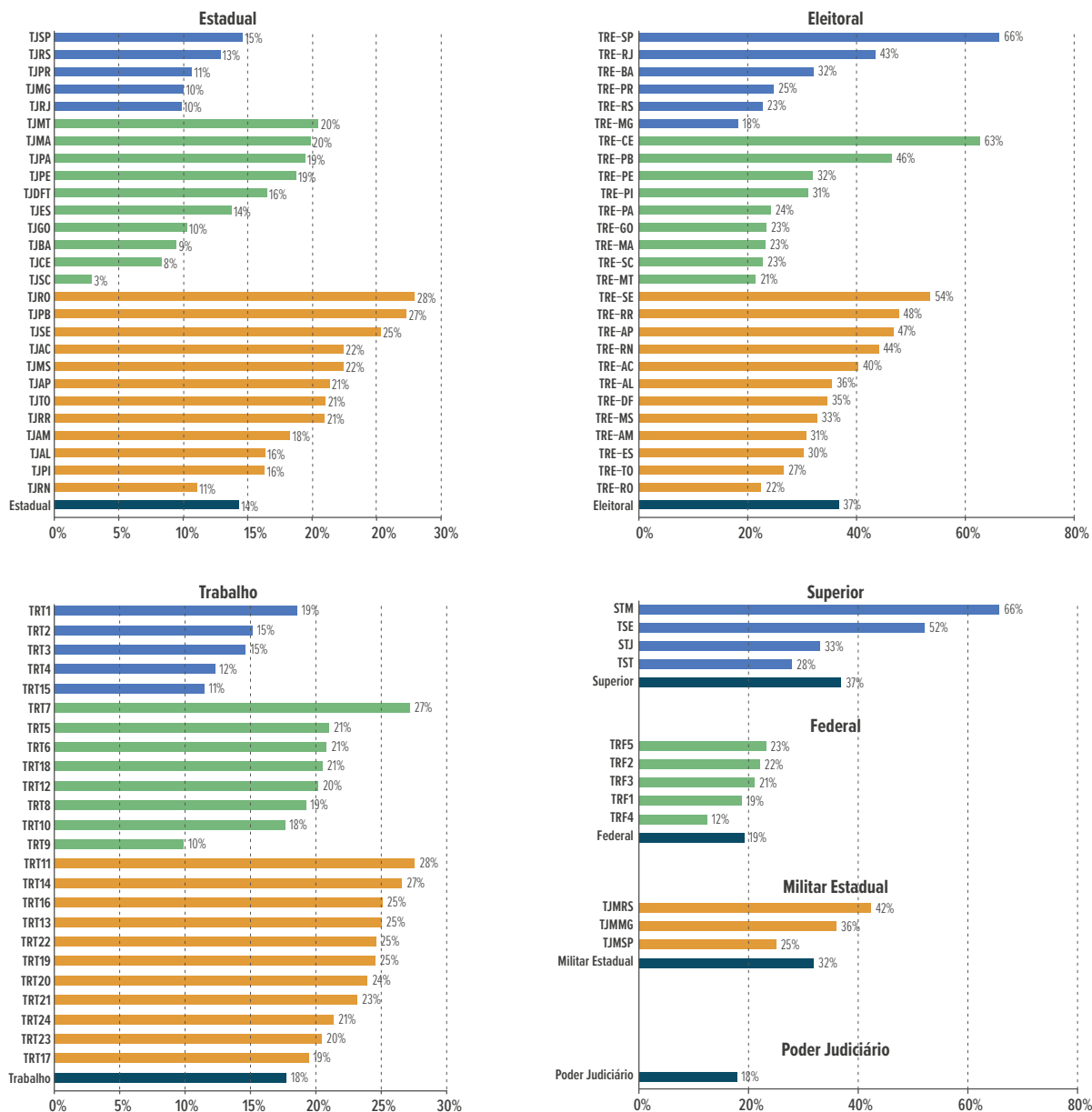
Fonte: Conselho Nacional de Justiça, 2021.

O artigo 11 da Resolução CNJ n. 219/2016 determina que a quantidade total de servidores(as) lotados(as) nas áreas de apoio indireto à atividade judicante (apoio administrativo) deve corresponder a, no máximo, 30% do total de servidores(as), devendo

ser excluídos da base de cálculo os(as) servidores(as) lotados(as) nas escolas judiciais e da magistratura e nas áreas de tecnologia da informação. Verifica-se na Figura 88 que somente os Tribunais de Justiça Militar dos Estados de Minas Gerais e Rio Grande do Sul apresentam mais de 30% dos(as) servidores(as) lotados(as) na área administrativa. Destaca-se que esse critério não se aplica aos tribunais superiores, já que a Resolução visa a equivalência entre os dois primeiros graus de jurisdição, tampouco à Justiça Eleitoral, em razão de sua atividade ser predominantemente administrativa, e não jurisdicional, embora os números estejam representados no gráfico citado.

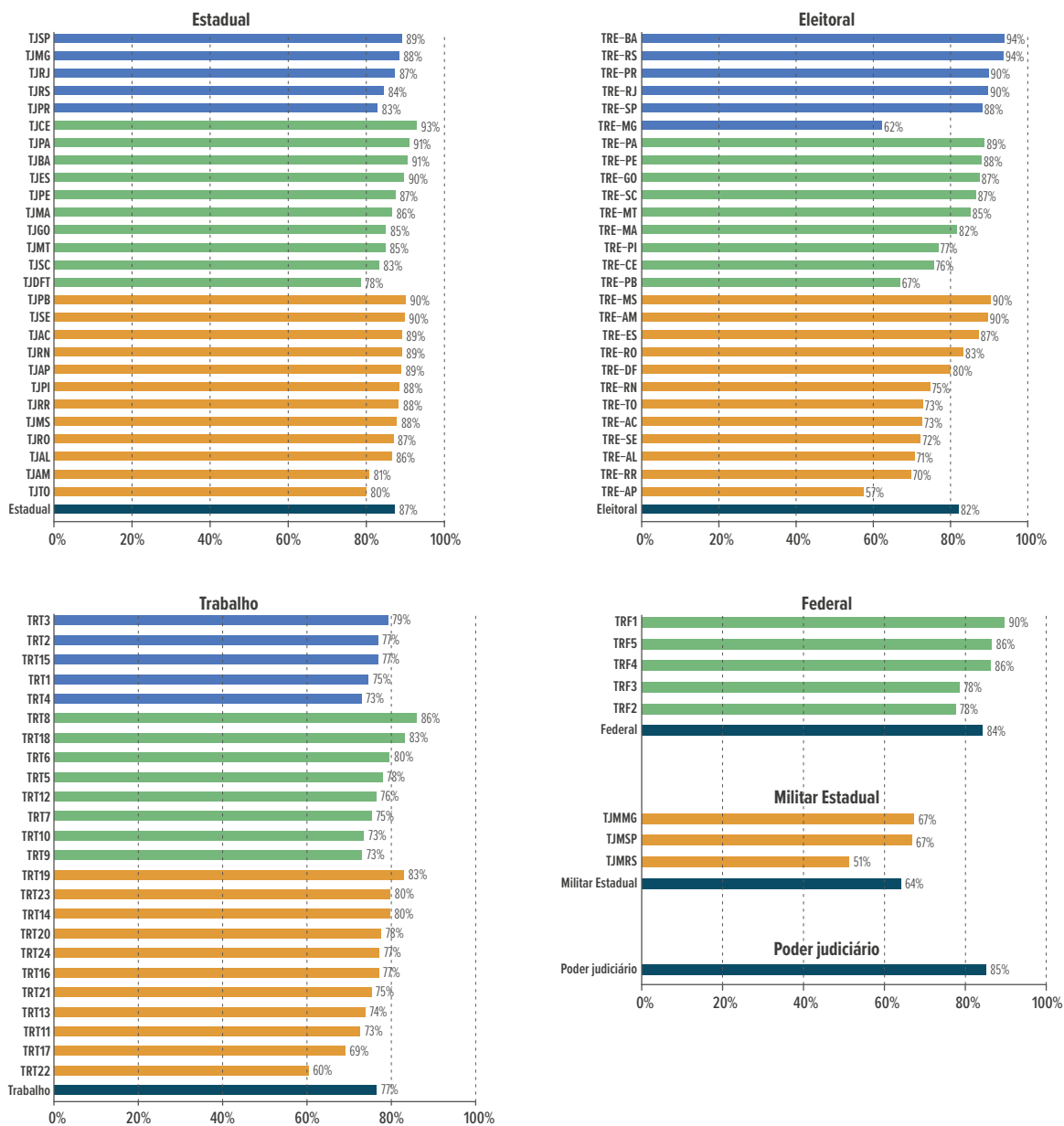
Observa-se na Figura 89 que, em todos os tribunais, mais da metade dos(as) servidores(as) estão lotados(as) na área judiciária de primeiro grau, tendo a maioria dos tribunais (51 de 90) apresentado percentual superior a 80%, o que representa uma evolução em relação aos anos anteriores. Destaca-se o segmento estadual, em que a média de servidores(as) no primeiro grau é de 87%, a maior entre os segmentos de Justiça, seguido da Justiça Federal com 84%, da Justiça Eleitoral com 82% e da Justiça Trabalhista com 77%. Já em relação aos cargos e funções comissionadas no primeiro grau (Figura 90), todos os tribunais apresentaram mais de 50%, salvo o Tribunal de Justiça Militar do Rio Grande do Sul. Desse modo, a Justiça Eleitoral se destaca com 83%, seguida da Justiça Federal com 80%, da Estadual com 78% e do Trabalho com 71%.

Figura 88 - Percentual de servidores(as) na área administrativa por tribunal



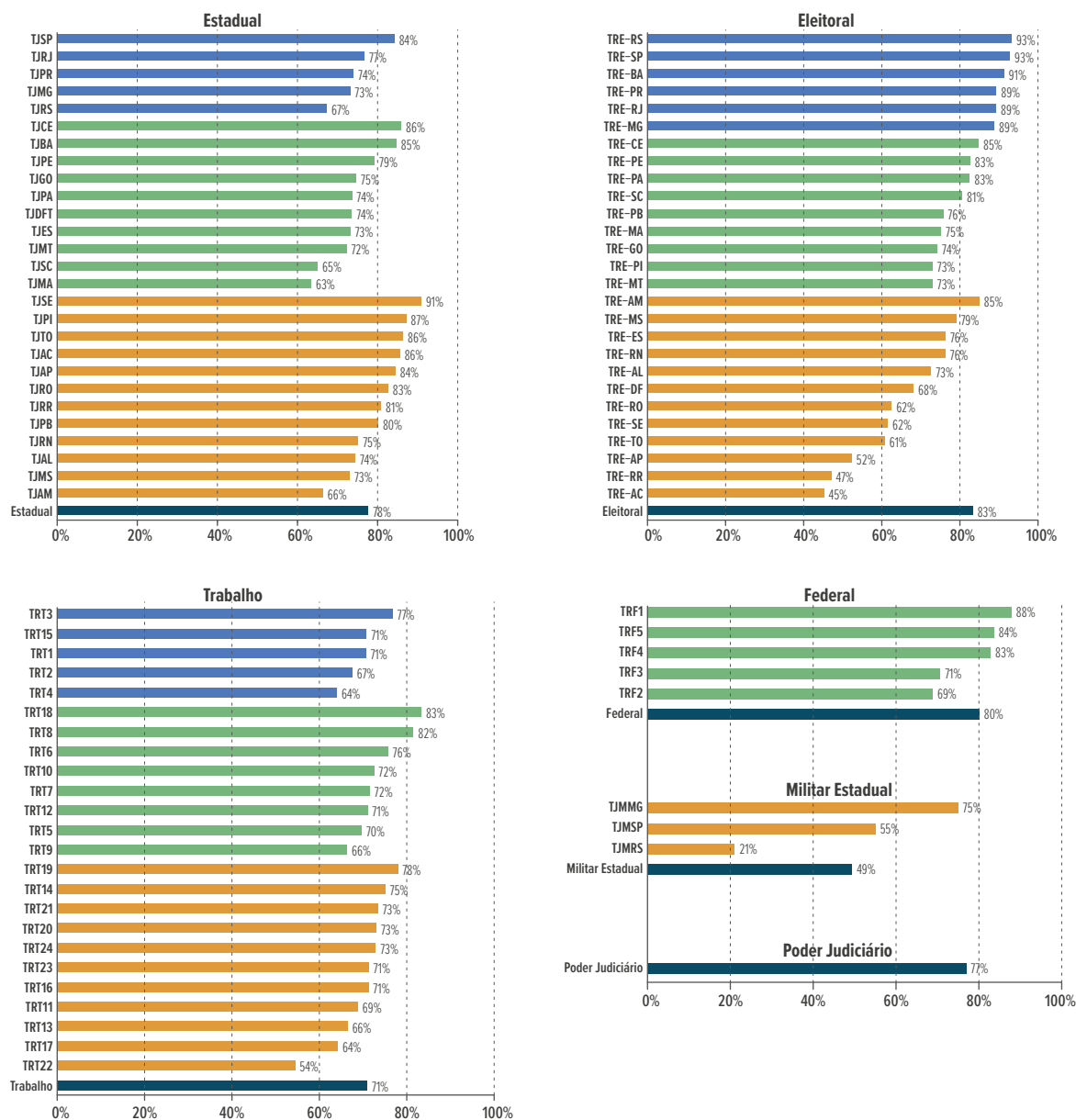
Fonte: Conselho Nacional de Justiça, 2021.

Figura 89 - Percentual de servidores(as) na área judiciária de primeiro grau, por tribunal



Fonte: Conselho Nacional de Justiça, 2021.

Figura 90 - Percentual de cargos em comissão e funções comissionadas no primeiro grau, por tribunal



Fonte: Conselho Nacional de Justiça, 2021.

5.2.2 Indicadores de produtividade

O primeiro grau de jurisdição possui as maiores cargas de trabalho e produtividade por magistrado(a) e por servidor(a) da área judiciária. Os indicadores de casos novos por magistrado(a) e por servidor do segundo grau superaram os do primeiro grau desde 2016, confirmando essa tendência nos anos seguintes até 2020, conforme Figuras 92 e 85.

Há de se destacar que a Justiça Estadual, Federal e do Trabalho apresentaram maior número de casos novos por magistrado(a) no segundo grau do que no primeiro grau, conforme Figura 91. Na Justiça Eleitoral e na Justiça Militar o número maior de casos novos no primeiro grau supera o de segundo grau. Nas Justiças Federal e Trabalhista, a demanda por magistrado de segundo grau é mais do dobro do primeiro grau.

Os indicadores de casos novos por servidor(a) e por magistrado(a) apresentados nas Figuras de 91 a 94 desconsideram as execuções judiciais iniciadas, consoante critérios da Resolução CNJ n. 76/2009. Observa-se nos gráficos o efeito da Política de Priorização. Os casos novos por servidor(a), que entre os anos de 2009 e 2016 eram menores no segundo grau, praticamente se igualaram em 2017 e, pela primeira vez, em 2018, a demanda processual por servidor(a) lotado(a) no segundo grau superou a demanda do primeiro grau, tendência que tem se confirmado em 2020.

Isso significa que houve avanços, mas não se pode concluir que há total cumprimento da política. Além das informações variarem bastante por tribunal, ao analisar a carga de trabalho, que inclui o acervo, os recursos internos e os incidentes em execução na base de cálculo, observa-se que ainda existem diferenças significativas entre os graus de jurisdição (Figuras 95 e 98), pois na Justiça Estadual, Eleitoral e Militar, a carga de trabalho dos magistrados de primeiro grau é maior do que no segundo grau, enquanto na Justiça do Trabalho e Federal ocorre o oposto. Já entre os servidores, o indicador de primeiro grau supera o de segundo grau, mostrando mais volume de trabalho acumulado por servidor de primeiro grau, à exceção da Justiça Militar em que já uma certa equivalência.

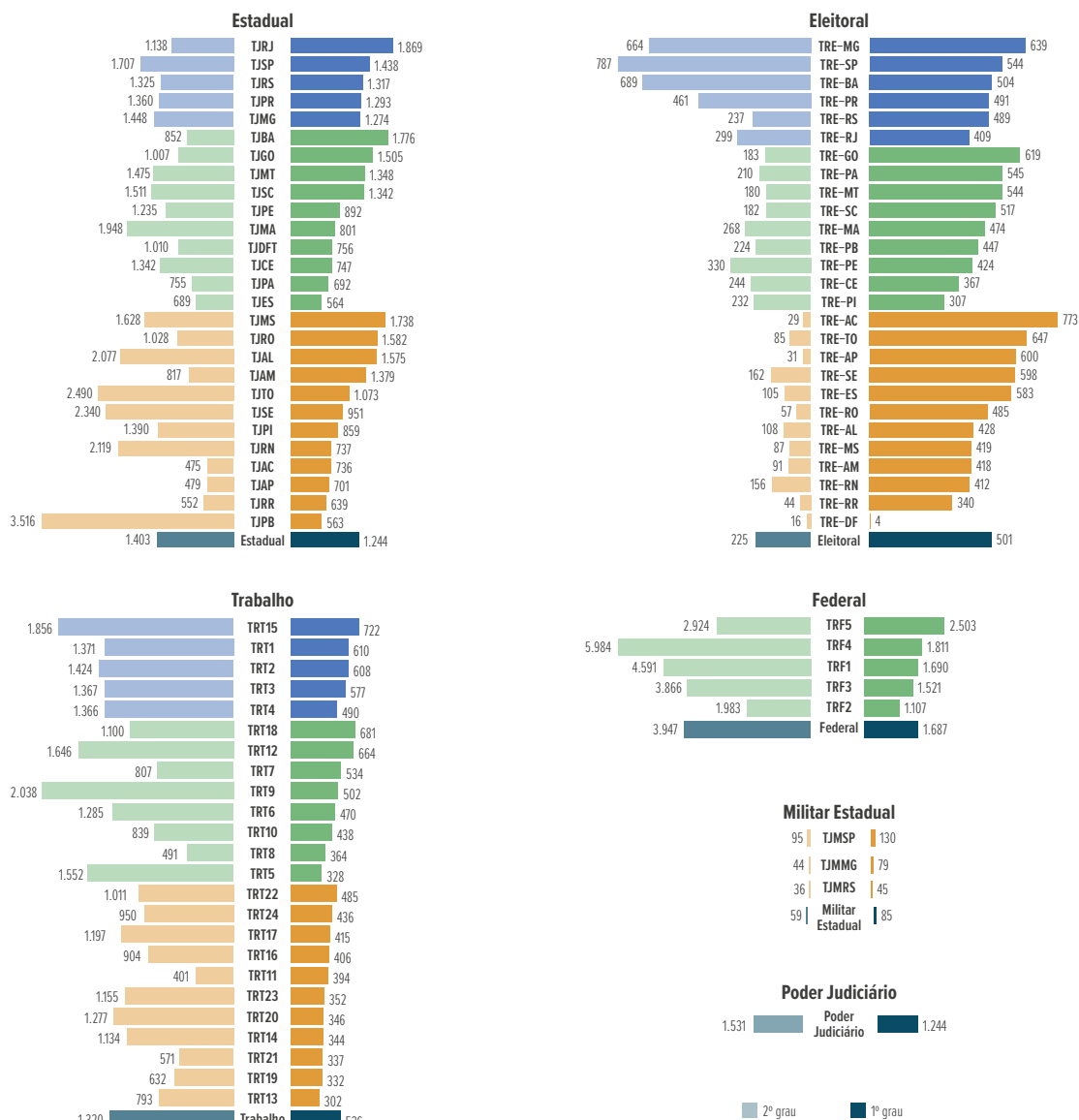
Na série histórica da carga de trabalho, houve redução no primeiro grau e no segundo grau, tanto na versão bruta quanto na líquida (Figuras 96 e 97). A queda da carga de trabalho, contudo, foi menos acentuada no segundo grau do que no primeiro.

A produtividade dos(as) magistrados(as) e servidores(as) (IPM e IPS) diminuiu nas duas instâncias (Figuras 100 e 101), no IPM, atingindo valores equivalentes aos do ano

de 2012. Porém, a queda no primeiro grau foi mais acentuada do que no segundo grau. No primeiro grau o IPM diminuiu 23,6% e no segundo grau, 12,3%.

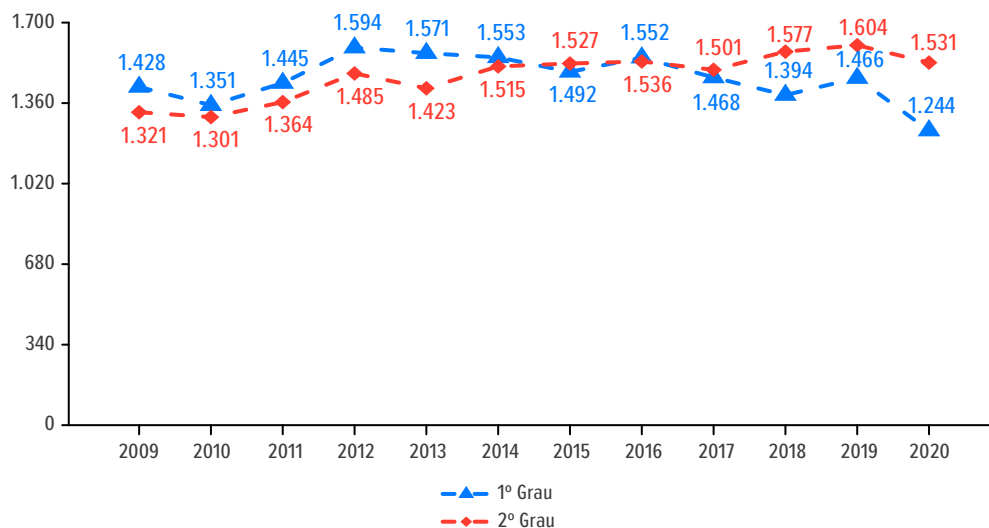
Em relação à demanda judicial, apesar da redução de casos ingressados no ano de 2020, nas ações originárias de segundo grau houve crescimento (9,2%). Na fase de conhecimento de primeiro grau houve redução de 11,6% na entrada de processos judiciais, nas execuções de títulos executivos extrajudiciais (inclusive fiscais) houve diminuição de 20,2%, e nas execuções iniciadas, queda de 29%, o que revela que o impacto da pandemia causada pela covid-19 na diminuição de processos ingressados se deu de forma mais acentuada nas execuções.

Figura 91 - Casos novos por magistrado(a), de acordo com tribunal



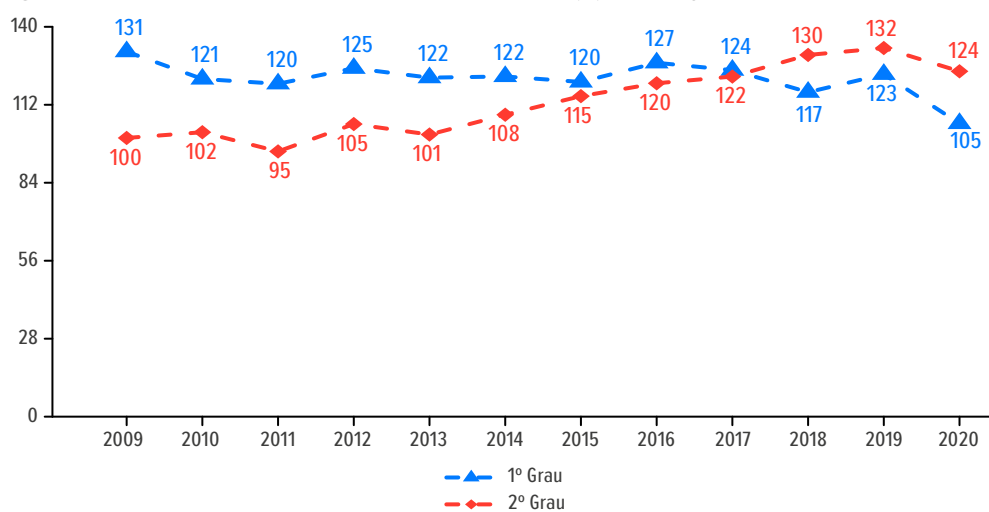
Fonte: Conselho Nacional de Justiça, 2021.

Figura 92 - Série histórica de casos novos por magistrado(a)



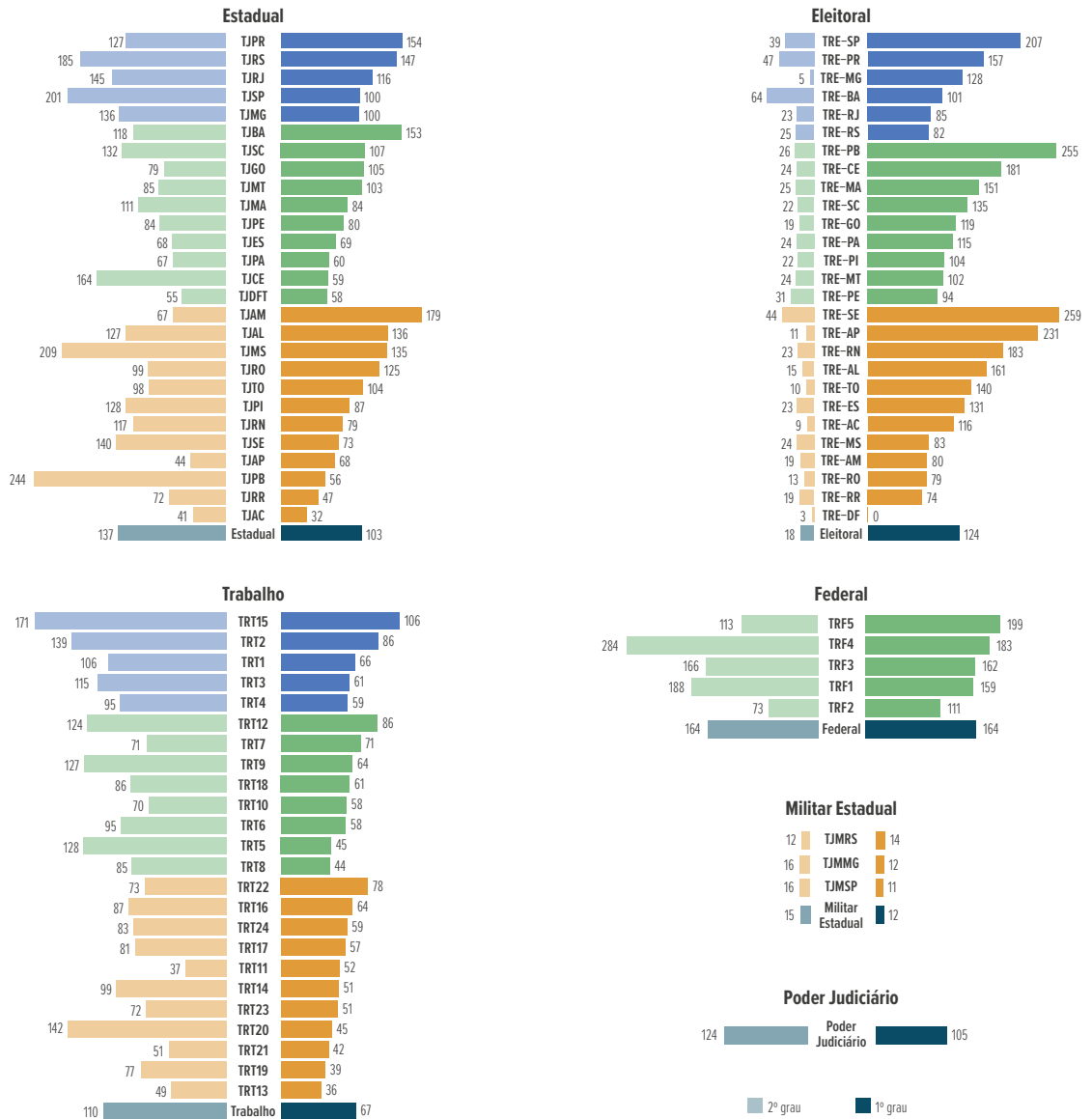
Fonte: Conselho Nacional de Justiça, 2021.

Figura 93 - Série histórica de casos novos por servidor(a) da área judiciária



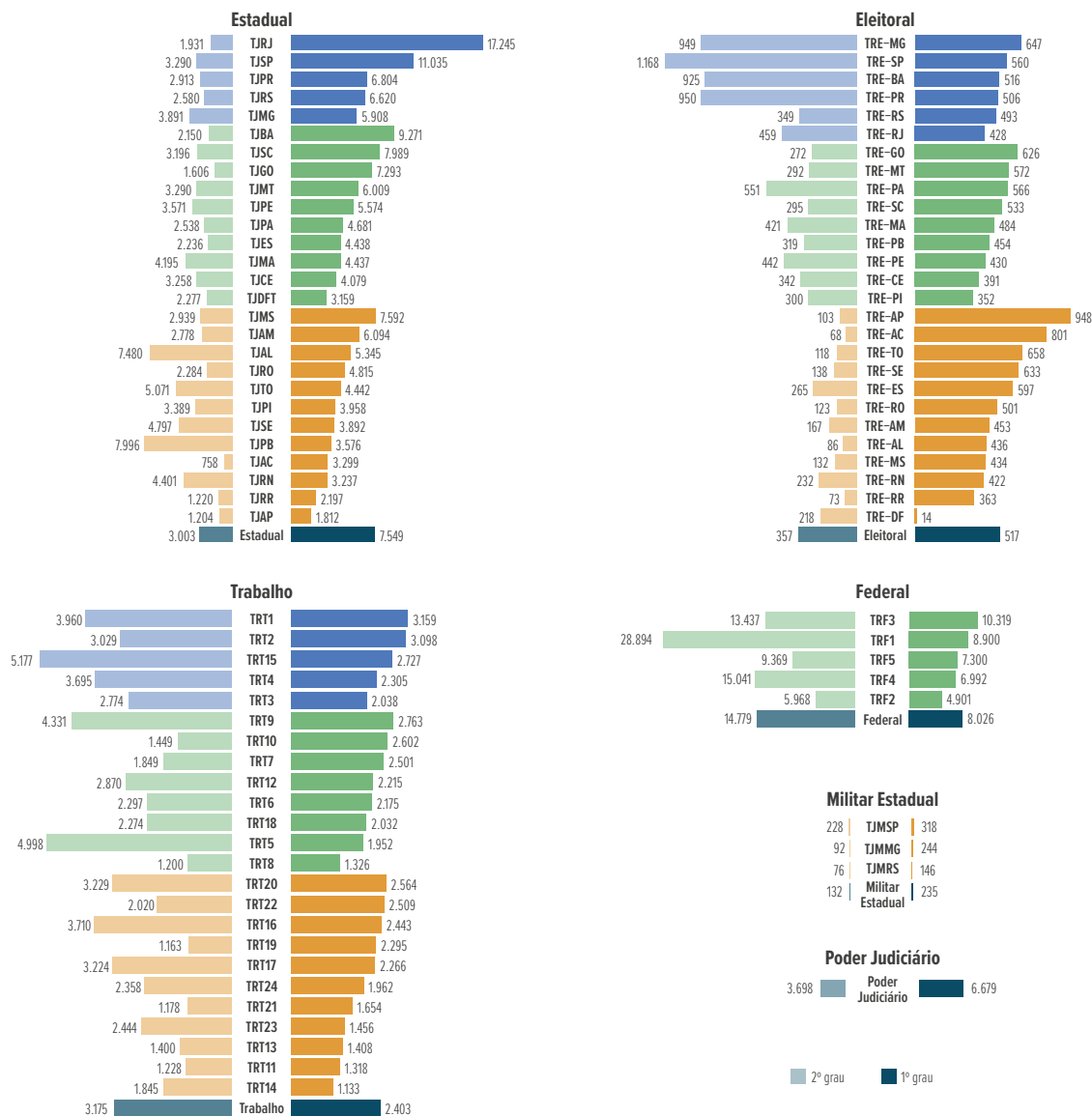
Fonte: Conselho Nacional de Justiça, 2021.

Figura 94 - Casos novos por servidor da área judiciária, por tribunal



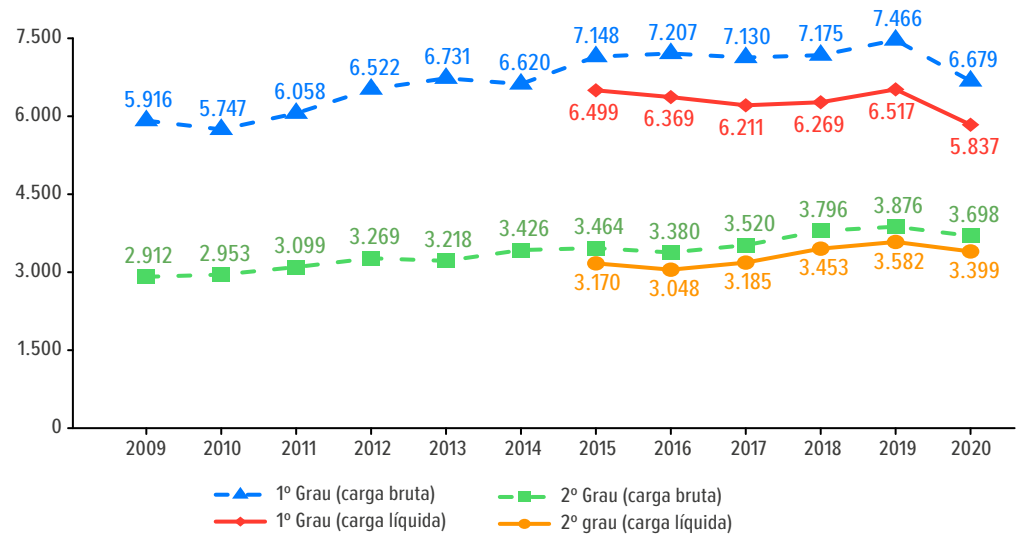
Fonte: Conselho Nacional de Justiça, 2021.

Figura 95 - Carga de trabalho do magistrado(a), por tribunal



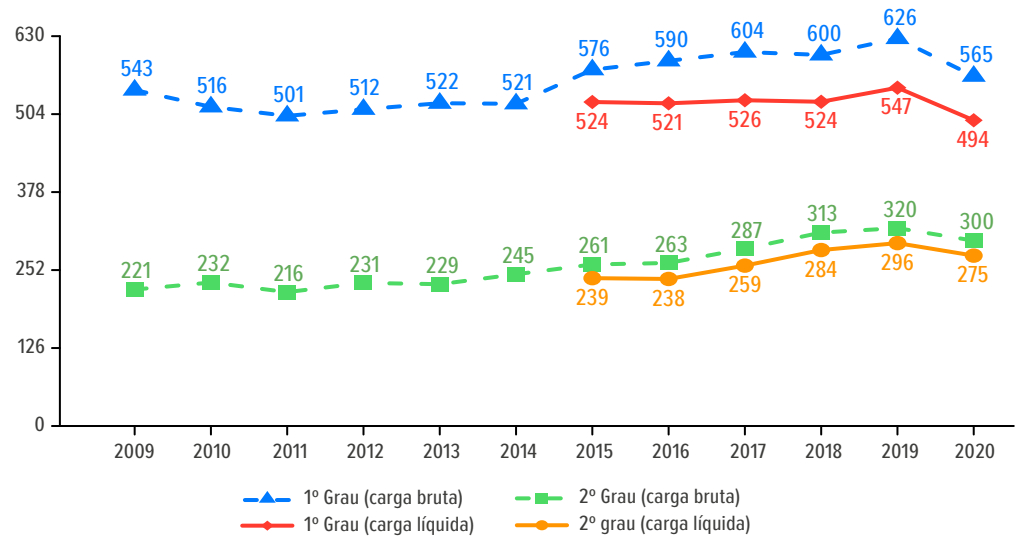
Fonte: Conselho Nacional de Justiça, 2021.

Figura 96 - Série histórica da carga de trabalho do(a) magistrado(a)



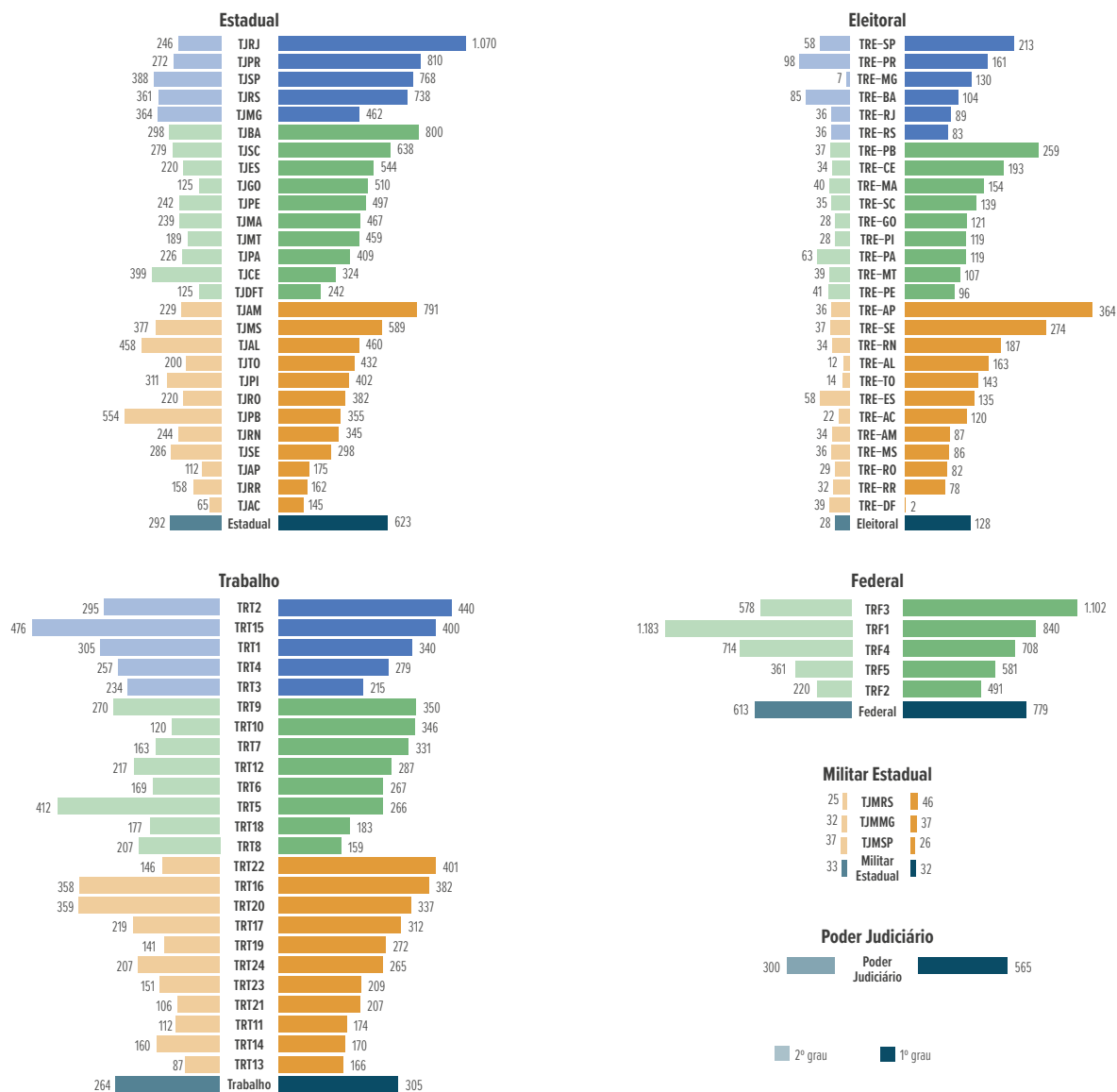
Fonte: Conselho Nacional de Justiça, 2021.

Figura 97 - Série histórica da carga de trabalho do(a) servidor(a) da área judiciária



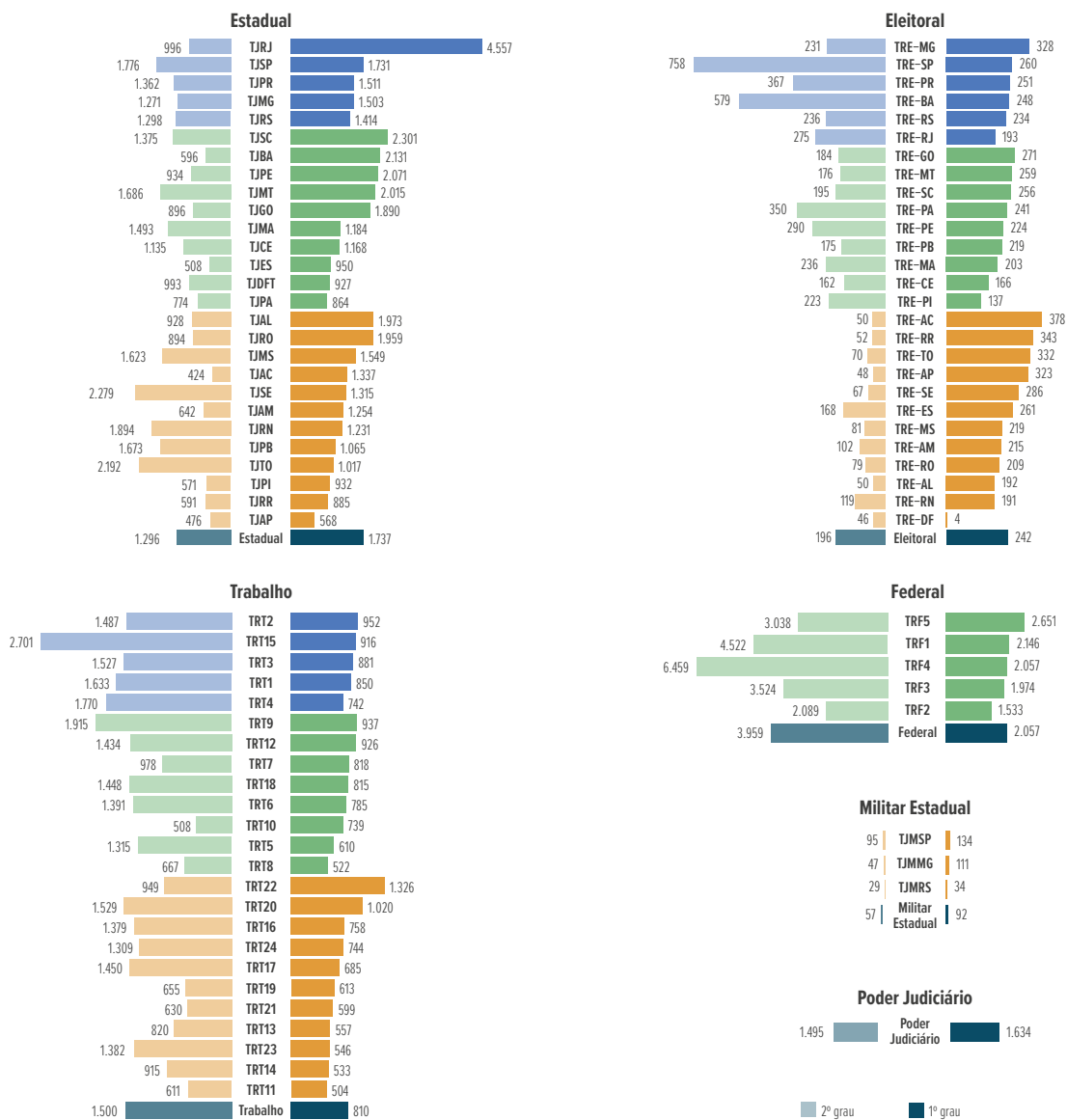
Fonte: Conselho Nacional de Justiça, 2021.

Figura 98 - Carga de trabalho do(a) servidor(a) da área judiciária, por tribunal



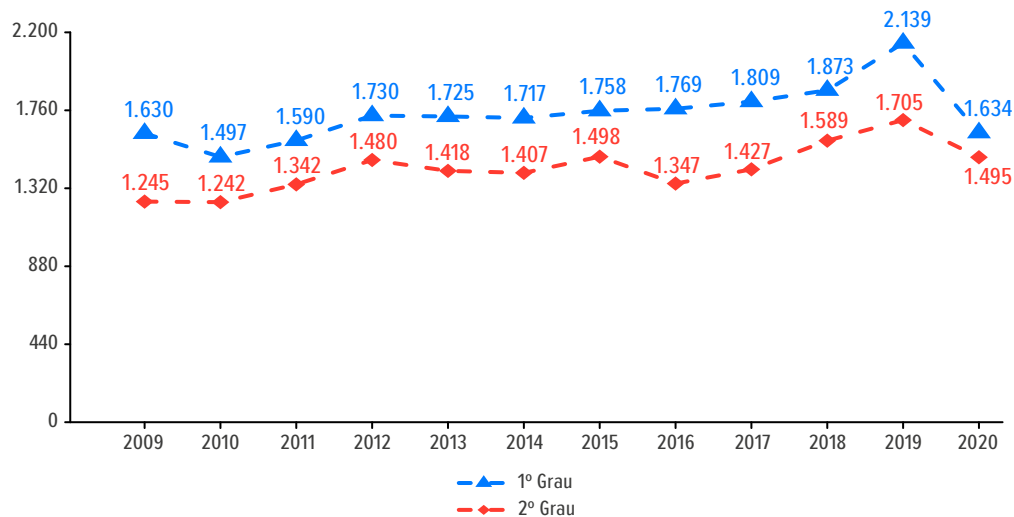
Fonte: Conselho Nacional de Justiça, 2021.

Figura 99 - Índice de Produtividade dos Magistrados (IPM), por tribunal



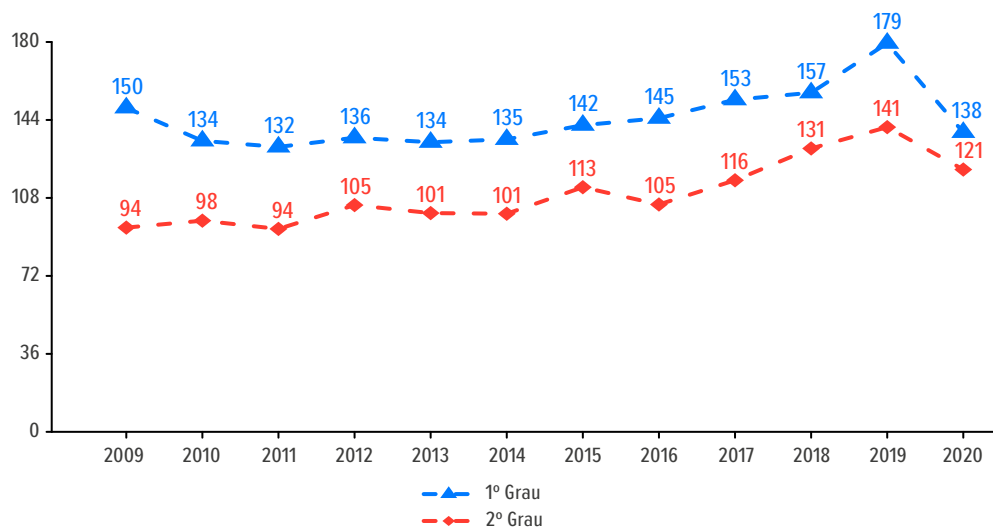
Fonte: Conselho Nacional de Justiça, 2021.

Figura 100 - Série histórica do Índice de Produtividade dos Magistrados (IPM)



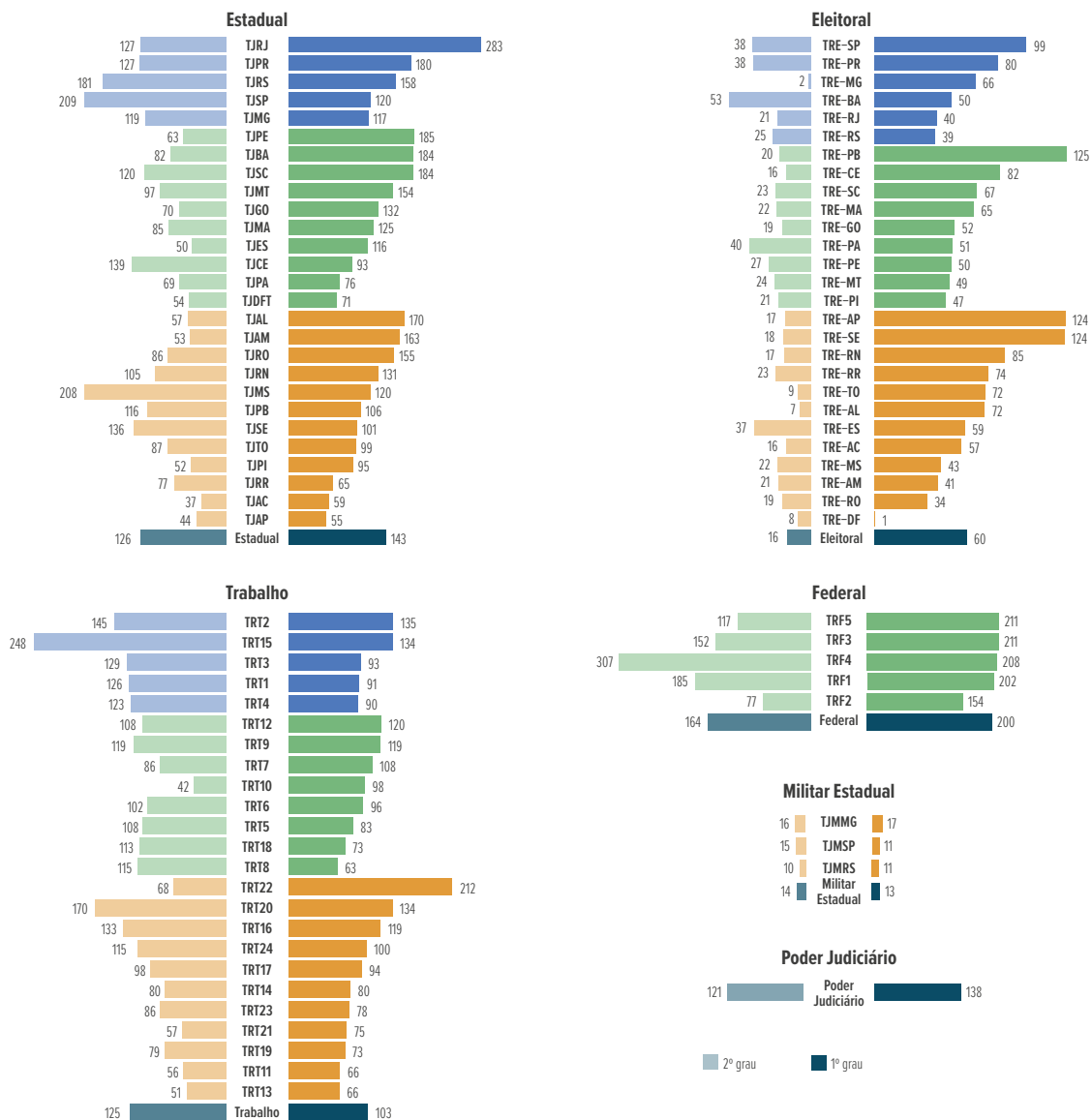
Fonte: Conselho Nacional de Justiça, 2021.

Figura 101 - Série histórica do Índice de Produtividade dos Servidores da Área Judiciária (IPS-Jud)



Fonte: Conselho Nacional de Justiça, 2021.

Figura 102 - Índice de Produtividade dos Servidores da Área Judiciária (IPS-Jud), por tribunal



Fonte: Conselho Nacional de Justiça, 2021.

5.2.3 Indicadores de desempenho e de informatização

Como já observado, o percentual de processos que ingressa eletronicamente no Poder Judiciário tem crescido linearmente, em curva acentuada, desde 2012. Na série histórica apresentada na Figura 103, é possível constatar que a curva do primeiro grau está acima da do segundo grau em todo o período, havendo maior aproximação entre os indicadores em 2020 devido à evolução na virtualização dos processos de segundo grau e aproximação de ambas as curvas do patamar de 100%. A avaliação detalhada por tribunal e instância está disposta na Figura 104.

Conforme Figura 104, a Justiça do Trabalho, a Justiça Federal e a Justiça Eleitoral se destacam positivamente por apresentarem 100% dos processos de primeiro grau ingressados eletronicamente. Em segundo grau, a situação é bastante próxima, com 100% na Justiça do Trabalho, 99% na Justiça Federal e 98% na Justiça Eleitoral. Esse grande avanço da Justiça Federal e Eleitoral foi um marco em 2020, consistindo em evolução com relação aos anos anteriores. Também se verificam grandes avanços nos Tribunais Estaduais, que chegaram a ter 100% tanto no primeiro quanto no segundo grau, quais sejam: TJPR (único de grande porte), TJDFT, TJSC, TJCE (de médio porte), TJAP, TJTO, TJMS, TJAM, TJAL, TJAC, TJSE e TJRR (de pequeno porte).

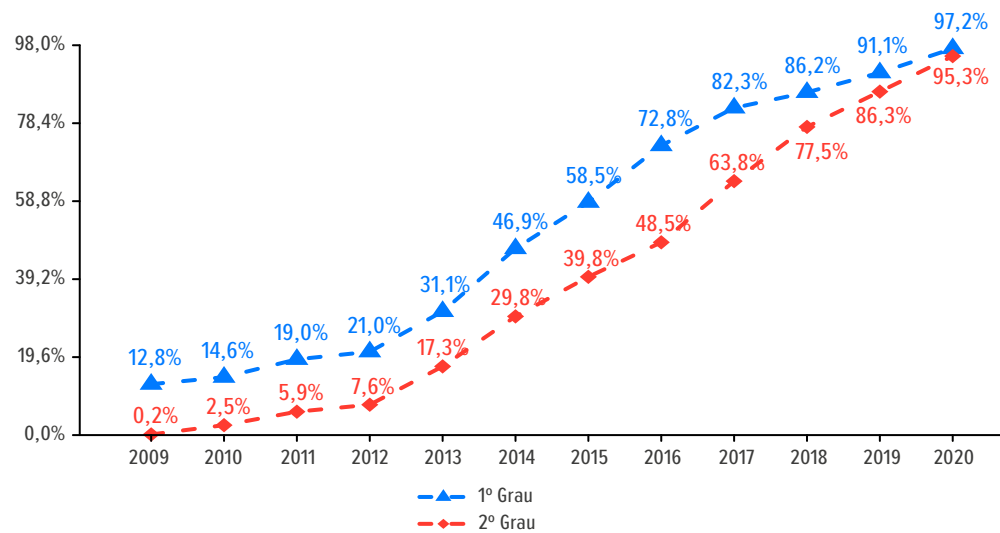
As Figuras 105 e 106 mostram a comparação do Índice de Atendimento à Demanda (IAD) entre o primeiro e o segundo grau, por tribunal e na série histórica, respectivamente. Observa-se que somente nos anos de 2012 e 2013 o indicador do segundo grau superou o do primeiro grau. Em 2020, o IAD no segundo grau foi de 98%, enquanto no primeiro grau foi de 111%. Em que pese o segundo grau tenha rompido com a tendência dos dois anos anteriores de conseguir baixar mais processos que o total distribuído (IAD maior que 100%), há continuidade da série histórica no primeiro grau, com 111% em 2020, continuando a resolver casos em maior número que o total de recebidos no ano.

As Figuras 107 e 108 apresentam os dados comparativos para a Taxa de Congestionamento, com diferenças significativas entre as duas instâncias, tanto na taxa bruta (computados os suspensos, sobrestados ou em arquivo provisório no acervo) quanto na taxa líquida (desconsiderados os suspensos, sobrestados ou em arquivo provisório). No congestionamento bruto, a diferença entre as instâncias é de 21,4 pontos percentuais e, na versão líquida, de 22,4 pontos percentuais. Houve aumento da taxa de congestionamento em 2020, no primeiro e no segundo grau, computando ou não os casos suspensos/sobrestados (bruta e líquida).

O segundo grau, com melhor resultado, possui taxa de congestionamento líquida de 49% e um estoque próximo à demanda. No primeiro grau o estoque equivale a 3,3

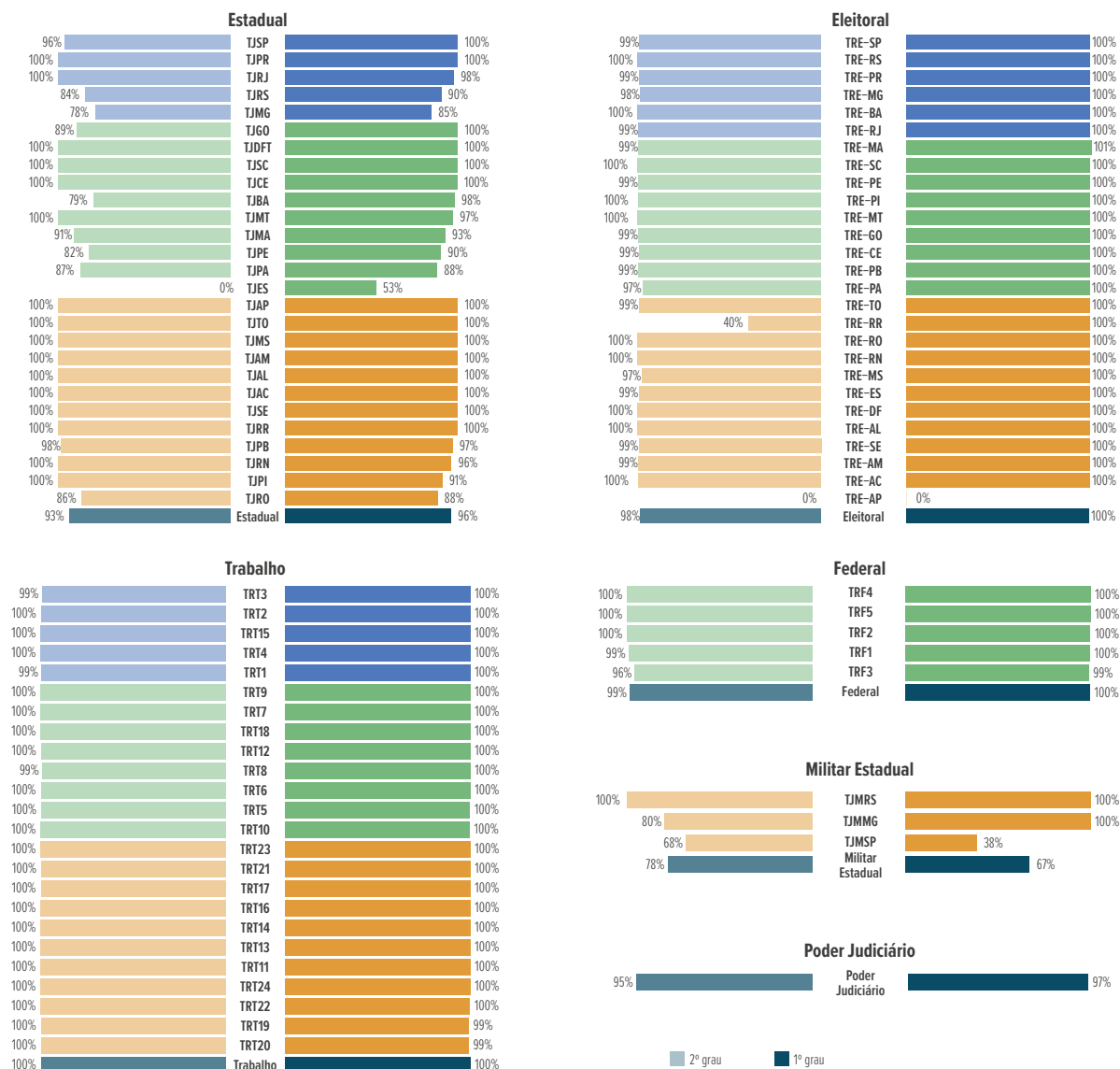
vezes o quantitativo de casos novos. Em uma situação hipotética, sem ingresso de novas demandas e mantida a produtividade atual, seriam necessários 1 ano e 1 mês para zerar o estoque do segundo grau e 3 anos para zerar o estoque do primeiro grau (tempo de giro do acervo).

Figura 103 - Série histórica do índice de casos novos eletrônicos



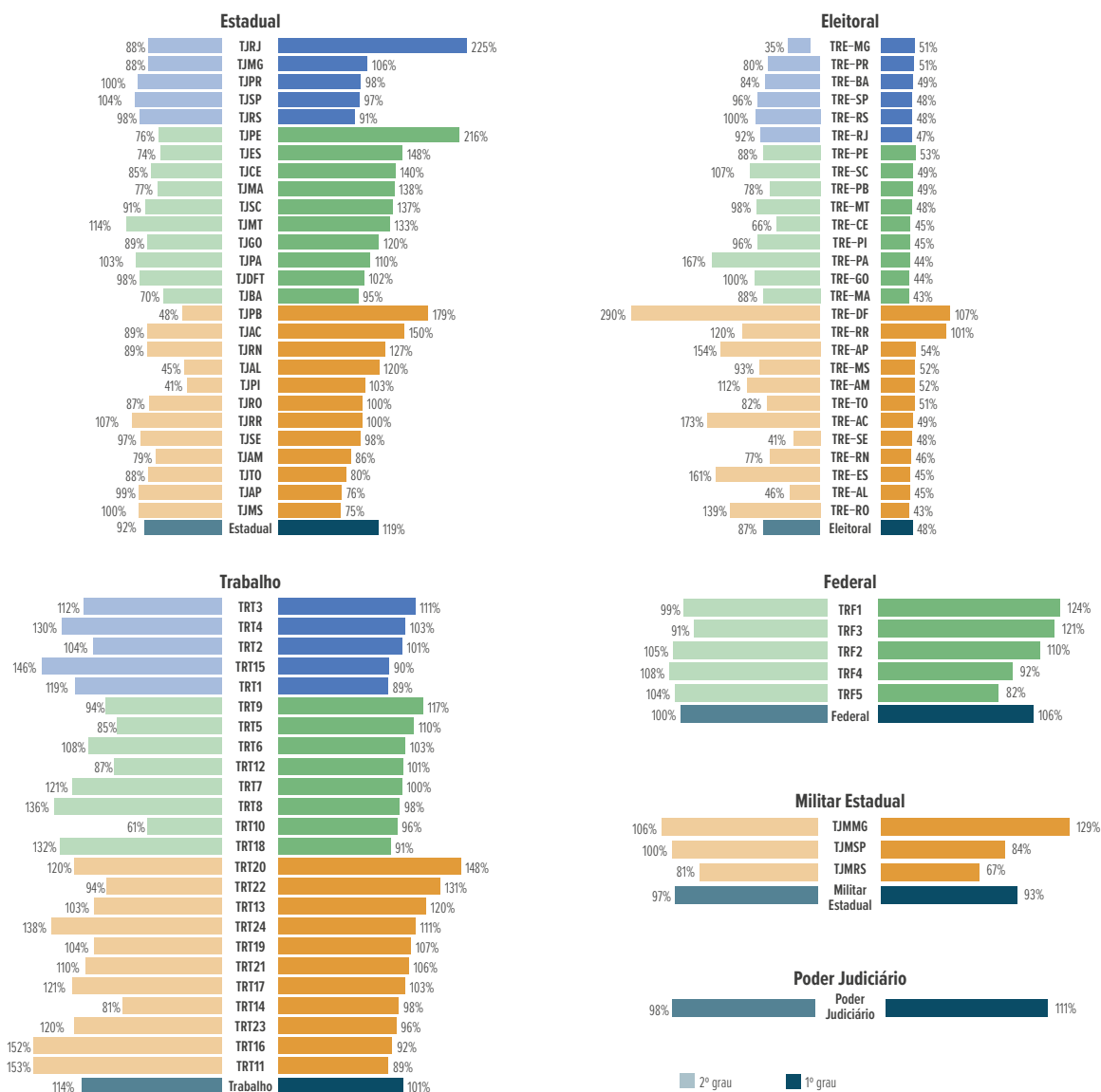
Fonte: Conselho Nacional de Justiça, 2021.

Figura 104 - Índice de casos novos eletrônicos, por tribunal



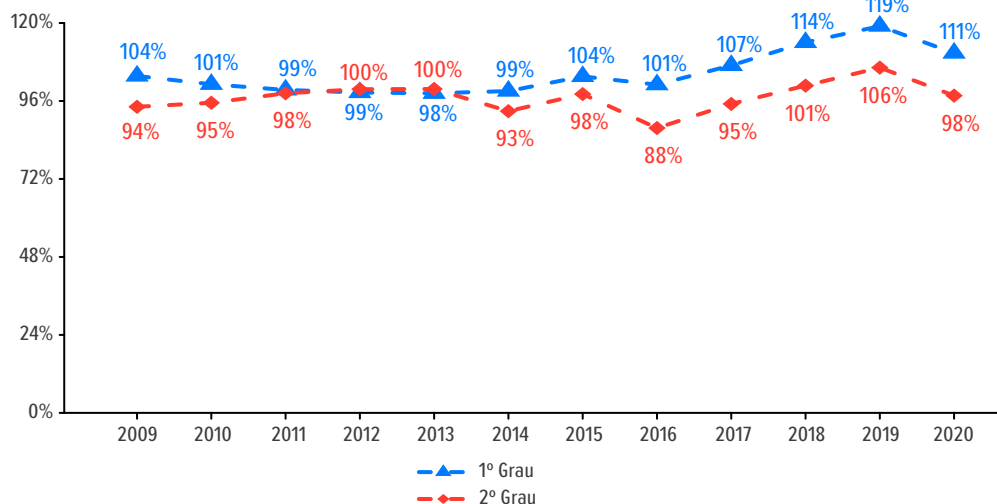
Fonte: Conselho Nacional de Justiça, 2021.

Figura 105 - Índice de Atendimento à Demanda (IAD), por tribunal



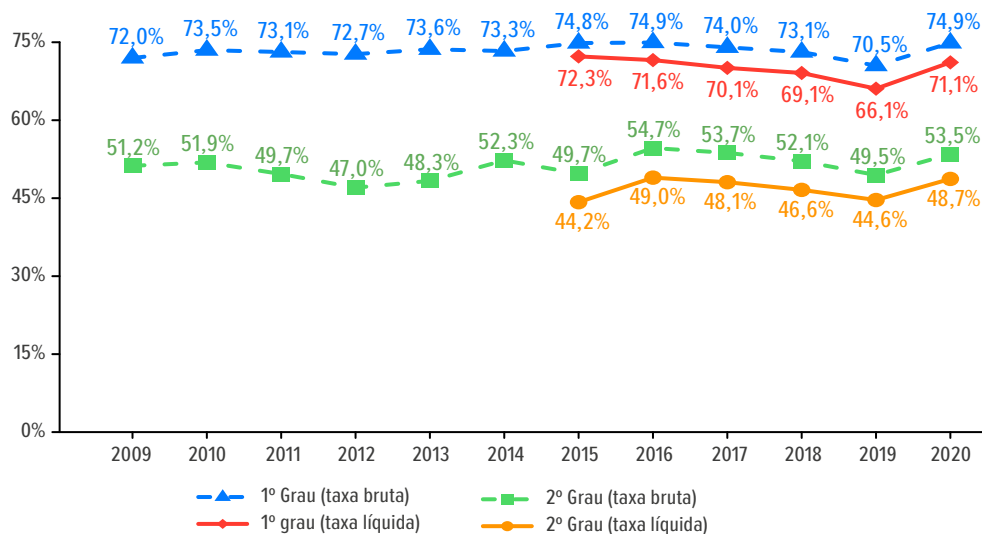
Fonte: Conselho Nacional de Justiça, 2021.

Figura 106 - Série histórica do índice de atendimento à demanda



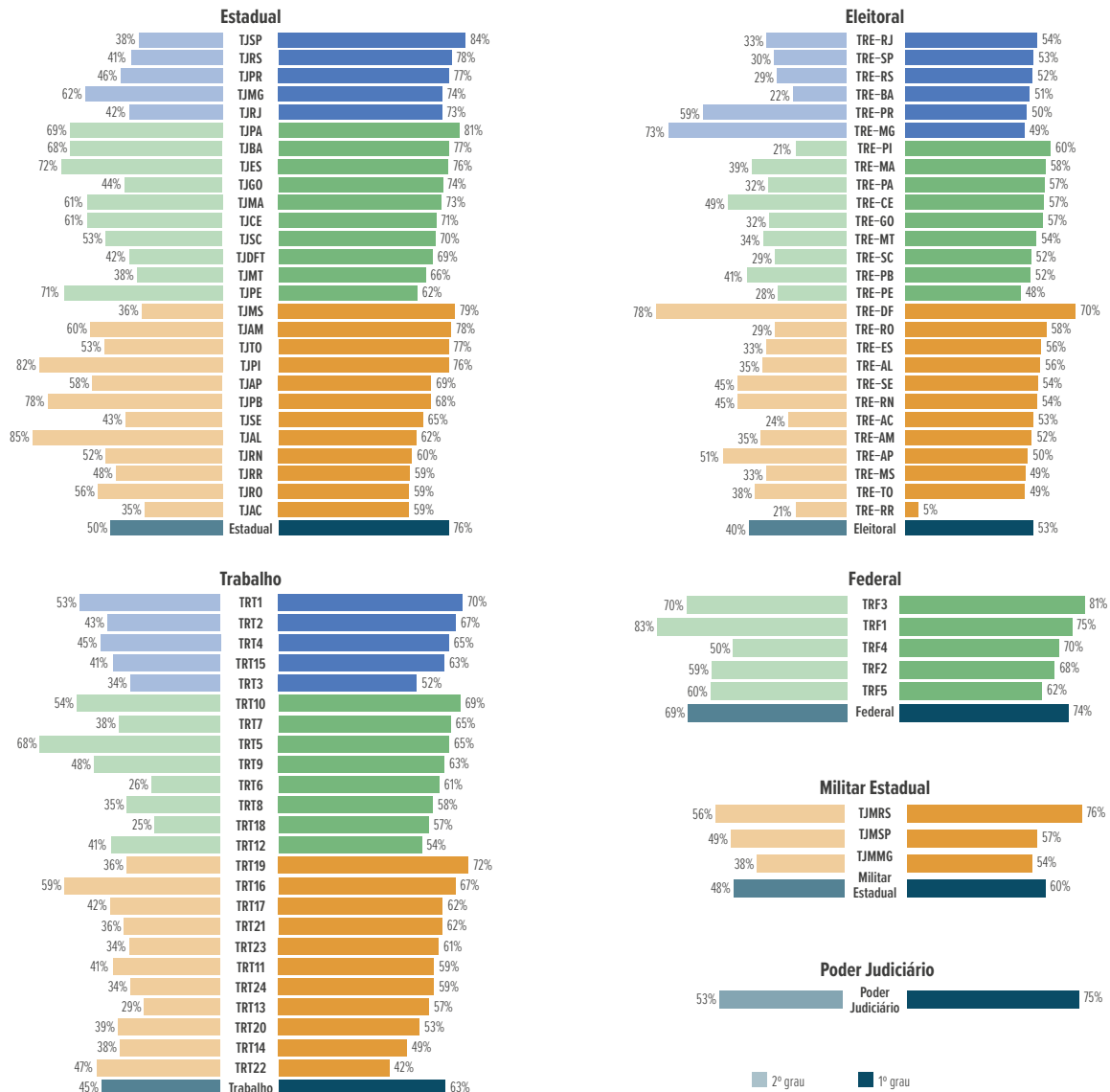
Fonte: Conselho Nacional de Justiça, 2021.

Figura 107 - Série histórica da taxa de congestionamento



Fonte: Conselho Nacional de Justiça, 2021.

Figura 108 - Taxa de congestionamento, por tribunal



Fonte: Conselho Nacional de Justiça, 2021.

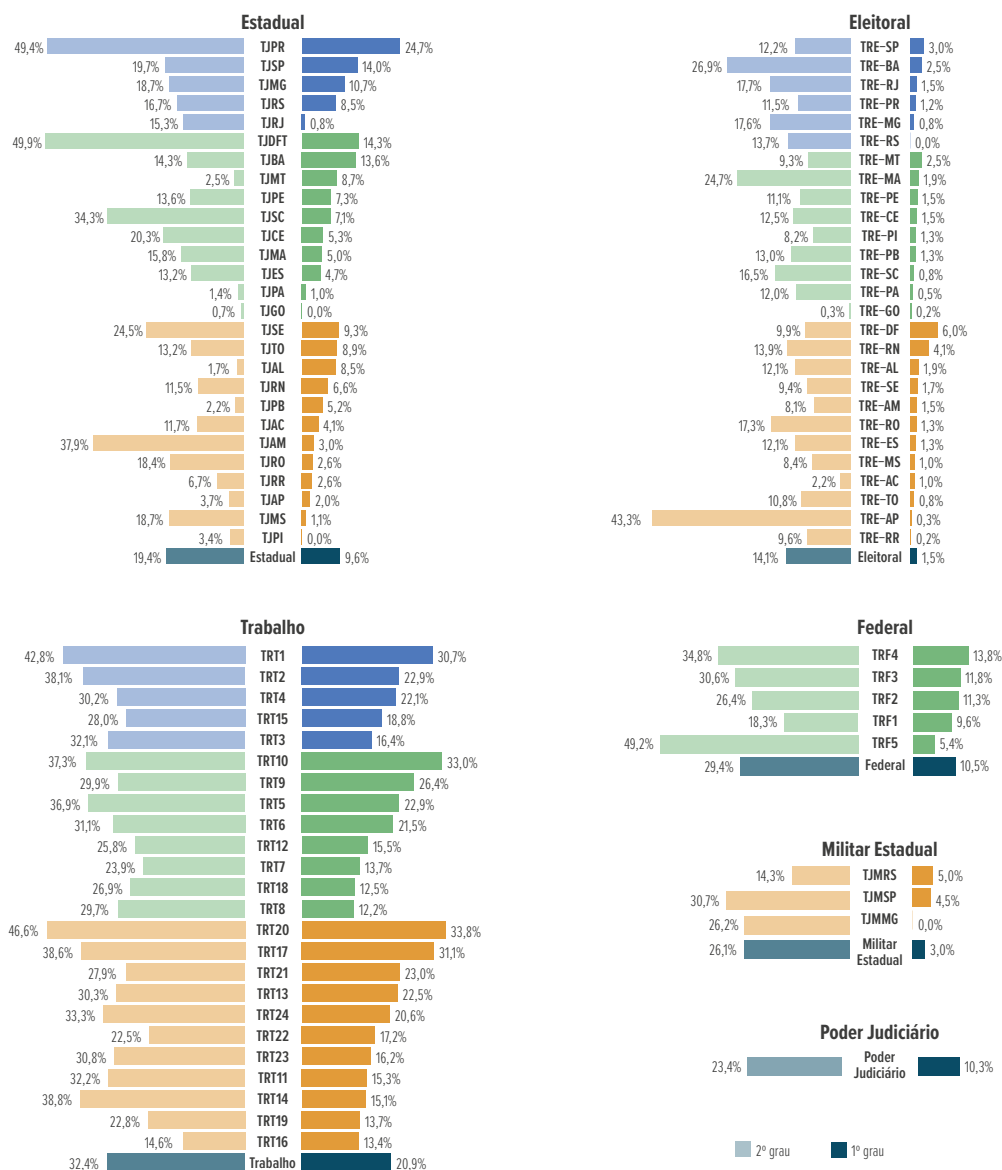
5.2.4 Recorribilidade interna e externa

A recorribilidade interna no Poder Judiciário é mais frequente na segunda instância, comparativamente à primeira instância, em todos os segmentos de Justiça. A recorribilidade interna do segundo grau chega a ser 2,3 vezes mais frequente que a do primeiro grau (Figura 110).

Os embargos de declaração interpostos no primeiro grau representam 10% das decisões, sendo mais aplicado na Justiça Trabalhista (20,9%). No segundo grau, são recursos internos: os agravos, os embargos de declaração, as arguições de inconstitucionalidade e os incidentes de uniformização de jurisprudência. A recorribilidade interna no segundo grau supera significativamente a do primeiro, sendo de 23% no total do Poder Judiciário. Na Justiça do Trabalho também está a maior recorribilidade interna de segundo grau, com percentual de 32,4% (Figura 109). Nos tribunais, as maiores recorribilidades internas de segundo grau se encontram no TJDFT (49,9%), no TRF5 (49,2%) e no TJPR (49,4%).

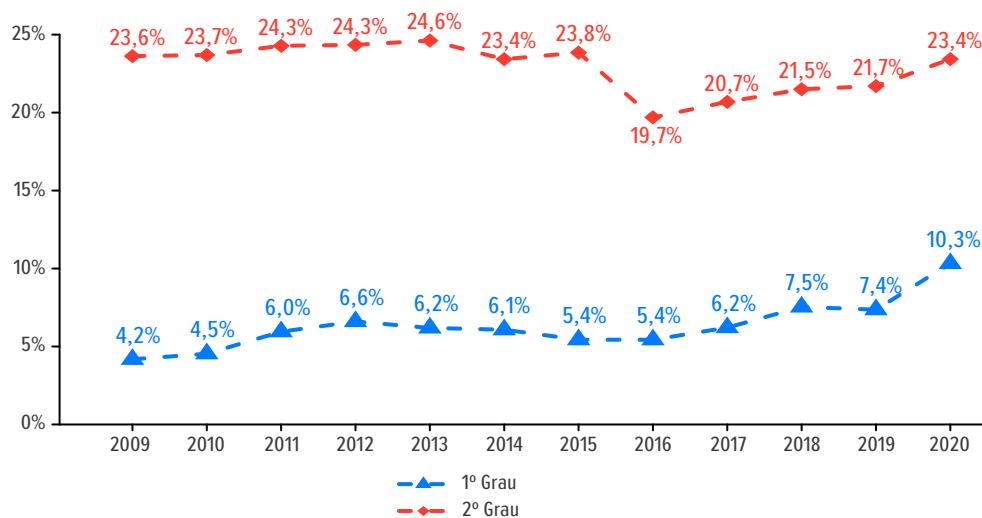
Os recursos das decisões de segundo grau endereçados aos Tribunais Superiores (26,4% dos casos) correspondem a 3,3 vezes a recorribilidade identificada no primeiro grau e encaminhados aos tribunais (8% dos casos), conforme demonstra a Figura 111. Os índices de recorribilidade interna no primeiro e segundo graus aumentaram no período de 2016 a 2020, com elevação em 2020 em relação a 2016. Na recorribilidade externa, houve aumento de 1,2 ponto percentual no segundo grau e redução de 1,7 ponto percentual no primeiro grau.

Figura 109 - Recorribilidade interna, por tribunal



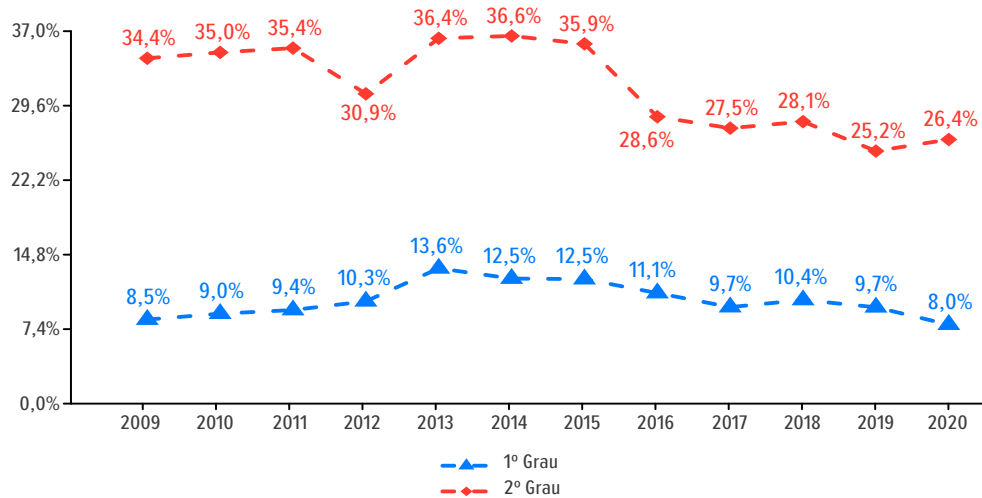
Fonte: Conselho Nacional de Justiça, 2021.

Figura 110 - Série histórica da recorribilidade interna



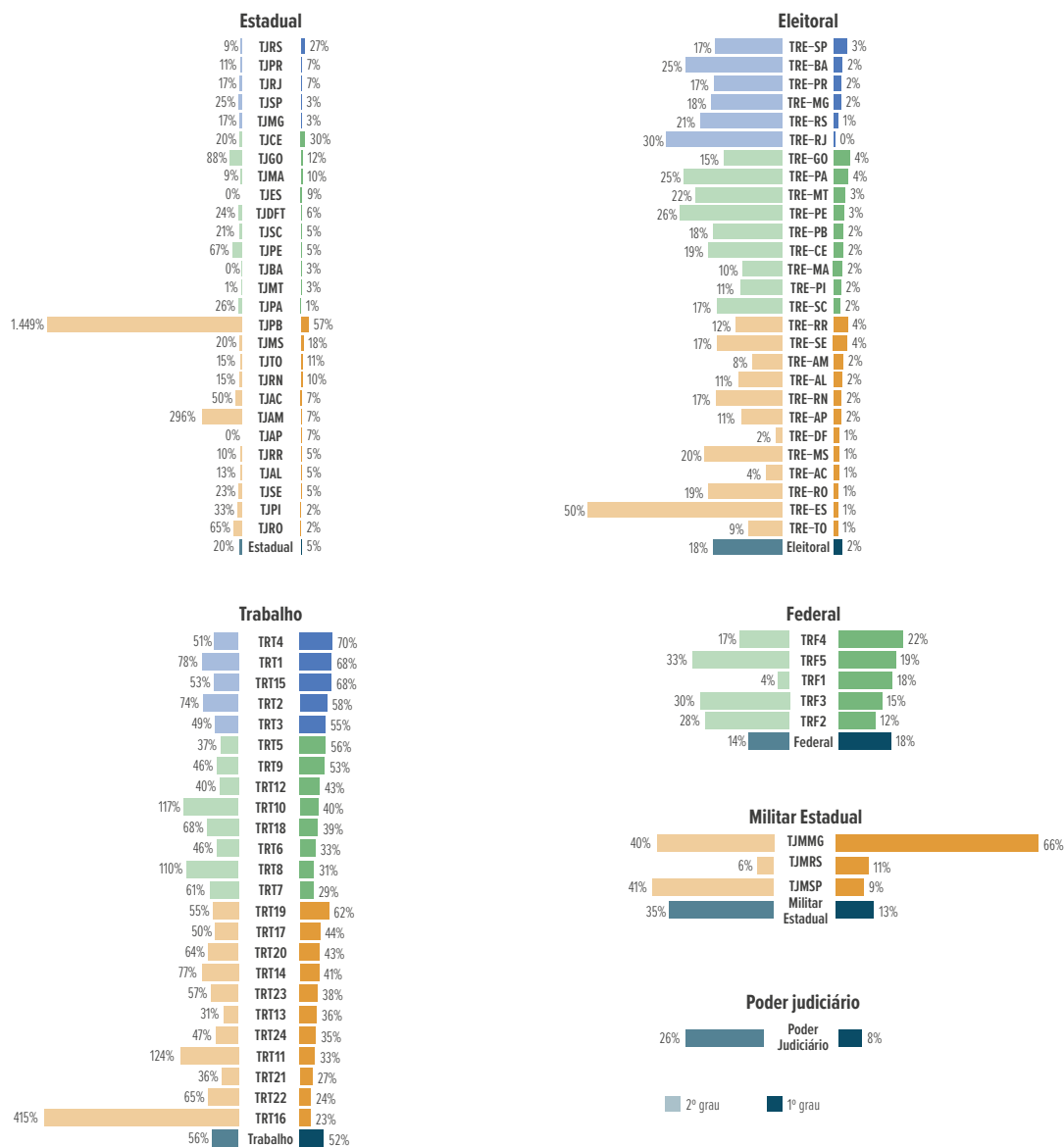
Fonte: Conselho Nacional de Justiça, 2021.

Figura 111 - Série histórica da recorribilidade externa



Fonte: Conselho Nacional de Justiça, 2021.

Figura 112 - Recorribilidade externa, por tribunal



Fonte: Conselho Nacional de Justiça, 2021.

5.3 Gargalos da execução

Esta seção se destina à análise dos processos em fase de execução, que constituem grande parte dos casos em trâmite e etapa de maior morosidade, como será visto adiante. As informações aqui apresentadas se referem unicamente ao primeiro grau (justiça comum e juizados especiais).

O Poder Judiciário contava com um acervo de 75 milhões de processos pendentes de baixa no final do ano de 2020, sendo que mais da metade desses processos (52,3%) se referia à fase de execução.

As Figuras 113 e 114 trazem as séries históricas dos casos novos, pendentes e baixados diferenciados entre processos de conhecimento e de execução. Os dados mostram que, apesar de ingressar no Poder Judiciário quase duas vezes mais casos em conhecimento do que em execução, no acervo a situação é inversa: a execução é 32,8% maior. Os casos pendentes na fase de execução apresentaram uma clara tendência de crescimento do estoque entre os anos de 2009 e 2017 e permanece quase que estável até 2019. O aspecto positivo é que o estoque de execução pendente foi reduzido em 8,6% em 2020 em relação ao ano anterior, demonstrando maior eficiência na baixa do estoque executivo (Figura 114). Já os casos pendentes na fase de conhecimento oscilam mais, tendo havido incremento do estoque em 2015 e 2016 e queda entre 2017 e 2019. Porém, em 2020 houve um incremento de 6% desse estoque em relação a 2019. Mesmo em face desse incremento, o estoque atual se encontra nos mesmos patamares de dois anos atrás.

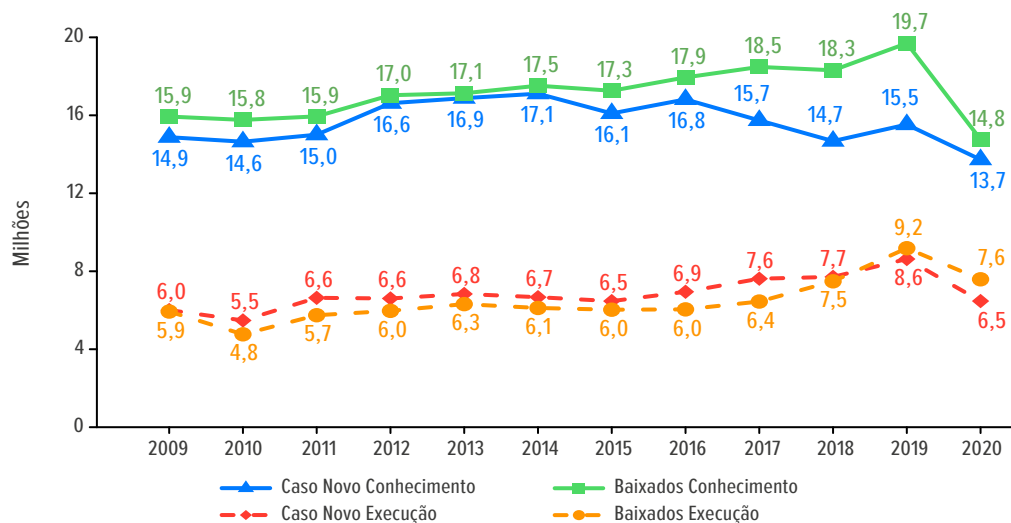
A Figura 115 apresenta os casos novos, pendentes e baixados de execução, incluindo execuções judiciais criminais (de pena privativa de liberdade e pena não privativa de liberdade), execuções judiciais não criminais e execuções de títulos executivos extrajudiciais, discriminadas entre fiscais e não fiscais.

A maior parte dos processos de execução é composta pelas execuções fiscais, que representam 68% do estoque em execução. Esses processos são os principais responsáveis pela alta taxa de congestionamento do Poder Judiciário, representando aproximadamente 36% do total de casos pendentes e congestionamento de 87% em 2020. Há de se destacar, no entanto, que há casos em que o Judiciário esgotou os meios previstos em lei e ainda assim não houve localização de patrimônio capaz de satisfazer o crédito, permanecendo o processo pendente. Ademais, as dívidas chegam ao Judiciário após esgotados os meios de cobrança administrativos, por isso a difícil recuperação.

O impacto da execução é significativo principalmente nos segmentos da Justiça Estadual, Federal e Trabalhista, correspondendo, respectivamente, a 53,9%, 49,6%, e 55,3% do acervo total de cada ramo, conforme aponta a Figura 116. Em alguns tribunais, a execução chega a consumir mais de 60% do acervo. É o caso do TJDFT, TJRJ, TJSP na Justiça Estadual; TRF3 na Justiça Federal; e TRT10, TRT13, TRT14, TRT16, TRT19, TRT2, TRT20, TRT21, TRT23, TRT7, TRT8, TRT9 na Justiça do Trabalho.

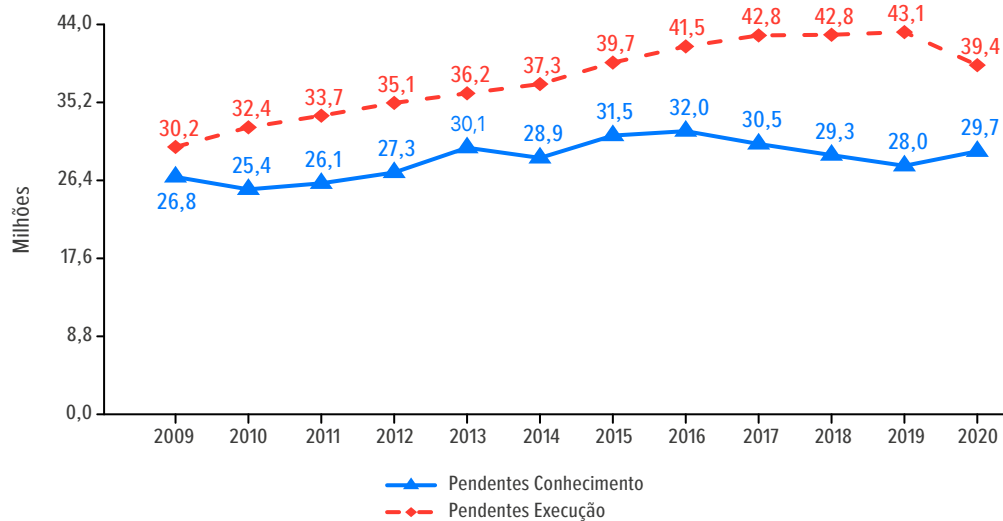
A Figura 117 demonstra a comparação da taxa de congestionamento na execução e no conhecimento de primeiro grau por tribunal e ramo de justiça. Conforme explicado em capítulos passados, quanto maior a taxa de congestionamento, menor o percentual de processos baixados em relação ao total tramitado no período. Verifica-se que a taxa na execução supera a do conhecimento na maioria dos casos. A maior taxa na execução de cada segmento está no TJAM, com congestionamento de 93,5% na execução e 70,6% no conhecimento, e TJSP, com 93% na execução e 68% na fase de conhecimento; TRF3, congestionamento de 92,7% na execução e 63,8% no conhecimento, e TRF1, com 92% na execução e 64% na fase de conhecimento; TRT19, congestionamento de 82,1% na execução e 46,2% no conhecimento, TRT2 com 81% de execução e 45% de conhecimento, e TRT10, com 81% na execução e 48% no conhecimento.

Figura 113 - Série histórica dos casos novos e baixados nas fases de conhecimento e execução



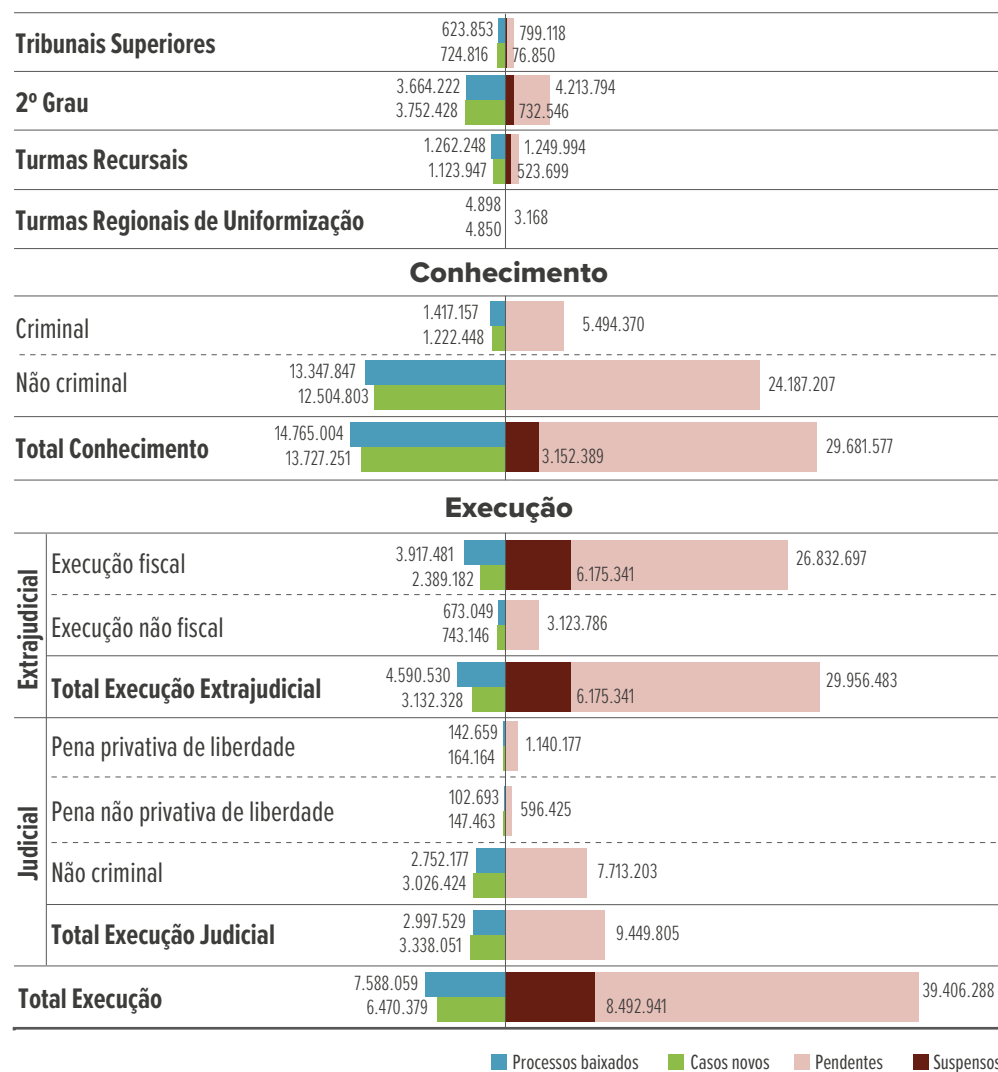
Fonte: Conselho Nacional de Justiça, 2021.

Figura 114 - Série histórica dos casos pendentes nas fases de conhecimento e execução



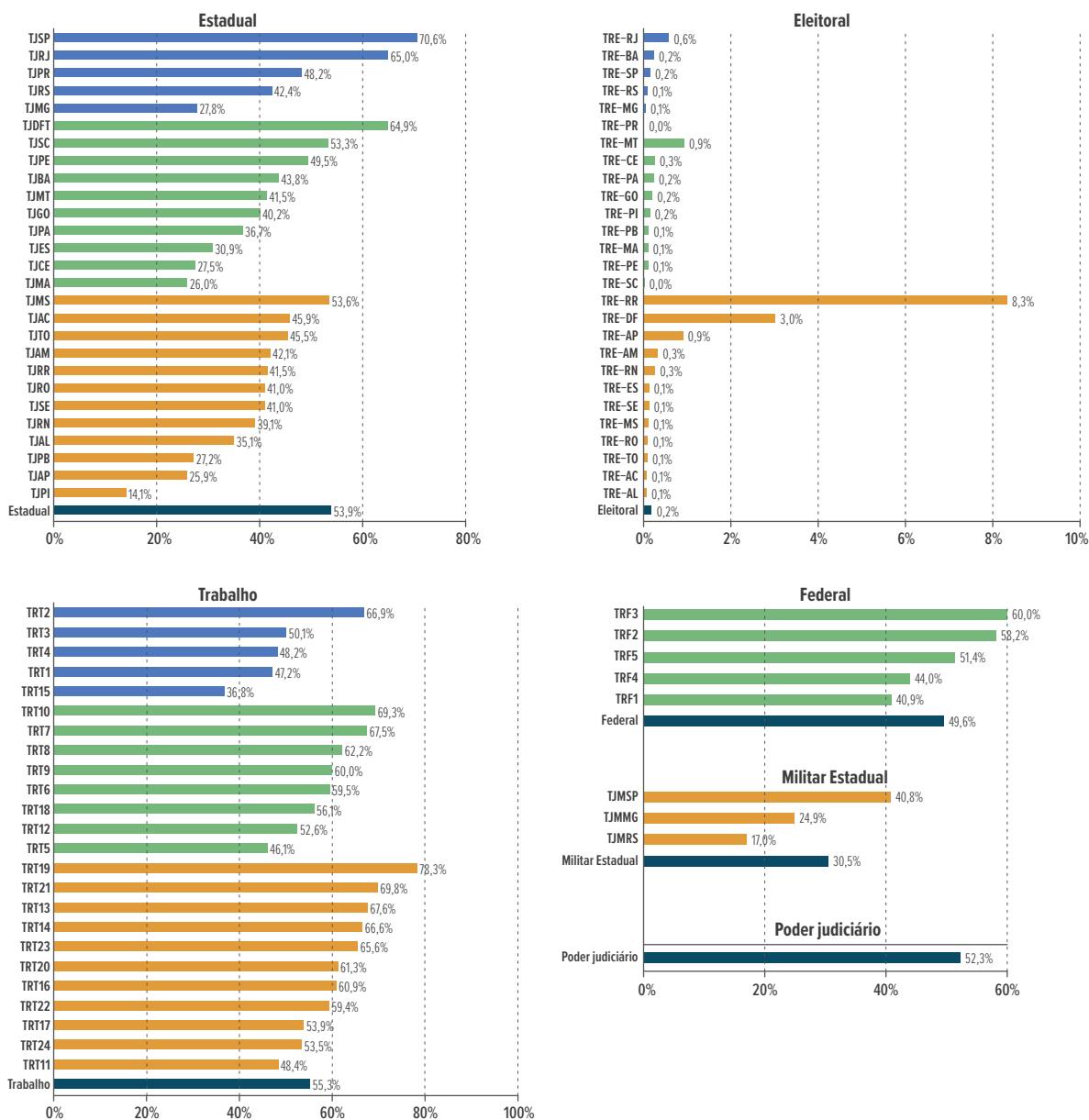
Fonte: Conselho Nacional de Justiça, 2021.

Figura 115 - Dados processuais do Poder Judiciário



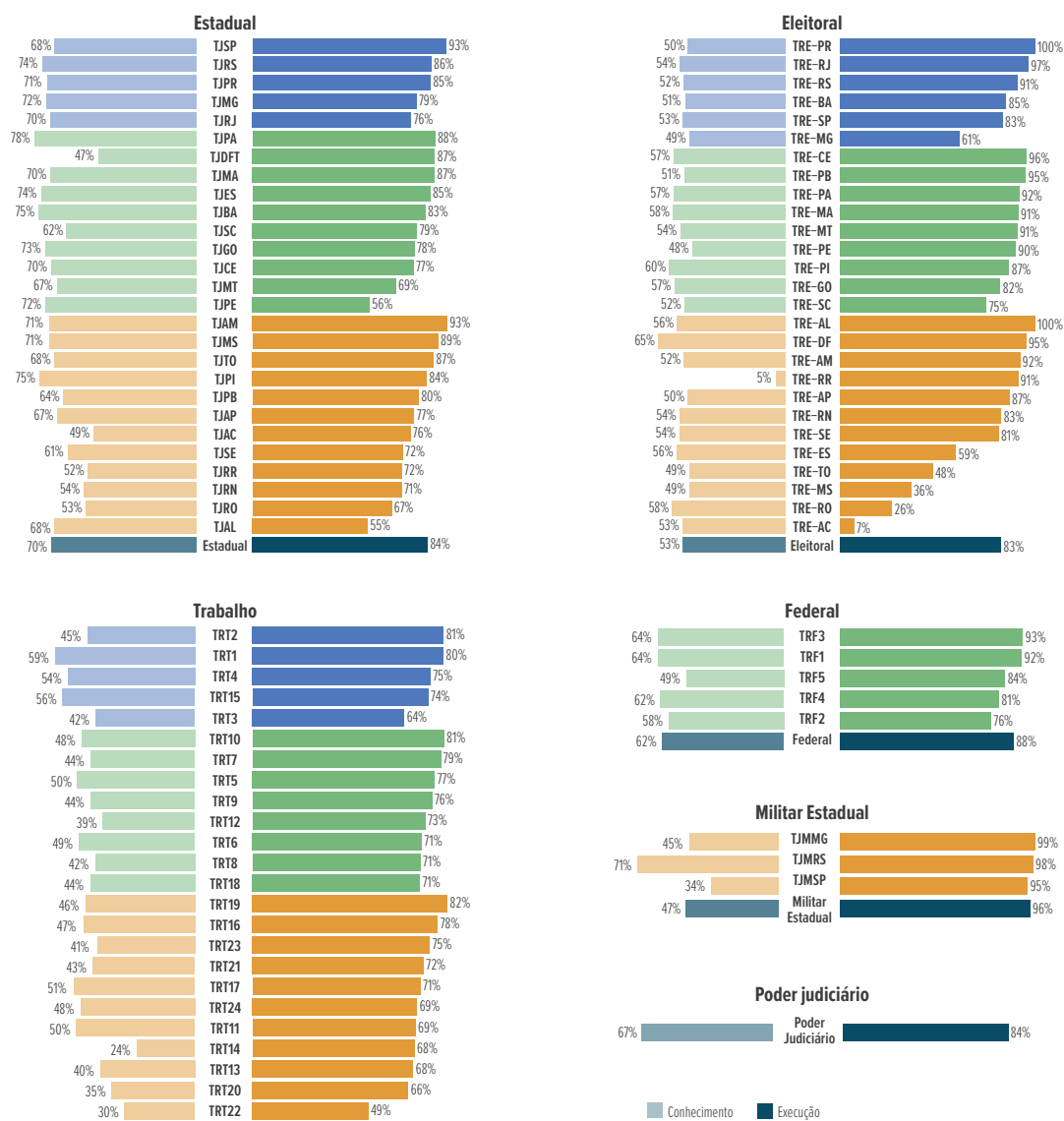
Fonte: Conselho Nacional de Justiça, 2021.

Figura 116 - Percentual de casos pendentes de execução em relação ao estoque total de processos, por tribunal



Fonte: Conselho Nacional de Justiça, 2021.

Figura 117 - Taxa de congestionamento nas fases de execução e conhecimento, na primeira instância, por tribunal



Fonte: Conselho Nacional de Justiça, 2021.

Detalhando as taxas de congestionamento no conhecimento e na execução no primeiro grau, constata-se que, entre as segmentações apresentadas na Tabela 5, a taxa de congestionamento na fase de conhecimento não criminal (casos cíveis, atos infracionais, empresariais, etc.) é a de menor congestionamento — destaca-se que esta também é a de maior demanda. Na execução fiscal está a segunda maior taxa de congestionamento e, por isso, a próxima seção detalha os dados dos processos de tal natureza.

É importante esclarecer que a taxa de congestionamento na execução penal deve ser lida com cautela, pois os altos valores alcançados não caracterizam baixa eficiência do Poder Judiciário, significam tão somente que as execuções estão sendo cumpridas, uma vez que, enquanto a pena do condenado estiver em execução, o processo deve permanecer no acervo. Dessa forma, a taxa de congestionamento dessa fase não pode ser avaliada como um indicador de desempenho. Cumpre informar, ainda, que o número de processos em execução penal difere do total de presos, já que um mesmo indivíduo pode ser réu em mais de um processo, assim como um mesmo processo pode ter mais de um réu preso.

Tabela 5 - Taxa de congestionamento por tipo de processo, ano 2020

CLASSIFICAÇÃO	TAXA DE CONGESTIONAMENTO
Conhecimento Criminal	79,5%
Conhecimento Não-Criminal	64,4%
Total Conhecimento	66,8%
Execução Fiscal	87,3%
Execução Extrajudicial não fiscal	87,3%
Execução Judicial Não-Criminal	73,7%
Execução Penal Não-Privativa de Liberdade	59,3%
Execução Penal Privativa de Liberdade	88,9%
Total Execução	83,9%
Total Geral	73%

Fonte: Conselho Nacional de Justiça, 2021.

5.3.1 Execuções fiscais

Historicamente as execuções fiscais têm sido apontadas como o principal fator de morosidade do Poder Judiciário. O processo de execução fiscal chega ao Poder Judiciário depois que as tentativas de recuperação do crédito tributário se frustraram na via administrativa, provocando sua inscrição na dívida ativa. Dessa forma, o processo judicial acaba por repetir etapas e providências de localização do devedor ou patrimônio capaz de satisfazer o crédito tributário já adotadas, sem sucesso, pela administração fazendária ou pelo conselho de fiscalização profissional. Acabam chegando ao Judiciário títulos de dívidas já cobradas por outras vias e, por consequência, com menor probabilidade de recuperação.

Os processos de execução fiscal representam, aproximadamente, 36% do total de casos pendentes e 68% das execuções pendentes no Poder Judiciário, com taxa de congestionamento de 87%. Ou seja, de cada cem processos de execução fiscal que tramitaram no ano de 2020, apenas 13 foram baixados. Desconsiderando esses processos, a taxa de congestionamento do Poder Judiciário cairia em 6,1 pontos percentuais, passando de 73% para 66,9% em 2020.

O maior impacto das execuções fiscais está na Justiça Estadual, que concentra 83% dos processos. A Justiça Federal responde por 17%; a Justiça do Trabalho por 0,27% e a Justiça Eleitoral, por apenas 0,01%.

Da mesma forma, o efeito desses processos nos acervos é mais significativo na Justiça Federal e Estadual. Na Justiça Federal, os processos de execução fiscal correspondem a 46% do seu acervo total de primeiro grau (conhecimento e execução); na Justiça Estadual, a 40%; na Justiça do Trabalho, a 2%.

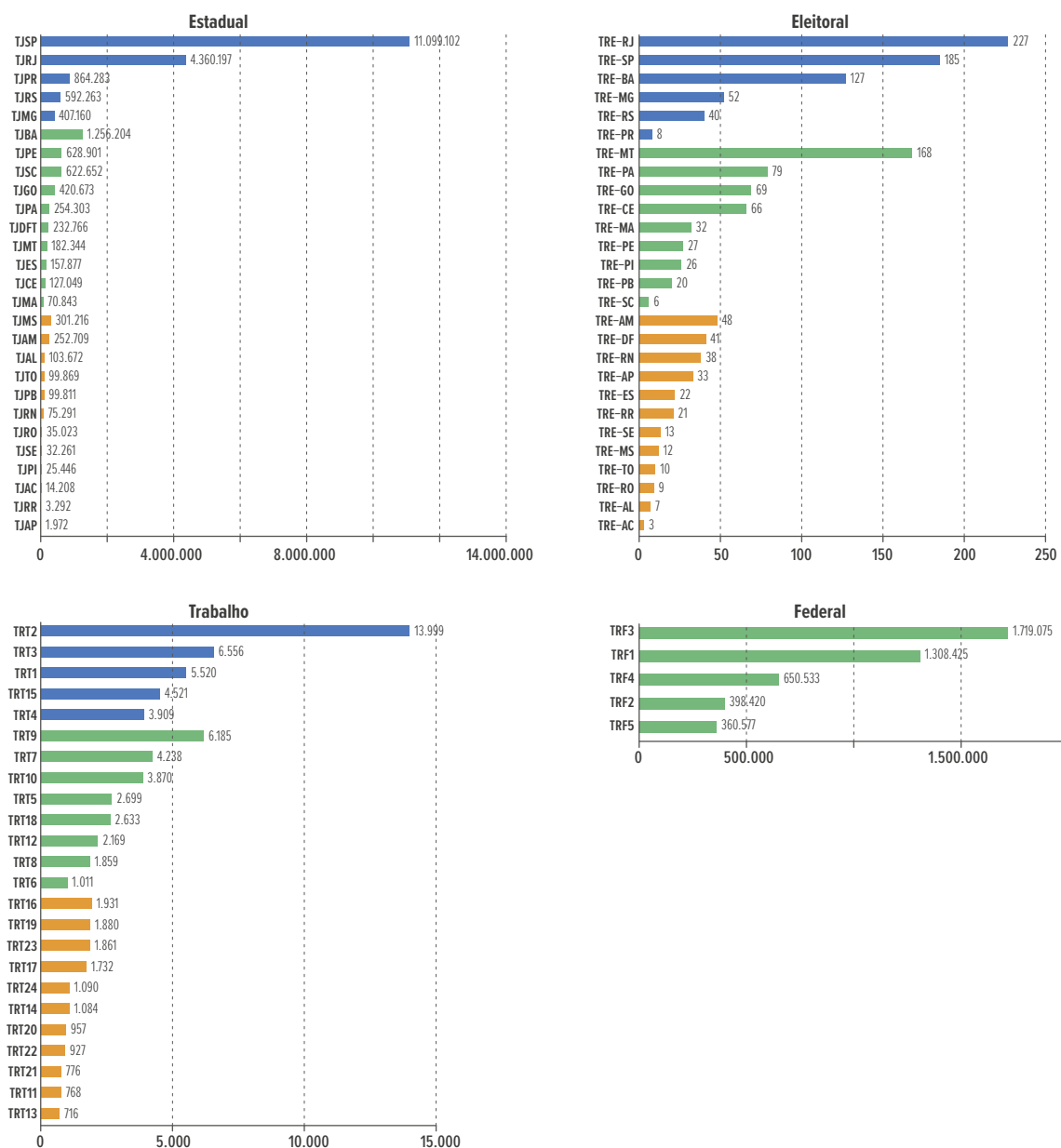
Apesar de as execuções fiscais representarem cerca de 38% do acervo de primeiro grau na Justiça Estadual, verifica-se, na Figura 119, que somente dois tribunais possuem percentual superior a essa média: TJSP (58,5%) e TJRJ (56,2%), mas, por representarem tribunais de grande porte, sobem a média do segmento estadual, pois apenas no TJSP são 11 milhões de execuções fiscais pendentes (Figura 118). Na Justiça Federal, com média de 46% de execuções pendentes em relação ao acervo de ações pendentes, dois apresentam índice maior que a média: TRF3 com 57% e TRF2 com 50%.

A maior taxa de congestionamento de execução fiscal está na Justiça Federal (93%), seguida da Justiça Estadual (86%) e da Justiça do Trabalho (88%). A menor é a da Justiça Eleitoral (83%), em que pese haja tribunais com 100% (TRE-PR e TRE-AL), conforme se verifica na Figura 122. Na Justiça Estadual, destaca-se o TJAM com 99%, o TJDFT com 98% e o TJSP com 96%.

Assim como verificado no total de casos pendentes, houve redução dos processos pendentes de execução fiscal pelo terceiro ano consecutivo (-11,2%), representando a maior redução histórica dentro da série temporal. Os casos novos também reduziram no último ano (-21,9%). Mesmo com a redução do acervo, a taxa de congestionamento aumentou em 0,4 ponto percentual em 2020 (Figura 121), em razão da redução também do total de baixados na execução fiscal (-14,2%). Porém, o aumento maior ocorreu ao desconsiderar as execuções fiscais, significando que os outros processos ensejaram o aumento da taxa de congestionamento, e não tanto a execução fiscal. O tempo de giro do acervo desses processos é de 6 anos e 10 meses, ou seja, mesmo que o Judiciário

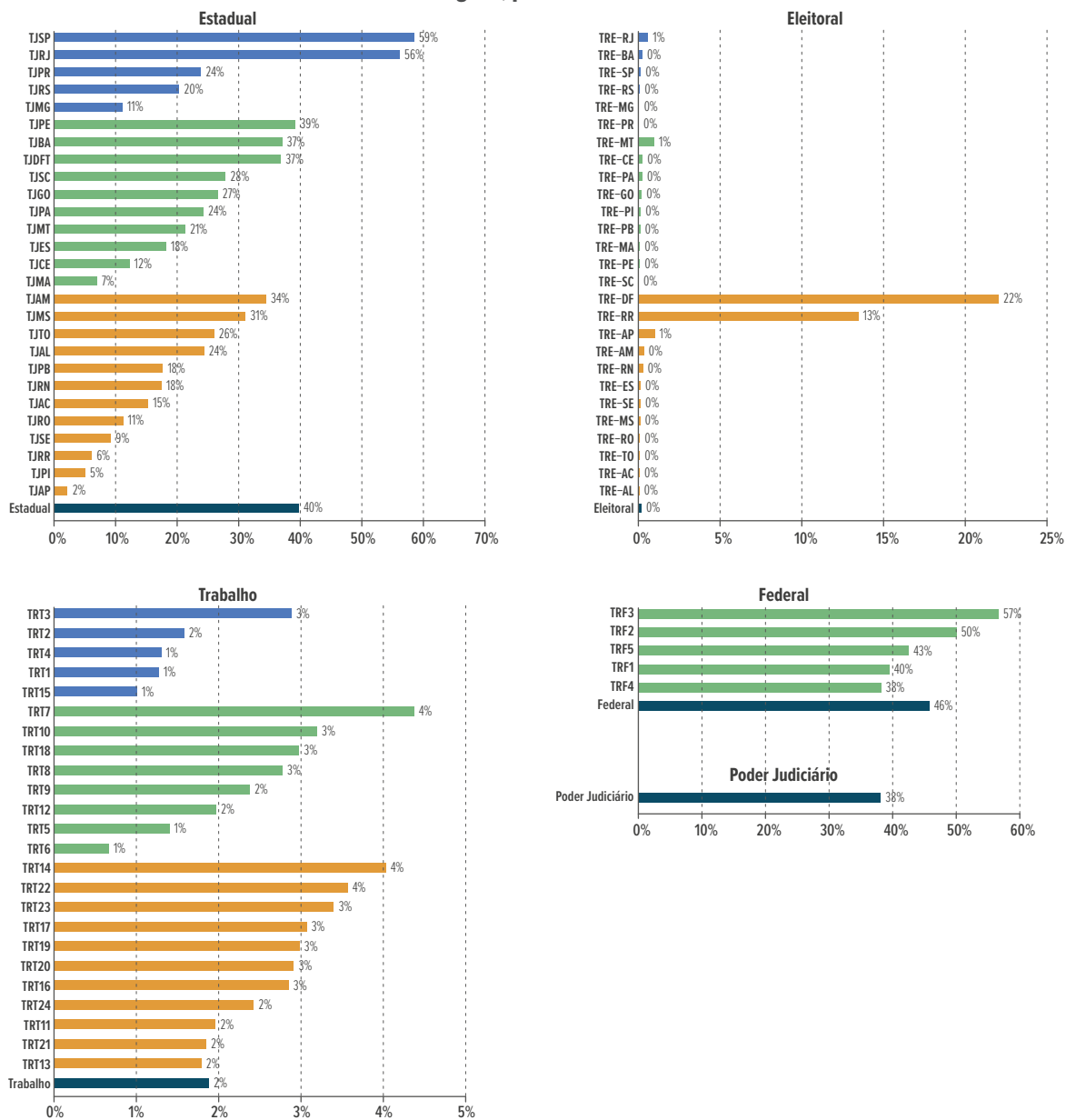
parasse de receber novas execuções fiscais, ainda seria necessário todo esse tempo para liquidar o acervo existente.

Figura 118 - Total de execuções fiscais pendentes, por tribunal



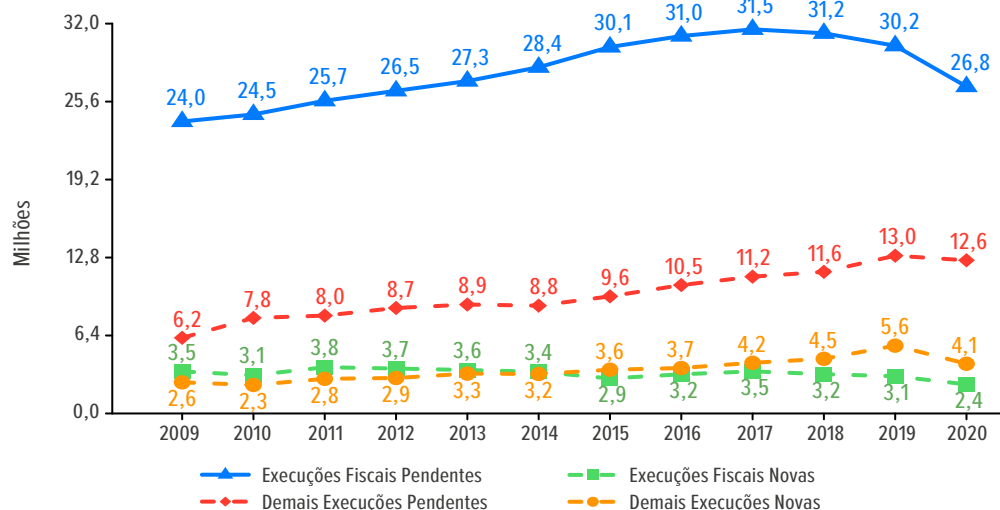
Fonte: Conselho Nacional de Justiça, 2021.

Figura 119 - Total de execuções fiscais pendentes em relação ao total de processos pendentes no primeiro grau, por tribunal



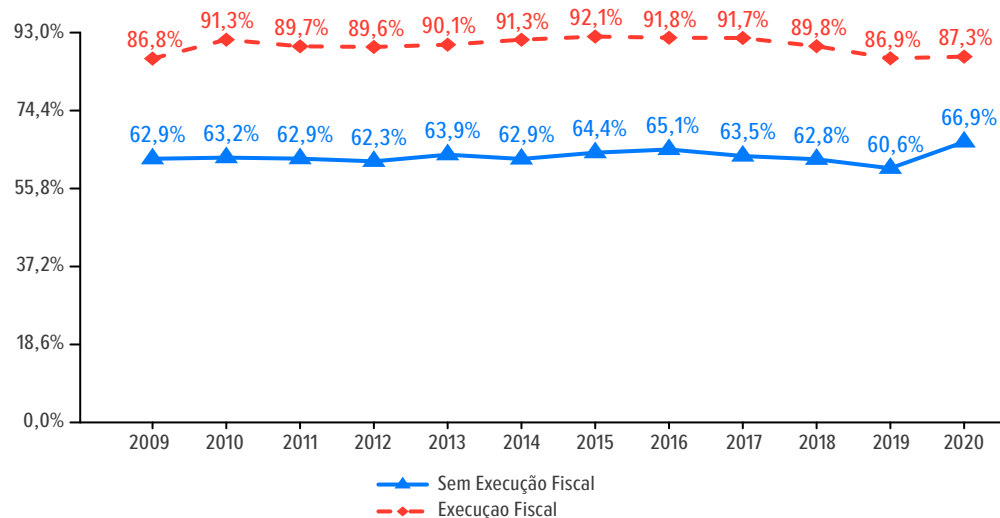
Fonte: Conselho Nacional de Justiça, 2021.

Figura 120 - Série histórica do impacto da execução fiscal nos processos novos e pendentes



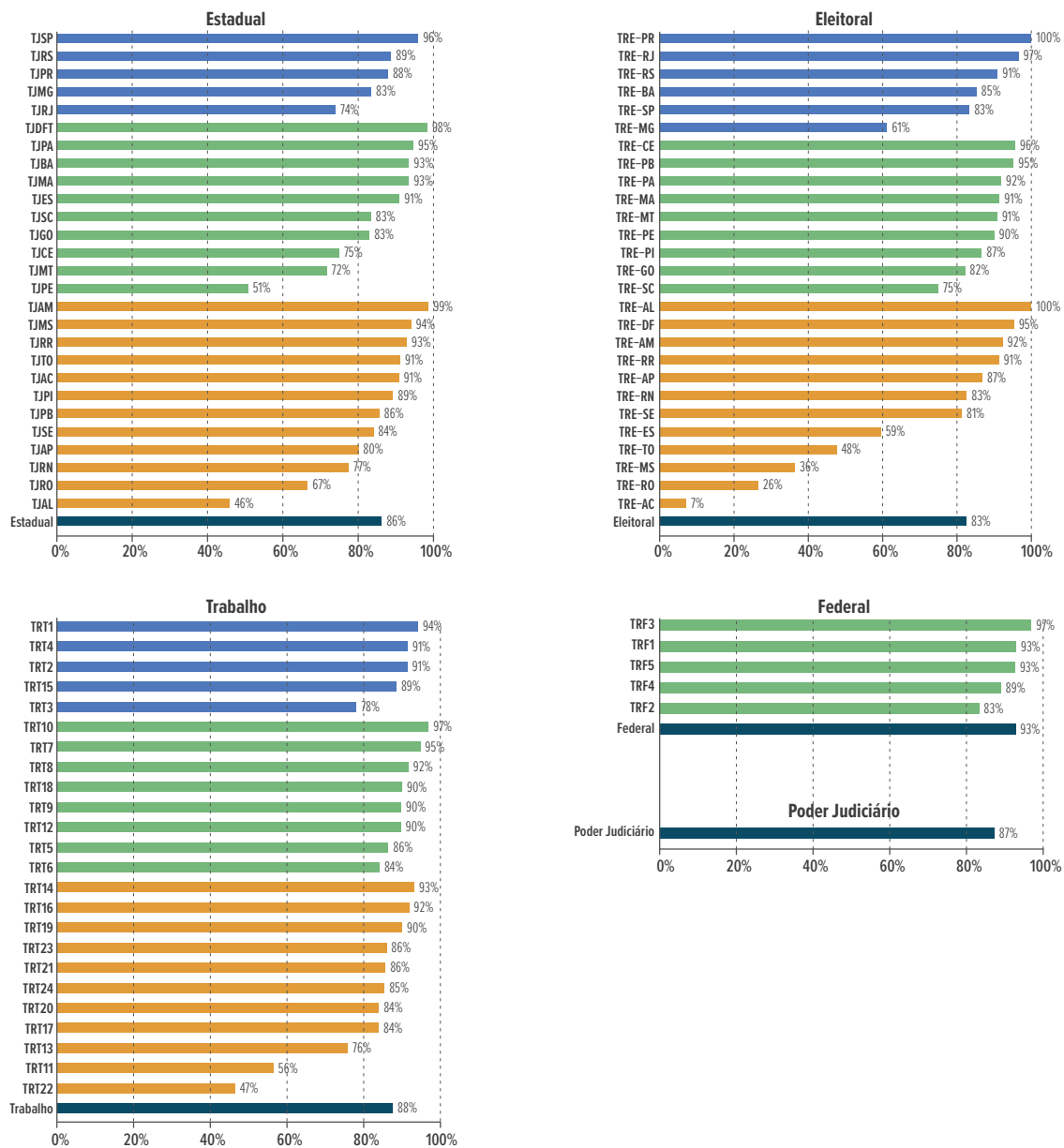
Fonte: Conselho Nacional de Justiça, 2021.

Figura 121 - Série histórica do efeito da execução fiscal na taxa de congestionamento total



Fonte: Conselho Nacional de Justiça, 2021.

Figura 122 - Taxa de congestionamento na execução fiscal, por tribunal



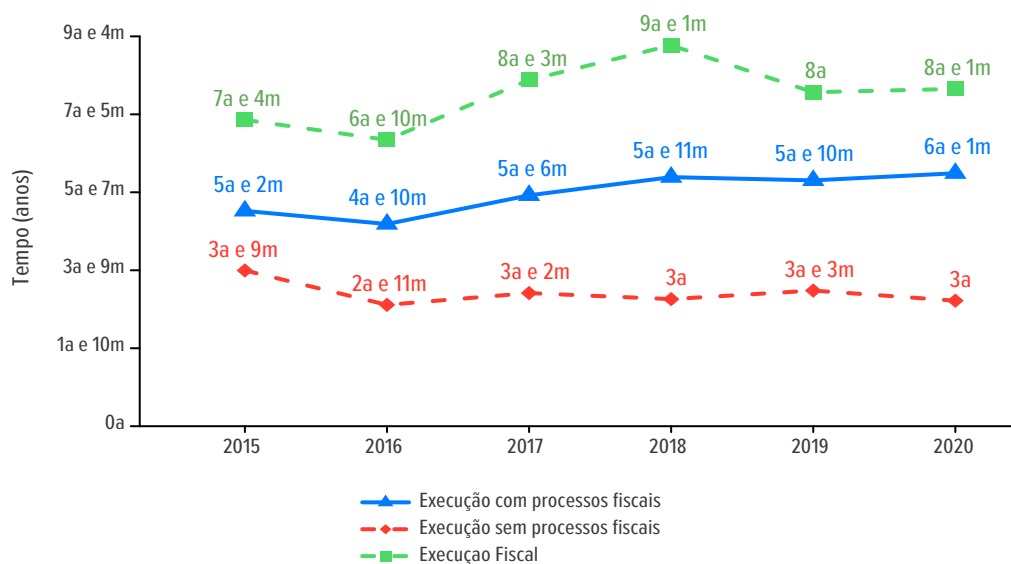
Fonte: Conselho Nacional de Justiça, 2021.

O tempo médio de tramitação do processo de execução fiscal baixado no Poder Judiciário é de 8 anos e 1 mês. Verifica-se, na Figura 123, que houve aumento no tempo de baixa em relação ao ano anterior, mas ainda em nível melhor do que de 2018.

Ao desconsiderar os processos de execução fiscal, o tempo médio de tramitação do processo baixado na fase de execução passaria de 6 anos e 1 mês para 3 anos, considerando o ano de 2020 (Figura 123). Houve redução do tempo de tramitação das execuções, quando desconsideradas as execuções fiscais.

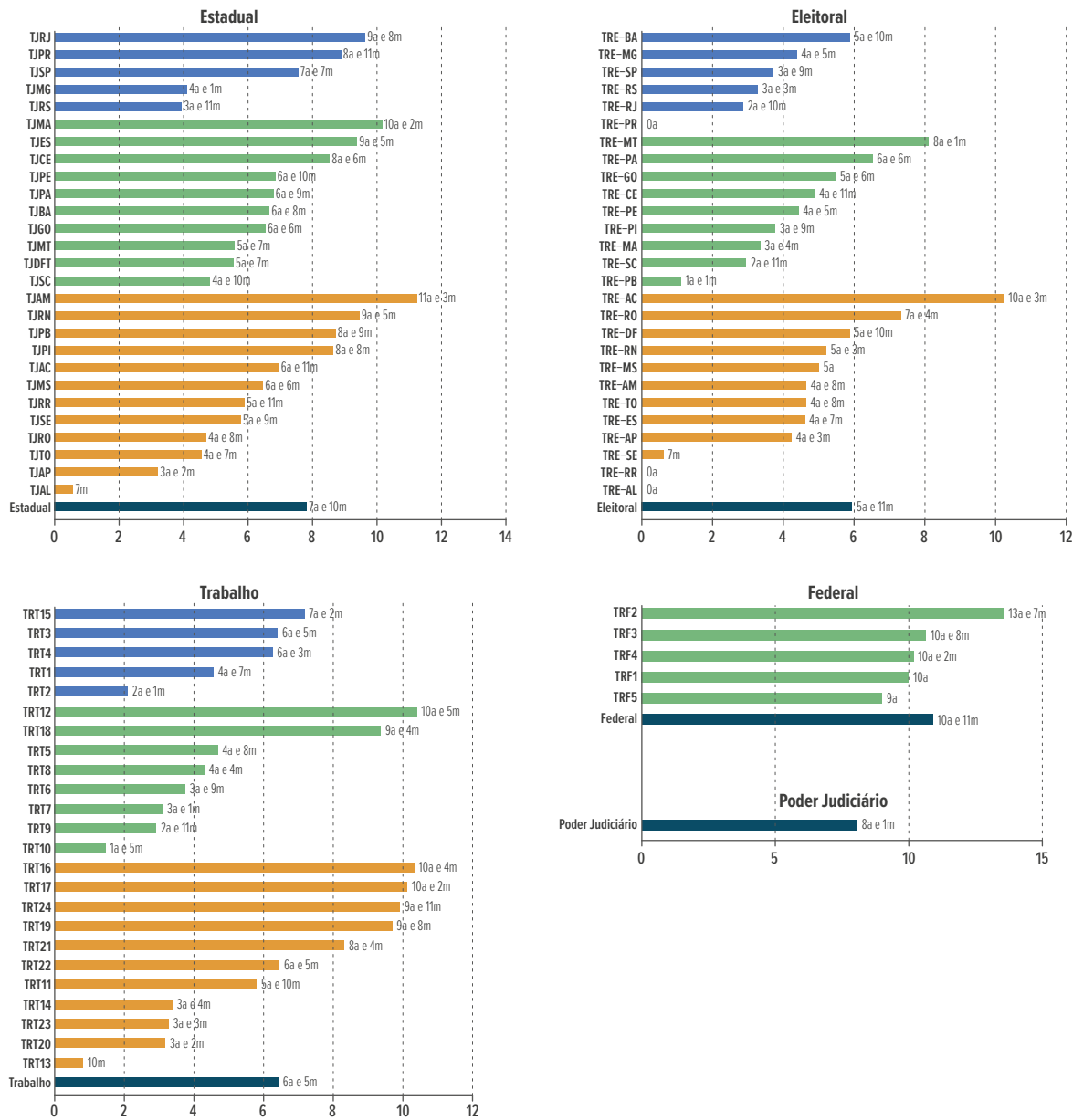
Os Tribunais da Justiça Federal apresentam os maiores tempos de tramitação dos processos de execução fiscal, em média 10 anos e 11 meses (Figura 124). A Justiça Estadual leva em média 7 anos e 10 meses para baixar um processo de execução fiscal, enquanto a Justiça do Trabalho 6 anos e 5 meses e a Justiça Eleitoral 5 anos e 11 meses.

Figura 123 - Série histórica do efeito da execução fiscal no tempo de tramitação do processo baixado na fase de execução



Fonte: Conselho Nacional de Justiça, 2021.

Figura 124 - Tempo de tramitação do processo baixado na execução fiscal, por tribunal



Fonte: Conselho Nacional de Justiça, 2021.

5.3.2 Índices de produtividade nas fases de conhecimento e execução

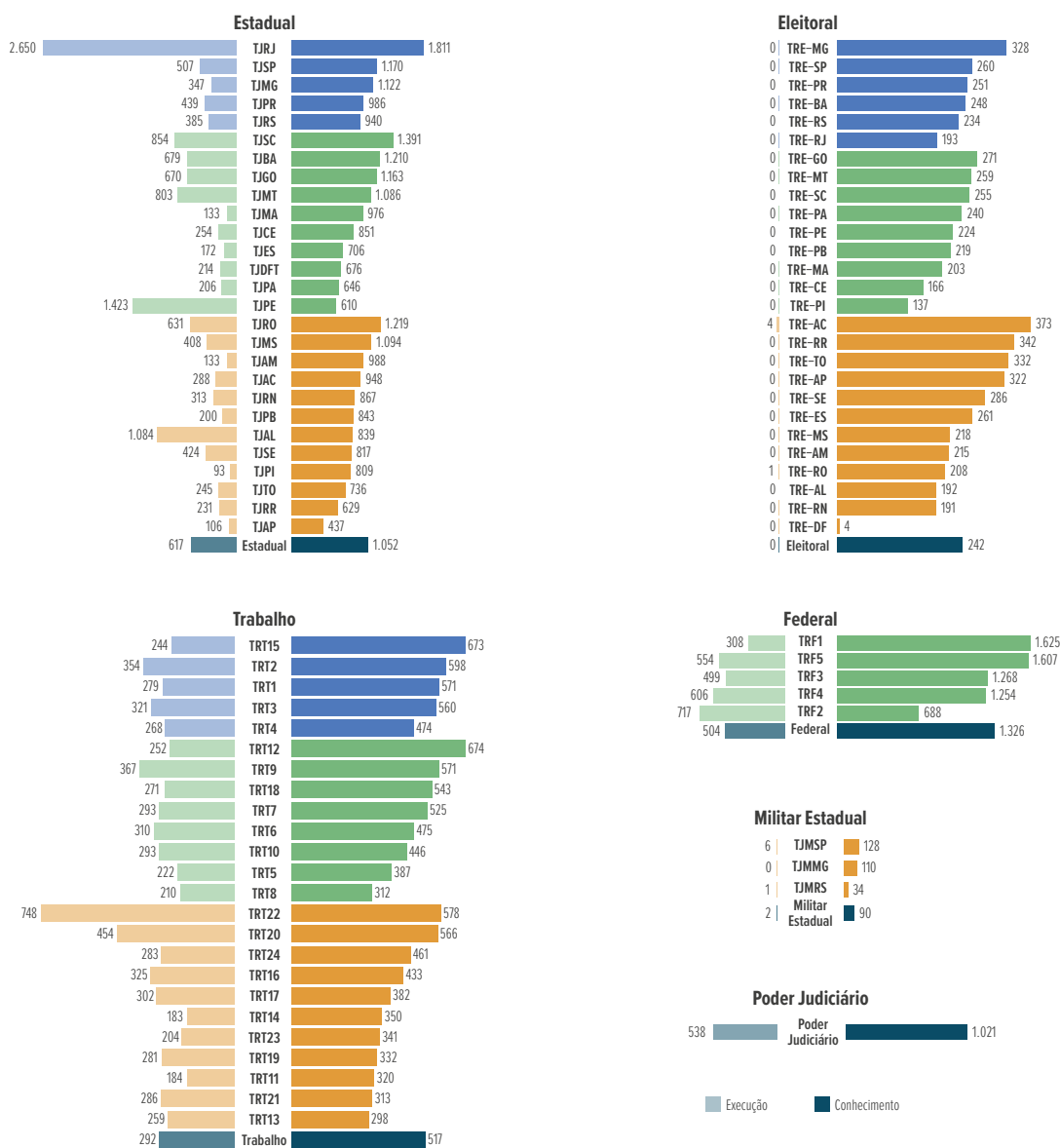
Este tópico destina-se à comparação de indicadores de produtividade entre as fases de conhecimento e de execução no primeiro grau, considerando apenas as varas e os juizados especiais, excluídas as turmas recursais.

Como o(a) mesmo(a) magistrado(a) pode atuar no processo tanto na fase de conhecimento quanto na de execução, não é possível calcular a real produtividade em cada fase. A produtividade na fase de conhecimento corresponde ao total de processos baixados nessa fase em relação ao total de magistrados(as) de primeiro grau; e a produtividade na fase de execução diz respeito ao número de processos baixados nessa fase em relação aos(as) mesmos(as) magistrados(as) de primeiro grau. Dessa forma, o indicador total sempre corresponderá à soma das duas fases.

Verifica-se que o quantitativo de processos baixados é sempre maior na fase de conhecimento do que na de execução, tanto na série histórica (Figura 126) quanto por tribunal (Figura 125). O IPM e o IPS-Jud na fase de conhecimento equivalem a mais que o dobro do valor desses indicadores na fase de execução. Apenas quatro tribunais apresentam situação inversa, com maior produtividade de servidores da área judiciária na fase de execução: TJRJ, TJPE, TJAL e TRT22 (Figura 128).

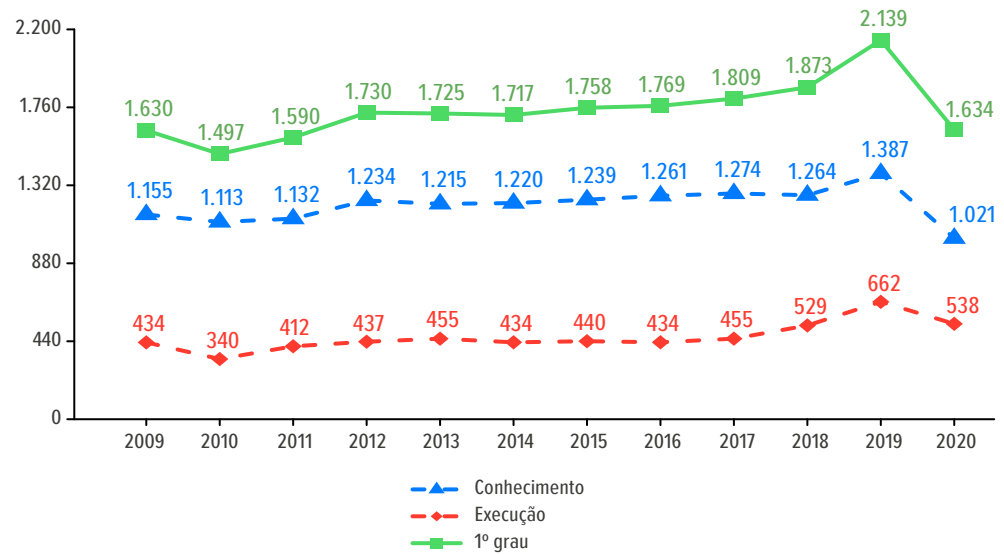
As séries históricas do IPM e IPS-Jud, respectivamente representadas nas Figuras 126 e 119, mostram que a queda na produtividade de 2020 se deu de forma mais acentuada entre os casos de conhecimento do que entre as execuções.

Figura 125 - Índice de produtividade do(a) magistrado(a) nas fases de execução e conhecimento, no primeiro grau, por tribunal



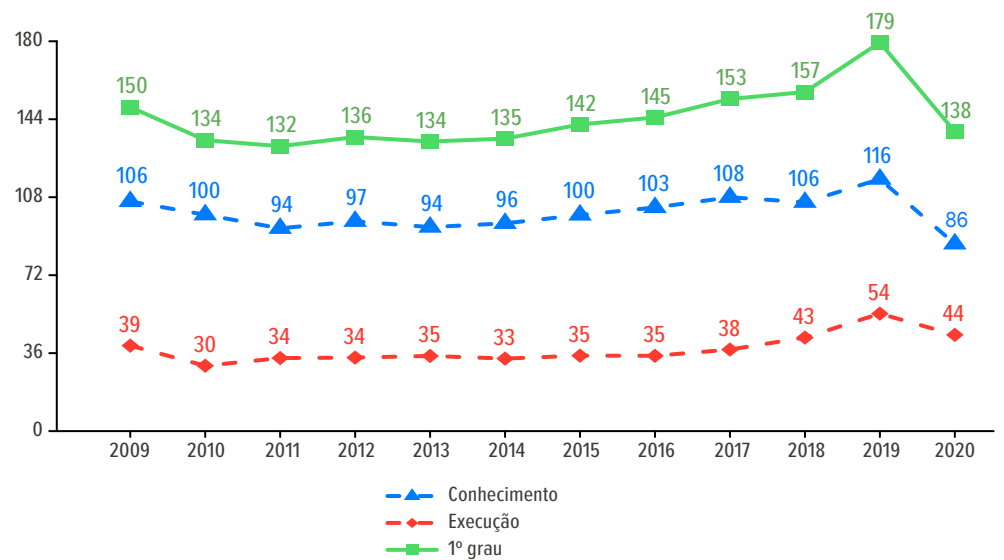
Fonte: Conselho Nacional de Justiça, 2021.

Figura 126 - Série histórica do Índice de Produtividade dos Magistrados (IPM)



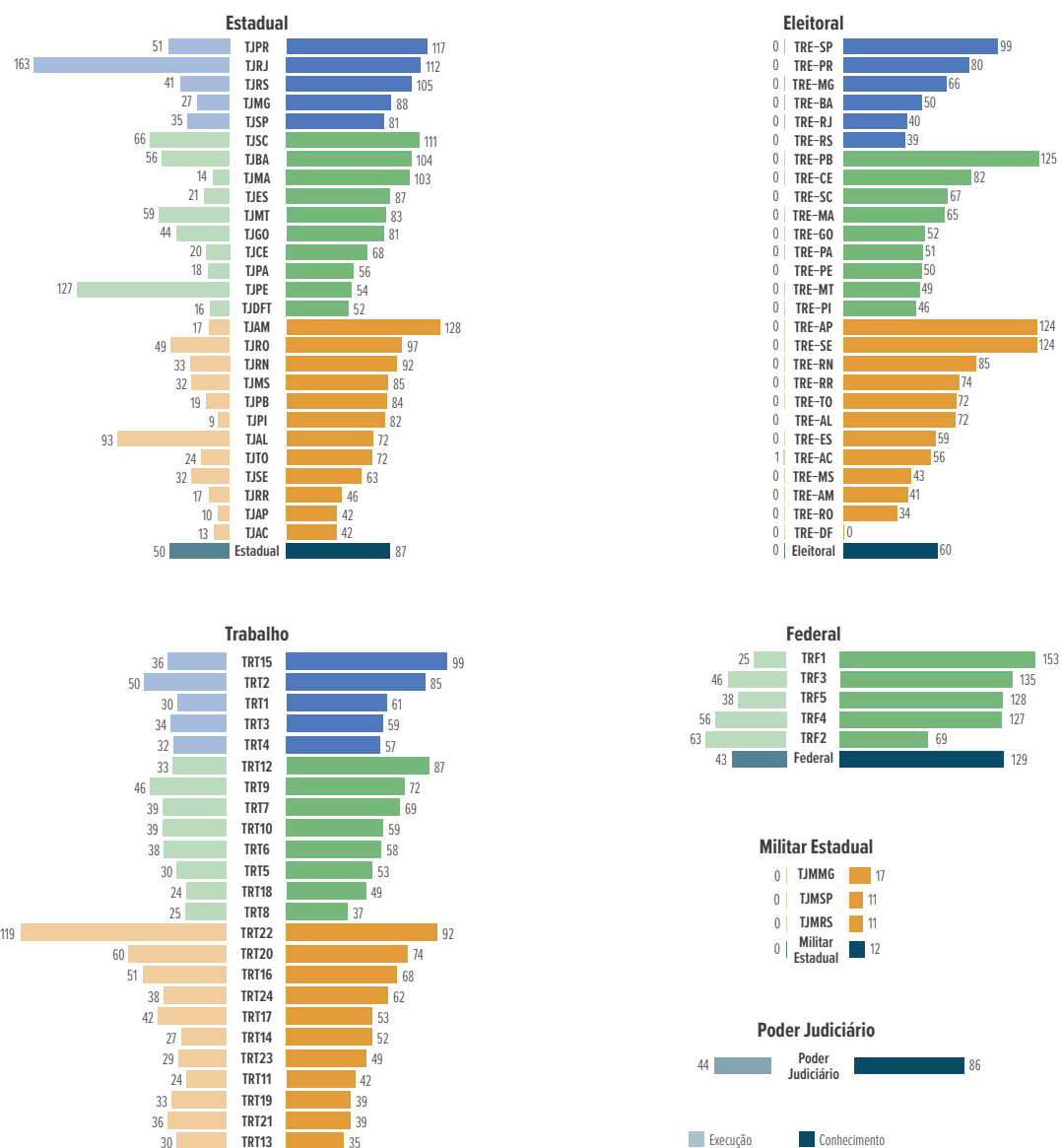
Fonte: Conselho Nacional de Justiça, 2021.

Figura 127 - Série histórica do Índice de Produtividade dos Servidores da Área Judiciária (IP-S-Jud)



Fonte: Conselho Nacional de Justiça, 2021.

Figura 128 - Índice de produtividade do(a) servidor(a) da área judiciária nas fases de execução e conhecimento, no primeiro grau, por tribunal



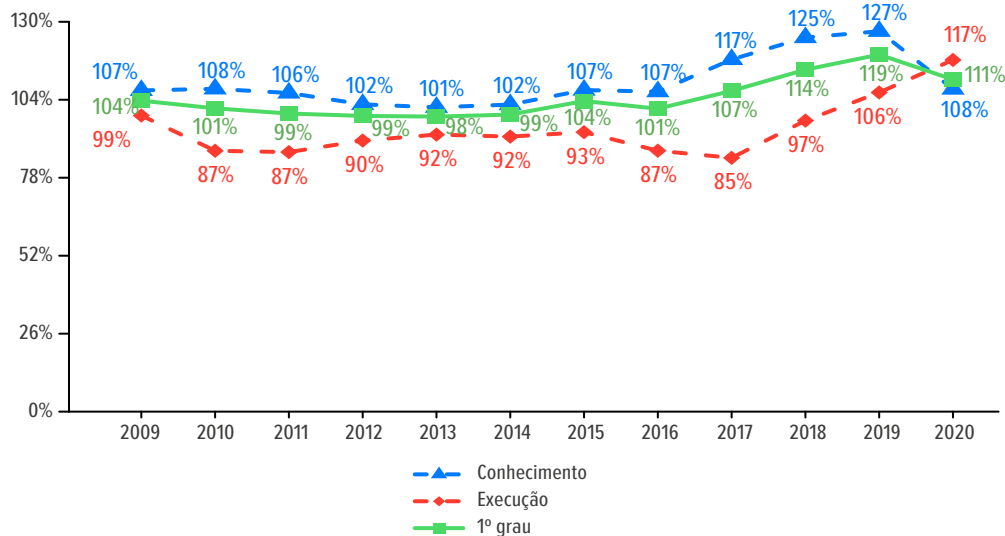
Fonte: Conselho Nacional de Justiça, 2021.

5.3.3 Indicadores de desempenho nas fases de conhecimento e execução

Neste tópico são comparados os indicadores de desempenho entre as fases de conhecimento e de execução no primeiro grau, considerando a Taxa de Congestionamento e o Índice de Atendimento à Demanda.

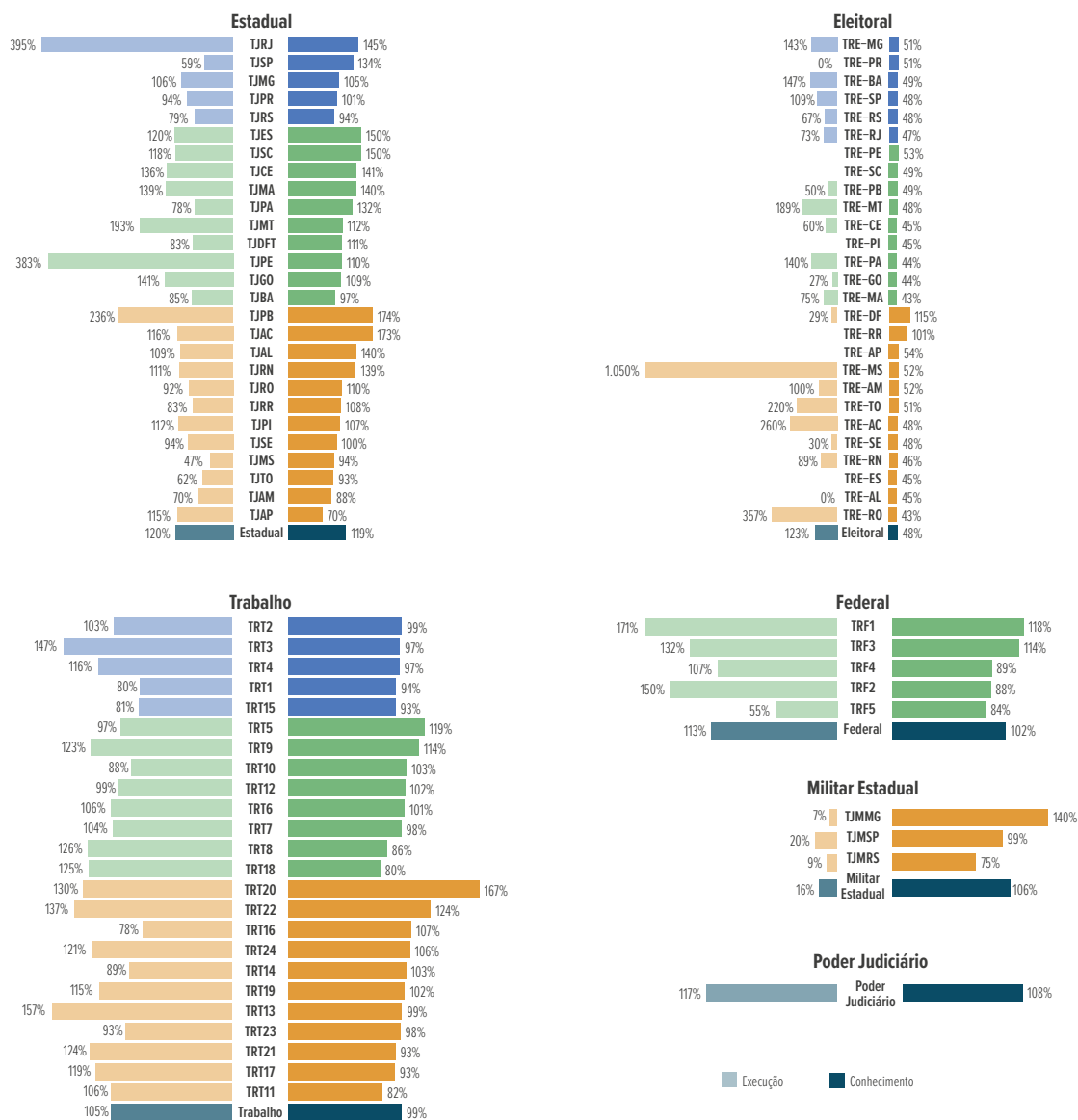
A Figura 129 mostra que o índice de atendimento à demanda na fase de conhecimento é superior a 100% ao longo de toda a série histórica e obteve redução significativa em 2020, atingindo valor equivalente ao ano de 2016. Na fase de execução, porém, o IAD superou pela primeira vez na série histórica o índice da fase de conhecimento. Houve significativo avanço em 2020, passando de 106,4% para 117,3%, o maior nível histórico da série temporal de 11 anos. Esse fator propiciou a redução verificada nos casos pendentes de execução, uma vez que o quantitativo de processos baixados foi superior ao montante de casos novos. Os indicadores por tribunal podem ser visualizados na Figura 130.

Figura 129 - Série histórica do índice de atendimento à demanda



Fonte: Conselho Nacional de Justiça, 2021.

Figura 130 - Índice de atendimento à demanda nas fases de execução e conhecimento, no primeiro grau, por tribunal



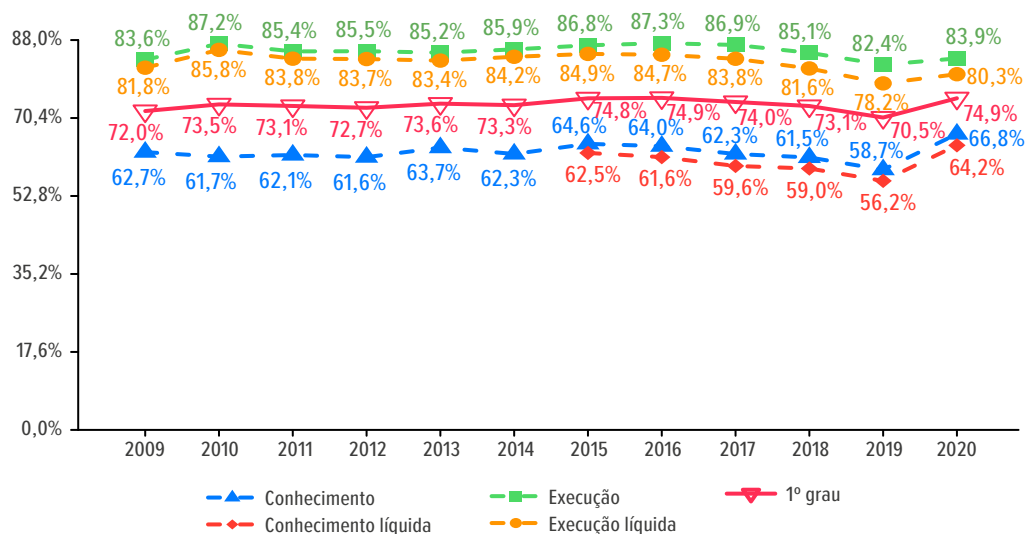
Fonte: Conselho Nacional de Justiça, 2021.

A série histórica da taxa de congestionamento apresentada na Figura 131 aponta para valores relativamente estáveis ao longo dos anos, com aumentos em 2020. Na fase de conhecimento, a taxa de congestionamento do primeiro grau do Judiciário subiu em relação a 2019, ficando em 67%. Retirando também os processos suspensos, sobrestados e em arquivo provisório, a taxa líquida de congestionamento chegaria a

64% na fase de conhecimento. A taxa de congestionamento na execução se manteve relativamente estável, com leve incremento na taxa bruta e líquida.

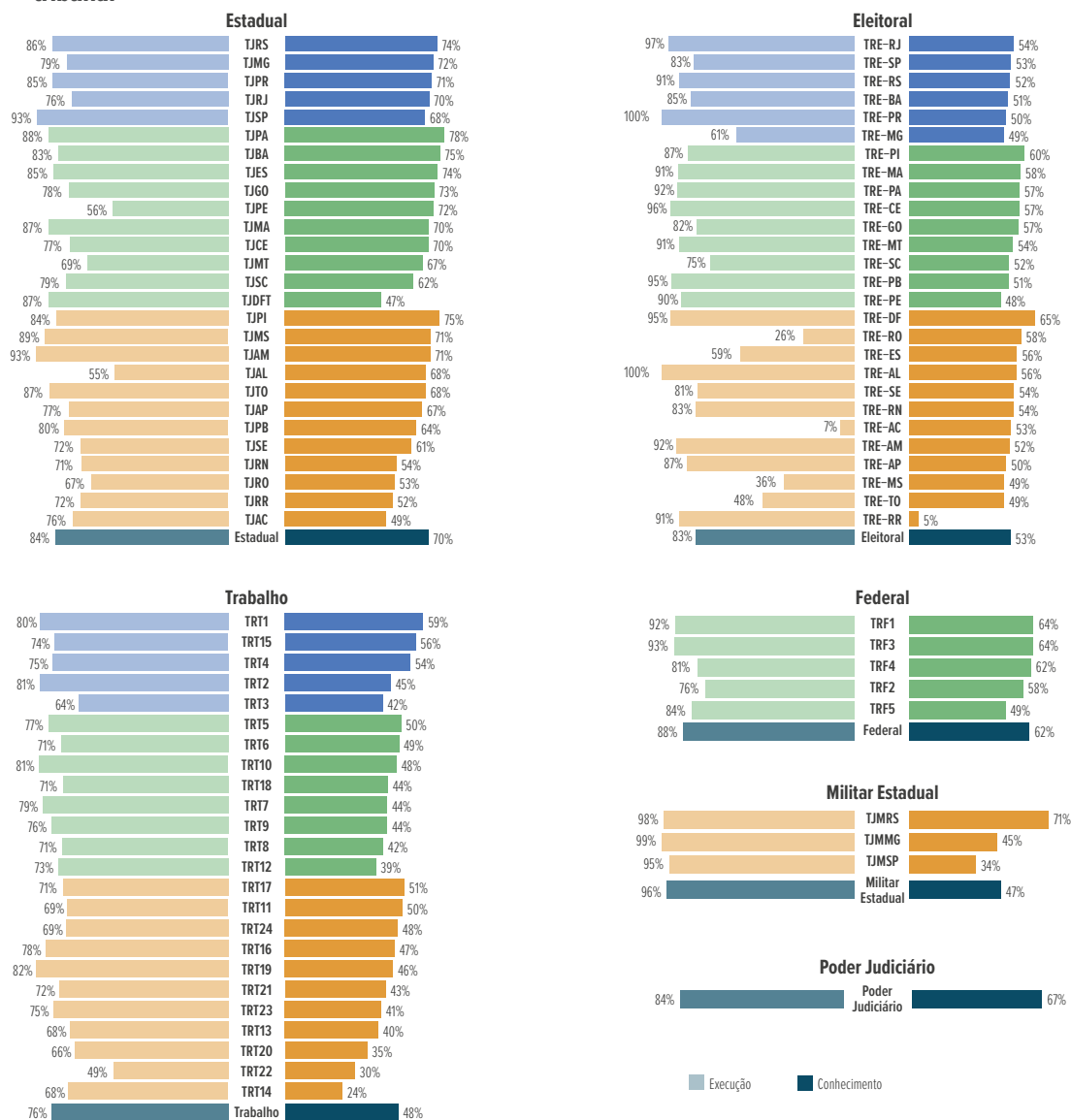
Conforme Figura 132, em todos os segmentos de justiça, a taxa de congestionamento da fase de execução supera a da fase de conhecimento, com uma diferença que chega a 17 pontos percentuais no total e que varia bastante por tribunal. Desconsideradas as justiças Eleitoral e Militar Estadual, as maiores diferenças estão, na Justiça Estadual, no TJDFT (41 pontos percentuais de diferença, com 47% no conhecimento e 87% na execução); na Justiça Federal, no TRF da 5ª Região (34 pontos percentuais de diferença, com 49% no conhecimento e 84% na execução); e na Justiça do Trabalho, no TRT14 (44 pontos percentuais de diferença, com 24% no conhecimento e 68% na execução). Apenas dois tribunais apresentam situação inversa, com maior congestionamento no conhecimento: TJPE e TJAL.

Figura 131 - Série histórica da taxa de congestionamento



Fonte: Conselho Nacional de Justiça, 2021.

Figura 132 - Taxa de congestionamento nas fases de execução e conhecimento, no primeiro grau, por tribunal



Fonte: Conselho Nacional de Justiça, 2021.

6 Índice de conciliação

O índice de conciliação é dado pelo percentual de sentenças homologatórias de acordo em relação ao total de sentenças e decisões terminativas proferidas. A conciliação é uma política adotada pelo CNJ desde 2006, com a implantação do Movimento pela Conciliação em agosto daquele ano. Anualmente, o Conselho promove as Semanas Nacionais pela Conciliação, quando os tribunais são incentivados a juntar as partes e promover acordos nas fases pré-processual e processual. Por intermédio da Resolução CNJ n. 125/2010, foram criados os Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania (CEJUSCs) e os Núcleos Permanentes de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (NUPEMEC), com a finalidade de fortalecer e estruturar unidades destinadas ao atendimento dos casos de conciliação. No final do ano de 2018 e início de 2019 importantes avanços ocorreram na área, com fortalecimento do programa “Resolve”, que visa à realização de projetos e de ações que incentivem a autocomposição de litígios e a pacificação social por meio da conciliação e da mediação²⁶; além da classificação dos CEJUSCs no conceito de unidade judiciária, pela edição da Resolução CNJ n. 219/2016, tornando obrigatório o cálculo da lotação paradigma em tais unidades.

Na Justiça Estadual, havia, ao final do ano de 2020, 1.382 CEJUSCs instalados. A Figura 134 indica o número de CEJUSCs em cada tribunal de justiça. Esse número tem

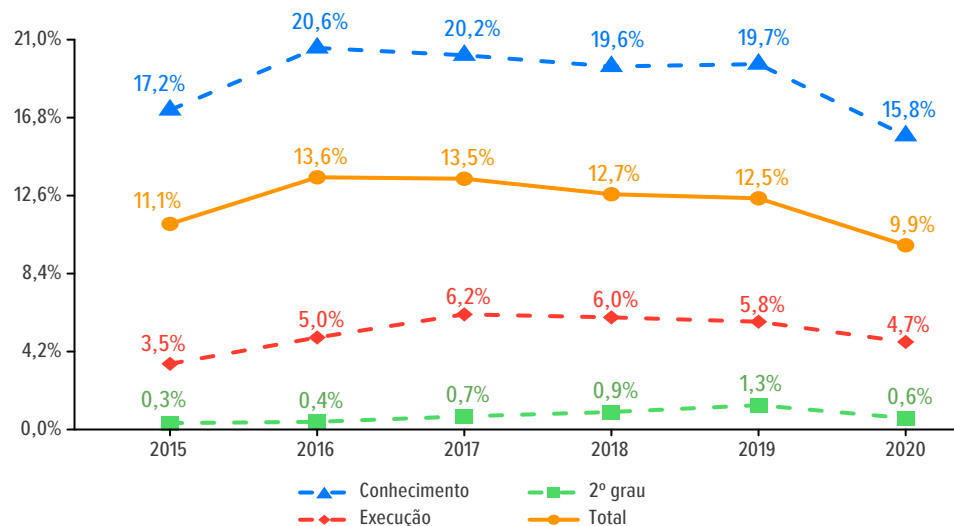
26 Detalhes informações disponíveis no relatório de atividades do CNJ no primeiro semestre de 2019 <http://www.cnj.jus.br/files/conteudo/arquivo/2019/07/eed4439ca6ed4cbc59ea885da5f2269.pdf>.

crescido ano após ano. Em 2014, eram 362 CEJUSCs; em 2015 a estrutura cresceu em 80,7% e avançou para 654 centros. Em 2016, o número de unidades aumentou para 808; em 2017 para 982; e em 2018 para 1.088.

A Figura 133 apresenta o percentual de sentenças homologatórias de acordo, comparativamente ao total de sentenças e decisões terminativas proferidas. Em 2020, foram 9,9% sentenças homologatórias de acordo, valor que reduziu nos últimos anos após o crescimento registrado em 2016. Na fase de execução, as sentenças homologatórias de acordo corresponderam, em 2020, a 4,7%, e na fase de conhecimento, a 15,8%.

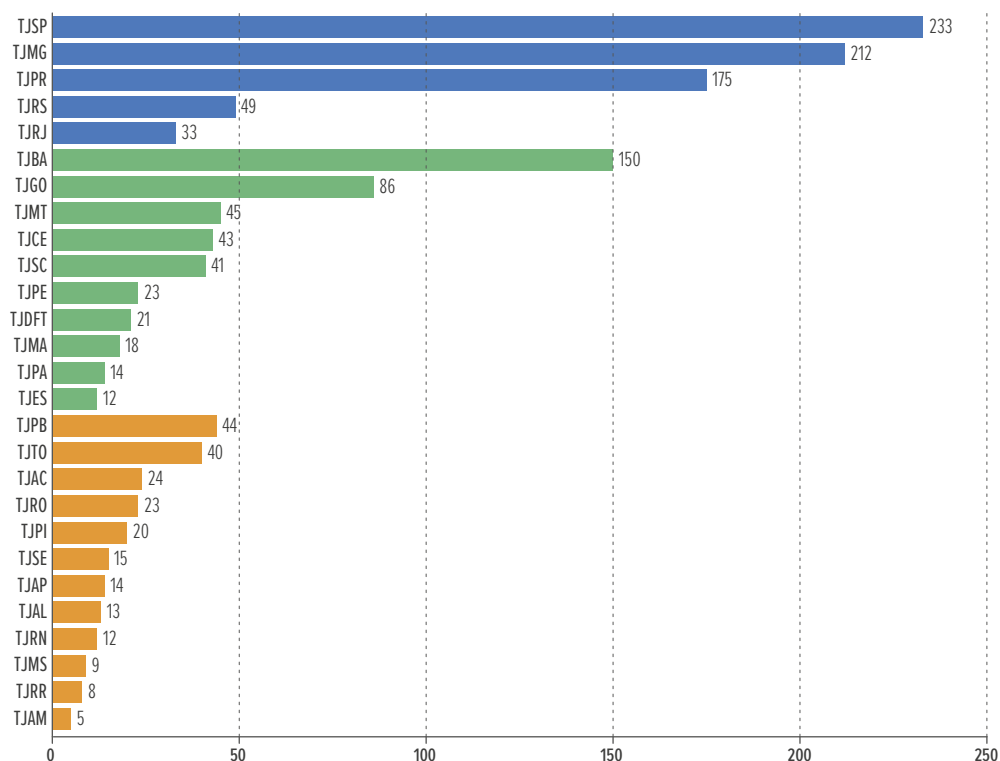
Há de se destacar que mesmo com o novo Código de Processo Civil (CPC), que entrou em vigor em março de 2016, tornando obrigatória a realização de audiência prévia de conciliação e mediação, em quatro anos o número de sentenças homologatórias de acordo diminuiu 18,8%, passando de 2.987.623 sentenças homologatórias de acordo no ano de 2015 para 2.426.027 em 2020. Em relação ao ano anterior, houve diminuição de 1.431.065 sentenças homologatórias de acordo (-37,1%), provavelmente em decorrência da pandemia da covid-19, que pode ter dificultado a realização de procedimento de conciliação e mediação presenciais ou das técnicas usuais de construção de confiança e espírito de cooperação entre as partes processuais empregadas em audiências presenciais.

Figura 133 - Série histórica do Índice de Conciliação



Fonte: Conselho Nacional de Justiça, 2021.

Figura 134 - Centros Judiciários de Solução de Conflitos na Justiça Estadual, por tribunal



Fonte: Conselho Nacional de Justiça, 2021.

A Justiça que mais faz conciliação é a Trabalhista, que solucionou 23% de seus casos por meio de acordo (Figura 135) — valor que aumenta para 44,8% quando apenas a fase de conhecimento de primeiro grau é considerada (Figura 137). Ao considerar apenas a fase de conhecimento do primeiro grau, o maior índice de conciliação é verificado no TRT2 com 51%. O TRT-8 apresenta número inconsistente, por indicar mais acordos homologados do que sentenças proferidas, e por isso os números foram excluídos das representações gráficas.

Na fase de conhecimento dos juizados especiais, o índice de conciliação foi de 15,8%, sendo de 17,7% na Justiça Estadual e de 11,6% na Justiça Federal. Nos juizados especiais a conciliação é um pouco maior que na justiça comum, que alcança 12,5% na Justiça Estadual e apenas 2,2% na Justiça Federal.

No primeiro grau, a conciliação foi de 11,7% considerando todos os segmentos de Justiça. No segundo grau, a conciliação é praticamente inexistente, apresentando índices muito baixos em todos os segmentos de justiça (Figura 136). As sentenças homologatórias de acordo no segundo grau representaram, em 2020, apenas 0,6% do

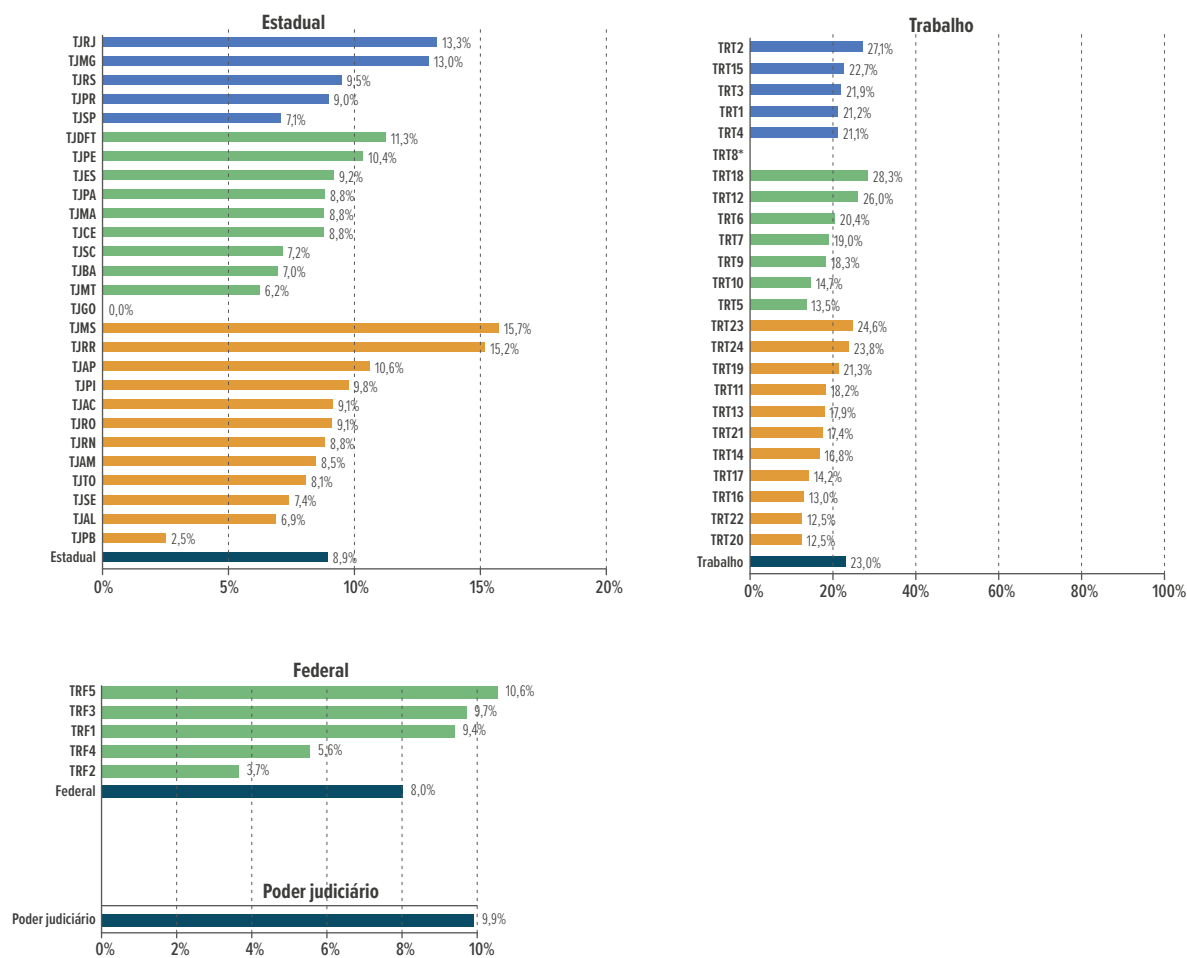
total de processos julgados. O tribunal com maior índice de acordos no segundo grau é o TRT24, com 6,1% (Figura 136). Porém, isso se justifica pelo fato de que a conciliação é, via de regra, enfatizada em primeiro grau. Quando se chega em segundo grau, já se restaram frustradas todas as tentativas de conciliação de primeiro grau, sendo o reduzido número consequência do fluxo procedimental.

Não houve variações significativas no indicador de conciliação no segundo e primeiro grau em relação ao ano anterior, observando-se redução de -0,7 ponto percentual no segundo grau e redução de 2,5 pontos percentuais no primeiro grau.

A Figura 137 apresenta o indicador de conciliação por tribunal, distinguindo as fases de conhecimento e de execução. As maiores diferenças entre as fases são observadas na Justiça Trabalhista, que possui 44,8% no conhecimento e 9,7% na execução, ou seja, diferença de 35,1 pontos percentuais. Na Justiça Estadual, os índices são de 14,3% no conhecimento e de 2,9% na execução. A Justiça Federal apresenta situação diversa, uma vez que o índice de conciliação na fase de execução é superior à de conhecimento: 10% no conhecimento e 15% na execução, reflexo especialmente dos valores informados pelos TRFs da 3ª e 5ª Regiões.

Ao considerar o índice de conciliação total, incluindo os procedimentos pré-processuais e as classes processuais que não são contabilizadas neste relatório (por exemplo, inquéritos, reclamação pré-processual, termos circunstanciados, cartas precatórias, precatórios, requisições de pequeno valor, entre outros), há redução no índice de conciliação de 9,9% para 7,3%. A maior redução ocorre na Justiça Estadual ao observar o total do segmento (de 8,9% para 6,1%), mas os números mudam nas avaliações por tribunal. A Justiça do Trabalho também apresentou redução, passando de 23% para 21,9%. Na Justiça Federal, os indicadores aumentam de 8% para 8,4% (Figura 138).

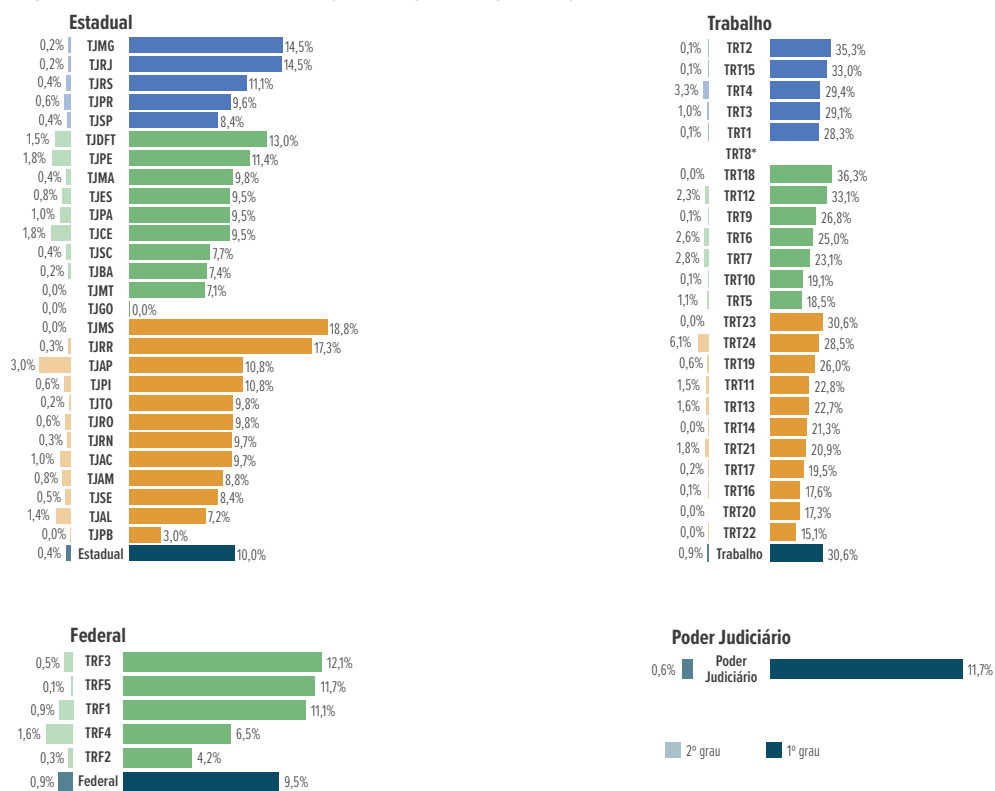
Figura 135 - Índice de conciliação, por tribunal



Fonte: Conselho Nacional de Justiça, 2021.

(*) Dado inconsistente

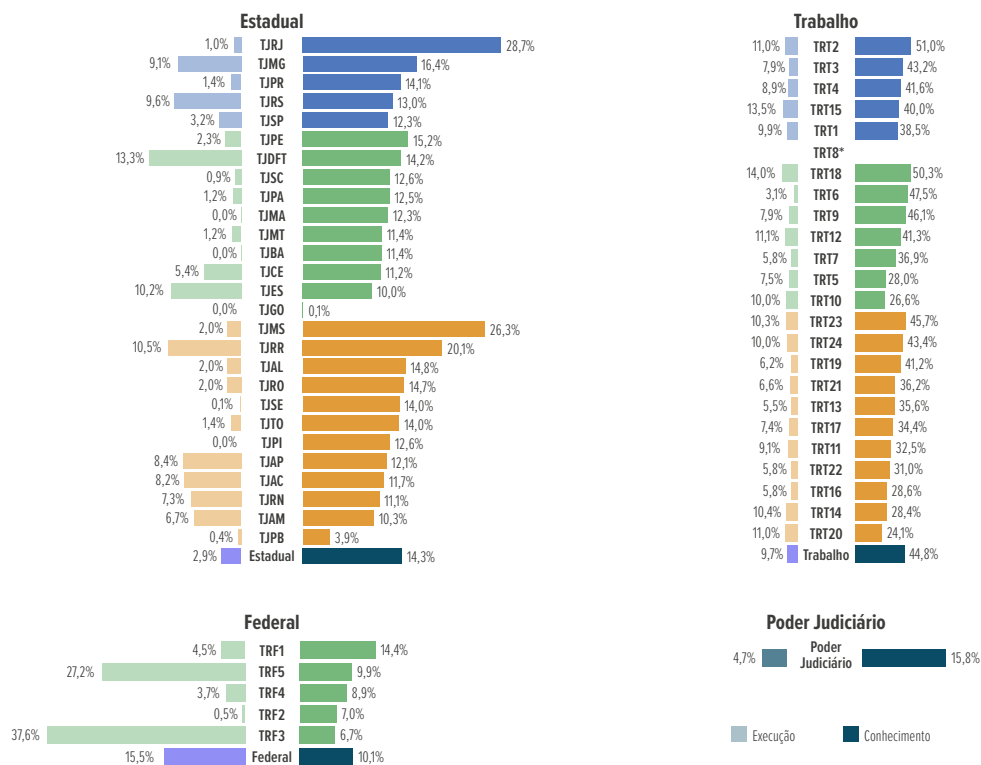
Figura 136 - Índice de conciliação por grau de jurisdição, por tribunal



Fonte: Conselho Nacional de Justiça, 2021.

(*) Dado inconsistente

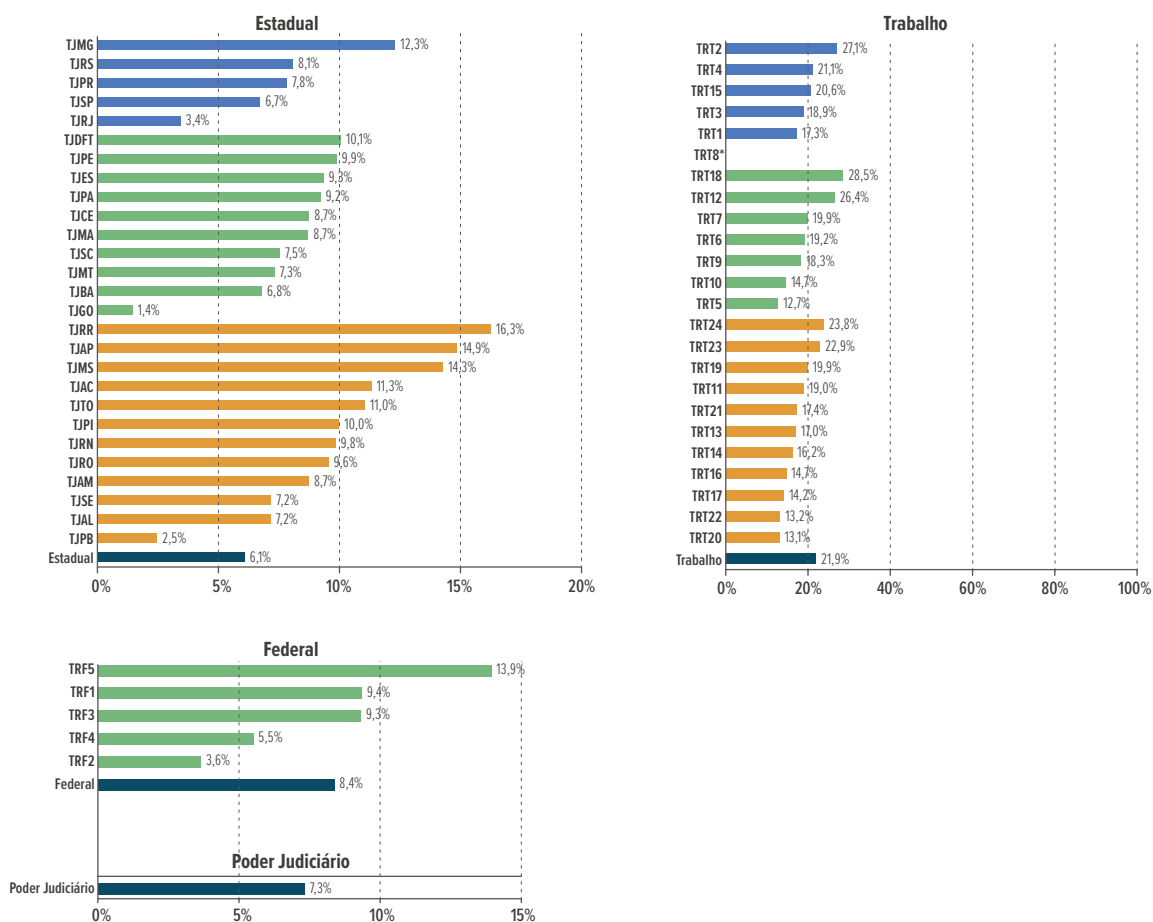
Figura 137 - Índice de conciliação nas fases de execução e de conhecimento, no primeiro grau, por tribunal



Fonte: Conselho Nacional de Justiça, 2021.

(*) Dado inconsistente

Figura 138 - Índice de conciliação Total, incluída a fase pré-processual, por tribunal



Fonte: Conselho Nacional de Justiça, 2021.

(*) Dado inconsistente

7

Tempos de tramitação dos processos

Os tempos de tramitação dos processos são apresentados com base em três indicadores: o tempo médio entre a data do início do processo até a sentença, o tempo médio entre a data do início do processo até o primeiro movimento de baixa e a duração média dos processos que ainda estavam pendentes em 31/12/2020.

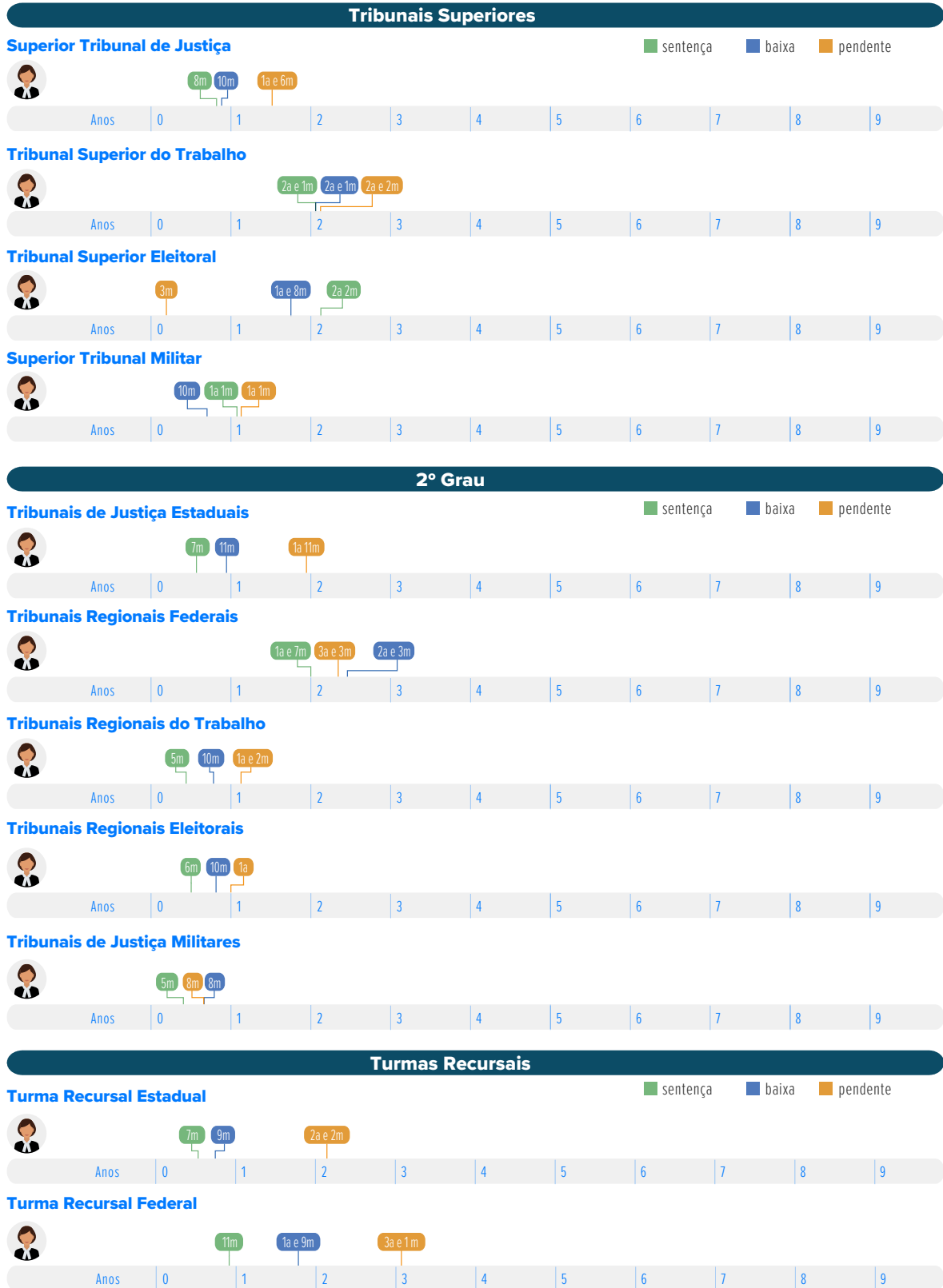
Essas estimativas guardam limitações metodológicas. A principal delas está no uso da média como única medida estatística para representar o tempo. A média é fortemente influenciada por valores extremos e, ao resumir em um único indicador os resultados de informações extremamente heterogêneas, pode apresentar distorções. Para uma análise de tempo mais adequada, seria importante recorrer aos quantis, *boxplots* e curvas de sobrevivência, considerando, por exemplo, o agrupamento de processos semelhantes, segundo classe e assunto, de forma a diminuir a heterogeneidade e a dispersão. Para essas análises, seria imprescindível recorrer aos dados de cada processo e não de forma agregada.

O diagrama apresentado na Figura 139 demonstra o tempo em cada fase do processo e em cada instância do Poder Judiciário. Note-se que nem todos os processos seguem

a mesma trajetória e, portanto, os tempos não podem ser somados. Por exemplo, alguns casos ingressam no primeiro grau e são finalizados nessa mesma instância. Outros, recorrem até a última instância possível. Alguns processos findam na fase de conhecimento, outros seguem até a fase de execução.

Em geral, o tempo médio do acervo (processos pendentes) é maior que o tempo da baixa, com poucos casos de inversão desse resultado. As maiores faixas de duração estão concentradas no tempo do processo pendente, em específico na fase de execução da Justiça Federal (8 anos e 7 meses) e da Justiça Estadual (6 anos e 11 meses). As execuções penais foram excluídas do cômputo, uma vez que os processos desse tipo são mantidos no acervo até que as penas sejam cumpridas.

Figura 139 - Diagrama do tempo de tramitação do processo



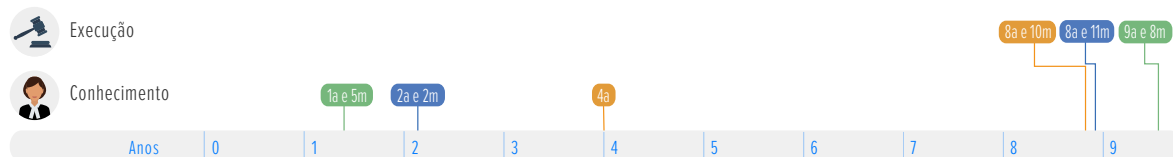
1º Grau

Varas Estaduais

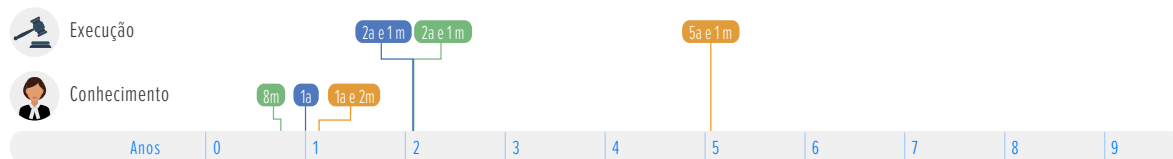
■ sentença ■ baixa ■ pendente



Varas Federais



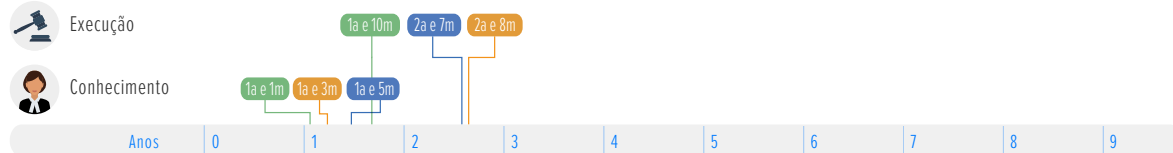
Varas do Trabalho



Zonas Eleitorais



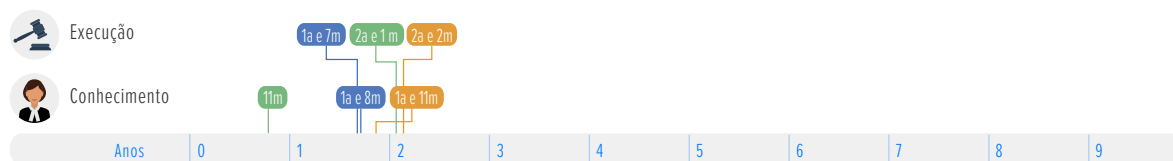
Auditorias Militares Estaduais



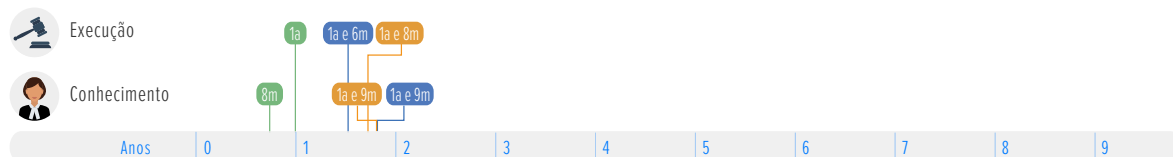
Juizados Especiais

Juizados Especiais Estaduais

■ sentença ■ baixa ■ pendente



Juizados Especiais Federais

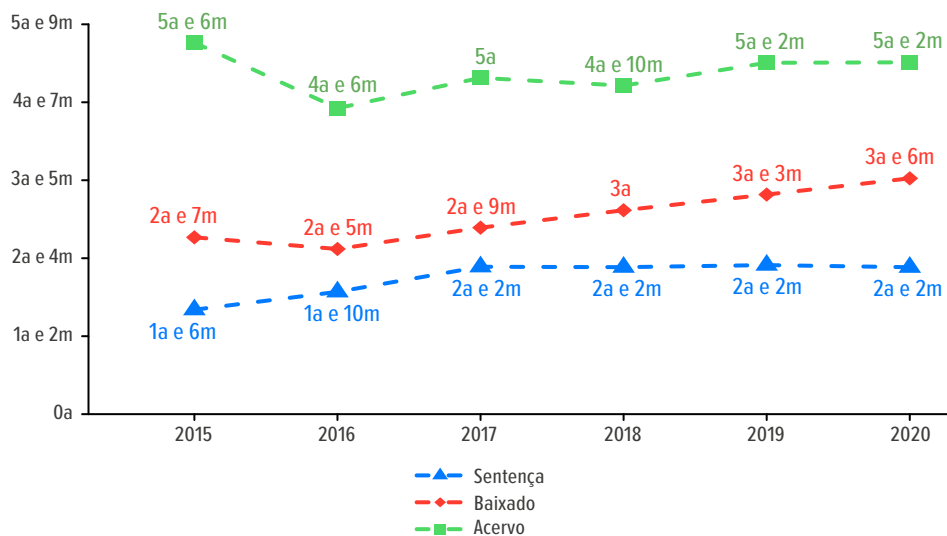


Fonte: Conselho Nacional de Justiça, 2021.

A Figura 140 apresenta a série histórica do tempo médio de duração dos processos. Observa-se que o tempo da inicial até a baixa aumentou em três meses no último ano, enquanto o tempo da inicial até a sentença permanece constante nos últimos quatro anos e o tempo do processo pendente (acervo) permaneceu constante em relação a 2019. A série histórica crescente do tempo dos processos baixados, em associação com uma certa manutenção no tempo do acervo, significa que o judiciário tem se empenhado na resolução definitiva de casos mais antigos.

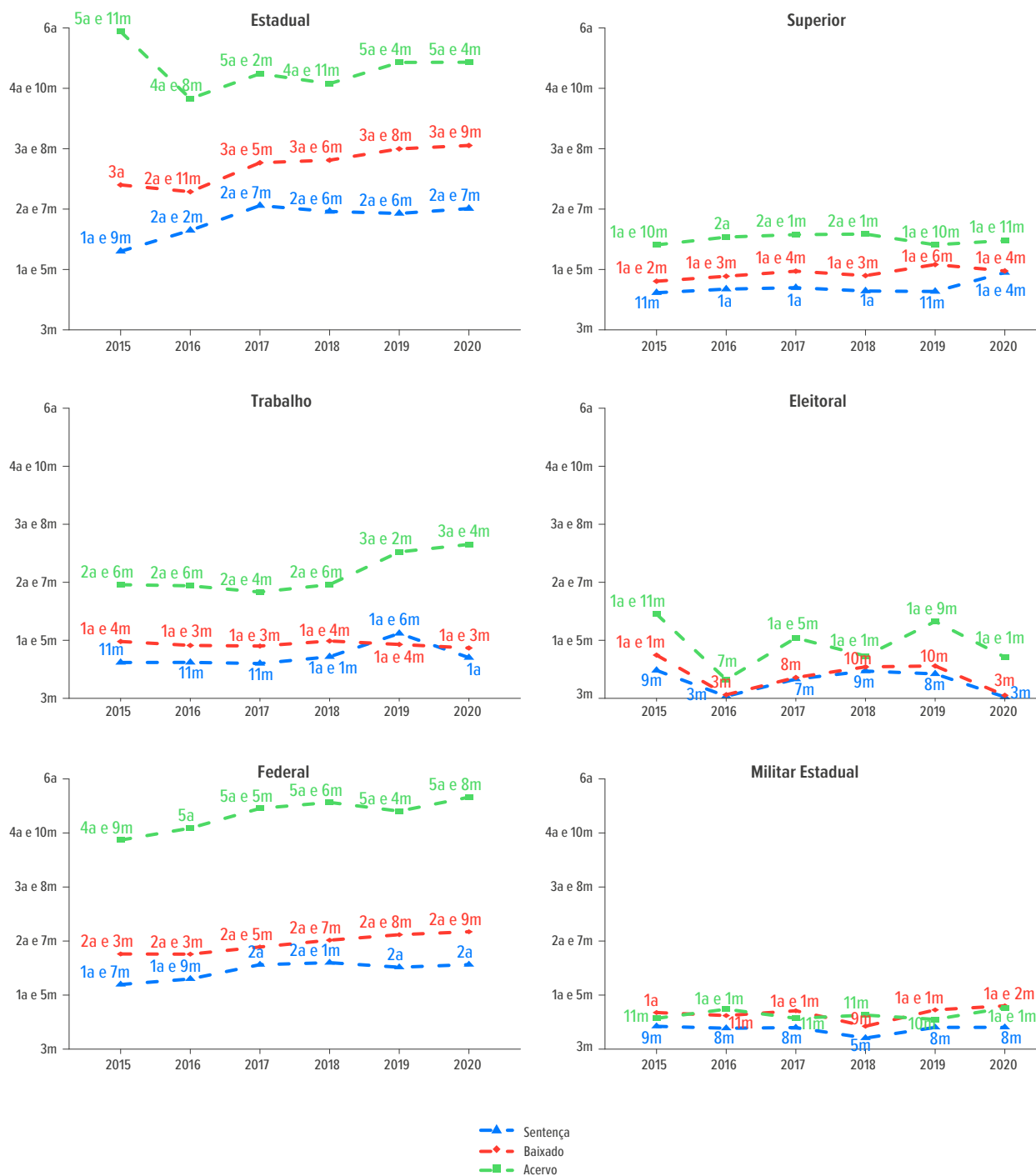
As séries históricas por ramo de justiça constam na Figura 141. Os Tribunais Superiores e as Justiças Eleitoral e Militar Estadual se destacam por apresentar tempo médio do acervo inferior a 2 anos. O tempo médio do acervo da Justiça do Trabalho aumentou nos últimos dois anos, mantendo-se em patamar superior a 3 anos. Já as Justiças Estadual e Federal apresentam acervo com tempo de tramitação médio de, respectivamente, 5 anos e 4 meses e 5 anos e 8 meses. O tempo médio de acervo na Justiça Estadual se manteve no mesmo patamar de 2019. A Figura 142 mostra essa mesma informação detalhada por ramo de justiça no ano de 2020. Também verifica-se o baixo tempo médio de acervo da Justiça Militar Estadual em relação aos outros ramos. Em 2020, o maior tempo de tramitação de acervo passou a ocorrer na Justiça Federal. Porém, a Justiça Estadual apresenta o maior tempo médio até a baixa do processo e até a sentença de todos os segmentos de Justiça, com respectivamente 3 anos e 9 meses e 2 anos e 7 meses.

Figura 140 - Série histórica do tempo médio de duração dos processos



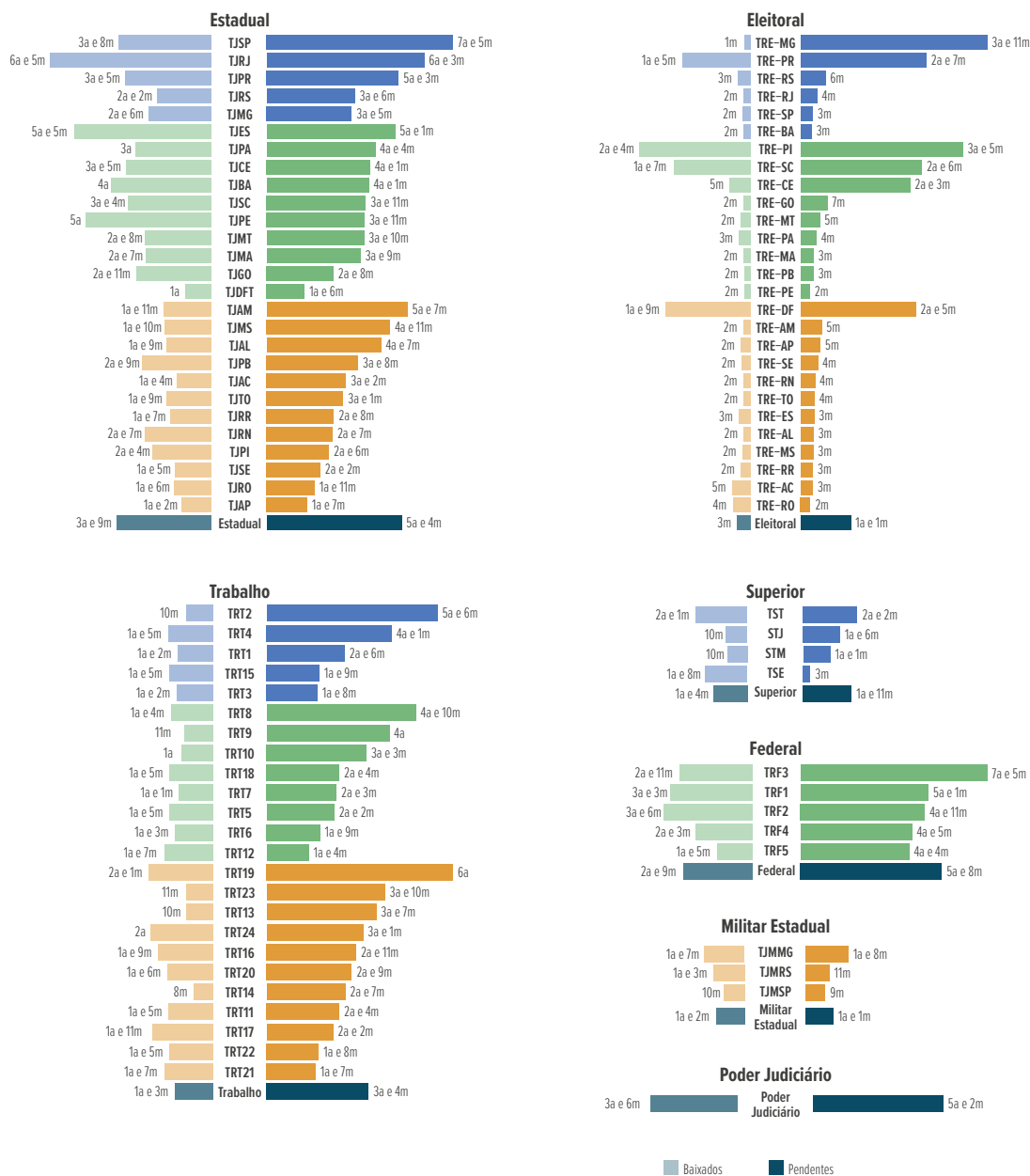
Fonte: Conselho Nacional de Justiça, 2021.

Figura 141 - Série histórica do tempo médio de duração dos processos, por justiça



Fonte: Conselho Nacional de Justiça, 2021.

Figura 142 - Tempo médio de tramitação dos processos pendentes e baixados, por tribunal



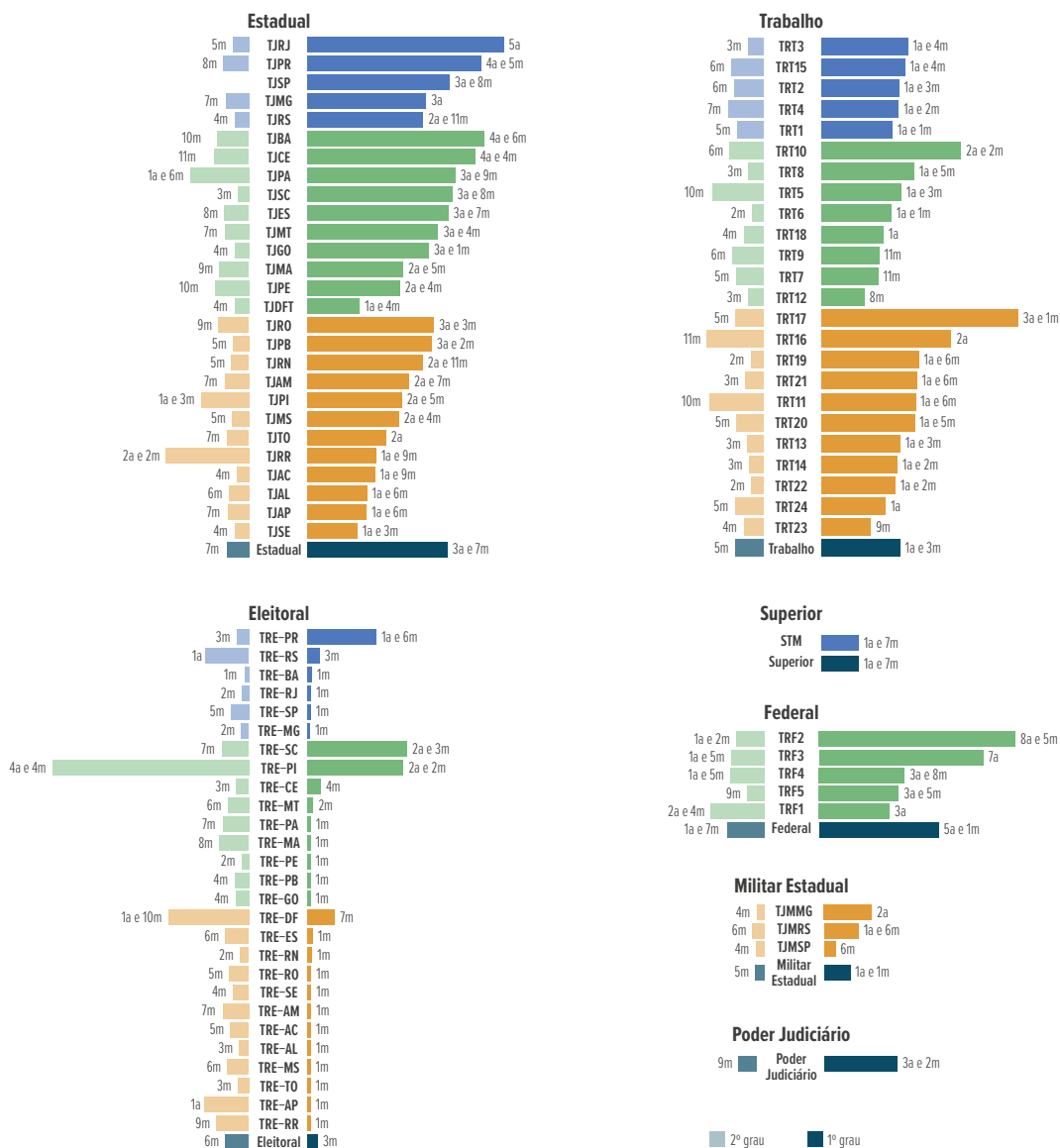
Fonte: Conselho Nacional de Justiça, 2021.

Na Figura 143, compara-se o tempo do recebimento da ação até o julgamento da sentença entre o primeiro grau e o segundo grau. Considerando o tempo médio de tramitação de toda a Justiça brasileira, enquanto no primeiro grau leva-se uma média de 3 anos e 2 meses, no segundo grau esse tempo é reduzido para praticamente um quarto desse tempo: 9 meses.

A fase de conhecimento, na qual o juiz tem de vencer a postulação das partes e a dilação probatória para chegar à sentença, é mais célere que a fase de execução, que não envolve atividade de cognição, mas somente de concretização do direito reconhecido na sentença ou no título extrajudicial. Porém, esse tempo pode ser prejudicado pelas dificuldades na execução e constrição patrimonial que ocorre nessa fase. Apenas em alguns Tribunais Eleitorais há raras incidências de tempo médio no segundo grau superando o tempo do primeiro grau, o que pode se dar em decorrência da sazonalidade desse segmento de Justiça.

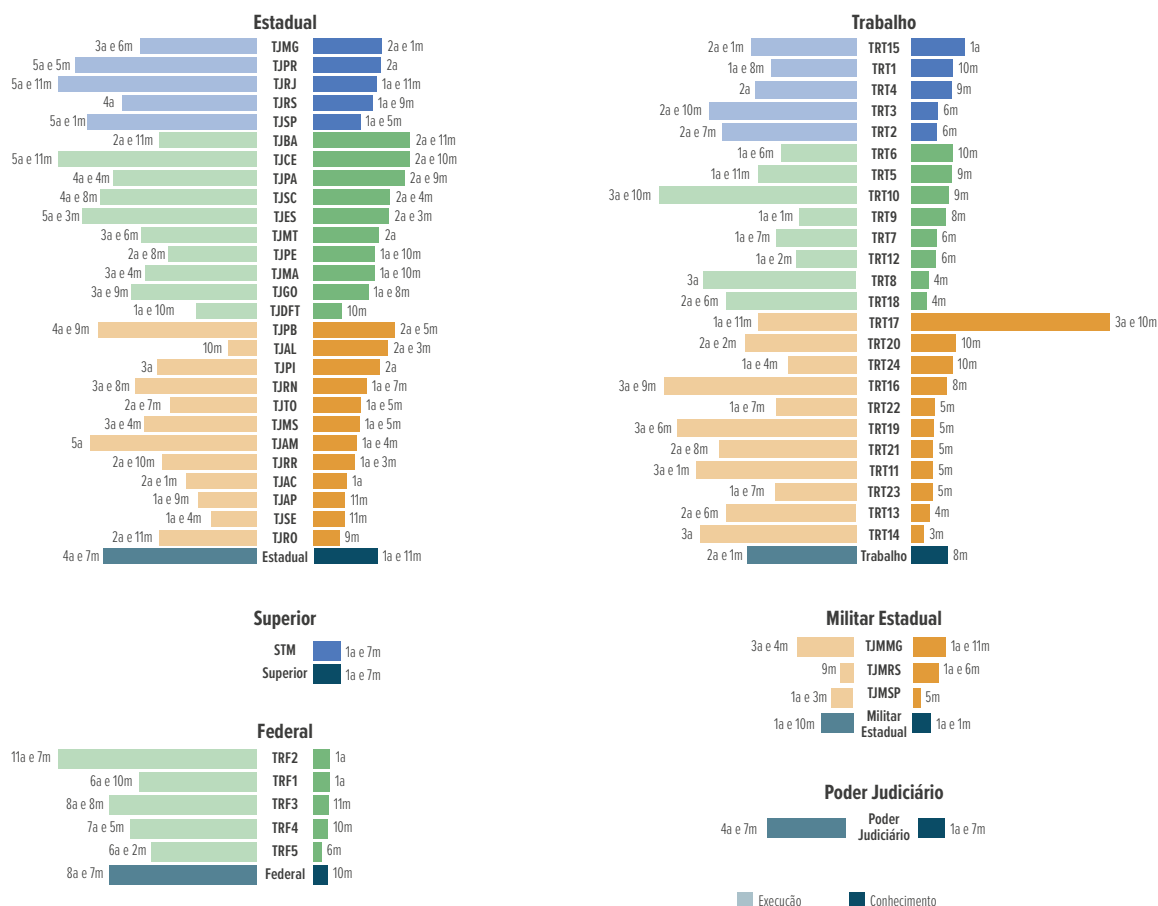
A Figura 144 ilustra esse aspecto observável para a maior parte dos tribunais. Para receber uma sentença, o processo leva, desde a data de ingresso, quase o triplo de tempo na fase de execução (4 anos e 7 meses) comparada à fase de conhecimento (1 ano e 7 meses). Esse dado é coerente com o observado na taxa de congestionamento, 84% na fase de execução e 67% na fase de conhecimento. A Justiça do Trabalho possui o menor tempo de tramitação durante a fase de conhecimento (apenas 8 meses), seguida pela Justiça Federal, com apenas 10 meses. A proporção entre a fase de execução e a fase de conhecimento na Justiça Federal é bastante significativa, sendo o tempo de tramitação mais de dez vezes o tempo de conhecimento (8 anos e 7 meses para a execução e 10 meses para o conhecimento), o que demonstra uma grande agilidade na fase de conhecimento, mas dificuldades na fase executória.

Figura 143 - Tempo médio da inicial até a sentença no segundo grau e primeiro grau, por tribunal



Fonte: Conselho Nacional de Justiça, 2021.

Figura 144 - Tempo médio da inicial até a sentença nas fases de execução e conhecimento, no primeiro grau, por tribunal



Fonte: Conselho Nacional de Justiça, 2021.

O indicador do tempo de baixa apura o tempo efetivamente despendido entre o início do processo e o primeiro movimento de baixa em cada fase. Também, aqui, verifica-se desproporção entre os processos nas fases de conhecimento e execução. Quando é iniciada a execução ou liquidação no processo, caracteriza-se a baixa na fase de conhecimento, ao mesmo tempo que se inicia o cômputo do processo como um caso novo de execução. A baixa na execução, por sua vez, ocorre somente quando o jurisdicionado tem seu conflito totalmente solucionado perante a Justiça, por exemplo, quando os precatórios são pagos ou as dívidas liquidadas.

É possível que o tempo da inicial até a baixa seja inferior ao tempo até a sentença. Isso ocorre porque os dados são representados por médias de eventos ocorridos em um ano específico, 2020. Dessa forma, nem todos os processos baixados em 2020 foram necessariamente sentenciados no mesmo ano, ou seja, o universo de processos

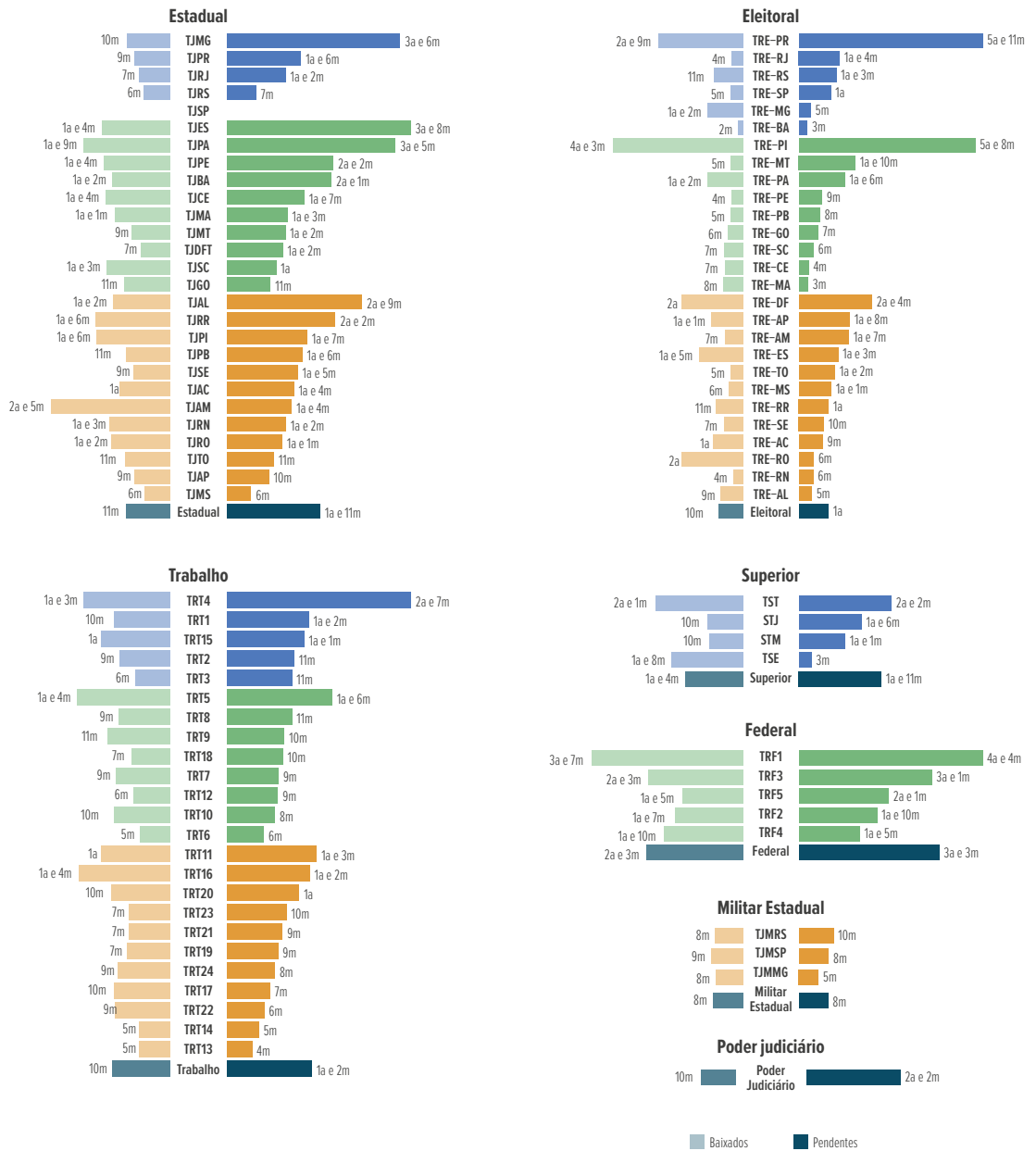
objeto de análise do tempo médio até a sentença não é, de forma alguma, o mesmo universo daqueles considerados até a baixa. A proximidade entre as médias significa, apenas, que a baixa ocorre logo após a sentença, sem grandes delongas.

O tempo médio do processo baixado no Poder Judiciário é de 1 ano e 6 meses na fase de conhecimento em primeiro grau (Figura 146), de 6 anos e 1 mês na fase de execução no primeiro grau de jurisdição (Figura 147) e de 10 meses no segundo grau (Figura 145). Mais uma vez é demonstrado que a fase de execução é a mais demorada, acarretando um grande número de processos pendentes e de acervo processual.

No que se refere ao tempo de duração dos processos que ainda estão pendentes de baixa, o termo final de cálculo foi 31 de dezembro de 2020. Observa-se que o Poder Judiciário apresentou tempo do estoque superior ao da baixa tanto no segundo quanto no primeiro grau, nas fases de conhecimento e execução. O tempo médio de duração dos processos em tramitação no segundo grau é de 2 anos e 2 meses (2,7 vezes superior ao tempo de baixa, conforme Figura 145); o tempo médio de duração dos processos em tramitação na fase de conhecimento de primeiro grau é de 3 anos e 4 meses (2,2 vezes superior ao tempo de baixa, conforme Figura 146); e o tempo médio de duração dos processos em tramitação na fase de execução do primeiro grau é de 7 anos e 1 mês (1,2 vez superior ao tempo de baixa, conforme Figura 147).

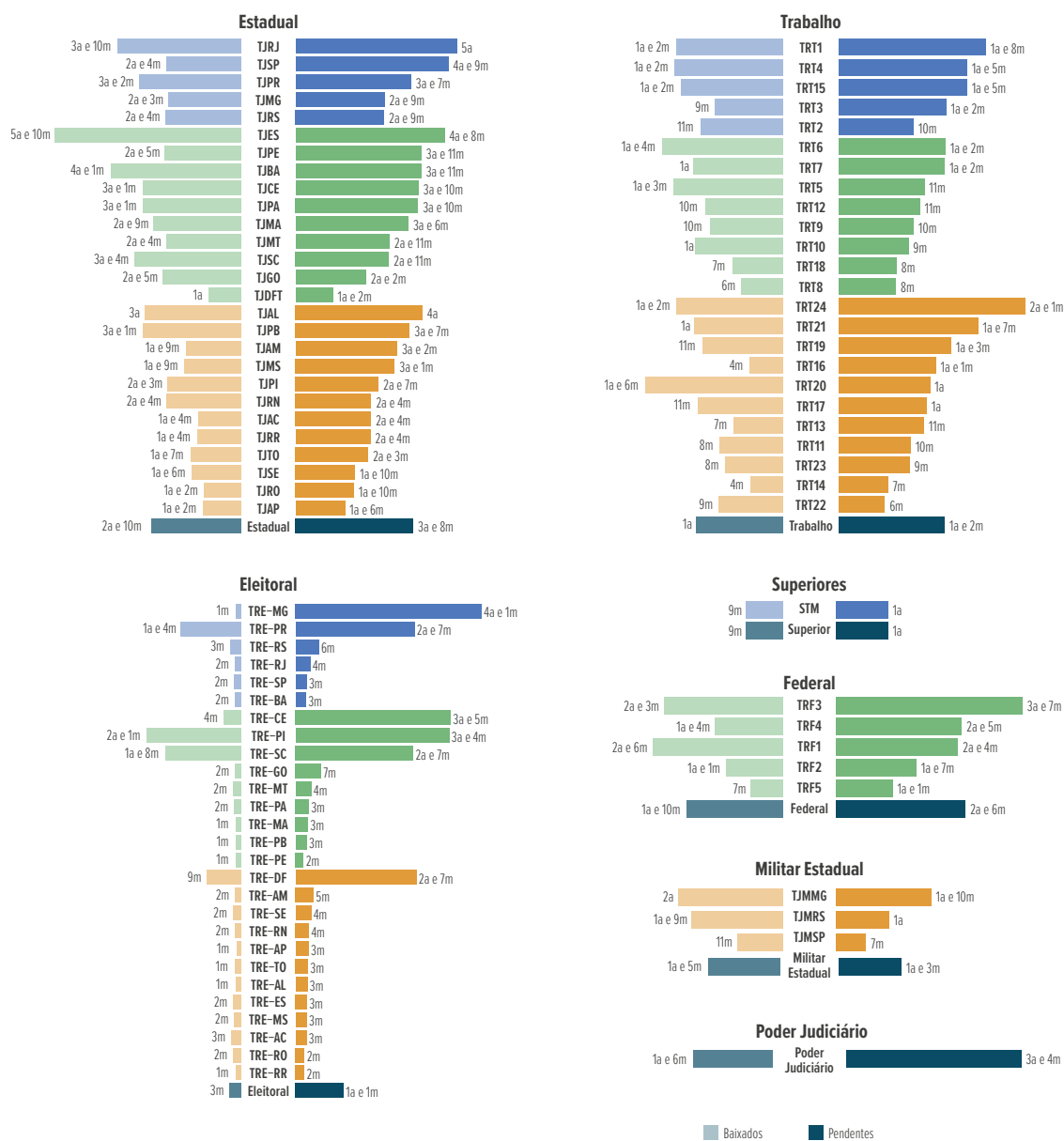
O tempo médio de duração do acervo na fase de conhecimento do Poder Judiciário era de 3 anos e 2 meses ao final de 2020. Ao desconsiderar os tempos de suspensão por Repercussão Geral ou Recursos Repetitivos, ou seja, computado o tempo médio entre a data da suspensão/sobrestamento e o último dia do ano de 2020, o tempo médio reduz para 3 anos e 1 mês (Figura 148).

Figura 145 - Tempo médio de tramitação dos processos pendentes e baixados no segundo grau e nos Tribunais Superiores



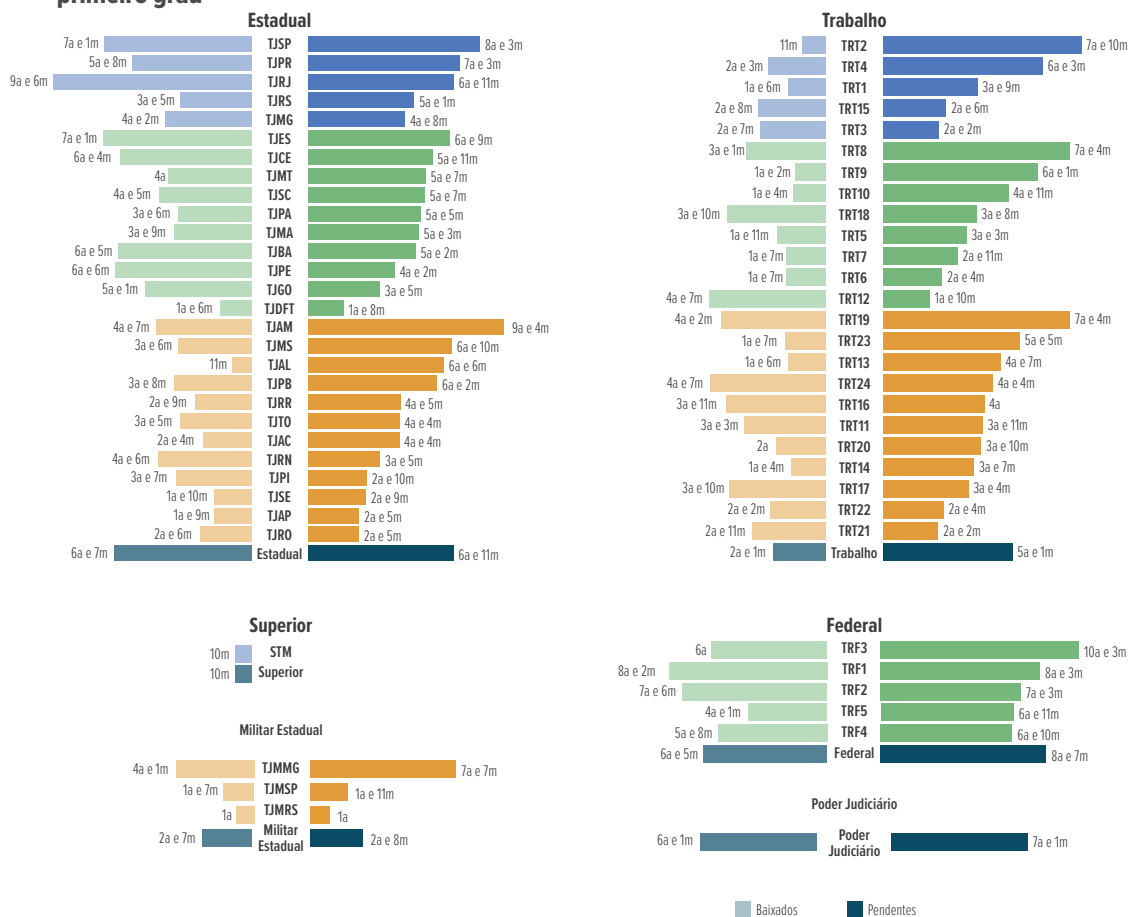
Fonte: Conselho Nacional de Justiça, 2021.

Figura 146 - Tempo médio de tramitação dos processos pendentes e baixados na fase de conhecimento de primeiro grau



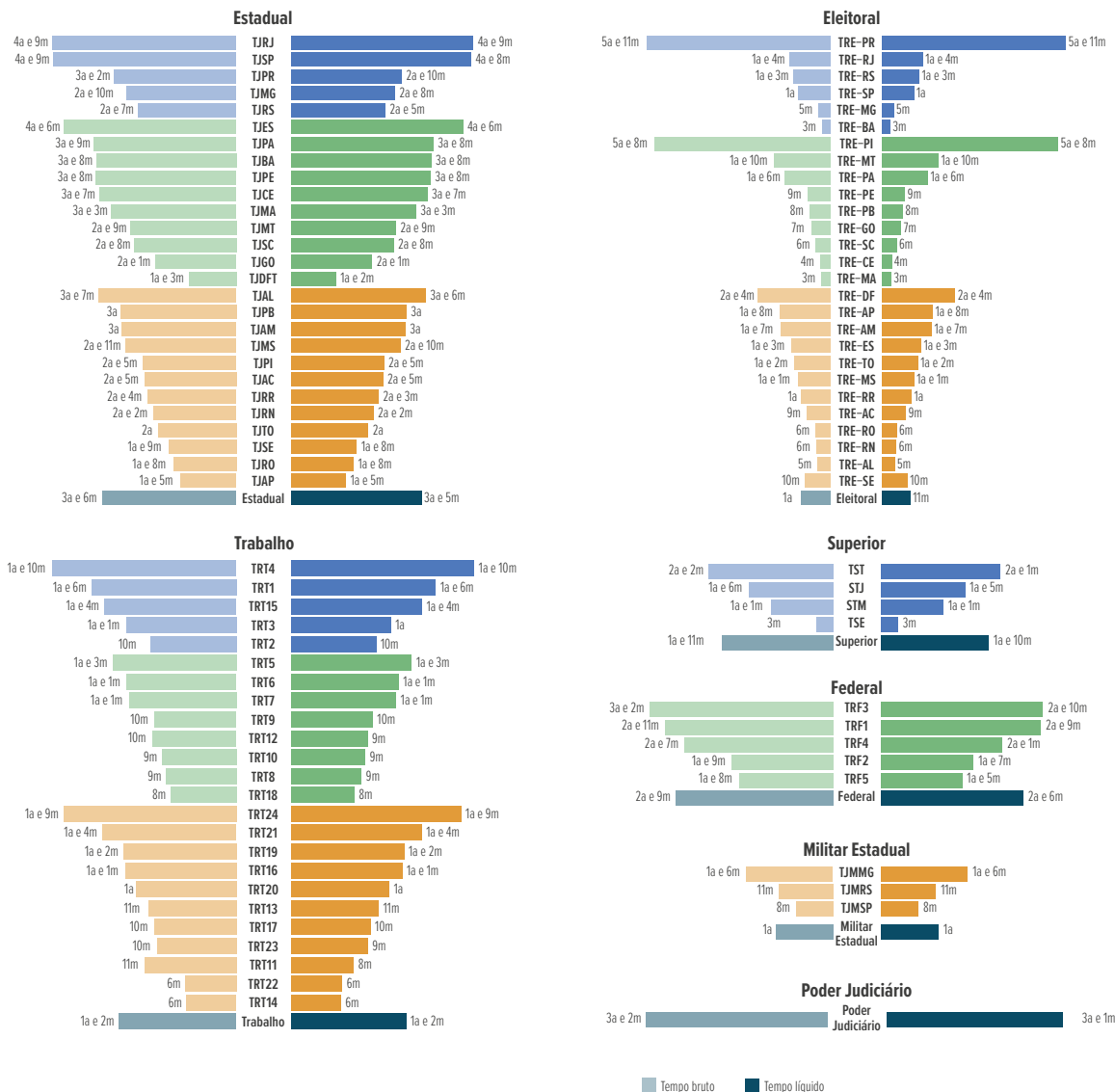
Fonte: Conselho Nacional de Justiça, 2021.

Figura 147 - Tempo médio de tramitação dos processos pendentes e baixados na fase de execução de primeiro grau



Fonte: Conselho Nacional de Justiça, 2021.

Figura 148 - Tempo médio de tramitação dos processos pendentes (bruto) e tempo médio líquido, excluídos os processos de execução e os suspensos por Repercussão Geral ou Recursos Repetitivos



Fonte: Conselho Nacional de Justiça, 2021.

8

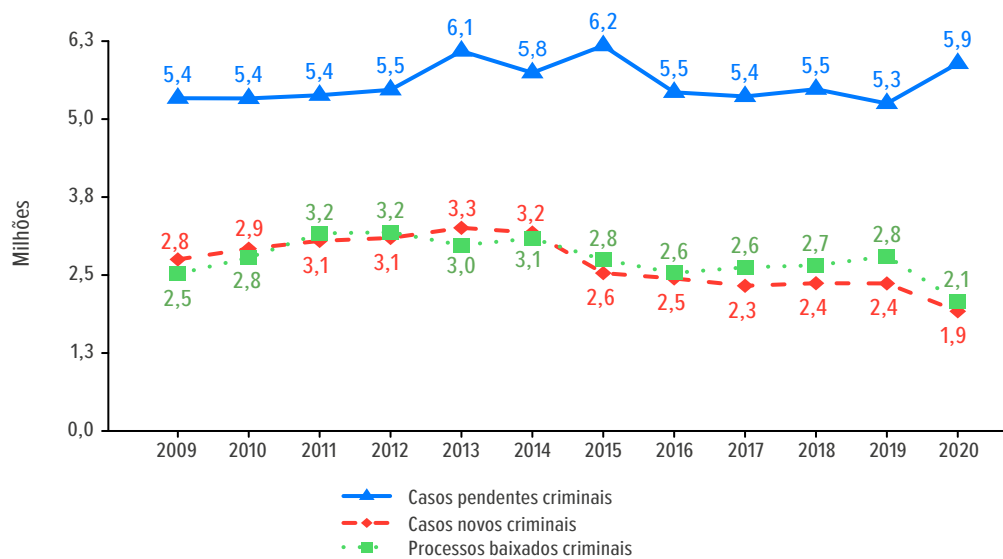
Justiça criminal

Em 2020, ingressaram no Poder Judiciário 1,9 milhão de casos novos criminais (Figura 149), sendo 1,2 milhão (63,2%) na fase de conhecimento de primeiro grau; 11 mil (0,6%) nas turmas recursais; 567,6 mil (29,3%) no segundo grau; e 133,4 mil (6,9%) nos Tribunais Superiores. Além dos 1,9 milhão, foram iniciadas 311,6 mil execuções penais, totalizando 2,2 milhões de casos novos criminais, quando computadas as execuções.

A Justiça Estadual é o segmento com maior representatividade de litígios no Poder Judiciário, com 65,6% da demanda, na área criminal essa representatividade aumenta para 91,1%.

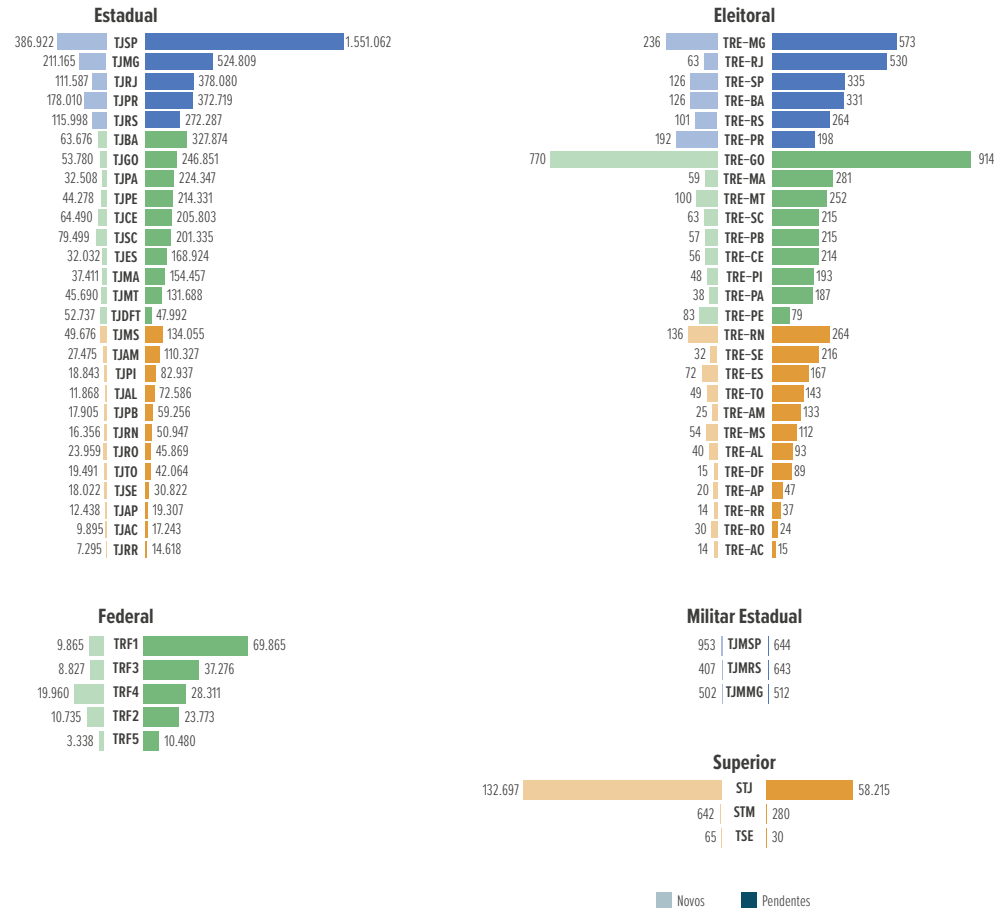
A Figura 149 mostra que em 2020 o quantitativo de processos novos criminais diminuiu em relação ao ano de 2019, mas apresentou aumento no acervo de 12,2%, atingindo o terceiro maior quantitativo de processos criminais em tramitação de toda a série histórica. Os casos pendentes equivalem a 3,1 vezes a quantidade de processos baixados no mesmo ano. O número de baixados diminuiu, rompendo uma tendência de três anos consecutivos, acompanhando a tendência de diminuição de casos novos criminais. Destaca-se como positivo o número de processos baixados criminais, que continuou sendo superior ao número de novos casos criminais, representando a capacidade da Justiça em atuar com um superávit positivo de resolutividade no ano, mesmo em tempos de pandemia. As informações sobre os quantitativos de casos novos e pendentes por tribunal podem ser visualizadas na Figura 150. É de se destacar que a Justiça Criminal pode ter sido bastante afetada pela pandemia de covid-19, tendo em vista a necessidade de se realizar audiências criminais e sessões do tribunal do júri virtuais e a possível dificuldade na logística de trânsito prejudicada pelos casos de infecção nas instituições penitenciárias e na força policial.

Figura 149 - Série histórica dos casos novos e pendentes criminais no primeiro grau, no segundo grau e nos tribunais superiores, excluídas execuções penais



Fonte: Conselho Nacional de Justiça, 2021.

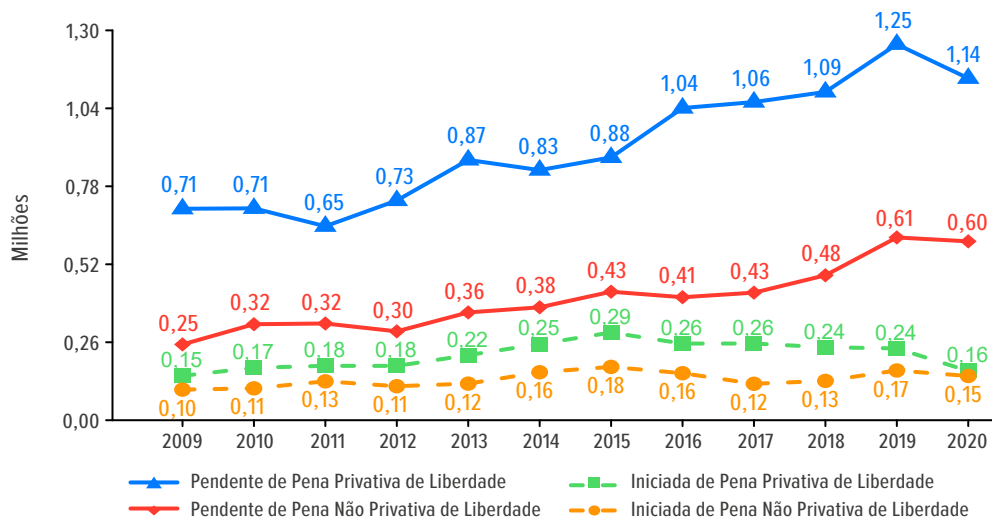
Figura 150 - Casos novos e pendentes criminais, excluídas as execuções penais, por tribunal



Fonte: Conselho Nacional de Justiça, 2021.

Ao final de 2020, havia 1,7 milhão de execuções penais pendentes (1,14 milhão de processos pendentes referentes à pena privativa de liberdade somados com 0,6 milhão de processos pendentes referentes a penas não privativas de liberdade), com 312 mil execuções iniciadas em 2020, conforme a Figura 151. A maioria das penas aplicadas em 2020 foram privativas de liberdade, um total de 164,2 mil execuções, 52,7% do total. Entre as penas não privativas de liberdade, 2 mil (1,3%) ingressaram nos juizados especiais e 146 mil (98,7%) no juízo comum.

Figura 151 - Série histórica das execuções penais



Fonte: Conselho Nacional de Justiça, 2021.

De acordo com as Figuras 152 e 153, os resultados dos tempos médios dos processos baixados no ano de 2020, por tribunal, indicam cenários distintos no segundo grau e nos tribunais superiores (Figura 152), do que os apresentados no primeiro grau (Figura 153). Os Tribunais Regionais Eleitorais, são os únicos em que o processo criminal demora mais que o não criminal. Nos Tribunais Regionais Federais, o processo baixado não criminal durou, em média, o dobro do tempo do criminal em 2020. Na Justiça Estadual, os casos criminais duraram média de 4 meses a menos que os não criminais.

Em relação à fase de conhecimento de primeiro grau, o tempo do processo criminal é maior que o do não criminal (Figura 153). Esses dados estão em consonância com o observado na Tabela 5 apresentada anteriormente, em que a taxa de congestionamento criminal (79,5%) supera a não criminal (64,4%), para essa fase/instância. Destaca-se, nesse caso, a Justiça Eleitoral, em que o processo criminal possui tempo médio de três anos e o processo não criminal de três meses, representando uma grande diferença entre esses tipos de processos.

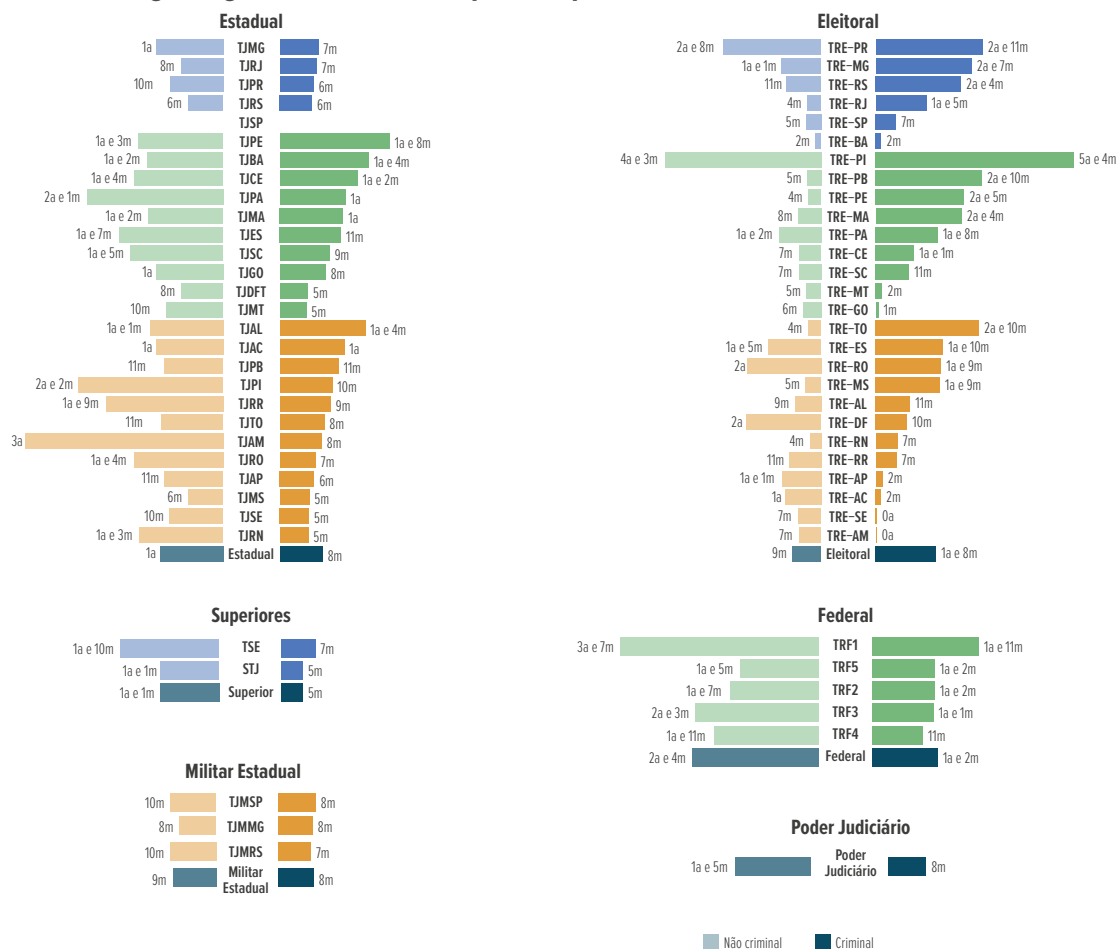
No capítulo destinado à análise do tempo do processo apresentado anteriormente, as execuções penais não foram contabilizadas nas estatísticas, uma vez que o processo permanece em tramitação até o término do cumprimento da pena e, por isso, são analisadas à parte, neste capítulo.

Os processos referentes às execuções judiciais criminais privativas de liberdade baixados no ano de 2020 possuem tempo médio de baixa de 4 anos e 10 meses na

Justiça Estadual e de 3 anos e 4 meses na Justiça Federal (Figura 154). Esses tempos são maiores que a média até a baixa do processo na fase de conhecimento, ou seja, até o início da execução penal ou até a remessa do processo em grau de recurso para o segundo grau, que foi de 4 anos na Justiça Estadual e de 2 anos e 11 meses na Justiça Federal.

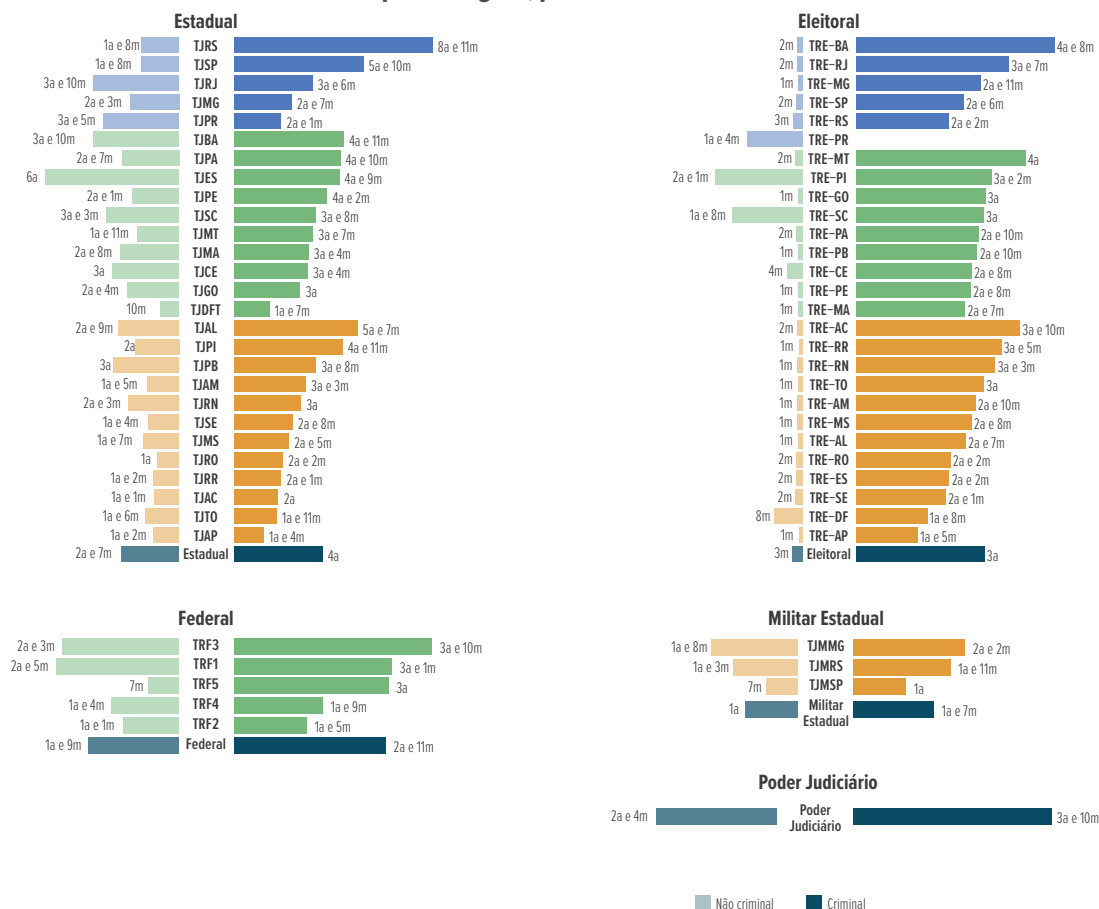
O tempo médio de execução nas penas privativas de liberdade (4 anos e 10 meses) é maior que o tempo médio de duração do processo de execução nas penas alternativas (3 anos e 6 meses). Esse comportamento é esperado e dentro da normalidade, pela própria característica das penalidades aplicadas. Porém, esse não é o padrão no TRF5 nem no TJAL, onde o tempo médio de processos referentes a penas privativas liberdade foi menor do que os referentes a penas não privativas de liberdade.

Figura 152 - Tempo médio de tramitação dos processos criminais e não criminais baixados no segundo grau e nos Tribunais Superiores, por tribunal



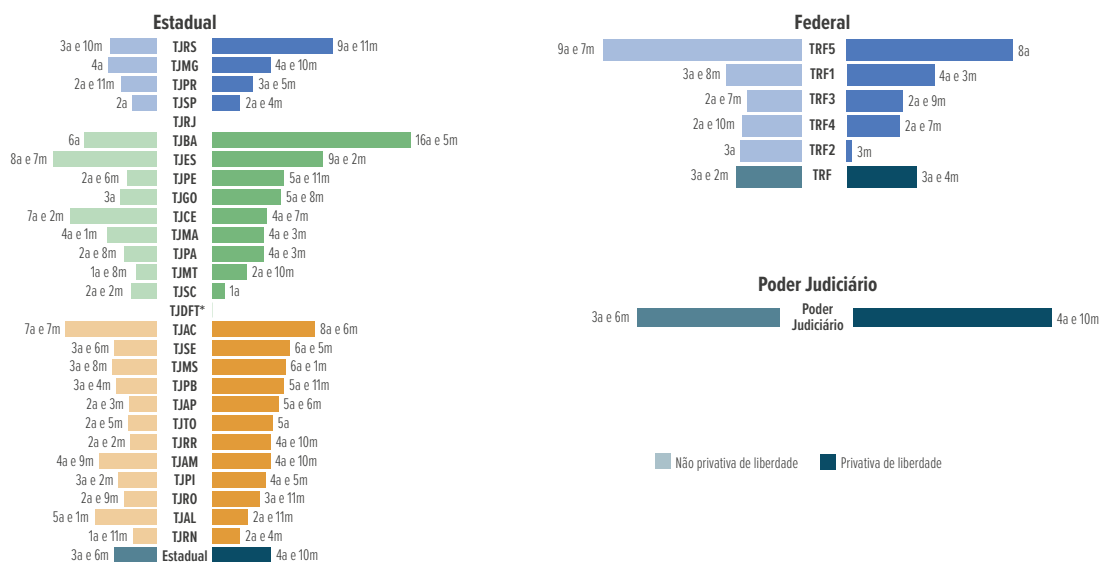
Fonte: Conselho Nacional de Justiça, 2021.

Figura 153 - Tempo médio de tramitação dos processos criminais e não criminais baixados na fase de conhecimento do primeiro grau, por tribunal



Fonte: Conselho Nacional de Justiça, 2021.

Figura 154 - Tempo médio de tramitação dos processos de execução penal baixados do primeiro grau, por tribunal



Fonte: Conselho Nacional de Justiça, 2021.

9

Competências

da Justiça Estadual

A Justiça Estadual lida com grande diversidade de assuntos processuais, havendo varas especializadas responsáveis pelo julgamento de demandas específicas. Este capítulo visa à comparação dos indicadores de desempenho das varas exclusivas, as quais atuam somente em um tipo de competência (ex.: vara empresarial, de tribunal do júri, de violência doméstica, juizado especial da fazenda pública, entre outras).

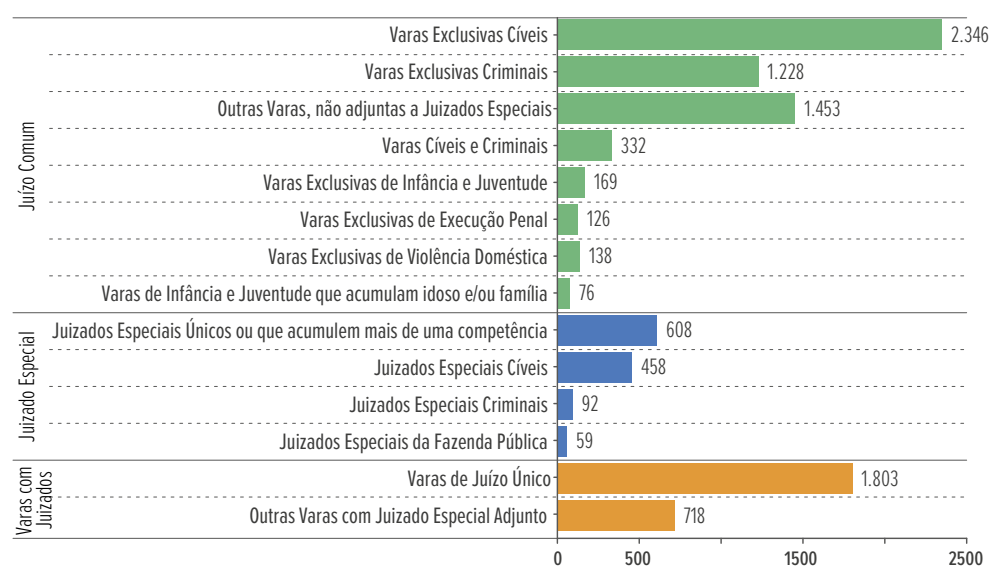
Para o cálculo dos indicadores foram utilizados os dados provenientes do sistema Módulo de Produtividade Mensal²⁷. Nesse sistema, as informações são enviadas pelos tribunais mensalmente e são detalhadas por unidade judiciária e magistrado(a), com os mesmos parâmetros das variáveis que compõem o relatório Justiça em Números. São recebidas informações a respeito das competências de cada unidade, número de processos novos, pendentes, baixados, sentenças proferidas por magistrado(a), além da localização geográfica das unidades e outras informações. Os dados são publicados no portal do CNJ, em <http://www.cnj.jus.br/pesquisas-judiciarias/paineis>, e são atualizados diariamente²⁸.

²⁷ Sistema instituído pelo Provimento n. 49, de 18 de agosto de 2015, da Corregedoria Nacional de Justiça e regulamentado pela Comissão Permanente de Gestão Estratégica, Estatística e Orçamento, por meio da publicação do Anexo II da Resolução CNJ n. 76/2009.

²⁸ Os dados utilizados nesse relatório foram extraídos em 15 de julho de 2019.

Observa-se na Figura 155 a existência de uma grande quantidade de varas únicas/competência plena, que são unidades de jurisdição plena com atribuição para processar todos os tipos de feitos, representando 1.803 em todo o país. É o segundo maior número de varas, só sendo superado pelas varas de competência exclusiva cível, que representam 2.346 unidades. Significa que 67,5% das comarcas brasileiras são providas com apenas uma vara sem especialização. Aproximadamente 65% das unidades judiciárias são de juízo único ou de competência exclusiva cível ou criminal. As demais unidades possuem competências específicas que atuam ou na forma exclusiva ou cumulativa com outras especializações.

Figura 155 - Unidades judiciárias de primeiro grau da Justiça Estadual, por competência



Fonte: Conselho Nacional de Justiça, 2021.

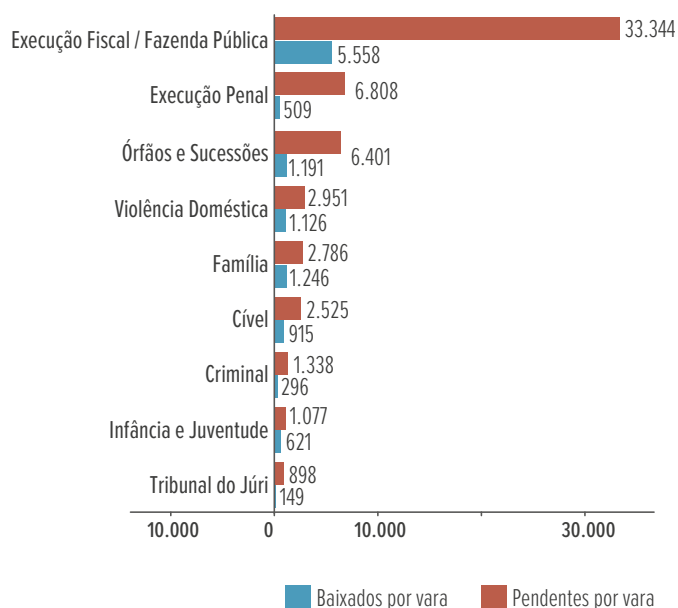
O Módulo de Produtividade Mensal apresenta 38 tipos de competências, sendo que 9 competências constam em mais de 27 unidades judiciárias. Mais de 3.500 unidades judiciárias de primeiro grau apresentam competência exclusiva cível ou criminal; 511 são exclusivas de execução fiscal ou fazenda pública; 277 são exclusivas de família; 169 são exclusivas de infância e juventude; 138 são exclusivas de violência doméstica; 126 são exclusivas de execução penal; 79 são exclusivas de tribunal do júri; e 43 são exclusivas de órfãos e sucessões.

A Figura 156 apresenta as médias de processos pendentes e baixados por unidade judiciária exclusiva. Verifica-se que as varas exclusivas de execução fiscal ou fazenda pública apresentam os maiores quantitativos, com 5.558 processos baixados e 33.344 processos em tramitação por vara, totalizando 76% do total de processos de execução

fiscal em tramitação na Justiça Estadual. São também as varas de maior taxa de congestionamento, dentre as competências analisadas (Figura 157), o que confirma os dados já apresentados nos capítulos anteriores. Ou seja, independentemente de tramitar em varas exclusivas ou não, a taxa de congestionamento na execução fiscal é alta, em ambos os casos alcançando patamares próximos a 90%. Na execução penal, o congestionamento é alto, pelos motivos já explicitados de que consistem em processos de fluxo contínuo, somente se encerrando com o cumprimento ou extinção da pena. Considerando que a taxa de congestionamento média do primeiro grau da Justiça brasileira está em 74,9% em 2020, conforme Figura 131, destaca-se que as varas de execução penal, tribunal do júri, execução fiscal / Fazenda Pública, órfãos e sucessões e criminal apresentam taxa de congestionamento superior à média nacional.

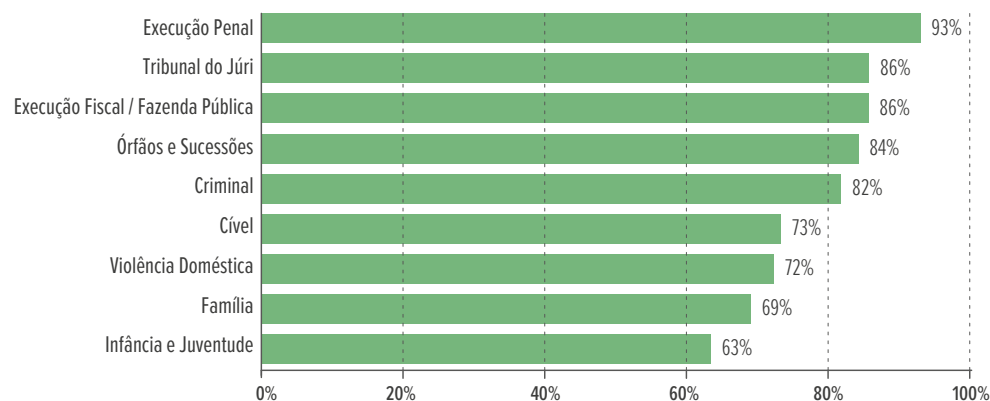
As varas exclusivas com menores taxas de congestionamento são aquelas com competência nas áreas da infância e juventude (63%), família (69%) e violência doméstica (72%), em todos os casos, com índices inferiores às taxas aferidas nas varas exclusivas cíveis (73%) ou criminais (82%).

Figura 156 - Média de processos baixados e em tramitação nas varas exclusivas por unidade judiciária e competência



Fonte: Conselho Nacional de Justiça, 2021.

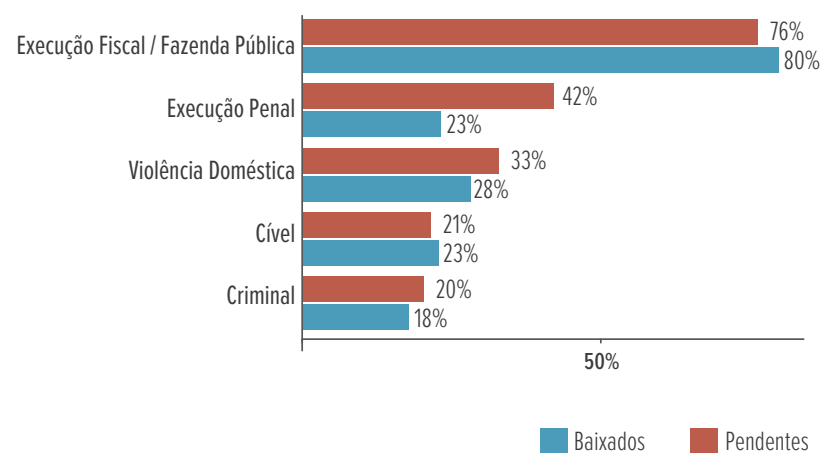
Figura 157 - Taxa de congestionamento bruta nas varas exclusivas, por tipo de competência



Fonte: Conselho Nacional de Justiça, 2021.

A Figura 158 mostra os percentuais de processos pendentes e baixados nas varas exclusivas em relação ao total de processos de violência doméstica; de execução penal; de execução fiscal; criminais na fase de conhecimento; e não criminais, exceto execuções fiscais. Observa-se que na competência Execução Fiscal, a maioria dos processos (tanto baixados 80%, quanto em trâmite, 76%) está nas varas exclusivas. Nas outras competências acontece o oposto, pois as varas exclusivas concentram menos de 42% dos processos. Mesmo com todo o incentivo à especialização das unidades judiciárias, na violência doméstica, por exemplo, 67% do acervo tramita em varas de competência ampla (não exclusivas).

Figura 158 - Percentual de processos pendentes e baixados nas varas exclusivas em relação ao total de processos, por competência



Fonte: Conselho Nacional de Justiça, 2021.

Nas seções a seguir estão ausentes informações de alguns tribunais que não possuem varas especializadas ou que não alimentaram completamente o sistema Módulo de Produtividade Mensal. Para cada tipo de competência são calculados três indicadores: percentual de processos pendentes e baixados nas varas exclusivas; média de processos pendentes e baixados por unidade judiciária; e taxas de congestionamento das varas exclusivas.

9.1 Varas exclusivas de Execução Fiscal ou de Fazenda

Pública

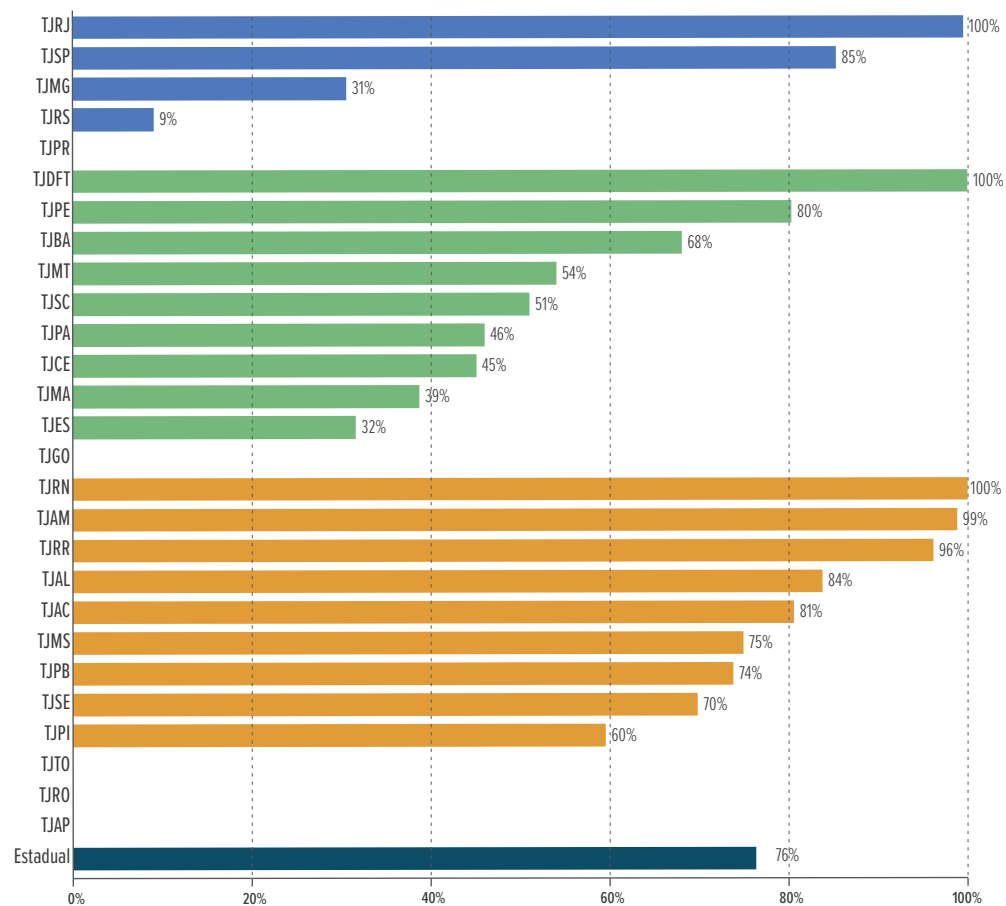
Os dados gerais sobre as execuções fiscais estão detalhados na seção “Gargalos da execução”, do capítulo “Gestão judiciária”. Esses processos representam 36% do total de casos pendentes e 68% das execuções pendentes no Poder Judiciário.

Ressalta-se que 76% dos processos pendentes de execução fiscal estão nas varas exclusivas (Figura 159). Entretanto, esse não é um padrão em todos os tribunais, pois enquanto no TJRS apenas 9% dos processos tramitam em varas exclusivas, nos tribunais TJRJ, TJDFT, TJRN, TJAM e TJRR, os percentuais superam 90% (Figura 159).

Conforme visto na seção “Execuções Fiscais”, tramitam nos Tribunais de Justiça de São Paulo e Rio de Janeiro (Figura 119) mais de 55% do total de processos de execução fiscal em trâmite no Poder Judiciário, sendo que nesses tribunais 85% e 100% dos processos tramitam em varas exclusivas, respectivamente. Esses processos tramitam em 285 varas, ou seja, 50.230 processos em tramitação por vara.

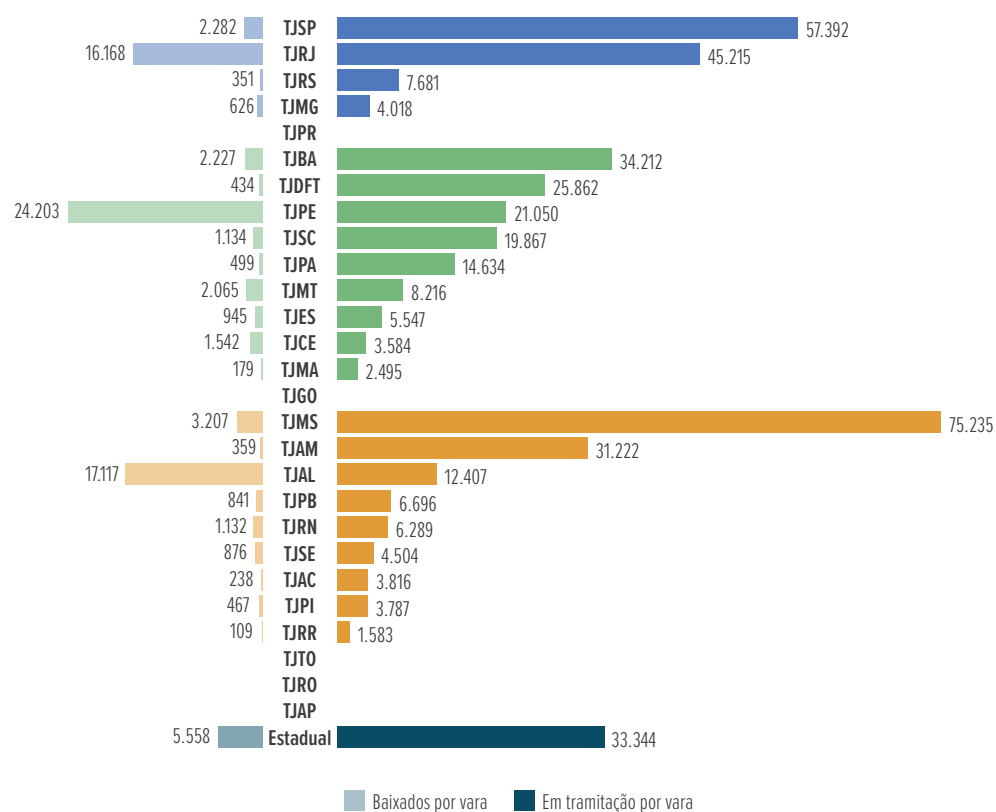
O Tribunal de Justiça de Alagoas se destaca por apresentar 84% dos processos de execução fiscal nas varas exclusivas e por possuir a menor taxa de congestionamento da Justiça Estadual, com taxa de 42%, seguido pelo TJPE, que possui a segunda menor taxa de congestionamento, com 46,5% (Figura 161). O Estado do Mato Grosso do Sul é o que mais acumula processos em suas varas exclusivas, com uma média de 75 mil processos em cada unidade judiciária (Figura 160).

Figura 159 - Percentual de processos de execução fiscal que tramitam nas varas exclusivas, segundo o tribunal



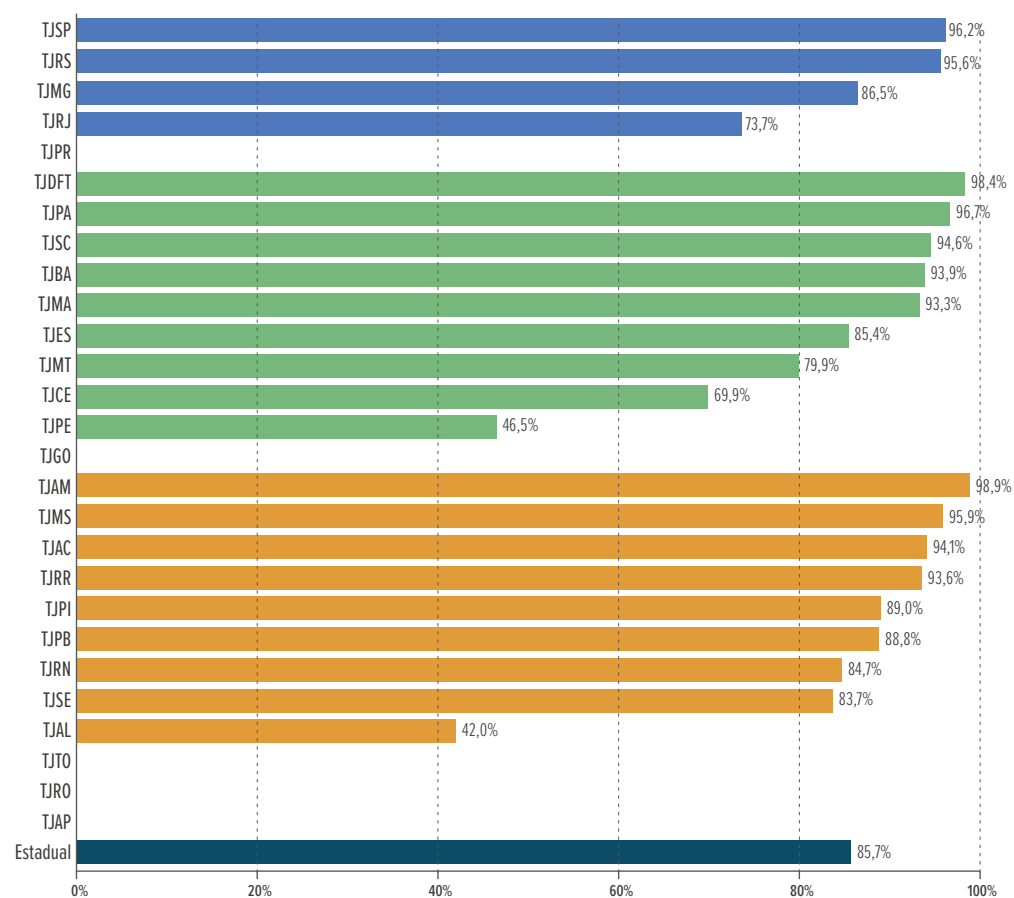
Fonte: Conselho Nacional de Justiça, 2021.

Figura 160 - Total de processos de execução fiscal baixados e pendentes por vara exclusiva, segundo o tribunal



Fonte: Conselho Nacional de Justiça, 2021.

Figura 161 - Taxa de congestionamento das varas exclusivas de execução fiscal ou fazenda pública



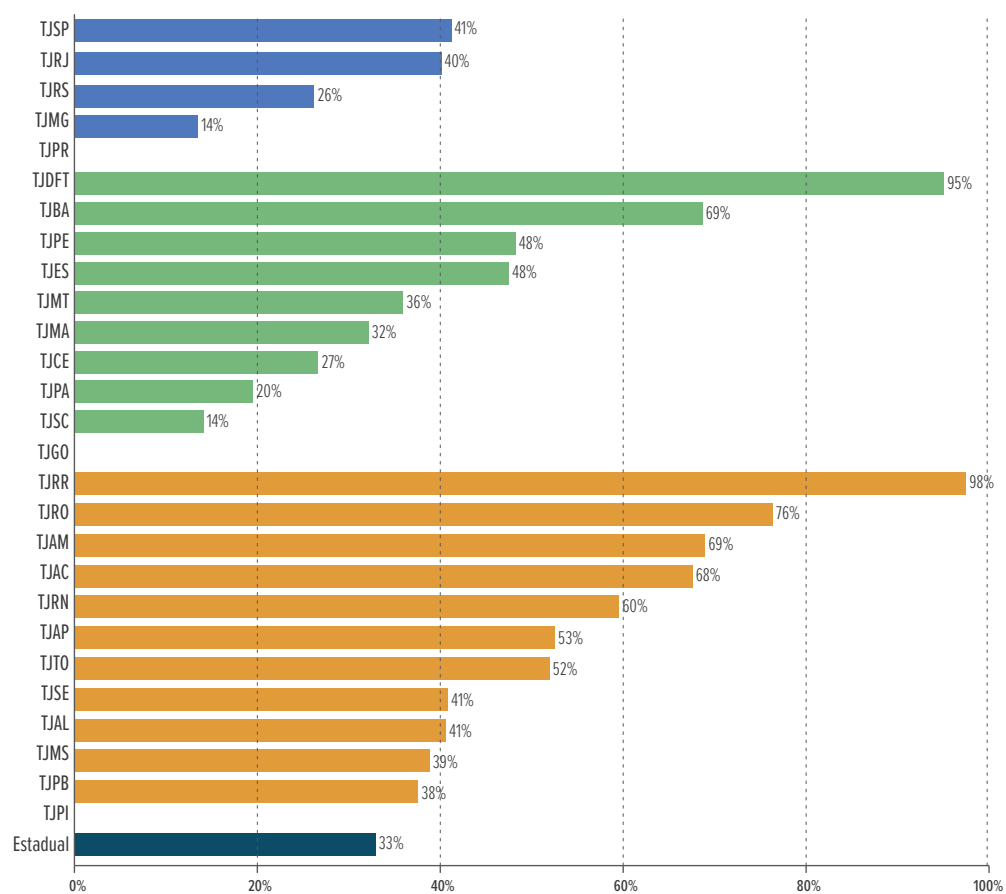
Fonte: Conselho Nacional de Justiça, 2021.

9.2 Varas exclusivas de Violência Doméstica

A Figura 162 mostra o percentual de processos em trâmite nas varas exclusivas de violência doméstica e familiar contra a mulher. O TJDFT e TJRR são os únicos a apresentar mais de 90% dos processos em unidades destinadas a julgar exclusivamente tais ações. As varas exclusivas do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia e do Amazonas abarcam, respectivamente, 76% e 69% do total de processos de violência doméstica em tramitação e apresentam os maiores quantitativos de processos em tramitação e baixados por unidade judiciária, com, respectivamente, 8.850 casos pendentes por vara no TJRO e 6.247 processos baixados por vara no TJAM (Figura 163).

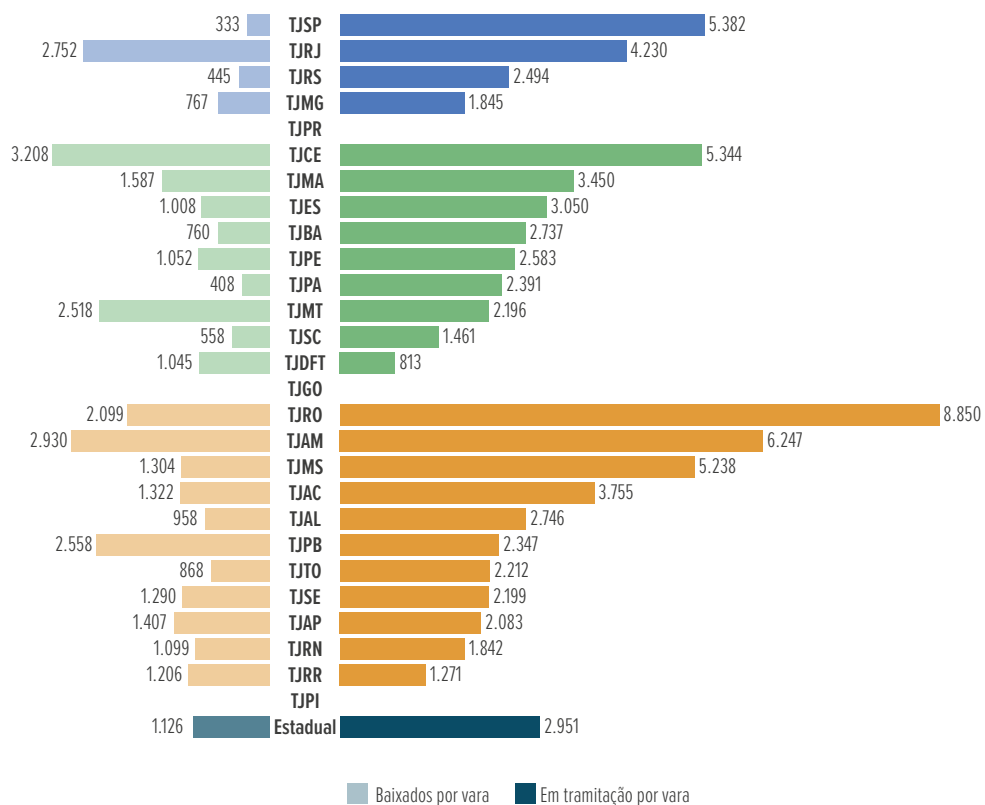
Verifica-se, pela Figura 164, que a taxa de congestionamento das varas exclusivas de violência doméstica é de 72,4%, com destaque para TJDFT, TJMT e TJPB, que apresentam taxas de congestionamento inferiores a 50%. O TJDFT ainda possui 95% dos processos de violência doméstica em tramitação nas varas de competência exclusiva para essa matéria (Figura 164), o que demonstra uma experiência exitosa no enfrentamento dessa temática, possuindo baixa taxa de congestionamento e alta concentração de processos na vara com especialização, assim como o TJRR, com 98% de concentração dos processos de violência doméstica em tramitação nas varas de competência exclusiva e 51,3% de taxa de congestionamento.

Figura 162 - Percentual de processos de violência doméstica contra a mulher que tramitam nas varas exclusivas, segundo o tribunal



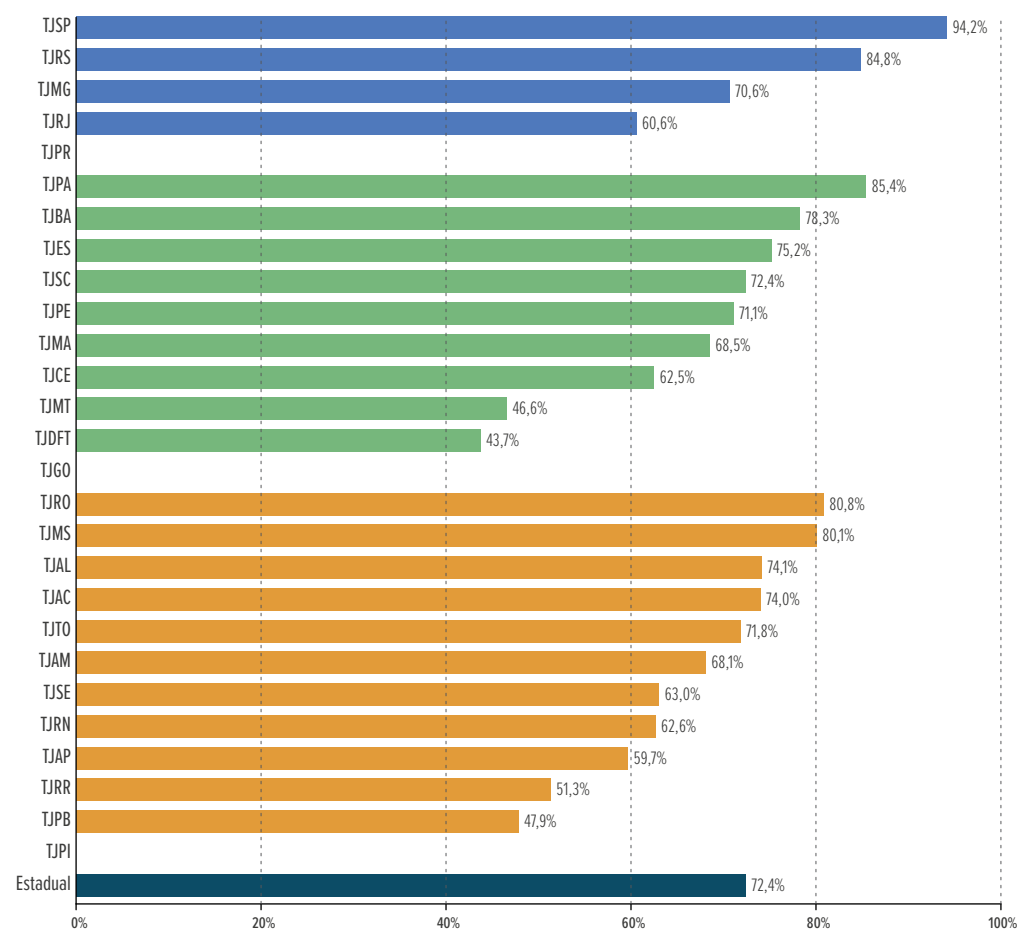
Fonte: Conselho Nacional de Justiça, 2021.

Figura 163 - Total de processos de violência doméstica baixados e pendentes por vara exclusiva, segundo o tribunal



Fonte: Conselho Nacional de Justiça, 2021.

Figura 164 - Taxa de congestionamento das varas exclusivas de violência doméstica e familiar contra a mulher, segundo o tribunal



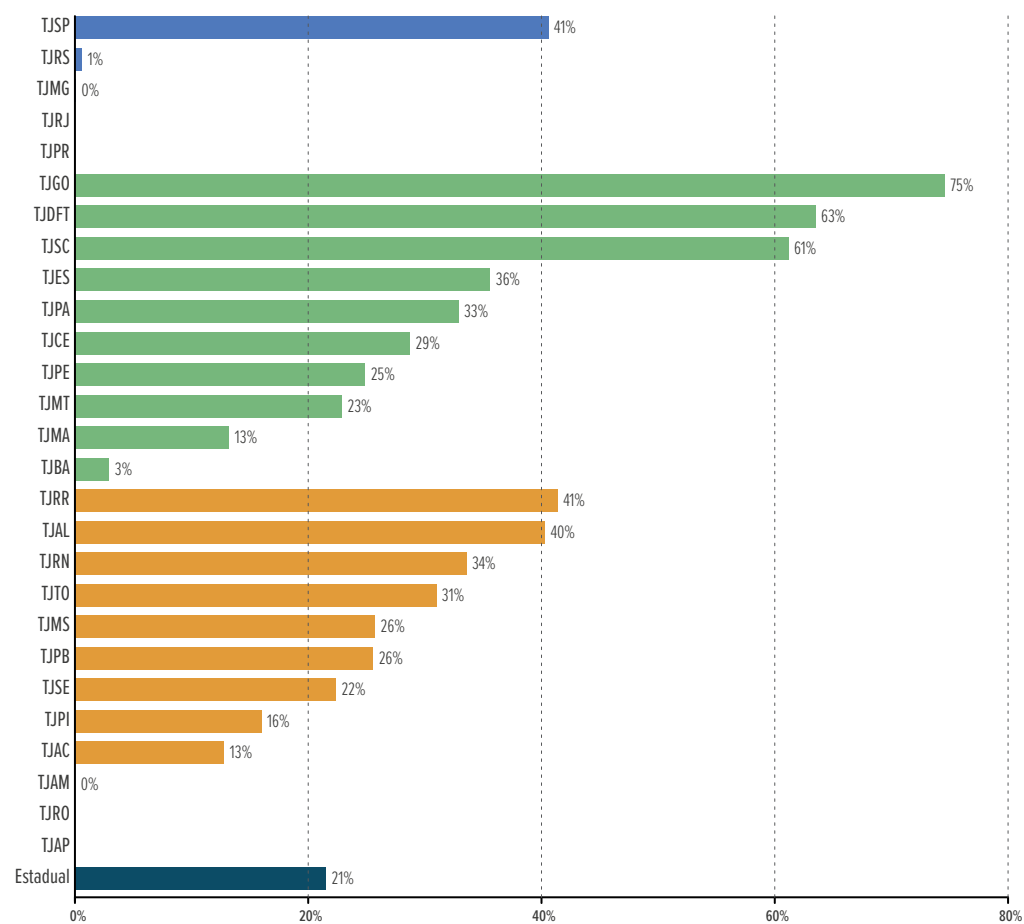
Fonte: Conselho Nacional de Justiça, 2021.

9.3 Varas exclusivas Cíveis

Tramitaram nas varas exclusivas cíveis da Justiça Estadual ao final do ano de 2020 em média 2.525 processos e foram baixados 915 por unidade judiciária (Figura 166). Os tribunais TJDFT, TJGO e TJSC se destacam por apresentarem mais de 60% dos processos não criminais em tramitação nas varas exclusivas cíveis (Figura 165). A seu turno, o TJRS e TJBA apresentam índices inferiores a 5%, o que demonstra um baixo processamento dessas matérias nas varas especializadas. Ademais, a média nacional é de 21%, o que demonstra que se trata talvez de uma especialização que não possui grande concentração em âmbito nacional.

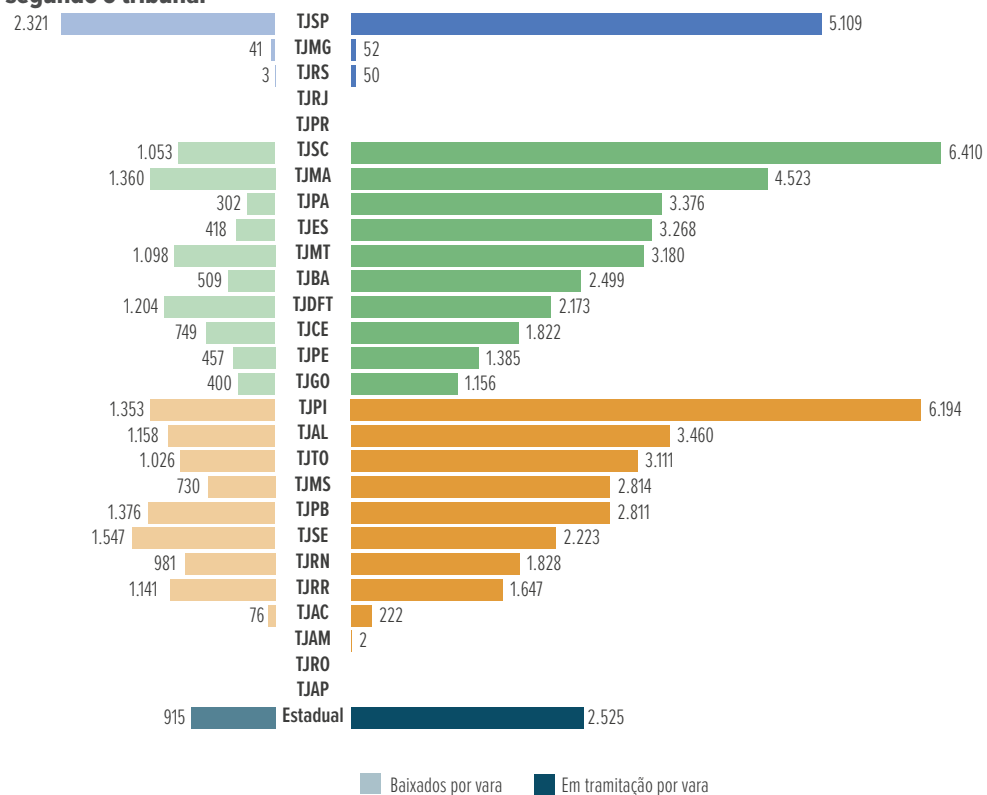
A taxa de congestionamento nas varas exclusivas de competência cível é de 73,4%, conforme Figura 167, possuindo uma grande proximidade com o índice nacional de 74,9%.

Figura 165 - Percentual de processos não criminais que tramitam nas varas exclusivas cíveis, segundo o tribunal



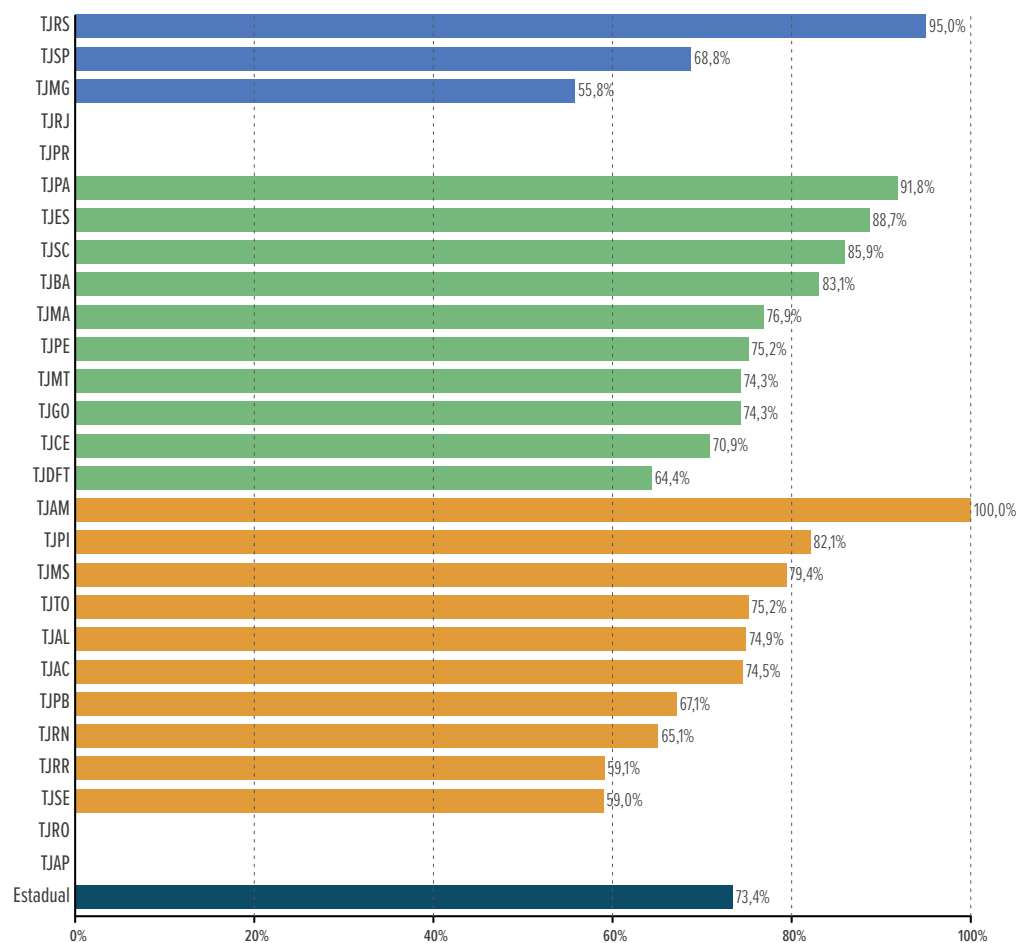
Fonte: Conselho Nacional de Justiça, 2021.

Figura 166 - Total de processos não criminais baixados e pendentes por vara exclusiva cível, segundo o tribunal



Fonte: Conselho Nacional de Justiça, 2021.

Figura 167 - Taxa de congestionamento dos processos não criminais nas varas exclusivas de competência cível, segundo o tribunal



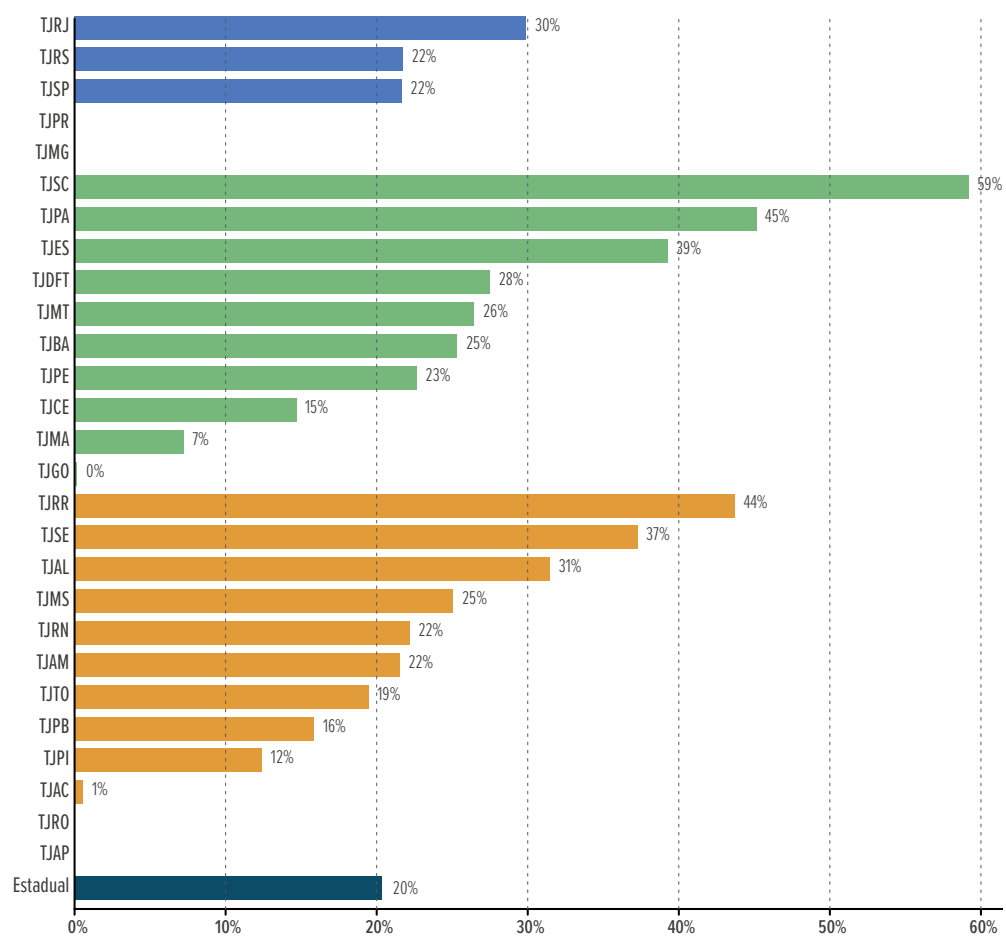
Fonte: Conselho Nacional de Justiça, 2021.

9.4 Varas exclusivas Criminais

Apenas o TJSC possui mais da metade dos processos criminais em tramitação nas varas exclusivas criminais, conforme Figura 168. A média nacional é de 20%. O acervo médio nacional por unidade judiciária foi de 1.338 processos, com baixa de 296 por vara. Os valores variam significativamente entre os tribunais (Figura 169). Destaca-se o TJPI, que tem o maior acervo de processos pendentes em varas exclusivas, totalizando 9.363, o que representa quase 7 vezes a média nacional de acervo em varas exclusivas.

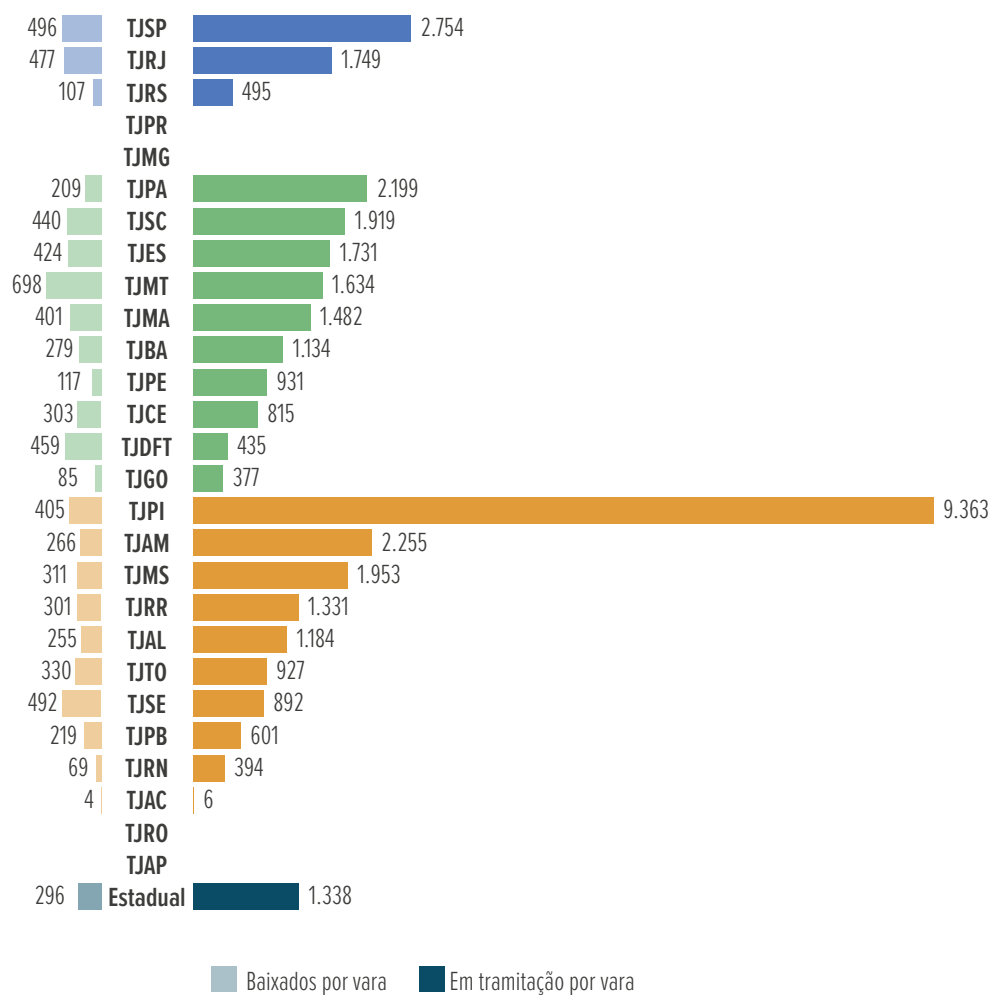
As taxas de congestionamento dos processos de conhecimento nas varas criminais exclusivas são maiores do que das demais competências avaliadas neste capítulo e consideravelmente maiores do que a taxa de congestionamento de toda a Justiça em 2020, que é de 74,9%. Os menores congestionamentos de varas criminais exclusivas se verificam no TJDFT (48,6%) e TJAC (60,3%), conforme Figura 70.

Figura 168 - Percentual de processos de conhecimento criminais que tramitam nas varas exclusivas, segundo o tribunal



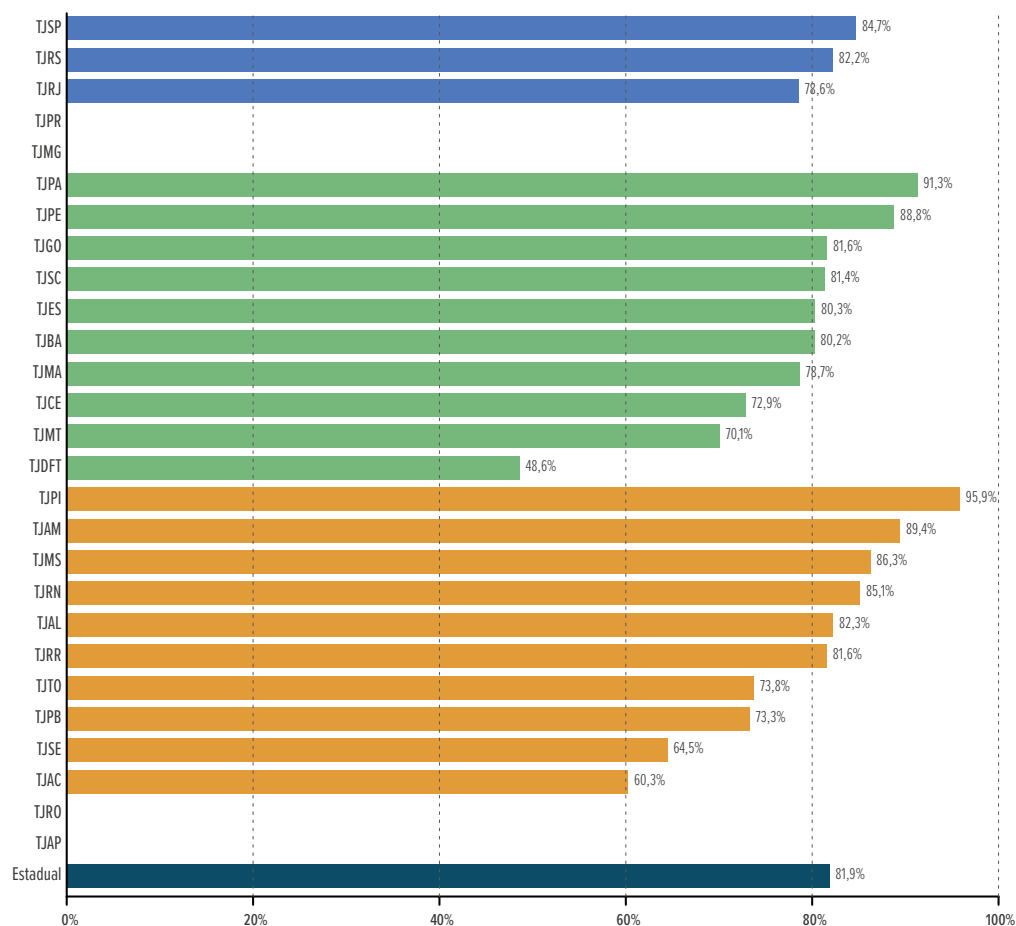
Fonte: Conselho Nacional de Justiça, 2021.

Figura 169 - Total de processos de conhecimento criminais baixados e pendentes por vara exclusiva, segundo o tribunal



Fonte: Conselho Nacional de Justiça, 2021.

Figura 170 - Taxa de congestionamento dos processos de conhecimento criminais nas varas exclusivas criminais, segundo o tribunal

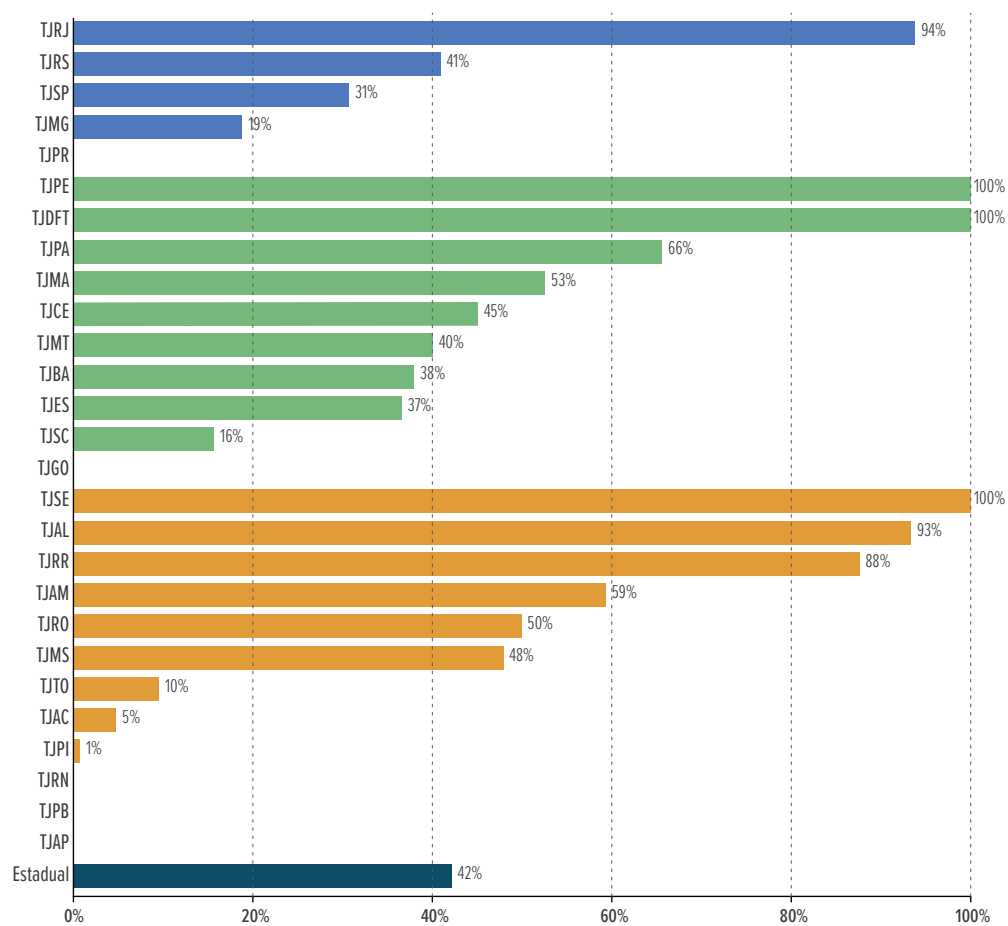


Fonte: Conselho Nacional de Justiça, 2021.

Com relação às varas exclusivas de execução penal e/ou de medida alternativa, não são apresentadas as taxas de congestionamento por tribunal, uma vez que o processo permanece pendente até o término do cumprimento da pena. Computam-se os processos de execução de penas privativas e não privativas de liberdade.

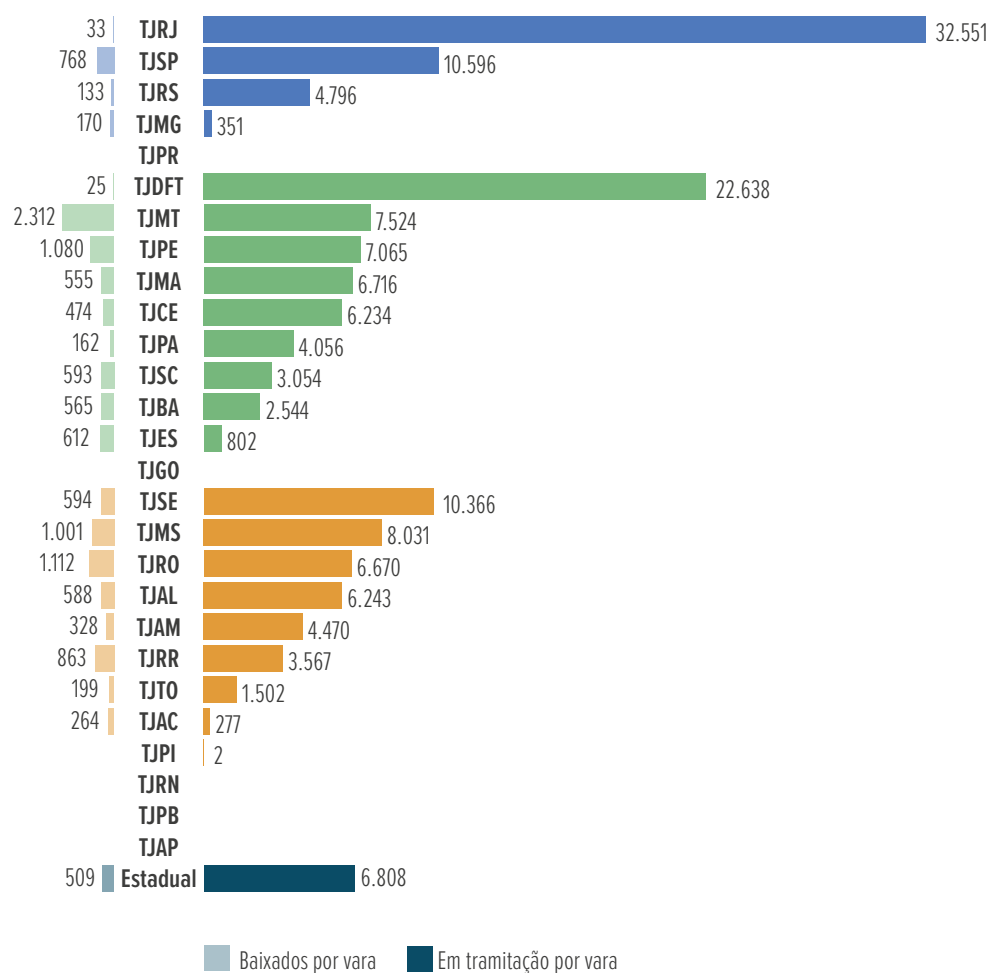
Aproximadamente 42% dos processos de execução penal pendentes ao final do ano de 2020 na Justiça Estadual tramitavam em vara exclusiva (Figura 171). O TJRJ, TJPE, TJDFT, TJSE, TJAL e TJRR se destacam por apresentarem mais de 80% dos processos nas varas exclusivas de execução penal. Destacam-se o TJPE e o TJDFT por possuírem 100% dos processos em tramitação nas varas especializadas. Havia em tramitação nas varas exclusivas de execução penal do TJDFT ao final de 2020 em média 22.638 processos por vara e no TJPE, 7.065 (Figura 172).

Figura 171 - Percentual de processos de execução penal que tramitam nas varas exclusivas, segundo o tribunal



Fonte: Conselho Nacional de Justiça, 2021.

Figura 172 - Total de processos de execução penal baixados e pendentes por vara exclusiva, segundo o tribunal



Fonte: Conselho Nacional de Justiça, 2021.

10 Índice de Produtividade Comparada da Justiça: IPC-Jus

O Índice de Produtividade Comparada da Justiça (IPC-Jus) é uma medida que busca resumir a produtividade e a eficiência relativa dos tribunais em um escore único, ao comparar a eficiência otimizada com a aferida em cada unidade judiciária, a partir da técnica de Análise Envoltória de Dados (*Data Envelopment Analysis - DEA*), conforme especificado no anexo metodológico.

Esse método permite comparações entre tribunais do mesmo ramo de justiça, independentemente do porte, pois considera o que foi produzido a partir dos recursos ou insumos disponíveis para cada tribunal. A respeito dos insumos, o índice agrega informações de litigiosidade — número de processos que tramitaram no período (excluídos os processos suspensos, sobrestados, em arquivo provisório e de execuções fiscais e penais), dados sobre recursos humanos (magistrados(as), servidores(as) efetivos(as), comissionados(as) e ingressados(as) por meio de requisição ou cessão) e sobre recursos

financeiros (despesa total da Justiça, excluídas as despesas com inativos e com projetos de construção e obras). O índice avalia também a quantidade de processos baixados, excluídos os processos de execuções fiscais e penais.

Até o ano de 2018 (ano-base 2017), as execuções fiscais, as execuções penais e os processos suspensos, sobrestados e em arquivo provisório integravam a base de cálculo do IPC-Jus, tanto na dimensão do acervo (*input*) quanto na dos baixados (*output*). A mudança metodológica se justifica pelos motivos já expostos neste relatório, tendo em vista que a baixa em tais processos não depende unicamente da eficiência e do desempenho do Poder Judiciário.

A aplicação do modelo DEA tem por resultado um percentual que varia de 0 a 100%, sendo essa a medida de eficiência do tribunal, denominada por IPC-Jus. Quanto maior seu valor, melhor o desempenho da unidade, significando que ela foi capaz de produzir mais, com menos recursos disponíveis. Os tribunais com melhor resultado, considerados eficientes, tornam-se referência no ramo de justiça do qual fazem parte. Os outros tribunais, por sua vez, são comparados aos mais semelhantes a eles, de forma ponderada. Portanto, o IPC-Jus do tribunal será a razão entre seu desempenho e o quanto ele deveria ter produzido para atingir 100% de eficiência.

Cabe esclarecer que a obtenção de eficiência de 100% não significa que um tribunal não precise melhorar, mas apenas que tal tribunal foi capaz de baixar mais processos quando comparado com os demais, com recursos similares.

Para melhor compreensão dos resultados do IPC-Jus sugere-se visualizar os gráficos que trazem o cruzamento, dois a dois, dos principais indicadores de produtividade que influenciam no cálculo da eficiência relativa. Cada um dos indicadores relaciona a variável de *output* (baixados) com uma de *input*. Os gráficos apresentam, simultaneamente, quatro dimensões distintas, pois, além dos dois indicadores, também demonstram a classificação de cada tribunal em relação aos de seu porte, por meio da forma do símbolo, e o nível de eficiência, pelo tamanho. Mais detalhes sobre a interpretação desse tipo de gráfico podem ser encontrados no anexo metodológico deste Relatório.

O IPC-Jus ainda mensura quanto o tribunal deveria ter baixado em número de processos para que, em 2020, pudesse alcançar a eficiência máxima. Dessa forma, este capítulo destina-se a apresentar o resultado real e a simulação com os principais indicadores de desempenho, sendo o resultado simulado construído a partir da hipótese de que todos os tribunais seriam eficientes e alcançariam 100% no IPC-Jus.

O comparativo é produzido com base no Índice de Produtividade dos Magistrados (IPM), no Índice de Produtividade dos Servidores (IPS), na Despesa Total do Tribunal e na Taxa de Congestionamento (TC).

Os resultados e os cenários do IPC-Jus foram calculados para as justiças Estadual, do Trabalho e Federal.

10.1 Justiça Estadual

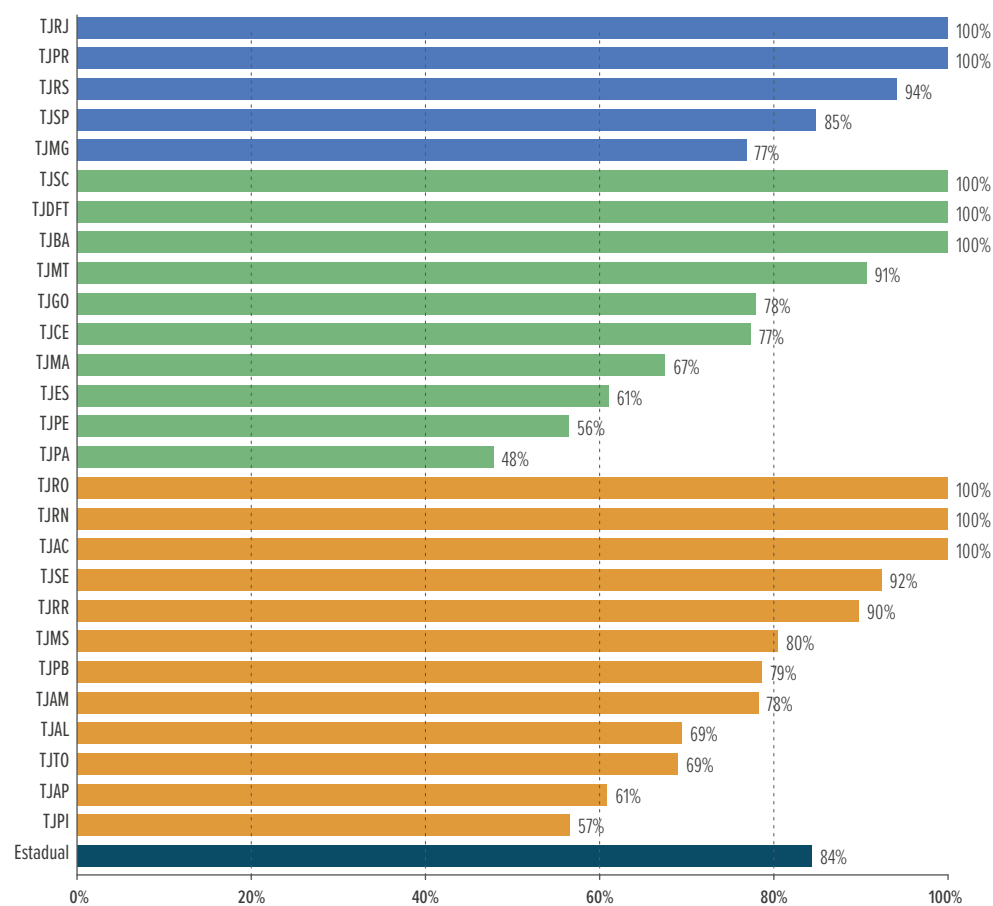
10.1.1 Resultados

A Figura 173 apresenta o resultado do IPC-Jus de cada tribunal da Justiça Estadual, e a Figura 174 discrimina esse indicador para o primeiro e segundo grau. Verifica-se, a partir desses gráficos, que nenhum tribunal alcançou IPC-Jus de 100% no primeiro e no segundo grau concomitantemente, em que pese o TJSC tenha alcançado os maiores índices quase atingindo a totalidade (98% no segundo grau e 100% no primeiro grau). Também destaca-se que o segundo grau tem os menores índices médios de IPC-Jus.

O TJSP (grande porte) obteve índice de 100% no segundo grau e de 79% no primeiro grau. Os Tribunais de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, do Paraná (ambos de grande porte), de Santa Catarina, do Distrito Federal, da Bahia (todos de médio porte), de Rondônia e do Acre (ambos de pequeno porte) atingiram índice de 100% no primeiro grau.

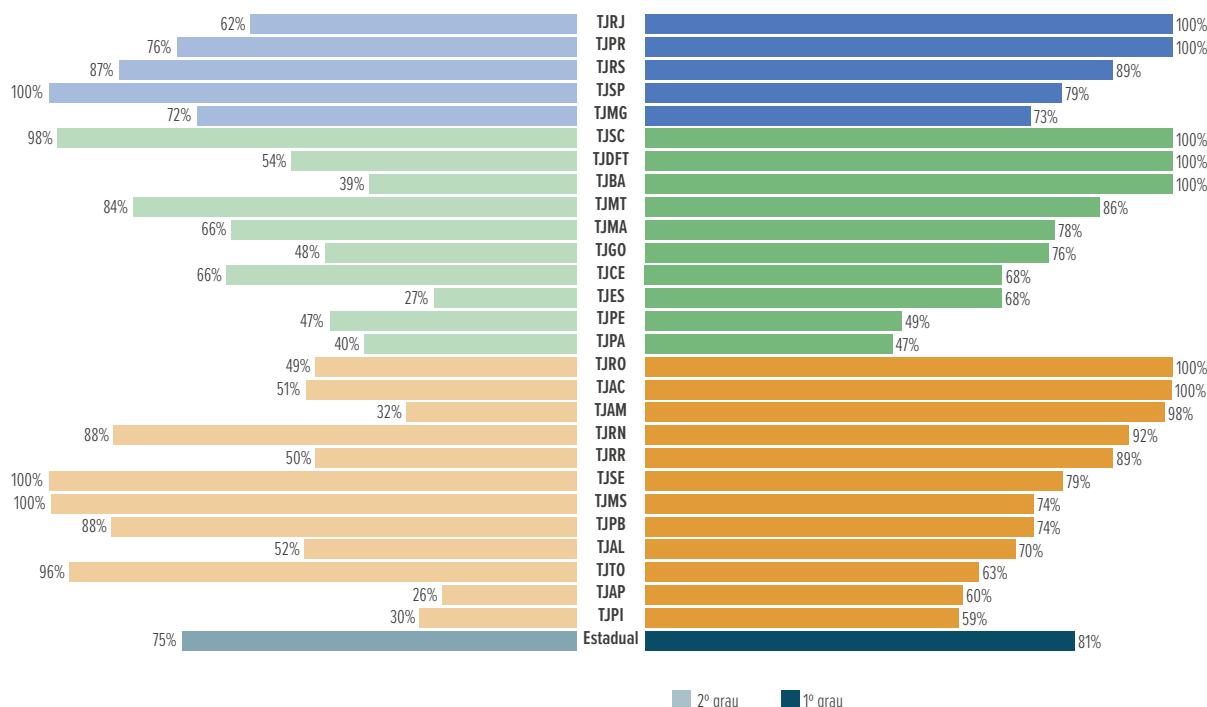
Considerando o conjunto do Poder Judiciário, o primeiro grau apresentou indicador superior ao do segundo, com IPC-Jus de, respectivamente, 81% e 75%. Isso não significa maior produtividade, mas tão somente que, em média, as varas e juizados apresentaram resultados mais homogêneos entre os tribunais do que as cortes de segunda instância.

Figura 173 - Resultado do IPC-Jus por tribunal (incluída a área administrativa)



Fonte: Conselho Nacional de Justiça, 2021.

Figura 174 - Resultado do IPC-Jus da área judiciária, por instância e tribunal



Fonte: Conselho Nacional de Justiça, 2021.

É possível salientar a eficiência resultante do modelo em cada indicador de forma separada, a partir da relação entre a taxa de congestionamento líquida e, respectivamente, a produtividade dos(as) magistrados(as) (Figura 175), a produtividade dos(as) servidores(as) (Figura 176) e a despesa total (Figura 177)²⁹. Os tribunais que mais se aproximam da linha de fronteira (linha azul nessas figuras) são os mais eficientes, e os mais distantes dessa linha, os menos eficientes. O TJDFT e o TJSC são os únicos na fronteira de eficiência em todos os casos (produtividade de magistrados(as) e de servidores). TJRO (pequeno porte) e TJRJ apresentaram alto desempenho no indicador de taxa de congestionamento líquida por índice de produtividade do(a) magistrado(a) e TJRN, TJPR e TJBA tiveram bons resultados no indicador de taxa de congestionamento líquida por índice de produtividade do(a) servidor(a).

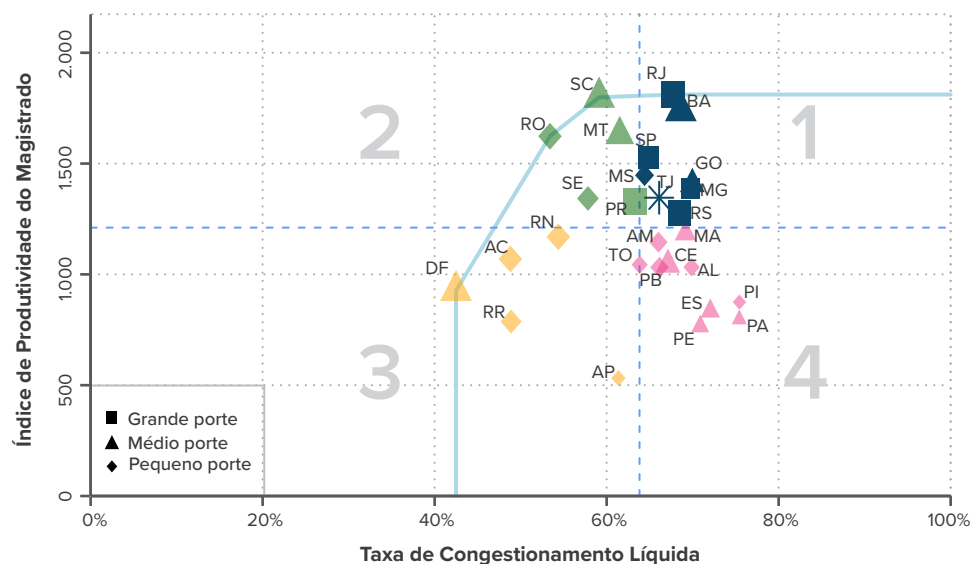
Os tribunais no quadrante do canto superior esquerdo das figuras de produtividade (Figuras 175 e 176) e no quadrante do canto inferior esquerdo da figura de despesa (Figura 177) são aqueles com melhor desempenho, pois combinaram altos indicadores

29 Desconsiderados dos respectivos indicadores os processos de execução fiscal, de execução penal e suspensos/sobrestados/arquivo provisório.

de produtividade, baixos indicadores de despesa e baixa taxa de congestionamento líquida, portanto estão mais próximos da linha de fronteira. Já os que se encontram no quadrante do canto inferior direito dos gráficos de produtividade e quadrante do canto superior direito de despesa estão mais distantes da fronteira e associam alta taxa de congestionamento líquida com baixos níveis de produtividade ou alto volume de despesa.

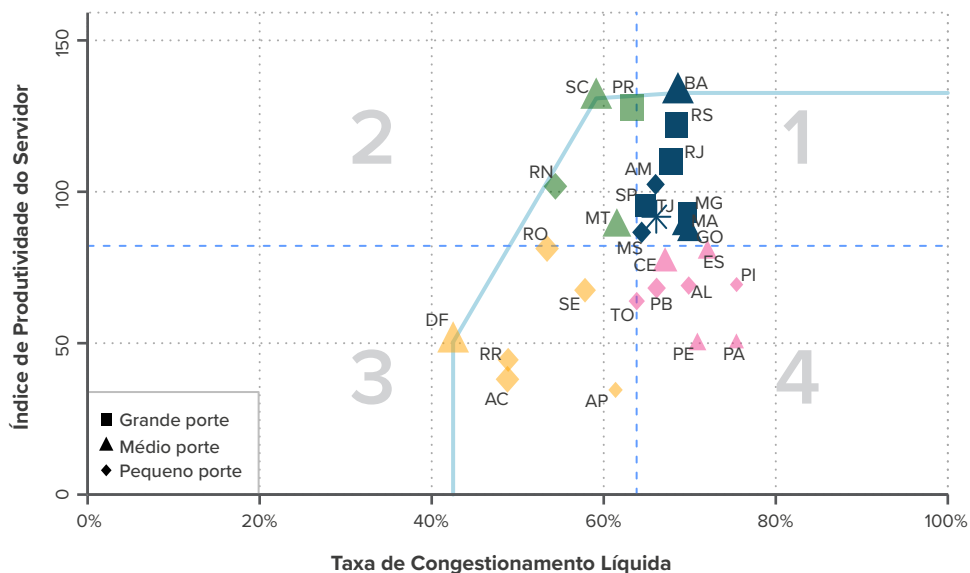
Apenas o TJSC se encontra no quadrante de melhor desempenho em todos os gráficos. Já TJPA, TJPI, TJES, TJPE e TJTO encontram-se nos quadrantes de menor desempenho.

Figura 175 - Gráfico de Gartner e fronteira da Taxa de Congestionamento Líquida × Índice de Produtividade dos Magistrados, excluindo os processos suspensos, sobrestados, execuções penais e fiscais



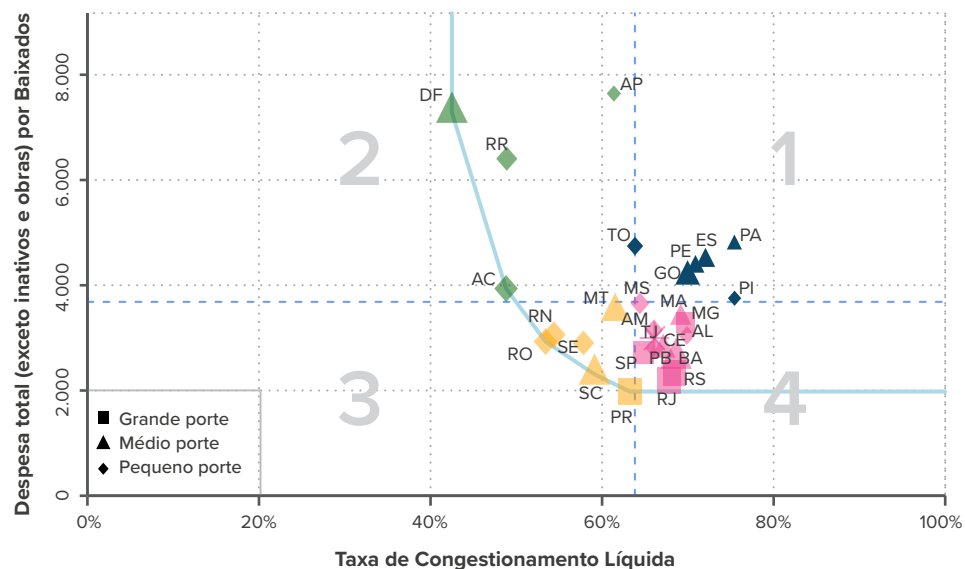
Fonte: Conselho Nacional de Justiça, 2021.

Figura 176 - Gráfico de Gartner e fronteira da Taxa de Congestionamento Líquida × Índice de Produtividade dos Servidores, excluindo os processos suspensos, sobrestados, execuções penais e fiscais



Fonte: Conselho Nacional de Justiça, 2021.

Figura 177 - Gráfico de Gartner e fronteira da taxa de congestionamento líquida × despesa total por processos baixados, excluindo a despesa com inativos, processos suspensos, sobrestados, execuções penais e fiscais



Fonte: Conselho Nacional de Justiça, 2021.

10.1.2 Análises de cenário

Neste tópico são apresentadas análises de cenário para estimar quanto os tribunais deveriam ter baixado de processos em 2020 para que pudessem alcançar eficiência máxima, ou seja, 100% no IPC-Jus. A análise de cenário é baseada em simulações para o Índice de Produtividade dos Magistrados (IPM), o índice de Produtividade dos Servidores (IPS) e a taxa de congestionamento líquida (TCL), considerando, também, os processos de execuções fiscais e penais. Os indicadores estimados têm como hipótese que os tribunais tenham alcançado 100% de eficiência.

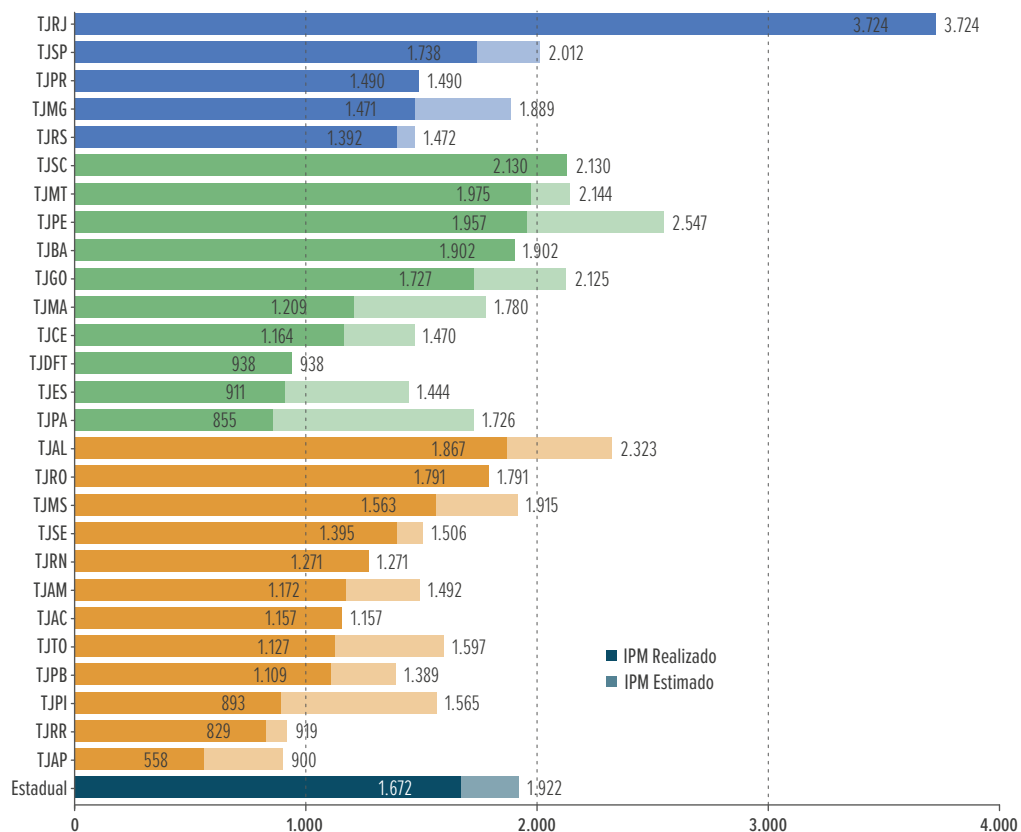
Esses cenários não significam que a situação hipotética alcançada seja a ideal. Por exemplo, no caso do TJRJ não se pode dizer que o congestionamento de 71% seja satisfatório, mas sim que, em relação aos demais tribunais e aos seus insumos, o TJRJ baixou, comparativamente, maior volume de processos.

Os números da Figura 178 e da Figura 179 indicam quantos processos cada magistrado(a) e cada servidor(a) necessitariam baixar nos respectivos índices de produtividade para que os tribunais atingissem 100% de eficiência, em comparação ao quanto efetivamente foi baixado. A Figura 180 demonstra o resultado que tais realizações provocariam na taxa de congestionamento líquida no ano de 2020.

O Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro destaca-se por ter apresentado, no ano de 2020, o maior IPM e o maior IPS, atingindo o IPC-Jus de 100%. Já o Tribunal de Justiça do Estado do Pará obteve o menor IPC-Jus da Justiça Estadual, com 48%, e a segunda maior taxa de congestionamento líquida (79%).

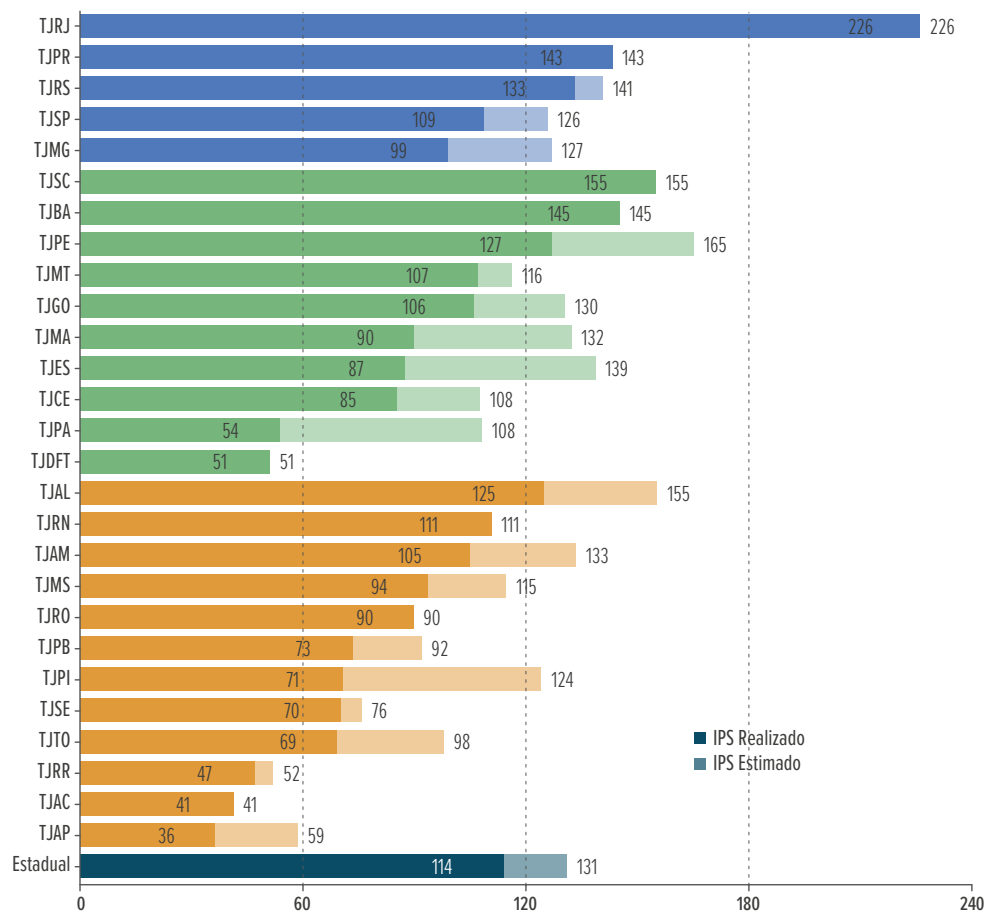
Caso os tribunais atingissem o índice de 100% no IPC-Jus do ano de 2020, as maiores alterações nos indicadores seriam as dos Tribunais de Justiça do Pará, Espírito Santo, Piauí e Amapá, uma vez que suas taxas de congestionamento poderiam ser reduzidas em, no mínimo, 10 pontos percentuais.

Figura 178 - Índice de Produtividade dos Magistrados (IPM) realizado × necessário para que cada tribunal atinja IPC-Jus de 100%



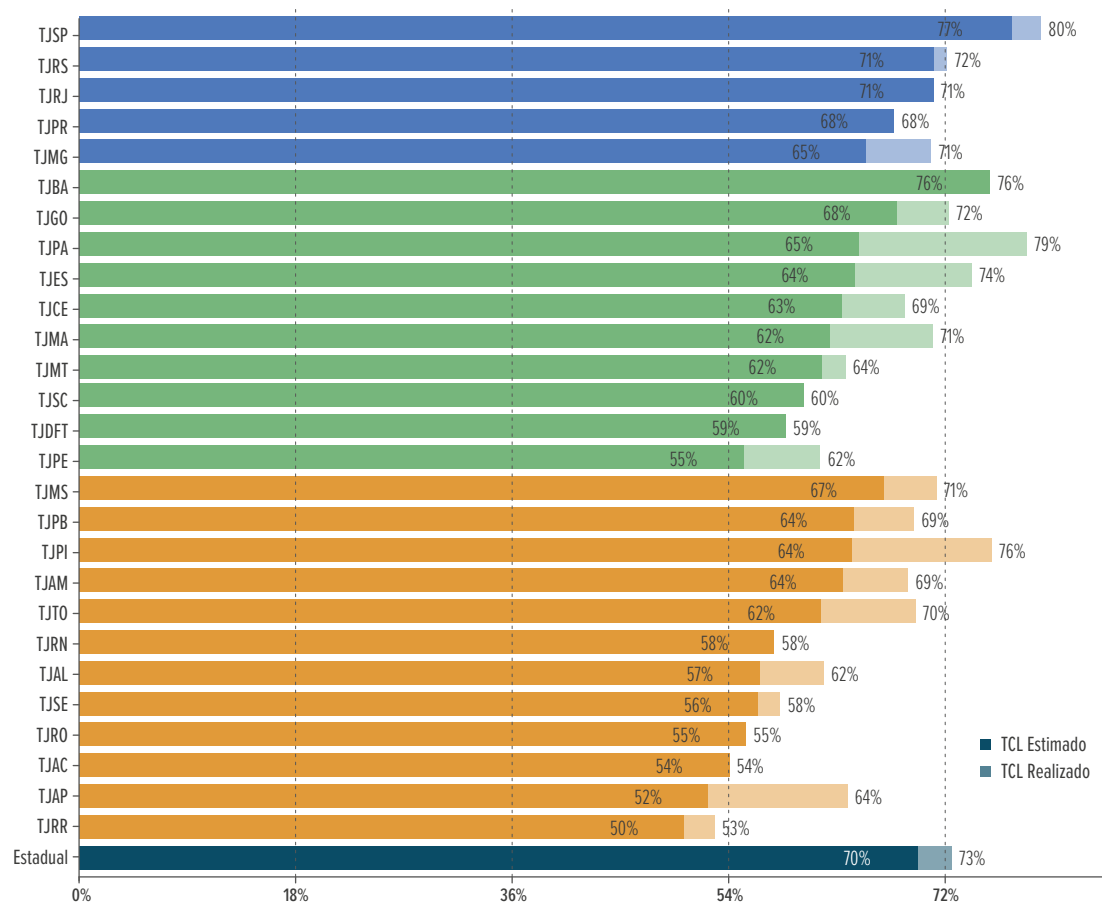
Fonte: Conselho Nacional de Justiça, 2021.

Figura 179 - Índice de Produtividade dos Servidores (IPS) realizado × necessário para que cada tribunal atinja IPC-Jus de 100%



Fonte: Conselho Nacional de Justiça, 2021.

Figura 180 - Taxa de congestionamento líquida (TCL) realizada × resultado da consequência se cada tribunal atingisse IPC-Jus de 100%



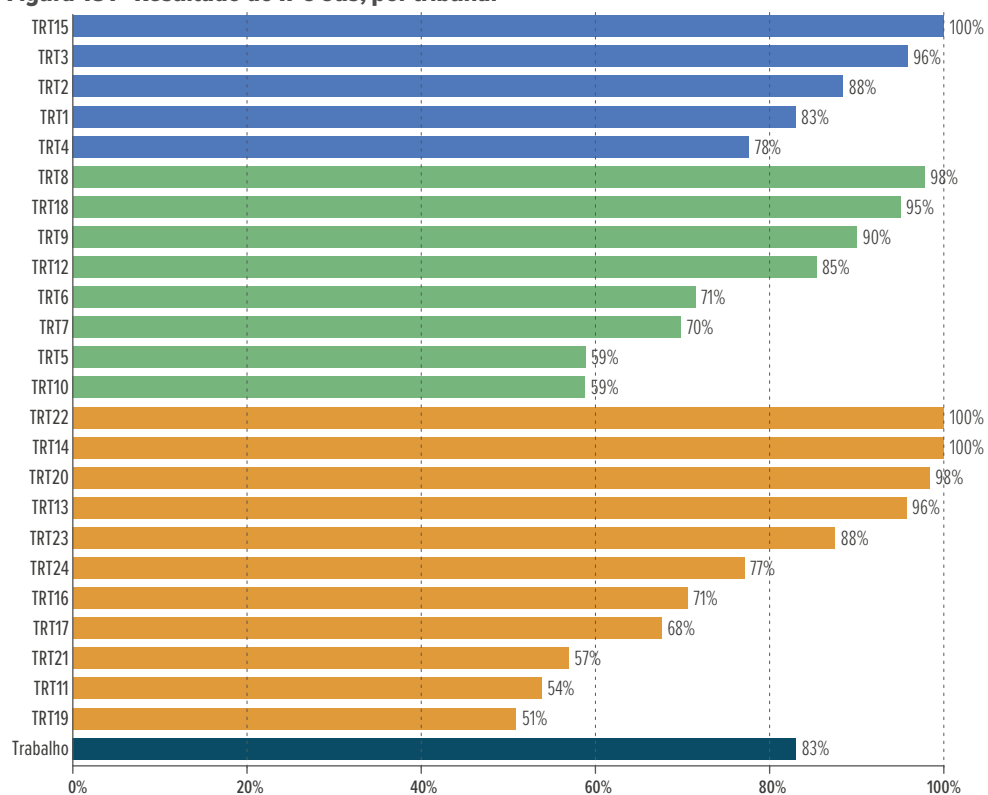
Fonte: Conselho Nacional de Justiça, 2021.

10.2 Justiça do Trabalho

10.2.1 Resultados

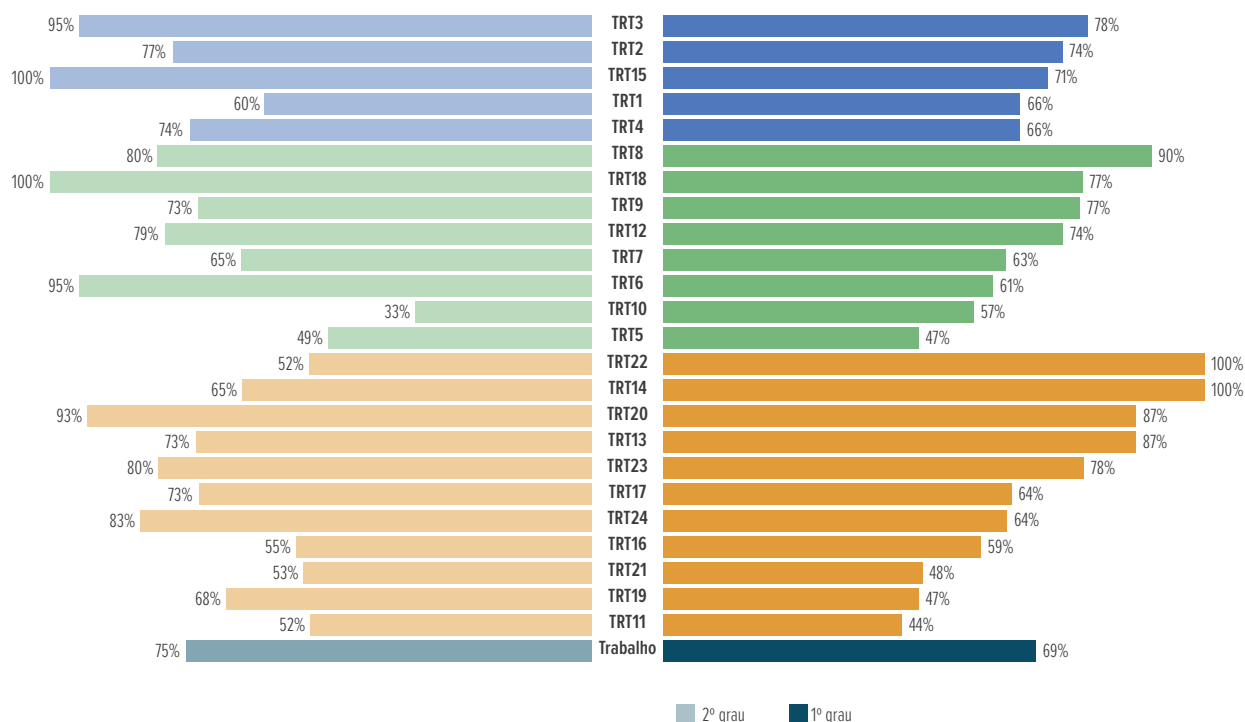
A Figura 181 mostra o IPC-Jus de cada Tribunal Regional do Trabalho e a Figura 182 apresenta esse indicador segmentado entre primeiro e segundo graus. Verifica-se que nenhum tribunal alcançou índice de 100%, tanto no primeiro e segundo graus, mas o TRT15 (Campinas/SP), TRT22 (Piauí) e TRT14 (Acre e Rondônia) alcançaram 100% ao se considerar a área administrativa. O TRT15 (Campinas), de grande porte, apresentou indicadores globais e de segundo grau de 100%, enquanto o TRT14 (AC/RO) e TRT22 (PI), tribunais de pequeno porte, apresentaram indicadores globais e de primeiro grau de 100%. Dois tribunais foram 100% eficientes no segundo grau: TRT15 (Campinas/SP) e TRT18 (Goiás). O IPC-Jus do segundo grau foi superior ao do primeiro, com índices de 75% e 69%, respectivamente. Isso não significa maior produtividade, mas tão somente que, em média, as cortes de segunda instância apresentaram resultados mais homogêneos entre os tribunais do que as varas do trabalho.

Figura 181 - Resultado do IPC-Jus, por tribunal



Fonte: Conselho Nacional de Justiça, 2021.

Figura 182 - Resultado do IPC-Jus da área judiciária, por instância e tribunal

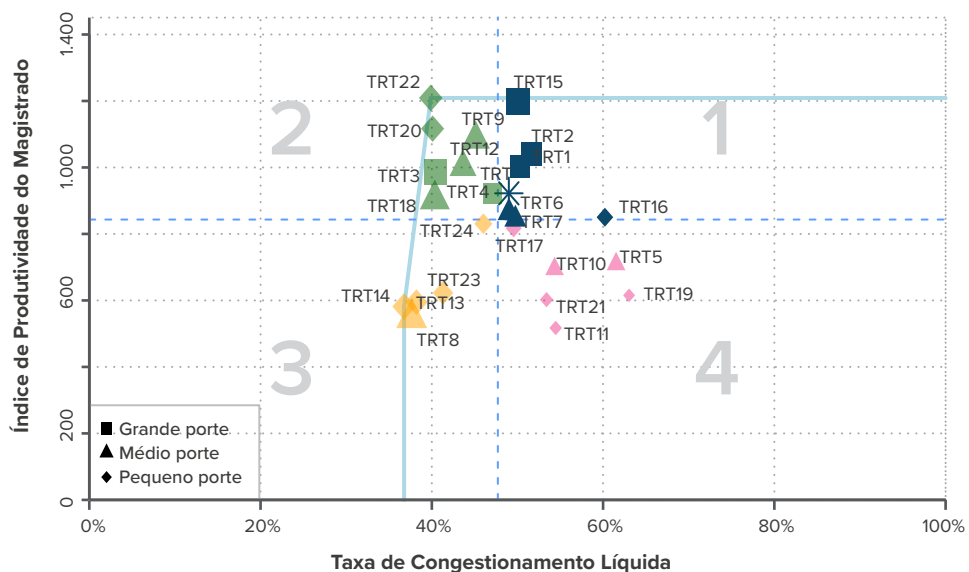


Fonte: Conselho Nacional de Justiça, 2021.

A eficiência resultante do modelo pode ser constatada a partir da relação entre a taxa de congestionamento líquida versus: a) a produtividade dos(as) magistrados(as) (Figura 183); b) a produtividade dos(as) servidores(as) (Figura 184); e c) a despesa total (Figura 185). Os tribunais que mais se aproximam da linha de fronteira (linha azul no gráfico) são os mais eficientes, e os mais distantes, os menos eficientes. Verifica-se que o Tribunal Regional do Trabalho da 8ª, 14ª, 15ª e 22ª Região se situam na fronteira de eficiência em todos os casos. A 20ª Região aparece também bem próxima à fronteira em todas as incidências, e bem próxima também, a 13ª região.

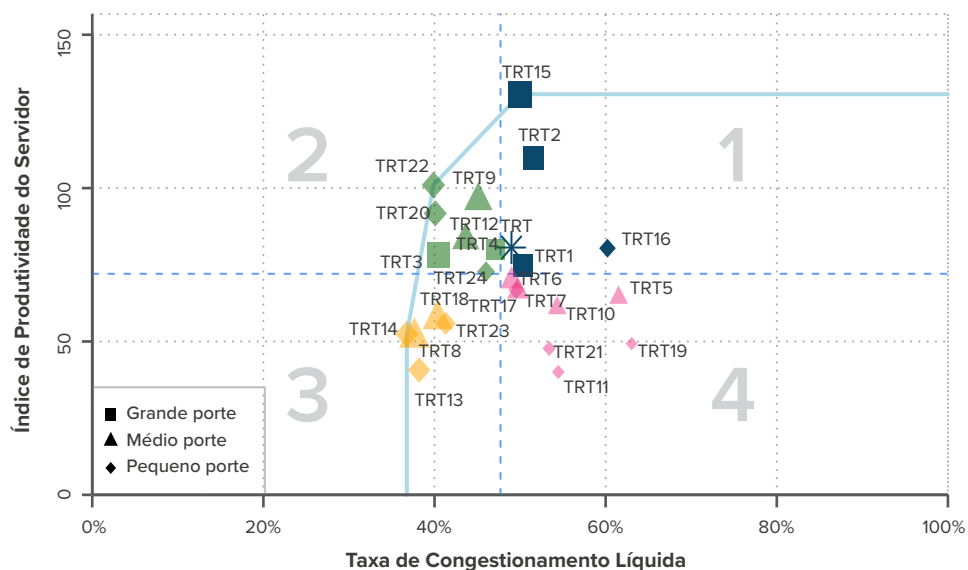
Os Tribunais Regionais do Trabalho das 3ª, 9ª, 18ª, 20ª e 22ª Regiões ocupam o quadrante de melhor desempenho (quadrante do canto superior esquerdo para os indicadores de produtividade e inferior esquerdo para o de despesa) em todos os gráficos, sendo o primeiro de grande porte, os dois seguintes de médio porte e os dois últimos de pequeno porte. Já os Tribunais das 5ª, 10ª, 11ª, 19ª e 21ª Regiões estão no quadrante de menor desempenho (quadrante inferior direito e superior direito para o de despesa), sendo os dois primeiros de médio porte e os demais de pequeno porte.

Figura 183 - Gráfico de Gartner e fronteira da Taxa de Congestionamento Líquida × Índice de Produtividade dos Magistrados, excluindo os processos suspensos, sobrestados e execuções fiscais



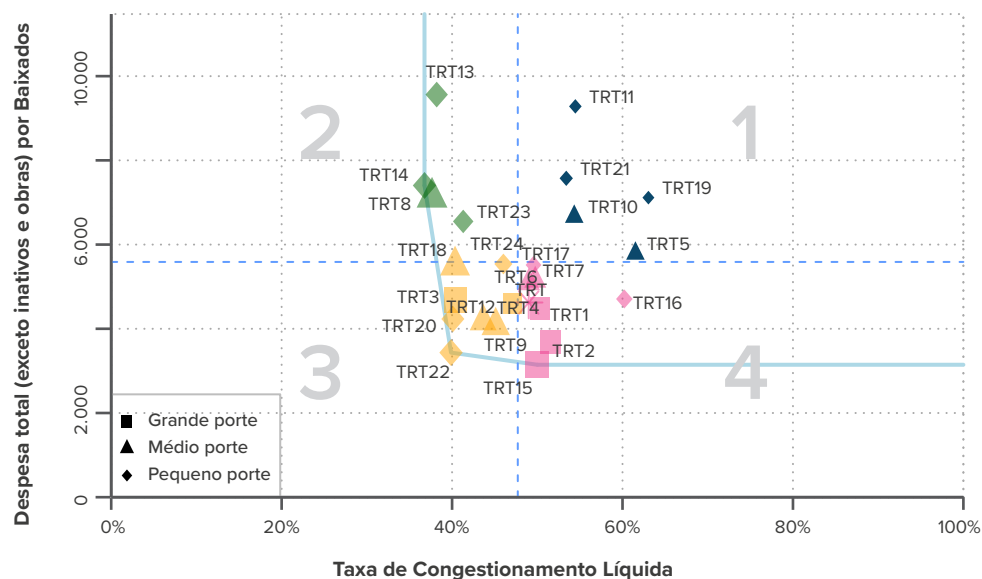
Fonte: Conselho Nacional de Justiça, 2021.

Figura 184 - Gráfico de Gartner e fronteira da Taxa de Congestionamento Líquida × Índice de Produtividade dos Servidores, excluindo os processos suspensos, sobrestados e execuções fiscais



Fonte: Conselho Nacional de Justiça, 2021.

Figura 185 - Gráfico de Gartner e Fronteira da taxa de congestionamento líquida × Despesa total por processos baixados, excluindo despesas com inativos, processos suspensos, sobrestados e execuções fiscais



Fonte: Conselho Nacional de Justiça, 2021.

10.2.2 Análises de cenário

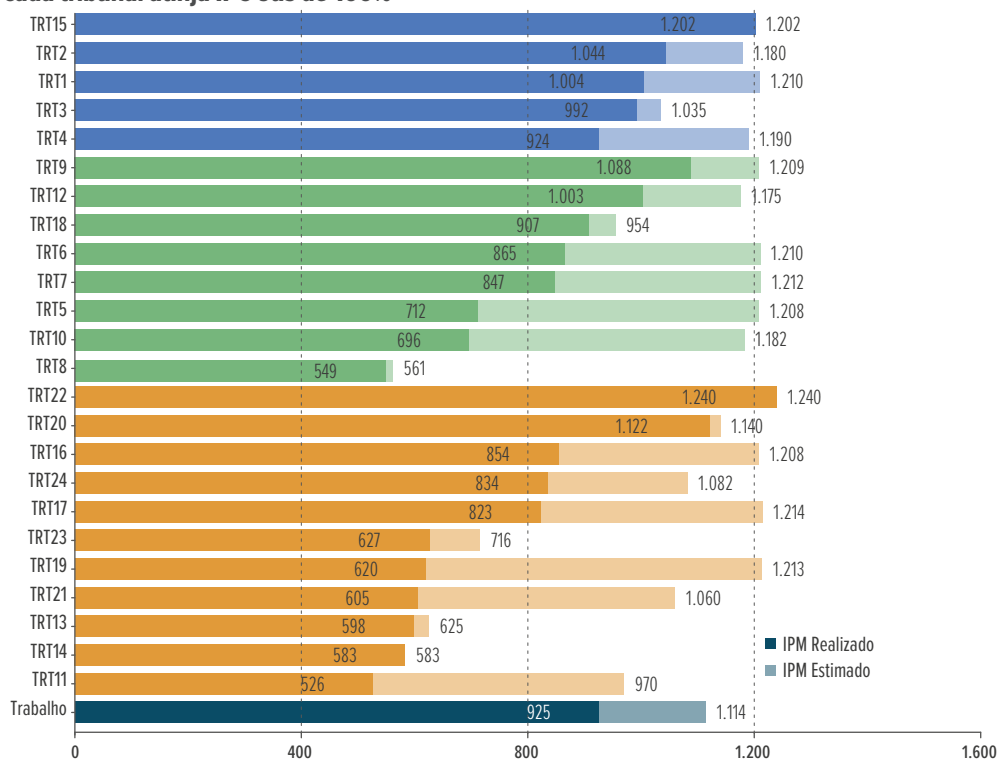
Nas simulações apresentadas a seguir são calculados o Índice de Produtividade dos Magistrados (IPM), o Índice de Produtividade dos Servidores (IPS) e a Taxa de Congestionamento Líquida (TCL), considerando, também, os processos de execuções fiscais. Os indicadores estimados têm como hipótese que os tribunais tenham alcançado 100% de eficiência, em contraste com os valores reais.³⁰

Os Tribunais Regionais do Trabalho da 5ª, 10ª, 19ª, 21ª e 11ª teriam uma diminuição de, no mínimo, 10 pontos percentuais na taxa de congestionamento líquida caso atingissem o IPC-Jus de 100% (Figuras de 185 a 188). Os tribunais com maior diferença entre o IPM realizado em comparação com o necessário para atingir o IPC-Jus de 100%, com mais de 400 processos por magistrado(a) de diferença, são o TRT da 5ª, 10ª, 19ª, 21ª e 11ª Regiões, o que demonstra que o baixo índice nesse indicador específico (IPM) tem afetado consideravelmente o alcance do IPC-Jus ótimo. Os tribunais com maior divergência

30 Vide mais explicações na seção Análises de cenário da Justiça Estadual.

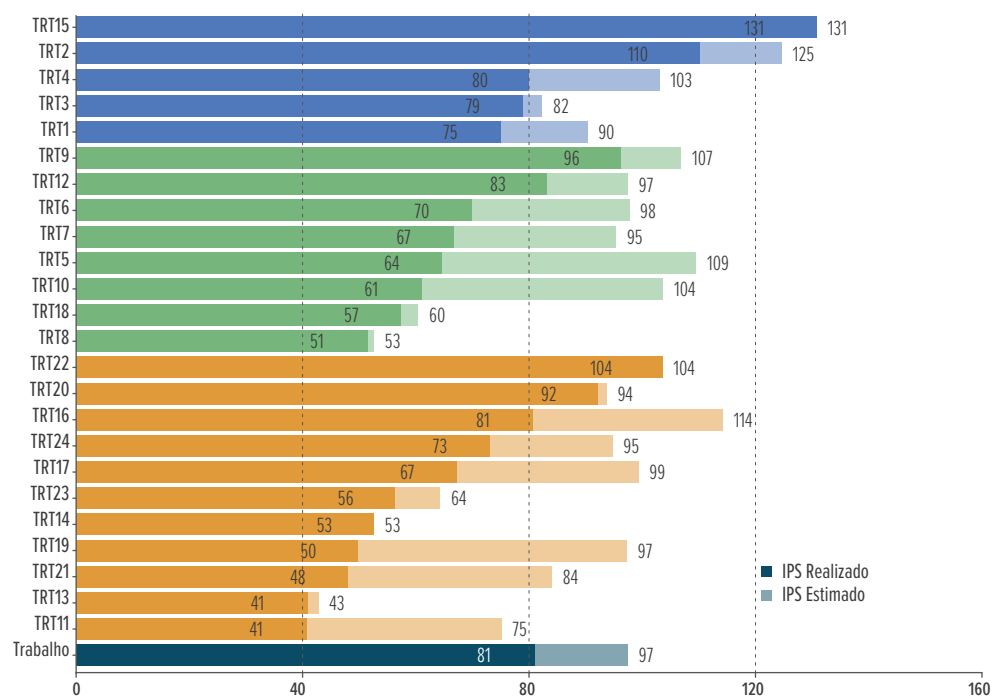
entre o IPS realizado e o estimado para atingir o IPC-Jus de 100%, que demandam mais o aumento de mais de 40 processos por servidor, são o TRT5, TRT10 e TRT19.

Figura 186 - Índice de Produtividade dos Magistrados (IPM) realizado × necessário para que cada tribunal atinja IPC-Jus de 100%



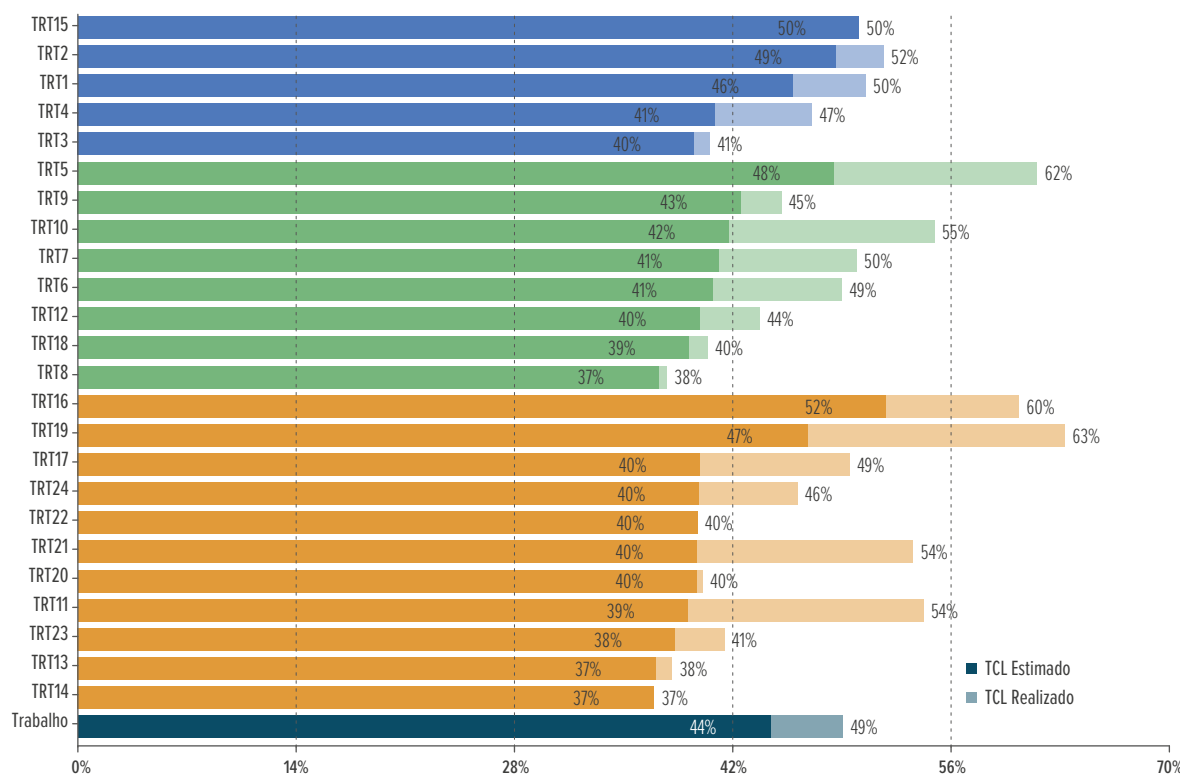
Fonte: Conselho Nacional de Justiça, 2021.

Figura 187 - Índice de Produtividade dos Servidores (IPS) realizado × necessário para que cada tribunal atinja IPC-Jus de 100%



Fonte: Conselho Nacional de Justiça, 2021.

Figura 188 - Taxa de Congestionamento Líquida (TCL) realizada × resultado da consequência se cada tribunal atingisse IPC-Jus de 100%



Fonte: Conselho Nacional de Justiça, 2021.

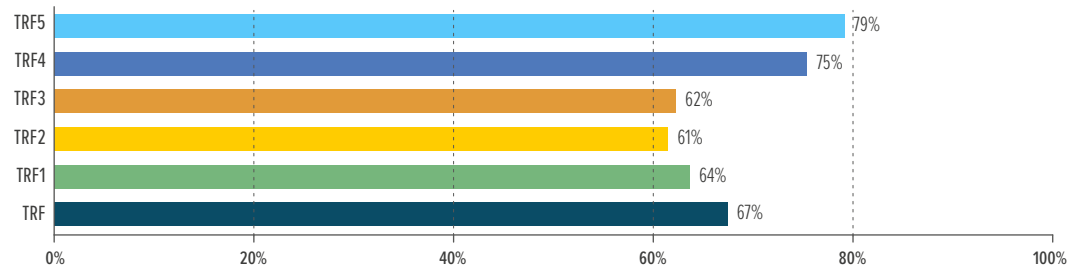
10.3 Justiça Federal

10.3.1 Resultados

Os mesmos indicadores utilizados no modelo de eficiência relativa da Justiça Estadual e da Justiça do Trabalho foram aplicados à Justiça Federal. No entanto, por se tratar de um segmento de justiça com apenas cinco tribunais, para viabilizar o cálculo do IPC-Jus utilizando a Análise Envolvória de Dados (DEA), as informações foram desagregadas por seção judiciária³¹. O IPC-Jus consolidado dos tribunais resulta do cálculo dos valores obtidos separadamente para o primeiro e segundo grau e por essa razão nenhum tribunal apresentou indicador global de 100%, diferentemente do que ocorre nos demais ramos de justiça. No caso da Justiça Federal, as comparações são realizadas tendo como base as seções judiciárias e as estruturas de segundo grau, considerando o que foi produzido com base nos recursos ou insumos disponíveis para cada unidade.

A Figura 189 indica que o Tribunal Regional Federal da 5ª Região obteve o maior IPC-Jus da Justiça Federal, com 79%, seguido pela 4ª Região, com 75%. Segundo a Figura 190, o TRF4 apresentou IPC-Jus de 100% ao considerar apenas o segundo grau, sendo o maior resultado nessa instância. O TRF2 teve o menor IPC-Jus global (61%), o que se refletiu no menor IPC-Jus em segundo grau isolado e em primeiro grau, empatado com o TRF1. Ao se desdobrar em seções judiciárias (Figura 191), as do Rio Grande do Norte e Alagoas apresentaram os maiores IPC-Jus, com 100%. As seções judiciárias com o menor índice foram as do Mato Grosso (TRF1) e Amazonas (TRF1).

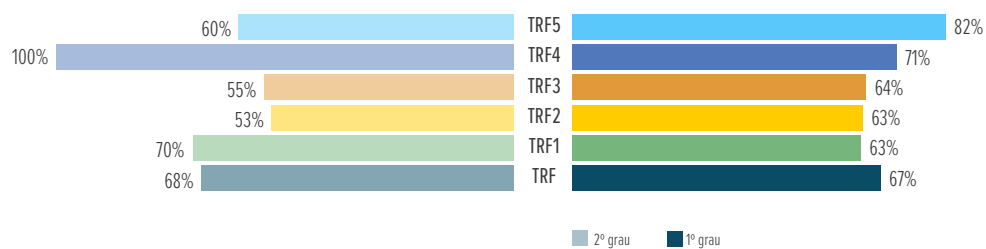
Figura 189 - Resultado do IPC-Jus da área judiciária, por tribunal



Fonte: Conselho Nacional de Justiça, 2021.

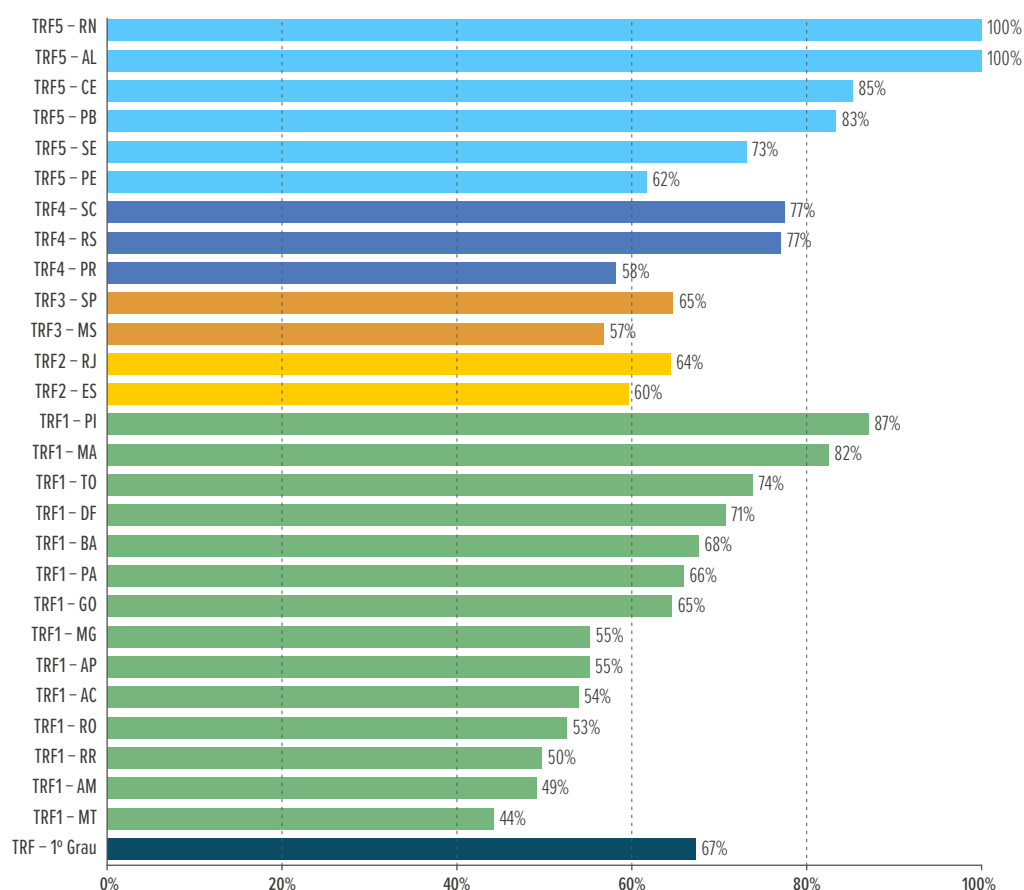
31 Vide detalhes no anexo metodológico.

Figura 190 - Resultado do IPC-Jus da área judiciária, por instância e tribunal



Fonte: Conselho Nacional de Justiça, 2021.

Figura 191 - Resultado do IPC-Jus, por seção judiciária

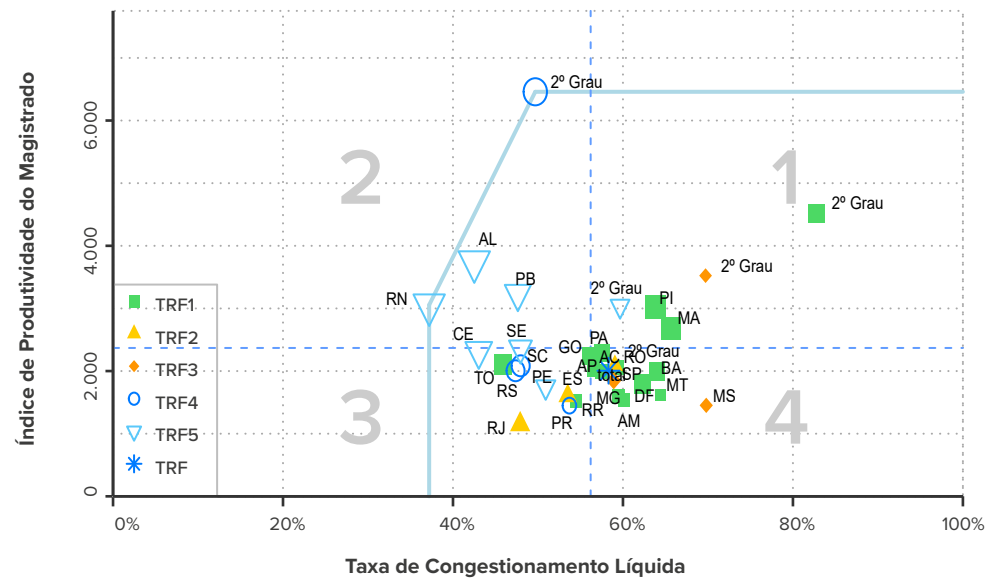


Fonte: Conselho Nacional de Justiça, 2021.

A taxa de congestionamento líquida comparada com a produtividade dos(as) magistrados(as) (Figura 192), com a produtividade dos(as) servidores(as) (Figura 193) e com a despesa total (Figura 194) mostra que as seções judiciárias de Alagoas e Rio Grande do Norte foram as únicas na fronteira de eficiência em todas as dimensões analisadas. O

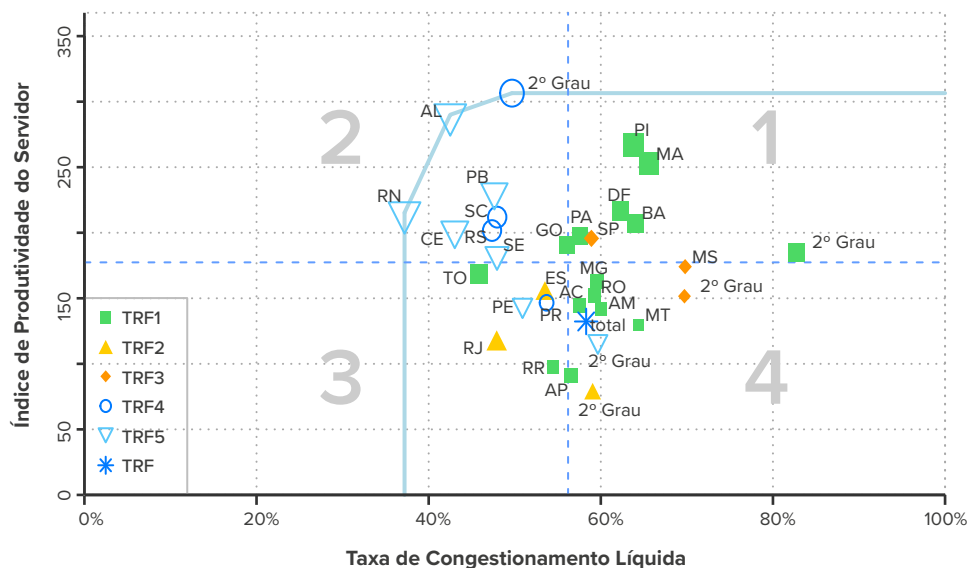
segundo grau do TRF4 ficou na linha de fronteira na comparação da taxa de congestionamento líquida com produtividade dos(as) magistrados(as). O segundo grau do TRF4 também ficou na linha de fronteira na comparação da taxa de congestionamento líquida com produtividade dos(as) magistrados(as) e dos(as) servidores(as), quase tangenciando também no gráfico de despesa total.

Figura 192 - Gráfico de Gartner e fronteira da Taxa de Congestionamento Líquida × Índice de Produtividade dos Magistrados, excluindo os processos suspensos, sobrestados, execuções penais e fiscais



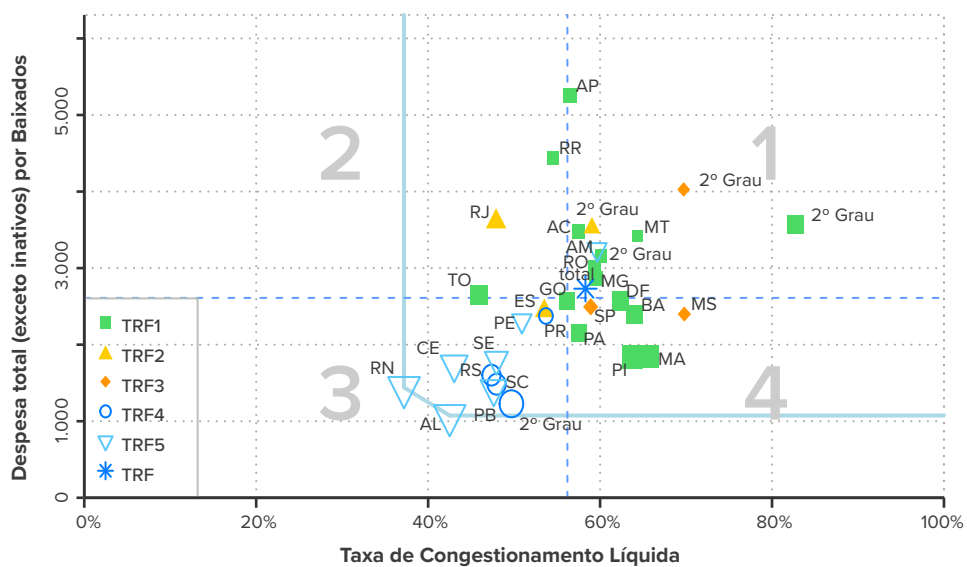
Fonte: Conselho Nacional de Justiça, 2021.

Figura 193 - Gráfico de *Gartner* e Fronteira da Taxa de Congestionamento Líquida × Índice de Produtividade dos Servidores, excluindo os processos suspensos, sobrestados, execuções penais e fiscais



Fonte: Conselho Nacional de Justiça, 2021.

Figura 194 - Gráfico de *Gartner* e fronteira da taxa de congestionamento líquida × despesa total por processos baixados, excluindo as despesas com inativos, processos suspensos, sobrestados, execuções penais e fiscais



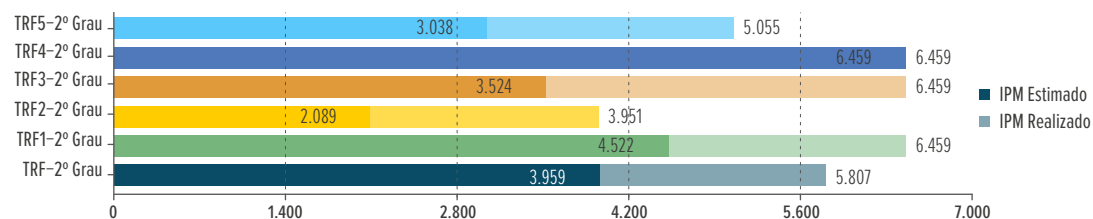
Fonte: Conselho Nacional de Justiça, 2021.

10.3.2 Análises de cenário

Nas simulações apresentadas a seguir, são calculados o Índice de Produtividade dos Magistrados (IPM), o Índice de Produtividade dos Servidores (IPS) e a Taxa de Congestionamento Líquida (TCL), considerando, também, os processos de execuções fiscais e penais. Os indicadores têm como hipótese que todos os tribunais tenham alcançado 100% de eficiência. Os números nas Figuras 195 e 196 indicam quantos processos cada magistrado(a) necessitaria baixar para que o tribunal atingisse 100% de eficiência. Analogamente, nas Figuras 197 e 198 é feita a comparação da produtividade do(a) servidor(a). As Figuras 199 e 200 demonstram o efeito que tais suposições teriam na taxa de congestionamento líquida no ano de 2020³².

As Seções Judiciárias de Alagoas e Rio Grande do Norte, ambas vinculadas ao TRF5, apresentam bons resultados nos Índices de Produtividade dos Magistrados (IPM), de Produtividade dos Servidores (IPS) e na Taxa de Congestionamento Líquida (TCL). Alagoas também apresentou o maior IPS entre as seções judiciárias da Justiça Federal. As seções judiciárias com a maior defasagem entre o IPM realizado e o estimado caso alcançassem o IPC-Jus de 100% (Figura 196), com mais de mil processos de diferença, são a de Pernambuco, Paraná, São Paulo, Mato Grosso do Sul, Espírito Santo, Goiás, Pará, Rondônia, Amapá, Acre, Mato Grosso, Minas Gerais, Roraima e Amazonas. A seção judiciária de Mato Grosso apresentou a maior defasagem tanto no IPM quanto no IPS e, a segunda maior taxa de congestionamento. A seção judiciária do Mato Grosso do Sul apresentou a maior taxa de congestionamento (75%).

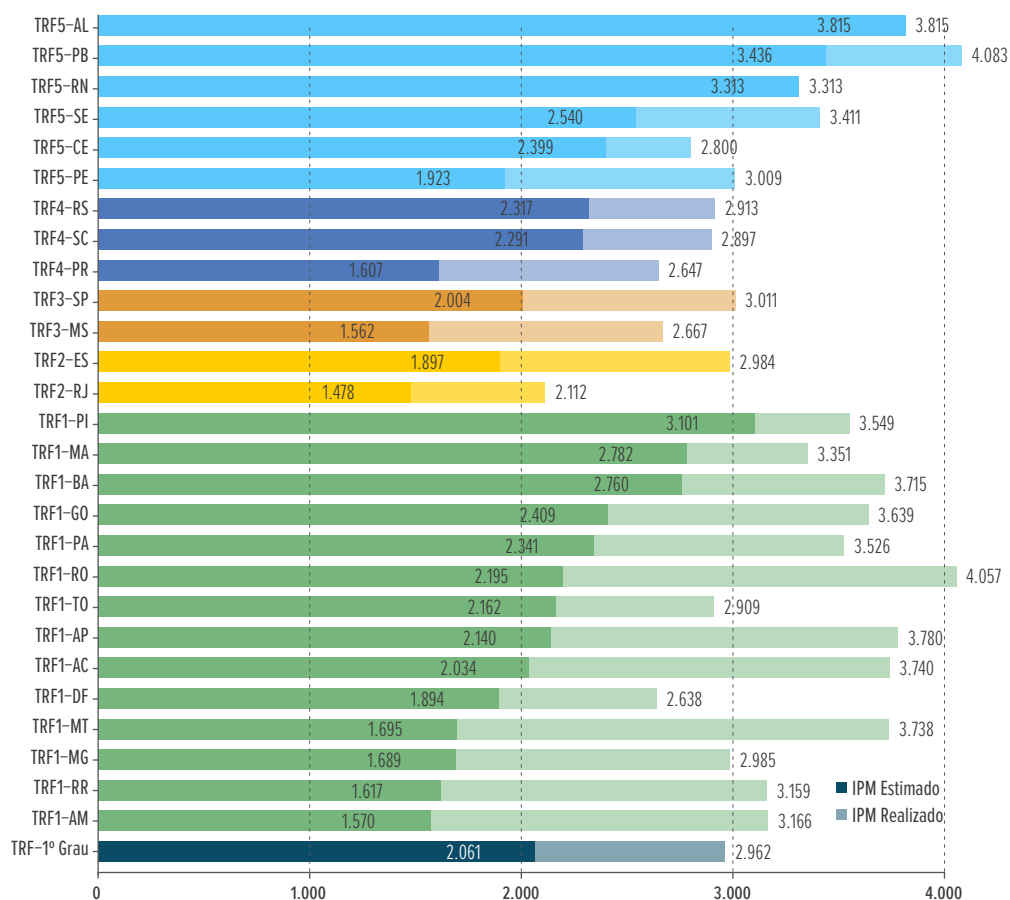
Figura 195 - Índice de Produtividade dos Magistrados (IPM) realizado × necessário no segundo grau para que cada tribunal atinja IPC-Jus de 100%



Fonte: Conselho Nacional de Justiça, 2021.

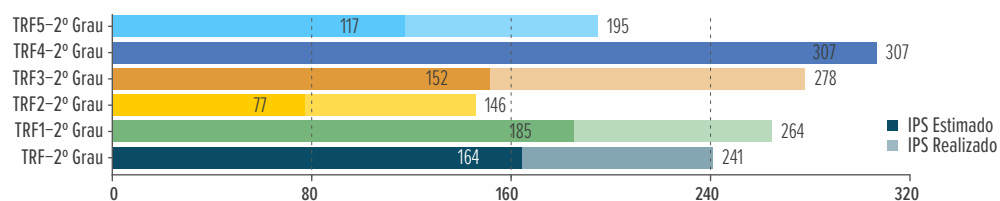
32 Vide mais explicações na seção Análises de Cenário da Justiça Estadual.

Figura 196 - Índice de Produtividade dos Magistrados (IPM) realizado × necessário para que cada tribunal atinja IPC-Jus de 100% na área judiciária de primeiro grau, segundo o tribunal e UF



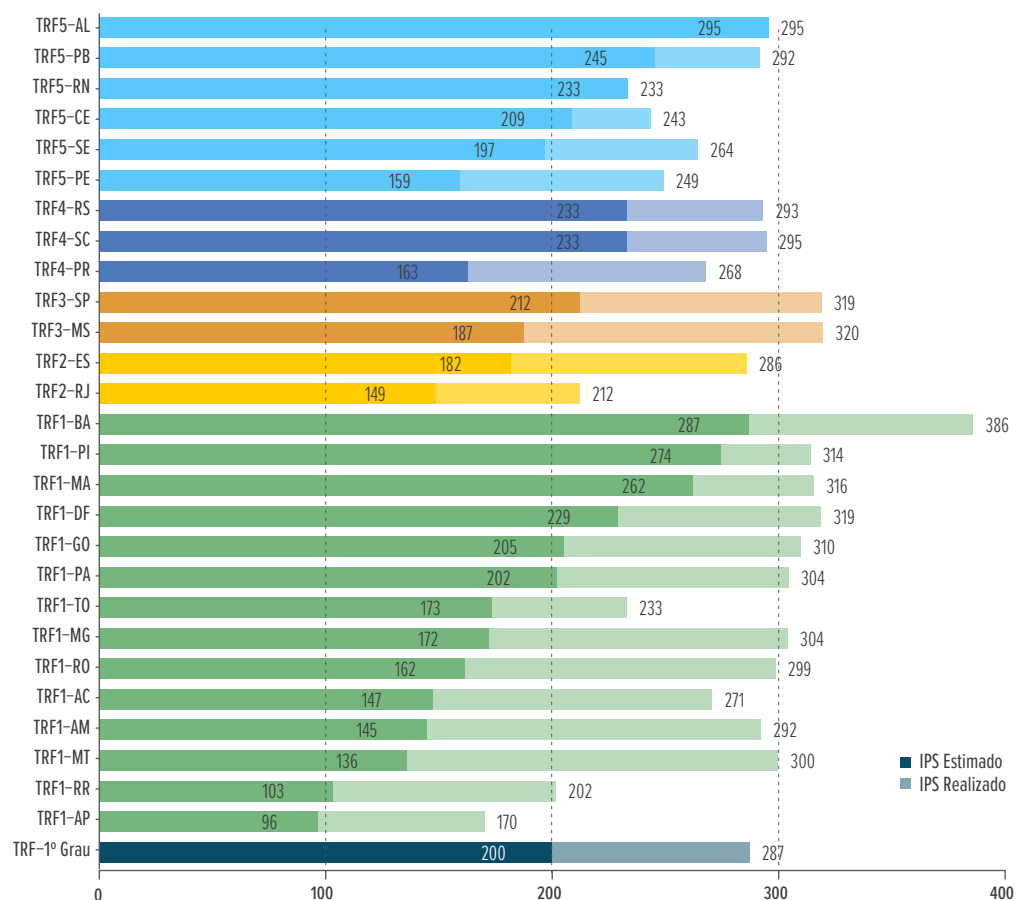
Fonte: Conselho Nacional de Justiça, 2021.

Figura 197 - Índice de Produtividade dos Servidores (IPS) realizado × necessário para que cada tribunal atinja IPC-Jus de 100% no segundo grau



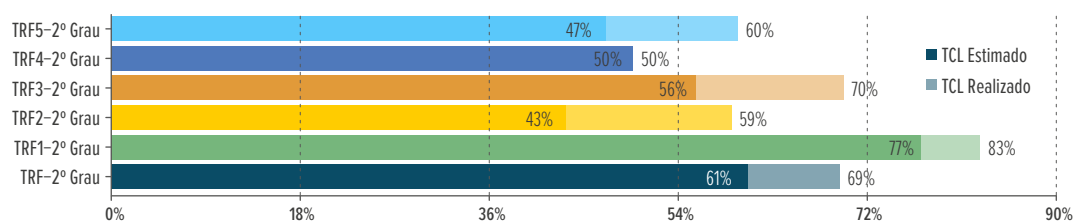
Fonte: Conselho Nacional de Justiça, 2021.

Figura 198 - Índice de Produtividade dos Servidores (IPS) realizado × necessário para que cada tribunal atinja IPC-Jus de 100%



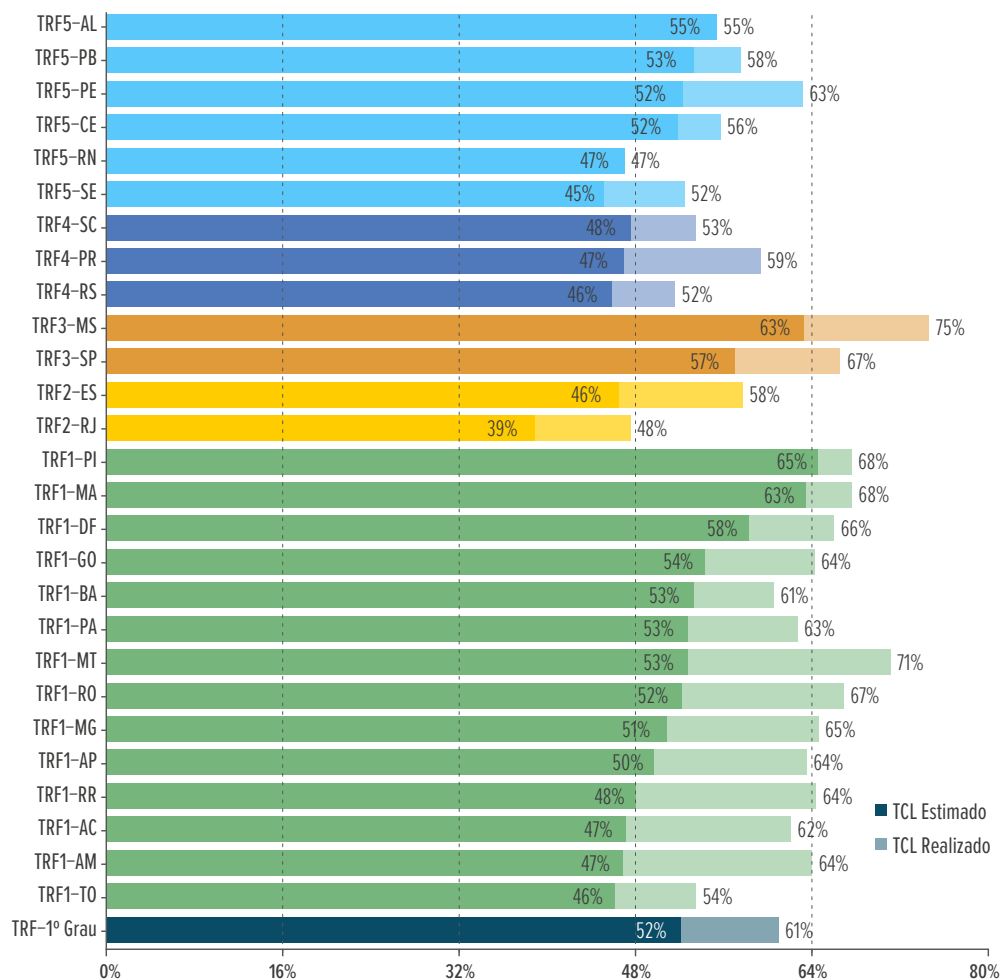
Fonte: Conselho Nacional de Justiça, 2021.

Figura 199 - Taxa de Congestionamento Líquida (TCL) realizada × resultado da consequência se cada tribunal atingisse IPC-Jus de 100% no segundo grau



Fonte: Conselho Nacional de Justiça, 2021.

Figura 200 - Taxa de Congestionamento Líquida (TCL) realizada × resultado da consequência se cada tribunal atingisse IPC-Jus de 100%



Fonte: Conselho Nacional de Justiça, 2021.

11 Demandas mais recorrentes segundo as classes e os assuntos

Neste capítulo, apresentam-se os quantitativos de processos ingressados no ano de 2020, segmentados por classes e assuntos, segundo as tabelas processuais unificadas instituídas pela Resolução CNJ n. 46, de 18 de dezembro de 2007.

Cabe esclarecer que existem diferenças conceituais entre os processos ingressados por classe/assunto e o total de casos novos informados nas demais seções do presente Relatório. No cômputo do total de casos novos do Poder Judiciário, algumas classes são excluídas, como é o caso dos precatórios judiciais, requisições de pequeno valor, embargos de declaração, entre outras. Contudo, como o objetivo aqui é conhecer a demanda para cada uma das classes em separado, todas são consideradas. Com relação aos assuntos, é comum o cadastro de mais de um assunto em um mesmo processo. Quando isso ocorre, todos são contabilizados. Assim, os números apresentados não

refletem a quantidade de processos ingressados, mas tão somente a quantidade de processos cadastrados em determinada classe e/ou assunto.

As informações dos assuntos e classes mais recorrentes são mostradas conforme os cinco grupos com maiores quantitativos de processos de cada segmento de justiça e por grau de jurisdição: segundo grau, primeiro grau exclusivo (somente justiça comum), turmas recursais e juizados especiais.

11.1 Assuntos mais recorrentes

As tabelas processuais unificadas possuem seis níveis hierárquicos de assuntos. Exemplificando: no grande grupo que engloba as matérias de Direito Tributário (nível 1), há a segmentação em outros grupos de assuntos, entre eles o grupo Crédito Tributário (nível 2). Esse grupo, por sua vez, é desmembrado em outros grupos, entre eles o grupo Extinção do Crédito Tributário (nível 3), também segmentado, dando origem, por exemplo, ao grupo Prescrição (nível 4). Esse último grupo também é desmembrado em outros grupos de assuntos, entre eles o grupo Suspensão (nível 5) que, por fim, é segmentado em diversos assuntos, tais como Arquivamento Administrativo – Crédito de Pequeno Valor (nível 6).

As informações apresentadas a seguir abrangem do primeiro ao terceiro nível hierárquico. Para detalhamento completo de todos os assuntos demandados na Justiça, é necessário acessar o Painel Justiça em Números, na aba de Demandas por Classe e Assunto, na página que hospeda os painéis eletrônicos e estatísticos produzidos pelo Departamento de Pesquisas Judiciárias do CNJ, disponíveis em: <https://www.cnj.jus.br/pesquisas-judiciarias/paineis-cnj/>.

As Figuras 201 a 205 apresentam os assuntos mais demandados no geral e por segmento de justiça, com representação detalhada entre segundo grau (Figura 202), primeiro grau/juízo comum (Figura 203), turmas recursais (Figura 204) e primeiro grau/juizados especiais (Figura 205). Os gráficos indicam que, a Justiça Estadual, com aproximadamente 66% do total de processos ingressados no Poder Judiciário, reúne grande diversidade de assuntos. O tema Direito Civil aparece entre os cinco assuntos com os maiores quantitativos de processos em todas as instâncias da Justiça Estadual, destacando-se, também, o elevado número de processos de Direito Penal no segundo grau da Justiça Estadual, seguido pelo tema de Direito do Consumidor no mesmo grau. Em primeiro grau, o Direito Civil e o Direito Tributário despontam entre os assuntos mais

recorrentes. Destaca-se, também, o elevado quantitativo de processos de Direito do Consumidor nas turmas recursais da Justiça Estadual, seguido por Direito Ambiental.

Na Justiça do Trabalho, com 12% do total de processos ingressados, há uma concentração no assunto verbas rescisórias de rescisão do contrato de trabalho, seguido de questões referentes à rescisão de contratos de trabalho. O padrão é o mesmo para o primeiro e segundo graus.

Destaca-se na Justiça Federal o elevado quantitativo de processos de Direito Previdenciário (Figura 201), tendo o auxílio-doença previdenciário como subtema mais recorrente de forma geral, seguido pela aposentadoria por invalidez e aposentadoria por idade. Em segundo grau, o auxílio-doença previdenciário também é o segundo tema mais recorrente, apenas perdendo para questões de sucumbência. O primeiro grau da Justiça Federal, porém, é encabeçado, nas duas primeiras posições, por Direito Tributário, abrangendo as contribuições corporativas em primeiro lugar e as contribuições sociais em segundo. Em quinto lugar, figura também a dívida ativa tributária. Nos Juizados Especiais Federais (JEF), onde está a maior parcela das ações ingressadas na Justiça Federal, o destaque vai para o direito previdenciário, padrão que se repete nas turmas recursais. Destaque para a entrada do Auxílio Emergencial na lista dos 5 maiores dos JEFs, em decorrência da pandemia causada pela covid-19.

Figura 201 - Assuntos mais demandados

Trabalho	1. DIREITO DO TRABALHO-Rescisão do Contrato de Trabalho/Verbas Rescisórias	2.152.772 (4,10%)
	2. DIREITO DO TRABALHO-Direito Individual do Trabalho /Rescisão do Contrato de Trabalho	805.059 (1,53%)
	3. DIREITO DO TRABALHO-Direito Individual do Trabalho /Duração do Trabalho	285.392 (0,54%)
	4. DIREITO DO TRABALHO-Direito Individual do Trabalho /Verbas Remuneratórias, Indenizatórias e Benefícios	281.798 (0,54%)
	5. DIREITO DO TRABALHO-Responsabilidade Civil do Empregador/Indenização por Dano Moral	259.625 (0,49%)
Superiores	1. DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO- Partes e Procuradores/Sucumbência	36.966 (0,07%)
	2. DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO-Liquidação / Cumprimento / Execução/Valor da Execução / Cálculo / Atualização	36.222 (0,07%)
	3. DIREITO PENAL-Crimes Previstos na Legislação Extravagante/Crimes de Tráfico Ilícito e Uso Indevido de Drogas	35.820 (0,07%)
	4. DIREITO DO TRABALHO-Responsabilidade Civil do Empregador/Indenização por Dano Moral	28.453 (0,05%)
	5. DIREITO CIVIL-Obrigações/Espécies de Contratos	26.532 (0,05%)
Militar União	1. DIREITO PENAL MILITAR-Crimes contra o Serviço Militar e o Dever Militar/Deserção	434 (0,00%)
	2. DIREITO PENAL MILITAR-Crimes contra Incolumidade Pública/Contra a Saúde	402 (0,00%)
	3. DIREITO PENAL MILITAR-Crimes contra o Patrimônio/Estelionato e outras fraudes	308 (0,00%)
	4. DIREITO PENAL MILITAR-Crimes contra a Administração Militar/Falsidade	299 (0,00%)
	5. DIREITO PENAL-Crimes Previstos na Legislação Extravagante/Recusa, retardamento ou omissão de dados técnicos indispensáveis à propositura de Ação Civil Pública	253 (0,00%)
Militar Estadual	1. DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO-Militar/Processo Administrativo Disciplinar / Sindicância	635 (0,00%)
	2. DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO-Militar/Regime	429 (0,00%)
	3. DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO-Tutela Provisória/Liminar	263 (0,00%)
	4. DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO- Partes e Procuradores/Assistência Judiciária Gratuita	249 (0,00%)
	5. DIREITO PENAL MILITAR-Parte Geral /Penas Acessórias	197 (0,00%)
Federal	1. DIREITO PREVIDENCIÁRIO-Benefícios em Espécie/Auxílio-Doença Previdenciário	541.738 (1,03%)
	2. DIREITO PREVIDENCIÁRIO-Benefícios em Espécie/Aposentadoria por Invalidez	361.138 (0,69%)
	3. DIREITO PREVIDENCIÁRIO-Benefícios em Espécie/Aposentadoria por Idade (Art. 48/51)	340.863 (0,65%)
	4. DIREITO PREVIDENCIÁRIO-Benefícios em Espécie	315.271 (0,60%)
	5. DIREITO PREVIDENCIÁRIO-Benefícios em Espécie/Aposentadoria por Tempo de Contribuição (Art. 55/6)	274.943 (0,52%)
Estadual	1. DIREITO CIVIL-Obrigações/Espécies de Contratos	2.665.873 (5,08%)
	2. DIREITO DO CONSUMIDOR-Responsabilidade do Fornecedor/Indenização por Dano Moral	1.655.989 (3,15%)
	3. DIREITO CIVIL-Família/Alimentos	1.303.589 (2,48%)
	4. Direito Ambiental-Responsabilidade Civil/Indenização por Dano Moral	1.274.975 (2,43%)
	5. DIREITO TRIBUTÁRIO-Dívida Ativa	1.115.477 (2,12%)
Eleitoral	1. DIREITO ELEITORAL-Eleições/Cargos	949.062 (1,81%)
	2. DIREITO ELEITORAL-Eleições/Candidatos	608.652 (1,16%)
	3. DIREITO ELEITORAL-Eleições/Prestação de Contas	440.346 (0,84%)
	4. DIREITO ELEITORAL-Eleições	113.286 (0,22%)
	5. DIREITO ELEITORAL-Eleições/Propaganda Política - Propaganda Eleitoral	91.641 (0,17%)

Fonte: Conselho Nacional de Justiça, 2021.

Figura 202 - Assuntos mais demandados no segundo grau

Trabalho	1. DIREITO DO TRABALHO-Rescisão do Contrato de Trabalho/Verbas Rescisórias	573.739 (4,30%)
	2. DIREITO DO TRABALHO-Direito Individual do Trabalho /Rescisão do Contrato de Trabalho	420.681 (3,16%)
	3. DIREITO DO TRABALHO-Direito Individual do Trabalho /Duração do Trabalho	172.639 (1,29%)
	4. DIREITO DO TRABALHO-Direito Individual do Trabalho /Verbas Remuneratórias, Indenizatórias e Benefícios	165.861 (1,24%)
	5. DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO- Partes e Procuradores/Sucumbência	138.095 (1,04%)
Militar Estadual	1. DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO-Militar/Processo Administrativo Disciplinar / Sindicância	368 (0,00%)
	2. DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO-Militar/Regime	200 (0,00%)
	3. DIREITO PENAL MILITAR-Parte Geral /Penas Acessórias	197 (0,00%)
	4. DIREITO PENAL MILITAR-Crimes contra a Pessoa/Homicídio	136 (0,00%)
	5. DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO-Tutela Provisória/Liminar	67 (0,00%)
Federal	1. DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO- Partes e Procuradores/Sucumbência	148.256 (1,11%)
	2. DIREITO PREVIDENCIÁRIO-Benefícios em Espécie/Auxílio-Doença Previdenciário	90.908 (0,68%)
	3. DIREITO TRIBUTÁRIO-Contribuições/Contribuições Sociais	77.492 (0,58%)
	4. DIREITO PREVIDENCIÁRIO-Benefícios em Espécie/Aposentadoria por Tempo de Contribuição (Art. 55/6)	75.240 (0,56%)
	5. DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO- Partes e Procuradores/Honorários Periciais	68.013 (0,51%)
Estadual	1. DIREITO CIVIL-Obrigações/Espécies de Contratos	697.129 (5,23%)
	2. DIREITO PENAL-Crimes Previstos na Legislação Extravagante/Crimes de Tráfico Ilícito e Uso Indevido de Drogas	398.179 (2,99%)
	3. DIREITO DO CONSUMIDOR-Contratos de Consumo/Bancários	309.327 (2,32%)
	4. DIREITO DO CONSUMIDOR-Responsabilidade do Fornecedor/Indenização por Dano Moral	253.410 (1,90%)
	5. Direito Ambiental-Responsabilidade Civil/Indenização por Dano Moral	245.075 (1,84%)
Eleitoral	1. DIREITO ELEITORAL-Eleições/Candidatos	32.762 (0,25%)
	2. DIREITO ELEITORAL-Eleições/Propaganda Política - Propaganda Eleitoral	24.297 (0,18%)
	3. DIREITO ELEITORAL-Eleições/Cargos	17.983 (0,13%)
	4. DIREITO ELEITORAL-Eleições	13.098 (0,10%)
	5. DIREITO ELEITORAL-Eleições/Transgressões Eleitorais	3.583 (0,03%)

Fonte: Conselho Nacional de Justiça, 2021.

Figura 203 - Assuntos mais demandados no primeiro grau (varas)

Trabalho	1. DIREITO DO TRABALHO–Rescisão do Contrato de Trabalho/Verbas Rescisórias	1.579.033 (5,38%)
	2. DIREITO DO TRABALHO–Direito Individual do Trabalho /Rescisão do Contrato de Trabalho	384.378 (1,31%)
	3. DIREITO DO TRABALHO–Responsabilidade Civil do Empregador/Indenização por Dano Moral	163.818 (0,56%)
	4. DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO– Partes e Procuradores/Sucumbência	117.763 (0,40%)
	5. DIREITO DO TRABALHO–Verbas Remuneratórias, Indenizatórias e Benefícios/Salário / Diferença Salarial	117.726 (0,40%)
Militar União	1. DIREITO PENAL MILITAR–Crimes contra o Serviço Militar e o Dever Militar/Deserção	291 (0,00%)
	1. DIREITO PENAL MILITAR–Crimes contra a Administração Militar/Falsidade	219 (0,00%)
	1. DIREITO PENAL MILITAR–Crimes contra o Patrimônio/Estelionato e outras fraudes	205 (0,00%)
	1. DIREITO PENAL MILITAR–Crimes contra Incolumidade Pública/Contra a Saúde	182 (0,00%)
	1. DIREITO PENAL MILITAR–Crimes contra o Patrimônio/Furto	115 (0,00%)
Militar Estadual	1. DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO–Militar/Processo Administrativo Disciplinar / Sindicância	267 (0,00%)
	2. DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO– Partes e Procuradores/Assistência Judiciária Gratuita	247 (0,00%)
	3. DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO–Militar/Regime	229 (0,00%)
	4. DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO–Tutela Provisória/Liminar	196 (0,00%)
	5. DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO–Atos Processuais/Citação	166 (0,00%)
Federal	1. DIREITO TRIBUTÁRIO–Contribuições/Contribuições Corporativas	121.229 (0,41%)
	2. DIREITO TRIBUTÁRIO–Contribuições/Contribuições Sociais	86.722 (0,30%)
	3. DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO–Dívida Ativa não-tributária/Multas e demais Sanções	75.895 (0,26%)
	4. DIREITO PREVIDENCIÁRIO–Benefícios em Espécie/Aposentadoria por Tempo de Contribuição (Art. 55/6)	63.248 (0,22%)
	5. DIREITO TRIBUTÁRIO–Dívida Ativa	61.078 (0,21%)
Estadual	1. DIREITO CIVIL–Obrigações/Espécies de Contratos	1.687.050 (5,74%)
	2. DIREITO CIVIL–Família/Alimentos	1.154.133 (3,93%)
	3. DIREITO TRIBUTÁRIO–Dívida Ativa	1.034.755 (3,52%)
	4. DIREITO TRIBUTÁRIO–Impostos/IPTU/ Imposto Predial e Territorial Urbano	917.266 (3,12%)
	5. DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO–Objetos de cartas precatórias/de ordem/Citação	721.689 (2,46%)
Eleitoral	1. DIREITO ELEITORAL–Eleições/Cargos	931.079 (3,17%)
	2. DIREITO ELEITORAL–Eleições/Candidatos	575.890 (1,96%)
	3. DIREITO ELEITORAL–Eleições/Prestação de Contas	437.968 (1,49%)
	4. DIREITO ELEITORAL–Eleições	100.188 (0,34%)
	5. DIREITO ELEITORAL–Eleições/Propaganda Política – Propaganda Eleitoral	67.344 (0,23%)

Fonte: Conselho Nacional de Justiça, 2021.

Figura 204 - Assuntos mais demandados nas turmas recursais

Federal	1. DIREITO PREVIDENCIÁRIO–Benefícios em Espécie/Auxílio–Doença Previdenciário	91.451 (4,63%)
	2. DIREITO PREVIDENCIÁRIO–Benefícios em Espécie/Aposentadoria por Invalidez	66.239 (3,36%)
	3. DIREITO PREVIDENCIÁRIO–Benefícios em Espécie	56.728 (2,87%)
	4. DIREITO PREVIDENCIÁRIO–Benefícios em Espécie/Aposentadoria por Idade (Art. 48/51)	42.245 (2,14%)
	5. DIREITO PREVIDENCIÁRIO–Benefícios em Espécie/Aposentadoria por Tempo de Contribuição (Art. 55/6)	34.750 (1,76%)
Estadual	1. DIREITO DO CONSUMIDOR–Responsabilidade do Fornecedor/Indenização por Dano Moral	254.155 (12,88%)
	2. DIREITO AMBIENTAL–Responsabilidade Civil/Indenização por Dano Moral	167.956 (8,51%)
	3. DIREITO DO CONSUMIDOR–Responsabilidade do Fornecedor/Indenização por Dano Material	84.792 (4,30%)
	4. DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO–Liquidação / Cumprimento / Execução/Obrigação de Fazer / Não Fazer	78.810 (3,99%)
	5. DIREITO CIVIL–Obrigações/Espécies de Contratos	71.728 (3,63%)

Fonte: Conselho Nacional de Justiça, 2021.

Figura 205 - Assuntos mais demandados nos juizados especiais

Federal	1. DIREITO PREVIDENCIÁRIO–Benefícios em Espécie/Auxílio–Doença Previdenciário	341.448 (4,77%)
	2. DIREITO PREVIDENCIÁRIO–Benefícios em Espécie	240.455 (3,36%)
	3. DIREITO PREVIDENCIÁRIO–Benefícios em Espécie/Aposentadoria por Idade (Art. 48/51)	234.732 (3,28%)
	4. DIREITO PREVIDENCIÁRIO–Benefícios em Espécie/Aposentadoria por Invalidez	219.260 (3,06%)
	5. DIREITO ASSISTENCIAL–Auxílio Emergencial (Lei 13.982/2020)	176.069 (2,46%)
Estadual	1. DIREITO DO CONSUMIDOR–Responsabilidade do Fornecedor/Indenização por Dano Moral	635.296 (8,87%)
	2. DIREITO AMBIENTAL–Responsabilidade Civil/Indenização por Dano Moral	368.808 (5,15%)
	3. DIREITO CIVIL–Obrigações/Espécies de Títulos de Crédito	235.158 (3,28%)
	4. DIREITO DO CONSUMIDOR–Responsabilidade do Fornecedor/Indenização por Dano Material	216.108 (3,02%)
	5. DIREITO CIVIL–Obrigações/Espécies de Contratos	209.966 (2,93%)

Fonte: Conselho Nacional de Justiça, 2021.

Os diagramas de redes nas Figuras de 206 a 211 permitem a identificação dos assuntos mais recorrentes por tribunal.

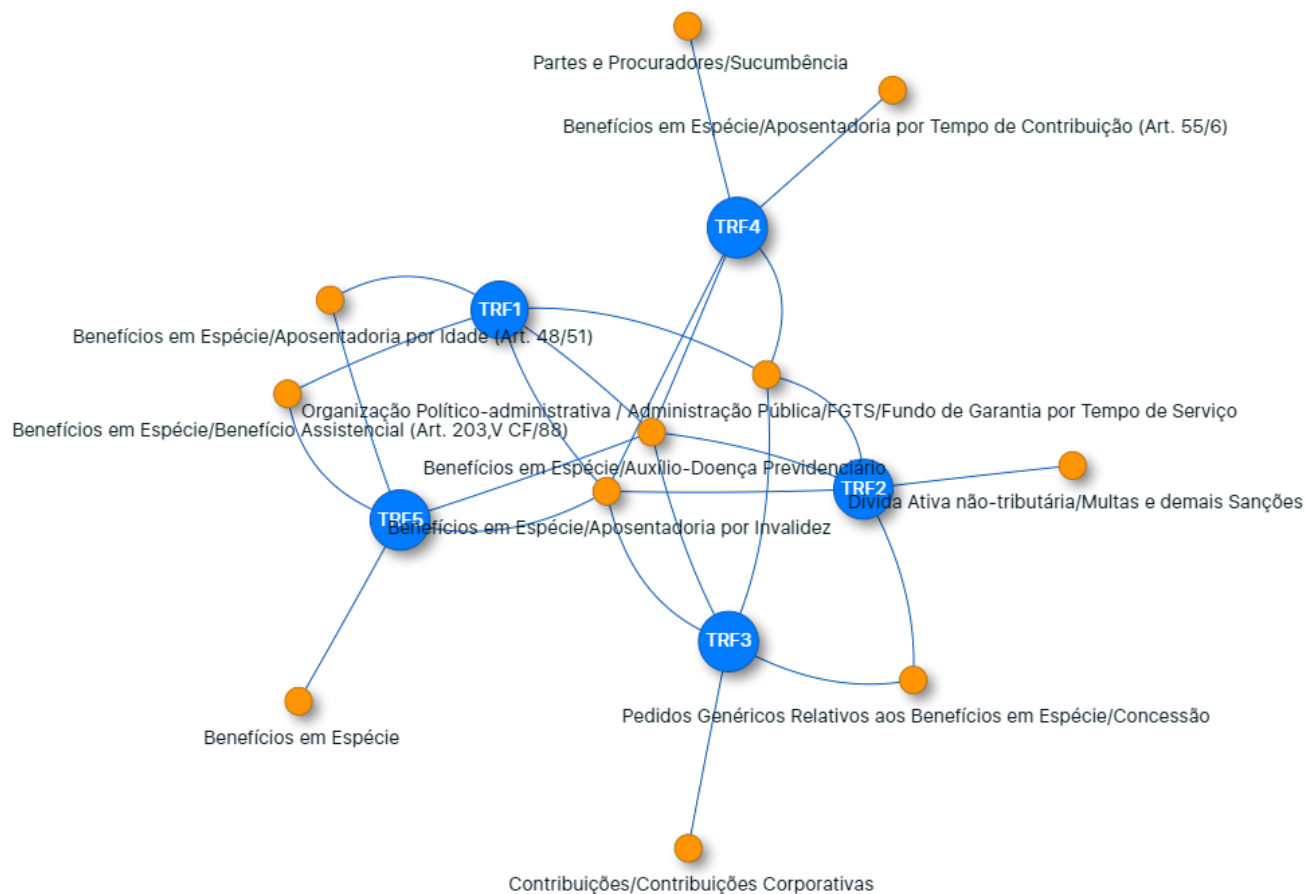
No diagrama da Justiça Estadual (Figura 206) é possível observar, por exemplo, que os principais assuntos cadastrados no TJSE diferem dos casos mais recorrentes nos outros tribunais, situando-se no extremo da figura. Os assuntos mais recorrentes nesse tribunal referem-se ao Direito Cível (coisas/propriedade) e direito processual civil e do trabalho (tutela provisória/liminar e partes e procuradores/sucumbência e assistência judiciária gratuita). Além desses, o assunto indenização por dano moral (direito civil/responsabilidade civil) é um nó presente em diversos tribunais. Os assuntos responsabilidade do fornecedor/indenização por dano moral e obrigações/espécies de contratos são nós centrais dentro do mapa, o que significa que, em quase todos os tribunais é uma causa frequentemente acionada na Justiça. O assunto violência doméstica contra a mulher está presente entre os cinco maiores assuntos do TJDF e TJMT.

Na Justiça Federal o assunto central refere-se a benefícios em espécie – aposentadoria por invalidez e auxílio-doença previdenciário.

A Justiça do Trabalho tem padrão mais homogêneo, com muitos tribunais vinculados aos mesmos assuntos. Os principais referem-se à rescisão do contrato de trabalho e responsabilidade civil do empregador.

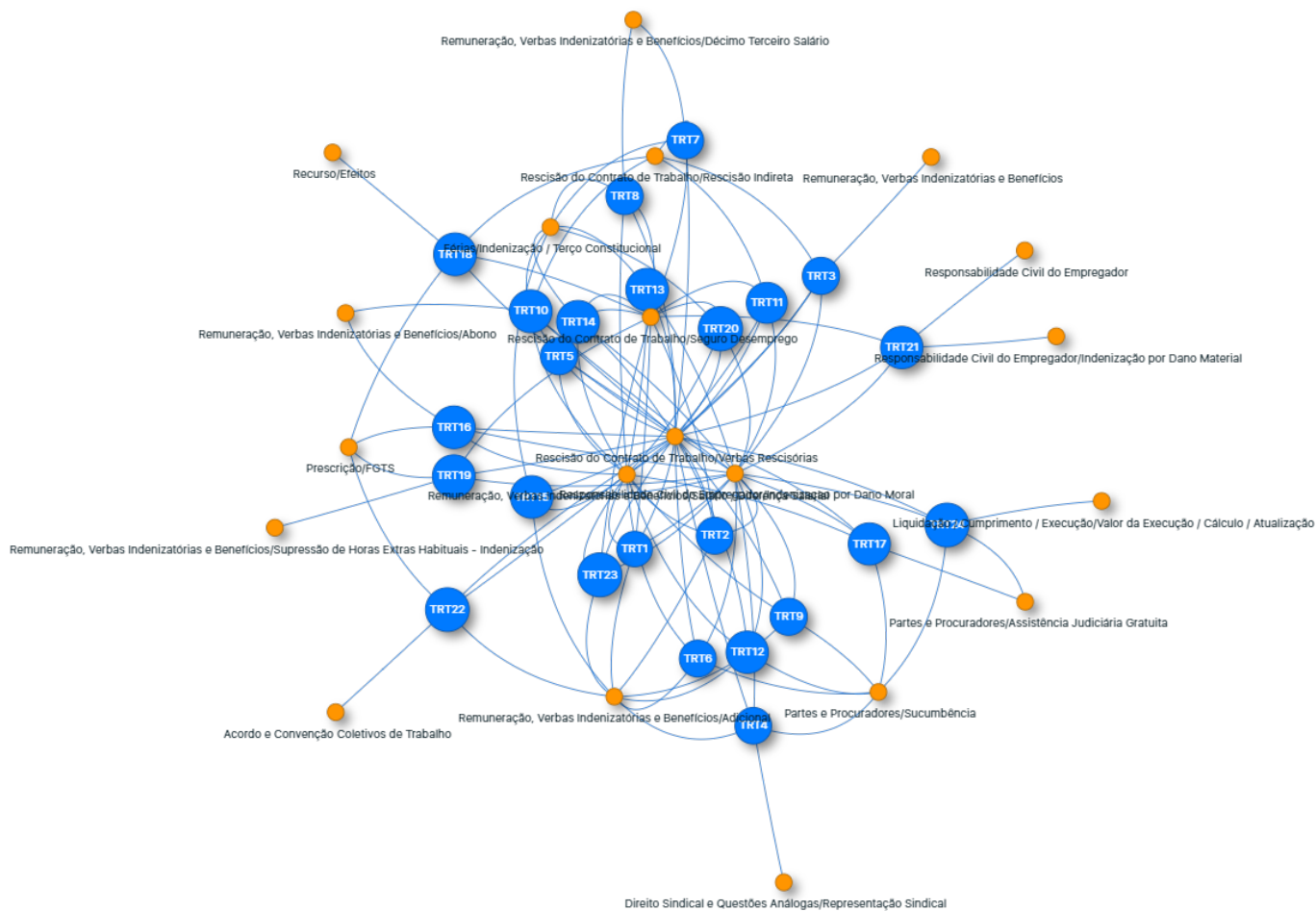
Na Justiça Eleitoral, a maioria dos casos vincula-se à “realização de eleições” com questões principais suscitadas sobre os candidatos, a prestação de contas e os cargos. Os cinco assuntos mais recorrentes no TRE-DF diferem dos demais tribunais, sendo o assunto “administração da Justiça Eleitoral” o único a constar entre os cinco maiores assuntos em outros tribunais eleitorais.

Figura 207 - Assuntos mais demandados por tribunal da Justiça Federal



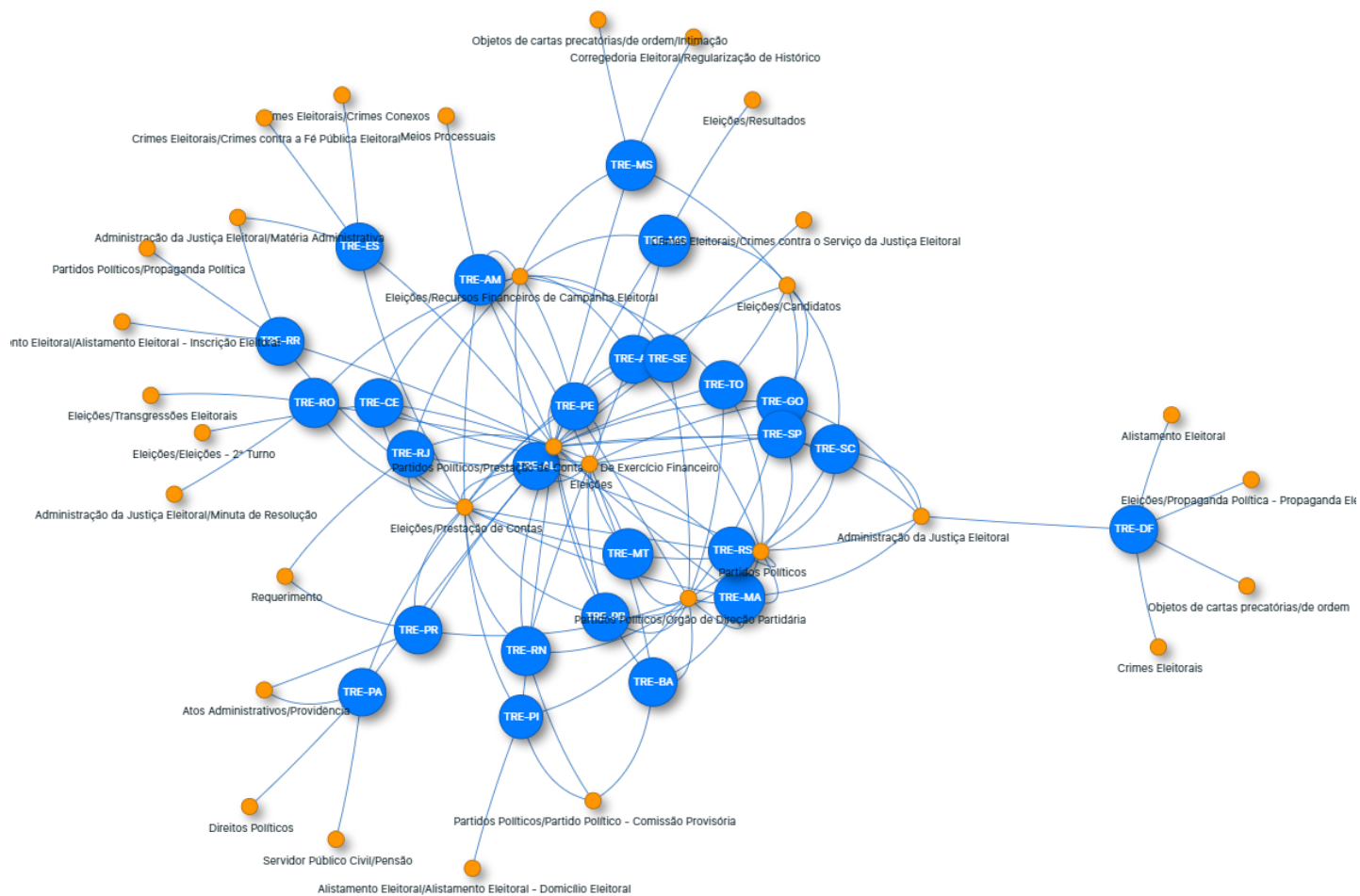
Fonte: Conselho Nacional de Justiça, 2021.

Figura 208 - Assuntos mais demandados por tribunal da Justiça do Trabalho



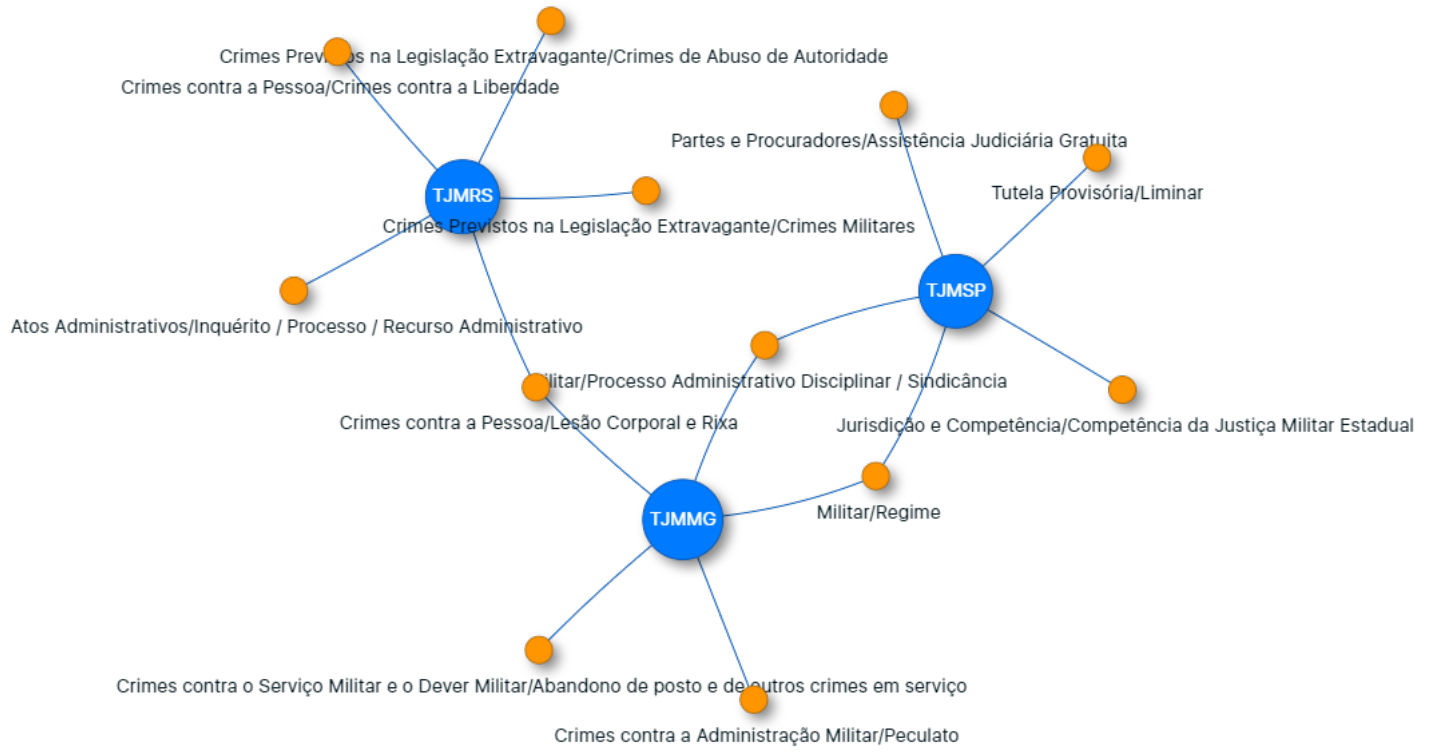
Fonte: Conselho Nacional de Justiça, 2021.

Figura 209 - Assuntos mais demandados por tribunal da Justiça Eleitoral



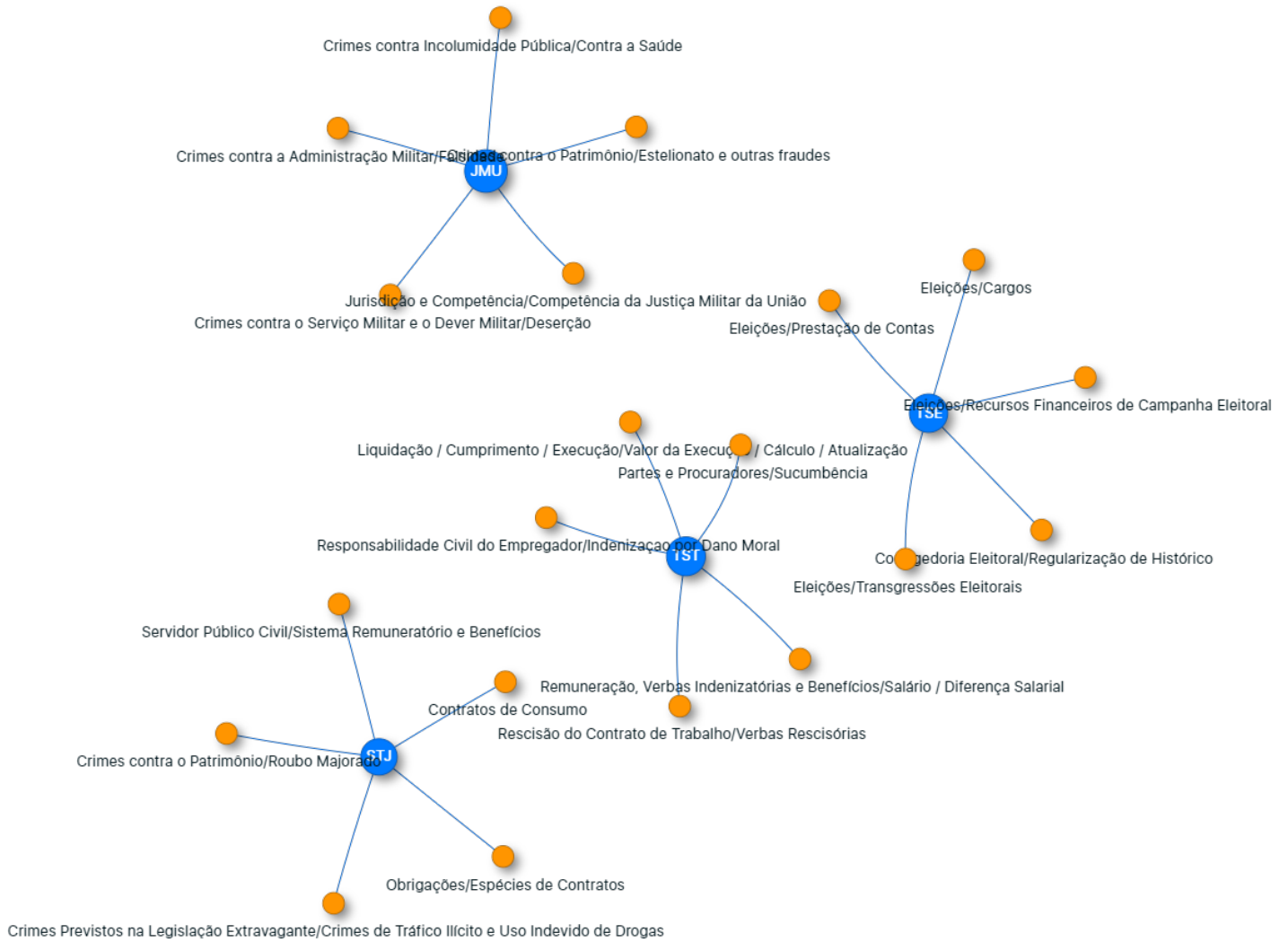
Fonte: Conselho Nacional de Justiça, 2021.

Figura 210 - Assuntos mais demandados por tribunal da Justiça Militar Estadual



Fonte: Conselho Nacional de Justiça, 2021.

Figura 211 - Assuntos mais demandados por tribunal superior



Fonte: Conselho Nacional de Justiça, 2021.

11.2 Classes mais recorrentes

As tabelas processuais unificadas possuem seis níveis hierárquicos de classes. No grande grupo que engloba os “processos cíveis e do trabalho”³³ (nível 1), há a segmentação entre “processos de conhecimento”, “processos de execução”, “recursos”, entre outros (nível 2). No próximo nível, no grupo de classes “processos de conhecimento”, é possível saber o tipo de procedimento, se de conhecimento, de cumprimento de sentença, de liquidação etc. (nível 3). Os procedimentos de conhecimento são distinguidos pelo tipo, como procedimento do juizado especial cível ou ordinário ou sumário ou especial (nível 4). No próximo nível, são classificados os procedimentos especiais, como de jurisdição contenciosa ou voluntária ou regidos por outros códigos, leis esparsas e regimentos (nível 5). Chegando ao sexto e último nível, é possível saber se o processo é uma reclamação, uma ação civil pública, um habeas corpus, um mandado de injunção etc.

As informações apresentadas a seguir abrangem do primeiro ao terceiro nível hierárquico. Para detalhamento completo de todos os assuntos demandados na Justiça, é necessário acessar o Painel Justiça em Números, na aba de Demandas por Classe e Assunto, na página que hospeda os painéis eletrônicos e estatísticos produzidos pelo Departamento de Pesquisas Judiciárias do CNJ, disponíveis em: <https://www.cnj.jus.br/pesquisas-judiciarias/paineis-cnj/>.

As Figuras 212 a 216 apresentam os assuntos mais demandados no geral e por segmento de justiça, com representação detalhada entre segundo grau (Figura 213), primeiro grau/juízo comum (Figura 214), turmas recursais (Figura 215) e primeiro grau/juizados especiais (Figura 216). A classe procedimentos de conhecimento da matéria processo cível e do trabalho obteve o maior quantitativo de processos nas Justiças Estadual, Federal e do Trabalho.

³³ Apesar da nomenclatura, tal grupo de classes abrange apenas processos de natureza cível nos casos das Justiças Estadual, Federal, Eleitoral e Militar.

Figura 212 - Classes mais demandadas

Trabalho	1. PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO – Processo de Conhecimento/Procedimento de Conhecimento	1.534.770 (5,01%)
	2. PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO – Recursos/Recursos Trabalhistas	691.177 (2,25%)
	3. PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO – Processo de Conhecimento/Procedimento de Cumprimento de Sentença/Decisão	16.409 (0,05%)
	4. PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS – Processo Administrativo	15.137 (0,05%)
	5. PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO – Processo de Execução/Execução de Título Judicial	13.760 (0,04%)
Superiores	1. PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO – Recursos/Recursos Trabalhistas	345.219 (1,13%)
	2. SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA – Agravo em Recurso Especial	174.570 (0,57%)
	3. SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA – Habeas Corpus	83.361 (0,27%)
	4. SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA – Recurso Especial	53.904 (0,18%)
	5. SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA – Recurso Ordinário em Habeas Corpus	18.627 (0,06%)
Militar União	1. PROCESSO MILITAR – PROCESSO CRIMINAL/Procedimentos Investigatórios	2.182 (0,01%)
	2. PROCESSO MILITAR – PROCESSO CRIMINAL/Ação Penal Militar – Procedimento Ordinário	802 (0,00%)
	3. EXECUÇÃO PENAL E DE MEDIDAS ALTERNATIVAS – Execução da Pena	522 (0,00%)
	4. PROCESSO CRIMINAL – Recursos/Apeação Criminal	495 (0,00%)
	5. PROCESSO CRIMINAL – Cartas/Carta Precatória Criminal	407 (0,00%)
Militar Estadual	1. PROCESSO MILITAR – PROCESSO CRIMINAL/Procedimentos Investigatórios	2.610 (0,01%)
	2. PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO – Processo de Conhecimento/Procedimento de Conhecimento	309 (0,00%)
	3. PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO – Recursos/Apeação Cível	280 (0,00%)
	4. PROCESSO MILITAR – PROCESSO CRIMINAL/Ação Penal Militar – Procedimento Ordinário	234 (0,00%)
	5. PROCESSO CRIMINAL – Medidas Cautelares/Pedido de Quebra de Sigilo de Dados e/ou Telefônico	206 (0,00%)
Federal	1. PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO – Processo de Conhecimento/Procedimento de Conhecimento	2.513.398 (8,20%)
	2. PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS – Requisição de Pequeno Valor	653.067 (2,13%)
	3. PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO – Processo de Conhecimento	386.688 (1,26%)
	4. PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO – Recursos/Recurso Inominado Cível	307.993 (1,00%)
	5. PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO – Recursos/Apeação Cível	259.706 (0,85%)
Estadual	1. PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO – Processo de Conhecimento/Procedimento de Conhecimento	7.127.934 (23,25%)
	2. PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO – Processo de Execução/Execução Fiscal	2.398.839 (7,82%)
	3. PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO – Recursos/Apeação Cível	1.048.974 (3,42%)
	4. PROCESSO CRIMINAL – Procedimentos Investigatórios/Inquérito Policial	882.018 (2,88%)
	5. PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO – Outros Procedimentos/Cartas	876.069 (2,86%)
Eleitoral	1. PROCESSO ELEITORAL – Procedimentos Relativos a Realização de Eleição/Registro de Candidatura	490.154 (1,60%)
	2. PROCESSO ELEITORAL – Procedimentos Relativos a Realização de Eleição/Prestação de Contas Eleitorais	478.224 (1,56%)
	3. PROCESSO ELEITORAL – Procedimentos Relativos a Partidos Políticos/Prestação de Contas Anual	57.237 (0,19%)
	4. PROCESSO ELEITORAL – Procedimentos Relativos a Realização de Eleição	51.400 (0,17%)
	5. PROCESSO ELEITORAL – Procedimentos Relativos a Realização de Eleição/Representação	41.238 (0,13%)

Fonte: Conselho Nacional de Justiça, 2021.

Figura 213 - Classes mais demandadas no segundo grau

Trabalho	1. PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO-Recursos/Recursos Trabalhistas	691.177 (13,90%)
	2. PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO-Processo de Conhecimento/Procedimento de Conhecimento	32.375 (0,65%)
	3. PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS-Processo Administrativo	15.137 (0,30%)
	4. PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS-Precatório	6.042 (0,12%)
	5. PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO-Recursos/Embargos	3.024 (0,06%)
Militar Estadual	1. PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO-Recursos/Apeação Cível	280 (0,01%)
	2. PROCESSO CRIMINAL-Medidas Garantidoras/Habeas Corpus Criminal	162 (0,00%)
	3. PROCESSO CRIMINAL-Recursos/Apeação Criminal	139 (0,00%)
	4. PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO-Recursos/Embargos	118 (0,00%)
	5. PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO-Recursos/Agravos	97 (0,00%)
Federal	1. PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS-Requisição de Pequeno Valor	653.067 (13,14%)
	2. PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO-Recursos/Apeação Cível	259.706 (5,22%)
	3. PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO-Recursos/Agravos	163.607 (3,29%)
	4. PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS-Precatório	101.090 (2,03%)
	5. PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO-Recursos	49.913 (1,00%)
Estadual	1. PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO-Recursos/Apeação Cível	1.048.902 (21,10%)
	2. PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO-Recursos/Agravos	734.533 (14,77%)
	3. PROCESSO CRIMINAL-Medidas Garantidoras/Habeas Corpus Criminal	235.190 (4,73%)
	4. PROCESSO CRIMINAL-Recursos/Apeação Criminal	202.841 (4,08%)
	5. PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO-Recursos/Embargos	101.066 (2,03%)
Eleitoral	1. PROCESSO ELEITORAL-Recursos Eleitorais/Recurso Eleitoral	26.729 (0,54%)
	2. PROCESSO ELEITORAL-Recursos Eleitorais	5.326 (0,11%)
	3. PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO-Processo de Conhecimento/Procedimento de Conhecimento	4.934 (0,10%)
	4. PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO-Outros Procedimentos/Atos e expedientes	2.132 (0,04%)
	5. PROCESSO ELEITORAL-Procedimentos Relativos a Realização de Eleição/Prestação de Contas	1.734 (0,03%)

Fonte: Conselho Nacional de Justiça, 2021.

Figura 214 - Classes mais demandadas no primeiro grau (varas)

Trabalho	1. PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO – Processo de Conhecimento/Procedimento de Conhecimento	1.502.395 (8,55%)
	2. PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO – Processo de Conhecimento/Procedimento de Cumprimento de Sentença/Decisão	16.409 (0,09%)
	3. PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO – Processo de Execução/Execução de Título Judicial	13.760 (0,08%)
	4. PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO – Outros Procedimentos/Cartas	13.465 (0,08%)
	5. PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO – Processo Cautelar/Produção Antecipada da Prova	7.725 (0,04%)
Militar União	1. PROCESSO MILITAR – PROCESSO CRIMINAL/Procedimentos Investigatórios	2.176 (0,01%)
	2. PROCESSO MILITAR – PROCESSO CRIMINAL/Ação Penal Militar – Procedimento Ordinário	802 (0,00%)
	3. EXECUÇÃO PENAL E DE MEDIDAS ALTERNATIVAS – Execução da Pena	522 (0,00%)
	4. PROCESSO CRIMINAL – Cartas/Carta Precatória Criminal	407 (0,00%)
	5. PROCESSO CRIMINAL – Procedimentos Investigatórios/Auto de Prisão em Flagrante	363 (0,00%)
Militar Estadual	1. PROCESSO MILITAR – PROCESSO CRIMINAL/Procedimentos Investigatórios	2.610 (0,01%)
	2. PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO – Processo de Conhecimento/Procedimento de Conhecimento	278 (0,00%)
	3. PROCESSO MILITAR – PROCESSO CRIMINAL/Ação Penal Militar – Procedimento Ordinário	234 (0,00%)
	4. PROCESSO CRIMINAL – Medidas Cautelares/Pedido de Quebra de Sigilo de Dados e/ou Telefônico	206 (0,00%)
	5. EXECUÇÃO PENAL E DE MEDIDAS ALTERNATIVAS – Execução da Pena	173 (0,00%)
Federal	1. PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO – Processo de Conhecimento/Procedimento de Conhecimento	550.469 (3,13%)
	2. PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO – Processo de Execução/Execução Fiscal	205.948 (1,17%)
	3. PROCESSO CRIMINAL – Procedimentos Investigatórios/Inquérito Policial	62.912 (0,36%)
	4. PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO – Processo de Conhecimento	60.584 (0,34%)
	5. PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO – Processo de Conhecimento/Procedimento de Cumprimento de Sentença/Decisão	46.240 (0,26%)
Estadual	1. PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO – Processo de Conhecimento/Procedimento de Conhecimento	4.637.277 (26,38%)
	2. PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO – Processo de Execução/Execução Fiscal	2.398.839 (13,64%)
	3. PROCESSO CRIMINAL – Procedimentos Investigatórios/Inquérito Policial	797.548 (4,54%)
	4. PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO – Outros Procedimentos/Cartas	774.796 (4,41%)
	5. PROCESSO CRIMINAL – Cartas/Carta Precatória Criminal	652.881 (3,71%)
Eleitoral	1. PROCESSO ELEITORAL – Procedimentos Relativos a Realização de Eleição/Registro de Candidatura	490.144 (2,79%)
	2. PROCESSO ELEITORAL – Procedimentos Relativos a Realização de Eleição/Prestação de Contas Eleitorais	477.162 (2,71%)
	3. PROCESSO ELEITORAL – Procedimentos Relativos a Partidos Políticos/Prestação de Contas Anual	56.570 (0,32%)
	4. PROCESSO ELEITORAL – Procedimentos Relativos a Realização de Eleição	50.898 (0,29%)
	5. PROCESSO ELEITORAL – Procedimentos Relativos a Realização de Eleição/Representação	40.971 (0,23%)

Fonte: Conselho Nacional de Justiça, 2021.

Figura 215 - Classes mais demandadas nas turmas recursais

Federal	1. PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO – Recursos/Recurso Inominado Cível	307.992 (27,60%)
	2. PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO – Recursos	88.651 (7,94%)
	3. PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO – Processo de Conhecimento/Procedimento de Conhecimento	10.839 (0,97%)
	4. PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO – Recursos/Recurso de Medida Cautelar Cível	10.756 (0,96%)
	5. PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO – Recursos/Agravos	4.570 (0,41%)
Estadual	1. PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO – Recursos/Recurso Inominado Cível	526.164 (47,15%)
	2. PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO – Processo de Conhecimento/Procedimento de Conhecimento	46.384 (4,16%)
	3. PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO – Processo de Conhecimento	34.771 (3,12%)
	4. PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO – Recursos/Embargos	32.647 (2,93%)
	5. PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO – Recursos/Agravos	25.797 (2,31%)

Fonte: Conselho Nacional de Justiça, 2021.

Figura 216 - Classes mais demandadas nos juizados especiais

Federal	1. PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO-Processo de Conhecimento/Procedimento de Conhecimento	1.944.053 (30,96%)
	2. PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO-Processo de Conhecimento	324.592 (5,17%)
	3. PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO-Outros Procedimentos/Atos e expedientes	8.694 (0,14%)
	4. PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO-Processo de Conhecimento/Procedimento de Cumprimento de Sentença/Decisão	4.812 (0,08%)
	5. PROCEDIMENTOS PRÉ-PROCESSUAIS DE RESOLUÇÃO CONSENSUAL DE CONFLITOS-Reclamação Pré-processual	4.218 (0,07%)
Estadual	1. PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO-Processo de Conhecimento/Procedimento de Conhecimento	2.369.186 (37,74%)
	2. PROCESSO CRIMINAL-Procedimentos Investigatórios/Termo Circunstanciado	659.468 (10,50%)
	3. PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO-Processo de Execução/Execução de Título Extrajudicial	305.257 (4,86%)
	4. PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO-Processo de Conhecimento/Procedimento de Cumprimento de Sentença/Decisão	193.362 (3,08%)
	5. PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO-Outros Procedimentos/Cartas	100.704 (1,60%)

Fonte: Conselho Nacional de Justiça, 2021.

12 Agenda

2030 no âmbito do Poder Judiciário brasileiro

A Agenda 2030 é um compromisso assumido por líderes de 193 Países, inclusive o Brasil, e coordenada pela Organização das Nações Unidas (ONU). Essa agenda foi recepcionada pelo Poder Judiciário Brasileiro, por meio do Conselho Nacional de Justiça, tendo como marco inicial a criação do Comitê Interinstitucional da Agenda 2030, instituído por meio da Portaria CNJ n. 133 de 28 de setembro de 2018.

São 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e 169 metas a serem atingidas no período de 2016 a 2030, relacionadas à efetivação dos Direitos Humanos e desenvolvimento sustentável. Os objetivos são:

- > ODS1: Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares;
- > ODS2: Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável;

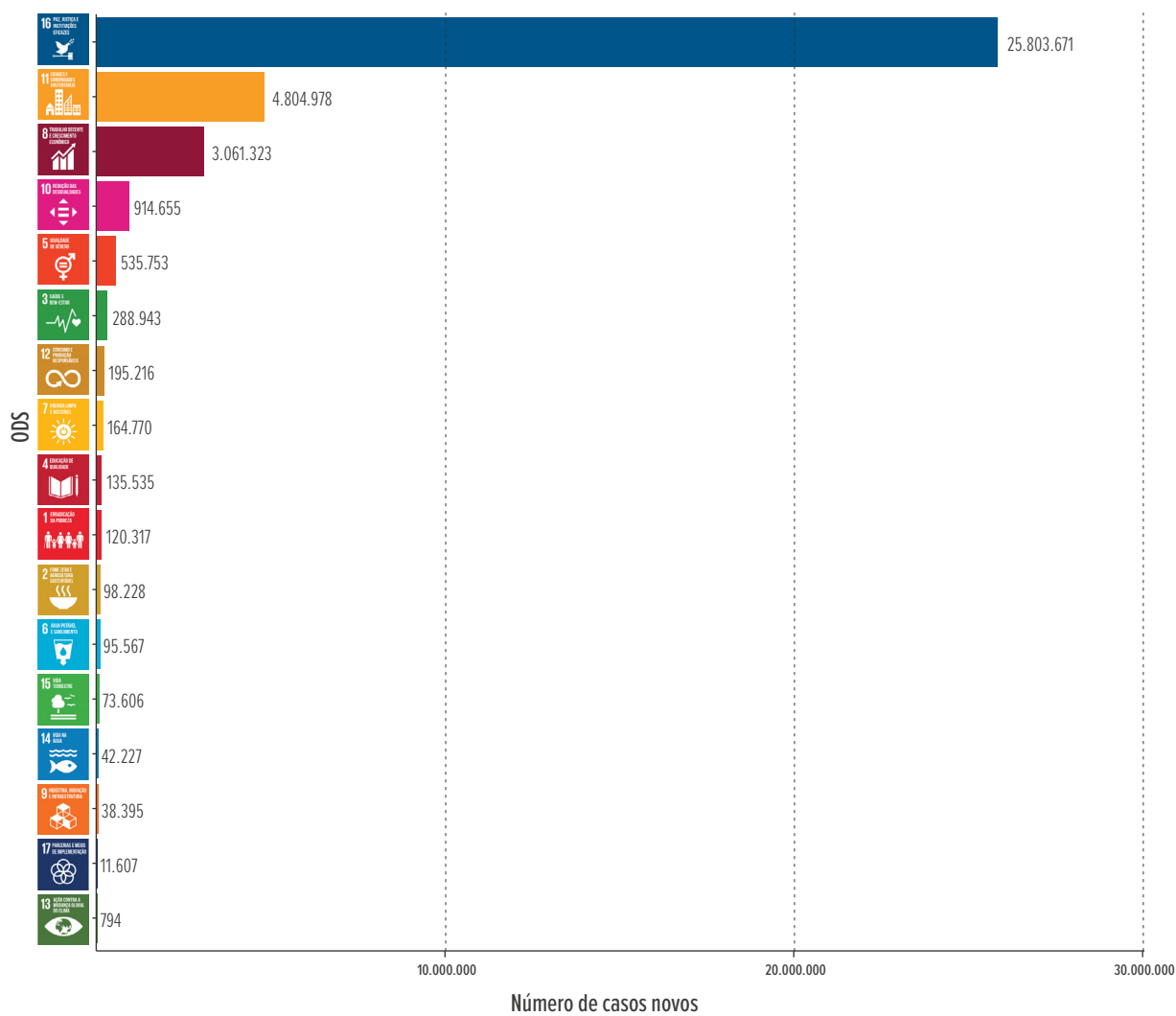
- > ODS3: Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades;
- > ODS4: Assegurar a educação inclusiva, equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos;
- > ODS5: Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas;
- > ODS6: Assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todos;
- > ODS7: Assegurar o acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível à energia para todos;
- > ODS8: Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos;
- > ODS9: Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação;
- > ODS10: Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles;
- > ODS11: Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis;
- > ODS12: Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis;
- > ODS13: Tomar medidas urgentes para combater a mudança climática e seus impactos;
- > ODS14: Conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável;
- > ODS15: Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade;
- > ODS16: Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis;
- > ODS17: Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável.

A Figura 217 apresenta o número de casos novos por ODS. Assim como verificado na seção “Assuntos mais recorrentes”, há diferenças conceituais entre os processos ingressados por ODS e o total de casos novos informados nas demais seções do presente Relatório, uma vez que mais de um assunto pode ser cadastrado em um mesmo processo. Quando isso ocorre, todos são contabilizados. Assim, os números apresentados não refletem a quantidade de processos ingressados, mas tão somente a quantidade de processos cadastrados em determinados assuntos que compõem cada ODS. Essa duplicidade não ocorre no ODS 16, pois, em razão de sua relação estrutural com o sistema de justiça, são considerados praticamente todos os assuntos da Tabela

Processual Unificada do CNJ, e, portanto, utiliza-se nesse ODS o quantitativo total de casos novos. Conforme Figura 217, afora o ODS 16, os mais demandados são o ODS 11 (Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis), ODS 8 (Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos) e ODS 10 (Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles).

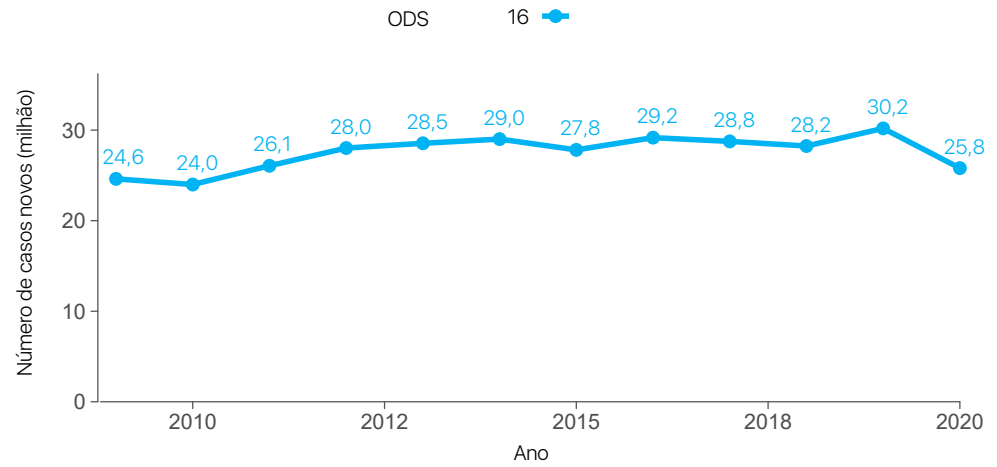
As Figuras de 218 a 223 apresentam as séries históricas por ODS. Observa-se que houve diminuição no último ano na maioria dos objetivos, com exceção dos ODS3 (Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades), ODS9 (Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação), ODS12 (Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis), ODS13 (Tomar medidas urgentes para combater a mudança climática e seus impactos), ODS 14 (Conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável), ODS15 (Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade) e ODS 17 (Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável), que apresentaram aumento.

Figura 217 - Número de casos novos por ODS



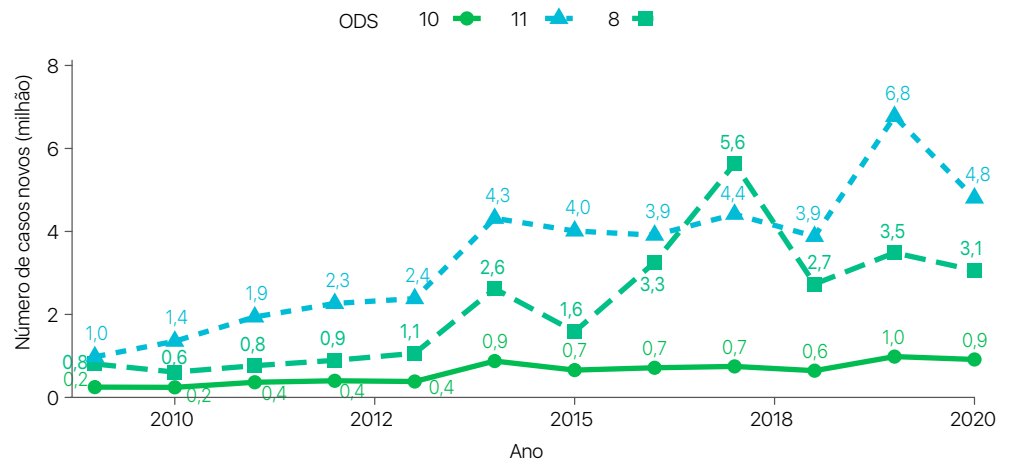
Fonte: Conselho Nacional de Justiça, 2021.

Figura 218 - Número de casos novos por ODS16



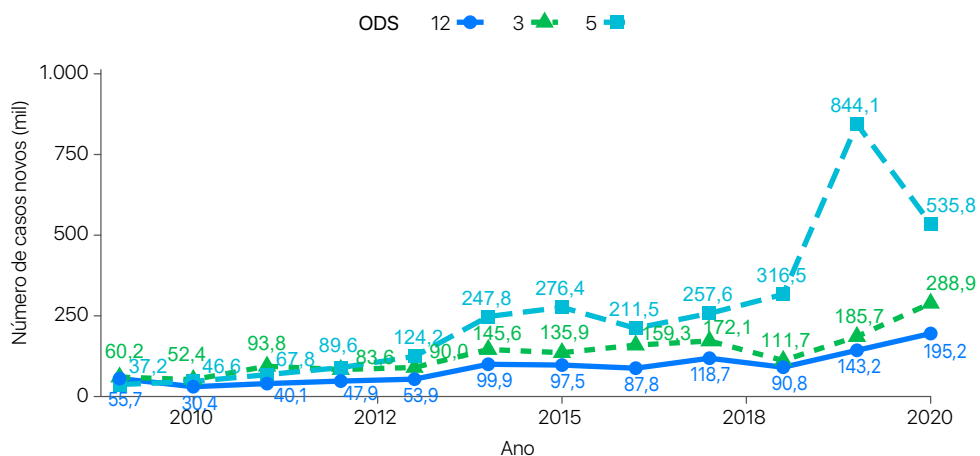
Fonte: Conselho Nacional de Justiça, 2021.

Figura 219 - Número de casos novos por ODS 8, 10 e 11



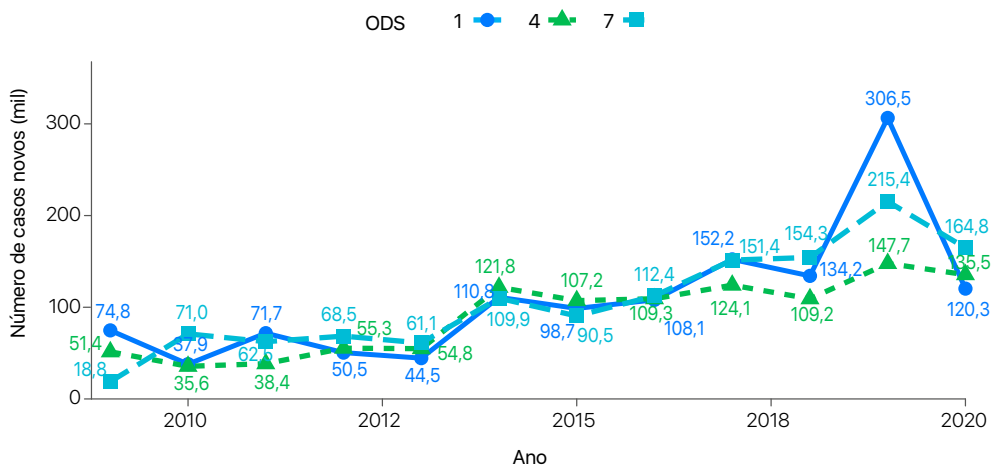
Fonte: Conselho Nacional de Justiça, 2021.

Figura 220 - Número de casos novos por ODS 12, 3 e 5



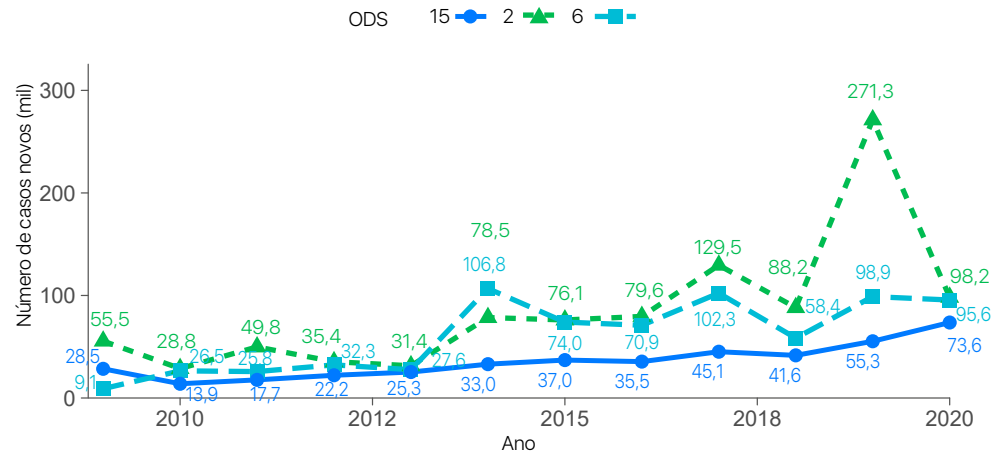
Fonte: Conselho Nacional de Justiça, 2021.

Figura 221 - Número de casos novos por ODS 1, 4 e 7



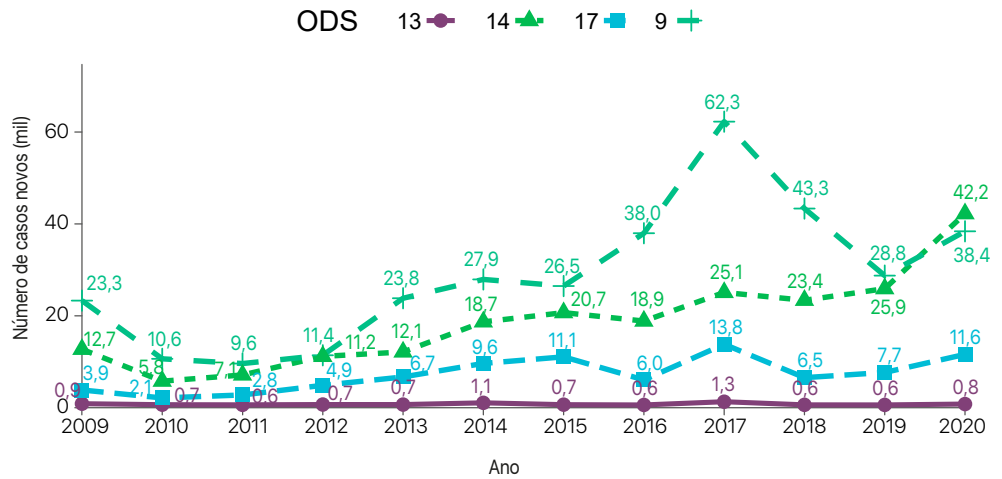
Fonte: Conselho Nacional de Justiça, 2021.

Figura 222 - Número de casos novos por ODS 2, 6 e 15



Fonte: Conselho Nacional de Justiça, 2021.

Figura 223 - Número de casos novos por ODS 9, 13, 14 e 17



Fonte: Conselho Nacional de Justiça, 2021.

13

Meio

Ambiente e Direitos Humanos

O presente capítulo trata da atividade judicial na tutela dos Direitos do Meio Ambiente e dos Direitos Humanos, aproveitando o ensejo da criação do Observatório dos Direitos Humanos do Poder Judiciário e do Observatório do Meio Ambiente do Poder Judiciário, que se deu no dia 17 de setembro de 2020.

Os referidos dados foram obtidos por meio das estatísticas disponibilizadas pelo CNJ no Painel Justiça em Números,³⁴ que disponibiliza a possibilidade de seleção dos assuntos temáticos das ações judiciais com filtros específicos, além de permitir a extração dos dados em tabelas de formato aberto. Os dados são apresentados ano a ano e consistem nos casos novos apresentados em 2020.

No assunto de Direito Ambiental, foi utilizada a família de assuntos Direito Ambiental (código 10110) disponível nas Tabelas Processuais Unificadas do Poder Judiciário e, no tocante aos assuntos de Direitos Humanos, utilizou-se a o ramo Garantias constitucionais (código 9986 e seus códigos filhos), que se encontra dentro do ramo Direito Adminis-

³⁴ Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/pesquisas-judiciarias/justica-em-numeros/>

trativo e outros assuntos. Porém, assuntos sobre a política fundiária e reforma agrária (código 11873), sobre o direito trabalhista com proteção especial ao deficiente físico e indígena (código 13041 e seus códigos filhos) e sobre migrantes e refugiados (código 12620) também foram utilizados.

13.1 Dados sobre Meio ambiente

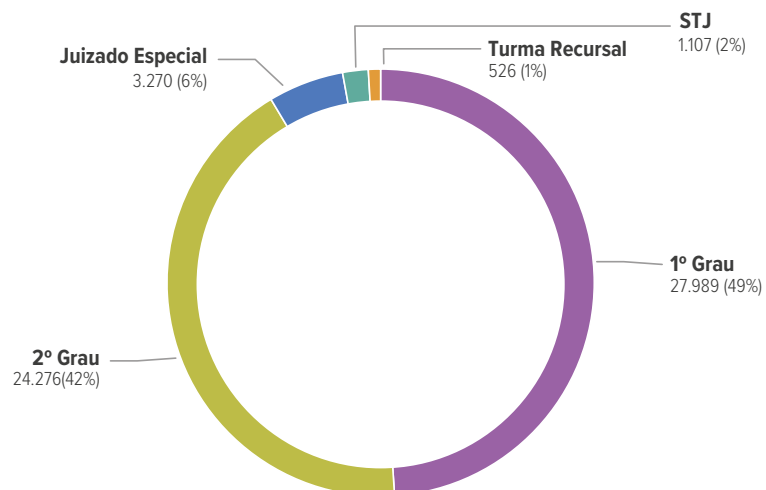
Conforme análise dos dados estatísticos sobre os processos ambientais que ingressaram no Poder Judiciário em 2020, vê-se que a parcela mais significativa se encontra no primeiro grau, com 49%, tendo em vista que se tratam de processos relativamente propostos no mesmo ano e que 42% se encontram em segundo grau, conforme Figura 224.

Nota-se um significativo incremento no número de processos no ano de 2020, consistindo em um aumento de 17,9% em relação a 2019 (Figura 225). É o segundo maior número dentro da série temporal iniciada em 2014, considerando que apenas em 2017 houve número de casos novos ambientais propostos em maior número.

Entre os assuntos ambientais mais demandados à justiça no ano de 2020, representados na Figura 226, destaca-se o dano ambiental, a indenização por dano ambiental e a revogação/anulação de multa ambiental, o que demonstra a relação direta com a degradação do Meio Ambiente, não representando em sua maioria a propositura de ações ambientais de cunho meramente administrativo ou burocrático. Percebe-se também que a flora é um assunto mais recorrente do que a fauna.

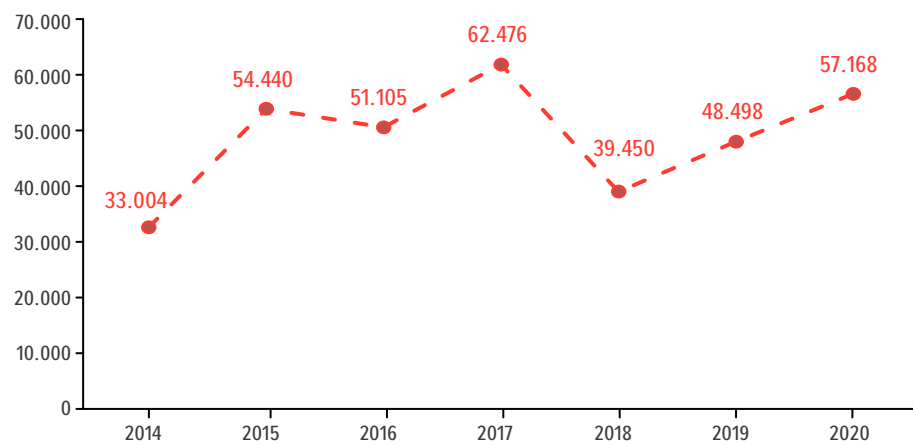
Os tribunais que mais possuem processos ambientais em números absolutos são o TJMG, TRF da 1ª Região, TJMT, TJSP e TJRS (Figura 227). Porém, ao se realizar o cálculo a partir do número de processos ambientais por cem mil habitantes da Justiça Estadual, os tribunais que se destacam com maiores índices são: TJMT e TJMG (com ampla diferença dos demais), seguidos pelo TJRO, TJRS e TJTO (Figura 228). Dessa forma, o TJMG e o TJMT se destacam nos dois cenários, o que demonstra maior demanda de casos novos nessa temática em 2020.

Figura 224 - Número de casos novos ambientais em 2020, por instância



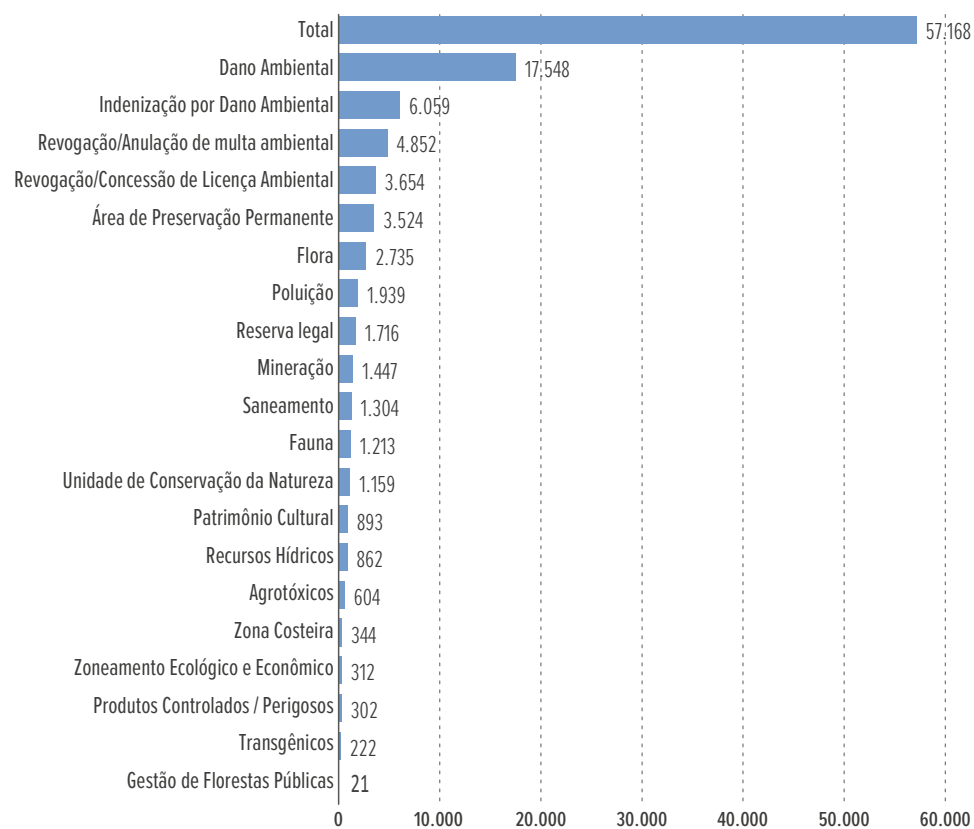
Fonte: Conselho Nacional de Justiça, 2021.

Figura 225 - Série histórica do número de casos novos ambientais



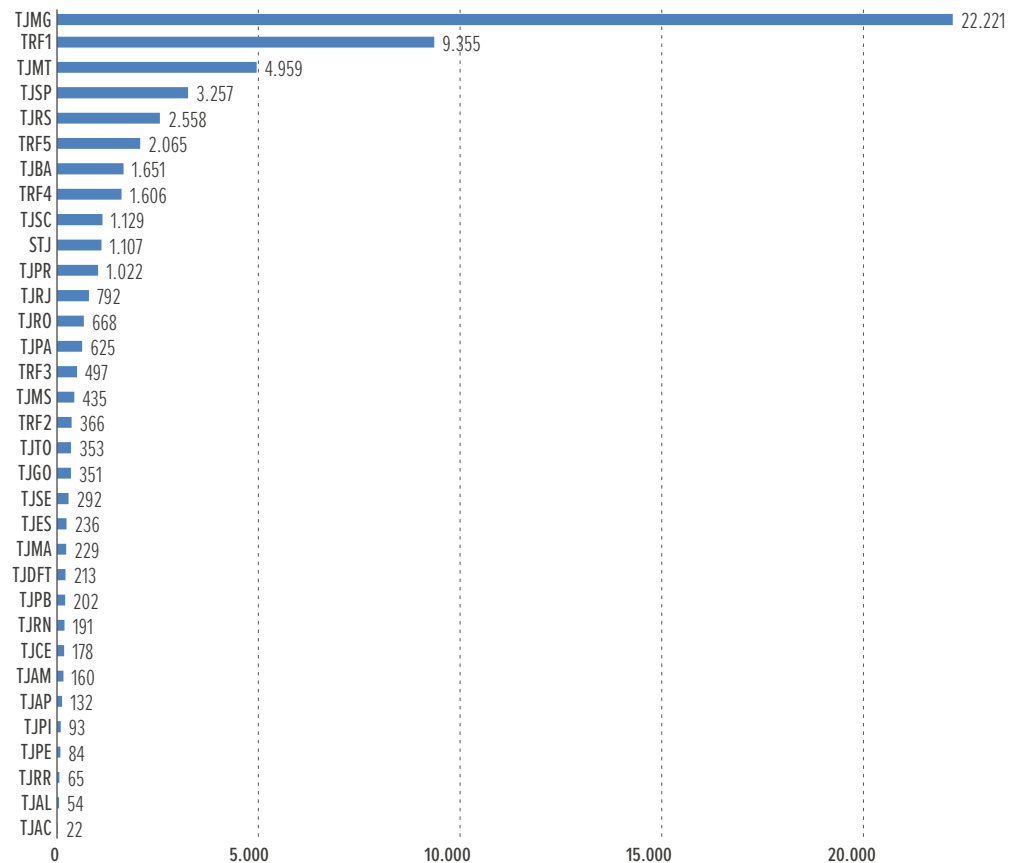
Fonte: Conselho Nacional de Justiça, 2021.

Figura 226 - Assuntos ambientais mais demandados em 2020



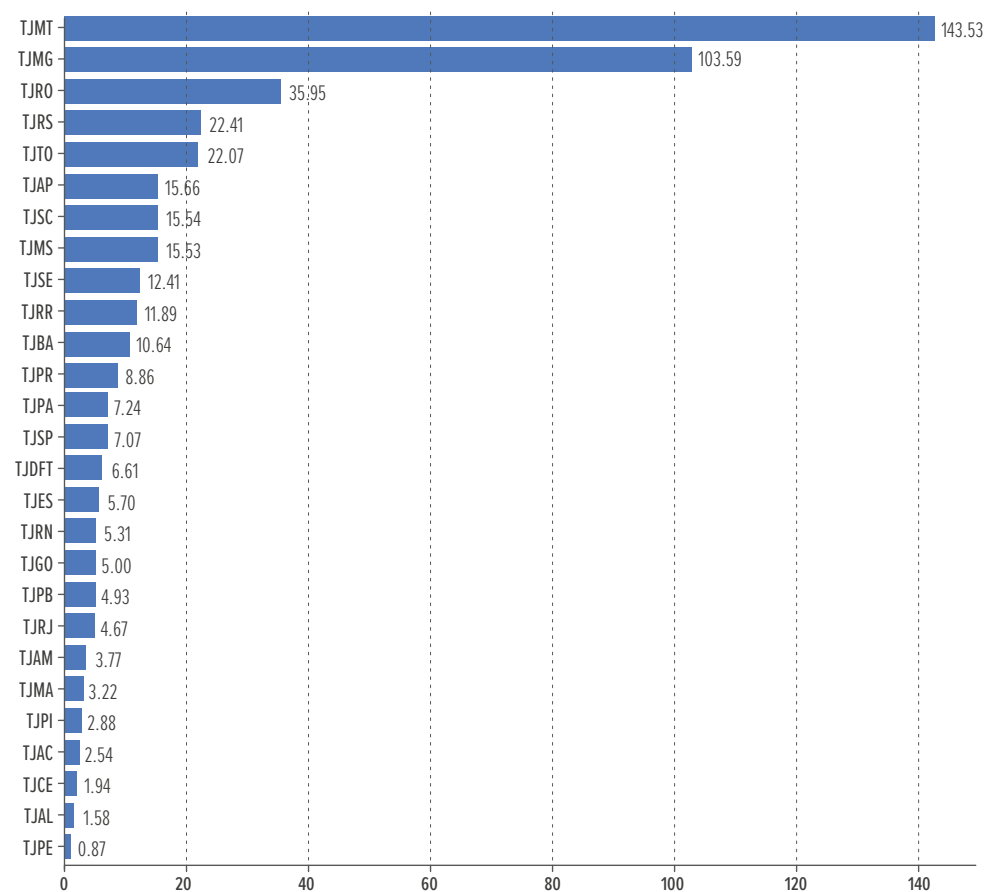
Fonte: Conselho Nacional de Justiça, 2021.

Figura 227 - Número de casos novos ambientais, por tribunal



Fonte: Conselho Nacional de Justiça, 2021.

Figura 228 - Número de casos novos ambientais por cem mil habitantes na Justiça Estadual



Fonte: Conselho Nacional de Justiça, 2021.

13.2 Dados sobre Direitos Humanos

A escolha dos assuntos sobre Direitos Humanos de acordo com as Tabelas Processuais Unificadas do Poder Judiciário seguiu prioritariamente a seleção do ramo “Garantias Constitucionais” dentro da família “Direito Administrativo e outras matérias de Direito”. Optou-se por não abranger a árvore de Direito da Saúde e Direito à Educação, tendo em vista que há uma multiplicidade de assuntos dentro desses ramos que poderia distorcer numericamente as demandas pontuais sobre direitos fundamentais, tendo em vista se tratar de um ano de pandemia global.

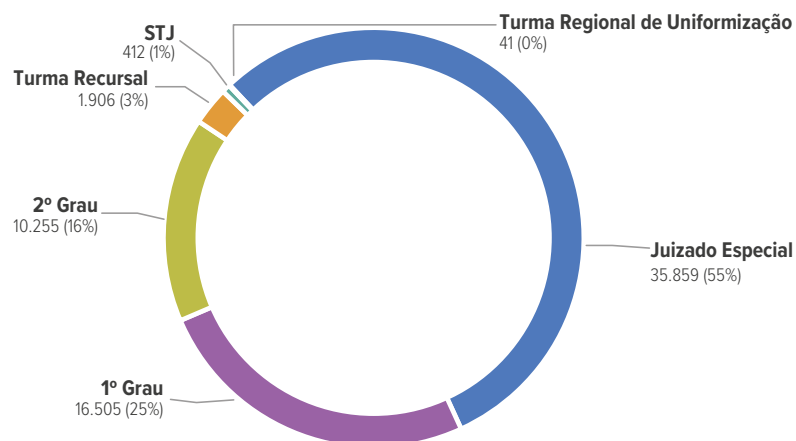
Na Figura 229, vê-se que as demandas relativas a Direitos Humanos, ao contrário das de Meio Ambiente, concentraram-se nos Juizados Especiais (55%) e, em seguida, no primeiro grau (25%). Isso se dá tendo em vista o assunto “assistência social” (código 11847), que se encontra dentro do ramo de “Garantias constitucionais” no ano de 2020.

Houve um expressivo aumento do número de casos novos sobre Direitos Humanos em 2020 mais do que triplicando o quantitativo referente a 2019 (342% de aumento) considerando a totalidade dos assuntos. Grande parte desse aumento se deu em face de ações sobre assistência social, conforme já destacado, provavelmente em decorrência da pandemia de covid-19 e eventual situação de vulnerabilidade econômica decorrente dessa situação. Mas mesmo desconsiderando as ações sobre assistência social, as demandas relativas a Direitos Humanos tiveram um aumento de 46,8% em relação a 2019 (Figura 230). Dessa forma, não foram apenas afetadas as demandas de assistência social em um ano de excepcionalidade de saúde pública, mas também as demais demandas sobre Direitos Humanos apresentaram um considerável aumento.

Os assuntos sobre Direitos Humanos mais recorrentes, além de assistência social, foram, respectivamente sobre: “pessoas com deficiência”, “pessoa idosa”, “intervenção em Estado/Município”, “alimentação” e “moradia” (Figura 231).

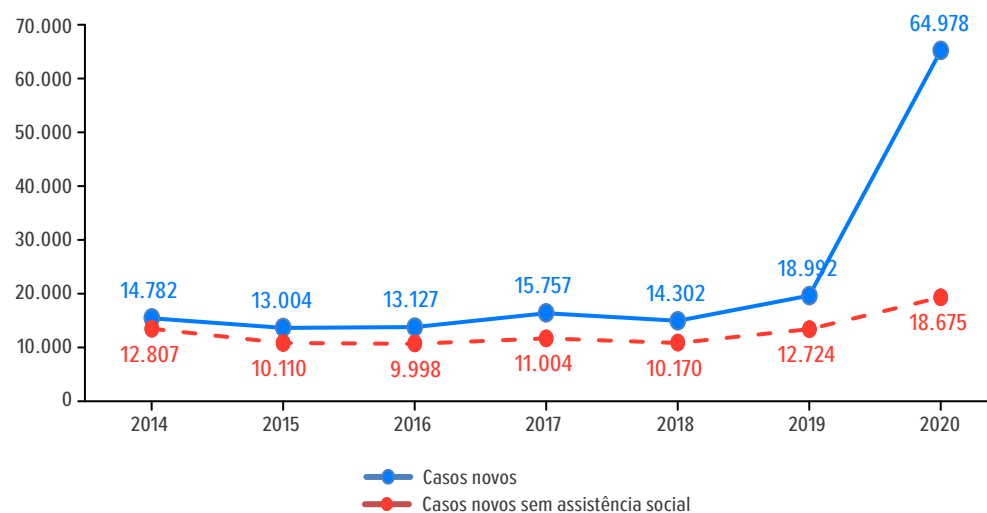
Os tribunais que mais foram demandados sobre Direitos Humanos em números absolutos, conforme Figura 232, foram o TRF4, TRF2, TJMG, TJSP, TRF1 e TRF3. Vê-se que os Tribunais Federais são os que mais processam demandas dessa natureza. Considerando a Justiça Estadual apenas e calculando-se a demanda de processos sobre Direitos Humanos a cada cem mil habitantes, constata-se que o TJMT e TJMG apresentam os maiores índices, com larga margem de diferença em relação aos demais (Figura 233). Esse mesmo padrão se repetiu no caso da tutela do Direito Ambiental. Em seguida, figuram o TJPR, TJSE e TJBA.

Figura 229 - Casos novos em 2020 sobre Direitos Humanos, por instância



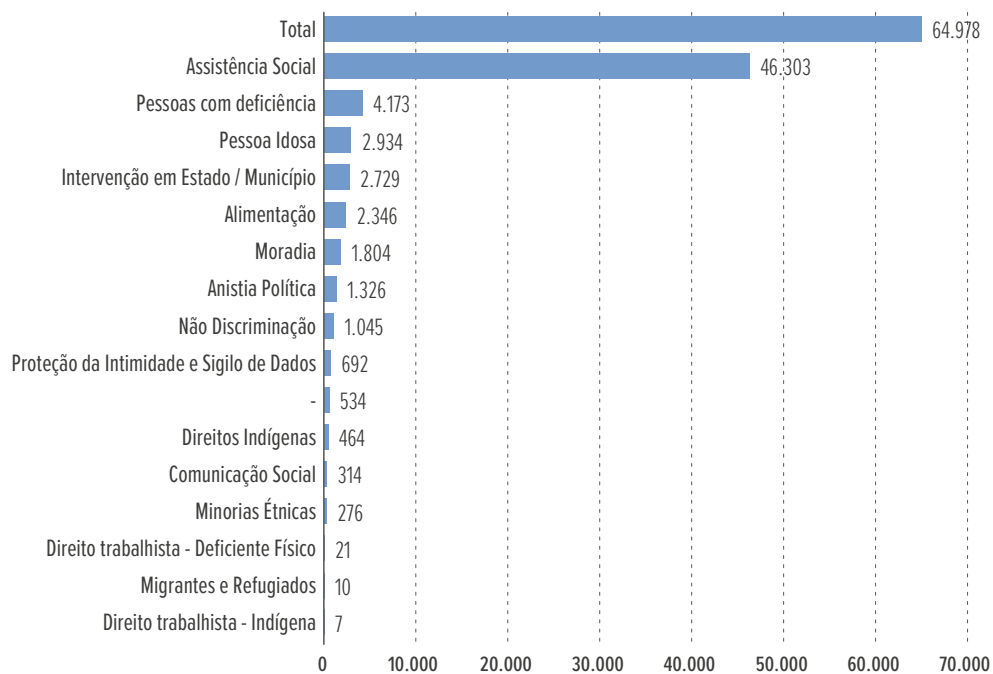
Fonte: Conselho Nacional de Justiça, 2021.

Figura 230 - Série histórica de casos novos sobre Direitos Humanos



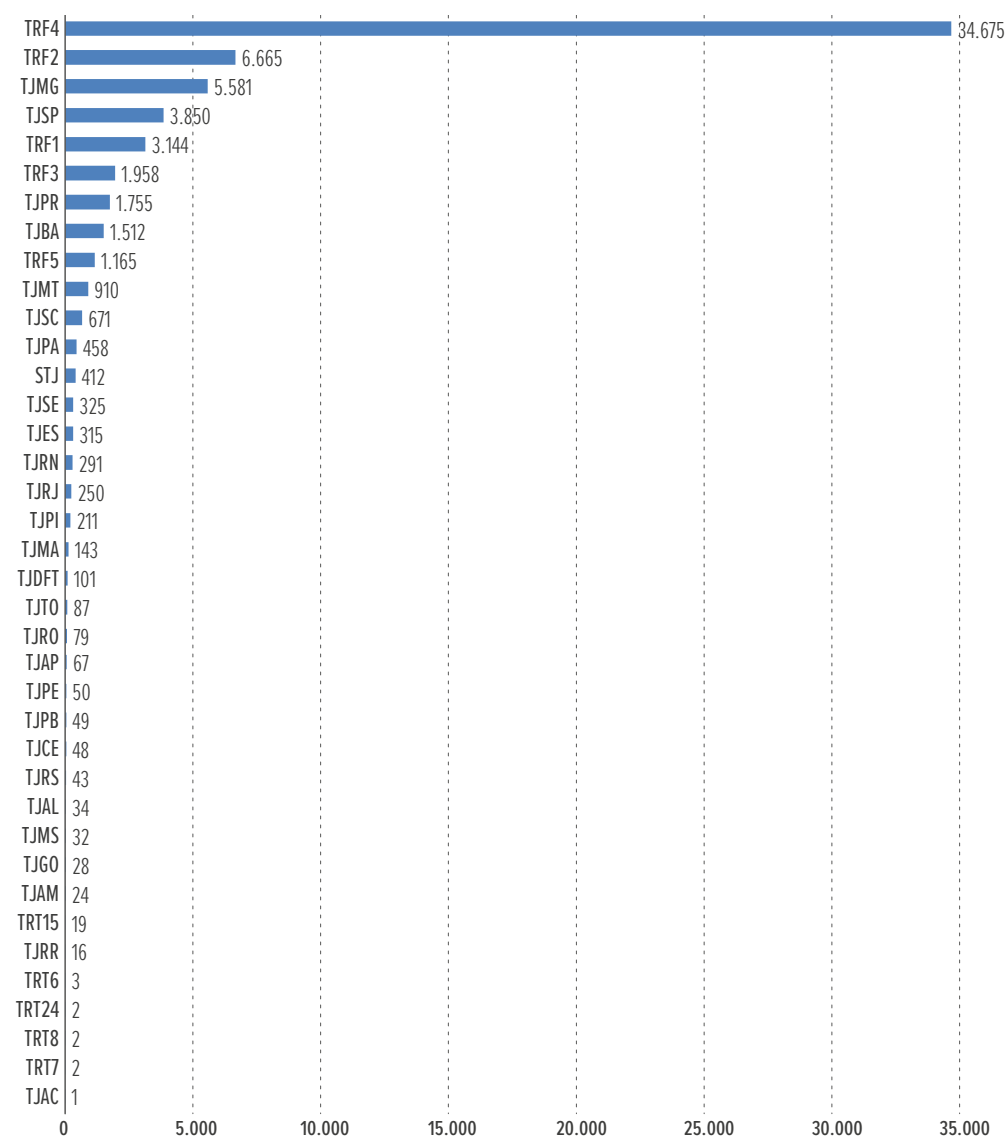
Fonte: Conselho Nacional de Justiça, 2021.

Figura 231 - Assuntos de Direitos Humanos mais demandados em 2020



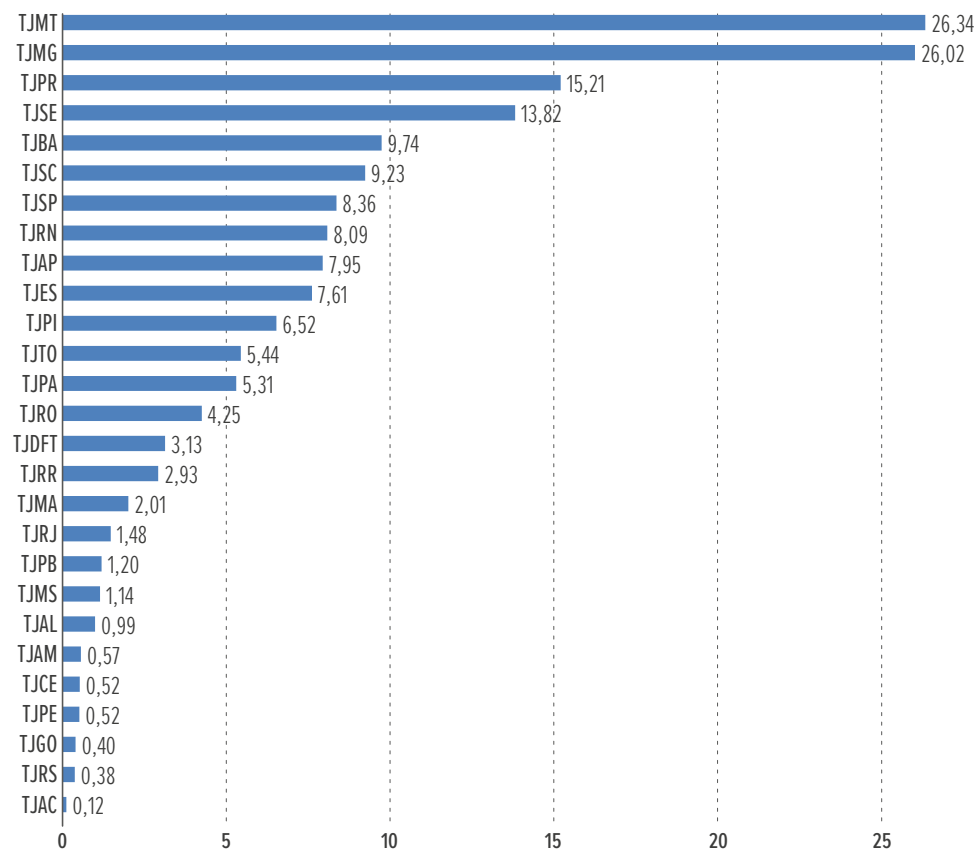
Fonte: Conselho Nacional de Justiça, 2021.

Figura 232 - Número de casos novos sobre Direitos Humanos, por tribunal



Fonte: Conselho Nacional de Justiça, 2021.

Figura 233 - Casos Novos por cem mil habitantes em assuntos sobre Direitos Humanos



Fonte: Conselho Nacional de Justiça, 2021.

14

Considerações finais

Considerando a peculiaridade do ano de 2020 e os desafios enfrentados pela sociedade e pelo Judiciário brasileiro, o presente relatório serviu para mensurar um período atípico. A mensuração desse período terá um grande ganho do ponto de vista histórico e estratégico, ao expor a forma como o Poder Judiciário atuou no período de pandemia e os números de sua atuação finalística. A importância da resolução de conflitos e pacificação social em tempos turbulentos se mostra ainda mais acentuada ao se considerar a grande abrangência da judicatura brasileira.

O “Programa Justiça 4.0 – Inovação e efetividade na realização da Justiça para todos” foi uma das principais inovações para o Poder Judiciário brasileiro nesse período de pandemia, uma vez que propiciou a transformação digital na Justiça e ampliou o acesso à justiça através da criação do Juízo 100% Digital, do Balcão Virtual, da Plataforma Digital do Poder Judiciário (PDPJ), do aumento da qualidade dos dados do Banco Nacional de Dados do Poder Judiciário – Datajud, e do sistema Codex. Essas inovações contribuíram de forma inédita para aumentar a celeridade à prestação jurisdicional e promover a redução de despesas orçamentárias decorrentes desse serviço público em um curto espaço de tempo e durante a pandemia do novo coronavírus.

O Poder Judiciário contou com 14.853 unidades judiciárias em 2020, com um acréscimo de 61 novas unidades em relação a 2019, o que demonstra a constante tendência de expansão e melhoria de sua capilaridade regional. Isso permite maior

proximidade da sociedade e significa a otimização de sua própria jurisdição, a partir da criação de varas especializadas, do desdobramento em novas unidades ou do agrupamento de unidades com baixo índice de processos.

Desse modo, 89,7% da população brasileira reside em Municípios que contam com alguma unidade judiciária, em que pese tenha abrangência em 48% dos Municípios. Significa, portanto, que a Justiça brasileira se direciona para atender os Municípios com maior concentração populacional e fornecer maior eficiência de acesso à Justiça, atingindo mais pessoas com maior economia orçamentária. Há, porém, diversas unidades judiciárias que se encontram em territórios de fronteira internacional, o que demonstra a importância do Poder Judiciário para a segurança nacional e soberania territorial, conforme indicado no capítulo 3.

No capítulo 4, há relevantes resultados do ponto de vista orçamentário. Com base na série histórica de despesas totais, em 2020 as despesas do Poder Judiciário sofreram diminuição de 4,5% em relação a 2019, considerando os valores dos anos anteriores reajustados pela inflação, de forma a permitir uma comparação adequada. Mesmo comparando valores nominais, houve redução das despesas judiciárias. O custo pelo serviço de Justiça por habitante também foi reduzido em 5,1% de 2019 para 2020. E as despesas com pessoal também sofreu considerável queda, de 3,3%, no último ano. A maior redução foi no tocante às despesas de capital, que reduziram 38,8% no último ano, embora também tenha tido redução nos custos de outras despesas correntes, na ordem de 9,1%.

Nessa mesma perspectiva de observância à saúde orçamentária, vê-se com destaque a atuação da Justiça Federal, ramo que retornou aos cofres públicos quase o triplo do valor de suas despesas (288%), tendo em vista a arrecadação decorrente de demandas de execução fiscal. No capítulo, também foi mensurada a força de trabalho do Poder Judiciário, que, em 2020, totalizou 433.575 pessoas, sendo 17.988 magistrados(as) (4,1%), 267.613 servidores(as) (61,7%), 71.295 terceirizados(as) (16,4%), 57.579 estagiários(as) (13,3%) e 19.100 conciliadores(as), juízes(as) leigos(as) e voluntários(as) (4,41%).

No capítulo 5, houve a mensuração de diversos índices relativos ao desempenho da atividade judicial, com mensuração da litigiosidade, da política de priorização do primeiro grau de jurisdição, e foi abordada a fase de execução judicial. Um dos pontos positivos é que, em 2020, foi constatada na série histórica de 12 anos (de 2009 a 2020) a maior redução do acervo de processos pendentes, que aguardam alguma solução definitiva. Em relação a 2019, houve a redução de cerca de dois milhões de processos, confirmando a tendência de baixa observada desde 2016. Em que pese a grande redução do número absoluto de acervo, o número absoluto de processos baixados foi

menor do que em 2019, tendo em vista que acompanhou de forma elástica a também redução do número de casos novos que ingressaram no Poder Judiciário.

Significa que, em ano de pandemia, a sociedade ingressou com um número menor de ações na Justiça, mas mesmo assim representando um número absoluto significativo (25,8 milhões de casos novos e 27,9 milhões de casos finalizados). Nesse sentido, esse ano foram proferidas 25 milhões de sentenças e decisões terminativas, representando uma redução em relação a 2019.

No item 5.1, foram analisados os Índices de Produtividade dos Magistrados (IPM) e dos Servidores (IPS-Jud), que são calculados pela relação entre o volume de casos baixados e o número de magistrados(as) e servidores(as) que atuaram durante o ano na jurisdição. O IPM e o IPS-Jud variaram negativamente no último ano de 2020 em relação a 2019, em -22% e -21,7%, respectivamente. A queda tanto da carga de trabalho quanto do índice de produtividade por magistrado(a) em 2020 ocorreu na Justiça Estadual, na Justiça do Trabalho, na Justiça Federal e na Justiça Militar Estadual. Os Tribunais Superiores, a seu turno, apresentaram crescimento na carga de trabalho com leve queda na produtividade, conforme Figura 61. Há grande correlação entre a queda da carga de trabalho e do índice de produtividade, o que demonstra que a queda da produtividade não refletiu em aumento da carga de trabalho ou de acervo, provavelmente em decorrência da pandemia da covid-19. O período é inédito ainda pela forma pela qual o Poder Judiciário se organizou durante o período pandêmico e considerou os protocolos de segurança de saúde. Por se tratar de ano eleitoral, a Justiça Eleitoral demonstra grande aumento em sua carga de trabalho, natural da sazonalidade desse segmento de Justiça e de sua elasticidade dependente da atividade eleitoral. Porém, ao se analisar os picos decorrentes da atividade eleitoral em sazonalidades semelhantes, 2020 apresentou grande acréscimo, na ordem de 44% em relação a 2016. Nesse capítulo, também foram analisados os indicadores por tribunal e por segmento de Justiça.

No item 5.1.3, tratou-se da taxa de congestionamento e do índice de atendimento à demanda (IAD). A taxa de congestionamento do Poder Judiciário, que mede o percentual de processos que ficaram represados sem solução, comparativamente ao total tramitado no período de um ano, oscilou entre 70,6% no ano de 2009 e 73,4% em 2016. A partir desse ano, a taxa cai gradativamente até atingir o menor índice da série histórica no ano de 2019, com taxa de 73%. Em 2020, houve aumento na taxa de congestionamento na ordem de 4,3 pontos percentuais, voltando ao patamar de 2015. O IAD, que reflete a capacidade das cortes em dar vazão ao volume de casos ingressados, alcançou 108,2% no ano de 2020, culminando em redução do estoque em 2.096 mil processos. Os segmentos das Justiças Estadual, Federal e do Trabalho superaram o patamar mínimo desejável de 100% no IAD, com destaque para a Justiça Estadual, que baixou 115,2%

dos casos novos. No segmento da Justiça do Trabalho, apenas sete TRTs registraram índices abaixo de 100%. Na Justiça Eleitoral, apenas dois tribunais apresentaram índice superior a 100% (TRE-DF e TRE-RR).

Um dos grandes avanços alcançados durante o ano de 2020, a seu turno, consiste na elevada tendência de informatização da Justiça brasileira, apresentando consideráveis índices de informatização de sua atividade finalística. Nesse ano, apenas 3,1% do total de processos novos ingressaram fisicamente e foram recebidos 21,8 milhões de casos novos eletrônicos.

É notória a curva de crescimento do percentual de casos novos eletrônicos, sendo que no último ano o incremento foi de 6,6 pontos percentuais. O percentual de adesão já atinge 96,9% dos tribunais brasileiros. Na tendência salutar de digitalização, destaca-se a Justiça Trabalhista, segmento com maior índice de virtualização dos processos, com 100% dos casos novos eletrônicos no TST e 99,9% nos Tribunais Regionais do Trabalho, sendo 99,8% no segundo grau e 100% no primeiro grau, mostrando um trabalho coordenado e uniforme.

Na Justiça Eleitoral, o processo judicial eletrônico passou a ser adotado em alto percentual, de 99,5%, superando a Justiça Estadual. Em 2020, a Justiça Estadual apresentou o menor percentual de casos novos eletrônicos, tendo apenas um tribunal abaixo de 80%, qual seja, o TJES. Quarenta e oito tribunais se destacaram positivamente por terem alcançado 100% de processos eletrônicos nos dois graus de jurisdição: TJPR, TJGO, TJDFT, TJSC, TJAP, TJTO, TJMS, TJAM, TJAL, TJAC, TJSE, TRE-BA, TRE-RS, TRE-SP, TRE-PR, TRE-RJ, TRE-MG, TRE-MA, TRE-SC, TRE-MT, TRE-GO, TRE-PI, TRE-PE, TRE-PB, TRE-CE, TRE-RO, TRE-RN, TRE-DF, TRE-AL, TRE-TO, TRE-AM, TRE-AC, TRT15, TRT4, TRT9, TRT18, TRT7, TRT23, TRT16, TRT13, TRT11, TRT24, TRT14, TST, STM, TRF4, TRF5 e TJMRS.

No item 5.1.4, foram mensurados os índices referentes à recorribilidade interna (recursos apresentados ao próprio órgão prolator) e externa (recursos direcionados ao segundo grau, turmas recursais ou tribunais superiores). Em 2020 foi a primeira vez, considerando a série histórica de 11 anos, que a recorribilidade interna (13,6%) superou a recorribilidade externa (9,3%), confirmando a tendência de reversão iniciada em 2019. Além de ser uma ocorrência inédita, ainda superou em 4,3 pontos percentuais. O índice de recorribilidade externa teve seu valor mínimo histórico em 2020.

No item 5.2, que trata da política de priorização do primeiro grau de jurisdição, constatou-se que 82,2% dos(as) servidores(as) da área judiciária e 17,8% dos(as) servidores(as) da área administrativa estão lotados(as) no primeiro grau, que possui também

76,9% dos cargos e funções comissionadas. Ao total, 85% dos(as) servidores(as) estão lotados(as) no primeiro grau, o que demonstra uma priorização geral do Poder Judiciário nessa instância.

O item 5.3 trata dos gargalos da execução. Foi constatado que mais da metade dos 69,1 milhões de processos pendentes ao final de 2020 se referia à fase de execução (39,4 milhões, representando 57%), considerando os fiscais e não fiscais, além dos processos em cumprimento de sentença. Os processos de conhecimento totalizaram 29,7 milhões (43%). Pela primeira vez na série histórica, o quantitativo de execuções baixadas superou o número de execuções novas desde 2019, mantendo essa tendência em 2020.

O estoque de execução pendente foi reduzido em 8,6% em 2020 em relação ao ano anterior, demonstrando maior eficiência na baixa do estoque executivo. A maior parte dos processos de execução é composta pelas execuções fiscais, que representam 68% do estoque em execução. Esses processos são os principais responsáveis pela alta taxa de congestionamento do Poder Judiciário, representando aproximadamente 36% do total de casos pendentes e congestionamento de 87% em 2020. Os processos de execução fiscal representam, aproximadamente, 36% do total de casos pendentes e 68% das execuções pendentes no Poder Judiciário, com taxa de congestionamento de 87%. Na fase de execução, o Índice de Atendimento à Demanda superou pela primeira vez na série histórica o índice da fase de conhecimento. Houve significativo avanço em 2020, passando de 106,4% para 117,3%, o maior nível histórico da série temporal de 11 anos.

O capítulo 6 trata do índice de conciliação da Justiça, que consiste no percentual de sentenças e decisões homologatórias de acordo em relação ao total de sentenças e decisões terminativas proferidas. Em 2020, foram 9,9% sentenças homologatórias de acordo, valor que reduziu nos últimos anos após o crescimento registrado 2016. Na fase de execução, as sentenças homologatórias de acordo corresponderam, em 2020, a 4,7%, e, na fase de conhecimento, a 15,8%.

O capítulo 7 aborda a mensuração de indicadores de tempo de tramitação dos processos. O tempo decorrido da petição inicial até a baixa aumentou em três meses no último ano, enquanto o tempo da inicial até a sentença permanece constante nos últimos dois anos e o tempo do processo pendente (acervo) permaneceu constante em relação a 2019. A ocorrência desse fato, aliado à produtividade, significa que os casos mais novos estão sendo priorizados em relação aos mais antigos principalmente até a primeira sentença. Destaca-se que o tempo até a baixa demora em média o dobro do tempo decorrido até a primeira sentença.

O capítulo 8, ao tratar da justiça criminal, trouxe informações de que, em 2020, ingressaram no Poder Judiciário 2,2 milhões de casos novos criminais, sendo 1,2 milhão (54,4%) na fase de conhecimento de primeiro grau, 311,6 mil (13,9%) na fase de execução de primeiro grau, 11 mil (0,5%) nas turmas recursais, 567,6 mil (25,3%) no segundo grau e 133,4 mil (5,9%) nos Tribunais Superiores. A Justiça Estadual é o segmento com maior representatividade de litígios de natureza geral (cível, penal e outros) no Poder Judiciário, com 65,6% da demanda. Na área criminal, essa representatividade aumenta para 91,1%.

O capítulo 9 apresentou resultados referentes à competência da Justiça Estadual, abordando um comparativo entre unidades judiciais de competência ampla e jurisdições especializadas. Há uma grande quantidade de unidades de competência ampla, representando 1.803 em todo o país. É o segundo maior número de varas, só sendo superado pelas varas de competência exclusiva cível, com 2.346 unidades. Então, 67,5% das comarcas brasileiras são providas com apenas uma vara sem especialização. E aproximadamente 65% das unidades judiciárias são de juízo único ou de competência exclusiva cível ou criminal.

No capítulo 10, foi realizado um estudo a partir do Índice de Produtividade Comparada da Justiça (IPC-Jus), que é uma medida que busca resumir a produtividade e a eficiência relativa dos tribunais em um escore único, ao comparar a eficiência otimizada com a aferida em cada unidade judiciária, na perspectiva da Justiça Estadual, Federal e do Trabalho.

No âmbito estadual, nenhum tribunal alcançou IPC-Jus de 100% no primeiro e no segundo grau, em que pese o TJSC tenha alcançado os maiores índices quase atingindo a totalidade (98% no segundo grau e 100% no primeiro grau). Também se destacou que o segundo grau tem os menores índices médios de IPC-Jus. Na Justiça Trabalhista, nenhum tribunal alcançou índice de 100%, concomitantemente no primeiro e segundo graus, mas o TRT15 (Campinas/SP), TRT22 (Piauí) e TRT14 (Acre e Rondônia) alcançaram 100% ao se considerar a área administrativa. Na Justiça Federal, o Tribunal Regional Federal da 5ª Região obteve o maior IPC-Jus da Justiça Federal, com 79%, seguido pela 4ª Região, com 75%. O TRF4 apresentou IPC-Jus de 100% ao considerar apenas o segundo grau, sendo o maior do dessa instância.

O capítulo 11 trouxe informações das demandas mais recorrentes segundo as classes e os assuntos. No segmento estadual, o tema Direito Civil aparece entre os cinco assuntos com os maiores quantitativos de processos em todas as instâncias da Justiça Estadual, destacando-se, também, o elevado número de processos de Direito Penal no segundo grau da Justiça Estadual, seguido pelo tema de Direito do Consumidor no mesmo grau. Em primeiro grau, o Direito Civil e o Direito Tributário despontam entre os

assuntos mais recorrentes. Destaca-se, também, o elevado quantitativo de processos de Direito do Consumidor nas turmas recursais da Justiça Estadual, seguido por Direito Ambiental.

Na Justiça Federal, o tema mais recorrente é Direito Previdenciário ao se considerar todas as instâncias, sendo o auxílio-doença previdenciário o subtema mais recorrente, seguido pela aposentadoria por invalidez e aposentadoria por idade. Em segundo grau, o auxílio-doença previdenciário também é o segundo tema mais recorrente, apenas perdendo para questões de sucumbência. O primeiro grau da Justiça Federal é encabeçado, nas duas primeiras posições, por Direito Tributário, abrangendo as contribuições corporativas em primeiro lugar e as contribuições sociais em segundo. Em quinto lugar, figura também a dívida ativa tributária.

O penúltimo capítulo abrange as atividades no Poder Judiciário brasileiro perante a Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU). Conforme Figura 209, afora o ODS 16, os mais demandados são o ODS 11, ODS 8 e ODS 10.

O último capítulo tratou da atividade judicial na tutela dos Direitos do Meio Ambiente e dos Direitos Humanos, aproveitando o ensejo da criação do Observatório dos Direitos Humanos do Poder Judiciário e do Observatório do Meio Ambiente do Poder Judiciário, que se deu no dia 17 de setembro de 2020. Destaca-se um significativo incremento no número de processos sobre meio ambiente no ano de 2020, consistindo em um aumento de 17,9% em relação a 2019 (Figura 217), sendo o segundo maior número dentro da série temporal iniciada em 2014, considerando que apenas em 2017 houve número de casos novos ambientais propostos em maior número. E houve um expressivo aumento do número de casos novos sobre Direitos Humanos em 2020 mais do que triplicando o quantitativo referente a 2019 (342% de aumento) considerando a totalidade dos assuntos.

Os resultados acima descritos sintetizam brevemente os resultados do presente relatório Justiça em Números sobre o ano de 2020.

15

Referências

BANKER, R.D.; CHARNES, A.; COOPER, W.W. **Some models for estimating technical scale inefficiencies in data envelopment analysis**. *Management Science*, v. 30, n. 9, p. 1078-1092, 1984.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais ns. 1/1992 a 86/2015, pelo Decreto Legislativo ns 186/2008 e pelas Emendas constitucionais de revisão ns. 1 a 6/1994. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2015. 112 p.

BRASIL. **Decreto n. 21.076**, de 24 de fevereiro de 1932. Decreta o Código Eleitoral. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-21076-24-fevereiro-1932-507583-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: junho/2021.

BRASIL. **Lei n. 4.747**, de 15 de julho de 1965. Institui o Código Eleitoral. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4737.htm. Acesso em: junho/2021.

BRASIL. **Lei n. 5.010**, de 30 de maio de 1966. Organiza a Justiça Federal de primeira instância, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5010.htm. Acesso em: junho/2021.

BRASIL. **Lei n. 9.099**, de 26 de setembro de 1995. Dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9099.htm. Acesso em: junho/2021.

BRASIL. Lei n. 13.105, de 16 de março de 2015. **Código de Processo Civil**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13105.htm. Acesso em: junho/2021.

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. **Portaria CNJ n. 135**, de 6 de maio de 2021. Institui e regulamenta o Prêmio CNJ de Qualidade, ano 2021. Disponível em: <https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/3916>. Acesso em: junho/2021.

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. **Portaria n. 133**, de 28 de setembro de 2018. Institui Comitê Interinstitucional destinado a proceder estudos e apresentar proposta de integração das metas do Poder Judiciário com as metas e indicadores dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), Agenda 2030. Disponível em <https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/2721>. Acesso em: junho/2021.

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. **Resolução n. CNJ 15**, de 20 de abril de 2006. Dispõe sobre a regulamentação do Sistema de Estatísticas do Poder Judiciário, fixa prazos e dá outras providências. Disponível em: <https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/210>. Acesso em: junho/2021.

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. **Resolução CNJ n. 46**, de 18 de dezembro de 2007. Cria as Tabelas Processuais Unificadas do Poder Judiciário e dá outras providências. Disponível em: <https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/167>. Acesso em: junho/2021.

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. **Resolução CNJ n. 76**, de 12 de maio de 2009. Dispõe sobre os princípios do Sistema de Estatística do Poder Judiciário, estabelece seus indicadores, fixa prazos, determina penalidades e dá outras providências. Disponível em: <https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/110>. Acesso em: junho/2021.

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. **Resolução CNJ n. 125**, de 29 de novembro de 2010. Dispõe sobre a Política Judiciária Nacional de tratamento adequado dos conflitos de interesses no âmbito do Poder Judiciário e dá outras providências. Disponível em: <https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/156>. Acesso em: junho/2021.

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. **Resolução CNJ n. 185**, de 18 de dezembro de 2013. Institui o Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe como sistema de processamento de informações e prática de atos processuais e estabelece os parâmetros para sua implementação e funcionamento. Disponível em: <https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/1933>. Acesso em: junho/2021.

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. **Resolução CNJ n. 194**, de 26 de maio de 2014. Institui Política Nacional de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau de Jurisdição e dá outras providências. Disponível em: <https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/2020>. Acesso em: junho/2021.

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. **Resolução CNJ n. 195**, de 3 de junho de 2014. Dispõe sobre a distribuição de orçamento nos órgãos do Poder Judiciário de primeiro e segundo graus e dá outras providências. Disponível em: <https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/2022>. Acesso em: junho/2021.

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. **Resolução CNJ n. 219**, de 26 de abril de 2016. Dispõe sobre a distribuição de servidores, de cargos em comissão e de funções de confiança nos órgãos do Poder Judiciário de primeiro e segundo graus e dá outras providências. Disponível em: <https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/2274>. Acesso em: junho/2021.

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. **Resolução CNJ n. 331**, de 20 de agosto de 2020. Institui a Base Nacional de Dados do Poder Judiciário – DataJud como fonte primária de dados do Sistema de Estatística do Poder Judiciário – SIESPJ para os tribunais indicados nos incisos II a VII do art. 92 da Constituição Federal. Disponível em: <https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/3428>. Acesso em: junho/2021.

CHARNES, Abraham; COOPER, William. W.; RHODES, E. **Measuring the efficiency of decision making units**. *European Journal of Operational Research*, v. 2, p. 429-444, 1978.

FOCHEZATTO, Adelar. **Análise da eficiência relativa dos tribunais da justiça estadual brasileira utilizando o método DEA**. In: REUNION DE ESTUDIOS REGIONALES-AECR, 36, 2010, Badajoz. Anais. Badajoz: Asociación Española de Ciencia Regional, 2010.

HAIR, Joseph F. *et al.* **Análise multivariada de dados**. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

JOHNSON, Richard Arnold; WICHERN, Dean W. **Applied multivariate statistical analysis**. 6. ed. New Jersey: Pearson Prentice Hall, 2007.

MELLO, João Carlos Correia Baptista de. *et al.* **Curso de análise de envoltória de dados**. In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE PESQUISA OPERACIONAL, 37, 2005, Gramado. Anais... Gramado: Universidade Federal Fluminense, 2005. Disponível em: http://www.uff.br/decisao/sbpo2005_curso.pdf. Acesso em: junho/2021.

RENCHER, Alvin C. **Methods of multivariate analysis**. 2. ed. New York: John Wiley & Sons, 2002.

SENRA, Luis Felipe Aragão de Castro. *et al.* **Estudo sobre métodos de seleção de variáveis em DEA**. Pesquisa Operacional, Rio de Janeiro, v. 27, n. 2, maio/ago. 2007. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-74382007000200001. Acesso em: junho/2021.

YEUNG, Luciana Luk-Tai; AZEVEDO, Paulo Furquim de. **Beyond conventional wisdom and anecdotal evidence: measuring efficiency of brazilian courts**. In: ANNUAL CONFERENCE OF THE INTERNATIONAL SOCIETY FOR NEW INSTITUTIONAL ECONOMICS, 13, 2009, Berkeley. Papers. Berkeley: University of California, 2009. Disponível em: http://extranet.isnie.org/uploads/isnie2009/yeung_azevedo.pdf. Acesso em: junho/2021.

GAMBARDELLA, Ilaria. The covid-19 pandemic and human rights: the European Court of Human Rights

as the last resort for judicial oversight? Université libre de Bruxelles, 2021. Disponível em: <https://www.iee-ulb>. Acesso em setembro de 2021.

INTERNATIONAL ASSOCIATION FOR COURT ADMINISTRATIVO . Pesquisa internacional do Judiciário

durante a pandemia COV ID-19. Disponível em: <https://www.jfsp.jus.br/documentos/administrativo/UCIN/inovajusp/>

IACA/Análise_portugues.pdf. Acesso em setembro de 2021.

JACKSON, Bryan. A. *et. al.* Promising Practices from the Court System's COVID-19 Response: Ensuring Access to Justice While Protecting Public Health. RAND Corporation, 2021. Acesso em setembro de 2021.

JUDICIARY UK. Review of court arrangements due to COVID-19, message from the Lord Chief Justice.

Disponível em: [https://www.judiciary.uk/announcements/review-of-court-arrangements-due-to-covid-19-message-](https://www.judiciary.uk/announcements/review-of-court-arrangements-due-to-covid-19-message-from-the-lord-chief-justice/)

[from-the-lord-chief-justice/](https://www.judiciary.uk/announcements/review-of-court-arrangements-due-to-covid-19-message-from-the-lord-chief-justice/) . Acesso em setembro de 2021.

JUSTICE CONNECT. Accessing Australian courts and tribunals during COVID-19. Disponível em: <https://>

justiceconnect.org.au/resources/accessing-courts-during-covid-19/. Acesso em setembro de 2021.

SUPREME COURT OF UNITED STATES. COVID-19 Announcements. Disponível em: [https://www.supremecourt.](https://www.supremecourt.gov/announcements/COV%20ID-19.aspx)

[gov/announcements/COV ID-19.aspx](https://www.supremecourt.gov/announcements/COV ID-19.aspx). Acesso em setembro de 2021.

UNITED KINGDOM. Coronavirus (COVID-19): courts and tribunals guidance. Disponível em: <https://www.gov.uk/guidance/coronavirus-covid-19-courts-and-tribunals-planning-and-preparation>. Acesso em setembro de 2021.

16

Anexo I

– Metodologia

O relatório **Justiça em Números** é regido pela Resolução CNJ n. 76, de 12 de maio de 2009, e compõe o Sistema de Estatísticas do Poder Judiciário (SIESPJ).

Os seguintes tribunais integram o SIESPJ:

- > Superior Tribunal de Justiça (STJ);
- > Superior Tribunal Militar (STM);
- > Tribunal Superior do Trabalho (TST);
- > Tribunal Superior Eleitoral (TSE);
- > 5 Tribunais Regionais Federais (TRFs);
- > 24 Tribunais Regionais do Trabalho (TRTs);
- > 27 Tribunais Regionais Eleitorais (TREs);
- > 3 Tribunais de Justiça Militar Estaduais (TJMs);
- > 27 Tribunais de Justiça (TJs).

Os dados do SIESPJ devem ser obrigatoriamente informados pela presidência dos tribunais, que pode delegar o(a) magistrado(a) ou o(a) serventuário(a) especializado(a) integrante do Núcleo de Estatística a função de gerar, conferir e transmitir os dados estatísticos. A presidência dos tribunais é responsável pela fidedignidade das informações apresentadas ao Conselho Nacional de Justiça.

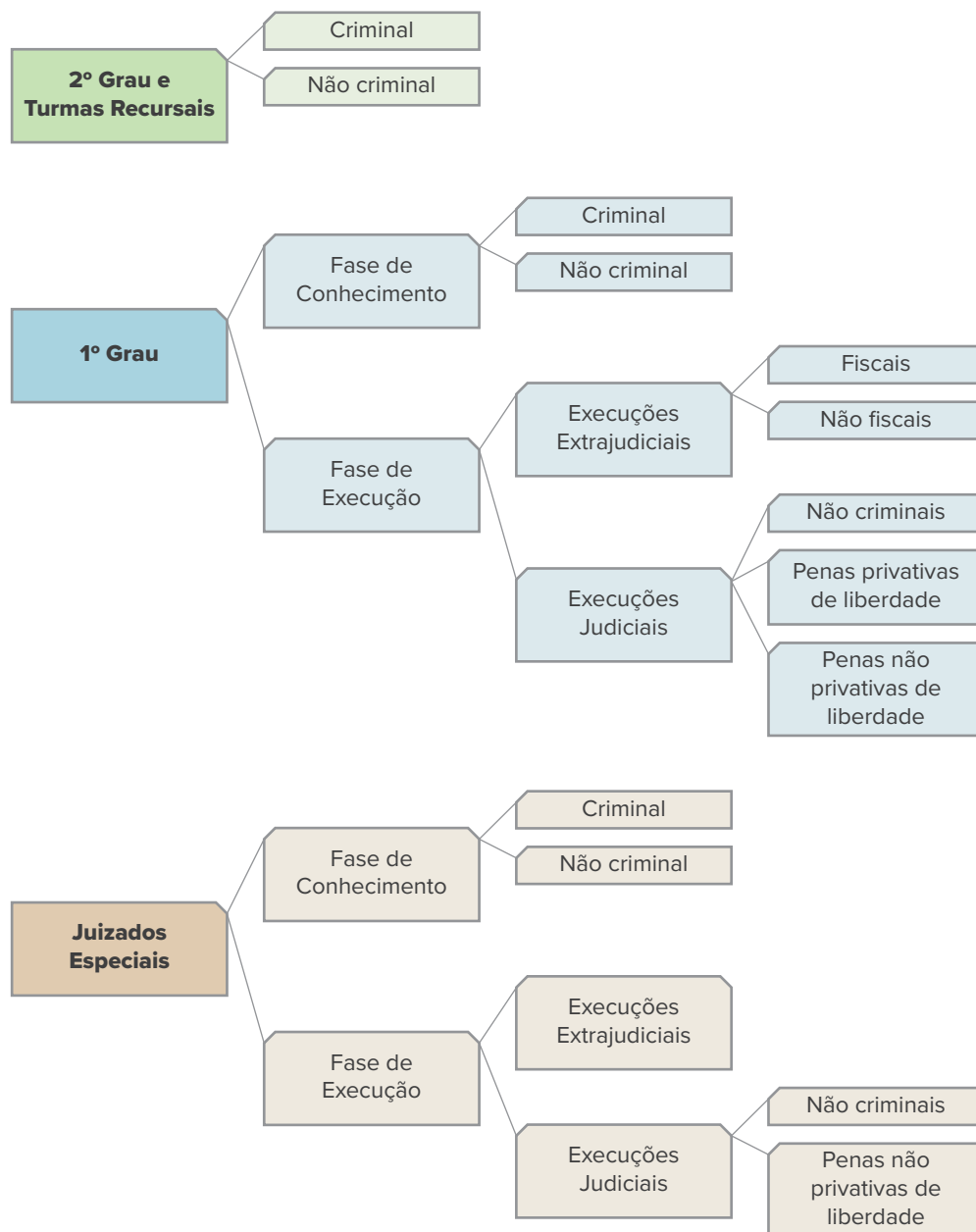
O SIESPJ abrange os indicadores estatísticos fundamentais do Judiciário e consolida informações de receitas, despesas, estrutura e litigiosidade de todos os órgãos.

Os dados referentes ao módulo de litigiosidade são informados semestralmente, enquanto os demais, anualmente. Os dados estatísticos do primeiro semestre do ano-base são transmitidos no período de 10 de julho a 31 de agosto do mesmo ano-base. Os dados anuais e do segundo semestre são transmitidos no período de 10 de janeiro a 28 de fevereiro do ano seguinte ao ano-base. Os prazos para retificações dos dados são: entre 15 de março e 15 de abril e entre 15 de setembro e 15 de outubro. As falhas de fornecimento de dados devem ser corrigidas pelos tribunais no prazo de dez dias, a contar da notificação.

O Departamento de Pesquisas Judiciárias recebe os dados estatísticos enviados pelos tribunais sob a supervisão da Comissão Permanente de Gestão Estratégica, Estatística e Orçamento. A primeira edição do relatório **Justiça em Números** ocorreu no ano de 2004 e ampliou os princípios norteadores do Banco Nacional de Dados do Poder Judiciário (BNDPJ), que serviu de balizamento para fundamentar a Resolução CNJ n. 15, editada em 20 de abril de 2006. Tal resolução representou um marco para a metodologia de coleta de dados estatísticos nos tribunais das esferas federal, estadual e trabalhista e para a inauguração da série histórica em 2004, que perdurou até 2008.

Com o propósito de contribuir para o aperfeiçoamento do SIESPJ e dar prosseguimento ao processo de aprimoramento dos dados do relatório **Justiça em Números**, foi editada a Resolução CNJ n. 76/2009, regulamento que tem norteado a coleta e a sistematização dos dados a partir do ano de 2009, ponto inicial da série histórica vigente. Desde então, os dados de litigiosidade, quando aplicáveis a cada ramo de justiça, passaram a ser coletados na forma do diagrama constante na Figura 225.

Figura 234 - Tipologia dos dados de litigiosidade, conforme os anexos da Resolução CNJ n. 76/2009



Em 2011, concluiu-se a elaboração dos indicadores estatísticos do Superior Tribunal de Justiça, da Justiça Eleitoral, da Justiça Militar da União e da Justiça Militar dos Estados, que passaram a constar nos anexos da Resolução CNJ n. 76/2009.

Em 2015, duas grandes mudanças ocorreram no Sistema de Estatísticas do Poder Judiciário: a criação do módulo de produtividade mensal e a revisão dos indicadores.

O módulo de produtividade mensal resultou da migração do antigo sistema Justiça Aberta, que era gerido pela Corregedoria Nacional de Justiça, para o SIESPJ. A sistematização do envio dos dados foi reformulada, os conceitos e a forma de apuração de dados de litigiosidade foram alterados e alinhados com os utilizados no relatório **Justiça em Números**.

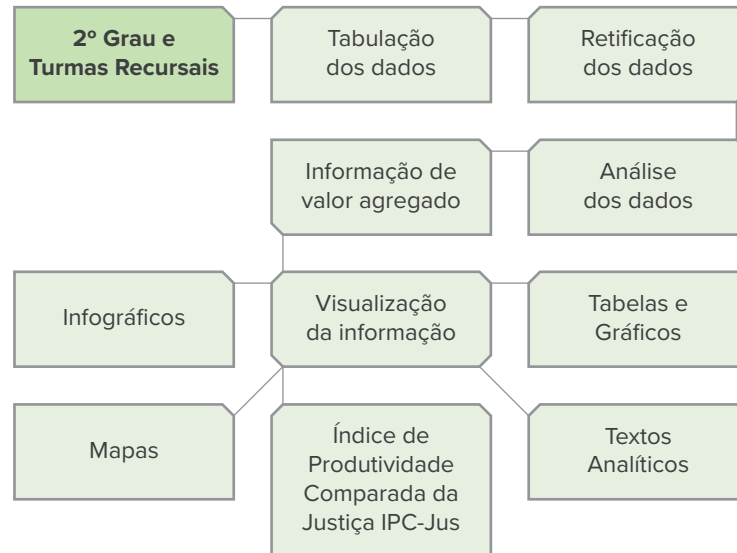
A partir de 2016, com a implantação do módulo de produtividade, os tribunais passaram a transmitir as informações mensalmente e por serventia, enviadas sempre até o dia 20 do mês subsequente ao mês de referência. Os dados, que são permanentemente atualizados, estão disponíveis para acesso público em painéis.cnj.jus.br.

Conduzida pela Comissão de Gestão Estratégica, Estatística e Orçamento do CNJ, a revisão dos glossários e indicadores do Anexo I da Resolução CNJ n. 76/2009 criou novos indicadores e aperfeiçoou antigos. Os novos têm suas séries históricas iniciadas em 2015.

Em 2018, o módulo de produtividade sofreu nova reformulação, quando foram incluídas variáveis com o intuito de medir a conciliação na fase pré-processual, decisões interlocutórias e, nos órgãos colegiados, votos vencedores e processos que aguardam vista de outro gabinete.

Apresenta-se, na Figura 226, o fluxo do relatório **Justiça em Números** desde o envio dos dados e da retificação pelos tribunais até o formato atual do relatório:

Figura 235 - Fluxo do relatório Justiça em Números



As descrições das técnicas e metodologias utilizadas neste relatório são apresentadas a seguir.

16.1 Infográficos

Os infográficos são, por definição, um conjunto de recursos gráficos utilizados na apresentação e na sintetização de dados, com o objetivo de facilitar a compreensão visual das informações. Por essa forma, são expressados de maneira clara e intuitiva os seguintes dados: orçamento; força de trabalho; tempo médio de tramitação do processo; dados gerais de litigiosidade; indicadores de produtividade do ramo de justiça; indicadores de produtividade dos(as) magistrados(as); e indicadores de produtividade dos(as) servidores(as) da área judiciária.

Na primeira parte dos infográficos encontram-se os dados para o ano-base de 2017 sobre as despesas do tribunal e a força de trabalho subdivida entre magistrados(as), servidores(as) e auxiliares (juízes(as) leigos(as), conciliadores(as), terceirizados(as), estagiários(as) e voluntários(as)).

São apresentados graficamente o tempo da inicial até a sentença; o tempo da inicial até a baixa e o tempo do processo pendente, separados por grau de jurisdição; e no primeiro grau, pelas fases de conhecimento e execução.

A última parte expõe os principais indicadores de cada ramo de justiça, separados por grau, tipo e fase, nas seguintes categorias: movimentação processual, gestão do tribunal e produtividade por magistrado(a) e por servidor(a).

16.2 Diagrama de Venn

O Judiciário possui uma característica peculiar, pois os(as) juízes(as) podem acumular função no juízo comum (primeiro grau), nos juizados especiais e nas turmas recursais. Dessa forma, para compor o total de magistrados(as), é preciso separá-los em alguns grupos: a) exclusivos de primeiro grau; b) exclusivos de juizados especiais; c) exclusivos de turmas recursais; d) acumulam primeiro grau e juizados especiais; e) acumulam primeiro grau e turmas recursais; e f) acumulam juizados especiais e turmas recursais. Uma forma de apresentar esquematicamente problemas relativos aos conjuntos e suas intersecções é o Diagrama de Venn, técnica muito utilizada na matemática.

O Diagrama de Venn consiste no uso de figuras geométricas fechadas, normalmente círculos, simbolizando conjuntos que permitam verificar a existência ou não de intersecção. Assim, a área sobreposta de dois ou mais círculos significa que existem elementos que fazem parte dos conjuntos simultaneamente. As figuras que não se tocam indicam inexistência de intersecção.

No relatório, os Diagramas de Venn são utilizados para ilustrar a distribuição dos(as) magistrados(as) e dos(as) servidores(as) entre as diversas áreas de lotação. Para aumentar a informação disponibilizada pelo diagrama, o tamanho do círculo correspondente a cada área será proporcional à quantidade de magistrados(as) ou servidores(as) alocados(as) nela. Como exemplo, a Figura 227 apresenta a jurisdição dos(as) magistrados(as) nos dois primeiros graus de jurisdição.

Figura 236 - Exemplo de uso do Diagrama de Venn



O gráfico indica que não existe nenhuma intersecção entre o segundo grau, formado por desembargadores(as) e juízes(as) substitutos de segundo grau, e o conjunto do primeiro grau, com juízes(as) de Direito. Quanto a estes últimos, observa-se que podem atuar simultaneamente em áreas distintas, o que mostra que não seria possível simplesmente somar as quantidades apresentadas, devido às intersecções existentes. A soma dos(as) magistrados(as) que atua em cada área é de 19.445 enquanto existem 15.458 juízes(as) de Direito. Isso mostra que há 3.987 magistrados(as) com acúmulo de atividades. As diversas intersecções não foram mostradas devido à dificuldade de visualização das informações em tal nível de detalhe.

16.3 Classificação dos tribunais segundo o porte

A classificação dos tribunais em portes tem por objetivo criar agrupamentos de forma a respeitar características distintas existentes no mesmo ramo de justiça. A separação é feita sempre em três grupos, quais sejam: grande, médio e pequeno porte. Os ramos de Justiça com essa separação são: Justiça Estadual (27 tribunais), Justiça do Trabalho (24 tribunais) e Justiça Eleitoral (27 tribunais). Tendo em vista que a Justiça Federal é subdividida em apenas cinco regiões e que a Justiça Militar Estadual conta com apenas três tribunais, não faria sentido classificá-los conforme tal metodologia.

Para a classificação dos tribunais em portes, utiliza-se a técnica estatística de análise multivariada denominada análise de componentes principais.³⁵ A partir da sua aplicação, passa a ser possível reduzir o número de dimensões em análise. No caso específico, quatro variáveis são sintetizadas em apenas um fator (escore) obtido por meio de uma combinação linear das variáveis originais. As cinco variáveis utilizadas no cálculo do escore foram: despesa total da Justiça, casos novos, casos pendentes, total de magistrados(as) e força de trabalho.³⁶

A seguir, apresenta-se a técnica estatística de análise de componentes principais, utilizada para cálculo dos escores, e, conseqüentemente, para a definição dos grupos.

35 Técnica estatística voltada para casos em que se deseja sintetizar a informação fornecida por diversas variáveis/indicadores.

36 Por força de trabalho, devem ser entendidos os(as) servidores(as) efetivos(as), os(as) cedidos(as), os(as) requisitados(as) e os(as) servidores(as) sem vínculo efetivo com a administração pública, assim como as demais categorias que integram a força de trabalho auxiliar, tais como terceirizados(as), estagiários(as), juízes leigos(as), conciliadores(as) e voluntários(as).

Análise de Componentes Principais (ACP)

Trata-se de método de análise multivariada, utilizada para resumir grande número de variáveis em poucas dimensões. É uma tentativa de compreender relações complexas impossíveis de serem trabalhadas com métodos univariados ou bivariados, permitindo, assim, visualizações gráficas e análises mais aprofundadas por parte do pesquisador.

Por meio de transformação ortogonal, um conjunto de informações possivelmente correlacionadas é reescrita com a utilização de fatores não correlacionados e gerados por meio de combinações lineares das variáveis originais.

Segundo Johnson e Wichern (2007), seja um vetor com p variáveis aleatórias denominadas por $\mathbf{X}' = \{X_1, X_2, \dots, X_p\}$

com matriz de covariância dada por autovalores $\lambda_1 \geq \lambda_2 \geq \dots \geq \lambda_p$.

$$Y_1 = \mathbf{a}_1' \mathbf{X} = a_{11}X_1 + a_{12}X_2 + \dots + a_{1p}X_p$$

$$Y_2 = \mathbf{a}_2' \mathbf{X} = a_{21}X_1 + a_{22}X_2 + \dots + a_{2p}X_p$$

...

$$Y_p = \mathbf{a}_p' \mathbf{X} = a_{p1}X_1 + a_{p2}X_2 + \dots + a_{pp}X_p$$

Com

$$\text{Var}(y_i) = \mathbf{a}_i' \Sigma \mathbf{a}_i, \text{ para } i=1,2,\dots,p$$

$$\text{Cov}(y_i, y_k) = \mathbf{a}_i' \Sigma \mathbf{a}_k, \text{ para } i,k=1,2,\dots,p$$

As componentes principais (escores) são as combinações lineares não correlacionadas $\{y_1, y_2, \dots, y_p\}$, que possuem a maior variância possível. Dessa forma, a primeira componente principal é a que produz combinação linear com variância máxima; a segunda componente tem a segunda maior variância e, assim, sucessivamente. Matematicamente, pode-se escrever:

Primeira componente principal = combinação linear $\mathbf{a}_1' \mathbf{X}$ que maximiza $\text{Var}(\mathbf{a}_1' \mathbf{X})$, sujeito a $\mathbf{a}_1' \mathbf{a}_1 = 1$.

Segunda componente principal = combinação linear $\mathbf{a}_2'\mathbf{X}$ que maximiza $\text{Var}(\mathbf{a}_2'\mathbf{X})$, sujeito a $\mathbf{a}_2'\mathbf{a}_2=1$ e $\text{Cov}(\mathbf{a}_1'\mathbf{X};\mathbf{a}_2'\mathbf{X})=0$.

...

i -ésima componente principal = combinação linear $\mathbf{a}_i'\mathbf{X}$ que maximiza $\text{Var}(\mathbf{a}_i'\mathbf{X})$, sujeito a $\mathbf{a}_i'\mathbf{a}_i=1$ e $\text{Cov}(\mathbf{a}_i'\mathbf{X};\mathbf{a}_k'\mathbf{X})=0$ para $k<i$.

Dessa forma, o vetor aleatório $\mathbf{X}'=\{x_1, x_2, \dots, x_p\}$, com matriz de covariância associada dada por Σ e com pares de autovalores-autovetores dados por $((\lambda_1, \mathbf{e}_1), \dots, (\lambda_p, \mathbf{e}_p))$, onde $\lambda_1 \geq \lambda_2 \geq \dots \geq \lambda_p \geq 0$, tem a i -ésima componente principal igual a:

$$Y_i = \mathbf{e}_i'\mathbf{X} = e_{i1}x_1 + e_{i2}x_2 + \dots + e_{ip}x_p, \text{ para } i=1, 2, \dots, p$$

A partir de então tem-se:

$$\text{Var}(y_i) = \mathbf{e}_i'\Sigma\mathbf{e}_i = \lambda_i, \text{ para } i=1, 2, \dots, p$$

$$\text{Cov}(y_i, y_k) = \mathbf{e}_i'\Sigma\mathbf{e}_k = 0, \text{ para } i \neq k$$

Além disso, essa combinação resulta que:

$$\sigma_{11} + \sigma_{22} + \dots + \sigma_{pp} = \sum \text{var}(x_j) = \lambda_1 + \lambda_2 + \dots + \lambda_p = \sum \text{var}(y_i)$$

Ou seja, a soma das variâncias das p componentes principais é igual à soma das variâncias das p variáveis originais. Consequentemente, a proporção de variância populacional explicada pela k -ésima componente principal é igual:

$$\begin{aligned} \text{(Proporção da variância explicada pela } k\text{-ésima componente principal)} &= \lambda_k / (\lambda_1 + \dots + \lambda_p), \\ &\text{para } k=1, 2, \dots, p \end{aligned}$$

Por esse resultado, pode-se concluir que, quando um número pequeno de componentes (digamos, 1, 2 ou até 3, a depender da quantidade de variáveis em análise) consegue explicar uma proporção satisfatória da variância populacional, ou seja, cerca de 80% a 90% dos dados, o pesquisador pode utilizar os fatores para suas análises, em vez das variáveis originais, sem perder muita informação.

Considerando que as variáveis utilizadas nesse modelo possuem escalas bastante distintas e para que todas pudessem ter o mesmo peso de influência no modelo, op-

tou-se pelo uso dos dados padronizados pela distribuição normal, que se resume à substituição da matriz de covariância pela de correlação.

Ferramenta importante na interpretação de fatores é a rotação fatorial. Nela, os eixos dos fatores (escores) são rotacionados em torno da origem até que alguma outra posição seja alcançada. Conforme detalha Hair *et al.* (2005), existem diversos métodos de rotação fatorial. Neste trabalho, optou-se pela varimax, na qual a soma de variâncias das cargas da matriz fatorial é maximizada.³⁷

Utilizando essa técnica, foi possível obter um escore único por ramo de justiça, capaz de resumir todo o conteúdo das quatro variáveis, e com variância explicada de 98% nos tribunais da Justiça Estadual, de 98% nos tribunais da Justiça do Trabalho e de 91% nos tribunais da Justiça Eleitoral. Os tribunais foram ordenados por meio do fator (escore) resultante da análise fatorial e posteriormente classificados em três grupos predefinidos: pequeno, médio e grande porte.

16.4 Mapas

Os mapas foram desenvolvidos nas Justiças Estadual, Trabalhista, Federal, Eleitoral e Militar Estadual com a finalidade de representar, em perspectiva nacional, o número de habitantes por unidade judiciária do primeiro grau.

Os dados representados em cada mapa estão dispostos em grupos com o mesmo número de divisões. Para tanto, calculou-se a amplitude do indicador (maior valor deduzido do menor valor) e dividiu-se por cinco. Esse resultado é o intervalo de cada grupo. Por exemplo, suponha um indicador em que o menor valor é de 1.000 e o maior, 5.000. Assim, a amplitude é de 4.000 (igual a 5.000 – 1.000). Dividindo-se a amplitude de 4.000 por 5, obtém-se que cada classe conterá um intervalo de 800. Dessa forma, a primeira classe abrangerá os tribunais cujo indicador está entre 1.000 (inclusive) e 1.800 (exclusive), a segunda classe de 1.800 a 2.600, e, assim, sucessivamente até a quinta classe. A vantagem dessa abordagem é que ela permite identificar realmente aqueles tribunais que se destacam, nos grupos extremos, sob a ótica do indicador.

³⁷ Mais detalhes sobre tipos de rotação e o método de componentes principais podem ser encontrados em Johnson e Wichern (2007), Hair *et al.* (2005) e Rencher (2002).

16.5 O Índice de Produtividade Comparada da Justiça (IPC-Jus)

As seções a seguir apresentam o detalhamento das fórmulas utilizadas no cálculo do IPC-Jus, bem como o mecanismo de construção dos gráficos de fronteira de quadrantes, que auxiliam na compreensão do resultado do modelo DEA.

16.5.1 A construção do IPC-Jus

O Sistema de Estatística do Poder Judiciário (SIESPJ) conta com 810 variáveis encaminhadas pelos tribunais e posteriormente transformadas em indicadores pelo CNJ. São muitos os indicadores que podem mensurar a eficiência de um tribunal, e o grande desafio da ciência estatística consiste em transformar dados em informações sintéticas, que sejam capazes de explicar o conteúdo dos dados que se deseja analisar. Para alcançar tal objetivo, optou-se por construir o IPC-Jus, uma medida de eficiência relativa dos tribunais, utilizando-se uma técnica de análise denominada DEA (do inglês, *Data Envelopment Analysis*) ou Análise Envoltória de Dados.

O método estabelece comparações entre o que foi produzido (denominado *output*, ou produto) considerando-se os recursos (ou insumos) de cada tribunal (denominados *inputs*). Trata-se de metodologia de análise de eficiência que compara o resultado otimizado com a eficiência de cada unidade judiciária em questão. Dessa forma, é possível estimar dados quantitativos sobre o quanto cada tribunal deve aumentar sua produtividade para alcançar a fronteira de produção, observando-se os recursos que cada um dispõe, além de estabelecer um indicador de avaliação para cada unidade.

O método DEA foi desenvolvido por Charnes *et al.* (1978) e aplicado inicialmente com maior frequência na área de engenharia de produção. Recentemente, passou a ser aplicado no Brasil na área forense, com o intuito de medir o resultado de tribunais, como nos artigos de Fochezatto (2010) e Yeung e Azevedo (2009).

Trata-se de modelo simples (com poucas variáveis de *inputs* e *outputs*) e, ao mesmo tempo, com alto poder explicativo. Além de selecionar as variáveis de insumos e produtos que comporão a análise, é preciso escolher o tipo de modelo a ser aplicado. Mello *et al.* (2005) detalham de forma bastante didática os tipos de modelos disponíveis.

Os modelos DEA clássicos são o CCR (CHARNES, COOPER e RHODES, 1978) e o BCC (BANKER, CHARNES e COOPER, 1984). O modelo CCR, apresentado originalmente por Charnes *et al.* (1978), constrói uma superfície linear por partes não paramétrica, envolvendo os dados e trabalhando com retornos constantes de escala, isto é, qualquer variação nas entradas (*inputs*) produz variação proporcional nas saídas (*outputs*). Esse modelo também é conhecido por *Constant Returns to Scale* (CRS). O modelo BCC, apresentado por Banker *et al.* (1984), considera retornos variáveis de escala, isto é, substitui o axioma da proporcionalidade entre *inputs* e *outputs* pelo axioma da convexidade. Por isso, esse modelo também é conhecido como *Variable Returns to Scale* (VRS). Ao tratar a fronteira de produção de forma convexa, o modelo BCC permite que as unidades que operam com baixos valores de *inputs* tenham retornos crescentes de escala, enquanto as que operam com altos valores de *inputs* tenham retornos decrescentes de escala.

Na análise de eficiência dos tribunais, adotou-se o modelo CCR, ou seja, com retornos constantes de escala. Além disso, o modelo é orientado ao *output*, o que significa que o interesse está em identificar quanto o tribunal pode aumentar em termos de produto (maximizando o resultado), mantendo seus recursos fixos, já que a redução de orçamento e da força de trabalho muitas vezes não é viável.

Segundo Yeung e Azevedo (2009), o modelo CCR orientado ao *output* pode ser escrito como um problema de programação linear da seguinte forma:

$$\max_{(\phi, \lambda, s^+, s^-)} Z_0 = \phi + \epsilon s^+ + \epsilon s^-$$

Sujeito a

$$\phi Y_0 - Y\lambda + s^+ = 0$$

$$X\lambda + s^- = X_0$$

$$\lambda, s^+, s^- \geq 0,$$

em que X_0 é o vetor de *inputs*, Y_0 é o vetor de *outputs* e ϕ representa o montante de *output* necessário para transformar uma unidade (DMU³⁸) ineficiente em eficiente. A variável s^- mede o excesso de *inputs* de uma unidade ineficiente e s^+ mede a falta de *output*.

A técnica DEA foi aplicada aos dados do relatório Justiça em Números com o objetivo de verificar a capacidade produtiva de cada tribunal, considerando-se os insumos dis-

38 DMU representa cada unidade de produção analisada no modelo DEA. Do inglês, *Decision Making Unit*.

poníveis. A seleção das variáveis para a definição dos *inputs* foi feita com o intuito de contemplar a natureza dos três principais recursos utilizados pelos tribunais: os recursos humanos, os financeiros e os próprios processos. A princípio, foram testados métodos de seleção de variáveis, tais como o Método I — O *Stepwise* Exaustivo Completo, o Método Multicritério para Seleção de Variáveis e o Método Multicritério Combinatório Inicial para Seleção de Variáveis (SENRA, 2007). Entretanto, esses modelos favoreceram os *inputs* que tiveram maior correlação linear com o *output* (total de processos baixados), beneficiando, em alguns casos, variáveis semelhantes, como, por exemplo, número de servidores(as) e, logo em seguida, a despesa com pessoal ativo. Sendo assim, o processo de seleção partiu da categorização das variáveis nos critérios definidos a seguir, permitindo-se a utilização em parte do Método Multicritério em conjunto com critérios subjetivos.

Os *inputs* foram divididos em:

Exógeno (não controlável): relativos à própria demanda judicial. Os testes empreendidos levaram em consideração tanto o quantitativo de casos pendentes quanto o de processos baixados, revelando-se a soma desses, ou seja, o total de processos que tramitaram como variável explicativa para os resultados de eficiência. Foram desconsiderados da base de cálculo os processos suspensos, sobrestados ou em arquivo provisório, as execuções fiscais e as execuções penais.

Endógeno (controlável):

- > **Recursos financeiros:** utilizou-se a despesa total de cada tribunal desconsiderando a despesa com pessoal inativo e as despesas com projetos de construção e obras, tendo em vista que tais recursos não contribuem diretamente para a produção ou a produtividade dos tribunais.
- > **Recursos humanos:** como dados de força de trabalho foram utilizados os números de magistrados(as) e de servidores(as) efetivos(as), requisitados(as) e comissionados(as) sem vínculo, excluídos os(as) cedidos(as) a outros órgãos.

Com relação ao *output*, a variável total de processos baixados é aquela que melhor representa o fluxo de saída dos processos do Judiciário sob a perspectiva do jurisdicionado que aguarda a resolução do conflito, excluindo-se as execuções fiscais e penais. Sendo assim, o modelo do IPC-Jus considera o total de processos baixados com relação ao total de processos que tramitaram; o quantitativo de magistrados(as) e servidores(as) (efetivos(as), requisitados(as) e comissionados(as) sem vínculo); e a despesa total do tribunal (excluídas as despesas com pessoal inativo e com obras).

As despesas com recursos humanos separadas por grau de jurisdição permitem o cálculo do IPC-Jus do primeiro grau e segundo grau, isoladamente. Dessa forma, o IPC-Jus do total abarca a área administrativa, as despesas de capital e outras despesas correntes, e o IPC-Jus do primeiro e segundo grau considera apenas a força de trabalho da área judiciária.

Como resultado da aplicação do modelo DEA, tem-se um percentual que varia de 0 (zero) a 100%, revelando que, quanto maior o valor, melhor o desempenho da unidade, significando que ela foi capaz de produzir mais (em baixa de processos) com menos recursos disponíveis (de pessoal, de processos e de despesas). Essa é a medida de eficiência do tribunal, aqui denominada por IPC-Jus.

Adicionalmente, ao dividir o total de processos baixados de cada tribunal por seu respectivo percentual de eficiência alcançado, tem-se a medida do baixado ideal (ou target), que representa quanto o tribunal deveria ter baixado para alcançar a eficiência máxima (100%) no ano-base.

É importante esclarecer que o baixado ideal é uma métrica que analisa o passado e não o futuro, ou seja, significa que, caso o tribunal tivesse conseguido baixar a quantidade de processos necessários conforme o modelo comparativo, teria, em 2020, alcançado a curva de eficiência. Não quer dizer, entretanto, que se o tribunal baixar essa mesma quantidade, ou até mais, no ano subsequente, o alcance da eficiência ocorreria. Dessa forma, o IPC-Jus considera o resultado alcançado no passado com base nos recursos disponíveis naquele ano e coloca na fronteira aqueles que conseguiram produzir mais, com menos insumos. Portanto, as mudanças dos insumos e dos produtos dos demais tribunais no próximo ano irão realocar a curva da fronteira e, conseqüentemente, a posição do tribunal em face dos demais.

A metodologia DEA foi aplicada na Justiça Estadual, na Justiça Trabalhista e também na Justiça Federal. O modelo não contemplou a Justiça Militar Estadual porque ela conta com apenas três tribunais, e logo, inadequado do ponto de vista metodológico.

O modelo também não foi adotado na esfera da Justiça Eleitoral, tendo em vista que, nesse caso, o objetivo principal dos tribunais regionais consiste na realização das eleições e não somente na atividade jurisdicional na forma de baixa de processos (*output* do modelo).

Apesar de a Justiça Federal também conter número reduzido de tribunais (5), as informações de primeiro grau foram desagregadas por seções judiciárias. Portanto,

nesse ramo de justiça, considerou-se como unidade de produção cada seção judiciária (UF), além do segundo grau de cada tribunal. Dessa forma, há 32 unidades produtivas (DMUs) que foram comparadas por meio da aplicação do DEA. A eficiência consolidada do tribunal (TRF) foi calculada lançando-se mão da divisão da soma em todas DMUs do valor baixado realizado pela soma em todas DMUs do baixado ideal (target), ou seja:

$$\text{Eficiência Total}_j = (\sum \text{Baixado Real}) / (\sum \text{Baixado Ideal})$$

onde $j=\{1,2,3,4,5\}$, representa cada TRF e n_j representa o número de unidades produtivas de cada TRF.

Esse mesmo método também foi utilizado para mensuração da eficiência total dos ramos de Justiça Estadual, Federal e do Trabalho.

16.5.2 Gráfico de quadrante e de fronteira

Os gráficos de quadrantes (ou *Gartner*) têm por objetivo classificar os tribunais em quatro grupos, em que são analisados duas variáveis ou indicadores conjuntamente. Os dois eixos são cortados nos valores equivalentes à média de cada elemento analisado.

Além de cada um dos tribunais, também consta no gráfico o valor correspondente ao total do ramo de justiça. Nesse caso, os cálculos são produzidos com base nas consolidações do segmento, somando-se as variáveis que compõem cada indicador, para, somente depois, aplicar a respectiva fórmula. Por esse motivo, o total do ramo pode diferir da média, que corresponde ao valor localizado no centro dos quadrantes.

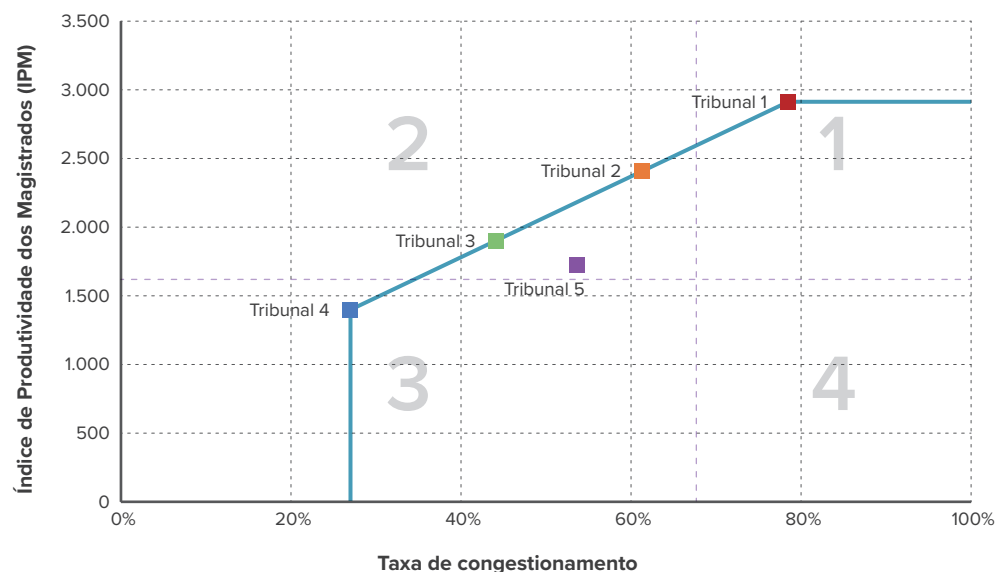
Os gráficos de fronteira são utilizados para visualizar os resultados da técnica DEA quando apenas duas variáveis ou dois indicadores são utilizados. Para efeitos deste Relatório, optou-se pela apresentação de dois indicadores em cada gráfico, compostos sempre por variáveis adotadas no modelo de DEA, a fim de facilitar a compreensão da metodologia proposta para análise da eficiência, além de permitir interpretações mais detalhadas de alguns indicadores disponíveis no relatório **Justiça em Números**. Cada indicador contempla o *output* (quantitativo de processos baixados) e um dos *inputs* (processos em tramitação ou número de magistrados(as) ou número de servidores(as) ou despesa).

Os gráficos de quadrante estão apresentados em conjunto com o gráfico de fronteira, sem perda de informação. O gráfico é incrementado pela informação do porte dos tribunais, o que facilita a análise do seu comportamento diante dos demais.

Dessa forma, esses gráficos mostram, simultaneamente, quatro dimensões distintas, pois, além dos dois indicadores e do porte, os tamanhos de cada ponto estão associados à eficiência do tribunal, sendo que quanto maior o símbolo, maior a eficiência relativa (IPC-Jus).

Esses gráficos serão de grande utilidade para ajudar na compreensão do modelo multivariado que considera simultaneamente todos esses insumos e o produto. Se uma unidade de produção alcança o valor máximo de insumo/produto, então ela é uma unidade eficiente e está localizada na linha de produção do gráfico de fronteira. Além disso, cada quadrante traz uma interpretação singular sobre as unidades. No primeiro quadrante estão as unidades cujas duas variáveis estão em níveis altos. No segundo, encontram-se as unidades cuja variável representada na horizontal está em um menor nível e a variável representada na vertical está no maior. Já o terceiro quadrante detalha unidades com ambas as variáveis em menor nível. O quarto quadrante indica as que têm maior nível na variável representada na horizontal e menor nível na vertical. Na Figura 228, demonstra-se um exemplo de gráfico de fronteira. Os tribunais que estão na linha azul são aqueles mais eficientes (tribunais de 1 a 4). O tribunal 5, apesar de possuir taxa de congestionamento menor que a do tribunal 2, também possui menor Índice de Produtividade dos Magistrados (IPM). O tribunal 6 é o menos eficiente, pois se encontra mais afastado da linha de produção e combina maior congestionamento com menor produtividade. As linhas pontilhadas horizontais e verticais representam, respectivamente, a média do IPM e da taxa de congestionamento. Neste exemplo, o segundo quadrante seria aquele que os tribunais deveriam visar, pois representam maior IPM com menor taxa de congestionamento. Já o quarto quadrante seria o que deveria ser evitado, pois combina menor IPM com maiores taxas de congestionamento.

Figura 237 - Exemplo da representação de um gráfico de quadrantes e de fronteira



Os gráficos de fronteira e de quadrante foram produzidos para a Justiça Estadual, Trabalhista e Federal, ramos em que o método DEA foi aplicado. Nos Tribunais Regionais Federais, os gráficos contemplam, além dos resultados dos cinco TRFs, também das 27 seções judiciárias e do segundo grau. Por se tratar de análise complementar à modelagem DEA, utilizada no cálculo do IPC-Jus, os gráficos de quadrante e de fronteira não serão utilizados na Justiça Eleitoral e na Justiça Militar Estadual.

Nas seções da Justiça Estadual, da Justiça do Trabalho e da Justiça Federal serão apresentados em detalhes os resultados do IPC-Jus decorrentes da aplicação do método DEA, com os percentuais obtidos por tribunal.

17

Anexo II

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Classificação dos tribunais da Justiça Estadual segundo o porte, ano-base 2020	46
Tabela 2 - Classificação dos tribunais da Justiça do Trabalho segundo o porte, ano-base 2020	47
Tabela 3 - Classificação dos tribunais da Justiça Eleitoral segundo o porte, ano-base 2020	48
Tabela 4 - Despesas do Poder Judiciário por segmento de Justiça, ano 2020	77
Tabela 5 - Taxa de congestionamento por tipo de processo, ano 2020	175

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Tela do Painel do Mapa de Implantação do Juízo 100% Digital e do Núcleo de Justiça 4.0	17
Figura 2 – Quantidade de Serventias com Juízo 100% Digital	18
Figura 3 – Percentual de serventias com Juízo 100% Digital por Tribunal	19
Figura 4 – Mapa de calor do percentual de serventias com Juízo 100% Digital por Estado	20
Figura 5 – Quantidade e Percentual de unidades judiciárias de primeiro e segundo grau que possuem balcão virtual, setembro/2021.	21
Figura 6 – Quantidade de unidades judiciárias de primeiro e segundo grau que possuem balcão virtual, por segmento de justiça, setembro/2021.	22
Figura 7 – Tipo de ferramenta utilizada pelas unidades judiciárias de primeiro e segundo grau para atendimento ao balcão virtual, setembro/2021	22
Figura 8 – Forma de acesso ao balcão virtual nas unidades judiciárias de primeiro e segundo grau	23
Figura 9 - Unidades judiciárias de primeiro grau, por ramo de justiça	32
Figura 10 - Diagrama do número de unidades judiciárias de primeiro grau, por ramo de justiça	32

Figura 11 - Número de municípios-sede e unidades judiciárias por tribunal	33
Figura 12 - Percentual da população residente em municípios-sede de comarca	34
Figura 13 - Distribuição geográfica das comarcas na região Sul	35
Figura 14 - Distribuição geográfica das comarcas na região Sudeste	36
Figura 15 - Distribuição geográfica das comarcas na região Centro-Oeste	36
Figura 16 - Distribuição geográfica das comarcas na região Nordeste	37
Figura 17 - Distribuição geográfica das comarcas na região Norte	37
Figura 18 - Localização das unidades judiciárias da Justiça Estadual, Federal, Trabalhista e Militar	38
Figura 19 - Habitantes por unidade judiciária	39
Figura 20 - Habitantes por varas e juizados especiais estaduais	40
Figura 21 - Habitantes por zona eleitoral	40
Figura 22 - Habitantes por vara do trabalho	41
Figura 23 - Habitantes por vara e juizado especial federal	41
Figura 24 - Distribuição territorial dos Tribunais de Justiça segundo o porte	44
Figura 25 - Distribuição territorial dos Tribunais Regionais do Trabalho segundo o porte	44
Figura 26 - Distribuição territorial dos Tribunais Regionais Eleitorais segundo o porte	45
Figura 27 - Série Histórica das Despesas do Poder Judiciário	76
Figura 28 - Despesas do Poder Judiciário por segmento de Justiça, ano 2020	76
Figura 29a - Série histórica das despesas por habitante	78
Figura 29b - Séries históricas das despesas por habitante, por ramo de justiça	79
Figura 30 - Despesas por habitante, por tribunal	80
Figura 31 - Série histórica das despesas com informática e com capital	81
Figura 32 - Série histórica das arrecadações	83
Figura 33 - Arrecadações por ramo de justiça	83
Figura 34 - Percentual de receitas em relação às despesas, por ramo de justiça	83
Figura 35 - Valores arrecadados em relação ao número de processos ingressados sujeitos a cobrança de custas	85
Figura 36 - Série histórica das despesas	87
Figura 37 - Despesas com pessoal	87
Figura 38 - Série histórica do percentual de despesas com pessoal, por ramo de justiça	88
Figura 39 - Percentual de despesas com cargos e funções comissionadas em relação à despesa total com pessoal, por tribunal	90
Figura 40 - Custo médio mensal dos tribunais com magistrados(as) e servidores(as), incluindo benefícios, encargos, previdência social, diárias, passagens, indenizações judiciais e demais indenizações eventuais e não eventuais	91
Figura 41 - Diagrama da força de trabalho	93
Figura 42 - Total de magistrados(as) por ramo de justiça	93
Figura 43 - Cargos de magistrados(as) providos por cem mil habitantes, por ramo de justiça	93
Figura 44 - Série histórica dos cargos de magistrados(as)	95
Figura 45 - Percentual de cargos vagos de magistrado(a) por tribunal	95
Figura 46 - Jurisdição dos(as) magistrados(as)	96
Figura 47 - Total de servidores(as) por ramo de justiça	97

Figura 48 - Percentual de servidores(as) lotados na área administrativa, por ramo de justiça	97
Figura 49 - Lotação dos(as) servidores(as)	98
Figura 50 - Série histórica dos cargos de servidores(as) efetivos(as)	98
Figura 51 - Percentual de cargos vagos de servidores, por ramo de justiça	98
Figura 52 - Força de trabalho auxiliar	99
Figura 53 - Série histórica dos casos novos e processos baixados	105
Figura 54 - Série histórica dos casos pendentes	106
Figura 55 - Série histórica das sentenças e decisões	106
Figura 56 - Casos novos, por ramo de justiça	107
Figura 57 - Casos pendentes, por ramo de justiça	107
Figura 58 - Tempo médio de giro do acervo, por tribunal	108
Figura 59 - Séries históricas da movimentação processual, por ramo de justiça	109
Figura 60 - Séries históricas das sentenças e decisões, por ramo de justiça	110
Figura 61 - Série histórica do número de casos novos por mil habitantes	112
Figura 62 - Série histórica do número de processos arquivados com assistência judiciária gratuita por cem mil habitantes	112
Figura 63 - Casos novos por cem mil habitantes, por tribunal	113
Figura 64 - Número de processos arquivados com assistência judiciária gratuita por cem mil habitantes, por tribunal	114
Figura 65 - Série histórica do percentual de processos de justiça gratuita arquivados definitivamente	115
Figura 66 - Percentual de processos de justiça gratuita arquivados definitivamente por tribunal	116
Figura 67 - Série histórica do índice de produtividade dos(as) magistrados(as)	118
Figura 68 - Série histórica da carga de trabalho dos(as) magistrados(as)	119
Figura 69 - Séries históricas do índice de produtividade e da carga de trabalho dos(as) magistrados(as), por ramo de justiça	120
Figura 70 - Índice de Produtividade dos Magistrados, por tribunal	121
Figura 71 - Série histórica do índice de produtividade dos(as) servidores(as) da área judiciária no Poder Judiciário	123
Figura 72 - Série histórica da carga de trabalho dos(as) servidores(as) da área judiciária no Poder Judiciário	123
Figura 73 - Séries históricas do índice de produtividade e da carga de trabalho dos(as) servidores(as) da área judiciária, por ramo de justiça	124
Figura 74 - Índice de produtividade dos(as) servidores(as) da área judiciária, por tribunal	125
Figura 75 - Série histórica da taxa de congestionamento e do índice de atendimento à demanda	128
Figura 76 - Séries históricas da taxa de congestionamento e do índice de atendimento à demanda, por ramo de justiça	129
Figura 77 - Série histórica do percentual de processos eletrônicos	130
Figura 78 - Séries históricas do percentual de processos eletrônicos, por ramo de justiça	131
Figura 79 - Taxa de congestionamento total e líquida, por tribunal	132
Figura 80 - Índice de Atendimento à Demanda, por tribunal	133
Figura 81 - Percentual de casos novos eletrônicos, por tribunal	134
Figura 82 - Diagrama da recorribilidade e demanda processual	137
Figura 83 - Série histórica dos índices de recorribilidade interna e externa	138
Figura 84 - Séries históricas dos índices de recorribilidade interna e externa, por ramo de justiça	139

Figura 85 - Índices de recorribilidade interna e externa, por tribunal	140
Figura 86 - Proporção de casos novos, servidores(as) da área judiciária, cargos em comissão e funções comissionadas no primeiro grau de jurisdição, por ramo de justiça	143
Figura 87 - Série histórica do percentual de servidores(as) na área administrativa, de servidores(as) na área judiciária de primeiro grau e de cargos e funções no primeiro grau	143
Figura 88 - Percentual de servidores(as) na área administrativa por tribunal	145
Figura 89 - Percentual de servidores(as) na área judiciária de primeiro grau, por tribunal	146
Figura 90 - Percentual de cargos em comissão e funções comissionadas no primeiro grau, por tribunal	147
Figura 91 - Casos novos por magistrado(a), de acordo com tribunal	150
Figura 92 - Série histórica de casos novos por magistrado(a)	151
Figura 93 - Série histórica de casos novos por servidor(a) da área judiciária	151
Figura 94 - Casos novos por servidor da área judiciária, por tribunal	152
Figura 95 - Carga de trabalho do magistrado(a), por tribunal	153
Figura 96 - Série histórica da carga de trabalho do(a) magistrado(a)	154
Figura 97 - Série histórica da carga de trabalho do(a) servidor(a) da área judiciária	154
Figura 98 - Carga de trabalho do(a) servidor(a) da área judiciária, por tribunal	155
Figura 99 - Índice de Produtividade dos Magistrados (IPM), por tribunal	156
Figura 100 - Série histórica do Índice de Produtividade dos Magistrados (IPM)	157
Figura 101 - Série histórica do Índice de Produtividade dos Servidores da Área Judiciária (IPS-Jud)	157
Figura 102 - Índice de Produtividade dos Servidores da Área Judiciária (IPS-Jud), por tribunal	158
Figura 103 - Série histórica do índice de casos novos eletrônicos	160
Figura 104 - Índice de casos novos eletrônicos, por tribunal	161
Figura 105 - Índice de Atendimento à Demanda (IAD), por tribunal	162
Figura 106 - Série histórica do índice de atendimento à demanda	163
Figura 107 - Série histórica da taxa de congestionamento	163
Figura 108 - Taxa de congestionamento, por tribunal	164
Figura 109 - Recorribilidade interna, por tribunal	166
Figura 110 - Série histórica da recorribilidade interna	167
Figura 111 - Série histórica da recorribilidade externa	167
Figura 112 - Recorribilidade externa, por tribunal	168
Figura 113 - Série histórica dos casos novos e baixados nas fases de conhecimento e execução	171
Figura 114 - Série histórica dos casos pendentes nas fases de conhecimento e execução	171
Figura 115 - Dados processuais do Poder Judiciário	172
Figura 116 - Percentual de casos pendentes de execução em relação ao estoque total de processos, por tribunal	173
Figura 117 - Taxa de congestionamento nas fases de execução e conhecimento, na primeira instância, por tribunal	174
Figura 118 - Total de execuções fiscais pendentes, por tribunal	177
Figura 119 - Total de execuções fiscais pendentes em relação ao total de processos pendentes no primeiro grau, por tribunal	178
Figura 120 - Série histórica do impacto da execução fiscal nos processos novos e pendentes	179
Figura 121 - Série histórica do efeito da execução fiscal na taxa de congestionamento total	179

Figura 122 - Taxa de congestionamento na execução fiscal, por tribunal	180
Figura 123 - Série histórica do efeito da execução fiscal no tempo de tramitação do processo baixado na fase de execução	181
Figura 124 - Tempo de tramitação do processo baixado na execução fiscal, por tribunal	182
Figura 125 - Índice de produtividade do(a) magistrado(a) nas fases de execução e conhecimento, no primeiro grau, por tribunal	184
Figura 126 - Série histórica do Índice de Produtividade dos Magistrados (IPM)	185
Figura 127 - Série histórica do Índice de Produtividade dos Servidores da Área Judiciária (IPS-Jud)	185
Figura 128 - Índice de produtividade do(a) servidor(a) da área judiciária nas fases de execução e conhecimento, no primeiro grau, por tribunal	186
Figura 129 - Série histórica do índice de atendimento à demanda	187
Figura 130 - Índice de atendimento à demanda nas fases de execução e conhecimento, no primeiro grau, por tribunal	188
Figura 131 - Série histórica da taxa de congestionamento	189
Figura 132 - Taxa de congestionamento nas fases de execução e conhecimento, no primeiro grau, por tribunal	190
Figura 133 - Série histórica do Índice de Conciliação	192
Figura 134 - Centros Judiciários de Solução de Conflitos na Justiça Estadual, por tribunal	193
Figura 135 - Índice de conciliação, por tribunal	195
Figura 136 - Índice de conciliação por grau de jurisdição, por tribunal	196
Figura 137 - Índice de conciliação nas fases de execução e de conhecimento, no primeiro grau, por tribunal	197
Figura 138 - Índice de conciliação Total, incluída a fase pré-processual, por tribunal	198
Figura 139 - Diagrama do tempo de tramitação do processo	201
Figura 140 - Série histórica do tempo médio de duração dos processos	203
Figura 141 - Série histórica do tempo médio de duração dos processos, por justiça	204
Figura 142 - Tempo médio de tramitação dos processos pendentes e baixados, por tribunal	205
Figura 143 - Tempo médio da inicial até a sentença no segundo grau e primeiro grau, por tribunal	207
Figura 144 - Tempo médio da inicial até a sentença nas fases de execução e conhecimento, no primeiro grau, por tribunal	208
Figura 145 - Tempo médio de tramitação dos processos pendentes e baixados no segundo grau e nos Tribunais Superiores	210
Figura 146 - Tempo médio de tramitação dos processos pendentes e baixados na fase de conhecimento de primeiro grau	211
Figura 147 - Tempo médio de tramitação dos processos pendentes e baixados na fase de execução de primeiro grau	212
Figura 148 - Tempo médio de tramitação dos processos pendentes (bruto) e tempo médio líquido, excluídos os processos de execução e os suspensos por Repercussão Geral ou Recursos Repetitivos	213
Figura 149 - Série histórica dos casos novos e pendentes criminais no primeiro grau, no segundo grau e nos tribunais superiores, excluídas execuções penais	215
Figura 150 - Casos novos e pendentes criminais, excluídas as execuções penais, por tribunal	216
Figura 151 - Série histórica das execuções penais	217
Figura 152 - Tempo médio de tramitação dos processos criminais e não criminais baixados no segundo grau e nos Tribunais Superiores, por tribunal	218

Figura 153 - Tempo médio de tramitação dos processos criminais e não criminais baixados na fase de conhecimento do primeiro grau, por tribunal	219
Figura 154 - Tempo médio de tramitação dos processos de execução penal baixados do primeiro grau, por tribunal	220
Figura 155 - Unidades judiciárias de primeiro grau da Justiça Estadual, por competência	222
Figura 156 - Média de processos baixados e em tramitação nas varas exclusivas por unidade judiciária e competência	223
Figura 157 - Taxa de congestionamento bruta nas varas exclusivas, por tipo de competência	224
Figura 158 - Percentual de processos pendentes e baixados nas varas exclusivas em relação ao total de processos, por competência	224
Figura 159 - Percentual de processos de execução fiscal que tramitam nas varas exclusivas, segundo o tribunal	226
Figura 160 - Total de processos de execução fiscal baixados e pendentes por vara exclusiva, segundo o tribunal	227
Figura 161 - Taxa de congestionamento das varas exclusivas de execução fiscal ou fazenda pública	228
Figura 162 - Percentual de processos de violência doméstica contra a mulher que tramitam nas varas exclusivas, segundo o tribunal	230
Figura 163 - Total de processos de violência doméstica baixados e pendentes por vara exclusiva, segundo o tribunal	231
Figura 164 - Taxa de congestionamento das varas exclusivas de violência doméstica e familiar contra a mulher, segundo o tribunal	232
Figura 165 - Percentual de processos não criminais que tramitam nas varas exclusivas cíveis, segundo o tribunal	234
Figura 166 - Total de processos não criminais baixados e pendentes por vara exclusiva cível, segundo o tribunal	235
Figura 167 - Taxa de congestionamento dos processos não criminais nas varas exclusivas de competência cível, segundo o tribunal	236
Figura 168 - Percentual de processos de conhecimento criminais que tramitam nas varas exclusivas, segundo o tribunal	238
Figura 169 - Total de processos de conhecimento criminais baixados e pendentes por vara exclusiva, segundo o tribunal	239
Figura 170 - Taxa de congestionamento dos processos de conhecimento criminais nas varas exclusivas criminais, segundo o tribunal	240
Figura 171 - Percentual de processos de execução penal que tramitam nas varas exclusivas, segundo o tribunal	241
Figura 172 - Total de processos de execução penal baixados e pendentes por vara exclusiva, segundo o tribunal	242
Figura 173 - Resultado do IPC-Jus por tribunal (incluída a área administrativa)	246
Figura 174 - Resultado do IPC-Jus da área judiciária, por instância e tribunal	247
Figura 175 - Gráfico de <i>Gartner</i> e fronteira da Taxa de Congestionamento Líquida × Índice de Produtividade dos Magistrados, excluindo os processos suspensos, sobrestados, execuções penais e fiscais	248
Figura 176 - Gráfico de <i>Gartner</i> e fronteira da Taxa de Congestionamento Líquida × Índice de Produtividade dos Servidores, excluindo os processos suspensos, sobrestados, execuções penais e fiscais	249
Figura 177 - Gráfico de <i>Gartner</i> e fronteira da taxa de congestionamento líquida × despesa total por processos baixados, excluindo a despesa com inativos, processos suspensos, sobrestados, execuções penais e fiscais	249
Figura 178 - Índice de Produtividade dos Magistrados (IPM) realizado × necessário para que cada tribunal atinja IPC-Jus de 100%	251
Figura 179 - Índice de Produtividade dos Servidores (IPS) realizado × necessário para que cada tribunal atinja IPC-Jus de 100%	252
Figura 180 - Taxa de congestionamento líquida (TCL) realizada × resultado da consequência se cada tribunal atingisse IPC-Jus de 100%	253

Figura 181 - Resultado do IPC-Jus, por tribunal	255
Figura 182 - Resultado do IPC-Jus da área judiciária, por instância e tribunal	256
Figura 183 - Gráfico de <i>Gartner</i> e fronteira da Taxa de Congestionamento Líquida × Índice de Produtividade dos Magistrados, excluindo os processos suspensos, sobrestados e execuções fiscais	257
Figura 184 - Gráfico de <i>Gartner</i> e fronteira da Taxa de Congestionamento Líquida × Índice de Produtividade dos Servidores, excluindo os processos suspensos, sobrestados e execuções fiscais	257
Figura 185 - Gráfico de <i>Gartner</i> e Fronteira da taxa de congestionamento líquida × Despesa total por processos baixados, excluindo despesas com inativos, processos suspensos, sobrestados e execuções fiscais	258
Figura 186 - Índice de Produtividade dos Magistrados (IPM) realizado × necessário para que cada tribunal atinja IPC-Jus de 100%	259
Figura 187 - Índice de Produtividade dos Servidores (IPS) realizado × necessário para que cada tribunal atinja IPC-Jus de 100%	260
Figura 188 - Taxa de Congestionamento Líquida (TCL) realizada × resultado da consequência se cada tribunal atingisse IPC-Jus de 100%	261
Figura 189 - Resultado do IPC-Jus da área judiciária, por tribunal	262
Figura 190 - Resultado do IPC-Jus da área judiciária, por instância e tribunal	263
Figura 191 - Resultado do IPC-Jus, por seção judiciária	263
Figura 192 - Gráfico de <i>Gartner</i> e fronteira da Taxa de Congestionamento Líquida × Índice de Produtividade dos Magistrados, excluindo os processos suspensos, sobrestados, execuções penais e fiscais	264
Figura 193 - Gráfico de <i>Gartner</i> e Fronteira da Taxa de Congestionamento Líquida × Índice de Produtividade dos Servidores, excluindo os processos suspensos, sobrestados, execuções penais e fiscais	265
Figura 194 - Gráfico de <i>Gartner</i> e fronteira da taxa de congestionamento líquida × despesa total por processos baixados, excluindo as despesas com inativos, processos suspensos, sobrestados, execuções penais e fiscais	265
Figura 195 - Índice de Produtividade dos Magistrados (IPM) realizado × necessário no segundo grau para que cada tribunal atinja IPC-Jus de 100%	266
Figura 196 - Índice de Produtividade dos Magistrados (IPM) realizado × necessário para que cada tribunal atinja IPC-Jus de 100% na área judiciária de primeiro grau, segundo o tribunal e UF	267
Figura 197 - Índice de Produtividade dos Servidores (IPS) realizado × necessário para que cada tribunal atinja IPC-Jus de 100% no segundo grau	267
Figura 198 - Índice de Produtividade dos Servidores (IPS) realizado × necessário para que cada tribunal atinja IPC-Jus de 100%	268
Figura 199 - Taxa de Congestionamento Líquida (TCL) realizada × resultado da consequência se cada tribunal atingisse IPC-Jus de 100% no segundo grau	268
Figura 200 - Taxa de Congestionamento Líquida (TCL) realizada × resultado da consequência se cada tribunal atingisse IPC-Jus de 100%	269
Figura 201 - Assuntos mais demandados	273
Figura 202 - Assuntos mais demandados no segundo grau	274
Figura 203 - Assuntos mais demandados no primeiro grau (varas)	275
Figura 204 - Assuntos mais demandados nas turmas recursais	275
Figura 205 - Assuntos mais demandados nos juizados especiais	276

Figura 206 - Assuntos mais demandados por tribunal da Justiça Estadual	277
Figura 207 - Assuntos mais demandados por tribunal da Justiça Federal	278
Figura 208 - Assuntos mais demandados por tribunal da Justiça do Trabalho	279
Figura 209 - Assuntos mais demandados por tribunal da Justiça Eleitoral	280
Figura 210 - Assuntos mais demandados por tribunal da Justiça Militar Estadual	281
Figura 211 - Assuntos mais demandados por tribunal superior	282
Figura 212 - Classes mais demandadas	284
Figura 213 - Classes mais demandadas no segundo grau	285
Figura 214 - Classes mais demandadas no primeiro grau (varas)	286
Figura 215 - Classes mais demandadas nas turmas recursais	286
Figura 216 - Classes mais demandadas nos juizados especiais	287
Figura 217 - Número de casos novos por ODS	291
Figura 218 - Número de casos novos por ODS16	292
Figura 219 - Número de casos novos por ODS 8, 10 e 11	292
Figura 220 - Número de casos novos por ODS 12, 3 e 5	293
Figura 221 - Número de casos novos por ODS 1, 4 e 7	293
Figura 222 - Número de casos novos por ODS 2, 6 e 15	294
Figura 223 - Número de casos novos por ODS 9, 13, 14 e 17	294
Figura 224 - Número de casos novos ambientais em 2020, por instância	297
Figura 225 - Série histórica do número de casos novos ambientais	297
Figura 226 - Assuntos ambientais mais demandados em 2020	298
Figura 227 - Número de casos novos ambientais, por tribunal	299
Figura 228 - Número de casos novos ambientais por cem mil habitantes na Justiça Estadual	300
Figura 229 - Casos novos em 2020 sobre Direitos Humanos, por instância	302
Figura 230 - Série histórica de casos novos sobre Direitos Humanos	302
Figura 231 - Assuntos de Direitos Humanos mais demandados em 2020	303
Figura 232 - Número de casos novos sobre Direitos Humanos, por tribunal	304
Figura 233 - Assuntos mais recorrentes sobre Direitos Humanos	305
Figura 234 - Tipologia dos dados de litigiosidade, conforme os anexos da Resolução CNJ n. 76/2009	318
Figura 235 - Fluxo do relatório Justiça em Números	320
Figura 236 - Exemplo de uso do Diagrama de Venn	321
Figura 237 - Exemplo da representação de um gráfico de quadrantes e de fronteira	332

